Corentin de Salle

A Tradição da Liberdade

TOMO II

Grandes Obras do Pensamento Liberal

elf
European Liberal Forum

A Tradição da Liberdade

Grandes Obras do Pensamento Liberal, Tomo II

Publicado pelo European Liberal Forum asbl, com o apoio do Movimento Liberal Social e Centre Jean Gol.
Financiado pelo Parlamento Europeu.

O Parlamento Europeu não é responsável pelo conteúdo da publicação. Os pontos de vista expressos na publicação são apenas dos respectivos autores e não reflectem necessariamente os pontos de vista do European Liberal Forum asbl.

copyright © 2012 European Liberal Forum asbl, Bruxelas, Bélgica.

Esta publicação só pode ser reproduzida, arquivada ou transmitida em qualquer formato ou por quaisquer meios, com a autorização prévia por escrito do editor. Quaisquer questões relacionadas com a reprodução fora destes termos devem ser enviadas ao European Liberal Forum. Uma cópia digital desta publicação poderá ser obtida gratuitamente em www.liberalforum.eu ou www.liberal-social.org.

PARA MAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS E DISTRIBUIÇÃO:
MLS - Movimento Liberal Social
Rua Ramalho Ortigão 31, Cv Dtª
1070-228 Lisboa, Portugal
www.liberal-social.org
secretariado@liberal-social.org

FICHA TÉCNICA
Título: A Tradição da Liberdade - Grandes Obras do Pensamento Liberal, Tomo II
Autor: Corentin de Salle
Editor: European Liberal Forum asbl
Capa: Willen van de Velde (II), Navios ancorados na costa, c.1660, Rijksmuseum Amsterdam (Amesterdão) - óleo sobre tela - Este material está em domínio público nos Estados Unidos e demais países que protejam os direitos autorais por cem anos (ou menos) após a morte do autor.
Tradução: Luís Humberto Teixeira
Revisão: Helena de Sousa Freitas
Paginação: Luís Menezes

Keywords: liberalismo, ciência política, liberal, autores liberais, economia, pensamento liberal, capitalismo

Corentin de Salle

A Tradição da Liberdade

Grandes Obras do Pensamento Liberal, Tomo II

Projecto do European Liberal Forum,
apoiado pelo MLS - Movimento Liberal Social e Centre Jean Gol
Financiado pelo Parlamento Europeu

Prefácio

Este segundo volume da série *A Tradição da Liberdade: Grandes Obras do Pensamento Liberal*, de Corentin de Salle, é mais um importante contributo para compreender que o liberalismo é uma tradição bastante diversa.

Depois de o primeiro volume ter divulgado obras de referência do britânico John Locke, do francês Alexis de Tocqueville, do austríaco Friedrich Hayek, do britânico John Stuart Mill e do e norte-americano Milton Friedman, o segundo traz-nos os franceses Étienne de La Boétie e Benjamin Constant, o alemão Wilhelm von Humboldt e o escocês Adam Smith.

São autores de tradições culturais distintas, mas que possuem uma origem geográfica comum - a Europa – e, se exceptuarmos La Boétie, que viveu no século XVI, todos viveram e escreveram em finais do século XVIII, inícios do século XIX – a fervilhante era da Declaração da Independência dos Estados Unidos da América (1776) e da Revolução Francesa (1789).

Não se pense, porém, que La Boétie está fora do contexto, pois o seu visionário Discurso sobre a *Servidão Voluntária*, escrito em meados do século XVI, recorda-nos de como, para o mal triunfar, basta que os bons nada façam, como diria séculos mais tarde Edmund Burke.

O texto que La Boétie escreveu enquanto era estudante de Direito na Universidade de Orleães é um precursor da teoria do contrato social e revela-nos que, se assim o quiser, a população é capaz de fazer face a um tirano que ascenda ao poder hereditariamente, pela força das armas ou através de eleições.

Já a *Riqueza das Nações*, obra-prima de Adam Smith cujo resumo ocupa bem mais de metade deste livro, é um conjunto de tratados que ajuda a compreender melhor o modo de funcionamento de diversas vertentes da economia.

São particularmente espantosos os paralelismos que podemos estabelecer entre aquilo que escreve o pensador escocês acerca das dívidas soberanas e das companhias *too big to fail* e a crise que nos entra pela casa dentro nos últimos cinco anos, através dos noticiários e não só.

Mas, por muito que às vezes o tentem catalogar desse modo, o liberalismo é muito mais do que economia, como o demonstra a inclusão de *Os Limites da Acção do Estado*, texto seminal de Wilhelm von Humboldt, o pai do sistema de ensino universitário germânico.

Nele se aborda, entre outras coisas, a importância do aperfeiçoamento individual do ser humano, com destaque para o papel da diversidade de perfis e com alertas para os perigos da uniformização e da excessiva interferência do Estado na vida dos cidadãos.

A encerrar o livro, surge Benjamin Constant e a sua comparação entre a liberdade dos antigos e a liberdade dos modernos, proferida no Ateneu Real de Paris, na ressaca dos excessos da Revolução Francesa e do bonapartismo.

Nele se evidencia que os cidadãos modernos são muito mais ciosos da sua independência e da sua busca pela felicidade individual, uma atitude que é, frequentemente, acompanhada da tendência para a falta de participação na condução dos destinos da sociedade e o relaxamento da vigilância face a quem está no poder.

Ao publicar este volume em português, o European Liberal Forum (ELF) e o seu parceiro português, o Movimento Liberal Social (MLS), procuram facilitar a circulação do pensamento liberal num território que, a julgar pelos discursos públicos sobre o liberalismo e pela ausência de partidos liberais de alguma dimensão, será pouco receptivo ao mesmo.

Esperamos que, ao divulgarmos por este meio os pilares do nosso ideário, mais pessoas compreendam o que realmente significa ser liberal e se apercebam de que também elas são herdeiras desta nossa tradição da liberdade.

Felicita Medved

Presidente European Liberal Forum
Novembro 2013

Preâmbulo

O iluminismo liberal

As Províncias Unidas, terreno fértil para o liberalismo

Este navio ostenta as cores de um dos mais ricos países europeus de finais do século XVII, as Províncias Unidas. Situada sobre uma terra em constante ameaça de imersão e sem recursos próprios, no final do século XVI esta região revoltou-se contra a Espanha de Filipe II e obteve a independência. **Esta união de províncias independentes foi o primeiríssimo Estado democrático da Europa moderna.**

Guilherme de Orange-Nassau, de cognome "O Taciturno", marquês de Antuérpia, senhor de Breda e de outros lugares, regente da Holanda, da Zelândia e de Utreque, foi educado na religião protestante mas "reeducado", aos 11 anos, na corte católica de Carlos V de Habsburgo. Regressado ao protestantismo e perante o fanatismo sanguinário do duque de Alba, ele tomou a liderança dos insurgentes durante a revolta holandesa, cujos principais eventos tiveram lugar entre 1565 e 1588. Sete províncias selaram o seu destino ao assinarem, em 1579, a União de Utreque. A 26 de Julho de 1581, proclamaram a sua independência: nasceu a primeira "República" das Províncias Unidas. **Este novo Estado, fundado sobre o anti-absolutismo, a soberania do povo** (pelo menos das suas elites) **e um governo de assembleia, foi o primeiro exemplo mundial de criação de uma república moderna que ultrapassa o âmbito territorial de uma cidade. E, a longo prazo, o seu impacto fez-se sentir na Europa.**

Por conseguinte, foi no Norte da Europa, e mais especificamente nas Províncias Unidas, que foram consagradas as primeiras grandes liberdades que formaram o terreno fértil do liberalismo. Bem cedo, foram adquiridas ou retiradas cartas aos príncipes imperiais, aos duques e aos condes. São disso exemplo a ***Joyeuse Entrée de Brabant*, cuja primeira versão data de 1356, e o *Grand Privilège*, de 1477.** Estes dois documentos consagram a desobediência civil em caso de violação dos privilégios por parte do príncipe. Eles prevêem a participação dos habitantes no processo de decisão e, no caso do segundo texto, o reforço dos Estados gerais. A partir de 1560, publicações surgidas nos Países Baixos criticam o governo espanhol de Bruxelas[1] por atentar contra a liberdade que deveria defender. Essa liberdade é indissociável da prosperidade dos Países Baixos. Um texto em francês, datado de 1568, intitulado *Complainte de la Désolée Terre du Pays-Bas* afirma que **"mercadoria", "manufactura" e "negociações" são irmãs da "liberdade", a qual é filha dos Países Baixos.**

Pela sua indústria, esta república mercantil de excepcional poder económico, colonial e militar tornou-se a grande transportadora da Europa: o seu domínio dos mares permitiu-lhe encaminhar as mercadorias de uns para os outros. Das suas actividades

[1] Entre 1556 e 1714, grande parte do que hoje é a Bélgica e algumas regiões dos Países Baixos estiveram sob domínio da coroa espanhola. [N.T.]

comerciais, ela retirou capitais superabundantes que eram constantemente aplicados em oportunidades exteriores e foram massivamente empregues em fundos públicos da França e de Inglaterra.

O poder comercial holandês era tal que a Inglaterra de Cromwell, para evitar a sua concorrência e proteger as suas costas de eventuais ataques de navios que circulassem nas proximidades, adoptou, **em 1651, o Acto de Navegação, a primeira grande legislação proteccionista,** que proibia qualquer navio estrangeiro de acostar nos seus portos e, como tal, de estabelecer comércio directo com ela. Este Acto desencadeou instantaneamente uma série de conflitos: as quatro guerras anglo-neerlandesas motivadas pelo controlo das trocas comerciais internacionais, que acabaram por ser favoráveis a Inglaterra. Entretanto, Guilherme II, neto de Guilherme, o Taciturno, neto de Carlos I por parte da mãe e marido da filha de Jaime II de Inglaterra, tornou-se rei de Inglaterra em 1688, na sequência da Gloriosa Revolução. Esta revolução marca a chegada a Inglaterra das ideias liberais, caras a John Locke, pai do liberalismo político[2].

Esta concepção belicista do comércio é consequência de uma doutrina económica então dominante: o mercantilismo, verdadeira matriz das políticas proteccionistas. Esta escola favorece as exportações de produtos transformados e desencoraja, ou até proíbe, as importações ou as exportações de matérias-primas. **É igualmente sob a influência das ideias mercantilistas de Colbert, primeiro-ministro de Luís XIV, que a França se envolve numa guerra de taxas aduaneiras com os holandeses, a qual rapidamente degenera num verdadeiro confronto militar: a "Guerra dos Quarenta Anos"** (1672-1713). Luís XIV, monarca católico de um país agrário, sentia-se pessoalmente humilhado pelo facto de uma república comerciante calvinista acumular tantas riquezas, colónias e poder. Nesta época, a marinha holandesa ultrapassava a marinha francesa e o orçamento holandês equivalia ao da França, apesar de a população holandesa ser apenas de dois milhões de pessoas, enquanto a francesa superava os 20 milhões[3].

O comércio é pacificador quando assegura uma real liberdade das trocas

Foi principalmente contra a doutrina mercantilista que, em 1776, Adam Smith publicou *Riqueza das Nações*. A uma teoria que associava a riqueza do Estado à acumulação de metais preciosos (ouro e prata), Smith contrapunha a defesa do livre-câmbio pacífico e o enriquecimento mútuo dos parceiros comerciais. **Smith foi o primeiro a demonstrar cientificamente que as grandes potências europeias podiam crescer economicamente de forma harmoniosa e que, longe de prejudicar, a proximidade de Estados vizinhos prósperos reforça e acelera esse desenvolvimento.** O autor lamenta o conflito ancestral entre a França e a Inglaterra e os obstáculos e proibições de todo o género que colocam entraves ao comércio entre os dois países. **Devido à rapidez dos "retornos", os capitais ingleses**

---

[2] No primeiro tomo da presente obra, explica-se como os intelectuais liberais criaram o Estado de direito moderno. Aí encontramos uma síntese do *Segundo Tratado do Governo Civil*, de John Locke.

[3] Para uma análise detalhada deste conflito entre França e as Províncias Unidas, recomenda-se a consulta da obra de Hervé Hasquin: *Louis XIV face à l'Europe du Nord*, Editions Racine, 2005

investidos nas colónias seriam umas 20 vezes mais rentáveis se fossem utilizados para fazer comércio com a França. Por razões tanto de princípio como de racionalidade económica, **ele exorta os ingleses a renunciar ao seu império ou, pelo menos, a permitir que as colónias escolham os seus parceiros económicos como bem entendam.** Além de se libertar dos custos ruinosos derivados da defesa das colónias e de as colónias poderem, também elas, recolher os benefícios destas trocas, a Inglaterra enriqueceria bastante mais se abolisse o comércio exclusivo e estabelecesse a plena liberdade de comércio. **Por outro lado, Smith demonstra economicamente que a escravatura é o modo mais dispendioso de produzir bens e mercadorias.** Ele explica também por que motivo **as Cruzadas foram um desastre económico para a Europa.** Demonstra, por fim, por que razão **o feudalismo e a lei da primogenitura sobre a qual este assenta mantiveram improdutivas a maior parte das terras da Europa durante mil anos.**

Seja como for, o sucesso instantâneo desta obra e a influência profunda que ela exercerá sobre o governo inglês é o verdadeiro acto de nascimento do liberalismo económico.

Voltaire sobre a liberdade inglesa

Grande anglófilo, **Voltaire** foi um dos primeiros intelectuais franceses a compreender a amplitude da revolução económica que estava em curso nesta parte do mundo. Nas suas Cartas Filosóficas (Décima Carta: Sobre o Comércio), ele escreve:

> "**O comércio, que enriqueceu os cidadãos de Inglaterra, contribuiu para os tornar livres, e essa liberdade, por seu turno, alargou o comércio; foi a partir daí que se formou a grandeza do Estado.** Foi o comércio que estabeleceu, pouco a pouco, as forças navais que levam os ingleses a serem mestres dos mares. Actualmente, eles têm cerca de duas centenas de navios de guerra. A posteridade encarará talvez com surpresa que uma pequena ilha, que apenas possui um pouco de chumbo, de estanho, de greda de pisoeiro[4] e de lã grosseira, se tenha tornado tão poderosa pelo seu comércio que enviou, em 1723, três frotas ao mesmo tempo para três extremidades do mundo: uma para Gibraltar, conquistado e mantido pela força das armas; outra para Portobelo, para privar o rei de Espanha do usufruto dos tesouros das Índias; e a terceira para o mar Báltico, de modo a impedir um confronto entre as Potências do Norte.
>
> (…) **Tudo isto é motivo de justo orgulho para um mercador inglês e leva-o a ousar comparar-se, com alguma justiça, a um cidadão romano.** Também o filho mais novo de um par do reino não desdenha o negócio. Lord Townshend, ministro de Estado, tem um irmão que se contenta em ser comerciante na City. Nos tempos em que Lord Oxford governava Inglaterra, o seu irmão mais novo era fabricante de instrumentos musicais em Alepo, onde permaneceu até morrer.
>
> Este costume, que no entanto é cada vez mais comum, parece monstruoso aos ale-

[4] Argila natural capaz de absorver a gordura de tecidos não laváveis, como feltro, camurça ou peles. [N.T.]

mães teimosamente fechados sobre si; eles não conseguem conceber que o filho de um par do reino de Inglaterra seja apenas um rico e poderoso burguês, uma vez que na Alemanha todos são príncipes; vimos cerca de trinta altezas do mesmo nome que não têm mais do que brasão de armas e orgulho.

Em França é marquês quem quer; e quem chegar a Paris vindo da província, com dinheiro para gastar e um nome terminado em *ac* ou em *ille*, pode dizer "um homem como eu, um homem da minha categoria", e **desprezar sobranceiramente um comerciante; e o comerciante, se ouvir falar várias vezes com desprezo da sua profissão, poderá ser tolo o suficiente para corar. Contudo, não sei qual é mais útil a um Estado, se um senhor com bastante pó de arroz** que sabe precisamente a que horas o Rei se levanta e a que horas se deita, e que se dá ares de grandeza enquanto desempenha o papel de escravo na antecâmara de um ministro, **se um comerciante que enriquece o seu país**, que a partir do seu gabinete dá ordens a Surate e ao Cairo, e contribui para a felicidade do mundo".

De maneira geral, o comércio marítimo internacional atrai, desde o século XVII, uma parte crescente do capital das diversas potências europeias. Para um grande número de países, a intensidade das trocas é tal que a sua economia se estrutura já em função do volume das importações e das exportações. A Holanda, por exemplo, importa a quase totalidade da sua farinha do exterior. **Será preciso esperar muito tempo para ver triunfar a ideia do mercado livre a nível mundial e dar assim o tiro de partida para a globalização mas, desde esta época, antes mesmo da revolução industrial, vemos já circular de continente em continente os capitais, as mercadorias, os homens e, também, as ideias.**

Iluminismo liberal e Iluminismo liberticida

É neste contexto que se inscreve a vasta corrente intelectual do Iluminismo. Ela traz o progresso, a democracia, os direitos humanos, mas também a tentação do totalitarismo. **São as ideias de intelectuais como Jean-Jacques Rousseau ou o abade Mably[5] que anunciam várias das grandes catástrofes políticas do futuro.** O socialismo nasce com Gracchus Babeuf[6] e com os jacobinos, mas estes últimos foram fortemente influenciados por Rousseau. Através da sua teoria do contrato social e da sua defesa do Estado republicano, **Rousseau é inegavelmente uma das maiores figuras do Iluminismo mas é, antes de mais, uma das primeiras**, antes de Auguste Blanqui[7], antes de Robert Owen[8], antes de Charles Fourier[9], antes de Pierre Joseph Proudhon[10], **a condenar a instituição**

---

[5] Gabriel Bonnot de Mably (1709-1785), filósofo francês que considerava a propriedade como a origem de todos os vícios e infortúnios da sociedade. Preconizava um modelo totalitário de sociedade.

[6] Gracchus Babeuf (1760-1797), jornalista, homem de letras e revolucionário francês que morreu guilhotinado. A sua obra anuncia o comunismo.

[7] Louis Auguste Blanqui (1805-1881), jornalista francês e teórico comunista.

[8] Robert Owen (1771-1858), industrial inglês e teórico socialista que criou uma aldeia socialista no estado norte-americano de Indiana: New Harmony. A experiência foi mal sucedida.

[9] Charles Fourier (1772-1837), comerciante francês e teórico do socialismo. Pretendia criar pequenas comunidades ideais socialistas, os "falanstérios". Todas as tentativas se revelaram mal sucedidas.

[10] Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), autodidacta e operário tipográfico francês, autor de uma obra gigantesca, foi um teórico do mutualismo e do anarco-sindicalismo.

da propriedade, a combater o progresso científico e tecnológico, a exaltar o igualitarismo e a apelar à supressão da liberdade de consciência, da liberdade de expressão e da liberdade religiosa. Rousseau é igualmente um adversário resoluto do pluralismo dos partidos políticos, os quais acusa de "intriguismo" ou "facciosismo" e cuja acção, segundo ele, contraria a formação da vontade geral. Bisavô do totalitarismo e avô do socialismo, Rousseau é o pai do jacobinismo radical e do Terror em que a Revolução Francesa caiu. No entanto, permanece um espírito de primeiríssima ordem e um escritor de talento como se dá imediatamente conta qualquer leitor de *Confissões* ou de *Os Devaneios do Caminhante Solitário*. De Rousseau a Sartre, existe, em França, toda uma série de autores brilhantes, sensíveis e humanistas, mas, paradoxalmente, assombrados por sonhos de revolução e de sociedades totalitárias.

As apresentações superficiais e laudatórias do Século das Luzes revelam, geralmente, as ideias dos vários representantes como um conjunto relativamente homogéneo. E esquecem-se frequentemente de considerar de forma específica uma corrente intelectual que se inscreve neste movimento mais vasto, é certo, mas que se diferencia do mesmo. Estamos a falar do **"Iluminismo liberal"**. Este movimento nasceu sobretudo na Grã-Bretanha. Os autores do *Scottish Enlightenment* são David Hume, Adam Ferguson, Adam Smith e Edmund Burke. Os pais-fundadores e os teóricos da Revolução Americana (John Adam, Samuel Adams, Benjamin Franklin, Alexander Hamilton, Thomas Jefferson, James Madison, George Washington, etc.) são os seus herdeiros directos. É este Iluminismo liberal que simboliza a tocha da Estátua da Liberdade que está de frente para a ilha de Manhattan. Mas a França também forneceu uma grande quantidade de nomes ao Iluminismo liberal: os fisiocratas, Turgot, Sieyès e outros autores que contribuíram para a famosa Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, votada pela Assembleia Nacional a 26 de Agosto de 1789. Em seguida, Jean-Baptiste Say[11], Charles Dunoyer[12], Benjamin Constant e Frédéric Bastiat[13] figuram entre os nomes maiores do Panteão liberal. Na Alemanha, na componente liberal do *Aufklärung*[14], podemos colocar Samuel Pufendorf[15], Wilhelm von Humboldt e, em certa medida, Immanuel Kant[16].

Dois flagelos da Modernidade

Estes intelectuais alertaram os seus contemporâneos para dois flagelos que lhes pareciam inerentes à Modernidade: o **construtivismo** e o **nacionalismo**. Estes dois males têm, r espectivamente, origem em **duas atitudes perigosas** que se desenvolveram graças à revolução intelectual que foi o Iluminismo: **uma arrogância que conduz a uma crença na omnipotência da razão e ao sentimento de que um povo esclarecido tem o direito,**

[11] Jean-Baptiste Say (1767-1832), economista francês clássico e discípulo de Adam Smith. É o autor da famosa "lei dos mercados".
[12] Charles Dunoyer (1786-1862), economista liberal francês, discípulo de Jean-Baptiste Say.
[13] Frédéric Bastiat (1801-1850), economista, político e teórico liberal francês.
[14] *Aufklärung* é a designação qual ficou conhecido o Iluminismo alemão. [N.T.]
[15] Samuel von Pufendorf (1632-1694), jurista, filósofo e diplomata alemão cujos trabalhos inspiraram os redactores da Constituição dos Estados Unidos da América.
[16] Politicamente falando, Kant deve ser colocado entre os pensadores republicanos, mais do que entre os pensadores liberais, ainda que partilhe com os teóricos do liberalismo um número muito importante de concepções sociais, económicas e políticas.

e até o dever, de conquistar e submeter os outros povos[17].

O que é o construtivismo? Antes de o explicar, é necessário compreender o papel atribuído à razão pelos representantes do Iluminismo. Como escreve Immanuel Kant em 1784, no seu célebre texto sobre o Iluminismo, o projecto filosófico é dotar o homem de um libertador sentimento de confiança na sua própria razão:

> "**O que é o Iluminismo? A saída do homem da sua menoridade, da qual ele próprio é responsável. Menoridade, ou seja a incapacidade de se servir do seu entendimento** (poder de pensar) **sem a orientação de outrem**, menoridade pela qual ele próprio é responsável (culpado), pois a causa reside não num defeito do entendimento mas numa falta de decisão e de coragem de o usar sem a orientação de outrem. *Sapere aude!* (Ousar pensar) Tem a coragem de usar o teu próprio entendimento. Eis o lema do Iluminismo"[18].

Esta "saída da menoridade" a que Kant exorta a Humanidade é uma etapa civilizacional essencial na história humana. Ao transpô-la, o homem torna-se fundamentalmente livre. Segundo a filosofia da história kantiana, o homem assim liberto torna-se inteiramente "homem" em tudo. **Com efeito, a natureza humana é um ideal a conquistar e não um estado "natural". Ou seja, o homem humaniza-se ao longo da sua evolução. O período do Iluminismo é crucial para este ponto de vista, pois a realização da sua natureza humana passa pela consagração da sua liberdade.** Podemos considerar que esta etapa foi superada no Ocidente e em muitas outras partes do mundo mas, mesmo nestes locais, ela ainda não o foi totalmente, nem foi, necessariamente, adquirida de forma irreversível. **Como afirmava Thomas Jefferson: o preço da liberdade é a vigilância eterna.**

Mesmo que aplaudamos o projecto fundamental do Iluminismo, que convida o homem a erigir a sua razão como derradeiro juiz, é arriscado pensar que os poderes desta não são limitados por nada. Eis a ilusão pretensiosa para a qual resvala o "construtivismo"[19]. Segundo esta concepção, os progressos científicos e técnicos são tais que podemos claramente estendê-los a outros domínios que não os do mundo material (os campos, as estradas, os portos, os meios de transporte, as indústrias, etc.). Podemos aplicá-los ao próprio homem e torná-lo num novo ser. É **o objectivo de Descartes: da mesma forma que o urbanista deve traçar ruas impecavelmente perpendiculares escavando através de casas e edifícios, o engenheiro "social" pode destruir o que existe, pode fazer tábua rasa das instituições existentes para reconstruir tudo de novo.** Esta tradição de pensamento é caracterizada pela fundação de uma instituição cuja influência se afirmou desde o início e que continua a ser preponderante em França: a École Polytechnique. Ela cultivou e generalizou uma mentalidade de engenheiro que se caracteriza por uma predilecção estética por tudo o que é intencionalmente construído mais do que por aquilo que se desenvol-

---

[17] Este assunto é tratado por Benjamin Constant na obra *De l'Esprit de Conquête et de l'Usurpation dans leur Rapport avec la Civilisation Européenne* (1814).

[18] I. Kant, *Qu'est-ce que les Lumières?*, 1784, in *Aufklärung. Les Lumières Allemandes*, Garnier Flammarion, 1995, p.25

[19] A expressão é aqui utilizada no sentido que Friedrich August von Hayek dá ao termo. Este aspecto foi desenvolvido na sua trilogia *Direito, Legislação & Liberdade*, sintetizada no primeiro tomo desta obra.

ve espontaneamente. **Saint-Simon**[20] **e Auguste Comte**[21] são dois perfeitos representantes da tradição construtivista. Levada ao extremo, esta concepção cartesiana servirá de inspiração ao espírito totalitário no século XX: tudo o que, no mundo real, resiste ao nivelamento deve ser dominado e aplainado.

Ao contrário dos teóricos construtivistas, os pensadores da tradição da ordem espontânea – tradição a que pertence o Iluminismo liberal – **consideram que as normas e as instituições que estruturam a sociedade constituem ordens que evoluem ao longo do tempo.** Uma mudança só pode ter lugar com a acção do tempo e como consequência de uma evolução progressiva das mentalidades. **Para ser eficaz e duradoura, uma mudança só pode ser levada a cabo pela via da reforma. Não por uma revolução.** É certo que as revoluções holandesa, inglesa e americana foram coroadas de êxito apesar de terem sido revoluções. Elas foram revoluções no sentido em que derrubaram um regime estabelecido, mas o que elas puseram em prática revelou-se perene porque não derrubaram todas as instituições existentes e porque se apoiaram em princípios liberais desenvolvidos progressivamente ao longo dos séculos, princípios que impregnaram os espíritos e regularam as práticas. Segundo Hayek, **o direito preexiste à legislação**: as práticas cómodas e eficientes são adoptadas espontaneamente e generalizam-se devido aos serviços que prestam. A partir de determinado momento, o legislador apropria-se delas e consagra-as juridicamente. Elas seguem de baixo para cima. As más legislações são aquelas que, pelo contrário, nascem no espírito do legislador e seguem o sentido inverso.

Sob o Terror de Robespierre, os franceses dedicaram-se a idolatrar uma estranha ficção: a nação. O segundo flagelo que apareceu na Modernidade foi o nacionalismo e, com ele, um desencadear de violência de escala industrial. É certo que a guerra é tão velha quanto a Humanidade e que Tucídides[22] já dava conta de genocídios perpetrados na Antiguidade, mas o aumento exponencial do poder e da riqueza das sociedades modernas manifestou-se, no campo de batalha, através de conflagrações hiperbólicas. As sociedades modernas encaminham-se, progressivamente, para a guerra total de Clausewitz[23]. **O Estado moderno é o Leviatã, literalmente essa "besta que se contorce" de que fala o Antigo Testamento, esse monstro colossal, frio e sedento de poder.** Acabados de sair da infância, os dois Leviatãs de Inglaterra e de França comemoram o seu poder atirando-se um ao outro. Eles desencadeiam a guerra inter-Estados mais longa da História: a Guerra dos Cem Anos (1340-1453). A história europeia é uma sucessão de guerras que aumentam de intensidade com o passar do tempo: Guerra das Duas Rosas (1455-1480), Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), Guerras de Luís XIV, etc.. Quando, em 1812, Napoleão parte para a Rússia, leva 700 mil pessoas com ele. Alguns meses mais tarde, só regressam 75 mil. Que dizer então das carnificinas que foram, na Europa, as duas Guerras Mundiais?

---

[20] Claude de Saint-Simon (1760-1825), primo direito do célebre duque de Saint-Simon, o famoso memorialista de Louis XIV e da Regência, foi um economista e filósofo francês que preconizou um Estado ultra-centralizado para gerir a economia industrial. Deu origem a uma escola que glorifica os engenheiros: o saint-simonismo.

[21] Auguste Comte (1798-1857), filósofo francês considerado o fundador da sociologia e do positivismo. Discípulo dissidente de Saint-Simon, de quem foi secretário.

[22] Tucídides (460-395 AC), historiador e político ateniense, autor da famosa *Guerra do Peloponeso*.

[23] Carl von Clausewitz (1780-1831), oficial e teórico militar prussiano, autor do monumental tratado de estratégia *Da Guerra*.

Não poderíamos fazer a economia desta estruturação do Estado em torno da ideia de Nação? Não seria possível unificar os povos que compõem diferentes Estados em torno de valores menos belicistas? Foi a escolha que fizeram todos os colonos europeus que resolveram abandonar a violência, o ódio e a perseguição partindo para a América. Lá, ao abrigo dos horrores da guerra, a liberdade foi plenamente "santificada"[24] e houve tempo para este jovem Estado crescer e prosperar. **Certamente, os Estados Unidos saíram em seguida do seu isolamento mas, se o fizeram, não foi, contrariamente ao que é costume afirmar aqui na Europa, devido a uma pulsão imperialista, mas porque a Europa os constrangeu a fazê-lo.** Foi na Europa que nasceu o imperialismo e o seu familiar forçado, o colonialismo. Aqueles que denunciam o imperialismo americano esquecem que as verdadeiras potências coloniais foram sobretudo potências europeias: Portugal, Espanha, Inglaterra, Holanda, França, Bélgica e, mais tardiamente, Itália e Alemanha. Adam Smith retrata as atrocidades na sua obra. Imperialismo e nacionalismo estão na origem da Primeira Guerra Mundial. Foram os europeus quem desencadeou esses dois cataclismos sem precedentes que foram as Guerras Mundiais. Foi na Europa que foram inventados o fascismo e o comunismo, as duas ideologias mais assassinas da História. A ideologia fascista precipitou a Europa, primeiramente, e todo o planeta, em seguida, na Segunda Guerra Mundial. A ideologia comunista criou a Guerra Fria. O terrorismo islâmico, fruto tardio da colonização europeia e da resistência popular contra regimes ditatoriais liberticidas apoiados tacitamente pela Europa e pelos Estados Unidos, tornou, mais uma vez, necessária a intervenção americana, quando se provou que este movimento era capaz de atacar directamente as populações civis dos Estados ocidentais. Como escreveu Raymond Aron: **"Mesmo que os americanos fossem inocentes, os europeus seriam culpados de não ter impedido uma ascensão que foi a contrapartida da sua própria decadência. Graças a Deus, os americanos não são inocentes"**[25].

Só a construção da União Europeia – a mais vasta e mais ambiciosa construção liberal de sempre – conseguiu pôr termo à guerra entre as nações europeias e as convenceu a desfazerem-se dos seus impérios. Quando folheamos um livro de história a partir do século XVIII, não podemos deixar de questionar se estas centenas de milhares de mortos, se estes povos oprimidos, se esta violência absurda não poderiam ter sido evitados: **talvez bastasse que os europeus, à imagem dos seus primos do outro lado do Atlântico, tivessem optado pelas ideias da fracção mais esclarecida do Iluminismo: o Iluminismo liberal.**

Washington versus Napoleão

Chateaubriand, em alguns parágrafos, faz-nos compreender por que motivo os europeus, ao virarem as costas aos ideais da liberdade, colheram o que tinham semeado.

[24] Y. Roucaute, La Puissance de la Liberté. *Le Nouveau Défi Américain*, Puf, 2004, pp.123 e seguintes.
[25] Citação retirada da obra *Mémoires. 50 ans de Réflexion Politique*, publicada em 1983, ano da morte do filósofo, sociólogo, jornalista e cientista politico francês. [N.T.]

"Washington não pertence, como Bonaparte, a essa raça que ultrapassa a estatura humana. Nada de impressionante se liga à sua pessoa; ele não está sobre um vasto teatro; ele não combate com os capitães mais hábeis e com os mais poderosos monarcas do seu tempo; ele não corre de Memphis até Viena, de Cádis até Moscovo: **ele repousa com um punhado de cidadãos sobre uma terra sem fama, no círculo estreito dos agregados domésticos.** Nenhum dos seus combates renova os triunfos de Gaugamela e de Farsalos; ele não derruba qualquer trono para criar outros a partir dos escombros; ele não diz aos reis à sua porta:

Que se fazem esperar há muito, e que Átila se aborrece.

Algo de silencioso envolve as acções de Washington; ele age com lentidão. Diríamos que se sente encarregue da liberdade do futuro, e receia comprometê-la. Estes heróis de uma nova espécie não carregam os seus destinos: carregam os destinos do seu país; ele não se permite usufruir daquilo que não lhe pertence; mas desta profunda humildade que luz irá brotar! Procurai os bosques onde a espada de Washington brilhou: e que encontrareis? Túmulos? Não; um mundo! Washington deixou os Estados Unidos como troféu sobre o seu campo de batalha.

Bonaparte não tem qualquer característica deste grave americano: ele combate com fracasso sobre uma terra velha; apenas quer criar a sua fama; apenas se encarrega da sua própria sorte. Ele parece saber que a sua missão será curta, que a torrente que desce de tão alto se despenhará rapidamente; ele apressa-se a usar e a abusar da sua glória, como de uma juventude fugidia. À semelhança dos deuses de Homero, ele quer chegar em quatro passos ao fim do mundo. Ele aparece em todas as margens; ele inscreve precipitadamente o seu nome nos anais de todos os povos; ele distribui coroas à sua família e aos seus soldados; ele apressa-se nos seus monumentos, nas suas leis, nas suas vitórias. Debruçado sobre o mundo, com uma mão abate reis, com a outra abate o gigante revolucionário; mas, ao esmagar a anarquia, ele sufoca a liberdade e acaba por perder a sua no seu derradeiro campo de batalha.

Cada qual é recompensado consoante as suas obras: Washington eleva uma nação à independência; magistrado em repouso, ele adormece na sua casa por entre os lamentos dos seus compatriotas e a veneração da população.

Bonaparte rouba a uma nação a sua independência: imperador caído, ele é enviado para o exílio, onde o mundo teme que, sob a custódia do oceano, não esteja ainda suficientemente aprisionado. Morre: a notícia, publicada à porta do palácio frente ao qual o conquistador proclamou tantos funerais, não faz parar nem espanta quem passa: porque chorariam os seus cidadãos?

A república de Washington subsiste; o império de Bonaparte destruiu-se. Washington e Bonaparte saíram do seio da democracia: nasceram ambos da liberdade, mas se o primeiro lhe foi fiel, o segundo traiu-a.

Washington foi o representante das necessidades, das ideias do Iluminismo, das opiniões da sua época; ele secundou, ao invés de contrariar, o movimento dos espíritos; ele quis o que devia querer, aquilo para que foi chamado: daí a coerência e a perpetuidade da sua obra. Este homem que impressiona pouco, porque se encontra em proporções justas, confundiu a sua existência com a do seu país: a sua glória é o património da civilização; a sua fama eleva-se como um desses santuários públicos a partir dos quais brota uma fonte fecunda e inesgotável.

Bonaparte poderia igualmente enriquecer o domínio comum; ele estava na nação mais inteligente, mais corajosa, mais brilhante da terra. Qual seria hoje o lugar ocupado por ele, se tivesse juntado a magnanimidade àquilo que tinha de heróico, se, sendo Washington e Bonaparte em simultâneo, tivesse nomeado a liberdade como herdeira universal da sua glória!

Mas este gigante não ligava o seu destino ao dos seus contemporâneos; o seu génio pertencia à era moderna: a sua ambição era a dos velhos dias; ele não se apercebeu que os milagres da sua vida excediam o valor de um diadema, e que este ornamento gótico lhe assentava mal. Mal ele se precipitava sobre o futuro, recuava rumo ao passado; e, quer ele contrariasse ou seguisse o curso do tempo, pela sua força prodigiosa, ele empurrava ou era empurrado para trás pelas ondas. Aos seus olhos, os homens não passaram de um meio de poder; não se estabeleceu qualquer simpatia entre a sua felicidade e a deles: ele tinha prometido libertá-los, mas escravizou-os; ele isolou-se deles, eles afastaram-se dele. **Os reis do Egipto colocavam as suas pirâmides fúnebres não entre campos de flores, mas no meio de areias estéreis; estes grandes túmulos elevam-se como a eternidade na solidão: Bonaparte construiu à imagem deles o monumento da sua fama."**[26]

O projecto de construção europeia protege-nos duplamente: contra o retrocesso proteccionista e contra as pulsões nacionalistas. Mas este projecto não está acabado e não está a salvo de uma subversão interna. O desejo dos Fundadores era criar um instrumento ao serviço da liberdade e não o monstro regulamentar em que o projecto arrisca tornar-se. Além do mais, o nacionalismo não está morto na Europa. Em França, a Frente Nacional é uma força corrosiva que ataca perigosamente a base das liberdades fundamentais e os princípios da livre circulação (de pessoas, de bens, de serviços e de capitais) nos quais está assente a União Europeia. **Paradoxalmente, esta formação traz uma renovada juventude e uma propagação inesperada de ideias que eram, habitualmente, apanágio da extrema-esquerda**: o anticapitalismo, o anti-americanismo e a denúncia do poder do dinheiro.

[26] F.-R. de Chateaubriand, *Mémoires d'Outre-Tombe*, Livro VI, Capítulo VII, 1848 (póstumas), pp.269-271

Etienne de la Boétie (1530-1563)

Discurso sobre a Servidão Voluntária[27] (1549)

Apresentação da obra

Falecido precocemente, este jovem autor é, antes de mais, conhecido pelo seu laço indefectível com Montaigne. Conhecemos essa passagem célebre dos *Ensaios* em que o filósofo escreveu algumas das mais belas frases enaltecedoras da amizade.

Eclesiástico apaixonado pelo direito, pelas letras clássicas e pela teologia, Etienne de la Boétie foi criado no culto à Antiguidade grega e romana. Por ordem do Rei e do seu Conselho, foi encarregue de diversas missões para promover a tolerância e o apaziguamento numa época em que, devido à Reforma Protestante, a questão religiosa estava cada vez mais acesa.

O *Discurso* foi escrito por La Boétie aos 18 anos[28]. **Trata-se de um ensaio de psicologia política cuja tese central é que a tirania retira todo o seu poder do consentimento permanente das pessoas que escraviza.** No dia em que esse consentimento desaparece, ela dissipa-se subitamente. Portanto, esta é uma vibrante apologia da liberdade e contra todas as formas de tirania, incluindo a que era exercida pelos reis.

Semelhante ensaio conserva toda a sua actualidade, particularmente na nossa época, em que assistimos àquilo a que se convencionou chamar de "Primavera Árabe", embora, evidentemente, ninguém possa ainda prever o seu desfecho – feliz ou infeliz – a curto e a longo prazo. O fulgor com que velhos ditadores, como Ben Ali, na Tunísia, e Mubarak, no Egipto, foram depostos mal ocorreram os primeiros levantamentos de rua mostra toda a pertinência do raciocínio de La Boétie. A passagem seguinte aplica-se bem aos problemas que, na Líbia, obrigaram o ditador Kadhafi a contratar mercenários estrangeiros para defender a capital em que ficou cercado:

> "Os maus reis usam estrangeiros na guerra como mercenários, não ousando colocar armas nas mãos do seu povo, ao qual fizeram mal"[29].

Síntese da Obra

Porque é que um milhão de homens se submete a um tirano que não tem força nem prestígio?

---

[27] O título original é *Discours de la Servitude Volontaire* e o autor recorreu à versão publicada em 1983 pela Flammarion. Existe uma versão portuguesa, intitulada *Discurso sobre a Servidão Voluntária*, editada pela Antígona em 1997. [N.T.]
[28] Há alguma controvérsia acerca da paternidade da obra
[29] E. de La Boétie, *Discours de la Servitude Volontaire*, Flammarion, 1983 (1549), p.154

No seu famoso poema, Homero coloca na boca do herói Ulisses as seguintes frases:

> "Em ter vários senhores nenhum bem sei:
> Que um seja o Senhor, e que um só seja o rei"

Ulisses está enganado, diz-nos La Boétie. Na realidade, é uma "extrema infelicidade" ser alguém controlado por um mestre. Nunca temos a garantia de que o mestre será bom, dado que tem sempre a possibilidade de "ser mau quando quiser"[30].

Não se trata aqui de discutir os méritos dos diversos regimes políticos[31]. O que se vai discutir é, deste ponto de vista, surpreendente: **por vezes, tanto homens, como cidades, como nações suportam um tirano isolado, alguém que não tem outro poder excepto aquele que lhe é dado,** alguém que não os poderia prejudicar se deixassem de suportar aquilo que ele faz, alguém que não lhes poderia fazer o mais pequeno mal se optassem por o contradizer em vez de sofrer.

Em suma, **como explicar que um milhão de homens esteja sob o jugo da tirania não pela força mas por uma espécie de encantamento ou de charme, mesmo quando o tirano se revela "desumano e selvagem" para com eles?** Faz parte da ordem das coisas que os povos obedeçam aos seus governantes, mas como explicar que se submetam a um tirano que não tem força nem prestígio?

Decerto podemos compreender que, devido à fraqueza humana, o povo possa ser obrigado a ceder perante a força. Tal foi a situação do povo ateniense sob a Tirania dos Trinta. Estas são, por vezes, situações inevitáveis que há que suportar pacientemente. **Certamente, também se percebe que o povo viva sob o controlo de um tirano devido à sedução que este exerce sobre ele.** Faz parte da nossa natureza amar a virtude, valorizar as boas acções e reconhecer o bem. É razoável seguir uma grande personagem que dá provas de visão, de coragem e de cuidado na sua forma de governar.

Mas não é disso que iremos aqui falar. As inúmeras pessoas de que falamos, não as vemos obedecer mas servir. Elas não são governadas mas tiranizadas. Estas pessoas vivem todos os dias com receio de perder os seus pais, a sua mulher, os seus filhos, a sua vida. Sofrem pilhagens, obscenidades, crueldades, não de um exército, não de uma invasão bárbara contra a qual pegariam em armas, mas de um único homem. Não um Sansão ou um Hércules mas, frequentemente, alguém efeminado e impotente.

A servidão só existe porque é voluntária

Então, porque o permitem? Será cobardia? Se, por um estranho conjunto de circunstâncias, três ou quatro pessoas não ousassem defender-se de uma pessoa isolada, poderíamos,

---

[30] *Idem*, p.131

[31] Platão e Aristóteles abordaram esta questão abundantemente e criaram tipologias bastante célebres dos diversos regimes. Não é isso que La Boétie visa aqui, preferindo interrogar-se sobre as condições de existência da tirania.

decerto, falar de cobardia. Mas se cem, se mil pessoas suportam sem reagir os crimes de uma pessoa, isso já não é cobardia. Será desprezo ou escárnio face a essa pessoa? Se esse homem tomar cem países, mil cidades, um milhão de homens e ninguém ripostar, poderemos apelidar isso de cobardia? **Qual é, então, esse vício monstruoso que não merece sequer o nome odioso de cobardia?**

Imaginemos que, num campo de batalha, alinhamos, de um lado, 50 mil homens e, do outro lado, outros 50 mil. **Se alguns combatem para defender a sua liberdade e os outros combatem para a roubar, quem irá vencer?** Os primeiros, evidentemente. Porquê? Porque têm na memória a felicidade da sua vida passada e a perspectiva de uma felicidade similar no futuro. Sabem que a sua felicidade e a dos seus filhos depende daquelas horas de batalha. **Os outros só são animados por alguma avidez, a qual vai diminuindo com o combate.** As batalhas de Miltíades, de Leónidas e de Temístocles, que tiveram lugar há mais de dois mil anos, ainda estão na memória de todos. A vitória de um punhado de gregos contra os exércitos imensos de persas é "a vitória da liberdade sobre a dominação, da alforria[32] sobre a avidez"[33].

A bravura reside nesta liberdade. Então, por que motivo os povos se tornam servis? Por cobardia? A cobardia não explica nada. Aliás, é a cobardia que é preciso explicar. Na realidade, os homens deleitam-se com esta servidão. **Essa é a assustadora verdade: se os homens não rejeitam a servidão, é porque a desejam. A servidão só existe porque é voluntária.**

Com efeito, se desejamos verdadeiramente desembaraçar-nos de um tirano, não é sequer necessário combatê-lo. Basta deixar de lhe obedecer. Não é preciso retirar-lhe o que quer que seja. Basta não lhe dar mais nada. O povo não precisa de fazer nada contra ele. Basta que não faça nada por ele.

> "**É o povo que se escraviza, que corta a sua garganta,** que, tendo a escolha de ser servo ou de ser livre, abandona a alforria e agarra o jugo, que consente no seu mal ou que até o persegue."[34]

A tirania é comparável a um incêndio. Alimenta-se do combustível que estiver ao seu alcance. Quanto mais os tiranos pilham, mais exigem, mais arruínam, mais destroem, mais lhes é dado. Quanto mais são servidos, mais fortes se tornam e mais prontos ficam a tudo destruir e tudo aniquilar. Se nada lhes for dado, ficam nus e desfeitos.

O povo deixa-se pilhar, roubar, despojar por falta de anseio pela liberdade que, no entanto, não lhe custaria nada. Na realidade, a infelicidade e a ruína infligidas pelo tirano são infligidas pelo povo a si mesmo. O tirano só tem dois olhos, duas mãos e dois pés. É com os olhos do povo que ele vê, com as mãos do povo que ele bate, com os pés do povo

---

[32] A "alforria" deve aqui ser entendida no sentido que tinha no velho francês: "estado daquele que não está sujeito a qualquer mestre" (Littré).
[33] E. de La Boétie, *Discours de la Servitude Volontaire*, Flammarion, 1983 (1549), p.136
[34] *Idem, ibidem*

que ele pisa. O povo alimenta-o, fornece-lhe soldados, trabalha para financiar os seus prazeres. Para ser livre, o povo devia deixar de servir o tirano. Se o povo deixar de o sustentar, o tirano desmorona-se e quebra – tal como um grande colosso ao qual se retira a base.

Infelizmente, a tirania é uma doença mortal porque o povo que perdeu a liberdade não sente sequer o mal que o afecta. O que importa saber é como se enraíza esta teimosa vontade de servir? **Para responder a esta questão precisamos de nos debruçar sobre a natureza profunda do homem.**

A natureza humana

Em algumas páginas, Etienne de La Boétie expõe-nos a sua concepção da natureza humana que, sem o aparentar, é relativamente complexa. Esta antropologia, muito importante para entender a sua noção de liberdade e as consequências políticas que dela decorrem, pode ser resumida em três propostas:

- **o homem não é**, na sua condição original, **um produto acabado e precisa da educação dos seus pais para se formar e se tornar plenamente homem;**
- **o homem é naturalmente racional e a sua razão é universal;**
- **o homem é naturalmente livre.**

Em primeiro lugar, a natureza humana está inacabada à nascença. Os cuidados e a educação devem aperfeiçoar a obra da Natureza mas, a bem da verdade, neste estado é sempre a Natureza que prossegue a sua obra. Etienne de La Boétie considera a família como uma sociedade fundamentalmente natural. A razão, embrionária na criança, deve ser orientada pelos pais.

Em segundo lugar, "há na nossa alma alguma semente natural de razão"[35]. É, como já dissemos, tarefa dos pais assegurar esse desenvolvimento da razão. Infelizmente, pode suceder que, submetidas a uma má influência, estas sementes naturais murchem e abortem. Em função da sua formação, os homens serão diferentes uns dos outros. Por outro lado, a natureza das coisas faz com que nem toda a gente nasça com as mesmas predisposições. A Natureza fez-nos a todos diferentes. Porém, **o facto de a Natureza ter dotado alguns com mais do que outros não implica, de modo algum, que os primeiros tenham o direito de subjugar os segundos.**

> "Ao fazer as partilhas dos dons que nos legou, ela deu certos dons corporais ou espirituais mais a uns do que a outros, mas não pretendeu pôr-nos neste mundo como em campo fechado, nem deu aos mais fortes e aos mais avisados ordem para, como malfeitores armados numa floresta, dizimarem os mais fracos."[36]

---

[35] *Idem*, p.140
[36] *Idem, ibidem*

A Natureza não quer nem dominação nem sujeição. Se ela nos fez diferentes, é porque **essa diferença entre os homens permite a complementaridade.** Por seu turno, esta complementaridade permite estabelecer laços sólidos entre os mais favorecidos e os menos favorecidos. Ela **engendra a fraternidade entre os homens.**

> "É de crer, isso sim, que, favorecendo uns e desfavorecendo outros, ela pretendia dar lugar à fraterna afeição, para que ela tivesse onde se manifestar, dando a uns o poder de oferecer ajuda e aos outros a necessidade de a receber."

A Natureza, "boa mãe", **malgrado as nossas diferenças, moldou-nos sobre o mesmo padrão para permitir que as pessoas se reconhecessem entre si.** Ela também deu aos humanos o uso da **palavra**, de modo a **permitir que estes comunicassem** e fizessem a comunhão das suas vontades.

> "Não há dúvida de que somos naturalmente livres, pois somos todos companheiros, e não cabe no entendimento de ninguém que a Natureza tenha colocado alguém em servidão quando nos colocou todos juntos."[37]

A associação dos homens não significa que alguns se devam submeter. Este companheirismo não significa dependência de uns em relação aos outros.

Em terceiro lugar, nós somos, com base no que foi dito anteriormente, naturalmente livres. É, efectivamente, uma consequência do carácter racional da nossa natureza. A liberdade deduz-se da própria razão. Porquê? Como a natureza do homem é racional, ela reconhece em outrem o seu semelhante. Reconhece a sua autonomia. E esse reconhecimento é mútuo. É interdependente. A interdependência opõe-se à dependência. A natureza do homem necessita, acima de tudo, da liberdade.

Mas a liberdade é um combate permanente:

> "Como tal, a liberdade só pode ser natural e, pela mesma ordem de ideias, na minha opinião, não só nascemos na posse da nossa alforria como também com as condições para a defendermos".[38]

O homem tem por dever defender o seu direito natural à liberdade. **Tudo o que, por natureza, é dotado de vida e de liberdade** ama essa liberdade e luta contra a sujeição. Os animais queixam-se quando são aprisionados. Mesmo as espécies domesticadas, que são feitas para servir os homens, protestam contra a escravização. Como é que nós, homens, nós que nascemos para viver livres, pudemos desnaturar-nos a este ponto? Vimos que os homens se comprazem na servidão. Porque é que isso acontece? Para o perceber, temos de nos debruçar sobre a origem da tirania.

---

[37] *Idem*, p.141
[38] *Idem, ibidem*

Três tipos de tiranos

Há três tipos de tiranos:

- aqueles que conquistaram o poder pela força das armas;
- aqueles que obtiveram o poder por via hereditária;
- aqueles que foram eleitos pelo povo.

Os que tomaram o poder pela guerra comportam-se como se permanecessem no campo de batalha. Os que nasceram reis não são muito melhores. Foram criados e educados na convicção de que o povo é seu servo hereditário e, a seus olhos, **o reino e tudo o que ele contém constituem o seu património e pode ser usado a seu bel-prazer. Os tiranos, levados ao poder pelo povo** devido ao seu prestígio, à sua grandeza ou a qualquer outra qualidade que tenha seduzido o povo, **decidem, uma vez conquistado o poder, conservá-lo por todos os meios. Frequentemente, ultrapassam, pelos seus vícios e pela sua crueldade, todos os outros tiranos**, e apressam-se a suprimir a liberdade ainda fresca, antes que o povo lhe tome o gosto. Há, decerto, diferenças entre estas três espécies de tiranos, mas a sua maneira de governar é bastante semelhante. Os tiranos "eleitos" domam o povo como um touro que pegaram pelos cornos. Os conquistadores fazem dele sua presa. Os sucessores tratam-no como um escravo natural.

Se aparecessem um dia, não se sabe de onde, homens novos, homens que não tivessem conhecido nem a servidão nem a liberdade, que ignorassem o que é uma e o que é outra, e aos quais se perguntasse se preferiam viver como servos ou viver livres, sem margem para qualquer dúvida optariam por obedecer à sua razão em vez de servir um homem.

Os homens perdem frequentemente a sua liberdade "por engano"[39], porque sofrem o abuso de alguns. Pressionada pelas guerras, a cidade de Siracusa elevou imprudentemente Dionísio ao posto de tirano. Na verdade, deu-lhe a chefia do exército. De capitão ele passou a rei, e de rei transformou-se em tirano.

A rapidez com que o povo, uma vez subjugado, perde a sua memória da liberdade é verdadeiramente incrível. Quando a perdemos, é evidente que obedecemos sob coacção. Mas as gerações que se seguirem obedecerão servilmente sem o menor lamento. Os homens que nascerem sob o jugo, que forem criados e educados na servidão, contentar-se-ão em viver da forma como nasceram. No entanto, até o mais descuidado dos herdeiros irá um dia olhar para os registos do que lhe foi legado para verificar se recebeu a totalidade da herança. Mas este bem precioso que é a liberdade pode rapidamente desaparecer e, como iremos ver, o peso do hábito, da tradição, é tal que faz rapidamente esquecer a perda deste bem.

É sempre agradável ser livre e a sujeição é amarga em todos os países. Mas La Boétie pensa que **é preciso ter piedade e perdoar aqueles que, não tendo jamais provado a liberdade**

---

[39] *Idem*, p.144

ou dela ouvido falar, não se apercebem do mal que há em ser escravo. Ninguém se queixa daquilo que nunca teve. A natureza do homem é tal que "ele adopta instintivamente o estilo de vida que aprendeu enquanto cresceu"[40]. La Boétie cita o exemplo dos dois esparciatas recebidos por Idarnes, uma das grandes figuras do império do rei Xerxes. Idarnes tentou suborná-los: em troca da sua ajuda, os dois emissários receberiam a coroa de várias cidades gregas. Eles recusaram:

> "Ao dizeres isso, Idarnes, não nós dás bom conselho, diriam os lacedemónios, pois experimentaste o bem que nos prometes, mas nada sabes sobre aquele que possuímos: usufruíste do favor do rei; mas da liberdade, do gosto que ela tem, do quão doce é, nada sabes. Se a conhecesses, havias de aconselhar-nos a defendê-la, não com a lança e o escudo, mas com unhas e dentes".[41]

A primeira razão da servidão voluntária é o costume

Todas as coisas que parecem naturais ao homem são, na realidade, aquelas a que ele foi acostumado durante a sua infância. Como tal:

> "A primeira razão da servidão voluntária é o costume".[42]

Os cavalos jovens dão coice, resistem, mordem o freio nas primeiras vezes em que são montados. Em seguida, habituam-se e até aparentam algum orgulho em passear com um arnês. **Os homens fazem o mesmo. Argumentam que sempre estiveram subjugados e que os seus antepassados também o estavam. Consideram normal suportar esse mal porque, dizem, há já muito tempo que o suportam.** Mas, ajuíza La Boétie, "os anos nunca dão o direito de mal fazer, antes aumentam a injúria"[43], o que significa que um costume observado há muito não pode servir de base, por si só, ao direito, ainda que os juristas o afirmem. Bem pelo contrário, a persistência de um comportamento injusto aumenta o seu carácter condenável.

Dito isto, há algumas pessoas que, acima da média, estão conscientes da servidão e se opõem a ela, pessoas que "nunca se deixam domesticar pela opressão"[44]. Mesmo quando a memória da liberdade se esvai do espírito da maioria, essas pessoas conservam-na viva porque, contrariamente à populaça, sabem olhar para algo mais do que os seus pés. Por norma, são pessoas que, tendo uma inteligência naturalmente bem formada, a desenvolveram pelo estudo e pela aquisição de saber. Os livros e a inteligência aumentam naturalmente o ódio à tirania. Solimão, o Magnífico, compreendeu bem esta verdade, razão pela qual nas suas terras não há muitos sábios, nem ele quer que os haja. **A História mostra que várias dessas pessoas acabam por, em nome da liberdade e para a restaurar, assassinar tiranos.** São pessoas como Harmódio, Aristogíton, Trasíbulo, Brutus o Velho, Valério, etc..

---

[40] *Idem*, p.150
[41] *Idem*, p.148
[42] *Idem*, p.150
[43] *Idem*, p.151
[44] *Idem, ibidem*

Existem, decerto, outras pessoas que assassinaram ditadores mas sem ser por causa da liberdade que, no entanto, invocam ruidosamente. São, na realidade, pessoas ambiciosas que se envolvem em conspirações, **não para abolir a tirania mas para tomar o lugar do tirano.** Ao fazê-lo, abusam do "santo nome da liberdade".[45]

Sob os tiranos, os homens tornam-se cobardes e efeminados

A primeira razão pela qual os homens permanecem tão voluntariamente sob o estado de servidão é – como vimos – porque nascem na servidão e são educados no espírito da servidão. Uma **segunda razão é que, sob os tiranos, os homens se tornam facilmente "cobardes e efeminados". Quando perdemos a liberdade, perdemos com ela a valentia.** Quando têm de combater, os homens escravizados sobem ao campo de batalha "totalmente entorpecidos"[46]. Eles não sentem, no seu coração, o ardor da liberdade que os faria desprezar o perigo e cobiçar a honra e a glória de uma bela morte.

Não é somente o ardor guerreiro que as pessoas escravizadas perdem. **Perdem também a sua vivacidade e a sua vontade.** Tornam-se incapazes de realizar grandes feitos. Acomodam-se. Os tiranos estão bem conscientes disso e esforçam-se ao máximo por as estupidificar.

> "Os maus reis usam estrangeiros na guerra como mercenários, não ousando colocar armas nas mãos do seu povo, ao qual fizeram mal."[47]

Estupidificar os súbditos foi um truque que já Ciro[48], o Grande, usou, quando, após derrotar Creso e conquistar a cidade de Lídia, não quis colocar a saque uma tão bela cidade nem aí estacionar um exército para a guardar. Ao invés, optou por abrir bordéis, tabernas e jogos públicos e convidou os habitantes a frequentá-los, o que estes se apressaram a fazer, divertindo-se com todo o tipo de jogos. É daí que vem a palavra latina "ludi", que significa "passatempo".

Os povos suspeitam sempre daqueles que os amam e estão sempre dispostos a confiar naqueles que os enganam. São "rapidamente seduzidos para a servidão"[49].

> "Os teatros, os jogos, as farsas, os espectáculos, os gladiadores, os animais curiosos, as medalhas, os quadros e outras drogas dessa espécie eram, para os povos antigos, os engodos da servidão, o preço da sua liberdade, as ferramentas da tirania."[50]

Estes meios foram desenvolvidos pelos romanos até ao mais alto grau, organizando

---

[45] *Idem*, p.153
[46] *Idem*, p.151
[47] *Idem*, p.154
[48] Ciro II (559-529 a.C.), de cognome "O Grande", foi o fundador do Império Persa, sucessor do Império Medo. Pertence à dinastia dos Aqueménidas.
[49] E. de la Boétie, Discours de la Servitude Volontaire, Flammarion, 1983 (1549), p. 155
[50] *Idem,* pp. 155-156

festins e banquetes públicos várias vezes por mês. Os tiranos distribuíam farinha, vinho e sestércios. O povo ficava-lhes grato sem perceber que esses produtos e esse dinheiro eram, na realidade, os seus, de que os tiranos se haviam apropriado. A notícia da morte de Nero, esse monstro, essa "praga do mundo", causou no povo um verdadeiro desgosto, uma vez que ele promovia esses jogos e esses festins.

Júlio César, cuja "própria humanidade, que é tão alardeada, causou mais danos do que a crueldade do mais selvagem tirano que alguma vez existiu", **foi um tirano que dispensou as leis e a liberdade.** Ele manifestava, face ao povo romano, uma "venenosa doçura" e "adoçava a servidão"[51]. Aquando da sua morte, em vez de ter sido condenado por abolir a liberdade, foi-lhe erguida uma coluna como "Pai do Povo". Nenhum dos imperadores romanos seguintes se esqueceu de tomar o título de "tribuno do povo".

Os tiranos utilizam a religião como disfarce

Cuidando das aparências, os reis da Assíria e dos Medos só raramente apareciam perante o povo, **para lhe fazerem crer que eram mais do que homens. Deste modo, eram reverenciados e temidos pelos seus súbditos.** Os primeiros faraós do Egipto levavam sobre a cabeça, em cada aparição, ora um gato, ora um ramo, ora fogo, o que suscitava respeito e admiração entre os seus súbditos. No entanto, qualquer pessoa menos tonta e menos servil limitar-se-ia a rir perante um espectáculo tão grotesco.

Os povos estavam inclinados a acreditar igualmente que os tiranos possuíam poderes curativos. Diz-se que o dedo de Pirro, rei dos epirotas, fazia milagres e curava as doenças do baço. Garante-se que Vespasiano, regressado da Ásia, fez pelo caminho diversos milagres, endireitando os coxos, devolvendo a visão aos cegos, etc.. **O que motivava determinados tiranos a tentar divinizar-se era o medo da população que eles sabiam que faziam sofrer.** Para proteger melhor a sua "má vida", **eles "desejavam fortemente utilizar a religião como disfarce"[52].** Os reis de França, por seu turno, recorreram a uma série de acessórios e símbolos (sapos, flores-de-lis, a ampola e a oriflama) para sacralizar o seu reinado. A Ampola do Santo Crisma[53] é um instrumento para manter a devoção, a obediência e a servidão do povo francês face aos seus reis.

A tirania é uma doença que gangrena o conjunto do corpo social

Qual é a energia e o segredo da dominação? **Qual é o fundamento da tirania?**

Não são os arqueiros e os alabardeiros que protegem o tirano. Estes impedem que os

---

[51] *Idem*, p.157
[52] *Idem*, p.159
[53] O Santo Crisma é um óleo santificado, mistura de azeite e de perfume, com o qual se procede a determinados sacramentos. Era utilizado para a cerimónia de unção dos reis de França, misturado com uma parcela do conteúdo da Santa Ampola que, segundo uma lenda, tinha sido trazida por uma pomba no baptismo de Clóvis.

mal-vestidos entrem no palácio mas **não estariam em condições de travar a iniciativa de um grupo de pessoas bem armadas.** Quando olhamos para a história dos **imperadores romanos,** constatamos, por fim, que **raros são aqueles que escaparam a um atentado ou assassinato.** Os seus guardas não lhes foram de grande utilidade. Aliás, vários morreram às mãos dos próprios arqueiros.

Como tal, não são cavaleiros, infantes ou outros soldados que asseguram realmente a segurança do tirano. Então como é que esta é garantida? Por aquelas poucas pessoas que o tirano ouve:

> "São sempre quatro ou cinco que suportam o tirano, quatro ou cinco que mantêm todo o país em servidão".

Nunca são mais do que cinco ou seis pessoas[54] que se aproximaram ou foram chamadas para perto do tirano e se tornaram cúmplices das suas crueldades, dos seus prazeres e das suas pilhagens. **Dessas cinco ou seis pessoas dependem seiscentas outras. Essas seiscentas pessoas têm, ao seu redor, sob elas, seis mil pessoas.** Essas seis mil pessoas governam províncias ou gerem fundos. Quando prosseguimos, vemos que essas seis mil pessoas também possuem dependentes. **No final das contas, veremos que centenas de milhares, e até milhões, de pessoas estão agarradas ao tirano por esta corda.** É aí que estão os verdadeiros suportes da tirania. A tirania é como uma doença que gangrena o conjunto do corpo social, como uma **parte do corpo afectada por vermes que contamina tudo o resto.** Todo o tirano se apoia em tiranos sob ele, todo uma série de pessoas que quer a sua parte do saque. Podemos estabelecer comparações com as sociedades de piratas que, por intermédio dos laços de obrigações que os corsários que as compõem estabelecem entre si, conseguem ganhar para a sua causa belas vilas e grandes cidades que os podem abrigar.

Em todas as fases, as pessoas sofrem com o tirano. Este usa as pessoas como um lenhador usa bocados de madeira como cunhas para obter mais lenha. **As pessoas estão, no entanto, felizes por suportar o mal que o tirano lhes faz, pois permanecem em vantagem sobre quem está abaixo delas.** A maldade dessas pessoas é frequentemente surpreendente. Todavia, La Boétie sente pena delas e da loucura que as empurrou para os braços do tirano. De facto, quanto mais essas pessoas se aproximam do tirano, mais perdem a sua liberdade. **Todos os aldeões, todos os camponeses que essas pessoas enganam, que reduzem quase à escravatura, são, na realidade, bastante mais livres do que os seus opressores.** Porquê? Porque, depois de fazerem o que se espera deles, são deixados em paz. Pelo contrário, explica La Boétie, os cortesãos e os torturadores têm de livrar-se eles próprios de abusos e agradar constantemente ao tirano, trabalhar para ele sem descanso, prever as suas vontades, adivinhar os seus pensamentos, estar atentos às suas palavras, aos seus olhos, aos seus humores, etc.. Será isso viver de forma feliz? Será isso sequer viver? Na realidade, são muito menos livres do que o trabalhador agrícola ou o artesão.

Eles servem o tirano porque desejam obter dele bens. Não têm consciência – ou es-

---

[54] É o próprio La Boétie quem diz "cinco ou seis" depois de se ter referido a "quatro ou cinco". [N.T.]

queceram – que esses bens são, na realidade, seus desde sempre. Se o tirano os oferece é porque lhe foi dado o poder de os monopolizar. São também os bens, e só os bens, que preocupam o tirano. Ele só ama as riquezas e só destrói os ricos. **Regra geral, os seus favoritos aproximam-se dele para aumentar as suas próprias riquezas.** De início, recolhem os frutos das pilhagens levadas a cabo por ele mas, na realidade, a História mostra que o **tirano acaba por também os aniquilar.**

Por vezes, há pessoas de bem na corte do tirano, pessoas cuja virtude e integridade suscitam respeito. Essas pessoas também não são poupadas. Séneca era uma dessas pessoas, tal como Trásea Peto e Burro. Os três foram conselheiros de Nero. Os dois primeiros suicidaram-se. O último foi preso. **Mesmo os próximos que são amados pelo tirano, aqueles que o conhecem desde a infância, acabam por ser aniquilados por ele.** Será devido às suas virtudes que estas pessoas acabam tão miseravelmente? Não. Aqueles que se comportam de forma criminosa conhecem sorte idêntica. Isso também explica por que tantos tiranos são assassinados pelos seus favoritos. Espectadores ou cúmplices dos seus crimes, os últimos rapidamente percebem os perigos a que estão expostos.

O tirano não é amado por ninguém e não ama ninguém. Isso nada tem de espantoso. A amizade é uma coisa santa e sagrada que só se estabelece entre pessoas de bem que se têm em mútua estima. Ela não tem razão de ser onde reina a crueldade, a deslealdade e a injustiça.

> "Entre os maus, quando se reúnem, há uma conspiração, não uma companhia; não sentem afecto mútuo, sentem medo recíproco; não são amigos, são cúmplices"[55].

Em rigor, podemos dizer que os ladrões e outros bandidos são companheiros, que partilham entre eles o saque e que o medo que se inspiram mutuamente limita a capacidade que têm de se prejudicarem. **Para o tirano, pelo contrário, qualquer amizade é impossível. Porquê?** Porque a amizade precisa de igualdade. Não tendo iguais, não tendo companheiros, ele está para lá das margens da amizade. **Sendo mestre de todos, ele não é amigo de nenhum.**

Atraídos pelo brilho dos seus tesouros, os cortesãos aproximam-se do tirano sem compreenderem que entram numa chama que os consumirá. Supondo que lhe conseguem escapar, estarão sempre à mercê do seu sucessor. Além disso, estas pessoas são odiadas por todos. **Por norma, o povo acusa mais prontamente quem está próximo do tirano do que o próprio tirano.** O povo tem mais medo deles do que de animais selvagens. Culpa-os de todas as pestes e de todas as fomes. Eis toda a honra que estas pessoas recebem pelo seu serviço.

La Boétie conclui afirmando que Deus, liberal e afável, detesta a tirania e reserva seguramente aos tiranos e aos seus cúmplices qualquer punição especial.

---

[55] E. de La Boétie, *Discours de la Servitude Volontaire*, Flammarion, 1983 (1549), pp.168-169

Adam Smith (1723-1790)

Riqueza das Nações[56] (1776)

Apresentação da obra

Monumento na história do pensamento, *Riqueza das Nações* é – por excelência – a obra fundadora da economia política em geral e do liberalismo económico em particular. Apesar de crítico das ideias de Smith, Joseph Schumpeter considerava **este livro**, juntamente com A *Origem das Espécies*, de Darwin, **aquele que maior sucesso teve entre todas as obras científicas surgidas até então**[57].

A história e a longevidade deste livro dão que pensar: um obscuro professor de moral de uma universidade escocesa propõe-se resolver um problema filosófico assaz bicudo. Qual? **Como pode o desejo de enriquecimento ilimitado de alguns,** considerado desde Aristóteles como uma paixão destrutiva, **ser compatibilizado com o interesse de todos?**

A **resposta**, extremamente **fundamentada, a esta questão dará origem à economia política contemporânea.** Os conceitos inventados, reformulados e utilizados nesta demonstração (capital, preço, valor, juro, lucro, poupança, renda, assalariado, divisão do trabalho, etc.) são os **instrumentos fundadores de uma prática que se estenderá a todo o mundo** e que, hoje em dia, marca o ritmo de vida dos 6.800 milhões de pessoas que povoam o nosso planeta. A própria existência dessas pessoas é, em grande parte, consequência da aplicação das ideias contidas nesta obra.

Com efeito, a passagem da economia de subsistência à economia da abundância – que se explica pela acumulação de capital, pela divisão do trabalho e pelo desejo de enriquecimento ilimitado – está na origem de um *boom* demográfico inédito na história humana. Na época em que Smith redigiu esta obra, o número de cidadãos da totalidade do império britânico (Grã-Bretanha, Irlanda, América e Índias Ocidentais) andaria por volta dos… 13 milhões de pessoas, ou seja, pouco mais do que a população que vive actualmente em Portugal.

Durante a própria vida do autor, o sucesso desta obra foi espectacular. As suas ideias exerceram uma atracção irresistível. Antes de acabar o século, a obra conheceu nove edições inglesas e, apesar de bastante volumosa, foi traduzida em dinamarquês, flamengo, alemão, italiano e espanhol. A tradução russa surgiu entre 1802 e 1806. **A partir de 1790, Smith tornou-se a mais alta autoridade do mundo ocidental em matéria económica.** Ele é o professor do público, dos estudantes mas também dos professores, que ensinarão as suas ideias em Inglaterra e em muitas outras partes do mundo. Até John Stuart Mill publicar

---

[56] O título original é *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* e o autor recorreu à versão publicada em 1991 pela Flammarion: *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations*. Existe uma versão portuguesa, intitulada *Riqueza das Nações*, editada pela Fundação Calouste Gulbenkian em 2010 e dividida em dois volumes. [N.T.]

[57] J. Schumpeter, *Histoire de l'Analyse Économique. I. L'Âges des Fondateurs*, Gallimard, 1983 (1954), p.258

Princípios, em 1848, as teorias de Smith constituíam os conceitos-base de um economista. É certo que David Ricardo[58] tinha, também ele, publicado os seus *Princípios*, em 1817, mas as suas ideias não se difundiram fora de Inglaterra até bastante mais tarde. **William Pitt, o Novo** (1759-1806), **primeiro-ministro da Grã-Bretanha de 1783 a 1801 e de 1804 a 1806, declarou a Adam Smith: "Somos todos seus alunos".** A sua influência nas políticas económicas da época pode igualar ou ultrapassar a que Keynes teve em meados do século XX e a que Friedrich von Hayek e Milton Friedman tiveram nos anos 80 em Inglaterra e nos Estados Unidos.

Adam Smith foi raptado por boémios aos quatro anos de idade. O seu avô perseguiu os raptores a cavalo e libertou o pequeno Adam antes que a caravana abandonasse a região. Provavelmente, o mundo teria sido diferente se Adam Smith se tivesse tornado cigano.

Contexto geopolítico de *Riqueza das Nações*

Em que mundo viveu Adam Smith? À época, os **Estados Unidos** ainda eram as colónias britânicas da América setentrional, pois só acederiam à independência nove anos após o surgimento desta obra. Nesta nação rural, a expansão demográfica, sinal de boa saúde económica, era então fenomenal: **enquanto a população europeia duplicava a cada quinhentos anos, a população americana duplicava a cada 25 anos.** Adam Smith, adversário declarado da colonização, considera "muito provável" a secessão das colónias americanas da Grã-Bretanha. Ele preconiza para essas colónias a concessão de uma liberdade comercial total com o exterior e defende que elas possam eleger representantes para o Parlamento britânico. **Setenta anos antes de Tocqueville, Adam Smith é o primeiro intelectual liberal a dar como exemplo aquilo a que mais tarde se chamaria "modelo americano":** um país que, contrariamente à Europa e desprezando totalmente a noção mercantilista de balança comercial, desenvolve plenamente a sua agricultura e importa em abundância objectos manufacturados europeus.

A Holanda, grande potência comercial, é o Estado mais rico da Europa mas, limitada por políticas proteccionistas, alcançara os limites do seu crescimento. Pela riqueza, **a Grã-Bretanha** surge em segundo lugar, mas **é um dos Estados mais poderosos do planeta e Londres é a maior cidade comercial do mundo.** A Irlanda e a Grã-Bretanha são ainda dois reinos distintos. O papel-moeda fez a sua aparição na Escócia 25 anos antes de *Riqueza das Nações*. Adam Smith, que explica em detalhe nessa obra uma das primeiras grandes crises bancárias, já tinha percebido bem o perigo que poderia representar uma emissão superabundante de notas por parte dos bancos escoceses. A Grã-Bretanha faz negócios sobretudo com a **Flandres austríaca.** Embora as guerras civis na Flandres e o governo espanhol que se estabeleceu na sequência destas tivessem afugentado o grande comércio que se fazia nas cidades de Antuérpia, Gante e Bruges, a Flandres permaneceu uma das regiões mais ricas, mais povoadas e mais cultivadas da Europa.

---

[58] Filho de judeus sefarditas portugueses, David Ricardo (1772-1823) é uma das principais figuras da economia política clássica, juntamente com Thomas Malthus, Adam Smith e John Stuart Mill. [N.T.]

A França é, seguramente, uma das grandes potências da época, mas, devido à animosidade ancestral entre as duas nações e aos preconceitos mercantilistas, **o comércio anglo-francês está submetido a uma série de entraves quando poderia ser uma fonte considerável de prosperidade para os dois países.** A França é bastante mais pobre do que a Inglaterra, tanto a nível das infra-estruturas como da qualidade de vida. As estradas francesas, na realidade, e na sua maior parte, caminhos de terra, quase não são percorridas. Enquanto em Inglaterra ou na Escócia, era impensável que qualquer homem decente – incluindo um trabalhador ocasional – saísse sem sapatos, **em França a maior parte dos habitantes ainda caminhava em tamancos ou descalça.**

A Espanha e Portugal contam-se, então, entre as nações mais pobres da Europa. Estas antigas grandes potências coloniais estão em declínio, vítimas daquilo a que mais tarde se chamará a "doença holandesa": o afluxo massivo de recursos naturais como o ouro e a prata fizeram-nas negligenciar a sua agricultura, a sua indústria e o seu comércio. A perda dessa qualidade indispensável dos povos mercantis que é o "espírito de poupança", aliada ao modo de vida dispendioso da monarquia, da nobreza mas também da burguesia, que faz lembrar o das **petromonarquias** actuais, deixaram estes países enfraquecidos quando a procura de moeda metálica na Europa foi satisfeita.

O comércio colonial

Neste último quartel do século XVIII, **a economia já tem por palco o teatro mundial** mas as trocas estão sujeitas a uma série de obstáculos, proibições, tarifas e outras preferências ligadas ao sistema colonial. Adam Smith considera que a descoberta da América e do caminho para as Índias Orientais através do Cabo da Boa Esperança **"são os dois eventos mais notáveis e mais importantes referidos nos anais da espécie humana"**[59]. Estas mudanças têm repercussões mesmo em países que não estabelecem trocas comerciais com o Novo Mundo, como a Polónia e a Hungria. A globalização está em marcha. Mas, embora devesse ser um factor de paz e de prosperidade, faz-se acompanhar de muita violência, injustiça e perseguição.

Porquê? Porque avança a par do sistema colonial. A união estabelecida entre as duas extremidades do mundo e a possibilidade que isso dá aos homens de satisfazerem mutuamente as suas necessidades, aumentar os seus prazeres e estimular as suas indústrias teria de equivaler a uma soma de vantagens. **Porém, todas as vantagens comerciais "foram perdidas e afogadas num oceano de calamidades que trouxeram consigo"**[60]. Tal aconteceu porque, na época em que estas descobertas foram feitas, os europeus gozavam de uma tal superioridade em termos de força que puderam, impunemente, envolver-se em todo o tipo de injustiças nos territórios inexplorados. Mas estas calamidades são, considera Adam Smith com **optimismo**, um "efeito acidental" destes grandes acontecimentos e não uma consequência natural: **com o tempo, as diferentes partes do mundo alcançarão, prova-**

[59] A. Smith, *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations*, Tome II, Flammarion, 1991, (1776), p.240
[60] *Idem, ibidem*

velmente, uma igualdade de forças, e o medo recíproco inspirado por esse equilíbrio incitará cada um a respeitar os direitos do outro. Para estabelecer esta igualdade de forças, importa, diz Smith, partilhar os nossos conhecimentos e os nossos meios de aperfeiçoamento em todas as áreas.

Segundo Adam Smith, o sistema colonial apresenta mais inconvenientes do que vantagens para a Grã-Bretanha, pois as guerras em que ela se envolve para defender o império arruínam-na lentamente. Estas colónias não querem contribuir financeiramente para as despesas do império e a metrópole não tem condições para o impor. É certo que o comércio colonial enriqueceu a Grã-Bretanha, mas tê-la-ia enriquecido bastante mais se não tivesse sido colonial. Seria plenamente lucrativo para ambas as partes envolvidas nas trocas. As teses que ele aqui desenvolve lembram os argumentos dos liberais belgas que se revelavam fundamentalmente hostis à aquisição da colónia do Congo por parte da Bélgica após a morte do rei Leopoldo II. **A liberdade das trocas, desde então sempre defendida pelo liberalismo, revela o carácter fundamentalmente anti-colonialista e anti-imperialista desta doutrina.** Adam Smith conclui ainda a sua obra com um parágrafo onde afirma que a Grã-Bretanha não é um império, é antes uma ilusão tão lisonjeira quanto desastrosa. Esta ideia relativiza fortemente a famosa tese de Lenine de que o imperialismo é o estado supremo do capitalismo, uma vez que o **pacifismo** defendido por Adam Smith se explica pelas mesmas razões. Uma guerra é sempre uma calamidade para o Estado, que se endivida a longo prazo ou cria – como se explica no Livro V – ruinosos fundos perpétuos para a financiar. Mesmo que se possa revelar vantajosa para determinados comerciantes, ela perturba ou complica o comércio e desvia uma parte da população da sua actividade produtora de riqueza. A este respeito, Smith considera as Cruzadas como uma das iniciativas mais ruinosas para a Europa.

Sem se iludir acerca da capacidade de ser compreendido pelos seus contemporâneos ingleses, Smith preconiza que o país se livre das colónias e estabeleça entre elas e a Grã-Bretanha uma liberdade de trocas total. Sabemos que, com os acordos do GATT e a criação da OMC[61], a liberalização das trocas que ele defendia se concretizou além das suas expectativas.

Advogar a deslocalização

Em Smith, encontramos já argumentos favoráveis à deslocalização. Ele constata que determinados empresários consideram mais vantajoso investir os seus capitais naquilo a que hoje poderíamos chamar o terceiro mundo. Porquê? Porque obtêm maior lucro. A taxa de lucro é superior nas colónias. O que Adam Smith explica muito bem é que, **contrariamente às aparências, o interesse individual do empresário está aqui em consonância com o interesse público do país ao qual ele pertence.** Porquê? Uma elevada taxa de lucro

[61] O *General Agreement on Tariffs and Trade* (em português, Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) foi criado em 1947, tendo por objectivo harmonizar as políticas aduaneiras dos Estados aderentes, liberalizar o comércio internacional e combater práticas proteccionistas. Até 1995, ano em que a Organização Mundial do Comércio (OMC) entrou em funcionamento, o GATT serviu como instrumento regulador do comércio mundial. [N.T.]

é, para os empresários, sinal de que há falta de capitais num dado local. É sinal de que os bens se compram mais baratos e se vendem mais caros do que aquilo que valem. **Também é, frequentemente, sinal de que uma classe de pessoas está oprimida. Porquê?** Porque as pessoas trabalham a um preço inferior ao valor do seu trabalho. A atracção dos capitais para esta parte do mundo vai, então, aumentar a concorrência entre os empresários presentes nesse local e fazer subir rapidamente o custo da mão-de-obra, dado que esta trabalhará para os empresários que lhe ofereçam melhor salário. A taxa de lucro vai, pois, atingir um nível normal e o custo das mercadorias aumentará em relação directa com a subida dos salários. As mercadorias importadas tornar-se-ão, assim, mais caras e a diferença de preço entre estas e os produtos fabricados internamente esbater-se-á gradualmente.

As companhias exclusivas *too big to fail*

O que bloqueia consideravelmente o comércio colonial europeu é a política defendida pela escola mercantilista, que Smith combate obstinadamente. Em virtude desta política, o comércio internacional está submetido a toda uma série de limitações, obstáculos e proibições. **Estas trocas estão sujeitas a um duplo monopólio: aquele que a metrópole impõe relativamente às suas colónias** (elas só podem fazer comércio com a metrópole, que se torna intermediária obrigatória e fornecedora exclusiva das suas colónias) **e aquele, mais pernicioso, que ela impõe aos seus comerciantes nacionais – o monopólio exclusivo.** De que estamos a falar? Uma empresa comercial – a companhia exclusiva – recebe o privilégio de fazer comércio exclusivo com as colónias. Todas as potências europeias recorrem a estas companhias exclusivas. Os comerciantes podem entrar na companhia, mas esta está estruturada como uma corporação medieval, condicionando a adesão a uma série de critérios muito exigentes.

Estas companhias por acções podiam, deste modo, reunir montantes consideráveis. Assim, a Companhia dos Mares do Sul possuiu, a determinado momento, um capital que equivalia a mais de três vezes o montante do capital repartido do Banco de Inglaterra. Esta companhia era dirigida por um corpo de directores sujeito ao controlo da assembleia geral dos proprietários, que, na sua maioria, pouco percebia dos assuntos internos e se preocupava, acima de tudo, em receber, todos os semestres ou todos os anos, dividendos livres de qualquer encargo. Na outra ponta da cadeia, os representantes da companhia eram, na maior parte do tempo, desonestos e corruptos, preocupando-se sobretudo em abusar do seu poder para constituírem fortuna pessoal e regressarem ao país. Consequentemente, **estas companhias foram, na sua maioria, à falência. Numerosas companhias por acções beneficiaram, por acto do parlamento inglês, de privilégios exorbitantes.** O Estado concedia-lhes avanços, somas anuais, prémios, recapitalizava-as, prolongava os prazos de pagamento de dívidas, etc., mas **quase nenhuma escapava, no final, à falência.**

O comércio exclusivo tornou-se nocivo sob todos os aspectos. Mas Smith destaca que não se pode liquidar de um só golpe estas empresas alimentadas pelo Estado, pois tal seria uma catástrofe económica para a indústria e para o comércio inglês. Para desmantelar este comércio exclusivo é preciso agir gradualmente. **Como se vê, as problemáticas das em-**

presas *too big to fail* e do "risco sistémico" não datam de hoje[62].

Um mal-entendido acerca da "mão invisível"

Antes de mais, dissipemos dois mal-entendidos muito comuns acerca das ideias de Adam Smith: o da "mão invisível" e o da compatibilidade da sua filosofia moral com as suas teorias económicas.

O conhecimento que a maioria dos intelectuais tem das ideias de Adam Smith geralmente reduz-se a uma **noção mal compreendida da famosa "mão invisível".** Segundo uma opinião generalizada, essa seria a tese central de *Riqueza das Nações*. **O autor escocês entenderia a mão invisível como uma força tão misteriosa quanto bem-vinda que guiaria naturalmente as trocas entre actores económicos e asseguraria uma auto-regulação natural da ordem económica.** É costume ironizar-se perante este providencialismo inocente e denunciar o carácter totalmente desgarrado das alegadas leis económicas que Smith, desconectado de toda a realidade, retira da sua fé irracional nas virtudes do mercado.

Que pensar disso? Comecemos por esclarecer que **Smith fala – ao todo – duas vezes na mão invisível. Duas ocorrências apenas, em toda a sua obra!** Nos dois casos, o desenvolvimento das ideias ocupa somente alguns parágrafos. Não chega a uma página. Isto é, no mínimo, curioso para um conceito em torno do qual é suposto ordenar toda a obra de Smith.

Quando nos debruçamos um pouco mais seriamente sobre esta obra, constatamos que – como veremos nas páginas que se seguem – **Smith jamais defendeu que existia uma harmonia natural dos interesses, independente das normas e das instituições** que surgiram progressivamente ao longo da História. **O que diz ele ao certo?** No segundo capítulo do Livro IV de *Riqueza das Nações,* ele afirma que cada indivíduo procura encontrar o uso mais vantajoso para o seu capital. A busca do interesse individual fará com que, ao enriquecer, ele contribua para tornar tão grande quanto possível a receita anual da sociedade. Ao fazê-lo, trabalha para o interesse público. Assim, é uma espécie de "mão invisível" que o leva a "satisfazer um fim que não faz de todo parte das suas intenções"[63]. Não há nada de irrazoável, de inocente ou de ridículo numa tal teoria. Ela não possui, como vemos, o sentido que lhe é dado.

A outra ocorrência encontra-se na *Teoria dos Sentimentos Morais*, publicada em 1759. Smith afirma que, com "a mera satisfação dos seus vãos e insaciáveis desejos"[64], as classes favorecidas empregam milhares de braços para cultivar a terra. Visto que o consumo de uma pessoa rica não é, de um ponto de vista estritamente quantitativo, muito diferente

---

[62] Como escreve muito justamente o filósofo Drieu Godefridi, "se as empresas *too big to fail* são jurídica e economicamente privadas, elas são ontologicamente públicas, e como tal gozam, de facto, da garantia dos poderes públicos em caso de colapso". D. Godefridi, *La Réalité Augmentée ou l'Ère WikiLeaks*, Texquis, 2011, p.94, nota 98

[63] A. Smith, *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations*, Tome II, Flammarion, 1991, (1776), pp.42-43

[64] A. Smith, *Théorie des Sentiments Moraux*, Presses Universitaires de France (Quadrige), 1999, (1759), p. 257

do de uma pessoa pobre (têm o mesmo estômago), os trabalhos empreendidos pelos proprietários afortunados vão melhorar as culturas e "sem o querer, sem o saber, servem os interesses da sociedade e dão meios à multiplicação da espécie"[65]. **Mais uma vez, não há nada de irrazoável, de inocente ou de ridículo numa tal teoria.**

As missões do Estado liberal

Estas passagens são, decerto, muito importantes no que toca à problemática da ética do capitalismo, mas não é nelas que reside o interesse principal das ideias económicas de Adam Smith. Tal não significa que as relações económicas entre actores não devam ser reguladas por qualquer lei, nem que qualquer política deva abster-se de intervir em matéria económica. **Seria até curioso que o autor precisasse de 1.200 páginas para se contentar em afirmar que tudo seria muito melhor se o Estado não se desse ao trabalho de intervir na economia** e se limitasse a garantir justiça e segurança.

A finalidade que Adam Smith atribui à economia política prova por si, e desmentindo as caricaturas que lhe foram feitas, **a importância** que dá ao papel do Estado. A economia política visa, com efeito, proporcionar ao povo uma receita ou uma subsistência abundante ou, mais exactamente, **"colocá-lo em condições de proporcionar a si próprio essa receita e essa subsistência abundante"**[66] **e fornecer ao Estado** ou à comunidade uma **receita suficiente** para o serviço público.

As diferentes missões do Estado que ele enumera não se limitam, de modo algum, à segurança e à administração da justiça. O Estado deve, também, financiar as infra-estruturas de comunicação, financiar os trabalhos e os estabelecimentos públicos necessários à facilitação da actividade comercial e recorrer à ferramenta fiscal para encorajar ou desencorajar determinados comportamentos do contribuinte[67]. Uma outra missão fundamental do Estado consiste em regulamentar (e financiar, se necessário) a instrução, tanto das crianças como dos adultos. **Numa sociedade civilizada e comerciante, a educação das pessoas do povo merece mais atenção do Estado do que a educação das famílias ricas.** No que diz respeito às classes populares, Adam Smith recomenda ao Estado que crie uma escola em cada paróquia ou distrito e a financie, de modo a que o preço exigido pela educação das crianças seja tão módico que até o mais simples trabalhador possa aí inscrever os seus filhos. Além disso, **Smith considera que o Estado deve incentivar uma política cultural:** a diversão do povo permitiria aliviar o humor sombrio incutido pelos pregadores fanáticos de diversas seitas que floresciam à época. Portanto, estamos longe da imagem do Estado reduzido às suas funções de juiz e polícia.

Adam Smith foca-se bastante na economia e nas instituições para dar algum crédito a

---

[65] *Idem, ibidem*

[66] A. Smith, *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations*, Tome II, Flammarion, 1991, (1776), p.11

[67] Veremos que Adam Smith desaconselha, por exemplo, o hábito de alguns agricultores pagarem ao proprietário da terra com o produto das colheitas e sugere taxar de forma mais pesada a renda paga em géneros do que a paga em dinheiro, a fim de desencorajar esta prática nociva tanto para o proprietário como para o agricultor.

uma das teses centrais daquela que se viria a tornar a escola libertária: a possibilidade de uma sociedade sem Estado. O que ele critica é, nomeadamente, a sua tradição familiar (o seu pai era fiscal aduaneiro e está impregnado pela mentalidade do serviço público escocês) mas também o espectáculo das espoliações, injustiças e pilhagens incontáveis levadas a cabo pelas companhias de mercadores que receberam prerrogativas executivas e judiciárias nos estabelecimentos coloniais criados um pouco por todo o mundo. Smith diz ser necessário distinguir as profissões e não confundir papéis: um conselho de comerciantes, movido pelos seus interesses imediatos, não transporta jamais, em si, o carácter impositivo que inspira naturalmente o respeito do povo, que conduz a uma submissão voluntária que não necessita do uso da coacção.

Da suposta esquizofrenia de Adam Smith

O segundo mal-entendido diz respeito à coerência da obra de Smith. Devido à aparente diferença entre a sua filosofia moral, centrada na noção humiana[68] de "afinidade" do actor moral para com os seus semelhantes, e a sua doutrina económica, que consagra o primado do interesse individual, **quis-se por vezes fazer crer que Adam Smith era esquizofrénico, que o economista tinha devorado o moralista.** Essa é uma leitura profundamente errada. Na realidade, não existe qualquer oposição entre a *Teoria dos Sentimentos Morais* e *Riqueza das Nações*. Há, pelo contrário, uma perfeita continuidade conceptual. É verdade que o seu pensamento evoluiu no intervalo que separa as duas obras, mas as suas ideias iniciais não foram de modo algum renegadas. Bem pelo contrário – *Riqueza das Nações* foi escrita, como dissemos, para resolver esta questão de filosofia moral e política: **como pode o desejo de enriquecimento ilimitado de alguns,** considerado desde Aristóteles como uma paixão destrutiva, **ser compatibilizado com o interesse de todos?**

Responder a esta questão implica, antes de mais, responder a uma outra: **como é que indivíduos que não visam o bem comum e** que, frequentemente, até ignoram tal noção, **podem, não obstante, coexistir na mesma sociedade e contribuir para esse bem comum?**

Fruto de uma "longa e severa educação", **a maioria das pessoas não está em condições de aceder ao ponto de vista de "espectador imparcial"**. Este ponto de vista resulta de um duplo processo: antes de agir, o homem deve "descentrar-se", colocar-se na pele do seu semelhante, mas também identificar os espectadores que o contemplam (e que se identificam com ele). Ora, **os actores são geralmente parciais.** Visam o seu interesse particular e o dos seus próximos (família, amigos, etc.). **Mas eles interagem num campo de forças definido pela concorrência.** A concorrência no mercado vai coagi-los a adequarem-se às regras gerais que governam a justiça. É ao Estado – e Adam Smith insiste neste ponto no Livro V – que cabe assegurar a liberdade de concorrência. Os preços designam as relações de troca e dizem respeito a direitos de propriedade dos cambistas.

---

[68] David Hume (1711-1776) foi um filósofo, economista e historiador escocês. Foi, com Adam Smith, um dos mais eminentes representantes do Iluminismo escocês.

Smith distingue:

- **o "preço natural" de um bem**, que corresponde ao que é necessário pagar para o produzir, preparar e conduzir ao mercado, e depende da taxa natural da renda da terra, dos salários do trabalho e dos lucros do capital empregue,
- do **"preço do mercado"**, ou seja, o preço a que se costuma vender um bem. Este preço pode ser inferior, igual ou superior ao preço natural e resulta da relação entre a quantidade do bem existente no mercado e a procura daqueles que estão dispostos a pagar por ela o preço natural.

Os preços naturais permitem a reprodução da actividade económica e, a longo prazo, a concorrência acaba sempre por os impor. **O preço de qualquer bem gravita continuamente em torno de uma espécie de ponto central, que é o preço natural.** Apesar dos obstáculos que, acidentalmente, podem manter o preço do mercado acima ou abaixo do preço natural, o primeiro tende continuamente para o segundo. **Mais uma vez, é preciso que a concorrência não seja bloqueada ou distorcida. Cabe ao Estado velar para que tal não aconteça**, razão pela qual Adam Smith preconiza a destruição das corporações medievais cujas regulamentações falseiam consideravelmente a concorrência e paralisam o mercado de trabalho[69]. Smith recomenda também que acabem os privilégios das companhias exclusivas que operam no comércio internacional.

O bem é uma reserva de valor

Adam Smith consegue, então, responder à questão inicial: **como pode o desejo de enriquecimento ilimitado de alguns ser compatibilizado com o interesse de todos?**

Aristóteles apelidava a gestão e a condução dos negócios de "crematística". A boa crematística, necessária à auto-suficiência da cidade, é a troca de bens que se efectua na medida certa e é determinada pela necessidade. A má crematística, condenada por Aristóteles, é aquela em que a finalidade é a própria moeda. Nesta perspectiva, o homem não deseja bens, mas antes a moeda enquanto tal. Ora a moeda, diz Aristóteles, é um meio e não se pode tornar um fim. **O homem prisioneiro da má crematística troca os fins** (os bens que pode comprar com a moeda) **pelos meios** (a moeda que serve para comprar bens).

O raciocínio de Adam Smith rompe radicalmente com esta ideia tradicional: segundo ele, **o desejo de enriquecimento ilimitado não é consequência de uma *inversão* da relação entre o meio** (a causa material, ou seja, a moeda) e o fim (a causa final, ou seja, o bem). **O desejo de enriquecimento ilimitado procede, na realidade, de uma *identificação* entre a causa material e a causa final.** O objecto é idêntico. A acumulação de moeda é, na verdade, uma acumulação de bens, pois os bens possuem uma propriedade que, antes de Smith, só se reconhecia à moeda: o poder de compra geral.

[69] Os argumentos aqui convocados por Adam Smith assemelham-se, em muitos aspectos, aos que se formulam hoje contra os sindicatos.

Simplificando: **o bem é uma reserva de valor.** Com efeito, Smith identifica os bens (destinados à satisfação de uma determinada necessidade) e a riqueza real (o conjunto dos bens que conferem um poder de compra geral sobre outros bens). **O desejo de enriquecimento ilimitado não é mais do que o desejo de enriquecimento ilimitado do poder de compra.** Porquê? O que Smith diz é que os bens são "mercadorias". As mercadorias são o produto de um "trabalho". As mercadorias constituem um fragmento daquilo a que Smith chama a "riqueza real". É por constituírem a riqueza real que os bens têm um poder de compra. Antes, classicamente, considerava-se que as mercadorias tinham unicamente valor de troca, enquanto apenas a moeda tinha um poder de compra. **Ora, Smith afirma que o desejo de enriquecimento ilimitado pende não sobre a moeda mas sobre as mercadorias. Há a substituição da moeda pelas mercadorias. Desde logo, podemos afirmar que as mercadorias têm em si um poder de compra.**

Smith prossegue o seu raciocínio: **o poder de compra é um poder sobre o trabalho de outrem.**

> "O valor de troca de cada coisa deve ser sempre exactamente igual à extensão do poder que essa coisa traz a quem a possui."[70]

Antes, o bem era medido pela necessidade. O bem é, doravante, considerado uma riqueza real, a qual é medida pelo trabalho.

O desejo de enriquecimento ilimitado é socialmente benéfico

Desde logo, contrariamente ao que muitas vezes se julga, este desejo de enriquecimento ilimitado não é estéril. Ele conduz ao melhoramento da condição de todos, à satisfação das necessidades do conjunto da população. **É socialmente benéfico.** Porquê? Porque esta acumulação de riquezas não se faz em detrimento dos pobres. **Esta acumulação de riquezas tem um nome: capital. O processo que leva à sua criação chama-se "poupança".**

É sobre este ponto que se opera a transformação do pensamento de Smith relativamente à *Teoria dos Sentimentos Morais*. Nessa obra, ele defende, seguindo pensadores da tradição escocesa como Bernard de Mandeville[71], que são os gastos dos ricos que dão trabalho aos pobres e que, como tal, a indústria do luxo é benéfica para estes. Em *Riqueza das Nações*, ele muda de perspectiva: **não é pelo seu modo de vida dispendioso que o rico mais contribui para o bem-estar da sociedade.** Na realidade, por norma, o rico não consome muitíssimo mais do que o pobre. O desejo de acumulação ilimitada do rico enriquece a sociedade porque permite constituir um capital que pode ser mobilizado para criar mais riqueza. **Já não se trata de trabalhadores pobres que tiram proveito de bens que vendem ao rico, mas de pessoas que encontram emprego nas indústrias criadas graças ao capital do rico.**

---

[70] A. Smith, *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations*, Tome I, Flammarion, 1991, (1776), p.100

[71] Bernard de Mandeville (1670-1733) foi um filósofo e médico holandês a quem se deve *A Fábula das Abelhas* e a ideia de que os vícios privados constituem a virtude pública.

Adam Smith escreveu *Riqueza das Nações* para provar, como se disse, esta verdade moral: **o desejo de enriquecimento ilimitado é compatível com o interesse de todos.** Como é isto possível? O aumento das riquezas resulta do progresso da divisão do trabalho. Mercadorias acumuladas são ***avançadas*** pelos ricos aos trabalhadores sob a forma de bens, de salários e de meios de produção. Estas mercadorias avançadas aos trabalhadores constituem o capital. Os trabalhadores vão ***reproduzir*** estas mercadorias em quantidades crescentes. A diferença entre as mercadorias avançadas aos trabalhadores e as mercadorias produzidas pelos trabalhadores tem o nome de "lucro". A finalidade do patrão é obter o maior lucro possível. **Como aumentá-lo? Empregando, em quantidade crescente, trabalhadores assalariados.**

O que Adam Smith teria pensado de determinados príncipes sauditas

Podemos ilustrar esta diferença com um exemplo actual. **Imaginemos os príncipes sauditas que vivem na opulência.** Eles habitam em palácios sumptuosos circundados por parques criados em pleno deserto e regados em permanência. Vivem na ociosidade mais absoluta, rodeados de amigos, de primos e de empregados. Organizam festas gigantescas onde se servem, ao som de uma orquestra, as bebidas e os pratos mais finos. Poderíamos dizer que estas pessoas contribuem para propagar a riqueza em todas as camadas da sociedade. De facto, eles empregam uma série de profissões: canalizadores que trabalham em conjunto com ourives para instalar torneiras em ouro, arquitectos e historiadores de arte que reproduzem fielmente os canais venezianos ao longo da piscina central, pintores que reconstituem os frescos da Capela Sistina no hall de entrada, mecânicos que fazem a manutenção e cuidam com esmero da frota de Rolls Royces, Jaguares e Bentleys, aviadores, professores de golfe, mestres de equitação, etc..

Bernard de Mandeville diria que a acção destes príncipes é benéfica para os pobres, que estes príncipes sauditas fornecem trabalho a uma mão-de-obra abundante, etc.. **Adam Smith analisaria a situação de forma bastante diferente, dizendo que os príncipes aniquilam as riquezas e que a sua acção é verdadeiramente destrutiva do capital.** Porquê? Porque consomem as riquezas, ou melhor, consomem-nas sem assegurar a sua reprodução. Se a sociedade fosse composta unicamente por esbanjadores, rapidamente conheceria a ruína. É certo que o dinheiro trocado vai para as mãos de terceiros e vai circular no mercado. **Mas a contrapartida deste dinheiro evapora-se no momento do seu consumo**, à excepção, talvez, do conjunto arquitectural muito *kitsch* dos ditos príncipes (mas Adam Smith afirma que as casas das grandes famílias, enriquecidas pelo investimento de várias gerações em objectos magníficos, possuem um valor de troca bastante reduzido face à despesa feita).[72]

Totalmente distinta é a atitude dos príncipes sauditas que, ao invés de delapidarem a sua fortuna, a investem em diversas sociedades, financiam projectos rentáveis ou criam actividades que dão trabalho a muitas pessoas, actividades que, uma vez posta em marcha a máquina, podem prosseguir por si mesmas graças às riquezas produzidas pelo trabalho dos

[72] A. Smith, *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations*, Tome II, Flammarion, 1991, (1776), p.477

assalariados. **Economicamente, esta segunda escolha permite apenas a reprodução e o crescimento das riquezas. Moralmente, é preferível à primeira**, na medida em que permite melhorar a condição de um número bastante maior de pessoas.

Temos aqui a resposta à questão de Smith colocava já na *Teoria dos Sentimentos Morais:* **como fazer coexistir o desejo de enriquecimento ilimitado com o interesse de todos? Resposta: acumulando o capital.** Adam Smith é, finalmente, muito escocês na sua defesa de um capitalismo favorável à poupança. O interesse de todos é, de um ponto de vista económico, o emprego total dos recursos em trabalho. O enriquecimento exprime-se pelo aumento da capacidade de assalariar. Isto explica também por que motivo a desigualdade das posses, que é uma das consequências do desejo de enriquecimento ilimitado, é compatível com a melhoria da condição de todos.

O liberalismo não visa o lucro pelo lucro

Dito isto, o livro de Adam Smith não é – outra falsidade largamente propagada – **uma apologia do lucro.** Diz-se frequentemente que o liberalismo visa o lucro pelo lucro. O liberalismo promove efectivamente a acumulação das riquezas, que é indissociável do aumento da prosperidade numa sociedade, mas a sua finalidade não é engendrar a mais elevada taxa de lucro. **Na realidade, Adam Smith mostra-se hostil às elevadas taxas de lucro que resultariam de medidas intervencionistas** e assim seriam mantidas. Estas taxas artificiais favorecem os mercadores e os industriais, mas exercem-se em detrimento do consumidor. **Uma elevada taxa de lucro é um sinal que permite aos investidores empregar os seus capitais neste ou naquele ramo.** Não é um fim em si mesmo. Ela contribui para pôr fim a essas taxas artificiais. De facto, o afluxo de capitais representa a entrada, num determinado ramo, de um grande número de concorrentes e acaba, necessariamente e ao fim de pouco tempo, por fazer baixar a taxa para um nível médio. Uma taxa de lucro elevada parece ter sempre um efeito destrutivo sobre o "espírito de poupança" que é natural no comerciante. Foi o desaparecimento deste espírito que levou à ruína dos negociantes de Cádis e de Lisboa.

Por que é preciso desconfiar dos mercadores e dos industriais

Contrariamente ao que por vezes se afirma, **o liberalismo não é uma doutrina que defende os interesses dos comerciantes e dos empresários sob o pretexto de que os interesses destes beneficiariam o conjunto da sociedade. Na verdade, Adam Smith diz exactamente o contrário.** Enquanto os interesses dos trabalhadores (que vivem do seu salário) e os dos proprietários agrícolas (que vivem da sua renda) estão estreitamente ligados ao interesse da sociedade, os interesses dos comerciantes e os dos industriais (que vivem dos seus lucros) **não possuem a mesma ligação ao interesse geral da sociedade.** Porquê? Porque o capital que eles colocam em marcha é empregue de forma a produzir o maior lucro possível. Ora, contrariamente às rendas e aos salários, a taxa dos lucros não aumenta com a prosperidade da sociedade e não colapsa na decadência. Esta taxa é alta nos

países pobres e baixa nos ricos, onde **só atingirá níveis elevados quando o país estiver a caminhar para a ruína.**

Os mercadores e os industriais são quem mobiliza os maiores capitais. Eles dão provas de uma grande inteligência, mas esta centra-se no interesse do seu ramo de negócio e não no bem geral da sociedade. Como tal, os seus pontos de vista – supondo que estão de boa fé (o que nem sempre é o caso) – serão mais influenciados pelo seu interesse do que pelo interesse das outras classes. Além disso, acabam muitas vezes por abusar da crédula honestidade do proprietário rural ao persuadi-lo de que o seu interesse corresponde ao bem geral. **Desde logo, o ponto de vista dos mercadores e dos industriais sobre uma nova lei ou regulamento do comércio** – influenciado pelo seu interesse particular, que difere do, ou até se opõe ao, interesse geral – **deve ser escutado com "a maior desconfiança"**[73]**, dado terem interesse em enganar o público e já o terem feito em diversas ocasiões.**

Por outro lado, **Adam Smith escandaliza-se por a lei autorizar os patrões a concertarem-se enquanto interdita a mesma prática aos trabalhadores**[74]. Nenhuma lei interdita as ligas que procuram fazer baixar o preço do trabalho, mas há muitas contra aquelas que procuram fazê-lo subir. Os patrões entendem-se entre eles para não terem de aumentar os salários. Violar este entendimento é visto como uma traição e implica uma elevada reprovação moral. Estes entendimentos são reais mas nunca se fala deles porque são tácitos, naturais, existem desde sempre: não chamam a atenção. Pelo contrário, as **coligações de trabalhadores**, de empregados domésticos ou de trabalhadores ocasionais dão muito que falar. **Empurrados pelo desespero provocado pela perspectiva de morrer de fome, estes homens por vezes extravasam** e levam a cabo actos violentos que são sistematicamente reprimidos pela força pública e pela execução rigorosa de leis severas.

Os patrões são rápidos a concertar estratégias. Eles conseguem também organizar-se para pressionar o governo. São, portanto, os mercadores e os industriais os primeiros inventores dos entraves à importação de mercadorias estrangeiras. No Livro IV, Adam Smith condena muito duramente **"este espírito de monopólio, (…) esta rapacidade vil e ávida dos mercadores e dos industriais"**[75], espírito alimentado por sentimentos tão pouco reluzentes como a cupidez, o egoísmo, a inveja, etc.. É este espírito que se encontra na origem de todas as legislações e regulamentações proteccionistas. Ele deplora também que uma das consequências nocivas do sistema mercantilista que condena seja o favorecimento sistemático do interesse do produtor em detrimento do interesse do consumidor.

Eis, mais uma vez, propósitos que podem surpreender na boca do pai do liberalismo económico. **Não nos enganemos. É óbvio que Adam Smith não considera que a classe dos comerciantes e a dos industriais sejam nocivas em si.** Pelo contrário, ele considera-as duas fontes fundamentais da riqueza das nações: aquelas que geram o produto da indústria nacional. **Ele tem tanta estima por estes actores como pelos agricultores, os operários**

---

[73] *Idem*, p.336
[74] *Idem*, pp.137-138
[75] *Idem*, pp.86-87

agrícolas e os grandes proprietários que geram a riqueza da terra. Ele maravilha-se muitas vezes com o engenho, a habilidade, a inventividade dos industriais, a coragem dos mercadores de longo curso. Ele considera que a busca do interesse pessoal que os motiva é o verdadeiro motor da economia. Mas ele sabe, igualmente, que os entendimentos entre estas pessoas podem gerar regulamentações passíveis de perturbar consideravelmente o jogo da economia e, como tal, o interesse geral.

Nos dias de hoje, os jornalistas, os políticos e o público em geral têm dificuldade em compreender o liberalismo e em admitir que este não é a doutrina que defende o ponto de vista dos favorecidos. Se lhes é difícil perceber isto, é devido à grelha de leitura marxista que continua bastante presente nas análises políticas. Segundo esta, a sociedade divide-se em classes que se combatem e usam argumentos ideológicos para defender os seus próprios interesses. **Ora, tal como atesta esta obra fundadora, o liberalismo é uma doutrina que não defende qualquer grupo de interesse específico.** Os sindicatos de operários não existiam ainda na época de Adam Smith (senão sob uma forma embrionária e clandestina). Os únicos grupos de interesse que podiam influenciar o governo eram as corporações (que, em muitos aspectos, se assemelham aos sindicatos actuais) e as ligas de mercadores e de industriais. Razão pela qual Smith ataca estas últimas. **Hoje em dia, o ponto de vista dos patrões pode revelar-se tão nocivo ao liberalismo e à liberdade como o dos sindicatos.** Eles apenas se representam a si mesmos, e os seus interesses são, a maior parte das vezes, puramente corporativistas. Eles estarão dispostos a fazer adoptar todas as regulamentações que lhes permitam fechar o mercado aos inovadores, aos produtores e aos trabalhadores estrangeiros, bem como a outros *newcomers*.

Aquando da leitura desta obra, tomamos consciência da profunda preocupação de Adam Smith com o destino dos trabalhadores e do modo como as suas ideias são animadas pela vontade de alargar a prosperidade a todas as classes sociais. Dito isto, esta preocupação não é paternalista: em várias ocasiões, ele evoca o problema do alcoolismo operário e os danos que este causa, mas opõe-se, no entanto, aos argumentos morais que exigem restrições e limitações ao consumo de bebidas alcoólicas.

É neste sentido que o crescimento é, segundo ele, um mandamento moral. Ele não formula esta ideia nestes termos, mas demonstra que só os países que aumentam as suas riquezas podem elevar os salários dos trabalhadores e melhorar o destino destes. Numa economia próspera mas estagnada, como a China, o operário só pode sobreviver. Num país cuja economia decresce, a condição operária torna-se miserável e trágica.

Adam Smith abre a sua obra com uma **descrição maravilhada** dos prodígios da produtividade que se devem à **divisão do trabalho. Dito isto, ele está, mais do que ninguém, consciente das implicações deste fenómeno sobre a existência concreta do trabalhador e do seu florescimento.** Karl Marx não inventou nada com o seu conceito de alienação, ou seja, o processo através do qual o homem se torna estranho a si mesmo devido ao embrutecimento resultante da repetição absurda de tarefas. **Marx só desviou e radicalizou uma ideia de Smith.** De facto, foi Adam Smith quem lamentou que um homem que trabalhe numa das várias manufacturas da época industrial e passe a sua vida a concretizar um pequeno número

de operações simples **perca "naturalmente o hábito de implementar e exercitar as suas faculdades e se torne, em geral, tão estúpido e tão ignorante quanto seja possível a uma criatura humana"**[76]. Mas ele procura remediar isso mediante uma intervenção activa do Estado na educação do povo e no seu divertimento cultural, não através de uma revolução.

O método empírico de Adam Smith

Afirma-se frequentemente que o liberalismo de Adam Smith, através do enunciado de leis abstractas e desgarradas, é desconhecedor da realidade. Mais uma vez, é o contrário da verdade. ***Riqueza das Nações*** **é uma obra que, da forma mais eloquente possível, dá testemunho do carácter empírico da ciência económica para cuja fundação contribuiu.**

Riqueza das Nações é um **tabuleiro vivo e vibrante que permite assistir, concretamente, ao nascimento do nosso mundo.** Não que esteja escrito sob uma forma narrativa ou à maneira de uma investigação. Ele está, bem pelo cont**rário, estruturado como um tratado científico**, com todas as exigências de rigor próprias desse género. **Mas a aridez e a enorme densidade das teorias são temperadas pela profusão de factos, ensinamentos e exemplos sobre a vida económica do século XVIII.** Adam Smith faz-nos mergulhar no quotidiano de uma série de profissões (médico, professor universitário, banqueiro, trabalhador rural, marinheiro, soldado, comerciante, navegador, agente das colónias, rendeiro, etc.). Não se trata de um caleidoscópio de testemunhos nem da descrição das práticas do ofício: se estes exemplos são convocados é sempre para demonstrar uma teoria, ilustrar uma lei ou convencer da validade de um argumento. Tal requer, por vezes, explicações muito técnicas e complexas (os mecanismos bancários, a regulamentação do comércio colonial, etc.).

Smith cita constantemente números para demonstrar o que diz, números retirados de anais, de registos, de declarações, de documentos administrativos, etc.. Ele reproduz tabelas de dados sobre o histórico dos preços da farinha, do ouro, da prata, e outros bens. Ele recorre a todo o tipo de cálculos para demonstrar esta ou aquela tese face a um problema concreto. Ele documenta-se, também, acerca da legislação de países estrangeiros e dos tempos antigos.

Como será mais tarde o caso de Tocqueville, encontramos uma vontade de recolher a informação em primeira-mão através de investigações no terreno. Ele recorre a testemunhos directos (de comerciantes, de homens de negócios britânicos com interesses nas colónias, etc.), despende do seu dinheiro para ir a quintas e a fábricas, entra na vida das pessoas e interroga, por exemplo, os velhos pescadores acerca do preço do arenque salgado 50 anos antes.

Adam Smith delimita sempre com precisão o seu campo de estudo e parte sempre de problemas concretos para formular as suas hipóteses e daí deduzir leis. Na exposição da sua teoria, **ele não se exprime jamais de forma dogmática**: ele faz preceder as suas conclusões de um "é provável que", "talvez", etc.. As leis que se arrisca a enunciar são quase sempre acompanhadas de excepções e isenções.

---

[76] *Idem*, p.406

Adam Smith não tem a intransigência revolucionária dos ideólogos. É necessário distinguir, nos seus propósitos, a análise científica das receitas que ele preconiza para remediar este ou aquele problema ou melhorar esta ou aquela situação. Mais do que ninguém, ele sabe que é preciso trabalhar com a realidade, pois é no terreno político e com o instrumento jurídico que a mudança pode ocorrer. Ele faz, por exemplo, toda uma série de propostas para reformar o sistema fiscal francês[77]. Ele lamenta a relevância da teoria mercantilista nas políticas públicas, mas afirma também que, **se uma nação exigisse a mais perfeita liberdade e a mais perfeita justiça para prosperar, nenhuma nação do mundo teria alguma vez prosperado**[78].

Ele é, por exemplo, partidário do restabelecimento da **liberdade de importação das mercadorias estrangeiras que foram proibidas ou pesadamente taxadas até então**. Mas aconselha a **proceder lentamente, gradualmente, com muita circunspecção e reserva**, pois, se se restabelecesse a liberdade do dia para a noite, o mercado interno arriscava-se a ser inundado por mercadorias estrangeiras, o que faria com que milhares de pessoas perdessem o emprego. Nunca encontraremos em Smith um argumento do tipo "geração sacrificada", próprio dos marxistas. A liberdade pode e deve ser restaurada passo a passo.

Todavia, Adam Smith defende o Acto de Navegação, adoptado em 1651, que assegurava um privilégio exclusivo aos navios mercantes ingleses no encaminhamento das mercadorias produzidas nas colónias inglesas e das mercadorias estrangeiras importadas para Inglaterra. **É deveras surpreendente para um liberal, sobretudo porque o volumoso Livro IV é uma brilhante argumentação contra o proteccionismo inerente ao mercantilismo.** Ele considera, no entanto, que a segurança de Inglaterra é mais importante do que a sua riqueza, razão pela qual "o Acto de Navegação é, talvez, o mais sábio de todos os regulamentos comerciais de Inglaterra"[79]. Nesta época, as guerras eram frequentes. Ninguém duvida que Adam Smith nunca teria defendido o Acto de Navegação se tivesse vivido durante este período inédito de pacificação do território europeu assegurado pelo triunfo das suas ideias: o livre-câmbio e a livre circulação da União Europeia.

Plano da obra

O que vamos ler nas páginas que se seguem é uma síntese de natureza assaz particular. Ela reproduz, o mais fielmente possível, a integralidade do raciocínio desenvolvido por Adam Smith. **Mais do que uma síntese, trata-se de uma operação de redução da obra.** É, também, um trabalho de reescrita num estilo mais adaptado à nossa época.

Poderíamos questionar o que justifica o carácter tão volumoso desta síntese. A resposta é simples: restaurar o desejo de ler Adam Smith. Já (praticamente) ninguém lê esta obra hoje em dia. Porquê? Principalmente devido ao seu tamanho e ao carácter um pouco repulsivo que esta apresenta para o leitor que a folheia: a profusão de números, a extensão

---

[77] *Idem*, p.547 e seguintes
[78] *Idem*, p.294
[79] *Idem*, p.52

das explicações e o carácter técnico da argumentação geralmente desencorajam as melhores vontades. **No entanto, esta obra é do mais elevado interesse** e a intemporalidade das verdades nela contidas fazem com que tenha uma actualidade gritante. Além disso, os **juízos que se fazem sobre ela, e também sobre o liberalismo, são de uma tal injustiça** que nos parece **indispensável** permitir àqueles que o desejem, principalmente às novas gerações, o **restabelecimento de determinadas verdades**. Por fim, este trabalho é uma **homenagem** a um homem ao qual devemos uma parte – relativa mas real – da facilidade e do conforto do nosso modo de vida.

***Riqueza das Nações* não é uma obra mas um conjunto de cinco obras,** em que cada uma poderia ter sido publicada separadamente. Contém, ainda, três monografias inseridas no corpo de análise (igualmente reproduzidas na síntese que se segue):

• Uma extensa **monografia sobre as variações do valor da prata ao longo dos quatro séculos que precederam a obra.** Apesar da sua aridez, ela permite demonstrar o enriquecimento progressivo da Europa e compreender as suas razões;
• Uma **monografia sobre os bancos de depósito** e, em particular, o de Amesterdão;
• Uma **monografia sobre o comércio de cereais** e as leis que o regem.

Os dois primeiros livros constituem o coração analítico da obra.

O Livro I contém a explicitação dos principais conceitos da ciência económica fundada por Adam Smith: a divisão do trabalho, a moeda, o preço, o valor, o salário, o lucro e a renda.

O Livro II é o primeiro grande tratado sobre o capitalismo. Contém uma teoria do capital, da poupança e do investimento. Disserta sobre diferentes tipos, processos de acumulação e empregos do capital, e sobre o capital emprestado a juros. É a propensão para poupar que cria, verdadeiramente, o capital físico.

O Livro III é uma curta mas apaixonante história da economia na Europa. Adam Smith expõe a ideia de que o **desenvolvimento da economia na Europa não seguiu "a ordem natural das coisas" devido a um interregno feudal de mais de um milénio que manteve improdutiva a maior parte das terras deste vasto território.** Embora o desenvolvimento dos campos devesse ter precedido a emergência das cidades e, desse modo, a do comércio e a da indústria, as cidades desenvolveram-se antes dos campos e permitiram que estes fossem beneficiados num segundo momento, criando uma **subordinação dos campos às cidades.** Já a história das jovens colónias americanas revela um modelo de sociedade que se desenvolve segundo a ordem natural das coisas e progride rumo à riqueza a uma velocidade fulgurante. Esta obra explica também como o homem se tornou um ser livre.

O **Livro IV aborda as duas doutrinas económicas dominantes à época:** o mercantilismo e a fisiocracia. *Riqueza das Nações* nasce em reacção a estas correntes económicas opostas e que correspondem aos interesses de dois grupos sociais: a es-

cola mercantilista defende os interesses dos comerciantes e dos financeiros e a escola fisiocrata defende os dos grandes proprietários. Segundo a escola mercantilista, a riqueza de uma nação reside na quantidade de moeda metálica que possui. Como tal, é preciso, em primeiro lugar, **desencorajar a exportação de matérias-primas**, na esperança de **favorecer a exportação de produtos de maior valor**. Em segundo lugar, é necessário **encorajar a importação de matérias-primas** para que os artesãos nacionais possam trabalhá-las a melhor preço, e assim **reduzir a importação de mercadorias manufacturadas** dispendiosas. Esta teoria – verdadeira matriz do proteccionismo – aplicou-se ao comércio internacional nascente. O capítulo sobre as colónias é uma obra-prima. O último capítulo é dedicado à fisiocracia. Esta teoria afirma que a riqueza de uma nação está no trabalho da terra. A refutação desta teoria por Smith é muito mais curta.

O Livro V, o mais volumoso da obra, é **o primeiro grande tratado de fiscalidade**. Ele irá servir de base a todos os tratados do século XIX sobre este tema. Adam Smith avança quatro máximas às quais qualquer imposto deveria obedecer para ser justo e eficaz. Ele examina, à luz desses critérios, os diversos impostos existentes em Inglaterra e noutros locais, e demonstra o carácter opressivo e ineficaz do sistema fiscal francês. Este livro contém igualmente uma exposição acerca das **grandes missões do Estado liberal**. Termina com um capítulo que explica **o nascimento das dívidas públicas dos Estados europeus e analisa o seu crescimento imparável**, alertando que este se arrisca a arruiná-los a longo prazo.

Síntese da Obra

Livro I

Das causas do aprimoramento das forças produtivas do trabalho e da ordem segundo a qual os seus produtos se distribuem naturalmente pelas diferentes categorias do povo

Capítulo I. Da divisão do trabalho

Na época em que Adam Smith redigiu esta obra, uma coisa não era de todo contestada: a **produtividade do trabalho crescia em proporções de facto consideráveis.** Isso devia-se a um novo fenómeno: a **divisão do trabalho**.

Foi nas manufacturas destinadas a fornecer objectos de consumo à massa do povo que esta divisão do trabalho foi levada mais longe. Um exemplo vale mais do que um longo discurso. Smith ilustra a divisão do trabalho através de uma descrição – extremamente **célebre** mais tarde – do **fabrico de alfinetes:**

> "Os maiores aprimoramentos na força produtiva do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e inteligência com que o trabalho é dirigido ou aplicado, devem-se, ao que parece, à divisão do trabalho (…).
>
> Tomemos o exemplo de uma manufactura bem pequena, mas na qual a divisão do trabalho é muitas vezes assinalada: uma fábrica de alfinetes.
>
> **Um homem não treinado para este tipo de actividade**, que a divisão do trabalho transformou num ofício específico, nem acostumado a servir-se dos instrumentos que aí são usados, cuja invenção se deve provavelmente, e mais uma vez, à divisão do trabalho, por mais aplicado que fosse, **poderia talvez, e com custo, fazer um alfinete durante toda a jornada de trabalho, e certamente não produziria mais de uma vintena**. Mas, da maneira como esta indústria é actualmente conduzida, não só todo o trabalho constitui uma indústria específica, como está dividido em muitos sectores, dos quais a maior parte também são, por sua vez, ofícios específicos (…).
>
> **[O] importante trabalho de fazer um alfinete está dividido em dezoito operações distintas**, aproximadamente, as quais, em determinadas fábricas, são executadas por mãos diferentes (…). Vi uma pequena manufactura desse tipo que empregava dez operários (…). Mas, embora a fábrica fosse muito pobre e, por esse motivo, mal equipada, quando os operários metiam mãos à obra conseguiam fazer entre eles cerca de doze libras de alfinetes por dia: ora, cada libra contém cerca de quatro mil alfinetes de tamanho médio. Assim, estes dez operários podiam fazer entre eles mais de quarenta e oito milhares de alfinetes num único dia; pelo que, cada operário, fazendo uma décima parte do produto, podia ser considerado responsável pela produção de quatro mil

e oitocentos alfinetes numa jornada de trabalho. Mas, **se tivessem todos trabalhado separados e independentemente uns dos outros**, e se não tivessem sido educados para esta tarefa específica, **cada um não teria seguramente feito vinte alfinetes**, talvez nem mesmo um, na sua jornada de trabalho, ou seja, com toda a certeza, nem 240 avos nem **talvez 4.800 avos do que estão agora em condições de fazer** devido a uma divisão e a uma combinação conveniente das suas diferentes operações"[80].

Esta divisão do trabalho é um fenómeno que observamos em todas as manufacturas. Ela é vantajosa na medida em que se obtém **um crescimento proporcional do poder produtivo do trabalho**[81], ou seja, que a uma quantidade de trabalho igual corresponde uma quantidade superior de bens produzidos. Ela conduz à separação das diversas ocupações e profissões. Esta separação é levada tanto mais longe quanto mais avançada é a sociedade. No campo, esta divisão não está tão desenvolvida: uma mesma pessoa exerce muitas vezes um grande número de tarefas de natureza diferente, as quais variam em função da época do ano. Isto explica talvez o porquê de, na agricultura, a força produtiva não fazer progressos tão rápidos como nas manufacturas. **Um país rico supera um país pobre pela incontestável superioridade das suas indústrias.** Mas, na agricultura, o trabalho do país rico não é sempre mais produtivo do que o do país pobre. Esta diferença é, em todo o caso, mais fraca do que a existente entre as manufacturas dos dois países.

O aumento quantitativo da produção graças à divisão do trabalho explica-se por três razões:

- o **aumento das habilitações** de cada operário a nível individual – a destreza que se pode adquirir numa operação muito simples (o fabrico de pregos, por exemplo) ultrapassa tudo o que possamos imaginar;
- **a poupança do tempo habitualmente perdido no passar de uma actividade para outra actividade conexa** – o facto de ter de mudar frequentemente de actividade, como sucede com o trabalhador agrícola, implica sempre o tempo de iniciação da nova tarefa, o que explica alguns hábitos de indolência e preguiça que não afectam aquele que, empenhado na sua tarefa, se dedica à mesma de forma contínua;
- **a invenção de um grande número de máquinas que facilitam e diminuem o trabalho e que permitem a um homem executar a tarefa de vários.** É à própria divisão do trabalho que devemos a invenção de todas as máquinas deste género. De facto, quando a atenção de um homem está focada num objecto, há muito maiores probabilidades de ele descobrir o método mais rápido para executar essa tarefa do que se tiver de manipular diversas coisas. O que explica que, quando se visita frequentemente fábricas, tenhamos o hábito de notar nas máquinas inventadas por um qualquer pobre operário para diminuir e facilitar a sua tarefa.

A este propósito, Adam Smith escreve uma passagem muitas vezes reproduzida:

"Nas primeiras máquinas a vapor, havia um rapazito que se encarregava continua-

---

[80] *Idem*, pp.71-72
[81] Aquilo a que hoje chamamos "produtividade"

> mente de abrir e fechar alternadamente a comunicação entre a caldeira e o cilindro, consoante o pistão subia ou descia. Um desses rapazitos, que adorava brincar com os seus amigos, observou que, se atasse um cordão do manípulo da válvula que abria a comunicação até outra parte da máquina, a válvula se abria e fechava sem o seu apoio, deixando-o livre para brincar à vontade. **Assim, uma das descobertas que mais contribuiu para aperfeiçoar este tipo de máquinas desde a sua invenção deveu-se a uma criança que apenas queria facilitar o seu trabalho**"[82].

Porém, nem todas as invenções nascem da imaginação dos operários. Um grande número é obra de inventores e sábios que passam o tempo a observador tudo e que, por essa razão, têm capacidade para combinar as forças das coisas mais distintas. Estes inventores, em virtude do princípio da divisão do trabalho, também se especializam. Esta actividade (que deu origem ao sector da "investigação e desenvolvimento") subdivide-se num grande número de sectores diferentes.

A multiplicação dos diversos produtos que resulta da divisão do trabalho gera uma **"opulência geral que se estende até às classes mais baixas do povo"**[83]. Cada operário pode trocar uma grande quantidade de mercadorias fabricadas por si (e que excedem as suas próprias necessidades) por uma quantidade de mercadorias fabricadas por outros ou até – o que vai dar ao mesmo – pelo preço dessas mercadorias. O mobiliário da casa de um modesto operário que trabalha à jorna existe graças à colaboração de pessoas que trabalham na indústria e cujo número está para além de qualquer cálculo. Adam Smith escreve estas linhas que foram muitas vezes citadas:

> "Por exemplo, o **casaco de lã que cobre este operário, por mais rude que pareça, é produto do trabalho conjunto de uma multidão imensa de trabalhadores**. O **pastor**, o triador de lã, o cardador, o **tintureiro**, o **fiandeiro**, o **tecelão**, o **pisoador**, o curtidor e muitos outros reuniram parte das suas diferentes artes para fabricar esta simples obra. Além disso, quantos **mercadores** e **transportadores** terão sido necessários para fazer chegar a matéria a estes diversos trabalhadores, que muitas vezes habitam em locais distantes uns dos outros! Quanto comércio e **navegação** postos em marcha! Quantos **construtores de navios, marinheiros**, fabricantes de velas e de cordas trabalharam para efectuar o transporte das diferentes drogas do tintureiro, trazidas muitas vezes dos confins do mundo! Quanta variedade de trabalho também para produzir as **ferramentas** do menor desses operários! Sem falar nas máquinas mais complicadas, como o navio do comerciante, o moinho do pisoador ou até o tear do tecelão, consideremos somente a imensidão de trabalhos que exige uma das ferramentas mais simples, a **tesoura** com que o pastor cortou a lã. O **mineiro**, o **construtor do forno** em que o mineral foi fundido, o **lenhador** que cortou a madeira da estrutura, o **carvoeiro** que produziu o carvão consumido na fundição, o **fabricante de tijolos**, o **pedreiro**, os operários que cuidaram do forno, o construtor de moinhos, o **ferreiro**, o **cuteleiro**, todos contribuíram, pela reunião dos seus esforços, para a produção dessa

[82] A. Smith, *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations*, Tome I, Flammarion, 1991, (1776), p.77
[83] *Idem, ibidem*

ferramenta. Se quiséssemos analisar do mesmo modo cada uma das outras peças de roupa deste operário, ou cada um dos móveis da sua habitação, a grossa camisa que ele usa junto à pele, os sapatos que calçam os seus pés, a cama sobre a qual repousa e todas as diferentes partes de que o móvel é composto, o fogareiro sobre o qual cozinha os seus alimentos, o carvão de que se serve, arrancado das entranhas da terra e levado talvez por longos trajectos sobre a terra e sobre o mar, todos os restantes utensílios de cozinha, os pertences da sua mesa, as facas e os garfos, os pratos de barro ou de estanho em que serve e corta os seus alimentos, as diferentes mãos que foram empregues a preparar o seu pão e a sua cerveja, a janela de vidro que deixa entrar o calor e a luz e também o abriga do vento e da chuva, a arte e os conhecimentos que exige a preparação desta feliz e magnífica invenção, sem a qual os climas do norte dificilmente permitiriam casas confortáveis, bem como todas as ferramentas empregues pelos diferentes trabalhadores que produziram estes diversos bens; se examinássemos em detalhe todas estas coisas, se considerássemos a variedade e a quantidade de trabalhos que supõe cada uma delas, perceberíamos que, **sem a ajuda e a colaboração de vários milhares de pessoas, o mais humilde cidadão de um país civilizado não teria acesso àquilo que julgamos, muito erradamente, ser o estilo de vida mais simples e comum.** É verdade que o seu mobiliário parecerá extremamente simples e comum quando comparado com o luxo extravagante de um grande senhor; no entanto, a diferença entre o mobiliário de um príncipe da Europa e o de um camponês laborioso e frugal não é tão grande quanto a que existe entre os móveis deste último e os de um rei de África que é mestre absoluto da vida e da liberdade de dez mil selvagens nus"[84].

Capítulo II. Do princípio que dá origem à divisão do trabalho

A divisão do trabalho não é fruto da sabedoria humana. Ela não foi planificada nem concebida. Ela desenvolveu-se gradualmente devido à propensão do homem para negociar e fazer trocas de uma coisa por outra. Esta disposição é provavelmente uma consequência necessária do uso da razão e da palavra que distingue o homem do animal. Segue-se um outro trecho célebre:

"**Em quase todas as espécies animais, cada indivíduo, quando alcança o pleno crescimento, é totalmente independente** e, desde que permaneça no seu estado natural, pode dispensar a ajuda de qualquer outra criatura viva. **Mas o homem está quase continuamente dependente da ajuda dos seus semelhantes, e é vão esperar que esta ocorra apenas por boa vontade.** Ele terá mais hipóteses de sobrevivência se conseguir apelar ao interesse pessoal dos outros e os persuadir de que é em seu próprio benefício que eles devem fazer o que ele lhes solicita. É o que faz aquele que propõe a outro uma qualquer mercadoria; o sentido da sua proposta é o seguinte: ***Dá-me o que preciso e terás de mim o que precisas*** e é desta forma que obtemos a maior parte destes bons ofícios que nos são necessários. **Não é da generosidade do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da sua atenção ao seu próprio interesse.**

[84] *Idem*, p.78

> **O que esperamos deles não é a sua humanidade mas o seu egoísmo;** e nunca é das nossas necessidades que lhes falamos, é sempre das vantagens que eles obtêm"[85].

A maior parte das necessidades são sempre satisfeitas pela troca ou pela aquisição. Só o mendigo aceita depender da solicitude alheia. Embora isto não seja totalmente exacto: mesmo o mendigo é forçado a utilizar o dinheiro que lhe dão para comprar pão e, como tal, satisfazer o interesse do padeiro para colmatar as suas necessidades vitais. Ele trocará as roupas velhas que lhe dão por outras que lhe sirvam melhor.

É esta disposição para "traficar", ou seja, esta propensão para trocar, que está na origem da divisão do trabalho. Assim, aquele que, numa tribo, fabrique arcos e flechas com grande destreza e rapidez, poderá trocar os objectos de que não precisa por parte do produto da caça daqueles de quem é fornecedor. E lá se torna armeiro. Idem para o carpinteiro, o caldeireiro, o ferreiro, etc.. **As diferenças de talentos naturais entre os homens são menores do que se pensa.** A maior parte das vezes, adquirem-se determinados talentos pelo hábito e pela educação. Nos seis ou oito primeiros anos de vida, as crianças são extremamente polivalentes. É a partir desta idade que elas serão empregues em ocupações muito diferentes: uma irá transportar carga, outra será filósofa. No entanto, a vaidade da última será tal que, por norma, não reconhecerá qualquer semelhança com a primeira.

É esta propensão para "trocar" que envolve a formação de uma série de talentos na sociedade. É ela que torna esta sociedade tão útil. As diferentes espécies de animais que têm tantas qualidades diversas não possuem, por falta de colaboração, quase nenhuma utilidade umas para as outras. Entre os homens, pelo contrário, os talentos mais díspares são úteis uns aos outros. **Todos os produtos do respectivo esforço fundem-se numa massa comum à qual cada um pode ir buscar aquilo de que precisa.**

Capítulo III. A divisão do trabalho é limitada pela extensão do mercado

Estando a capacidade de troca na origem da divisão do trabalho, esta divisão é proporcional à dimensão do mercado. **Quanto mais pequeno o mercado, menos diversificados os ramos de actividade em que as pessoas trabalham.** Isso explica que certas indústrias, mesmo constituídas por pessoas pouco qualificadas, só se possam estabelecer nas grandes cidades. Um carregador, por exemplo, não encontraria emprego numa aldeia e não teria trabalho suficiente numa pequena cidade. Nas regiões pouco povoadas, os agricultores têm necessidade de aprender a fazer diversos trabalhos. Cada um tem de ser talhante, padeiro e fabricante da sua própria cerveja.

Não é por acaso que as indústrias são mais diversificadas nas regiões costeiras e ao longo dos rios ou ribeiras navegáveis do que no interior: **o transporte fluvial ou marítimo permite abrir um mercado mais vasto do que o transporte por terra, que é mais lento e mais incerto.** Uma carruagem conduzida por dois homens e que liga Edimburgo a Londres em

---

[85] *Idem*, p.82

três semanas pode transportar quatro toneladas de mercadorias. Um navio com seis ou oito homens que liga estas duas cidades pode, no mesmo tempo, transportar duzentas toneladas. Sem navio e sem curso de água, só trocaríamos bens muito preciosos que justificassem a despesa. Sem navegação, Londres não faria comércio com Calcutá. Supondo que havia bens tão preciosos que pudessem suportar o encargo do seu envio por terra, que segurança haveria ao transportá-los através das terras de povos bárbaros? O transporte por água permite que as regiões navegáveis ou costeiras tenham o mundo inteiro como mercado. Pelo contrário, o interior pode, durante muito tempo, apenas ter por mercado a região envolvente.

Por este motivo, as primeiras grandes civilizações desenvolveram-se em torno das costas mediterrânicas. O Mediterrâneo é o maior dos mares interiores do globo e a sua navegação é facilitada pela ausência de maré e, como tal, de ondas que não sejam criadas pelo vento. Ele foi extremamente favorável no início da navegação. Não se ousava navegar para lá do estreito de Gibraltar. O Egipto foi, aparentemente, o primeiro país em que a agricultura ou os ofícios alcançaram um grau um pouco mais considerável. Também foi esse o caso de Bengala e da China. Uma excelente rede hidrográfica possibilitou uma grande prosperidade a estas regiões, pois permitiu a troca comercial em larga escala. **Mas esta opulência resultou exclusivamente da navegação interna, pois nenhum destes povos encorajou o comércio com o estrangeiro.**

Já toda a África interior e todo o norte da Ásia parecem ter permanecido sempre no estado de pobreza e barbárie em que ainda hoje se encontram, afirma Adam Smith. Como explicar isto? O mar da Tartária[86] não é navegável e em África não há nenhum grande mar interior que permita levar o comércio marítimo ao interior deste vasto continente. Os grandes rios africanos são demasiado distantes uns dos outros para permitir uma navegação interior considerável. Além disso, **um rio que atravessa vários Estados é sempre muito menos útil a esses Estados do que um rio que esteja da nascente até à foz no mesmo Estado.** Porquê? Porque um comércio fluvial que cubra vários Estados é sempre susceptível de ser obstruído, restringido ou interditado por um ou mais dos povos dos Estados pelos quais o rio passa.

Capítulo IV. Da origem e da utilização da moeda

Devido à divisão do trabalho, aquilo que cada homem produz apenas preenche uma parte mínima das suas necessidades. **Ele é obrigado a trocar o excedente do seu produto, a parte que não consome, pelo excedente resultante do trabalho dos outros.** Todo o homem torna-se assim mercador e toda a sociedade se torna uma sociedade comerciante.

Todavia, muitas trocas revelam-se impossíveis segundo este sistema. Porquê? Porque uma pessoa que possui um excedente de algo de que eu necessito, pode não ter necessidade do bem que eu tenho em excesso. Razão pela qual, **há muito tempo, os homens previdentes se organizaram para ter na sua posse uma quantidade de mercadorias que convêm a toda a gente**. Nas "eras bárbaras", a mercadoria principal era o gado (Homero

[86] Referência ao oceano Ártico, onde desembocam os principais rios siberianos.[N.T.]

diz-nos que a armadura de Diomedes valia nove bois, enquanto a de Glauco valia cem). Utilizava-se também o sal, determinadas conchas, bacalhau seco, açúcar, couro, etc.. Na época em que Adam Smith escreveu esta obra, numa pequena aldeia escocesa eram ainda aceites pregos como pagamento. Mas a tendência irresistível da Humanidade sempre foi a de utilizar metais, em detrimento de qualquer outra mercadoria.

Porquê o metal? Porque é **a menos perecível de todas as mercadorias** e, por outro lado, porque o metal **pode dividir-se, sem desperdício** de matéria, em tantas partes quantas desejemos, partes que podem, depois, ser **reunidas através do processo de fusão.** O metal é, assim, o instrumento mais adequado ao comércio e à circulação. Esta possibilidade que os metais têm de se "dividir" é tão preciosa que permite adequar a quantidade de metal à quantidade exacta de mercadorias de que temos necessidade. Se, por exemplo, quisermos sal mas só tivermos bois como moeda de troca, seremos forçados a comprar uma quantidade de sal equivalente ao valor de um boi, uma vez que este não é um bem divisível (a menos que o transformemos em carne).

Entre os espartanos, o ferro era utilizado como moeda. O cobre era-o pelos primeiros romanos. O ouro e a prata foram utilizados pelos povos ricos e comerciantes. De início, como nos conta Plínio na sua *História Natural*, os romanos serviam-se sem problemas de barras de cobre para comprar tudo aquilo de que tinham necessidade. **O inconveniente do metal utilizado sob este estado informe era, desde logo, a necessidade de o pesar e de controlar a sua pureza.** Estas duas operações, extremamente complexas, incómodas e incertas, eram indispensáveis para lutar contra as fraudes, que consistiam em falsificar os metais com as matérias mais grosseiras e mais vis.

Para prevenir tais abusos e facilitar as trocas, os países que enriqueciam consideraram necessário marcar com um selo público os metais utilizados como meio de aquisição. E assim se inventaram a moeda e os estabelecimentos públicos para a fabricar. De início, estas marcas apenas certificavam a pureza do metal. **Dada a dificuldade inerente à pesagem, acabou por se instituir a "cunhagem"** em que uma marca cobria os dois lados da peça e por vezes até o rebordo, certificando não apenas a qualidade como também o peso do metal. Foi assim que nasceu o "asse romano" e, bem mais tarde, a "libra" esterlina inglesa. **Infelizmente**, Smith considera que, em todos os países do mundo, **a avareza e a injustiça dos príncipes e dos governantes, ao abusarem da confiança dos súbditos, levou-os a diminuir progressivamente a quantidade real de metal** inicialmente contido na moeda. Estas fraudes permitiam que os príncipes saldassem as suas dívidas e cumprissem os seus compromissos com uma quantidade de dinheiro inferior à que teria sido necessária sem tais fraudes. Elas espoliaram os credores. Acontece também que o credor era o próprio Estado, que perdia muito ao ser-lhe paga a soma nominal de uma dívida com moeda degradada. **Tais procedimentos são sempre vantajosos para os devedores e ruinosos para os credores.** No estado de fortuna dos particulares, as consequências dos ditos processos são muitas vezes mais funestas do que as de uma grande calamidade pública.

Seja como for, foi na sequência desta evolução que a moeda se tornou o instrumento universal do comércio entre os povos civilizados.

Adam Smith vai examinar as regras que os homens observam naturalmente ao trocarem bens uns pelos outros ou por dinheiro. Estas regras determinam o valor relativo ou cambiável do bem. A palavra valor tem dois significados que importa não confundir:

- **o valor de uso**, que é a utilidade de um determinado objecto,
- com o **valor de troca**, que é a capacidade que a posse do objecto dá para a aquisição de outros bens.

As coisas com um grande valor de uso têm, a maior parte das vezes, um fraco valor de troca. A água, por exemplo, é a coisa mais útil que há, mas não permite comprar seja o que for. **Já as coisas com um fraco valor de uso têm, frequentemente, um grande valor de troca.** O **diamante**, por exemplo, não tem quase nenhum valor de uso, mas pode ser trocado por uma quantidade imensa de mercadorias.

Adam Smith vai concentrar-se no valor de troca e tentar determinar três coisas:

- qual é a verdadeira medida desse valor de troca? É isso que ele irá definir como o **"preço real"** das mercadorias;
- quais são as diferentes **partes que compõem esse "preço real"**?;
- quais são as circunstâncias que fazem aumentar ou diminuir uma ou mais partes desse preço? Tal desembocará na noção de **"preço de mercado"**.

Estas três questões são tratadas, sucessivamente, nos três capítulos seguintes.

Capítulo V. Do preço real e do preço nominal das mercadorias ou do seu preço em trabalho e do seu preço em dinheiro

Entramos aqui na parte mais teórica da obra. Adam Smith começa por definir as noções fundamentais da ciência que está prestes a fazer nascer.

O que define a **riqueza** ou a **pobreza** é a posse, por um homem, dos meios de "se abastecer com as coisas necessárias, cómodas ou agradáveis da vida"[87]. Uma vez estabelecida a divisão das tarefas em todos os sectores de actividade, um homem só pode obter directamente através do seu trabalho uma muito pequena parte de todas estas coisas. Para o resto, tem de comprar o trabalho de outrem.

O **"valor"** de uma mercadoria qualquer para aquele que a possui e que não a deseja consumir nem usar é "a quantidade de trabalho que esta mercadoria lhe permite comprar ou comandar"[88].

O **"trabalho"** é "a medida real do valor de troca de qualquer mercadoria"[89].

---

[87] A. Smith, *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations*, Tome I, Flammarion, 1991, (1776), p.99
[88] *Idem, ibidem*
[89] *Idem, ibidem*

O **"preço real"** de uma coisa é "aquilo que cada coisa custa realmente a quem a pretende adquirir, é o trabalho e o esforço que ele tem de fazer para a obter"[90]. Inversamente, essa coisa corresponderá, para aquele que a adquire, ao esforço e ao trabalho que a sua posse lhe possa poupar, impondo-os a outra pessoa.

Compramos sempre uma coisa com trabalho, seja esse trabalho incorporado numa mercadoria ou em dinheiro. O dinheiro e as mercadorias contêm uma certa quantidade de trabalho que trocamos por uma quantidade equivalente de trabalho. Originalmente, foi com trabalho que todas as riquezas do mundo foram compradas. O seu valor corresponde a uma quantidade equivalente do trabalho que elas permitiram comprar ou comandar.

> "**Riqueza é poder,** disse Hobbes; mas aquele que adquire uma grande fortuna ou que a recebe em herança não adquire nem herda necessariamente qualquer poder político, seja civil ou militar. Talvez a sua fortuna lhe possa fornecer os meios para adquirir um ou outro destes poderes, mas a simples posse dessa fortuna não lhos transmite necessariamente. **O género de poder que esta posse lhe transmite imediata e directamente é o poder de comprar; é um poder sobre o trabalho de outrem**, ou sobre todo o produto desse trabalho que exista no mercado em determinado momento. A sua fortuna é maior ou menor exactamente na proporção desse poder, na proporção da quantidade de trabalho de outrem que ele pode comandar, ou, o que vai dar ao mesmo, do produto do trabalho de outrem que ele pode comprar. O valor de troca de cada coisa deve ser sempre exactamente igual à extensão do poder que essa coisa traz a quem a possui"[91].

Dito isto, **mesmo que o trabalho seja a medida real do valor de troca, não é ele que serve mais comummente de padrão.** Porquê? Porque é difícil fixar a proporção entre duas quantidades de trabalho, já que esta proporção não depende somente do tempo dedicado mas também da fadiga, da habilidade, da duração da aprendizagem necessária para praticar esse trabalho, etc..

Não existe um equilíbrio exacto para fazer tais avaliações. Então, como proceder? Negociando e regateando os "preços de mercado" devido a esta "igualdade grosseira" que, sem ser muito exacta, é ainda assim suficiente para reger a vida do dia-a-dia.

Uma mercadoria é mais trocada e, como tal, mais comparada com outras mercadorias do que com trabalho. A população compreende mais facilmente o valor de uma coisa quando a compara com o valor de outra, pois a noção de "quantidade de trabalho" é demasiado abstracta, demasiado "impalpável". Entre todas as mercadorias às quais podemos comparar uma outra, o dinheiro será a principal. Por este motivo, ele tornou-se o instrumento geral do comércio. Desde logo, será mais frequente estimarmos o valor de troca de uma mercadoria pela quantidade de dinheiro do que pela quantidade de trabalho ou por qualquer outra mercadoria. Todavia, o valor do ouro e da prata, à semelhança do de todas as mercadorias, varia no tempo e no espaço. Tal depende sempre da fecundidade

---

[90] *Idem, ibidem*
[91] *Idem*, p.100

ou da esterilidade das minas. Assim, **a descoberta das minas fecundas da América no século XVI reduziu em dois terços o valor do ouro e da prata na Europa.** Isto significa que com uma quantidade igual destes metais não podíamos obter mais do que um terço da quantidade de trabalho anteriormente permutável. O que não varia, desde logo, é a quantidade de trabalho prestado pelo trabalhador. Em suma:

- o **"preço"** que esse trabalhador paga permanece idêntico mas permite, segundo as circunstâncias, comprar uma quantidade maior ou menor de bens;
- já o **"valor"** desses bens varia bastante, ao invés do valor do trabalho que permite adquiri-los. Em todas as épocas e lugares, o que é difícil de obter ou exige muito trabalho é **"caro"** e o que é fácil de obter ou exige pouco trabalho é **"barato"**.

Logo, o trabalho é a única medida universal e exacta dos valores. É a única que permite comparar os valores das diferentes mercadorias em todas as épocas e lugares. O trabalho, como qualquer mercadoria, possui dois preços:

- o **preço real** do trabalho, que é a **"quantidade de coisas necessárias e cómodas que se entrega para o pagar"**[92]. Este preço nunca varia e constitui a única medida real e definitiva deste último;
- o **preço nominal** do trabalho, que é a **"quantidade de dinheiro"** pela qual ele é trocado. Evidentemente, o empregador que compra o trabalho sente que o preço que pagou aos seus trabalhadores é ora caro, ora barato. Na realidade, são as mercadorias que são ora caras, ora baratas.

Geralmente, prestamos muito mais atenção ao preço nominal do que ao preço real. Mas, na verdade, só o preço real permite determinar se o operário é rico ou pobre, se é bem ou mal remunerado. Ele é mais bem pago numa sociedade que ruma à opulência do que numa sociedade que permanece parada.

Quando se aliena uma terra em troca de uma renda perpétua é importante, aconselha Adam Smith à parte que receberá essa renda, **que esta não seja estipulada numa soma fixa em dinheiro.** Com efeito, pode dar-se o caso de os príncipes e governantes diminuírem a quantidade de metal puro contido nas moedas. Eles nunca fazem o contrário. Desde logo, as **oscilações deste tipo fazem com que o valor das rendas estipuladas em dinheiro diminua quase continuamente.** Em França, onde estas mudanças foram bem maiores do que em Inglaterra, as antigas rendas, originalmente de valor considerável, ficaram reduzidas a nada. **As rendas estipuladas em quantidades de açúcar conservaram o seu valor bastante melhor do que as estipuladas em dinheiro**, mesmo quando a moeda não sofreu alterações.

Todavia, ainda que, de um século para o outro, o valor real de uma renda em cereais varie muito menos do que o valor real de uma renda em dinheiro, de um ano para o outro ele varia muito mais. De facto, o preço temporário ou ocasional dos cereais pode muitas vezes duplicar de um ano para o outro. **De um século para o outro, os cereais são**

---

[92] *Idem*, p.103

uma medida melhor do que o dinheiro para apreciar as flutuações de valor. Mas, de um ano para o outro, o dinheiro é uma melhor medida do que os cereais. Quantidades iguais de dinheiro poderão mais facilmente comandar uma quantidade equivalente de trabalho. Mas o único critério para apreciar os valores de um século para o outro é o das quantidades de trabalho. O problema é que é extremamente difícil conhecer de forma exacta o preço das quantidades de trabalho em tempos e lugares longínquos, pois estes não foram registados.

Num mesmo tempo, o preço real e o preço nominal têm a mesma proporção. Neste caso, quando há identidade de tempo e de lugar, o dinheiro é a medida exacta do "valor de troca" de todas as mercadorias. Como é o preço nominal que determina se fazemos um bom ou um mau negócio, é compreensível que tenhamos concentrado mais atenções sobre ele do que sobre o preço real.

As nações comerciantes utilizam diferentes metais como moeda: o ouro para os grandes pagamentos, a prata para as compras de valor médio e o cobre para as coisas de pequena importância. Os romanos utilizavam sobretudo o cobre. Os povos do Norte que se instalaram sobre as ruínas do império romano utilizavam a prata. Como tal, em Inglaterra, o ouro só foi aceite como moeda legal muito tempo depois de terem sido cunhadas as primeiras moedas. **Nenhuma lei fixava a proporção entre o ouro e a prata. Deixava-se ao mercado o cuidado de a determinar.**

Em seguida, a maior parte das nações fixou legalmente a relação entre estas duas moedas após determinar o peso e a qualidade. Por exemplo, dir-se-á que um guinéu (moeda em ouro) de tal peso e de tal qualidade vale 21 xelins. **Enquanto esta relação se mantiver inalterada, a distinção entre o metal que serve de padrão e aquele que não serve é puramente nominal.** Evidentemente, se esta relação, tal como estabelecida por lei, mudar – por exemplo, se o valor de um guinéu diminuir para 20 xelins ou aumentar para 22 xelins –, esta distinção deixa de ser puramente nominal. Concretamente, tudo o que se paga em prata (em xelins) – ou seja, a maior parte dos pagamentos – poderá fazer-se com a mesma quantidade de moedas. Pelo contrário, tudo o que se paga em ouro exigirá uma quantidade maior ou menor de ouro. **Mas é apenas uma questão de convenção. Se se adoptasse a convenção inversa e se exprimisse os montantes das contas em ouro e não em prata**, continuar-se-ia a pagar com guinéus inalterados, mas seria necessário aumentar ou diminuir o número de moedas de prata. **Neste caso, o ouro passaria a ser o padrão.**

Na realidade, o valor do mais precioso dos metais regula o valor da totalidade da moeda. Até à reforma do ouro, o ouro inglês perdeu menos peso legal do que a maior parte da prata. Contudo, valeu sempre 21 xelins, mesmo quando as moedas mais usadas e mais gastas que se podiam trocar por um guinéu estavam fortemente degradadas. Pelo contrário, nas caixas públicas só era possível fazer depósitos em ouro de moedas que tivessem exactamente o peso legal.

Antes da reforma da moeda de ouro, o "preço de mercado" do ouro era um pouco superior ao praticado pela casa da moeda. Após essa reforma, passou a ser ligeiramente inferior. Como tal, esta reforma aumentou o valor da moeda em ouro mas também o da moeda em prata relativamente ao do ouro em lingotes por comparação com todos os

outros bens. **Porquê? Porque, com o mesmo número de moedas em prata, era possível adquirir moedas em ouro de um valor superior àquele que elas tinham antes.**

Após a reforma da moeda de prata no reinado de Guilherme III[93], **o preço da prata em lingotes permaneceu ligeiramente superior ao preço da prata na casa da moeda.** Adam Smith diz-nos que, segundo John Locke, isto é fruto de o lingote de prata poder ser exportado, algo que não sucede com a moeda de prata. A diferença de preço dissuade a exportação. Se a moeda de prata, assaz impura, se aproximasse do peso legal tanto quanto a moeda de ouro, um guinéu de ouro trocar-se-ia por uma quantidade de moedas de prata superior ao seu equivalente em lingotes de prata. **Haveria, então, um risco de fraude. Qual? Algumas pessoas fundiriam as suas moedas de prata num lingote e trocá-lo-iam por moedas em ouro.** Sairiam beneficiadas porque o lingote de prata é mais caro do que a soma de moedas de prata com o mesmo peso. Com a moeda de ouro obtida, elas poderiam então comprar de novo moedas de prata e destinar parte delas para a criação de novos lingotes, etc..

Como impedir uma tal fraude? Não serviria de nada levar a cabo uma reforma da moeda de prata com o objectivo de baixar o preço do lingote de prata. Tal reforma fora efectuada no passado e não permitira concretizar essa diminuição. Como proceder então? **Modificando ligeiramente a relação estabelecida entre os dois metais, responde Adam Smith.** Lembrando que a moeda de prata está avaliada abaixo da sua justa proporção com o ouro, Smith considera oportuno avaliá-la ligeiramente acima **adoptando uma regulamentação que interdite a utilização da moeda de prata em compras superiores a um guinéu.** Porquê? Para evitar que o credor que receba esta moeda em prata seja enganado pela sua sobrevalorização. **Tal só seria um inconveniente real para os banqueiros.** Porquê? Porque quando há uma corrida aos bancos, estes preferem entregar os montantes em prata. Neste caso, seriam obrigados a pagar em ouro, pois a moeda de prata não poderia ser utilizada para pagamentos superiores a um guinéu. Os bancos teriam, pois, de dispor de muito mais dinheiro nos seus cofres, o que os incomodaria bastante. Mas tal constituiria uma segurança considerável para os seus credores.

O ouro em moeda tem mais valor do que o ouro em lingotes. Porquê? Porque, quando depositamos ouro em lingotes na casa da moeda, ele só pode ser trocado sob a forma de moeda em ouro algumas semanas após o depósito. É uma espécie de taxa que confere um valor suplementar à moeda em ouro. Se em Inglaterra a moeda de prata estivesse avaliada na sua justa proporção com o ouro, o preço do lingote de prata desceria, provavelmente, abaixo do preço da casa da moeda. **Poderíamos também estabelecer uma pequena taxa de senhoriagem** (ou imposto sobre a cunhagem) tanto do ouro como do prata, o que permitiria, provavelmente, aumentar ainda mais o valor da moeda e protegê-la contra as tentações da fundição em lingotes e da exportação.

As variações ocasionais que ocorrem nos preços do ouro e da prata possuem causas idênticas às que fazem variar o preço de qualquer bem. Como estes materiais **se deterioram lentamente com o uso** ou são desperdiçados (como acontece com o ouro usado

[93] Guilherme III de Inglaterra (1650-1702) reinou de 1689 até 1702

nas rendas e bordados), é **constantemente necessário importar** novos. Os comerciantes que se ocupam desta importação possuem, por vezes, quantidades superiores ou inferiores à procura. No primeiro caso, o preço diminui. No segundo, aumenta. **Seja como for, se,** independentemente destas flutuações ocasionais, **o preço de mercado dos lingotes de ouro e de prata estiver constantemente abaixo ou acima do da casa da moeda, tal estará decerto relacionado com o estado das moedas.**

A moeda de um país pode ser considerada uma medida mais ou menos exacta consoante a moeda corrente seja mais ou menos conforme à qualidade e ao peso anunciados. **Se essa conformidade não se verificar, os comerciantes aperceber-se-ão.** Eles identificarão o grau de inexactidão da moeda e ajustarão o preço das suas mercadorias não com base no valor anunciado, mas com base naquele que, em virtude da sua experiência, estimam que seja o verdadeiro valor da moeda.

Capítulo VI. Partes constituintes do preço das mercadorias

Nas sociedades primitivas, a saber, as sociedades anteriores às que conheceram a acumulação de capitais e a apropriação de terras, **a regra que permitia determinar o valor de uma coisa era a quantidade de trabalho necessária para a obter.** Por exemplo, se, numa sociedade que vivesse da caça, matar um castor levasse o dobro do tempo que levava matar um cervo, um castor seria trocado por dois cervos. Ter-se-ia em conta o tempo necessário mas também o quão árduo era o trabalho, a habilidade que este exigia, a aprendizagem que requeria, etc.. O produto do trabalho pertencia totalmente ao trabalhador.

No estádio avançado das sociedades, tem-se igualmente em conta, nos salários, o trabalho, a dificuldade do trabalho e a habilidade do trabalhador. Quando há capitais acumulados nas mãos de um empresário e estes são mobilizados para pôr em acção pessoas industriosas às quais são fornecidos os materiais para trabalhar, o valor que o trabalho dos operários acrescenta à matéria subdivide-se em duas partes:

- uma constitui os **salários** dos operários;
- a outra constitui os **lucros** do empresário.

Os **salários do trabalho** são a primeira parcela do preço das mercadorias.

Os **lucros**, segunda parcela do preço das mercadorias, são um outro nome dado aos "salários de um tipo particular de trabalho, o trabalho de inspecção e de orientação"[94]. Todavia, têm uma natureza absolutamente diferente, pois não dependem nem da quantidade nem da natureza desse pretenso trabalho de inspecção e orientação. Regulam-se pelo capital investido e são proporcionais ao seu volume.
Vemos que, na maior parte do tempo, o produto do trabalho não pertence integralmente a quem o efectua. Tem de ser partilhado com o proprietário do capital que o emprega. Como tal, não é

[94] A. Smith, *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations*, Tome I, Flammarion, 1991, (1776), p.118

apenas a quantidade de trabalho exigido para adquirir ou produzir uma mercadoria que regula a quantidade de trabalho que se pode comprar, comandar ou obter em troca de algo. Também é preciso ter em conta o lucro do capital avançado para pagar os salários e as matérias-primas.

O **aluguer da terra**, terceira parcela do preço das mercadorias, é o preço da porção do produto que cabe ao proprietário do solo no qual esse produto foi recolhido ou criado.

O valor real de todas as diferentes parcelas do preço mede-se pela quantidade de trabalho que cada uma delas pode comprar ou comandar. O preço de qualquer mercadoria subdivide-se nestas três parcelas. Por exemplo, no preço dos cereais, uma parte constitui a renda do proprietário da terra na qual eles crescem. Outra parte constitui os salários, a manutenção dos trabalhadores e dos animais de trabalho e de carga. Uma terceira parte constitui o lucro do rendeiro. O preço da farinha é o preço dos cereais mais os lucros do moleiro, o salário dos seus trabalhadores, etc.. **Quanto mais um determinado bem é elaborado, maiores se tornam as partes correspondentes aos salários e aos lucros relativamente à renda.** A cada nova transformação do bem, não só o número de lucros aumenta como cada lucro é superior ao que o antecedeu. **Porquê? Porque o capital que lhe dá origem é sempre necessariamente maior.** Porque é que esse capital é necessariamente maior? Porque o capital subsequente substitui sempre, com os seus lucros, aquele que o precede. Por exemplo, o capital que põe em marcha os tecelões substitui o dos fiandeiros e ainda paga o salário dos tecelões.

No entanto, há bens cujo preço se divide em apenas duas partes. Por exemplo, o peixe do mar não implica, regra geral, o pagamento de uma renda. Contudo, o mesmo não sucede com o peixe das ribeiras. Por vezes, dá-se o caso de o preço ser apenas o do salário: é o caso das pobres gentes que vendem pedras coloridas encontradas à beira-mar. Seja como for, o preço total de uma mercadoria divide-se sempre em uma, duas ou três destas partes. **A massa total daquilo que cada sociedade recolhe ou produz anualmente através do seu trabalho divide-se nestes três elementos.**

Salário, lucro e renda são as três fontes originais[95] **de toda a receita e de todo o valor cambiável.** Qualquer outra receita deriva de uma destas três fontes. Enunciemos algumas:

- o **salário** é a receita do trabalho;
- o **lucro** é a receita do capital que uma pessoa administra ou emprega;
- o **juro** é a receita do capital que uma pessoa empresta a outra, que o administra ou emprega. É uma espécie de compensação de quem pede a quem empresta pelo eventual lucro que lhe é possibilitado pelo uso do dinheiro;
- a **renda** é a receita da terra e destina-se integralmente ao proprietário. A receita do rendeiro não é uma renda, pois provém em parte do seu trabalho e em parte do seu capital. Logo, para ele, a terra não passa de um instrumento de trabalho.

Quando estas diferentes fontes de receita pertencem a pessoas distintas, é fácil di-

---

[95] Esta formulação é passível de causar confusão, na medida em que salário, lucro (e juro) e renda são, em si, receitas de outras fontes, essas sim as originais: o trabalho, o capital e a terra, respectivamente. [N.R.]

ferenciá-las, mas isso nem sempre acontece. Pode dar-se o caso de o proprietário da terra ser simultaneamente o seu rendeiro. Tal sucede com bastante frequência na América do Norte ou nas Índias Ocidentais. Nesse caso, o lucro e a renda confundem-se. Outro exemplo: um artesão independente que dispõe de capital suficiente para comprar as suas matérias e subsistir até poder vender a sua produção no mercado ganha, ao mesmo tempo, o salário de um trabalhador e o lucro de um patrão. Último exemplo: o jardineiro que cultiva com as suas mãos o seu próprio jardim reúne, em si e em simultâneo, o proprietário, o rendeiro e o trabalhador. O produto do seu trabalho paga a renda ao primeiro, o lucro do segundo e o salário do terceiro.

Num país civilizado, há poucos bens cujo valor de troca resulte exclusivamente do trabalho, uma vez que, geralmente, esse valor é ainda composto pela renda e pelo lucro. Em consequência, o produto anual do trabalho desse país bastará sempre para comprar ou comandar uma quantidade muito maior de trabalho do que aquela que foi necessária para fazer crescer esse produto, prepará-lo e levá-lo ao mercado. Como tal, existe uma mina inexplorada de trabalho na sociedade. Se comprássemos a totalidade desse trabalho, o produto dos anos seguintes teria um valor incomparavelmente superior ao do ano precedente. Mas em todos os países existe uma parte da receita nacional que não ocupa trabalhadores mas é consumida pelos ociosos. Quanto maior é a proporção de ociosos num país, menor é o valor do produto nacional. Quanto maior é a proporção de trabalhadores, maior é esse valor.

Capítulo VII. Do preço natural das mercadorias e do seu preço de mercado

Em todas as sociedades ou comunidades, há uma **taxa média** ou **normal, para salários e lucros**, em cada utilização distinta do trabalho e do capital. Essa taxa depende de circunstâncias tanto gerais como particulares. Há ainda uma taxa média ou normal para as rendas, que também depende de circunstâncias várias. Estas taxas podem ser chamadas de taxas naturais dos salários, do lucro e da renda.

O "preço natural" de um bem corresponde ao que é necessário pagar para o produzir, preparar e conduzir ao mercado e depende da taxa natural do aluguer da terra, dos salários do trabalho e dos lucros do capital empregue. É **o preço ao qual um bem é vendido pelo que realmente vale ou pelo que custou a quem o coloca no mercado.** Este preço inclui os lucros, ainda que, na linguagem corrente, se diferenciem estes últimos do preço original do bem. Incluem-se os lucros porque, sem estes, o vendedor não teria qualquer interesse em vender e empregaria o seu capital de outro modo. O seu lucro constitui a sua receita, o fundo do qual retira a sua subsistência. Tal não corresponde ao preço mais baixo pelo qual um vendedor pode, ocasionalmente, ceder a sua mercadoria, mas é, claramente, o mais baixo que ele pode cobrar se exercer o seu ofício durante um período relativamente alargado, excepto, claro, se gozar de uma perfeita liberdade e estiver em condições de mudar de profissão a seu bel-prazer.

O **"preço de mercado" de um bem** é o preço **pelo qual ele costuma ser vendido** e pode ser inferior, igual ou superior ao preço natural. Este preço resulta da relação entre a quan-

tidade desse bem que existe no mercado e a procura daqueles que estão dispostos a pagar por ele o seu preço natural.

Estas pessoas são os "consumidores efectivos" e a sua procura pode ser qualificada como **"procura efectiva"**, na medida em que ela basta para, efectivamente, atrair um bem ao mercado. Ela difere da "procura absoluta", a de quem não possui necessariamente os meios para concretizar as suas ambições. O desejo de possuir um bem não desencadeia a sua produção: é preciso que quem o deseja possa adquiri-lo.

Se a quantidade de uma coisa procurada ficar abaixo da procura, gera-se uma concorrência entre quem a procura e, como tal, o preço de mercado eleva-se acima do preço natural. Se os bens em falta forem de grande importância, podem atingir preços exorbitantes, como acontece com os bens essenciais em tempos de fome ou durante um cerco a uma cidade. Pelo contrário, quando a quantidade colocada no mercado excede a procura, o preço de mercado cai abaixo do preço natural, pois os vendedores são forçados a desfazer-se das coisas a um preço baixo. O preço descerá tanto mais quanto mais perecível for o bem.

Quando a quantidade responde à procura efectiva e nada mais, o preço de mercado equivale – tanto quanto é possível julgar – **ao preço natural**. A concorrência entre os vendedores obriga-os a aceitar este preço. **A quantidade de cada coisa colocada no mercado tende a ajustar-se naturalmente à procura efectiva**. Porquê? **Porque os produtores não têm interesse em que a oferta exceda a procura e os compradores não têm interesse em que a procura exceda a oferta.**

O que acontece quando não há equilíbrio entre a oferta e a procura de um bem? Há um **reajuste**. Se a quantidade do bem exceder durante um tempo a sua procura efectiva, alguma das partes componentes do seu preço terá de ser paga abaixo da taxa natural. Se for a renda, os proprietários deixarão de dedicar tanta terra à produção desse bem. Se forem os salários, vários trabalhadores deixarão o seu emprego. Se forem os lucros, os patrões prescindirão de parte dos trabalhadores. **A quantidade do bem colocada no mercado diminuirá até se adequar às necessidades deste.** As diferentes parcelas do preço regressarão à sua taxa natural e o preço total voltará ao preço natural. **Quando a quantidade de um bem disponível no mercado não cobre a procura efectiva, alguma das partes componentes do seu preço subirá acima da taxa natural.** O interesse dos actores envolvidos vai incentivá-los a consagrar à produção desse bem mais terra, mais trabalho ou mais capital, de modo a responder à procura insatisfeita. Rapidamente, todas as parcelas do preço baixarão para a taxa natural e o preço total tenderá para o preço natural.

O preço natural é uma espécie de ponto central em torno do qual gravitam os preços de todas as mercadorias. Apesar dos obstáculos que, acidentalmente, podem manter o preço de mercado acima ou abaixo do preço natural, o primeiro tende continuamente para o segundo. O esforço total empregue anualmente para levar um bem ao mercado adapta-se naturalmente à procura efectiva. Mas **pode acontecer que, em certos ramos da produção, uma mesma quantidade de esforço produza – em função dos anos – quantidades muito diferentes de bens.** É o caso da agricultura: a quantidade de cereais, de vinho, de

óleo, de lúpulo, e de outros produtos, dependerá do sucesso da colheita. Já no sector têxtil, a mesma quantidade de esforço produz, a cada ano, a mesma quantidade (ou quase) de panos e tecidos. Os produtos agrícolas estarão ora em excesso ora em défice. Como tal, o preço destes bens estará sujeito a grandes flutuações. Pelo contrário, o preço de mercado dos panos e tecidos manter-se-á inalterado de ano para ano e permanecerá idêntico ao preço natural.

A flutuação do preço dos bens agrícolas explica-se, evidentemente, pelas variações na procura mas também, e sobretudo, como foi dito, pelas variações nas quantidades colocadas anualmente no mercado. **Estas flutuações afectam principalmente duas parcelas do preço dos bens: os salários e os lucros.** A renda é muito menos afectada porque o proprietário e o rendeiro, que determinam a sua taxa anual, baseiam-se no preço médio e normal do bem e não num preço momentâneo e acidental.

Já os salários e lucros estão particularmente expostos a estas flutuações. Examinemos, diz Smith, o efeito de um luto nacional sobre a indústria de tecidos pretos. Um luto público cria uma escassez de tecido preto, fazendo aumentar o preço deste e o lucro dos comerciantes. **Porém, não provoca um aumento do salário dos tecelões. Porquê? Porque, neste caso, o mercado tem falta de bens, não de trabalhadores. Tem falta de obras feitas, não de obras por fazer. A procura tem de ser satisfeita imediatamente. Quem lucra é o comerciante que possui grandes stocks de tecidos negros, não quem os tece.** Todavia, o luto público fará aumentar o salário dos alfaiates, porque estes, em alguns dias, confeccionarão um grande número de roupas a partir destes tecidos negros. Neste caso, o mercado tem falta destes trabalhadores, pelo que eles poderão capitalizar essa necessidade. **Esse mesmo luto prejudica os lucros dos comerciantes que possuem grandes stocks de sedas e tecidos coloridos.** Prejudica ainda os salários dos trabalhadores que os fabricam esses bens, cujo consumo diminuirá bastante nos seis meses seguintes, fazendo com que o mercado das sedas e dos tecidos coloridos fique sobrecarregado, tanto de bens como de trabalho.

Quando o preço de mercado de uma mercadoria aumenta fortemente em relação ao preço natural, os que empregam os capitais necessários à produção desta mercadoria fazem todos os esforços para esconder esta alteração. Porquê? Porque obtêm lucros extraordinários durante esse período e esforçam-se por fazê-lo durar o máximo de tempo possível. Eles querem evitar que outros capitalistas venham a empregar capitais no seu ramo de actividade, pois, se novos concorrentes surgirem, a procura efectiva será rapidamente preenchida e o preço de mercado descerá para o nível do preço natural. O segredo pode, por vezes, durar vários anos consecutivos, **mas os segredos deste género não costumam ser guardados durante muito tempo e o lucro extraordinário nunca dura mais do que o segredo comercial.**

Um segredo que se preserva muito tempo é o segredo de um novo processo de fabrico. Um fabricante que invente um processo que lhe permita produzir a mesma quantidade por metade do custo tentará evitar que tanto o segredo como a própria existência de um segredo sejam revelados. Com alguma habilidade, poderá mantê-lo toda a vida e obter lucros extraordinários devido ao preço que lhe pagam por um trabalho que todos os seus concorrentes fazem pelo dobro do custo.

Tais aumentos do preço de mercado são consequência de causas acidentais. Mas existem também causas naturais. É, por exemplo, o caso de **determinadas vinhas francesas.** O solo, a exposição solar, a humidade, etc. garantem aos proprietários de determinados terrenos uma renda acima do preço natural, uma renda que é desproporcionada relativamente à de outras terras vizinhas igualmente férteis e bem cultivadas. Contudo, essa desproporcionalidade não se verificará nos salários dos trabalhadores e nos lucros dos capitais empregues.

Uma outra causa de enriquecimento é o monopólio outorgado a um indivíduo ou a uma companhia comercial. Este monopólio produz o mesmo efeito que um segredo comercial ou de fabrico. **O monopolista organiza-se para nunca responder completamente à procura efectiva**, de maneira a vender o bem acima do seu preço natural. Em consequência:

- o **"preço de monopólio"** é, "em todos os momentos, **o mais elevado que lhe seja permitido"**[96];
- o **"preço natural"**, ou seja, "o preço resultante da livre concorrência", é, pelo contrário, **"o mais baixo que se pode praticar"** num período de tempo relativamente alargado.

Os privilégios exclusivos das corporações, os estatutos de aprendizagem e todas as leis que restringem a concorrência têm um efeito de natureza similar ao do monopólio, ainda que num grau inferior e podem manter o preço de mercado acima do preço natural durante vários séculos. **Todavia, é impossível manter durante demasiado tempo o preço de mercado abaixo do preço natural.** Porquê? Porque aqueles que produzem o bem acabarão, fatalmente, por deixar de dedicar tanta terra, trabalho ou capital a esse fim, de modo a que a quantidade de bens seja apenas a suficiente para responder à procura efectiva do mercado.

O preço natural, como vimos, varia com a taxa natural de cada uma das suas parcelas (salário, lucro, renda), a qual varia em função das circunstâncias. Estas causas de variação são expostas nos quatro capítulos que se seguem.

Em primeiro lugar, **a taxa dos salários** é determinada naturalmente por factores que são influenciados pelo grau de riqueza ou de pobreza da sociedade, bem como pelo seu progresso, estagnação ou declínio.

Em segundo lugar, **a taxa dos lucros** é, também ela, determinada por factores influenciados pelas variações referidas no primeiro ponto.

Em terceiro lugar, existe uma **proporção entre os salários pecuniários e os lucros pecuniários.** Esta proporção **depende muito da legislação existente e das políticas**, mas muito pouco das variações expostas nos dois primeiros pontos (grau de riqueza ou pobreza da sociedade, etc.).
Em quarto lugar, a **renda da terra** é regulada por factores que tendem a aumentar ou baixar o preço real de todas as substâncias que ela produz.

---

[96] A. Smith, *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations*, Tome I, Flammarion, 1991, (1776), p.132

Capítulo VIII. Os salários do trabalho

A recompensa natural ou o **"salário"** do trabalho é "o produto do trabalho".

Na situação primitiva da Humanidade, o produto do trabalho pertencia integralmente ao trabalhador. Este estádio terminou aquando da apropriação de terras e da acumulação de capitais. A partir do momento em que a terra se tornou propriedade privada, o trabalhador passou a ter de pagar uma parte da produção que fez crescer ou que recolheu sobre essa terra: a renda é uma primeira dedução ao produto do trabalho que se emprega na terra. Além disso, o trabalhador precisa frequentemente que lhe adiantem o sustento e a matéria-prima antes de colher os frutos do trabalho. É um patrão quem lhos fornece em troca de uma segunda parcela que incide sobre o produto do trabalho ou sobre o valor que esse trabalho acrescentou à matéria-prima em que foi aplicado: **o lucro.**

Resta, então, o **salário**. Confundimo-lo por vezes com o lucro. Porquê? Porque um trabalhador pode acabar por economizar capital suficiente para se tornar o seu próprio patrão. Ele pode comprar a matéria-prima e viver do seu capital até vender o produto final do seu trabalho. Neste caso, assaz raro, ele dispõe de duas receitas:

- os lucros do capital;
- os salários do trabalho.

Estes casos não são nada correntes. Segundo Adam Smith, em todos os países europeus, por um trabalhador independente há 20 assalariados. A maior parte do tempo, os trabalhadores dependem de um patrão que com eles estabelece uma convenção, através da qual é determinado o salário. O salário do trabalho é uma noção que toma plenamente o seu sentido quando o trabalhador e o proprietário do capital empregue para realizar o trabalho são duas pessoas distintas. **Nesta negociação, os patrões estão sistematicamente em vantagem** porque, estando em número inferior ao dos trabalhadores, podem facilmente encontrar-se e chegar a acordo sobre diversos assuntos. Além disso, **a lei não impede os patrões de se entenderem e se concertarem, mas interdita a mesma prática aos trabalhadores.** Nenhuma lei proíbe as ligas que tentam baixar o preço do trabalho, mas há muitas leis contra as que procuram fazê-lo subir. O patrão tem necessidade do trabalhador tal como o trabalhador tem necessidade do patrão, mas a necessidade do primeiro é muito menos premente porque, com o seu capital, ele pode viver dos rendimentos durante um espaço de tempo bastante longo. Um trabalhador pode, geralmente, suprir as suas necessidades apenas uma semana, por vezes um mês, quase nunca durante um ano.

Os patrões entendem-se entre si para não terem de aumentar os salários. Violar este entendimento é visto como uma traição e implica uma elevada reprovação dos seus pares. Estes entendimentos são reais mas nunca se fala deles porque são tácitos, naturais, existem desde sempre: não chamam a atenção. Pelo contrário, as **coligações de trabalhadores**, de assalariados ou de trabalhadores ocasionais dão muito que falar. **Empurrados pelo desespero provocado pela perspectiva de morrer de fome, estes homens por vezes extravasam** e levam a cabo actos violentos que são sistematicamente reprimidos pela força pública e pela

execução rigorosa de leis severas.

No entanto, há uma **"taxa comum dos salários" abaixo da qual é impossível descer:** é imprescindível que o salário do trabalhador assegure a sua subsistência e a dos seus filhos. **Como, estatisticamente, metade das crianças morre antes de atingir a idade adulta, a regra é criar pelo menos quatro crianças, o que corresponde às necessidades alimentares de um adulto.** Devido aos cuidados que está obrigada a providenciar às suas crianças, a mulher, pelo seu trabalho, pode assegurar apenas a sua própria subsistência.

Por vezes, as circunstâncias mostram-se favoráveis aos trabalhadores e permitem-lhes aumentar o seu salário bem acima desta taxa. São os casos em que a procura de um produto aumenta e o número de braços disponíveis para o fabricar não é muito elevado, tendo os patrões de competir para os adquirir. Obviamente, será necessário um crescimento dos fundos para pagar os salários. Estes fundos provêm quer de um excedente das receitas, quer de um excedente do capital. Como tal, é necessário um crescimento da riqueza nacional para fazer aumentar os salários e o número de trabalhadores. Salientamos que o que faz aumentar os salários não é a riqueza do país enquanto tal mas o progresso contínuo do mesmo. A Inglaterra é um país bem mais rico do que a **América do Norte** mas é neste último que os salários são mais altos. Aí, os bens são bastante mais baratos e nunca se conheceu a escassez. Não só o preço do trabalho em dinheiro é mais elevado como a quantidade real de coisas que esse preço coloca à disposição é superior ao que está disponível em Inglaterra.

O sinal mais distintivo do crescimento da riqueza de um país é o aumento do número de habitantes. Na Europa, esse número duplica a cada meio milénio. Na América, duplica a cada 20 ou 25 anos. Os americanos de idade avançada têm frequentemente 50 a 100 descendentes. Por vezes mais. Uma família numerosa não é um encargo mas uma fonte de riqueza. Queixam-se continuamente da insuficiência de braços.

Embora um Estado possa ser opulento, se a sua economia estiver estagnada, não devemos esperar encontrar salários elevados. Porquê? Porque há trabalhadores suficientes para responder à procura. Este excedente de mão-de-obra faz baixar os salários, pois os trabalhadores são obrigados a competir uns com os outros. **A China é um bom exemplo deste fenómeno.** É um dos Estados mais ricos do mundo, um dos mais férteis, dos mais cultivados, dos mais industriosos e dos mais povoados, mas já estava estagnado na época em que Marco Polo o visitou. Segundo Adam Smith, a China atingiu o cume da opulência permitido pela natureza das suas leis e das suas instituições[97]. Relatos de inúmeros viajantes referem o baixo preço dos salários e a dificuldade que um trabalhador tinha em criar a sua família. Os artesãos percorriam as ruas com as suas ferramentas para oferecer os seus serviços, mendigando trabalho. Havia até o hábito de comer carne estragada. A subsistência era tão rara que a lei autorizava a destruição da prole. Todavia, a China não regrediu e os stocks destinados a alimentar os trabalhadores não diminuíram.

---

[97] No capítulo seguinte, Adam Smith explica que, com outras leis e outras instituições (como as propostas pelo liberalismo smithiano), a China seria evidentemente susceptível de aumentar de forma considerável as suas riquezas.

Contudo, existem países nos quais a economia regride, países onde os fundos destinados à subsistência decrescem de ano para ano. As gentes da classe superior não encontram trabalho no qual se empregar e começam a concorrer com os trabalhadores das classes mais baixas. Miséria, fome e mortalidade dizimam a população. **É esta situação que caracteriza Bengala e muitas outras colónias inglesas nas Índias Orientais.** A melhor prova de que os fundos destinados à subsistência decrescem é que, a cada ano, quase quatrocentas mil pessoas morrem de fome. No entanto, o país é muito fértil. A disparidade entre a América do Norte e as Índias Orientais é gritante. Como explicar isto? A América é governada pelo espírito da Constituição britânica, enquanto as Índias Orientais são governadas pelo espírito mercantilista da Companhia das Índias, espírito ao qual Adam Smith dedica o quarto capítulo desta obra.

Em Inglaterra, o salário do trabalho está acima do estritamente necessário para assegurar a subsistência de uma família. O que leva Adam Smith a afirmá-lo? Vários índices.

Em primeiro lugar, em quase todas as partes de Inglaterra há distinção entre um salário de Verão e um salário de Inverno. O primeiro é mais elevado do que o segundo, apesar de ser durante o Inverno que as famílias têm mais despesas (devido ao preço do aquecimento). Esta é a prova de que o salário está acima do estritamente necessário e que é calculado não sobre as necessidades vitais do trabalhador (que já estão colmatadas), mas sobre a quantidade e o presumível valor do trabalho.

Em segundo lugar, os salários do trabalho não seguem, em Inglaterra, as flutuações do preço dos bens. O preço dos bens varia de um mês para o outro, mas o preço do trabalho permanece, em muitos locais, invariável. O aumento do preço dos bens na última década não implicou um aumento assinalável do salário do trabalho.

Em terceiro lugar, os salários variam fortemente em função do local e de forma mais significativa do que o preço dos bens. O preço do pão ou da carne é o mesmo (ou quase) na cidade e no campo. Já os salários são, por norma, 20 a 25% mais elevados nas cidades. No entanto, os trabalhadores geralmente permanecem no ambiente em que nasceram, pois não há nada mais difícil do que fazer um homem sair do seu sítio. Isto significa que, se nas regiões em que o preço do trabalho é mais baixo os homens ganham o suficiente para subsistir, nas outras regiões os trabalhadores vivem necessariamente na abundância[98].

Em quarto lugar, as variações do preço do trabalho não correspondem às do preço dos bens. Adam Smith dá o seguinte exemplo: o cereal inglês é mais caro na Escócia do que em Inglaterra, ainda que o seu preço no mercado escocês não seja superior ao do cereal local, com o qual tem de competir; já o preço do trabalho é mais caro em Inglaterra do que na Escócia, pelo que o trabalhador escocês ganhará o suficiente para assegurar a sua subsistência, enquanto o inglês terá um modo de vida confortável. Como podemos concluir que

[98] A abundância é uma noção relativa. Comparados aos nossos padrões de vida, os da população inglesa desta época eram miseráveis. Por abundância, Adam Smith entende aqui a situação das pessoas que ganham mais do que o estritamente necessário à sua sobrevivência e à da sua família.

o salário do trabalho está, em Inglaterra, acima do estritamente necessário? Para o fazer, é preciso saber de antemão que, no século anterior, em ambos os reinos o cereal era mais caro e o preço do trabalho era mais barato. Ora, se os trabalhadores de então estavam em condições de sustentar uma família, os de agora possuem um salário que lhes permite viver acima do estritamente necessário.

O salário é mais elevado em Inglaterra do que na Escócia pela seguinte razão: em Inglaterra, a agricultura, as manufacturas e o comércio começaram a fazer progressos muito mais cedo. Isto aumentou a procura de trabalho e, desde logo, o seu preço. O que não mudou foi o pagamento de um soldado de infantaria: oito pence por dia. Este salário foi definido com base no salário habitual da massa assalariada de que os soldados costumam ser oriundos. Após esta época, a receita pecuniária e a posição das despesas de uma família aumentaram consideravelmente.

É impossível determinar com rigor o preço do trabalho. Ele depende da perícia do trabalhador, da exigência do patrão, etc.. Em todo o lado onde os salários não estão fixados pela lei, a única coisa que podemos esperar determinar é a sua taxa mais habitual, "e a experiência parece demonstrar que a lei nunca os pode regular convenientemente, apesar de ter frequentemente a pretensão de o fazer"[99].

A recompensa real do trabalho – isto é, a quantidade real de coisas que o trabalhador pode obter com o seu salário – **aumentou, durante este século, numa proporção ainda maior do que o preço desses salários em dinheiro.** O cereal, os legumes, os tecidos, os panos, etc. custam muito menos do que antes. A um ponto tal que se ouvem muitas vezes queixas dos patrões acerca do aumento do luxo entre os trabalhadores mais pobres. Não foi só o preço dos salários que aumentou mas também a soma das coisas que se podem adquirir com o mesmo montante. **Este aumento do luxo entre os operários é negativo? Evidentemente que não. Como poderíamos considerar negativo algo que beneficia a grande maioria da sociedade** (os assalariados, os trabalhadores e os artesãos de todo o tipo)? Além disso, é absolutamente justo que esta população possa lucrar com o produto do seu trabalho.

Embora a pobreza desencoraje o casamento, ela nem sempre o impede. Ela parece mesmo favorecer a reprodução: uma camponesa que vive nas montanhas e passa fome dá muitas vezes vida a uma vintena de crianças, enquanto as mulheres ricas que vivem na opulência se revelam frequentemente exaustas após duas ou três gravidezes. **A pobreza** não impede a reprodução, mas é um **grande obstáculo à capacidade de fazer subsistir as crianças até à idade adulta.** Na Escócia, onde o clima é muito rigoroso, uma mãe de 20 crianças apenas conserva, por norma, duas até à idade adulta. Todos os animais se reproduzem na proporção dos seus meios de subsistência e nenhuma espécie pode, evidentemente, multiplicar-se para lá desses meios. Nas sociedades humanas civilizadas, apenas as camadas inferiores da população são limitadas na sua reprodução pela escassez da subsistência, o que implica a morte de muitas crianças resultantes de casamentos fecundos.

---

[99] A. Smith, *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations*, Tome I, Flammarion, 1991, (1776), p.149

Estes limites alteram-se à medida que há uma recompensa mais generosa do trabalho: ela colocará os pais em posição de cuidar melhor dos filhos e de os criar em maior número. Para que isto aconteça, é preciso que a procura de trabalho seja crescente, pois é ela que vai levar ao aumento da remuneração que, por sua vez, incentivará o casamento e a multiplicação dos trabalhadores. Quando o número de trabalhadores no mercado for excessivo, a remuneração descerá, invertendo-se a lógica anterior.

> "É assim que a procura de homens regula necessariamente a produção de homens, como acontece com qualquer mercadoria."[100]

Como tal, a demografia é uma função do estado da economia. A população aumenta rapidamente nos locais onde a procura aumenta, como é o caso da América. Ela progride lentamente na Europa, onde a procura cresce gradualmente. Ela está parada onde a procura estagna, como é o caso da China.

É às custas do patrão que os escravos se desgastam, enquanto os servidores livres se desgastam às suas próprias custas. Porém, **em ambos os casos, o desgaste é um encargo do patrão.** Porquê? Porque, no caso do servidor livre, o salário que lhe é pago inclui a subsistência da sua prole. Deste modo, os salários contribuem para a reprodução da população de servidores, seja de forma estacionária, crescente ou decrescente, consoante a procura. Dito isto, o **"custo de substituição" de um trabalhador é mais baixo para o patrão de um servidor livre do que para o patrão de um escravo.** Os fundos destinados à substituição do escravo estão normalmente sob a administração de um patrão desatento ou de um capataz negligente. Já os fundos que permitem a um servidor livre manter a sua prole são geridos pelo próprio, que tem, evidentemente, presente a necessidade de administrar esse dinheiro com parcimónia e frugalidade. Isto explica o motivo pelo qual constatamos que:

"O trabalho feito por mãos livres torna-se definitivamente mais compensador do que o trabalho feito por escravos"[101].

A recompensa generosa do trabalho incentiva o crescimento da população. É, simultaneamente, causa e consequência de uma maior prosperidade pública. É em tempos de crescimento que a condição do trabalhador é "mais feliz e mais agradável", tornando-se dura no estado estacionário ou de miséria resultante do declínio.

> "O estado de progresso é, para as diferentes classes sociais, o estado do vigor e da boa disposição; o estacionário é o do tédio; o de retrocesso é o da depressão."[102]

Além do crescimento populacional que daqui resulta, **a recompensa generosa do trabalho aumenta a capacidade de esforço das classes inferiores.** Porquê? Porque uma subsistência abundante aumenta a força física do trabalhador e torna-o mais diligente e mais expedito.

---

[100] *Idem*, p.152
[101] *Idem*, p.153
[102] *Idem,ibidem*

Eles querem aumentar as suas receitas e estão de tal modo entusiasmados a tirar todo o partido possível das suas forças que se prestam a todos os excessos. **Os trabalhadores pagos à tarefa**, motivados pela perspectiva de ganhar o máximo de dinheiro, **não se poupam e podem extenuar-se ou até arruinar a sua saúde devido ao trabalho excessivo**. Em Londres, um carpinteiro não se conserva mais de oito anos no seu pleno vigor. Como tal, é preciso moderar, mais do que entusiasmar, a aplicação no trabalho, pois só a moderação permite, em simultâneo, conservar a saúde de um trabalhador durante mais tempo, reduzir o risco de uma enfermidade e fazê-lo produzir a maior quantidade de trabalho num ano.

Adam Smith refuta a opinião de que os trabalhadores seriam mais preguiçosos durante os anos de abundância do que durante os anos de escassez. Um pouco de comodidade pode, efectivamente, tornar alguns trabalhadores preguiçosos, mas dá-lhes, acima de tudo, uma melhor saúde e a vontade de fazer muitas coisas. Na realidade, nos anos de abundância, os assalariados abandonam muitas vezes o patrão para ganhar, graças ao seu esforço, a sua própria subsistência. Os trabalhadores são, além disso, mais produtivos quando trabalham por sua conta do que por conta de outrem, uma vez que, no primeiro caso, não têm de partilhar o produto do seu trabalho com o patrão. Mas, paralelamente, o baixo preço dos bens incita os patrões a contratar mais assalariados para aumentar a produção. Isto tem como efeito o aumento do preço do trabalho.

Nos anos de escassez, todas estas pessoas se apressam a regressar ao trabalho por conta de um patrão. Mas o preço elevado dos bens incita estes últimos a limitar o número de assalariados. A mecânica inverte-se: há mais procura de emprego do que lugares a ocupar, o que constrange os trabalhadores a aceitarem trabalhar em condições inferiores às condições normais. **Os patrões fazem contratos frequentemente mais vantajosos durante estes anos de escassez, uma vez que os trabalhadores estão mais submissos e dóceis.** Este período é igualmente vantajoso para os rendeiros e os proprietários, dado que os lucros dos primeiros e as rendas dos segundos dependem muito do preço dos bens.

Após analisar as contas do produto anual de várias manufacturas em anos de escassez e de abundância, Adam Smith conclui que **as variações do preço do trabalho nem sempre acompanham as variações do preço dos bens.** Sobretudo quando se trata de grandes manufacturas cujos produtos têm de ser vendidos à distância. A sua produção depende muito mais de factores que influenciam a procura nos locais de consumo do que da fartura ou escassez no local de produção. Todavia, seria falso insinuar que o preço dos bens não tem influência sobre o preço do trabalho. O **preço pecuniário do trabalho** deriva necessariamente de dois parâmetros:

- a procura de trabalho;
- o preço das coisas necessárias à subsistência.

Simplificando: **a quantidade de bens necessários à subsistência que é preciso dar ao trabalhador deriva da procura de trabalho, que pode ser crescente, estacionária ou decrescente.** É o dinheiro necessário para comprar esses bens que determina o preço pecuniário do trabalho. Esse preço, que pode ser alto quando os bens estão baratos, deverá ser

ainda mais elevado quando os bens estão caros.

Nos anos de abundância súbita e extraordinária, os empresários têm capitais adicionais a empregar e estão dispostos a contratar a bom preço, o que permite aos trabalhadores jogar com a concorrência entre patrões e aumentar, ao mesmo tempo, o preço real e o preço pecuniário do seu trabalho. **Num ano de escassez súbita e extraordinária, acontece o contrário: os empresários contratam menos ou despedem.** Então, os trabalhadores competem entre si para encontrar trabalho, o que faz baixar o preço real e o preço pecuniário do trabalho. Em tais circunstâncias, dá-se o caso, como aconteceu em 1740, de os trabalhadores aceitarem trabalhar apenas para obter alimento.

Um ano de escassez diminui a procura de trabalho e tende a fazer baixar o seu preço. Mas, simultaneamente, a carestia dos bens faz aumentar o preço do trabalho. Durante os anos de abundância, a procura de trabalho aumenta e faz aumentar o preço do trabalho. Mas, simultaneamente, o baixo preço dos bens tende a fazer baixar o preço do trabalho. Como tal, há **duas causas que se contrabalançam. Isto explica a relativa estabilidade dos salários em relação às flutuações do preço dos bens.**

O aumento dos salários do trabalho faz aumentar o preço de muitos bens e, como tal, tende a diminuir o seu consumo interno e externo. **Porém, o aumento do capital** que faz subir o preço dos salários **exerce igualmente um efeito inverso: aumenta o poder de produção.** Ou seja, este crescimento do capital permite produzir uma maior quantidade de bens com uma menor quantidade de trabalho. Como? Os capitalistas contratam mais operários e aumentam a subdivisão das tarefas. **Eles querem ainda abastecer-se com as melhores máquinas e empregar o maior número de cabeças para inventar máquinas mais produtivas.** Daqui resulta que uma quantidade de trabalho ligeiramente superior permite uma produção muito maior. Assim, o aumento do preço do trabalho é largamente compensado pela diminuição da quantidade de trabalho necessária à produção de um número idêntico de mercadorias.

Capítulo IX. Os lucros do capital

O aumento ou a diminuição dos lucros do capital dependem, como acontece com os salários do trabalho, da prosperidade ou decadência da riqueza nacional. Mas estas causas agem de forma diferente consoante se trate de salários ou de lucros.

O crescimento dos capitais que faz aumentar os salários tende a reduzir os lucros.

Vimos que **é possível, apesar de ser difícil, determinar a taxa média dos salários. Semelhante aproximação não é possível no que respeita aos lucros.** Porquê? Porque o lucro é variável. Mesmo um comerciante não está sempre em condições de indicar qual é a taxa média do seu lucro anual. Esse lucro, que pode variar de dia para dia, até de hora para hora, depende de uma série de factores (preço das mercadorias, boa ou má sorte da concorrência, práticas do comerciante, acidentes de transporte da mercadoria, conservação do stock,

etc.). É ainda mais difícil determinar o lucro médio de todos os comerciantes de um Estado. Já para não falar do lucro médio desta ou daquela época do passado.

No entanto, pode fazer-se uma ideia aproximada dos lucros presentes e passados analisando o juro do dinheiro. Como? Adoptando esta "máxima": sempre que se puder lucrar com o dinheiro, muito dinheiro será dispensado para tal, e menos dinheiro estará disponível quando for pouco o lucro passível de se fazer através da sua utilização. **Os lucros variam em função da taxa de juro: sobem quando ela sobe e descem quando ela desce.** Como tal, basta olhar para o historial desta taxa para se ter uma ideia da evolução dos lucros. Se nos dedicarmos a este exercício, constatamos que, após Henrique VIII[103], a riqueza e a receita nacional foram sempre crescentes e com uma aceleração gradual nesta progressão. No entanto, ao longo do tempo, o limiar a partir do qual uma taxa de juro era proibida por ser excessiva passou de 10 para 5%. **Isto significa que a taxa dos lucros baixa gradualmente com o crescimento dos capitais.** Razão pela qual as taxas de lucro são geralmente mais baixas numa cidade que concentra muito capital do que nos campos remotos onde os capitais são insuficientes e onde os trabalhadores muitas vezes competem entre si para encontrar um trabalho: a diminuição dos salários faz aumentar os lucros.

Na Escócia, a taxa de juro legal é a mesma que em Inglaterra, mas a taxa de mercado é superior: as pessoas com melhor crédito raramente emprestam abaixo de 5%. Relativamente a Inglaterra, a taxa comum de lucro é mais elevada e os salários são mais baixos. A Escócia é mais pobre do que a Inglaterra e o seu progresso mais lento e mais tardio.

Em França, procedeu-se, ao longo deste século, a várias reduções forçadas do juro, a fim de, provavelmente, diminuir o juro das dívidas públicas. **Adam Smith especula que a França é um país mais pobre do que a Inglaterra** e que, também lá, a taxa de mercado é geralmente mais elevada do que a taxa de juro legal. Adam Smith diz que os comerciantes ingleses que fazem negócio com a França lhe contaram que os lucros eram mais elevados em França do que em Inglaterra e que os salários eram mais baixos. Quando se compara a situação dos dois países, quando se analisa as posses do povo, o contraste das riquezas entre a Inglaterra e a França é ainda mais gritante do que entre a Inglaterra e a Escócia. Decerto que a França é indubitavelmente mais rica do que a Escócia, mas o seu progresso é mais lento.

Proporcionalmente à sua população e à sua dimensão territorial, a Holanda é mais rica do que Inglaterra. Aí empresta-se a 3% e os salários são bastante elevados. Os benefícios são muito fracos. Pensa-se, por vezes, que o comércio está em declínio na Holanda. Talvez seja verdade num ou noutro ramo mas, na realidade, **quando os lucros diminuem, os comerciantes têm o costume de se queixar da decadência do comércio, mesmo quando a diminuição dos lucros é uma consequência da sua prosperidade** ou de um afluxo de capitais investidos no comércio. Depois da última guerra, os holandeses possuem todo o comércio de transporte da França. Eles detêm enormes somas nos fundos públicos de França e de Inglaterra. Eles emprestam muito dinheiro a particulares estrangeiros cuja

[103] Henrique VIII de Inglaterra (1491-1547) foi rei de Inglaterra de 1509 até 1547.

taxa de juro nacional é mais elevada do que a holandesa. Compreendemos aqui que **a superabundância dos seus capitais tem de ser empregue no exterior do país.** Isto não prova, de todo, que os negócios holandeses estão a diminuir. Até parece mais provável o contrário. É uma situação comparável a um particular que enriqueceu a tal ponto que emprega o excedente dos seus capitais em negócios exteriores ao seu comércio, ao mesmo tempo que aumenta este último.

Nas colónias inglesas da América do Norte e das Índias Ocidentais, os salários, a taxa de juro e os lucros são mais elevados do que em Inglaterra. É bastante raro ver salários elevados e grandes lucros em simultâneo. Tal só se vê nas novas colónias. Porquê? Numa nova colónia, os capitais são pouco abundantes proporcionalmente à extensão do território. Os colonos têm mais terra do que o seu capital lhes permite cultivar. Como tal, os capitais só são aplicados nas terras mais férteis e melhor situadas (ao longo de um curso de água ou na costa). Estas terras compram-se muitas vezes abaixo do valor da sua produção natural. Todo o capital empregue em trabalhos de melhoramento da terra gera, nestas condições, um lucro muito grande e fornece, por consequência, o bastante para pagar um juro muito elevado. O proprietário tem falta de braços, o que explica que os trabalhadores beneficiem de salários elevados. Mas, à medida que a colónia se desenvolve, os lucros dos capitais diminuem. O aumento das riquezas da indústria acabam por fazer baixar a taxa de juro.

Os salários do trabalho não baixam como os lucros dos capitais. Quanto mais o capital aumenta, mais vai aumentar a procura de trabalho, sejam quais forem os lucros. Mesmo quando esses lucros diminuem, os capitais podem continuar a aumentar, até a um ritmo bastante mais rápido. Um país que enriquece é comparável a um homem que enriquece: um grande capital com pequenos lucros aumenta mais depressa do que um pequeno capital com grandes lucros. **"Dinheiro atrai dinheiro": quando se ganha um pouco, torna-se mais fácil ganhar cada vez mais. A dificuldade consiste em ganhar esse pouco.**

Quando um país adquire novos territórios ou quando desenvolve novos sectores industriais, o lucro dos capitais pode aumentar e, com ele, o juro do dinheiro, inclusivamente num país que progride rapidamente rumo à opulência. Porquê? Porque os capitais, mesmo elevados, não bastam face à quantidade de negócios que nascem nessa ocasião. Como tal, são aplicados de preferência em sectores específicos que geram o maior lucro possível. **Os antigos sectores da indústria vêem-se, subitamente, abandonados por uma parte dos capitais que os alimentavam.** Tal diminui a concorrência e o mercado fica menos abastecido de bens, o que faz subir o seu preço. Esta situação reduz os salários e, simultaneamente, gera um grande lucro para os comerciantes, permitindo-lhes pagar um juro mais elevado a quem lhes empresta dinheiro. Isso explica por que motivo **o volume de capitais ingleses nada diminuiu após a Inglaterra ter adquirido imensos territórios da América do Norte e das Índias Ocidentais: os capitais apenas foram atraídos por uma série de novas empresas.** Esse volume de capitais nem sequer diminuiu com as despesas enormes da última grande guerra[104].

---

[104] Adam Smith faz aqui referência à Guerra dos Sete Anos (1756-1763) na sequência da qual a Grã-Bretanha se tornou a principal potência colonial do mundo.

Nestas novas condições que afectam os antigos sectores da indústria (diminuição de capitais, diminuição de salários, diminuição da quantidade de mercadorias produzidas, elevação dos lucros e elevação dos juros), **os comerciantes podem cobrar mais por bens que lhes custam menos.** Os seus lucros crescem por dois lados e permitem-lhes pagar juros mais elevados. É assim que se explica a constituição súbita de imensas fortunas em Bengala e nas outras colónias inglesas das Índias Orientais: nestes países arruinados, os salários são muito baixos e os lucros muito elevados. O juro cresce na mesma proporção: empresta-se aos agricultores a taxas de 40, 50 e 60%. Os lucros capazes de pagar um tão elevado juro reduzem quase a nada a renda do proprietário. Além disso, uma usura tão grande confisca uma grande parte dos lucros deste último.

Num país que alcançasse o grau máximo de riqueza que a sua situação permitisse, os salários do trabalho e os lucros do capital seriam baixos. Estes salários permitiriam apenas assegurar a subsistência dos trabalhadores, cujo número jamais poderia aumentar. Todo o capital que cada sector pudesse empregar teria sido empregue, o que significa que a concorrência seria máxima e os lucros mínimos. Um tal país provavelmente nunca existiu. **É certo que a China**, como vimos, **alcançou o mais elevado grau de riqueza compatível com a natureza das suas leis e das suas instituições, mas esse grau é muito inferior àquele que se poderia imaginar com outras leis e outras instituições.** De facto, a China despreza todo o comércio estrangeiro e tolera os navios europeus unicamente em um ou dois dos seus portos, privando-se assim de diversos negócios. Só os ricos e os detentores de grandes capitais são protegidos pela lei. Os pobres e os donos de pequenos capitais são abandonados às humilhações e às pilhagens dos mandarins inferiores. Isto dá aos ricos o monopólio do comércio e assegura-lhes lucros muito grandes, como atestam as exorbitantes taxas de juro de 12%.

Uma má lei pode fazer subir a taxa de juro bem acima daquilo que seria normal. É o que acontece quando a lei não assegura o cumprimento dos contratos. Qualquer pessoa que peça emprestado é, assim, comparável a um falido, a um indivíduo sem crédito, razão pela qual se lhe exige um juro enorme. Era o que se passava com os povos bárbaros que invadiram o império romano: os tribunais e os reis desinteressaram-se quase totalmente dos contratos. A sua execução era deixada à boa fé dos contratantes, o que provavelmente explica a elevada taxa de juro praticada naquela época.

A lei pode proibir toda a espécie de juro, mas não o consegue impedir. Haverá sempre muita gente com necessidade de pedir emprestado e ninguém lhe emprestará dinheiro sem contrapartidas, isto é, sem um juro proporcional à natureza do serviço que esse dinheiro rende e ao risco ao qual se fica exposto pela violação da lei. Segundo Smith, Montesquieu dá como exemplo as elevadas taxas de juro praticadas entre os muçulmanos: não é a pobreza dos muçulmanos que faz aumentar esta taxa, mas o risco decorrente da transgressão da lei. A taxa mais baixa dos lucros normais dos capitais deve sempre ultrapassar um pouco o necessário para compensar as perdas acidentais. Este extra é o **"lucro líquido"**, enquanto o **"lucro bruto"** é o benefício líquido mais o que se retém para compensar as perdas acidentais. Sem esse extra, nada excepto a caridade motivaria alguém a emprestar.

Num país que alcançasse o cume da riqueza e no qual todos os sectores da indústria tivessem podido beneficiar de toda a quantidade de capital que pudessem ter absorvido, **a taxa de lucro seria tão baixa que só as pessoas excepcionalmente ricas poderiam viver às custas dos juros do seu dinheiro. Os outros seriam forçados a conduzir eles próprios os negócios em que empregassem os seus capitais**. É, diz Adam Smith, o caso da Holanda. Lá, é de bom tom um homem fazer negócio. Isso não tem nada de desonroso. É antes o inverso que é verdade: um homem desocupado no meio de homens ocupados com os seus negócios corre o risco de ser pouco respeitado por estes.

A taxa mais elevada à qual o lucro pode ascender é aquela que, no preço de um bem, absorve a totalidade do que deveria constituir a renda, remunerando pelo mínimo possível o trabalho de preparar e colocar o bem no mercado, de forma a assegurar somente a subsistência do trabalhador.

Em Inglaterra, um lucro comum (qualificado pelos comerciantes de "moderado", "honesto", "razoável") equivale ao dobro da taxa de juro. Esta taxa normal de lucro está entre 8 e 10%. É razoável que metade deste lucro (4 a 5%) se destine a juros. Porquê? Porque deixa 4 a 5% a quem pede emprestado e que deve ser recompensado pelo seu esforço em empregar capital e pelo risco que corre. De facto, o capital está à responsabilidade de quem o pede emprestado, que é, de certa forma, aquele que dá garantias a quem empresta.

Os lucros elevados fazem subir muito mais o preço das mercadorias do que os salários elevados. Um aumento dos salários repercute-se segundo uma proporção aritmética nos preços da mercadoria. Basta adicionar ao preço da mercadoria o aumento da remuneração de cada trabalhador multiplicado pelo número de trabalhadores e pelo número de dias de trabalho. **Um aumento dos lucros repercute-se nos preços segundo uma proporção geométrica.** Porquê? Porque este aumento do lucro será exigido – em todas as etapas da produção – por cada um dos intervenientes ao interveniente seguinte. Imagine-se que fazemos subir em 5% o lucro para uma peça de tecido: o patrão dos cardadores, o patrão dos fiandeiros e o patrão dos tecelões exigirão, cada um, 5% a mais sobre a matéria que cedem e sobre o trabalho dos seus operários.

A subida dos salários faz aumentar o preço das mercadorias numa proporção bem inferior a uma subida dos lucros. Podemos comparar a subida do preço das mercadorias causada pelo aumento dos salários a um juro simples na acumulação de uma dívida. A subida do preço das mercadorias causada pelo aumento dos lucros é, no entanto, comparável ao juro composto. **Os patrões queixam-se frequentemente da subida dos salários, que aumenta o preço da sua mercadoria e diminui o seu fluxo. Mas, evidentemente, nunca se queixam da subida dos seus lucros** que, no entanto, tem consequências muito mais desagradáveis sobre o preço da mercadoria. Por outras palavras, queixam-se do ganho dos outros, mas nunca do seu próprio ganho.

Capítulo X. Os salários e os lucros nos diversos empregos do trabalho e do capital

Numa mesma zona geográfica, os diversos empregos do trabalho e do capital criam, necessariamente, um **equilíbrio de vantagens e inconvenientes que assegura a perfeita igualdade entre esses diversos empregos.** Caso contrário, se um emprego se revelasse mais vantajoso do que os outros, toda a gente optaria por ele e abandonaria os restantes, o que faria com que esse emprego rapidamente deixasse de ser vantajoso. Isso aconteceria numa situação de perfeita liberdade, em que cada um pudesse escolher livremente a ocupação que mais lhe conviesse e mudar de área quando lhe apetecesse.

Na realidade, **por toda a Europa os salários e os lucros são extremamente diferentes em função dos diversos empregos do trabalho e do capital.** Mas estas diferenças são fruto de determinados factores que, na realidade ou em aparência, compensam o parco ganho pecuniário ou servem de contrapeso a um ganho elevado. Explicam-se também pela "política da Europa, que nunca deixa as coisas em plena liberdade"[105].

Adam Smith vai tratar as duas causas seguintes no âmbito deste capítulo:

- as desigualdades que decorrem da natureza dos próprios empregos;
- as desigualdades provocadas pela política da Europa.

Secção 1. As desigualdades que decorrem da natureza dos próprios empregos

As circunstâncias principais que determinam as desigualdades relativas à própria natureza dos empregos são cinco:

- o carácter agradável ou desagradável desses empregos;
- a dificuldade e o custo da sua aprendizagem;
- o carácter contínuo ou descontínuo do exercício desses empregos;
- a confiança de que devem ser investidos aqueles que exercem essas funções;
- a probabilidade de sucesso.

Analisemos as diversas circunstâncias:

Em primeiro lugar, os salários do trabalho variam consoante o emprego é fácil ou penoso, limpo ou sujo, digno ou indigno.

Um alfaiate ganha menos do que um tecelão porque o seu trabalho é mais fácil. Mas um tecelão ganha menos do que um ferreiro: **a obra do primeiro não é mais fácil mas é muito mais limpa** do que a do ferreiro. O ferreiro, malgrado a sua condição de artesão, ganha menos do que um mineiro, embora este não passe de um operário: a sua obra é menos suja e menos perigosa e exerce-se à luz do dia. **O ofício do talhante é um dos mais lucrativos**

[105] A. Smith, *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations*, Tome I, Flammarion, 1991, (1776), p.173

devido ao seu carácter cruel e repulsivo. Proporcionalmente à quantidade de trabalho que implica, o ofício indigno de carrasco é o mais bem retribuído possível.
O carácter desagradável e a desonra influem da mesma maneira sobre os lucros dos capitais: o estalajadeiro está exposto ao desconforto de nunca ser dono da sua casa e de receber constantemente insultos dos bêbados, mas o pequeno capital que ele investe no seu negócio gera grandes lucros.

Em segundo lugar, os salários do trabalho variam consoante a dificuldade e o custo da aprendizagem.

Espera-se obter de uma máquina cara uma quantidade extraordinária de trabalho que permita rentabilizá-la. Como tal, um homem que dedicou muito tempo e trabalho para se formar no exercício de uma profissão é comparável a uma máquina deste tipo. É normal que seja pago em consonância. Diferencia-se também o trabalho comum daquele que requer uma grande perícia.

A "política da Europa" (Adam Smith visa aqui os governos dos diferentes Estados europeus enquanto intervenientes na economia) considera que o trabalho que requer uma "grande perícia" é o dos mecânicos, artesãos e operários de manufacturas, enquanto o trabalho comum é o de todos os trabalhadores do campo. **Razão pela qual as leis e os costumes da Europa impõem uma longa aprendizagem aos mecânicos, aos artesãos e aos operários de manufacturas.** Durante a aprendizagem, o produto do trabalho do aprendiz pertence ao patrão, enquanto as suas vestes e, por vezes, até a sua comida são uma incumbência dos seus pais. Chega mesmo a dar-se o caso de ele ter de pagar ao patrão pela aprendizagem que este lhe dispensa. Isto justifica que o salário destas pessoas, uma vez concluída a sua aprendizagem, seja superior ao dos trabalhadores rurais.

A educação é ainda mais longa para aceder a profissões liberais como as de pintor, escultor, advogado ou médico. A remuneração deve, como tal, ser ainda mais elevada. Já o lucro dos capitais não depende do custo e da duração da aprendizagem da profissão em que estes são empregues.

Em terceiro lugar, nas diferentes profissões os salários do trabalho variam consoante a constância ou incerteza da ocupação.

Um assalariado tem a garantia de encontrar trabalho todos os dias do ano em que esteja em condições de trabalhar. Já um pedreiro não pode trabalhar durante os tempos de gelo ou de chuva forte, pelo que, para que a profissão que exerce permaneça atraente para ele, é muitas vezes pago a dobrar. Contudo, a sua profissão é muito fácil de aprender (aliás, em Londres, chega-se a ver – durante o Verão – os carregadores de cadeiras a serem empregues como pedreiros). **Na realidade, se os pedreiros são bem pagos não é para recompensar a sua habilidade, mas para os compensar pelas interrupções que tornam desconfortável o exercício da sua profissão.** O que explica também por que motivo o salário de um carpinteiro de interiores é, normalmente, menos elevado do que o de um pedreiro: o seu trabalho não depende das condições meteorológicas.

Por vezes, a incerteza da ocupação acrescenta-se às circunstâncias, já examinadas, da fadiga, do carácter desagradável e da sujidade do emprego. Assim, um mineiro ganha o dobro ou até o triplo de um simples operário porque a sua tarefa é, ao mesmo tempo, fatigante, suja e plena de desconforto. Os descarregadores de carvão em Londres sofrem os mesmos inconvenientes, mas têm ainda a desvantagem da irregularidade das chegadas dos navios de carvão. Como tal, são remunerados com entre seis e dez xelins por dia, ou seja, quatro ou cinco vezes a remuneração diária de um assalariado.

Já os lucros dos capitais não são, de modo algum, determinados pela constância ou incerteza do emprego: se o comerciante não empregar sensatamente o seu capital, a culpa é sua e não dos seus negócios.

Em quarto lugar, os salários do trabalho podem variar consoante a maior ou menor confiança que é preciso depositar no trabalhador.

Os ourives e joalheiros, a quem são confiadas matérias preciosas, têm, em todo o lado, salários superiores aos de muitos outros trabalhadores cujo ofício requer tanta ou mais habilidade. **Ao médico é confiada a nossa saúde e ao advogado a nossa fortuna e, por vezes, até a nossa vida ou a nossa honra.** Não podemos confiar algo tão precioso a pessoas pobres e pouco reputadas. É necessário que a retribuição lhes garanta a posição social exigida por essa confiança. Além disso, é preciso compensar a dificuldade e a duração de uma aprendizagem desta ordem. Já o crédito que um comerciante merece não depende da natureza do seu comércio mas da sua integridade e da sua prudência: na maior parte do tempo, ele emprega o seu próprio capital e não capital alheio.

Em quinto lugar, os salários do trabalho em diferentes ocupações variam consoante as probabilidades de sucesso.

Um filho que se envia para ser aprendiz de sapateiro tem boas hipóteses de se tornar sapateiro. Já um filho que se envia para uma escola de direito terá, e com dificuldade, uma oportunidade em vinte de se tornar um **advogado** capaz de viver do produto da sua profissão, uma vez que a concorrência na área é muito dura. Queixamo-nos, por vezes, do carácter exorbitante dos honorários dos advogados, mas, se tivermos em conta a "lotaria do direito"[106], veremos que **esta profissão – como a maioria das profissões liberais – é muito mal recompensada do ponto de vista pecuniário.** No entanto, estas profissões atraem muitos candidatos movidos pelo desejo de adquirir celebridade e animados por uma confiança tola na sua boa estrela. **A admiração de que goza aquele que é bem sucedido compensa, em parte, a má remuneração, dados os esforços empreendidos e os obstáculos ultrapassados.** A admiração pública é parte considerável da recompensa do médico e do advogado. E é praticamente a única remuneração do poeta e do filósofo.

Há também profissões muito brilhantes, muito agradáveis e que suscitam uma forma de admiração paradoxal para com quem as exerce, mas cujo exercício é, no entanto, conside-

---

[106] *Idem*, p.180

rado uma espécie de "prostituição pública"[107]. Assim, **os actores, cantores e bailarinos de ópera beneficiam de retribuições exorbitantes** devido, por um lado, à raridade e à beleza do talento, e, por outro, à infâmia que está ligada à profissão (apesar da admiração de que é objecto a sua performance). **Se os preconceitos morais caíssem, é mais que certo, diz Adam Smith, que o mesmo acontecesse à remuneração pecuniária.**

O sucesso das lotarias explica-se pela confiança tola que a maior parte das pessoas tem na sua boa estrela. Exagera-se naturalmente nas possibilidades de ganhar e minimiza-se, também naturalmente, nas hipóteses de perder. **Os lucros extremamente moderados das seguradoras** são a prova de que, na maior parte do tempo, as hipóteses de perda são calculadas abaixo da realidade. Várias pessoas ganharam algum dinheiro como profissionais de seguros, mas muito poucas fizeram aí grande fortuna: o equilíbrio dos lucros e das perdas não é tão vantajoso quanto noutros tipos de actividade.

A **profissão de soldado** é evidentemente das mais arriscadas. No entanto, imensos jovens voluntários correm a alistar-se, sem reflectir, no início de uma guerra. As suas esperanças romanescas impedem-nos de ver que as suas hipóteses de progressão são quase nulas e que a sua remuneração é inferior à de simples assalariados.

A operação de **lotaria** que constitui a escolha de entrar para **a marinha** é um pouco menos desvantajosa do que a do exército. A esperança de progressão é um pouco mais realista, pois **a profissão de oficial da marinha entusiasma menos a multidão do que a de oficial do exército, devido ao prestígio incomparável do exército**. Contudo, a destreza e o saber exigidos a um simples marinheiro são maiores do que os requisitos de quase todos os ofícios artesanais. A sua vida não é mais do que uma sequência ininterrupta de trabalhos e perigos. A sua remuneração é inferior à de um trabalhador normal. Além do salário, recebe víveres como extra, mas isso não representa um ganho líquido, porque o marinheiro não pode desfrutar da companhia da sua mulher e dos seus filhos, que têm de ser sustentados à distância com o montante do seu salário.

Quando se emprega capital, a taxa normal de lucro varia em função da certeza das receitas. Ora, há mais certeza no comércio interno do que no externo. Por isso, a taxa normal de lucro varia sempre consoante o risco, mas não aumenta proporcionalmente a este e, como tal, não o compensa na totalidade.

Das cinco circunstâncias que fazem variar o salário, apenas duas influenciam os lucros do capital: em primeiro lugar, o carácter agradável ou desagradável do trabalho e, em segundo lugar, **a certeza ou o risco** que caracterizam o negócio em que o capital está investido. No primeiro caso, só há pequenas diferenças na maior parte das utilizações do capital, mas as diferenças nas utilizações do trabalho são muitas. No segundo caso, é certo que o risco faz aumentar o lucro do capital, mas o aumento nem sempre é proporcional a esse risco. Em qualquer região, as diferenças entre a taxa média de lucros de distintas utilizações do capital são mínimas se comparadas com as diferenças entre os salários pe-

[107] *Idem*, p.181

cuniários dos diversos tipos de trabalho. A diferença aparente entre dois tipos de indústria é muitas vezes uma ilusão que decorre do facto de nem sempre distinguirmos bem entre salário e lucro.

Adam Smith dá um exemplo desta **dificuldade em distinguir salário e lucro. O lucro dos boticários é tido como especialmente exorbitante mas, na realidade, esse lucro não passa de um salário bastante razoável** se tivermos em conta que o saber necessário ao exercício dessa profissão é de uma natureza mais delicada e mais refinada do que a de outros trabalhadores e que deve poder inspirar confiança por ele ser, em simultâneo, nos casos em que a saúde está pouco ameaçada e em que o sofrimento é pouco considerável, o médico dos ricos e dos pobres. Por vezes, ele venderá as suas drogas dez vezes acima do preço de custo das matérias-primas. É um lucro "aparente", pois este lucro é, na realidade, um salário disfarçado. Porquê? Porque o boticário só terá salário se vender as suas drogas. Este lucro corresponde a um salário razoável pelo seu trabalho.

Um merceeiro de um pequeno porto de mar poderá ter um lucro de 40 a 50% a partir de um capital de algumas centenas de libras, enquanto **um comerciante grossista no mesmo local poderá ter lucros de 8 a 9% sobre um capital de dez mil libras**. O merceeiro é necessário para o consumo dos habitantes do pequeno porto e não precisa de empregar um grande volume de capital. De facto, ele não pode crescer, pois o seu mercado está limitado ao número de habitantes locais. À primeira vista, o lucro parece exorbitante mas ele constitui, também, na sua maior parte, um verdadeiro salário. Este último é justificado na medida em que o negociante tem de adquirir todos os conhecimentos necessários a um grande mercador: saber ler, escrever, fazer contas e avaliar a qualidade e o preço de 50 a 60 mercadorias, só para dar alguns exemplos.

Numa grande cidade, a diferença entre o lucro aparente do comércio grossista e o do comércio retalhista é muito menos flagrante. Porquê? Devido à extensão do mercado. Com efeito, o facto de na cidade haver um mercado potencialmente mais alargado permite que se estabeleça um comércio retalhista com capitais muito superiores. Se, por exemplo, investirmos dez mil libras num comércio retalhista, o salário do merceeiro é uma mera bagatela a acrescentar ao lucro real de um tão grande capital. **O lucro aparente de um tal merceeiro na cidade aproxima-se do lucro dos comerciantes grossistas.** Os produtos vendidos a retalho são ao mesmo preço ou mais baratos nas cidades do que nas vilas ou aldeias. Apesar de ser muito mais caro transportar cereais e gado para as cidades do que para a província, o facto de o pão e a carne se comercializarem melhor na cidade faz com que **o preço destes bens seja aproximadamente o mesmo na cidade e no campo. Porquê? Porque a maior mobilização de capitais na cidade compensa os elevados custos de transporte.**

Os lucros dos capitais são, para a venda grossista ou a retalho, mais fracos na capital, mas isso é largamente compensado pela maior extensão do mercado. A estreiteza do mercado impede o retalhista da aldeia de crescer à medida que aumentam os seus capitais. Já o retalhista urbano pode aumentar consideravelmente a sua esfera de operações. **Todavia, é raro que uma indústria regular e fixada gere fortunas consideráveis.** Tal só é possível para o comércio propriamente dito ou para a especulação. É o caso do comerciante

que troca de actividade frequentemente em função das operações que planifica: venderá cereais num ano, vinho no outro e açúcar ou tabaco no seguinte. É, evidentemente, uma forma de proceder muito arriscada, mas que pode revelar-se extremamente rentável.

As cinco circunstâncias referidas anteriormente ocasionam desigualdades muito fortes nos salários e nos lucros, mas não perturbam o equilíbrio das vantagens e inconvenientes reais ou imaginários de cada um dos diferentes empregos do trabalho e do capital. Como já dissemos, em certos casos compensam a modicidade do ganho pecuniário e, noutros casos, contrabalançam a superioridade desse ganho.

Dito isto, **é preciso, para que este equilíbrio se estabeleça, que esteja garantida "a mais inteira liberdade"**[108], o que infelizmente não é o caso, como iremos ver na secção 2 deste capítulo. Por outro lado, é preciso que estejam reunidas três condições complementares:

- o emprego deve ser bem conhecido e estar estabelecido há muito na localidade;
- o emprego deve estar no seu estado normal ou "natural";
- o emprego deve ser a única ou a principal ocupação daqueles que o exercem.

Em primeiro lugar, esta igualdade só pode existir entre empregos bem conhecidos e há muito estabelecidos na mesma localidade. Como tal, isto não diz respeito às empresas novas que propõem salários muito aliciantes para atrair trabalhadores, nem aos fabricantes cuja produção, por estar baseada na moda ou na fantasia, lhes dita um período de vida muito reduzido. Com o tempo, o novo estabelecimento será obrigado a reduzir os salários à medida que os seus lucros baixem devido ao aparecimento da concorrência.

Em segundo lugar, esta igualdade no conjunto das vantagens e dos inconvenientes só pode existir em empregos do trabalho que estão no seu estado normal ou "natural". De facto, em quase toda a espécie de trabalhos a procura é ora grande, ora pequena, e, quando é grande, os salários oferecidos serão maiores. Além disso, o lucro do capital varia com o preço dos bens em cuja produção ele foi empregue. Quando esse preço ultrapassa a taxa média, os lucros sobem acima do nível geral, sucedendo o inverso quando o preço baixa.

Tudo o que é produzido pela indústria responde geralmente de forma muito precisa à procura. Frequentemente, a quantidade não muda e o preço permanece inalterado. Assim sucede na indústria dos tecidos onde só circunstâncias acidentais, como um luto nacional, que faz aumentar a procura e o preço do tecido negro, podem modificar este cenário. Portanto, o preço e a procura são geralmente uniformes para os produtos da indústria, pois a mesma quantidade de esforço produz todos os anos a mesma quantidade de mercadoria. Na agricultura, pelo contrário, a mesma quantidade de esforço pode, em função dos anos, produzir quantidades extremamente variáveis. Os preços são, desde logo, muito flutuantes. Não só devido à flutuação da produção, mas também devido à flutuação da procura.

---

[108] *Idem*, p.190

Em terceiro lugar, esta igualdade só pode existir nos empregos do trabalho e do capital que são a única, ou a principal, ocupação daqueles que os exercem. De facto, pessoas cujo trabalho lhes deixa tempo livre costumam aceitar um **segundo trabalho com um salário líquido proporcionalmente inferior. É o caso, por exemplo, dos "caseiros"**, isto é, dos trabalhadores ao serviço de proprietários e de rendeiros que recebem como retribuição uma casa, uma pequena horta e alguma terra arável. Esporadicamente, o patrão emprega-os e paga-lhes, durante esse período, quatro galões de farinha de aveia por semana. O resto do tempo, estes inquilinos encontram emprego noutro lado em troca de uma retribuição muito baixa pela execução de outros trabalhos campestres. Em tempos, estas pessoas eram extremamente comuns na Europa. **Vários escritores comoveram-se com as condições miseráveis destes "caseiros" mas, geralmente, sem compreenderem que a retribuição acidental do segundo emprego não formava a integralidade do salário destes trabalhadores.** Um outro exemplo dado por Smith é o dos trabalhadores ou assalariados que, fora das suas horas de trabalho, tricotavam meias que vendiam a um preço muito barato.

Geralmente, um país rico fornece ocupação suficiente para empregar todo o trabalho e todo o capital daqueles que a ele se dedicam. Nos países pobres, as pessoas costumam viver de uma actividade e obtêm pequenos rendimentos de outra. Mas este fenómeno também se verifica em grandes cidades como Londres. Smith dá o exemplo do comerciante que – devido à lei inglesa que obriga qualquer inquilino, se for chefe de família, a alugar uma casa inteira da cave ao sótão – só ocupa o rés-do-chão com o seu estabelecimento e aloja a família no sótão. Como a lei permite alugar quartos mobilados, ele obtém um rendimento extra alugando o segundo e o terceiro pisos.

Secção 2. Desigualdades causadas pela política da Europa

Existem desigualdades que têm origem numa falha de uma das três condições aqui descritas. Adam Smith examina agora as desigualdades que têm origem no facto de "a política da Europa" não respeitar "a mais inteira liberdade", isto é, a desigualdade resultante do conjunto de medidas legislativas e regulamentares que têm por objectivo impedir a liberdade no mercado de trabalho. Três causas explicam estas desigualdades criadas pela intervenção da autoridade:

- a **restrição da concorrência**, em certos empregos, a um número de indivíduos inferior àquele que, de outro modo, a eles se dedicaria;
- as **medidas que aumentaram**, em certos empregos, **o número de concorrentes** acima do número que, de outro modo, a eles se teriam dedicado;
- os **entraves à livre circulação do trabalho e dos capitais**, tanto de um emprego para o outro, como de um lugar para o outro.

Analisemos, **em primeiro lugar**, o que poderíamos apelidar aqui de políticas de restrição da concorrência que desencorajam vários indivíduos de entrar no mercado. Os principais meios aqui mobilizados são os **"privilégios exclusivos das corporações"**. São, por exemplo, as medidas que fixam **quotas de aprendizes** por mestre nesta ou naquela profissão. Ou

ainda **medidas que alongam a duração da aprendizagem**, tornando esta última financeiramente inalcançável para alguns. Anteriormente, a duração da aprendizagem na Europa era de sete anos para a maior parte dos ofícios. Acabado este prazo, o aprendiz que fosse aprovado tornava-se mestre.

A rainha Isabel[109], no quinto ano do seu reinado, tornou obrigatória e alargou esta exigência a todos os ofícios existentes nas cidades com mercado. Outros regulamentos políticos foram adoptados a seguir a este estatuto real. Nomeadamente, um que continha uma **prescrição absurda** que interditava um fabricante de carruagens de fazer, ele mesmo, as rodas da sua carruagem e o obrigava a recorrer a um "carpinteiro de rodas", o qual tinha o direito de fabricar uma carruagem completa. Outros regulamentos, como os que vigoravam em França, previam um período de cinco anos para que o aprendiz alcançasse o estatuto de companheiro e um segundo período de cinco anos (o "companheirismo") para que se tornasse mestre. Na Escócia, era possível reduzir o tempo de aprendizagem "comprando" uma parte desta contra pagamento. Existiam cidades com corporações nas quais se podia exercer determinados ofícios sem se ter feito a respectiva aprendizagem.

Adam Smith insurge-se contra esta instituição da aprendizagem obrigatória nas corporações:

> "De todas as propriedades que um homem pode possuir, o seu trabalho é a mais sagrada e a mais inviolável, pois é a fonte original de todas as outras propriedades"[110].

O património do pobre reside exclusivamente na força e na destreza das suas mãos. Como tal, privá-lo de empregar essa força e essa destreza é uma violação manifesta dessa propriedade primitiva. É também uma violação do direito de cada um a escolher livremente quem deve empregar. Este zelo do legislador, que quer evitar que se empregue gente incapaz, é tão absurdo quanto opressivo. **Longas aprendizagens não dão, de modo algum, garantias contra defeitos.** É sobretudo a fraude que está na origem destes. Para a prevenir é preciso – mais do que inquirir sobre a duração da aprendizagem – colocar marcas ou selos sobre o objecto para certificar a sua qualidade. Além disso, **a aprendizagem torna os aprendizes preguiçosos.** Contrariamente ao trabalhador pago à tarefa, o aprendiz não trabalha por sua conta e não tem qualquer interesse imediato no trabalho. Os Antigos não conheciam a aprendizagem.

Longas aprendizagens não são de todo necessárias. O fabrico de relógios e pêndulos é fruto do génio humano, mas a aprendizagem das técnicas para os produzir não requer mais do que algumas semanas. Evidentemente, a destreza da mão é fruto da prática e da experiência. Mas seria mais inteligente remunerar o aprendiz consoante a qualidade das obras que ele executa. Deste modo, a sua aprendizagem seria mais rápida e menos dispendiosa. **Evidentemente, o mestre poderia ficar a perder:** ele deixaria de ganhar sete anos de salários do aprendiz e, rapidamente, teria a concorrência deste. **O aprendiz também poderia**

---

[109] Isabel I de Inglaterra (1533-1603), a chamada "rainha virgem", reinou entre 1558 e 1603.
[110] A. Smith, *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations*, Tome I, Flammarion, 1991, (1776), p.198

ficar a perder, pois uma concorrência muito maior poderia reduzir os salários. **Mas o público ganharia imenso** na medida em que os produtos da mão-de-obra teriam um melhor preço.

As pressões que as corporações exercem sobre o rei visam, supostamente, que o mercado não fique "sobrecarregado" de mercadorias manufacturadas mas, na realidade, o que elas pretendem é mantê-lo desguarnecido. **Estes regulamentos permitem às corporações vender as suas mercadorias a um preço mais elevado** do que aquele a que venderiam se eles não existissem. Evidentemente, esta é também uma desvantagem das corporações umas face às outras, pois têm de comprar mais caros os produtos de que necessitam e que são produzidos por outras corporações. Mas, face ao campo, as corporações urbanas podem, ao fazê-lo, continuar a colher grandes benefícios graças a esta distorção dos preços.

A cidade tira do campo a subsistência necessária aos seus habitantes e as matérias-primas necessárias à sua indústria. Ela paga ao campo de duas maneiras: graças aos seus objectos manufacturados (cujo preço é aumentado pelo salário dos trabalhadores e pelo lucro dos patrões) e graças a objectos fabricados importados de outras cidades e de outros países. Como tal, é graças às suas manufacturas e ao comércio interno e/ou externo que a cidade faz negócios com o campo. **Ao aumentar artificialmente os preços das mercadorias devido a regulamentos corporativistas, as cidades desfavorecem os proprietários, agricultores e trabalhadores e quebram a igualdade natural existente entre cidades e campos.** As cidades podem, então, comprar, com uma menor quantidade de trabalho, os produtos de uma maior quantidade de trabalho do campo. Não há necessidade de grandes cálculos para provar esta verdade: em toda a Europa, por cada cem pessoas que fizeram fortuna no comércio ou na manufactura, encontramos apenas uma que enriqueceu devido à actividade agrícola. É a prova de que o esforço é mais bem recompensado nas cidades, ou seja, de que aí os salários e os lucros são superiores. E o trabalho e o capital são naturalmente empregues no que for mais vantajoso.

Esta vantagem das cidades reside, em parte, na facilidade que os membros de um mesmo ofício têm em comunicar e em concertar-se no quadro de uma cidade. Assim, eles podem facilmente fazer subir os preços. Os habitantes dos campos, pelo contrário, vivem afastados uns dos outros e não podem concertar-se facilmente. Eles não têm um espírito corporativo e nunca consideraram necessária uma aprendizagem para a agricultura. **No entanto, contrariamente ao que por vezes se crê, não há**, à excepção das belas-artes e das profissões liberais, **ofício que exija uma variedade tão grande de conhecimentos e tanta experiência como o de agricultor.** Há, aliás, uma incrível quantidade de volumes escritos em todas as línguas sobre esta ocupação. Estes conhecimentos sobre operações diversas e complicadas são detidos até pelo mais vulgar dos agricultores.

A arte do agricultor exige muito mais saber e experiência do que a maioria das artes mecânicas. Um ferreiro trabalha sempre sobre as mesmas matérias e com os mesmos instrumentos, mas o agricultor trabalha com uma série de matérias e de instrumentos, que devem ser manejados com muita prudência e discernimento (alguns – os animais – estão vivos). **O agricultor é muitas vezes considerado – muito erradamente – como um modelo de ignorância e estupidez.** Isto advém do facto de, contrariamente ao artesão, ele estar pouco

acostumado ao comércio da sociedade. No entanto, no exercício da profissão, o artesão apenas concentra a sua atenção em uma ou duas operações muito simples, enquanto a inteligência do agricultor está habituada a exercer-se sobre uma enorme variedade de objectos, como comprovará qualquer homem que tenha passado algum tempo no campo.

Além das corporações e dos seus estatutos, há outros regulamentos que mantêm a superioridade do trabalho das cidades sobre o dos campos. É o caso das taxas a que estão sujeitos todos os produtos de fabricantes estrangeiros e todos os bens importados por mercadores estrangeiros. A cidade aumenta os seus preços em detrimento dos proprietários, dos agricultores e dos trabalhadores do campo, que não se podem concertar tão facilmente e são frequentemente alvo de abuso por parte dos comerciantes que querem fazer o seu interesse particular passar por interesse geral. Dito isto, a superioridade do trabalho urbano sobre o rural era maior no passado do que na época de Smith. Isto resulta da redução dos lucros na cidade e da necessidade de empregar capitais no exterior. Ao empregar os capitais no campo, aumentam-se os salários do trabalho agrícola. **É graças a estes desvios de capitais das cidades que as terras podem, finalmente, ser melhoradas.** Adam Smith desenvolve este ponto na terceira parte da sua obra. Esta maneira de proceder, que consiste em favorecer injustamente as cidades num primeiro tempo para permitir que o campo se desenvolva a seguir, é lenta, incerta e sujeita a múltiplas interrupções acidentais. Resumindo, é – como veremos – **contrária à natureza das coisas.** As colónias da América escolheram, por seu turno, seguir o rumo natural das coisas, o que lhes augura prosperidade.

Os **conluios** com vista a fazer aumentar os preços em detrimento do público resultam sempre de conversações **entre gente da mesma profissão. Sendo impossível interditar estas reuniões através de uma lei compatível com a liberdade e a justiça**, o mínimo que se pode exigir é que a lei não facilite essas reuniões, e muito menos que as torne necessárias. Porém, a existência de regulamentos que obrigam as pessoas do mesmo ofício a inscreverem o seu nome e a sua morada num registo público estabelece um laço entre pessoas que, de outro modo, jamais se conheceriam. E regulamentos que as autorizem a quotizarem-se para cuidar dos seus pobres, doentes, viúvas e órfãos incentivam a que se reúnam. E a criação de uma corporação torna estas reuniões necessárias e submete todos os membros à lei da maioria.

Por vezes, pensa-se – embora seja uma ideia falsa – que a instituição da corporação é necessária para fazer reinar a disciplina no interior da profissão. Na realidade, não é a corporação que exerce uma disciplina sobre os seus trabalhadores; é o receio de perder o emprego que dissuade o trabalhador de cometer fraudes e o incita a corrigir as suas negligências. Adam Smith afirma que a corporação tem, paradoxalmente, o efeito inverso: como obriga os patrões a empregar uma determinada classe de gente, estes permanecem a seu cargo mesmo quando se comportam mal. Razão pela qual se conclui que, por causa das corporações, não se encontram trabalhadores honestos em determinadas grandes cidades. Adam Smith aconselha, se queremos que este ou aquele trabalho seja feito com esmero, que se contrate um trabalhador nos subúrbios (onde não existem corporações), introduzindo-o clandestinamente na cidade.

Em segundo lugar, várias legislações e regulamentos na Europa aumentaram a concorrência em determinados empregos acima do nível que seria alcançado sem essas

leis e regulamentos. **Isto gera uma desigualdade** – de carácter oposto à primeira desigualdade que expusemos – na soma total das vantagens e dos inconvenientes dos diferentes empregos do trabalho e do capital.

Considera-se uma coisa de grande importância ensinar determinadas profissões aos jovens. Em consequência, **o Estado ou particulares, através de pensões, de bolsas, de lugares nos colégios e seminários, atraem para essas profissões muita gente que, de outro modo, não as teria seguido.** É assim que a educação de todos os eclesiásticos se paga em todos os Estados europeus. Isto explica por que motivo tanta gente se torna eclesiástica. Em consequência, **a remuneração dos padres diminui fortemente** ao longo do tempo, a ponto de, agora, ser bastante inferior à de um sapateiro ou de um operário. Todas as tentativas da lei para fazer baixar o salário dos trabalhadores e aumentar o dos padres falharam. Não foi possível impedir os trabalhadores de exigirem um montante superior à lei aos empregadores que competiam para os contratar e, inversamente, não foi possível impedir os eclesiásticos de aceitarem salários inferiores aos fixados pela lei, devido ao seu estado de indigência e à concorrência de vários candidatos a padre. Se, a expensas públicas, educássemos proporcionalmente uma tão grande quantidade de pessoas em áreas sem benefícios[111], como o direito e a medicina, a concorrência seria tão grande que os salários nessas actividades desceriam consideravelmente.

Os **homens de letras formam uma classe pouco abonada.** Na sua maioria, foram educados pela Igreja e desviaram-se desse caminho. Foram educados através de dinheiros públicos. São tão numerosos que o preço do seu trabalho é reduzido à mais humilde retribuição. Antes, apenas podiam ser professores ou comunicar os seus conhecimentos aos outros. Após a invenção da imprensa, passaram a poder escrever para os editores, embora tal actividade fosse menos lucrativa do que as precedentes. O tempo, estudo, talento, aplicação e saber necessários para formar um bom professor são comparáveis aos necessários para formar um bom médico ou advogado, mas a retribuição do primeiro é incomparavelmente inferior.

Os estabelecimentos de caridade destinados a educar os indigentes não existiam na Antiguidade. Nessa época, os professores eram muito mais bem pagos. O célebre retórico Isócrates acusava determinados sofistas de não terem sabedoria, pois ensinavam por preços demasiado baixos para a sua categoria. Pelos seus ensinamentos, Isócrates ganhava fortunas consideráveis, tal como Górgias – que legou ao templo de Delfos a sua própria estátua em ouro maciço – ou como Hípias, Protágoras, Platão e Aristóteles, que viveram no luxo e na opulência. À época, estas personagens eram olhadas com admiração. É preciso dizer que eram muito raras e, como tal, muito prezadas.

Devido à forte concorrência entre as pessoas letradas, tal já não acontece. Todavia, esta desigualdade que degrada a profissão de professor é, talvez, mais vantajosa do que prejudicial para o público. Porquê? Porque torna a educação literária mais barata e, como tal, acessível a várias pessoas.

---

[111] Não confundamos aqui receita com benefício. É evidente que estas profissões dão dinheiro a quem as exerce.

Em terceiro lugar, várias legislações e regulamentações na Europa impedem a livre circulação do trabalho e dos capitais de um emprego para o outro e de um lugar para o outro. Ao fazê-lo, elas provocam uma desigualdade muito nociva no conjunto das vantagens dos diferentes empregos.

Já vimos que os estatutos de aprendizagem impedem a circulação do trabalho de um emprego para outro. Ora, por vezes, na mesma cidade há fábricas cujos trabalhadores ganham grandes salários e outras em que ganham com esforço a sua subsistência. **Porém, a instituição de corporações exclusivas interdita aos trabalhadores a mudança de tipo de fábrica, mesmo quando algumas utilizam processos de fabrico bastante semelhantes**, como é o caso das fábricas têxteis normais e daquelas onde se tece seda. Estas leis absurdas fazem com que, caso uma fábrica encerre, os seus trabalhadores não possam encontrar trabalho numa fábrica de um tipo ligeiramente diferente. Tudo o que dificulta a livre circulação de mão-de-obra de um emprego para outro dificulta igualmente a circulação de capital. Porquê? Porque o volume de capital que se pode aplicar num determinado sector depende muito da quantidade de mão-de-obra que esse sector pode empregar.

As **leis das corporações dificultam a livre circulação do trabalho** em toda a Europa. Uma outra legislação, específica de Inglaterra, exerce o mesmo efeito. Trata-se da **famosa "legislação dos pobres"**. Estas leis têm origem na própria dificuldade que os pobres têm em encontrar casa ou exercer a sua profissão numa paróquia que não aquela a que pertencem. Depois da destruição dos mosteiros, os pobres viram-se privados do socorro das instituições de caridade. Decidiu-se então que as paróquias deviam preencher o papel em tempos assumido por tais instituições. Consequentemente, por decreto[112] de Carlos II, **cada paróquia viu-se na obrigação de garantir a subsistência dos pobres.** Isto implicava que se determinasse quem podia ser considerado um pobre *da* paróquia, o que, de uma maneira geral, permitia a qualquer um obter domicílio na paróquia. **Acabou por se optar pela seguinte regra: 40 dias de residência ininterrupta permitiam adquirir domicílio numa paróquia.** Dentro deste prazo, dois juízes de paz podiam, sob queixa dos "zeladores" (isto é, dos inspectores dos pobres) devolver qualquer novo habitante à paróquia onde estava inscrito ou exigir que, caso quisesse permanecer, alugasse uma propriedade de dez libras de renda anual.

Este estatuto originou algumas fraudes: funcionários paroquiais enviavam para outras paróquias os pobres, que aí se escondiam durante 40 dias para ganhar direito ao domicílio e, assim, livrar desse encargo a paróquia a que realmente pertenciam. Para evitar estas fraudes, exigia-se ao pobre que, no primeiro dia em que se estabelecesse, remetesse uma declaração por escrito a um dos zeladores. Mas estes eram pouco escrupulosos e, por vezes, coniventes com a entrada de residentes irregulares, pelo que um outro estatuto real obrigou a publicitar a declaração na igreja, contando-se a partir daí os 40 dias. **O sistema complexificou-se** porque o objectivo das paróquias passava mais por devolver à procedência as pessoas que se introduziam na paróquia do que por ganhar paroquianos (algo que muito raramente obtinham). Face a esta impossibilidade de se estabelecerem tranquilamente numa

[112] O estatuto é um texto ou um conjunto de textos que fixa as garantias fundamentais atribuídas a uma colectividade.

outra paróquia, havia quatro alternativas à declaração por escrito: estar inscrito na paróquia e pagar uma taxa; exercer uma profissão na paróquia durante um ano; fazer a sua aprendizagem na paróquia; e ser aí contratado durante um ano. Todavia, as paróquias esforçavam-se por tornar estas alternativas impraticáveis, dificultando a circulação dos pobres.

A fim de restabelecer a livre circulação do trabalho que tinha sido quase totalmente destruída, imaginou-se então o sistema de "certificados", consagrado por um decreto de Guilherme III. Este sistema permitia que uma pessoa obtivesse um certificado da paróquia onde estava registada e fosse morar para uma outra paróquia que, por seu turno, era obrigada a acolhê-la na condição de que, se essa pessoa se tornasse subitamente num encargo, as despesas com a sua subsistência e envio para a paróquia de origem ficavam a cargo desta última. Se a pessoa ficasse doente a ponto de ser intransportável, a paróquia de origem tinha também de fornecer meios para a cuidar e manter durante o tempo de recuperação. Doravante, só se podia devolver uma pessoa à procedência se ela efectivamente se tornasse num encargo da nova paróquia e já não, como outrora, pelo simples risco de ela se tornar num encargo.

Apoiando-se em obras de Richard Burn[113], Adam Smith conclui que a **invenção dos certificados não restabeleceu a livre circulação dos trabalhadores, quase aniquilada pelos decretos anteriores**, pois visava proteger as paróquias contra um afluxo de pessoas que se transformariam em encargos. Assim, **a paróquia de acolhimento exigia sempre a produção do certificado, enquanto a paróquia de origem quase nunca o emitia.** Porquê? Porque a pessoa que saía da paróquia permanecia, enquanto pobre potencial, inteiramente a seu cargo, e, se regressasse, seria sempre em pior condição. **Este sistema de certificados conferiu aos funcionários paroquiais "o poder de prender um homem, por toda a sua vida, numa espécie de prisão"[114] – as fronteiras da sua paróquia –** mesmo sem este ter cometido qualquer delito.

É provavelmente a estes obstáculos à circulação dos trabalhadores de uma paróquia para outra que deve ser atribuída a **forte desigualdade nos preços do trabalho que se verifica entre locais muito próximos de Inglaterra**. Na Escócia, não se assiste a uma tal disparidade, e as discrepâncias causadas por uma momentânea procura extraordinária de trabalho resolvem-se rapidamente, regressando os preços do trabalho aos valores normais. Apesar de absurdas, opressivas e atentatórias da justiça e liberdade naturais, estas leis de residência são impostas ao povo inglês há mais de um século e nada é feito para as abolir.

Antigamente, **fixavam-se as taxas dos salários** primeiro através de leis gerais e depois por ordens específicas. **Felizmente, estas duas práticas caíram em desuso.** Uma experiência de quatrocentos anos de regulamentos desta natureza permitiu, por fim, compreender que não é preciso submeter o salário a qualquer limite exacto. Se todos recebessem um salário igual, não haveria mais lugar à imitação, ao esforço e ao talento. Todavia, tenta-se ainda, de tempos a tempos, fixar taxas de salários em algumas profissões e em alguns locais específicos. Adam Smith constata que, quando o legislador se debruça sobre estas questões, **são sempre os patrões que ele consulta, jamais os trabalhadores.** Estes últimos nunca estão

---

[113] As obras em causa são *Justice of the Peace* e *History of the Poor Laws*, ambas de 1764. [N.T.]

[114] A. Smith, *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations*, Tome I, Flammarion, 1991, (1776), p.217

representados, uma vez que as **associações de trabalhadores são proibidas e severamente punidas.** Os patrões, que se associam muitas vezes secretamente para, por exemplo, não aumentar os salários, jamais são incomodados. **Esta lei é parcial, pois devia tratar os patrões da mesma forma que trata os trabalhadores.** Os regulamentos sobre os salários favorecem geralmente os patrões. No entanto, têm alguma justiça e razoabilidade, como aquele que obriga os patrões a pagar aos operários em dinheiro e não em géneros.

A proporção entre taxas diferentes, tanto de salários como de lucros, nos diferentes empregos do trabalho e do capital, não parece muito afectada pelo estado de riqueza ou pobreza da sociedade, pelo seu estado de crescimento, de estagnação ou de recessão.

Capítulo XI. Da renda da terra

A renda é o preço pago pelo uso da terra. É **"o preço mais elevado que o rendeiro consegue pagar tendo em conta as circunstâncias reais da terra"**[115].

Ela é **negociada com cuidado num contrato de arrendamento**, no qual o proprietário procura deixar ao rendeiro apenas a parte do produto da terra necessária para substituir o capital (que fornece a semente, paga o trabalho, compra e mantém os animais e os instrumentos de trabalho) e para lhe dar lucros normais. **O saldo é a renda.** E a renda é a mais elevada possível face ao estado real da terra.

À primeira vista, poderíamos pensar que a renda não passa de um lucro ou de um juro razoável do capital que o proprietário emprega para melhorar a sua terra. Em determinados casos, a renda pode – parcialmente e nada mais – ser vista como tal. Mas não é o mesmo. A prova está no facto de o proprietário exigir uma renda mesmo para a terra não melhorada. Ele exige igualmente uma renda que leva em conta eventuais melhorias, mesmo que essas melhorias não tenham sido feitas com os seus próprios capitais mas com os do rendeiro. Ele pode mesmo exigir uma renda sobre os peixes pescados no mar que banha o seu terreno e que só pode ser acedido através desse terreno.

A renda da terra, isto é, o preço pago pelo uso da terra, **é assim, naturalmente, um preço de monopólio**, ou seja, é o mais elevado possível. Não depende de melhorias que o proprietário tenha feito sobre a sua terra mas do que o rendeiro é capaz de lhe dar. Por vezes, não resta nada depois de descontados o salário e o lucro normais ao preço da mercadoria levada ao mercado: nesses casos, o proprietário não receberá renda.

A renda entra na composição do preço das mercadorias de uma forma bastante distinta dos salários e dos lucros. **Enquanto um salário elevado ou baixo é causa do preço elevado ou baixo das mercadorias, uma renda elevada ou baixa é consequência do preço elevado ou baixo das mercadorias.** Depois de deduzidos os salários e os lucros, um bem permite pagar uma renda elevada, uma renda baixa ou nenhuma renda.

---

[115] *Idem*, p.221

Adam Smith distingue três situações:

- as **partes** do produto da terra **que fornecem sempre algo com que pagar uma renda**;
- as **partes** do produto da terra **que ocasionalmente fornecem** com que pagar uma renda;
- as **variações que**, nos diferentes períodos de desenvolvimento das sociedades, **ocorrem naturalmente entre os valores relativos destes dois tipos de produtos**, quando comparados entre si e com as mercadorias manufacturadas.

Parte 1. Dos produtos que proporcionam sempre renda

A alimentação é indispensável à subsistência dos homens. Ela pode sempre comandar uma quantidade maior ou menor de trabalho. Ela pode sempre adquirir uma quantidade de trabalho igual à que permite manter, segundo a taxa a que o tipo de trabalho em questão é normalmente mantido na região. **Em praticamente todos os locais, a terra produz mais alimento do que o necessário para ser levado ao mercado. O excedente é sempre mais do que suficiente para acrescentar lucro ao capital que empregou o trabalho. Resta sempre algo com que pagar uma renda ao proprietário.** A renda varia em função da fertilidade da terra, qualquer que seja o seu produto, e consoante a localização, qualquer que seja a sua fertilidade. Uma terra próxima de uma cidade tem uma renda mais elevada do que uma terra – igualmente fértil – que esteja muito afastada. Porquê? Porque é preciso contabilizar os custos do transporte, que inflacionam os preços. Todavia, por norma, o lucro é menor perto de uma grande cidade, o que diminui o montante da renda.

As grandes estradas, os canais e ribeiras navegáveis diminuem os custos de transporte e são vantajosos para as cidades, pois destroem o monopólio dos campos situados na sua periferia. Estas vias de transporte são, além disso, **igualmente vantajosas para os campos:** se é verdade que permitem a introdução de bens rivais, também é certo que **abrem caminho a novos mercados para o escoamento dos produtos.**

> "O monopólio (…) é um dos grandes inimigos de uma boa gestão, a qual só se poderá estabelecer universalmente numa região em consequência de uma concorrência livre e geral que obrigue todos a recorrerem a ela na defesa dos seus próprios interesses"[116].

Um campo cerealífero de fertilidade moderada produz uma quantidade muito maior de alimento para o homem do que a melhor das pastagens de igual extensão. O excedente é considerável. Nos primeiros tempos da agricultura cerealífera, **havia mais carne do que pão**, razão pela qual o pão era mais caro. A maioria das terras desabitadas e incultas era ocupada por gado. À medida que a cultura cerealífera se alargou e que as terras dedicadas ao gado foram reduzidas, o preço da carne aumentou. A carne passou a valer o dobro do mesmo peso em pão. Nos anos de abundância de cereais, chega a valer o triplo ou o quádruplo.

À medida que o melhoramento das terras progride, **as rendas e os lucros das pastagens**

---

[116] *Idem*, p.225

incultas regulam-se pelas rendas e pelos lucros das que são cultivadas. E estas regulam-se pelas rendas e pelos lucros das terras cerealíferas. A colheita cerealífera é anual, enquanto o gado precisa de 4 a 5 anos para crescer. A inferioridade da quantidade é compensada pela superioridade do preço. Se assim não fosse, as pastagens seriam transformadas em campos cerealíferos. Reina, então, uma igualdade entre as rendas e os lucros proporcionados pelos prados e pastagens e os proporcionados pelos cereais. Isto aplica-se à generalidade das terras, mas existem algumas pequenas excepções locais.

Em determinadas circunstâncias, a região é de tal modo povoada que é necessário escolher entre produzir forragem (que é o alimento dos animais) **ou cereais** (que é o alimento da maioria das pessoas). Dado o carácter volumoso e de difícil transporte da forragem, prefere-se favorecer a cultura da forragem, sendo os cereais importados. Esta é a situação da Holanda. Também era o caso da Itália nos tempos prósperos dos romanos: os cereais vinham das províncias conquistadas onde muitos tinham de fornecer, sob a forma de imposto, a décima parte do seu produto a um preço fixo que rondava os seis dinheiros por quarto de alqueire. Eram distribuídos ao povo por baixo preço, o que desencorajava ainda mais o seu cultivo na região de Lácio.

Contudo, num campo aberto em que a produção principal é a de cereais, uma pastagem bem cercada fornecerá uma renda bastante mais elevada do que qualquer parcela de cereal da vizinhança. Porquê? Porque será útil à subsistência do gado empregue na agricultura. Esta renda baixará à medida que se desenvolvam outras pastagens cercadas nas redondezas.

Em todos os grandes países, a maior parte das terras cultivadas reparte-se entre a produção de alimento para os homens e a produção de alimento para o gado. A renda e o lucro destas terras regulam as rendas e os lucros de todas as outras terras cultivadas. Se uma produção render menos do que a outra, transforma-se uma parte das pastagens em cultura de cereais ou vice-versa. Se render mais, depressa se dedica parte das terras a essa produção.

As produções que requerem uma maior despesa inicial ou uma maior despesa anual para tornar a terra adequada parecem permitir, no caso das primeiras, **uma renda maior** e, no caso das segundas, **um lucro superior ao dos cereais ou ao das pastagens.** Assim, uma plantação de lúpulo, um pomar ou uma horta parecem dar mais renda e lucro do que os cereais ou a forragem. Mas, como a despesa também foi maior e estas culturas exigem mais cuidado, atenção e talento, é devida uma renda mais elevada ao proprietário. Acresce que a colheita é mais precária e está mais sujeita a perdas acidentais, o que exige uma espécie de prémio de seguro. A condição dos jardineiros é assaz mediana, o que prova que este difícil ofício não é muito bem remunerado. Não parece que, em tempo algum, a vantagem que o proprietário retira de tais benfeitorias tenha ido além do suficiente para compensar o gasto original com a sua realização. **Demócrito dizia – há mais de 2.000 anos – que não agiam sabiamente aqueles que mantinham uma horta cercada,** pois o lucro não compensaria a despesa de um muro de pedra. Isto continua a ser verdade, excepto em certas regiões do Norte onde os bons frutos só amadurecem quando abrigados por um muro.

Segundo uma máxima antiga da agricultura, **a vinha, quando adequadamente plantada e tratada, é a parte mais lucrativa da quinta.** Há, no entanto, maior debate sobre se é vantajoso plantar uma nova vinha. O facto de os proprietários vinhateiros franceses se oporem à plantação de novas vinhas mostra que este sector é mais lucrativo do que qualquer outro. Estes proprietários conseguiram, em 1731, uma ordem do conselho que interditava a plantação de novas vinhas sem autorização específica do rei. O pretexto para tal ordem era a escassez de cereais e de forragens e a abundância de vinho, o que não faz sentido, pois em parte alguma da França os cereais são mais cuidadosamente cultivados do que nas regiões produtoras de vinho.

A vinha é a árvore de fruto que mais depende do solo. Determinados solos dão ao vinho um paladar de tal modo específico que é impossível reproduzi-lo em qualquer outro solo. Esta vantagem, real ou imaginária, faz com que o vinho aí produzido esteja sempre abaixo da procura efectiva. Isto eleva necessariamente o preço deste vinho face ao do vinho comum.

Comparáveis a essas preciosas vinhas são as plantações de açúcar que as nações europeias possuem nas Índias Ocidentais. A totalidade da sua produção está abaixo da procura efectiva na Europa, o que permite encontrar consumidores dispostos a pagar mais do que a totalidade das rendas, dos salários e dos lucros necessários para preparar e levar o produto ao mercado. Por vezes, os comerciantes ingleses compram terras nessas colónias para cultivarem eles mesmos esse produto. Adam Smith considera que, devido à distância, à incerteza dos retornos e à má administração da justiça nestes locais, **seria preferível investir no cultivo das terras mais férteis da Escócia, da Irlanda** ou nas regiões cerealíferas da América do Norte.

Quanto ao **tabaco**, poderia ser cultivado com vantagem na maior parte da Europa. Mas esse projecto não avançou porque o tabaco foi objecto de forte tributação. O imposto cobrado pelas alfândegas sobre os bens importados impede o cultivo do tabaco e confere o monopólio à Virgínia e a Maryland. Ainda assim, a cultura do tabaco não parece tão vantajosa quanto a do açúcar. Temendo a superabundância do tabaco, os proprietários fixaram quotas de produção em assembleia e queimam o excedente para manter os preços. É provável que as vantagens desta cultura sobre a dos cereais não sejam de longa duração.

O **cereal** é, na Europa, o principal produto da terra. Serve directamente de alimento ao homem. É o motivo pelo qual, na Europa, a renda das terras cerealíferas regula a renda de todas as outras terras cultivadas. Se houvesse uma planta da qual a terra mais vulgar, com idêntico grau de cultivo, produzisse uma quantidade de alimento muito superior àquela que a terra mais fértil produz de cereais, a renda fornecida seria muito superior à dos cereais.

Um **arrozal** produz uma quantidade de alimento muito superior ao da mais fértil seara. O seu cultivo exige mais trabalho do que o necessário para os outros cereais, mas produz um excedente bastante superior. Assim, os proprietários terão uma renda maior nas regiões com arrozais do que naquelas com searas. Um arrozal é um verdadeiro pântano, impróprio para qualquer outra cultura (trigo, pastagem, vinha, etc.). Por outro lado, todas as terras próprias para diversas culturas não estão preparadas para o cultivo de arroz. Como tal, a renda das terras que o produzem não pode regular a renda de outras terras cultivadas.

Um **campo de batatas** produz uma quantidade de alimento equivalente à de um arrozal e muito superior à de uma seara. Por acre de batatas, temos uma quantidade de matéria que, se retirarmos a metade que é composta por água, representa três vezes a quantidade produzida por acre de trigo. Se as batatas ocupassem tanta área cultivada quanto o trigo, elas regulariam a renda da maior parte das terras cultivadas.

Em vários locais, considera-se que o pão de farinha de aveia é mais nutritivo para os trabalhadores do que o pão de farinha de trigo. Adam Smith duvida, uma vez que o povo escocês, que se alimenta sobretudo de pão de aveia, não é tão robusto nem tem tão bom aspecto como o inglês, que se alimenta de pão de trigo. Mas o mesmo não se aplica às batatas que, diz-se, são o alimento principal dos carregadores de carvão e das prostitutas que nasceram na Irlanda, ou seja, dos homens mais robustos e das mulheres mais belas dos três reinos. **Isto significa que não existe alimento mais nutritivo do que a batata.** O principal obstáculo a que a batata possa um dia suplantar o pão e tornar-se o principal alimento vegetal de todas as classes é a sua impossibilidade de ser armazenada, como os cereais, durante dois ou três anos consecutivos.

Parte 2. Dos produtos que ocasionalmente fornecem renda

A seguir à alimentação, as duas maiores necessidades do homem são o vestuário e a habitação.

No seu estado natural, a terra pode fornecer os materiais destinados à habitação e ao vestuário a um número muito maior de pessoas do que aquelas que pode alimentar. Porém, quando é cultivada, ela não tem a mesma capacidade de fornecer esses bens ao conjunto das pessoas que passa, então, a alimentar. No primeiro caso, a superabundância destas matérias faz com que muitas delas sejam consideradas inúteis. Estas matérias não podem, desde logo, fornecer qualquer renda ao proprietário do solo durante esse período primitivo mas, mais tarde, tal poderá acontecer. Façamos uma análise mais detalhada.

As primeiras matérias-primas utilizadas para o vestuário foram as peles dos animais de grande porte. Os povos de caçadores, contrariamente aos povos pastoris, alimentavam-se da carne dos animais. Como tal, dispunham de um excedente de peles face às suas necessidades. A maior parte das vezes, estas peles eram rejeitadas como se não tivessem valor. Todavia, alguns destes povos, pelo menos aqueles em que já se instituíra a propriedade, trocavam, com os povos pastores, esse excedente por outras mercadorias. Se a procura fosse muita, podiam elevar o preço acima do custo de colocação desses bens no mercado. Esse preço fornecia, então, uma renda ao proprietário da terra.

Isso aconteceu particularmente com os nativos da América, que provavelmente deitavam fora as peles de bisonte excedentárias antes de começarem a fazer comércio com os colonos, a troco de cobertores, armas de fogo e bebidas alcoólicas. Do mesmo modo, a lã excedentária de Inglaterra acabou por encontrar compradores na Flandres, à época bem superior a Inglaterra em riquezas e em indústria. A elevação do seu preço contribuiu para elevar um pouco a renda das regiões que a produziam.

Os **materiais para a construção de habitações** não podem, devido ao seu volume, ser facilmente transportados a grandes distâncias, e **não se tornam rapidamente objectos de comércio exterior.** Quando eles abundam num determinado local, acontece frequentemente não possuírem qualquer valor para o proprietário da terra. Na América do Norte, há vários locais onde o proprietário autoriza quem quiser a cortar e levar gratuitamente árvores de grande porte. Porém, se houver uma forte procura desse material por parte de regiões ricas, o proprietário verá aí uma oportunidade de obter uma renda. Assim, o pavimento das ruas de Londres forneceu ao proprietário de algumas rochas estéreis da costa escocesa a possibilidade de retirar uma renda de algo que nunca antes lhe tinha dado qualquer rendimento.

A população de um país não depende do número de pessoas que a sua produção permite vestir ou alojar, mas do número de pessoas que ela permite alimentar. É fácil fabricar roupas e casas, ainda que simples, com aquilo que a natureza nos dá. **A um povo primitivo bastará trabalhar uma centésima parte do ano para ter o que vestir e uma casa. Os outros 99% serão dedicados à procura de comida.** Evidentemente, quando a sociedade se desenvolve, o trabalho de metade da sociedade basta para fornecer alimento a todos, enquanto a metade restante se pode dedicar a satisfazer outras necessidades e fantasias das pessoas: vestuário, habitação, mobiliário, etc. Um rico come aproximadamente a mesma quantidade de comida que um pobre (embora essa comida seja de qualidade superior). Já no que respeita às restantes necessidades, a diferença entre o rico e o pobre pode ser considerável, tanto em qualidade como em quantidade. Para obter alimento, os pobres esforçam-se por responder às necessidades e fantasias dos ricos e competem entre si pela produção de objectos da melhor qualidade.

A alimentação é a fonte original da renda. Se outra parte da produção da terra der uma renda, este acrescento de valor resulta do crescimento da força de trabalho. Este crescimento, em si, foi tornado possível pela actividade que consiste em produzir alimento através do cultivo e da melhoria das terras.

As outras partes da produção da terra que vêm mais tarde a gerar uma renda, nem sempre o conseguem fazer. Assim, **a renda que é gerada por uma mina de carvão depende em parte da sua fertilidade e em parte da sua localização.** Uma mina será considerada fértil se a quantidade de minério que dela se possa extrair com uma determinada quantidade de trabalho for superior à que se obtém com a mesma quantidade de trabalho na maior parte das outras minas do mesmo género.

Assim, determinadas minas de carvão são demasiado estéreis para compensar o esforço de as explorar. Ou são demasiado estéreis para proporcionar uma renda e, nesse caso, é muitas vezes o próprio proprietário quem as explora. Há também minas de carvão férteis que não são exploradas devido à sua localização (numa região interior, sem acesso a boas estradas ou a vias navegáveis).

À semelhança do preço do gado, o preço da madeira varia em função do estado da agricultura. Antes do desenvolvimento da agricultura, o país estava coberto de florestas. Normalmente, deixava-se o gado crescer nessas florestas, as quais desapareceram devido à

multiplicação do gado que comia as árvores jovens e impedia essas florestas de se regenerarem. Como a madeira se tornou mais rara, o seu preço aumentou. Esse produto proporciona, então, uma renda elevada aos proprietários. Contudo, em lugar algum, o benefício que o proprietário retira de uma plantação de madeira nunca excederá, a longo prazo, a renda que obteria com o cultivo de cereais ou com uma pastagem para o gado.

O preço máximo do carvão nunca excederá o da madeira, mas pode, por vezes, ser equivalente, como acontece em algumas zonas do interior de Inglaterra. Nas regiões produtoras de carvão, ele vende-se abaixo do seu preço máximo. Se assim não fosse, seria impossível suportar os custos de um transporte de longa distância. **O preço da mina de carvão mais fértil regula o preço do carvão em todas as outras minas vizinhas. Aliás, os proprietários das outras minas são forçados a alinhar o seu preço com o do carvão barato, ainda que para tal sacrifiquem a renda e até, em alguns casos, todo o seu lucro.** Por vezes, vêem-se mesmo forçados a abandonar a exploração. A renda, supondo que a mina de carvão em questão tem uma, representa a parte mais pequena do preço. Para um bem situado à superfície da terra, uma renda equivale geralmente a um terço do preço total. Para uma mina de carvão, um quinto do preço total é visto como uma renda muito elevada. Por norma, representa um décimo desse preço e, ao contrário da renda das culturas de superfície, flutua consoante as variações acidentais da produção.

O valor de uma mina de carvão para o seu proprietário depende muitas vezes tanto da localização como da fertilidade. O de uma mina de metais depende muito mais da sua fertilidade do que da localização porque os metais, mesmo os grosseiros, têm valor suficiente para suportar os custos de um transporte de longa distância. Isto explica porque é que, enquanto as minas de carvão só competem com aquelas que estão na sua vizinhança, as de metais (sobretudo as de metais preciosos) concorrem entre si onde quer que estejam no mundo. Assim, a descoberta de minas de prata no Peru conduziu ao encerramento das minas de prata europeias.

O preço do metal de cada mina é regulado pelo preço desse metal na mina mais fértil que esteja a ser explorada no mundo. Como tal, para a maioria das minas, esse preço não pode estar muito acima do preço de exploração. **Consequentemente, uma mina de metal raramente proporciona uma renda elevada ao seu proprietário.** Trabalho e lucro compõem a maior parte do preço.

Uma mina de metal precioso proporciona uma renda ainda mais reduzida ao seu proprietário. No Peru, até 1738, o imposto devido ao rei de Espanha pela exploração das minas de prata representava um quinto do preço, uma autêntica renda que, na ausência do imposto, pertenceria ao verdadeiro proprietário. Nesta parte do mundo, os lucros dos empresários de minas de prata não costumam ser muito elevados e abrir uma nova mina é visto como o gesto desesperado de um homem quase arruinado. Mas, **como o soberano retira uma boa parte do seu rendimento do produto das minas de prata, as leis em vigor no Peru encorajam estas novas explorações por todos os meios possíveis.** Lá, qualquer um que descubra uma mina está autorizado a tornar-se seu proprietário e a vedá-la. E isto em detrimento do verdadeiro proprietário, que apenas tem direito a uma fraca recompensa.

Estas leis sacrificam os direitos sagrados da propriedade privada aos supostos interesses das receitas públicas.

Pelos mesmos motivos, o Estado encoraja a descoberta e a exploração das minas de ouro. Sobre este metal precioso, o imposto é de apenas um vigésimo do preço. A razão de ser deste baixo imposto está relacionada com a facilidade de contrabandear ouro. Porquê? Contrariamente à prata, normalmente misturada com outras substâncias, o ouro encontra-se quase sempre em estado nativo. Quando tal não acontece, pode ser purificado através de uma operação muito simples com um pouco de mercúrio (ao passo que a purificação da prata só pode ser feita em laboratórios dispendiosos e fiscalizados por funcionários do rei).

O preço mínimo dos metais preciosos é regulado pelos princípios que determinam o preço corrente mais baixo de qualquer mercadoria. Corresponde ao capital necessário para produzir e levar a coisa ao mercado (alimentação, habitação, vestuário, transporte, etc.). **Porém, o preço máximo dos metais preciosos não é**, ao contrário do que sucede com outros bens, **determinado pelo preço de qualquer mercadoria.** A única coisa que determina o preço máximo destes metais é a sua raridade.

A procura destes metais deve-se, em parte, à sua utilidade e, em parte, à sua beleza. Ao contrário do ferro, são menos susceptíveis à ferrugem e às impurezas e são fáceis de limpar. Por esse motivo, são usados nas baixelas. A sua beleza torna-os agradáveis e a sua raridade realça ainda mais o mérito da sua beleza.

> "Para a maior parte dos ricos, o maior prazer da riqueza é a exibição de bens, algo que, para eles, só é total quando lhes permite mostrar que possuem marcas decisivas de opulência de que mais ninguém dispõe"[117].

As pedras preciosas são procuradas unicamente pela sua beleza. Apenas servem como ornamento. São extremamente raras e extremamente difíceis de extrair de uma mina. Salários e lucros compõem a quase totalidade do seu preço elevado. Também aí, a renda representa apenas uma parte muito pequena do preço.

O preço dos metais preciosos e das pedras preciosas é determinado, em todo o mundo, pelo preço que estes possuem na mina mais fértil. Como tal, a renda que uma mina pode proporcionar ao seu proprietário é proporcional não à sua fertilidade absoluta mas à sua fertilidade relativa, ou seja, depende da sua localização relativamente a minas do mesmo género. A descoberta das minas de prata de Potosí[118] levou ao encerramento das minas de prata europeias e, se fossem encontradas minas mais férteis do que aquelas, o valor da prata poderia diminuir a ponto de tornar não rentável a exploração das minas de Potosí.

---

[117] *Idem*, p.252

[118] Actualmente, a região de Potosí é parte integrante da Bolívia. [N.T.]

> "As minas mais abundantes, seja em metais preciosos ou em pedras preciosas, acrescentam muito pouco à riqueza do mundo. **A abundância desvaloriza os produtos cujo valor principal se baseia na raridade"**[119].

Em tempos de abundância de prata, era possível comprar uma baixela de prata pelo preço de uma menor quantidade de mercadorias do que anteriormente. **No entanto, para todos os outros bens à face da terra, o valor do produto e da sua renda é proporcional à sua fertilidade absoluta e não à sua fertilidade relativa.** Por exemplo, a terra pode sempre alimentar, vestir ou dar abrigo a um determinado número de pessoas. Qualquer que seja a proporção de terra da qual o proprietário retire a sua parte do produto, ela permitir-lhe-á sempre ter ao seu dispor uma parte proporcional do trabalho dessas pessoas e dos bens com que esse trabalho o pode prover.

O valor das terras mais estéreis não diminui devido à proximidade de terras mais férteis. Pelo contrário, geralmente aumenta. Porquê? **Porque as terras mais férteis fazem subsistir um grande número de pessoas, às quais o proprietário de terras mais estéreis poderá vender os seus produtos.** A abundância de alimento é a maior responsável pela procura de metais preciosos.

> **"A alimentação não só é a primeira e principal riqueza do mundo, como é igualmente a abundância de alimentos que está na origem da parcela mais importante do valor de muitas outras riquezas"**[120].

A fúria com que os espanhóis se lançaram em busca de ouro no Novo Mundo explica-se pelo grande número de europeus que possuía um excedente de alimentos tal que estava disposto a trocar a alimentação necessária para manter toda uma família durante vários anos por uma pequena quantidade de bugigangas fabricadas a partir de metais preciosos.

Parte 3. Das variações da relação entre os valores respectivos dos tipos de produtos que proporcionam sempre renda e dos que só ocasionalmente o fazem

A abundância crescente de alimento, decorrente de melhorias sucessivas da agricultura, incrementa a procura de produtos que não sejam alimento (e que possam ser úteis ou ornamentais). Como tal, o valor das coisas que ocasionalmente dão renda irá aumentar proporcionalmente ao valor daquelas que a dão sempre. O aumento da prosperidade vai encarecer essas mercadorias, que serão cada vez mais procuradas.

Por exemplo, **o valor de uma pedreira de grés aumenta necessariamente com o aumento da indústria e da população da região envolvente**, sobretudo se for a única dos arredores. **Pelo contrário, o valor de uma mina de prata não aumenta em função do progresso económico da população situada perto ou longe dela.** Porquê? Porque, en-

---

[119] A. Smith, *Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations,* Tome I, Flammarion, 1991, (1776), p.253
[120] *Idem,* p.254

quanto o mercado de uma pedreira de grés não se estende para lá de alguns quilómetros ao seu redor, o mercado de uma mina de prata é mundial. O progresso económico de uma parte do mundo não aumenta, globalmente, a procura de prata (e, como tal, não aumenta o seu preço). Para tal, seria preciso que o mundo inteiro enriquecesse. Mas, mesmo nesse caso, não é certo que o preço da prata aumentasse. Porquê? Por poder dar-se o caso de, simultaneamente, o aprovisionamento desse metal, após a descoberta de novas minas, aumentar numa proporção superior a esse enriquecimento. O que teria como consequência a diminuição do preço da prata. Assim, face a um momento anterior, com a mesma quantidade de metal adquiríamos uma quantidade inferior de bens (cereais, por exemplo).

O grande mercado da prata situa-se na parte comercial e civilizada do mundo. Neste mercado, podemos pensar em três combinações de eventos:

- **o desenvolvimento geral aumenta a procura da prata e o aprovisionamento não cresce na mesma proporção:** o valor da prata sobe relativamente aos cereais e o preço dos cereais em prata baixa;
- **o aprovisionamento cresce durante vários anos a uma taxa superior à da procura:** o valor da prata diminui e o preço médio dos cereais em prata aumenta, não obstante o desenvolvimento geral;
- **a quantidade ou a oferta de prata aumenta na mesma proporção que a procura:** o preço dos cereais em prata mantém-se constante apesar do desenvolvimento geral.

Durante os últimos quatro séculos, estas três combinações de eventos tiveram lugar no mercado europeu, na ordem que Adam Smith expõe. Analisemos então o tema em maior profundidade.

Considerações sobre as variações do valor da prata durante os últimos quatro séculos e sobre os efeitos do aumento da riqueza nacional nos diferentes tipos de matéria-prima e no preço real dos produtos manufacturados

I. Das variações do valor da prata durante os últimos quatro séculos

Primeiro período, de 1350 a 1570

Durante este período, o preço do pão baixou para metade. Em 1350 foi promulgado o "estatuto" dos trabalhadores, onde se lia que estes e os servos domésticos deveriam contentar-se, daí em diante, com um salário que não aumentaria. Como o patrão lhes podia pagar em prata ou em cereais, sabemos que, à época, o alqueire de cereais valia 10 dinheiros. Era considerado um preço razoável. Esta indicação é preciosa do ponto de vista histórico pois a maior parte dos autores, quando fala dos cereais com base em números registados isoladamente, considera-os extraordinariamente elevados ou extraordinariamente baratos.

A partir de diversas fontes, Adam Smith conclui que, de meados do século XIV ao início do século XVI, **o preço razoável dos cereais, ou seja, o seu preço médio corrente, baixou para metade.** Manteve-se nesse preço até cerca de 1570. **Esta subida do valor da prata**

relativamente ao dos cereais explica-se quer pelo aumento do cultivo na Europa, **quer pela diminuição sucessiva do aprovisionamento de prata.** No fim do século XV e no início do século XVI, a maior parte da Europa possuía um governo mais estável e uma maior segurança jurídica. Devido a este novo ambiente, a indústria cresceu e a procura de metais preciosos aumentou.

Porém, a maior parte daqueles que escreveram acerca dos preços dos bens consideram que, após a Antiguidade e até à descoberta das minas da América, **o valor da prata esteve em queda.** Após algumas observações ao preço dos cereais e ao de algumas outras mercadorias e constatando que a quantidade de prata aumenta naturalmente à medida que a riqueza aumenta, **estes autores concluem erradamente que o valor da prata diminui à medida que a sua quantidade aumenta.** Segundo Adam Smith, estes autores são induzidos em erro por três motivos.

Em primeiro lugar, os autores baseiam-se no **"preço de conversão" das rendas.** Trata-se do preço em prata pelo qual o rendeiro pode pagar, junto do proprietário, a renda que normalmente paga em géneros. Desde tempos muito antigos, o pagamento da renda faz-se em géneros. O rendeiro dá todos os anos uma parte dos cereais, da criação, do gado, etc. Por convenção, é possível que o inquilino use uma opção que lhe permite pagar a renda com uma quantia em dinheiro. **Mas, para segurança do rendeiro, este preço de conversão é sempre estipulado abaixo do preço de mercado.** Em muitas regiões, é mesmo inferior a metade do preço corrente.

Em segundo lugar, estes autores foram induzidos em erro pela forma descuidada com que os antigos estatutos relativos à "taxa do preço dos bens" foram transcritos por alguns copistas ou até, por vezes, pela redacção que lhes foi dada pelos legisladores. Estes estatutos determinavam a taxa a pagar sobre as mercadorias como o pão, a cerveja, a cevada ou os cereais em função do seu preço. Havendo uma lista que continha, em ordem crescente, os preços e as taxas correspondentes, **os copistas contentavam-se em transcrever os três ou quatro primeiros preços** (os mais baixos) e a taxa que lhes correspondia, dizendo que tal bastava para ter uma ideia da proporção. O problema é que, **muitos séculos depois, os autores que examinaram estes estatutos acreditaram que os preços indicados eram representativos dos preços praticados** à época quando, na realidade, aqueles eram apenas os preços mais baixos.

Em terceiro lugar, os autores foram enganados pelo preço muito baixo a que os cereais eram por vezes vendidos em tempos antigos. Na realidade, **num passado distante**, **os preços dos cereais variaram consideravelmente**, havendo registos de preços de montante superior a todos os que foram praticados posteriormente. **O que causava tão grandes oscilações? Os problemas e desordens da época, que interrompiam qualquer comércio, e até qualquer comunicação, entre regiões.** Normalmente, a escassez acidental de uma região poderia ser compensada pela colheita abundante de outra. Mas, sob os Plantagenetas[121] , os barões dedicavam-se regularmente a incursões noutras baronias que

[121] Plantageneta é o nome de uma dinastia real que governou Inglaterra de 1128 a 1399.

pilhavam, devastando as colheitas e abandonando as populações aos horrores da fome, enquanto as que se situavam numa terra vizinha não podiam escoar os seus excedentes, separadas que estavam das primeiras pelas terras de um qualquer senhor inimigo.

Fleetwood[122] compilou todos os preços dos cereais entre 1202 e 1597. Adam Smith reproduziu a lista em anexo neste capítulo e completou-a com dados obtidos no colégio de Eton. **Constatou que os preços baixaram a partir do início do século XII e que essa diminuição se acelerou até ao fim do século XVI, para iniciar então o percurso inverso.** Note-se que Fleetwood destaca os preços que encontrou, ou seja, aqueles que, no seu tempo, eram tidos como dignos de serem conservados devido ao seu nível extraordinariamente baixo ou elevado. É difícil tirar conclusões absolutamente certas. Porém, **estes valores suportam a análise de Smith.** Contudo, Fleetwood pensou que a prata, devido à sua cada vez maior abundância, tinha diminuído constantemente de valor, o que entra em contradição com os preços dos cereais que ele próprio compilou.

Para inferir o elevado valor que atribuem à prata nessa época, os autores baseiam-se não tanto no preço dos cereais mas antes no baixo preço de outros produtos da terra. O gado, a criação, a caça tinham, então, muito pouco valor. Adam Smith considera que o preço muito baixo desses bens (que ele não contesta) não prova que o valor da prata era mais elevado, mas apenas que o valor dessas mercadorias era muito baixo. Estas mercadorias, de pouco valor, não podiam comprar muita prata. Mais tarde, quando a indústria progrediu, a compra da prata aumentou. **Adam Smith recorda que só o trabalho permite medir realmente o valor de uma coisa, seja prata ou qualquer outro bem.** Ora, na época em que o país estava coberto de florestas, o gado, a criação e a caça eram, por assim dizer, produções espontâneas da natureza. A oferta excedia normalmente a procura.

Pelo contrário, os cereais precisam de trabalho para ser produzidos. A quantidade de trabalho necessária à sua produção é relativamente equivalente em todas as partes da terra. O aumento contínuo da «força produtiva» do trabalho através de novas técnicas de lavoura e da divisão das tarefas é mais ou menos equilibrado pelo crescimento contínuo do preço dos animais, força motriz da agricultura. **Como tal, os cereais são, em todas as épocas e qualquer que seja o grau de desenvolvimento de um país, um excelente instrumento para medir o valor da prata.** É uma medida de valor muito mais exacta do que qualquer outra mercadoria. Por outro lado, em todos os países civilizados os cereais constituem a parte principal da subsistência do trabalhador. À excepção das regiões mais prósperas, a carne representa uma parte muito pequena da alimentação do trabalhador. Por isso, o preço do trabalho em prata depende muito mais do preço médio dos cereais do que do da carne.

Estes três conjuntos de observações superficiais não teriam induzido os autores em erro se eles não partilhassem uma **ideia muito popular** de que a quantidade de prata aumenta naturalmente num país onde a riqueza aumenta e que, como tal, **a prata diminui de valor**

---

[122] William Fleetwood (1656-1723), bispo inglês que ficou conhecido pela elaboração de um índice de preços na sua obra *Chronicon Preciosum*, de 1707.

à medida que a sua quantidade aumenta. Esta **noção**, considera Adam Smith, é **totalmente desprovida de fundamento.**

Há duas coisas que fazem aumentar a quantidade de metais preciosos num país:

- **um aumento da abundância das minas que abastecem o país;**
- **um aumento da riqueza da população, do produto anual do seu trabalho.**

É a primeira das causas – e só ela – que, seguramente, faz diminuir o valor dos metais preciosos. Em si, o aumento da abundância de uma mina em nada muda a quantidade de mercadorias que circula num país. Como há mais prata a circular, é normal que essa prata só possa ser trocada por uma quantidade mais limitada de coisas do que antes. Porém, quando o produto anual de um país aumenta, é necessário aumentar a massa monetária em circulação para fazer circular todos os novos bens. Esta riqueza cria uma maior procura de metais preciosos para suprir desejos de vaidade e ostentação (baixelas de prata, joalharia, etc.). Todavia, isso não significa, de modo algum, que a prata irá diminuir de valor devido à sua maior concentração.

Como tal, **o preço do ouro e da prata aumenta naturalmente num país à medida que ele enriquece, excepto se a descoberta acidental de minas mais férteis o fizer baixar.** Pouco importa aqui a abundância das minas: num país rico, o preço da prata será naturalmente mais elevado do que num país pobre. Porquê? Porque **o ouro e a prata, como qualquer outra mercadoria, procuram sempre o mercado onde obtêm melhor preço**, no qual possam ser trocados pela maior quantidade de outros bens. Assim, o ouro e a prata serão naturalmente trocados por uma maior quantidade de subsistência num país rico do que num país pobre.

O trabalho é mais bem remunerado num país em que a riqueza progride, razão pela qual a recompensa real do trabalho é mais elevada na Europa do que na China. A China é um país bem mais rico do que qualquer região da Europa, mas a sua economia está estagnada. A Escócia progride muito mais lentamente do que a Inglaterra, onde os trabalhadores são mais bem remunerados. Isto explica a emigração de várias pessoas da Escócia para Inglaterra, enquanto quase ninguém faz o percurso inverso.

O ouro e a prata atingem o seu valor máximo nas nações mais ricas. Quase não existem nas nações mais pobres: entre os selvagens, estes metais praticamente não têm valor. Os cereais são sempre mais caros nas cidades do que no campos longínquos: não porque o dinheiro tenha menos valor nas cidades mas porque é preciso mais trabalho para levar os cereais para os mercados urbanos do que para os mercados do campo. É o mesmo motivo que faz aumentar o preço dos cereais em territórios ricos e comerciais – como a Holanda e Génova – que não produzem cereais suficientes para alimentar os seus habitantes.

É o transporte naval dos cereais para paragens distantes que faz aumentar o seu preço. Quanto à prata, qualquer que seja o local do mundo para onde a levem, não perderá o seu valor. Se a Holanda e Génova perdessem a sua opulência e a sua riqueza, o preço dos

cereais aí tampouco desceria. **Pelo contrário, num estado de decadência o preço dos cereais aumenta devido à fome. Porquê? Porque o cereal é um bem essencial.** Em período de pobreza e de aflição, o preço das coisas supérfluas diminui porque a procura diminui (as pessoas têm menos possibilidades de as pagar). Mas, durante esse mesmo período de pobreza, o preço do bem essencial aumenta obrigatoriamente. Em período de abundância, o preço de um bem essencial diminui. Os cereais são bens essenciais. A prata é supérflua.

Qualquer que tenha sido o aumento contínuo dos metais preciosos durante este primeiro período, este não foi capaz de diminuir o valor destes metais na Grã-Bretanha ou em qualquer outra região da Europa.

Segundo período, de 1570 a 1640

Durante este período, a relação entre o valor da prata e o dos cereais variou no sentido inverso. **A prata baixou o seu valor real e era trocada por uma menor quantidade de trabalho do que antes. Os cereais, pelo contrário, aumentaram o seu preço nominal.** Esta diminuição do valor da prata relativamente ao dos cereais não parecer ter outra causa que não seja a descoberta de minas abundantes na América. Ninguém contesta o facto e Adam Smith subscreve-o.

Neste segundo período, a maior parte da Europa continuava a enriquecer e a procura de prata estava sempre a aumentar. Mas **o aumento do aprovisionamento ultrapassou o da procura. Como tal, o valor do metal baixou consideravelmente.**

Terceiro período, de 1637 a 1700

Foi entre 1637 e 1640 que a descoberta das minas da América parece ter exercido todo o seu efeito na redução do valor da prata. Aparentemente, o valor deste metal nunca terá baixado tanto, relativamente ao valor dos cereais, como aconteceu nessa época. Este valor parece ter aumentado progressivamente a partir do final do século. De 1637 a 1700, o preço médio do melhor trigo sofreu uma pequena inflação. Mas essa inflação não se explica, mais uma vez, por uma alegada diminuição do valor da prata. **Na realidade, deveu-se a dois (ou três) acontecimentos que implicaram uma escassez de cereais** maior do que a causada por influência das estações.

O primeiro desses acontecimentos foi a guerra civil, que desencorajou a agricultura, interrompeu o comércio e, como tal, fez aumentar bastante o preço dos cereais em todos os mercados do reino, mas sobretudo no de Londres. **O segundo desses acontecimentos foi o subsídio atribuído à exportação de cereais, em 1688.** O objectivo deste subsídio era criar uma maior abundância de cereais e diminuir o preço destes no mercado interno. O resultado foi exactamente o inverso do esperado: de 1688 a 1700, o subsídio encorajou a exportação do excedente a um ponto tal que a escassez de um ano não era compensada pela abundância do anterior. A escassez que ocorreu de 1693 a 1699 (imputável sobretudo

ao mau tempo que afectou boa parte da Europa mas reforçado por esse subsídio) conduziu, em 1699, à interdição de qualquer exportação de cereais.

Há ainda um **terceiro acontecimento** que, sem causar qualquer escassez de cereal nem qualquer aumento da quantidade real de prata, provocou um aumento da soma nominal de prata que se pagava pelos cereais. Que acontecimento foi? **A grande deterioração da moeda de prata, devido à cunhagem e ao desgaste que sofreu.** O problema começou no reinado de Carlos II[123] e agravou-se continuamente até **1695, ano em que o valor da moeda de prata deixou de ser sustentado pelo valor da moeda de ouro** e se encontrava quase 25% abaixo do seu valor-padrão. Esta degradação baixou o valor nominal da própria moeda e, como o preço de mercado das coisas se baseia mais na quantidade efectiva de prata que a moeda contém do que naquela que deveria conter segundo a lei, a soma nominal necessária para obter uma mercadoria aumentou.

Porém, supõe-se que mesmo antes da grande recunhagem, as moedas de ouro e de prata não estariam mais do que 8% abaixo do seu valor legal e, ao longo do século XVIII, o valor da moeda de prata manteve-se graças à moeda de ouro pela qual podia ser trocada. Durante esse século, a Inglaterra não sofreu qualquer calamidade pública, como uma guerra civil, que desencorajasse a agricultura ou interrompesse o comércio. O valor da prata aumentou relativamente ao dos cereais ao longo do século, apesar de o subsídio à exportação dos cereais tornar esse aumento menos significativo do que teria sido se ele não existisse.

Como vimos, o subsídio à exportação de cereais aumentou o preço destes, mas também encorajou a lavoura e aumentou (embora tal seja discutível), **ao longo do século, a quantidade de cereais no mercado interno.** Por que motivo foi este subsídio adoptado em 1688? Em 1687, o preço do melhor trigo foi o mais baixo desde 1595. O subsídio foi votado pelo parlamento em 1688 porque **os proprietários fundiários, alarmados com a diminuição do preço dos cereais em prata, pensaram que o subsídio faria subir o preço artificialmente.** O governo do rei Guilherme III não estava ainda solidamente estabelecido e não tinha como recusar este favor aos proprietários fundiários aos quais ele impunha, ao mesmo tempo, o primeiro "imposto fundiário anual".

O subsídio elevou o preço dos cereais. Mas será que melhorou as culturas e, desse modo, a produção de cereais? Adam Smith destaca que o aumento do valor da prata relativamente ao dos cereais também ocorreu em França – durante o mesmo período e na mesma proporção – apesar de nesse país a exportação de cereais ser proibida por lei até 1764. Assim, **é mais pertinente ver esta variação no preço médio dos cereais como sendo o efeito do aumento gradual do valor da prata no mercado europeu.** Vimos que os cereais são uma medida de valor mais exacta do que a prata e, provavelmente, mais do que qualquer outra mercadoria. Todos concordariam em concluir – quando o preço dos cereais foi subitamente multiplicado por três ou quatro relativamente ao seu antigo preço em prata – que tal se devia à descoberta das novas minas argentíferas americanas e à subsequente

[123] Carlos II de Inglaterra (1630-1685) tornou-se rei de Inglaterra, da Irlanda e da Escócia em 1660 e reinou até 1685.

diminuição do valor da prata. Como tal, se desde os primeiros 60 anos do século o preço médio dos cereais em prata baixou fortemente, porque não se aceita a conclusão de que esta variação é reveladora, também ela, de uma variação, mas de subida, do valor da prata no mercado europeu?

O que dissuade muitos de tirarem semelhante conclusão é a subida do preço dos cereais na última década do século XVIII. Essa subida fez pensar que o valor real da prata continuaria a descer no mercado europeu. Porém, na realidade, o aumento deveu-se a uma série de anos com colheitas desfavoráveis na Europa.

A prata aumentou de valor, não diminuiu. É verdade que o preço do trabalho em prata aumentou em Inglaterra ao longo do século XVIII, mas esse aumento resultou sobretudo de um aumento da procura de trabalho devido à prosperidade e aos progressos do país, não tanto de uma diminuição do valor da prata.

Após a descoberta das primeiras minas argentíferas americanas, a prata continuou a vender-se durante algum tempo ao seu preço original ou só ligeiramente abaixo. Mas, muito rapidamente, o seu valor desceu. Ela trocou-se por uma quantidade sempre menor de bens e **caiu para o seu "preço natural"**, ou seja, o bastante para pagar, às respectivas taxas naturais, os salários do trabalho, os lucros do capital e a renda da terra. Já dissemos que o imposto do rei de Espanha, correspondente a 10% do produto total, representa a totalidade da renda da terra. Originalmente, este imposto era de 50%, depois de 33%, depois de 20% até chegar aos 10%, ou seja, o equivalente a todo o benefício que resta ao empresário após a substituição do capital e dos seus lucros normais. Entre 1545 (ano em que foram descobertas as minas de Potosí) e 1636, estas minas férteis tiveram tempo de produzir em pleno e de reduzir o preço da prata ao nível mais baixo possível. Noventa anos bastam para reduzir uma mercadoria que não se encontre em monopólio à sua taxa mais baixa.

O preço da prata no mercado europeu poderia ter descido ainda mais, o que teria obrigado a reduzir o imposto para 5% (como acontece com o ouro) ou a encerrar minas. Porém, o seu valor deixou de cair e foi sustentado pelo aumento progressivo da procura de prata e pelo alargamento contínuo do seu mercado. De facto, após a descoberta da América, **o mercado para a produção das suas minas de prata tornou-se cada vez mais extenso. Porquê?** Por três motivos.

Em primeiro lugar, o mercado da Europa tornou-se cada vez mais alargado. Houve progressos consideráveis e a produção sempre crescente da sua agricultura e das suas manufacturas exigiu um crescimento contínuo na quantidade de moedas de prata. O enriquecimento de vários particulares aumentou a procura de prata para as baixelas, as jóias e outros objectos de luxo.

Em segundo lugar, a América é um novo mercado para a produção das suas próprias minas de prata. Os seus progressos agrícolas, industriais e populacionais são muito mais rápidos do que os das nações da Europa: lá, a procura deve aumentar com muito maior rapidez. As colónias inglesas constituem um novo mercado que deve ser abastecido. As

colónias espanholas e portuguesas são, igualmente, novos mercados. Em todas estas regiões, as artes e a agricultura foram importadas. **Ouvimos muitos relatos fantásticos sobre a alegada magnificência destas regiões antes da chegada dos espanhóis quando, na realidade, estes povos eram muito mais ignorantes nas artes e na agricultura do que os tártaros da Ucrânia.** Mesmo os mais civilizados de entre eles, os incas, que usavam ornamentos em ouro, não tinham instrumentos monetários. Faziam comércio por trocas. Não possuíam qualquer divisão do trabalho. Não tinham qualquer manufactura. As colónias espanholas são muito menos prósperas do que as colónias inglesas mas, ainda assim, desenvolvem-se em todos os aspectos.

Em terceiro lugar, as Índias Orientais são um outro mercado para a produção das minas de prata da América. Este mercado tem absorvido continuamente uma quantidade de prata americana cada vez maior, seja directamente ou por intermédio da Europa. Os portugueses detinham a exclusividade do comércio com a Ásia no século XVI. Depois, vieram os holandeses, seguidos por ingleses e franceses e, mais tarde, por suecos, dinamarqueses e russos. O consumo europeu de mercadorias provenientes da Índia aumenta constantemente.

Quando os europeus começaram a comerciar com a Índia e a China, o valor dos metais preciosos era muito maior nesses países do que na Europa, e continua a sê-lo. Porquê? Vimos que os arrozais dão duas a três colheitas por ano, sendo cada uma mais abundante do que uma seara. Nos países ricos e muito povoados, **o excedente de alimentação** dos grandes senhores permite-lhes comprar muito maior quantidade de trabalho alheio. Como tal, o ouro e a prata dirigem-se naturalmente para os **mercados asiáticos que permitem obter, em troca de quantidades idênticas, uma quantidade muito superior de alimentos face à Europa.** Além disso, vimos que o preço do trabalho é muito mais baixo nestas economias prósperas mas estacionárias do que na Europa. Como tal, o preço dos artigos manufacturados na Índia e na China será também muito mais baixo. Assim, o ouro e a prata permitem comprar uma quantidade muito maior de artigos manufacturados naquelas regiões do que na Europa. Acresce ainda que a multiplicidade de meios de navegação interna permite que a China diminua os custos de transporte quando comparada com a Europa.

Isto explica por que motivo os metais preciosos são uma mercadoria extremamente interessante de transferir da Europa para as Índias. Dificilmente se achará um produto que consiga lá um melhor preço. **Além disso, é mais vantajoso levar para lá prata do que ouro.** Porquê? Porque na China, e na maior parte dos outros mercados das Índias, a proporção entre a prata fina e o ouro fino é de 10 ou 12 para 1, enquanto na Europa é de 14 ou 15 para 1. Isto significa que, na China, com 10 ou 12 onças de prata obtemos uma onça de ouro e explica porque é que a prata proveniente da Europa integra a maior parte dos carregamentos que se dirigem às Índias.

É necessário que a quantidade de prata retirada das minas seja suficiente para cobrir a procura sempre crescente (destinada à confecção de moedas, jóias, baixelas, etc.) por parte dos países ricos. Também é preciso que essa quantidade seja tal que permita compensar as constantes perdas de prata que ocorrem em todos os países que já usaram esse

metal. Entre as razões que explicam a "volatilização" destes metais, destacam-se o desgaste provocado pelo uso dos produtos de prata, a quantidade considerável destes metais que é empregue sob a forma de prateados em objectos dos quais nunca poderão ser extraídos, todo o metal que se perde no transporte por mar ou por terra, todo o que se perde devido à prática de esconder tesouros debaixo da terra (tesouros cujo conhecimento desaparece com a pessoa que os enterrou), etc.

Em Cádis e Lisboa, a importação anual de metais preciosos ascende a cerca de 6.000.000 de libras esterlinas. Este valor abrange as quantidades registadas e tudo o que se admite entrar por contrabando. Esta importação não compõe a totalidade do produto anual das minas da América. Porquê? Uma parte é expedida anualmente para Manila por navios de Acapulco. Outra é empregue no comércio de contrabando das colónias espanholas com nações europeias. Uma última parte permanece no país de origem.

A quantidade de cobre e de ferro que vai da mina para o mercado excede, sem margem para dúvidas, a do ouro e a da prata. No entanto, **não ocorre a ninguém que os metais comuns baixem de valor devido à abundância com que chegam ao mercado.** Porque havemos então de pensar que isso deva acontecer com os metais preciosos?

O preço dos metais preciosos varia menos de um ano para o outro do que qualquer outra matéria-prima, incluindo os metais comuns, que podem ser sujeitos a variações bruscas. Como é que isto se explica? **O que explica esta extraordinária estabilidade é a durabilidade desses metais.** Os cereais consomem-se no espaço de um ano. As obras em ferro podem durar 200 ou 300 anos. O ouro saído da mina preserva-se 2000 a 3000 anos. Como tal, as variações de produção deste ou daquele metal de um ano para o outro só afectam ligeiramente o stock desse metal no mundo, enquanto os cereais produzidos são consumidos a cada ano e devem ficar o mais perto possível da quantidade produzida no ano anterior.

II. Das variações na relação entre os valores respectivos do ouro e da prata

O valor do ouro fino relativamente ao da prata fina era, antes da descoberta das minas americanas, de 10 para 1 e de 12 para 1: uma onça de ouro fino valia 10 ou 12 onças de prata fina. Por volta de meados do século passado, a proporção passou a ser de 14 para 1 e de 15 para 1. O ouro aumentou assim o seu valor nominal (ou seja, a quantidade de prata pela qual se pode trocar uma quantidade idêntica). Contudo, os dois metais baixaram o seu valor real, ou seja, deixaram de ordenar uma quantidade de trabalho tão grande como o faziam. E a prata desceu mais do que o ouro.

As exportações massivas de prata da Europa para as Índias Orientais reduziram progressivamente o valor desta face ao ouro. Por uma onça de ouro importado na Europa, importam-se 22 onças de prata. Citando Magens[124] , Smith diz que a prata enviada anual-

[124] Nicholas Magens (1697-1764), comerciante alemão e autor da obra *The Universal Merchant.*

mente para as Índias Orientais reduz a quantidade destes metais na Europa à proporção de 1 para 14 ou 15, que corresponderia à proporção entre os seus valores: haveria 14 ou 15 vezes mais prata do que ouro, pelo que o ouro valeria 14 ou 15 vezes mais do que a prata. **Magens considera que a proporção entre os valores tem de ser necessariamente igual à existente entre as quantidades.** Por isso, diz que, sem esta exportação massiva para as Índias Orientais, o valor do ouro seria 22 vezes superior ao da prata.

Adam Smith contesta a ideia de que a proporção corrente entre os valores de dois bens seja necessariamente a mesma que se verifica entre as quantidades desses bens no mercado. De facto, um boi vale 60 vezes mais do que um borrego. Seria absurdo inferir daqui que há, no mercado, 60 borregos por cada boi. Do mesmo modo, é absurdo concluir que, por uma onça de ouro permitir a aquisição de 14 ou 15 onças de prata, há 14 ou 15 vezes mais prata do que ouro na Europa.

Segundo Adam Smith, a quantidade de prata presente no mercado excede provavelmente a de ouro numa proporção muito superior ao valor de uma determinada quantidade de ouro face ao valor de uma igual quantidade de prata. É a aplicação de uma lei que ele formula da seguinte maneira: **o volume total de um bem barato excede o volume total de um bem caro numa proporção muito superior à que o valor de uma quantidade x do segundo excede uma quantidade x do primeiro.**

Além disso, o volume total de uma mercadoria barata é, em regra, não só maior como também de valor superior ao volume total de uma mercadoria mais cara. É esse o caso do pão face à carne, mas também da carne face à criação, da criação face à caça, etc. O número de compradores de um bem barato excede sempre o número de compradores de um bem mais caro. **Seguindo esta lei, deduzimos que existe uma maior quantidade de prata do que de ouro no mundo, mas também que o valor total da prata é superior ao valor total do ouro.** Por outro lado, uma pessoa que possua um pouco dos dois metais provavelmente constatará que há mais baixelas e jóias em prata do que em ouro e que, provavelmente, o valor desses bens em prata excede o daqueles que possui em ouro.

Na totalidade das moedas inglesas, o valor do ouro ultrapassa em muito o da prata. Mas não acontece o mesmo com as moedas de todos os países. Na Escócia, antes da união com Inglaterra, o valor do ouro era apenas ligeiramente superior ao da prata. A prata sempre foi, e é provável que continue a ser, menos cara do que o ouro, no sentido normal que se dá à expressão "ser cara".

- no sentido normal, a **barateza de uma coisa depende da soma**, elevada ou não, que se tem habitualmente de **pagar para a obter**;
- num outro sentido, a **barateza** de uma coisa serve para descrever o facto de o seu **preço habitual estar mais ou menos acima do preço mais baixo a que é possível vendê-la** no mercado durante um determinado tempo.

No caso do **ouro espanhol**, podemos afirmar que ele é mais barato do que a prata. Vejamos porquê. **O preço mais baixo é composto unicamente por salários e lucros.** Não inclui

qualquer renda, ou seja, nada cabe ao proprietário da terra. Ora, o ouro espanhol aproxima-se muito mais do seu preço mais baixo do que a prata espanhola. Neste sentido, o ouro é "menos caro" do que a prata. Proporcionalmente, ele fornece, a quem o vende, menos renda e menos lucro do que a prata.

O preço dos diamantes e das pedras preciosas aproxima-se provavelmente ainda mais do seu preço mais baixo do que o ouro. Seja como for, **as minas de metais preciosos da América tornam-se uma exploração mais dispendiosa a cada dia.** Porquê? Devido à maior profundidade a que é preciso procurar os filões, o que exige gastos substanciais para tirar a água e fornecer ar fresco a essas profundidades. Para compensar o aumento das despesas, estas causas que conduzem à raridade (um bem torna-se mais raro quando é mais difícil e mais dispendioso obter uma certa quantidade dele) produzirão necessariamente um dos seguintes efeitos: ou um aumento proporcional do valor do metal, ou uma diminuição do imposto sobre a prata (que poderia descer de 10 para 5%, como o ouro), ou uma combinação dos dois, solução que é a mais provável.

Reduções de impostos podem retardar mas não podem impedir a subida do valor da prata no mercado europeu. Elas teriam a vantagem de pôr em funcionamento minas abandonadas por não serem rentáveis, o que aumentaria o volume de prata importado anualmente e diminuiria ligeiramente o seu valor. Foi o que aconteceu quando Espanha baixou o imposto. Apesar da redução, o valor da prata aumentou na Europa ao longo do século.

Chegará o momento, diz Smith, em que a importação anual de ouro e de prata corresponderá ao consumo anual destes metais. Quando o consumo anual alcançar o nível de importação anual e esta começar a diminuir gradualmente, o consumo anual excederá durante algum tempo a importação anual. Nesse caso, como o volume dos metais diminuirá progressivamente, o seu valor aumentará insensivelmente até que o consumo corresponda à importação anual.

III. Das razões que fazem suspeitar que o valor da prata continua a descer

O aumento da riqueza na Europa e a ideia corrente de que ele leva a um acréscimo da quantidade de metais preciosos e consequente diminuição do seu valor, podem ter levado muitas pessoas a crer que o valor desses metais continua a descer no mercado europeu. É possível que a subida constante do preço de muitos produtos da terra reforce essa impressão.

Adam Smith já demonstrou que **o aumento da quantidade de metais preciosos numa região rica não tende a diminuir o seu valor.** Na realidade, essa quantidade cresce proporcionalmente ao aumento das riquezas que os metais preciosos permitem fazer circular. **Os metais preciosos dirigem-se espontaneamente para os países ricos** pela mesma razão que para lá convergem os objectos de luxo e de arte: porque aí podem ser vendidos por um preço mais elevado. São, então, **atraídos pelo preço superior** e rapidamente desaparecerão se ele baixar.

À excepção dos cereais e de outros vegetais que resultam inteiramente do esforço humano, **todos os tipos de matéria-prima** (gado, criação, caça, fósseis, minerais úteis, etc.) se **tornam mais caros à medida que a sociedade enriquece** e se desenvolve. São estes produtos que encarecem e não a prata que perde o seu valor.

IV. Dos efeitos diferentes do progresso da riqueza nacional sobre três tipos distintos de matéria-prima

Adam Smith fala das matérias-primas e distingue três tipos:

- **aquelas que não podem ser multiplicadas pela actividade humana:** quando um país enriquece, o preço pode aumentar até valores extravagantes, sem qualquer tipo de limite;
- **aquelas que podem ser multiplicadas proporcionalmente à procura:** num país que prospera, o preço destes produtos pode subir muito mas não pode, a longo prazo, ultrapassar determinados limites;
- **aquelas que a actividade humana tem um poder limitado e incerto de multiplicar:** quando o país enriquece, o preço destes produtos pode aumentar, manter-se ou baixar.

Primeiro tipo: aquelas que não podem ser multiplicadas pela actividade humana

Esta matéria-prima sobre a qual a actividade humana não tem qualquer espécie de poder abrange **coisas que a natureza só dá em determinadas quantidades e que são muito perecíveis. Os peixes, as aves raras e invulgares, várias espécies de caça, etc.**

À medida que a riqueza e o luxo aumentam numa sociedade, a procura destes produtos também cresce. Como a quantidade destes produtos permanece constante, o seu preço sobe indefinidamente. **Potencialmente, não tem quaisquer limites.** Assim se explica o preço alucinante que algumas aves e peixes raros tinham entre os romanos na época de maior opulência do império. Isso não se devia ao baixo valor da prata, mas à grande valorização dos bens em causa.

O aumento ultrajante dos preços era mais fruto da abundância de trabalho e de alimento que os romanos tinham ao seu dispor na época – que ficava muito acima das exigências do seu consumo pessoal – do que de uma abundância de prata. Eles possuíam uma quantidade de prata bastante inferior à que hoje seria necessária para adquirir uma quantidade similar de trabalho e de alimentos, diz Adam Smith.

Segundo tipo: aquelas que podem ser multiplicadas proporcionalmente à procura

Neste segundo tipo, incluem-se as plantas e animais úteis que a natureza produz com uma profusão tal nas regiões incultas que o seu valor é nulo ou muito reduzido. À me-

dida que a cultura se estende, estes são forçados a ceder terreno a esse produto mais rentável.

Quando o preço do gado se eleva a tal ponto que é tão lucrativo cultivar a terra para produzir alimento para o gado como para produzir alimento para o homem, o preço atingiu o seu limite. Se assim não fosse, tal implicaria a conversão de parte das terras cerealíferas em pastagens. A extensão da cultura cerealífera diminui a quantidade de pastagens naturais e, como tal, a quantidade de carne. Ela aumenta ainda a procura de carne porque o número de pessoas que dispõem de cereais, ou do valor dos cereais, para dar em troca da carne também aumenta.

O problema é alcançar um grau de desenvolvimento que permita que os campos de cereais tenham uma extensão que faça subir o preço do gado até este nível. Até que o preço do gado atinja este valor, não é de todo possível que a maior parte das terras seja de facto cultivada, pois **para cultivar plenamente as terras, é preciso estrume. Para encontrar estrume suficiente, é preciso gado suficiente** (pelo menos para as quintas afastadas da cidade). **Para tal, é preciso alimentar o gado. Mas o gado só pode ser alimentado com o produto de uma terra cultivada e tratada.** De outro modo, seria necessário muito trabalho e despesa para obter uma produção magra e dispersa por terras vagas e incultas. Nestas condições, não se pode alimentar lucrativamente o gado que se utiliza nas culturas de cereais. O estrume que ele dará só permitirá fertilizar um terço ou um quarto das terras da quinta. As terras restantes serão deixadas em pousio e produzirão um pasto fraco, que mal chegará para manter vivos alguns animais que andem à solta. Após seis ou sete anos de pousio, a terra pode ser novamente trabalhada e, continuando sem estrume, renderá apenas uma ou duas colheitas de má aveia até ser novamente colocada em pousio depois de esgotada.

Era este o estado das terras escocesas antes da união da Escócia com a Inglaterra (união que permitiu que o gado escocês pudesse ser vendido no mercado inglês e fosse vendido a um preço superior). As terras escocesas produziam muito pouco quando comparadas com o que passaram a produzir. Tal era inevitável devido ao baixo preço do gado e só persiste em grande parte da Escócia por ignorância do povo e pelo seu apego a costumes antigos ou, como sucede na maioria dos casos, devido a dois obstáculos que o curso natural das coisas opõe à implantação de um modelo melhor:

- **a pobreza dos rendeiros, que não tiveram tempo para comprar gado suficiente** para cultivar melhor as suas terras, pois o aumento do preço do gado tornou-o muito difícil de adquirir;
- **a falta de tempo, que ainda não permitiu aos rendeiros melhorar a sua terra** de forma a tratar convenientemente de um maior número de cabeças de gado. A extensão do rebanho e a melhoria das terras devem andar a par e passo. Isto exige uma **longa série de trabalhos e de economias que se estendem ao longo de meio século, ou até de um século.** Na Escócia, este processo pôde ser acelerado após a união com a Inglaterra, que forneceu um novo mercado ao seu gado.

Nas novas colónias, a maior parte das terras incultas que apenas podem servir para alimentar o gado fazem com que este seja extremamente abundante. Esta abundância

leva a que os animais tenham um preço muito baixo. Eles **proliferaram de tal forma nas extensões imensas da América e perderam de tal modo valor que há cavalos deixados em liberdade nos bosques e cavalos sem dono.** Como tal, é preciso que passe muito tempo até que volte a justificar-se alimentar animais com o produto de uma terra cultivada. Encontramos aqui as mesmas causas descritas para a agricultura escocesa: falta de estrume e desproporção entre o capital que é necessário empregar no cultivo e a terra que esse capital está destinado a cultivar.

Ainda assim, neste tipo de matérias-primas, **o gado está entre os primeiros produtos a alcançar o preço que justifica cultivar uma parte da terra para o alimentar.** Já a caça é um dos últimos. Mesmo que o preço da carne de caça fosse extraordinário em Inglaterra, não se justificaria a criação e alimentação de caça em parques de animais selvagens.

Quanto à criação, ela alimenta-se de uma série de coisas que, de outro modo, se perderiam, e só existe para dar lucro. O seu preço é muito baixo num primeiro momento mas aumenta gradualmente à medida que as culturas são melhoradas e se estendem. A dado momento, o preço justifica que se cultivem terras expressamente para alimentar a criação. A partir de então, o seu preço atinge o máximo. Não pode subir mais, caso contrário seriam dedicadas mais terras a esse fim.

Tal como a criação, o porco é um animal que se cria para dar lucro. Ele alimenta-se de tudo o que é rejeitado pelos outros animais úteis. Como tal, alimentá-lo não custa quase nada. Quando a procura aumenta e, com ela, o preço do porco, torna-se necessário fazer crescer uma alimentação destinada especificamente a engordar estes animais. Assim, o seu preço pode exceder o da carne bovina.

A subida considerável do preço dos porcos e da criação em Inglaterra é muitas vezes atribuída à diminuição do número de "cabaneiros" e outros pequenos rendeiros. A diminuição destes foi o prelúdio da introdução de melhores métodos de cultivo por toda a Europa mas pode, simultaneamente, ter contribuído para aumentar mais depressa os preços desses bens. De facto, muitos pequenos rendeiros criavam aves de criação e uma porca com alguns leitões praticamente sem custos, pois alimentavam-nos com os restos das refeições, o soro do leite, o leite desnatado e o leitelho. Todavia, mais cedo ou mais tarde, estes animais alcançarão um preço máximo, quando for atingido um valor que pague o trabalho e a despesa de cultivar a terra que fornece alimento aos animais.

Nas quintas, o estabelecimento progressivo da produção leiteira resulta desta vontade de lucrar com cada coisa. O gado dá mais leite do que o necessário para o sustento das suas crias e para as necessidades de consumo da casa do agricultor. **De todos os produtos da terra, o leite é sem dúvida o mais perecível.** Em tempos quentes, não aguenta mais de 24 horas. Se o convertermos em manteiga, pode aguentar uma semana. Se o convertermos em manteiga salgada, aguentará um ano. Se o convertemos em queijo, aguentará vários anos. O agricultor irá então expedir o excedente para o mercado. De início, o preço que obtém é extremamente baixo e não justifica que ele lhe dedique uma divisão ou um edifício separado para esse fim, pelo que todo o trabalho de leitaria será feito entre o fumo, os maus

cheiros e o lixo da cozinha.

As mesmas causas que elevam o preço da carne de talho – ou seja, o aumento da procura e a redução da quantidade de gado que se pode criar com gastos mínimos – também se aplicam aos lacticínios. Afinal, a carne e os produtos lácteos vêm do mesmo animal e o preço dos produtos lácteos aumentará progressivamente para justificar as despesas com a melhoria gradual da qualidade. O preço máximo será alcançado quando tiverem sido dedicadas terras férteis suficientes à alimentação exclusiva do gado, com vista à obtenção de leite. Mais do que isso não poderá subir, pois implicaria o sacrifício de terras dedicadas às culturas cerealíferas.

As terras de um país nunca podem alcançar um estado de beneficiação e cultivo completo antes de o preço de cada produto da actividade humana ter atingido um nível tal que esteja em condições de pagar a despesa dessa beneficiação e desse cultivo. Ou seja, é preciso que o preço do produto permita pagar uma boa terra cerealífera, que é aquela que regula a renda da maior parte das terras cultivadas, e permita pagar o trabalho e a despesa do agricultor. Só faz sentido melhorar as terras se, com isso, se obtiver um ganho que justifique a despesa em que se incorre.

A beneficiação e o total cultivo de um país constituem, seguramente, o maior de todos os bens públicos. Nesse sentido, a subida de preço de todas as matérias-primas não é uma calamidade pública, mas a manifestação mais visível do maior de todos os bens públicos. **Não é devido à degradação do valor da prata que o preço nominal ou monetário destas matérias-primas aumenta, mas devido ao aumento do seu preço real.** Elas valem mais trabalho e mais alimento do que antes, razão pela qual o seu valor em prata é, também ele, superior.

Terceiro tipo: aquelas que a actividade humana tem um poder limitado e incerto de multiplicar

Relativamente a este tipo de produtos, afirmámos que, **quando a prosperidade do país aumenta, o seu preço pode aumentar, manter-se ou baixar.** Qual a explicação para tal?

Determinados tipos de matéria-prima são, de certa maneira, acessórios e dependentes de outro tipo de produtos (e, como tal, da sua quantidade). É o caso, por exemplo, da **lã e de outras peles em bruto.** Poderíamos pensar que o preço destas mercadorias obedeceria às mesmas regras que determinam o preço da carne, uma vez que as lãs e as peles são tiradas, também elas, dos animais, mas não é isso que acontece. Porquê? Porque **o mercado da carne e o das lãs e peles são extremamente diferentes.** De facto, contrariamente ao mercado da carne, que se limita à região que a produz, o mercado da lã e das peles em bruto expande-se, pois elas são fáceis de transportar para paragens distantes.

O preço da lã e das peles, ainda que possa não subir como o preço da carne, deve subir um pouco ou, pelo menos, não baixar. Todavia, Smith recorre a vários documentos que

atestam que o preço diminuiu para metade após meados do século XIV. Apesar da prosperidade das manufacturas inglesas, o preço das lãs deste país baixou consideravelmente no território desde o reinado de Eduardo III[125].

Esta degradação – tanto do preço nominal como do preço real das lãs **– nunca teria ocorrido se as coisas tivessem seguido o seu curso natural** e resulta das seguintes causas artificiais:

- **a proibição absoluta de exportar** a lã de Inglaterra;
- **a permissão de importar a lã de Espanha sem pagar taxas;**
- **a proibição de exportar lã da Irlanda para qualquer outro país que não Inglaterra.**

Estas regras impediram que o mercado da lã inglesa se estendesse a par do enriquecimento do país e confinaram-no ao mercado interno. Perturbaram igualmente o mercado das lãs da Irlanda, ao obrigá-lo a expedir uma grande parte da sua produção para Inglaterra. Também o preço das peles não curtidas se tornou muito mais baixo do que era anos antes, o que talvez se deva à supressão do imposto sobre as peles de foca e à autorização, outorgada em 1769 por um período limitado, de importar peles em bruto isentas de direitos da Irlanda e das colónias. **Se tomarmos a média de todo o século XVIII, o seu preço real foi ligeiramente superior ao que vigorava em tempos antigos.**

Seja como for, **estas regras que tendem a colocar o preço da lã e das peles em bruto abaixo daquele que teriam naturalmente leva ao aumento do preço da carne.** Porquê? Porque o preço do gado criado numa terra cuidada tem de ser suficiente para pagar a renda e o lucro dessa terra. Quanto menos se pague por um dos artigos, mais é preciso pagar pelos outros. **Se estas regras não lesam proprietários e agricultores enquanto tal, lesam-nos enquanto consumidores**, pois fazem aumentar o preço da carne.

Se estas regras fossem aplicadas num país em que as terras não fossem cuidadas, seriam seguramente das mais destruidoras que se possa imaginar. Porquê? Porque a maior parte das terras seria dedicada a pastagens e, como tal, a lã e a pele formariam a maior parte do valor do animal. Nesse caso, a redução do preço destes bens não aumentaria o preço da carne pois a maior parte das terras era usada para alimentar o gado, e isso continuaria a acontecer. **A quantidade de carne fornecida ao mercado seria a mesma, a procura seria a mesma e o preço permaneceria baixo.** Os consumidores não sentiriam os impactos dessas regras, mas os proprietários e os agricultores sofreriam imensamente. De facto, dada a interdição perpétua de exportação de peles e lãs, o preço total do animal baixaria e, com ele, a renda e o lucro das terras. **Não só estas regras teriam reduzido de forma considerável o valor das terras como teriam atrasado de forma avassaladora o desenvolvimento posterior do país.**

O preço das lãs da Escócia baixou consideravelmente após a união com Inglaterra. Porquê? Porque, subitamente, **elas ficaram sujeitas à lei que proibia a Inglaterra de exportar a sua lã e, como tal, não mais puderam ser exportadas e vendidas no grande**

[125] Eduardo III (1312-1377) foi rei de Inglaterra entre 1327 e a data da sua morte.

mercado europeu. Este acontecimento teria feito com que as terras escocesas perdessem um valor considerável se não tivesse havido uma **subida do preço da carne escocesa**, já que a possibilidade de esta ser vendida no mercado inglês fez aumentar o seu preço.

A eficácia da actividade humana no aumento da produção de peles e de lãs é limitada e incerta. Limitada porque depende da produção da região em que se exerce a actividade, incerta porque depende da produção de outros países. Neste último caso, a eficácia depende, não tanto da quantidade que esses países produzam, mas daquela que eles não manufacturem, bem como da existência de restrições à exportação dessas matérias-primas.

Os esforços da indústria nacional são igualmente limitados e incertos no que diz respeito à colocação no mercado de outra matéria-prima muito importante: **o peixe**. O que limita estes últimos é a localização da região, a distância desta em relação ao mar, a fertilidade ou esterilidade do mar. **À medida que a população aumenta e o país enriquece, cresce o número de compradores de peixe.** Estes compradores possuem uma enorme quantidade e diversidade de outros bens para comprar peixe.

O problema é que, regra geral, é impossível abastecer este mercado sem empregar uma quantidade de trabalho mais do que proporcional. Simplificando: se quisermos passar de um mercado que exige 1.000 toneladas de peixe para um mercado que exige 10.000, a soma de trabalho necessária não é simplesmente multiplicada por 10. Ela será bastante superior a 10. Porquê? Por ser necessário procurar peixe muito mais longe, com navios maiores, máquinas mais caras, etc. Como tal, o preço deste bem aumentaria para financiar estas melhorias.

É difícil garantir o sucesso de um determinado dia de pesca. **Contudo, depois de conhecidos os diferentes parâmetros expostos acima, podemos, com um certo grau de certeza, determinar a quantidade de peixe que chega ao mercado durante um ano.** Ela depende mais da localização do país do que do seu estado de riqueza e de actividade, o que faz com que esta indústria permaneça muito incerta.

No que diz respeito à **produção de minerais e de metais (preciosos ou comuns) extraídos das entranhas da terra, a eficácia da actividade não parece ser limitada, mas é incerta.** A quantidade de metais preciosos num país não é determinada por factores relativos à sua localização, dado que os metais abundam em países que não possuem quaisquer minas. Ela depende de duas circunstâncias distintas:

- **o poder de compra do país:** este último é o montante do produto anual das suas terras e do seu trabalho. Representa o estado da sua actividade que permite comprar, ou não, metais preciosos extraídos de minas nacionais ou estrangeiras. Quanto mais o país enriquece e se desenvolve, mais o preço real desses metais preciosos aumenta;
- **a fertilidade ou esterilidade das minas** que, em dado momento, abastecem o mundo comercial desses metais. Quanto mais fecundas as minas, mais baixo o preço real dos metais presentes nesse país (ou seja, a quantidade real de trabalho e de subsistência que uma quantidade x pode adquirir).

A fertilidade ou esterilidade das minas não tem estritamente qualquer ligação com o estado da indústria num qualquer país nem, ao que parece, com o estado da indústria a nível mundial. Porém, é verdade que a extensão do comércio e da indústria chama maiores quantidades de metais preciosos e torna estatisticamente mais provável a descoberta de minas. Todavia, não é fácil prever se se descobrirão novas minas à medida que as antigas se esgotam. Além de que descobrir ou não novas jazidas é algo muito pouco importante para a riqueza e a prosperidade real do mundo. **Se as minas secassem, o valor nominal do produto anual da terra mudaria fortemente, mas não o seu valor real: a quantidade real de trabalho que esse produto poderia adquirir ou comprar seria sempre a mesma.** Nada mudaria no mundo se um xelim hoje representasse apenas um penny amanhã. Quem tivesse um penny amanhã seria tão rico quanto aquele que possua um xelim hoje. A única diferença é que, num mundo em que um xelim valesse um penny, superficialidades como as baixelas e as jóias de ouro e de prata se tornariam extremamente raras e caras.

V. Conclusão da digressão sobre as variações no valor da prata

Os autores que examinaram os baixos preços em prata dos cereais e das mercadorias em geral nos tempos antigos e, como tal, o elevado valor do ouro e da prata concluíram que esses países eram pobres e bárbaros. É uma **convicção enraizada na ideia mercantilista falsa** de que a riqueza nacional depende da abundância de metais preciosos.

A única coisa que a raridade de metais preciosos em tempos antigos prova é a esterilidade das minas da época. Por exemplo, na China, um país rico, o valor dos metais preciosos é muito mais elevado do que em qualquer ponto da Europa. **Na Europa, o valor desses metais diminuiu muito após a descoberta das minas da América e, paralelamente, a riqueza aumentou bastante. Daqui se conclui que a riqueza de um território e o preço dos metais preciosos nesse território não possuem ligação entre si.** Na verdade:

- **o valor desses metais diminuiu devido à abundância das minas argentíferas e auríferas americanas descobertas** à época;
- **a riqueza da Europa aumentou devido à queda do sistema feudal** e ao estabelecimento de uma forma de governo que deu à indústria garantias jurídicas e respeito pela propriedade, o único incentivo de que ela precisa.

Se **o baixo preço em prata dos cereais ou dos bens em geral não nos permite inferir que um país é pobre, já o baixo preço em prata de mercadorias como o gado, a criação ou a caça relativamente aos cereais é uma prova de pobreza.** Porquê? Porque os preços baixos demonstram a abundância desses bens relativamente aos cereais e, como tal, as vastas áreas de terra que lhe são dedicadas. Demonstram também o fraco valor dessas terras relativamente às que são cultivadas com cereais e, como tal, o estado negligenciado e inculto da maior parte das terras do país.

Exemplo disso é a Polónia, país que permaneceu feudal e é ainda mais miserável do que antes da descoberta das minas da América. O preço dos cereais aumentou neste

país, mas o valor real dos metais preciosos baixou, tal como aconteceu por toda a Europa. O aumento da quantidade de metais preciosos na Polónia não desenvolveu a agricultura nem as manufacturas polacas. A Espanha e Portugal são, depois da Polónia, os dois países mais pobres da Europa. Contudo, é neles que se encontra a maior quantidade de metais preciosos.

O preço dos cereais foi um pouco mais baixo no século XVIII do que no XVII**, como atesta** toda uma série de documentos citados por Adam Smith (registos públicos de diferentes condados da Escócia, preços de diversos mercados de França, etc.). Como vimos, **o alto preço dos cereais na década anterior deve-se**, segundo Adam Smith, **a uma série de más colheitas**, sem que seja pertinente invocar uma alegada degradação do valor da prata.

Poderíamos questionar **de que serve afirmar que não é a prata que diminui de valor mas as coisas que aumentam de valor.** Não será uma distinção sem interesse? Segundo Adam Smith, esta distinção não é de todo inútil. Ela é, antes de mais, **útil para o público, pois constitui uma prova do desenvolvimento da riqueza do país** e motivo de satisfação legítima pois nem todos os países se desenvolvem – a Polónia, a Espanha e Portugal declinam.

Esta **distinção é igualmente útil ao Estado para determinar a remuneração dos funcionários.** De facto, se o aumento do preço de determinados bens se deve, como se afirma por vezes, a uma redução do valor da prata, então seria necessário aumentar essa remuneração. Pelo contrário, se se atribuir esse aumento dos preços a uma subida de valor decorrente do melhoramento das terras, poderemos avaliar em que proporção deve ser efectuado esse aumento de salário. Podemos mesmo concluir que, em certos casos, não deve haver um aumento. Porquê? **A extensão das culturas aumenta necessariamente – como vimos – o preço da alimentação animal mas, ao mesmo tempo, faz baixar o preço da alimentação vegetal.** Isto porque as terras são mais férteis e produzem bens em abundância. É o caso dos cereais. É também o caso das duas maiores aquisições que a agricultura da Europa fez após a descoberta do Novo Mundo: a batata e o milho. É também o caso dos legumes que antes só se cultivavam em hortas privadas. E isso pode compensar o aumento do preço da carne.

Vimos que, após uma década, o preço dos cereais aumentou, tornando-se **um fardo para os pobres. Mas quando o cereal está ao seu preço médio normal, a subida natural do preço de qualquer outra matéria-prima não os afecta**, pois são bens de que o homem não precisa para sobreviver (criação, peixe, caça, etc.). Os pobres sofrem, isso sim, com o aumento artificial – provocado por impostos – do preço de bens manufacturados como o sal, o sabão, o couro ou as velas.

VI. Dos efeitos e dos progressos da riqueza nacional sobre o preço real dos artigos manufacturados

O desenvolvimento geral acaba por fazer baixar gradualmente o preço real de quase todos os produtos manufacturados. O estado florescente da sociedade faz aumentar o preço do trabalho **mas a organização que ocorre** (melhores máquinas, divisão do trabalho, maior destreza, etc.) **faz baixar o custo da mão-de-obra.** Em si, a mão-de-obra é mais cara, mas, **como a quantidade de trabalho necessária para produzir uma qualquer peça diminui substancialmente, o aumento do preço do trabalho é mais do que compensado** e o preço real dos artigos diminui. Há decerto excepções: por exemplo, o preço real das obras de carpintaria e de entalhe subiu devido ao aumento do preço da madeira, decorrente da escassez de florestas causada pelo alargamento dos terrenos cultivados.

Bons exemplos deste movimento geral de baixa de preços são todas as manufacturas que empregam metais comuns. Na **relojoaria**, sobretudo, mas também na cutelaria, na serralharia e na quinquilharia **os produtos ingleses espantam actualmente os artesãos de todos os outros países da Europa, que são incapazes de fornecer produtos de tão boa qualidade, mesmo que pelo dobro ou pelo triplo do preço.**

A redução dos preços nas fábricas de tecidos não foi tão significativa. Aliás, diz-se que, no espaço de três décadas, o **preço do tecido superfino** ultrapassou ligeiramente a sua proporção com outras categorias de tecidos, devido ao aumento de preço da lã de Espanha que lhe serve de matéria-prima. Porém, **a redução dos preços é incontestável se compararmos os preços no tempo de Adam Smith com os praticados no fim do século XV**, em que a subdivisão do trabalho era menos dinâmica e as máquinas muito primitivas. Como atestam alguns documentos citados por Smith, tanto o preço monetário como o preço real dos tecidos diminuiu bastante desde finais do século XV. Essa redução, considerável no caso dos tecidos grossos, ainda é maior nos tecidos finos. Houve **três desenvolvimentos essenciais** neste tipo de manufacturas:

- a substituição da roca e do fuso pela roda de fiar, capaz de produzir o dobro ou o triplo;
- várias máquinas engenhosas que facilitaram e abreviaram a tarefa de torcer as lãs;
- o moinho para pisoar o pano, que substituiu o pisoamento na água.

Inicialmente, as manufacturas eram actividades caseiras em que diferentes membros da família executavam, quando tinham tempo, diferentes partes da obra para obter um rendimento para a casa que complementasse o obtido através da sua ocupação principal. Este tipo de obra era sempre muito mais barato do que o executado por um artesão profissional. Nesses tempos, os tecidos finos não existiam em Inglaterra, mas apenas na rica e mercantil Flandres. Ao serem importados, eram taxados pelo rei, o que explica o preço muito mais baixo dos tecidos grosseiros quando comparado com o dos tecidos finos.

Conclusão

Qualquer desenvolvimento do estado da sociedade tende, directa ou indirectamente, a aumentar a renda real da terra, o que faz aumentar a riqueza real do proprietário, ou seja, o seu poder de compra.

A melhoria das terras e das técnicas de cultivo faz aumentar directamente essa renda real da terra. Mas esta aumenta também de forma indirecta. Como? O aumento do preço real das mercadorias é consequência deste desenvolvimento mas, em seguida, torna-se causa. Assim, o aumento do preço do gado, resultante do desenvolvimento das terras, eleva directamente a renda do proprietário e numa proporção ainda maior. Porquê? Porque, para a mesma quantidade de trabalho, o produto dá um retorno maior que permite substituir o capital, pagar os lucros normais e aumentar a parte restante do produto que é a parte do proprietário.

Todos os progressos na capacidade produtiva que reduzam o preço real dos artigos manufacturados tende, indirectamente, a elevar a renda real da terra. Porquê? Porque o proprietário, com o mesmo montante, pode comprar uma quantidade muito maior de artigos com os quais poderá desenvolver a sua terra. Tudo o que reduz o preço real dos artigos manufacturados eleva o preço real das matérias-primas, pois, com uma mesma quantidade de produtos da terra, o agricultor pode comprar muito mais bens.

Como tal, **qualquer aumento na riqueza real da sociedade, qualquer aumento no volume de trabalho útil, tende indirectamente a elevar a renda real da terra.** Isto permite aumentar o número de homens e animais empregues na agricultura. O produto cresce em proporção ao capital investido e a renda engorda com o produto. As circunstâncias opostas (falta de desenvolvimento, culturas negligenciadas, diminuição do preço real de algumas matérias-primas, aumento do preço real das manufacturas, etc.) tendem a reduzir a renda real da terra e a diminuir a riqueza real do proprietário, baixando também o seu poder sobre o trabalho de outrem ou sobre o produto desse trabalho.

O volume total do produto anual da terra e do trabalho de um país divide-se em três partes:

- a renda da terra;
- os salários do trabalho;
- os lucros do capital.

Grosso modo, este é o rendimento de três classes de pessoas:

- as que vivem das rendas;
- as que vivem dos salários;
- as que vivem dos lucros.

O interesse da primeira destas grandes classes – a que vive das rendas – está estreita e inseparavelmente ligada ao interesse geral da sociedade. Tudo o que causa prejuízo

a este interesse e tudo o que lhe der lucro tem necessariamente o mesmo efeito sobre a sociedade. Caracterizada pela indolência e até pela ignorância, esta é a única classe à qual o rendimento não custa nem trabalho nem preocupação.

O interesse da segunda classe – a que vive dos salários – **também está estreitamente ligado ao interesse geral da sociedade.** Quando a procura de operários aumenta, o salário dos operários também aumenta. Quando a riqueza de uma sociedade está estacionária, o operário ganha apenas o suficiente para viver e criar os seus filhos. Quando a economia de uma sociedade declina, ninguém sofre mais cruelmente do que ele. Todavia, **o operário é incapaz de conhecer o interesse geral e de compreender a ligação deste com o seu próprio interesse.**

A terceira classe – a que vive dos lucros – **não tem a mesma ligação que as outras duas com o interesse geral da sociedade.** Porquê? Porque o **capital** que investe é **empregue de forma a gerar o maior lucro possível.** Ora, contrariamente às rendas e aos salários, as taxas de lucro não aumentam com a prosperidade da sociedade e não diminuem com a sua decadência. Esta taxa é baixa nos países ricos e elevada nos países pobres. E atinge os seus valores mais elevados quando os países se precipitam na ruína.

Os comerciantes e os mestres industriais são aqueles que mobilizam mais capitais. Eles demonstram uma enorme inteligência, mas concentram-na **nos interesses dos seus negócios e não no bem geral da sociedade.** Como tal, os seus conselhos serão mais influenciados pelos seus interesses do que pelo interesse das outras duas classes. **Muitas vezes, eles aproveitam-se da crédula honestidade do proprietário rural** ao persuadi-lo de que o interesse pessoal que os move corresponde ao bem geral. Deste modo, **os conselhos dos comerciantes e dos industriais** acerca de um regulamento de comércio ou de uma nova lei **devem ser escutados com "a maior desconfiança" , pois estas pessoas têm interesse em enganar o público e já o fizeram em inúmeras ocasiões, alerta Adam Smith[126].**

Livro II
Da natureza, acumulação e emprego do capital

Introdução

No estado de infância da sociedade, não há divisão do trabalho. Cada indivíduo trata das suas próprias necessidades e tudo funciona sem que seja necessário ter fundos obtidos ou acumulados previamente.

Num estádio posterior de desenvolvimento, como a divisão do trabalho se torna uma realidade, o trabalho de um indivíduo apenas pode satisfazer uma parte mínima das suas necessidades. A outra parte é obtida pagando os produtos e os serviços de outrem com o produto do seu próprio trabalho. Para não se ver obrigado a esperar pela finalização e venda

[126] A. Smith, *Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations,* Tome I, Flammarion, 1991, (1776), p.336

do produto do seu trabalho, **ele precisa de ter, algures, um fundo de bens de diferentes géneros acumulado previamente, fundo esse que lhe permita a subsistência e lhe forneça os materiais e os utensílios** necessários à sua obra.

Assim, **a acumulação de um capital é um requisito indispensável à divisão do trabalho.** É através da acumulação progressiva dos capitais que o trabalho recebe subdivisões posteriores, que a quantidade de materiais aumenta, que o número de operários aumenta e que a tarefa destes se torna cada vez mais simples.

O número de operários em cada ramo da indústria aumenta quando aumenta a divisão do trabalho: é o aumento deste número que permite a especialização. Quem emprega o seu capital para trabalhar procura produzir o máximo de obras, o que implica a aquisição das melhores máquinas e a distribuição mais inteligente dos operários. A quantidade de indústria aumenta num país em função do crescimento do capital que a põe em marcha. Após esse crescimento, a mesma quantidade de indústria produz uma quantidade de obras muito maior.

Adam Smith vai analisar **a natureza do capital, os efeitos da sua acumulação e as consequências dos seus diversos empregos.** O segundo livro subdivide-se em cinco capítulos:

- o primeiro capítulo trata dos diversos ramos em que se divide o capital acumulado de um indivíduo ou de uma grande sociedade;
- o segundo capítulo trata da natureza e do funcionamento do dinheiro;
- o terceiro capítulo analisa a forma como funciona um capital empregue pelo seu detentor;
- o quarto capítulo analisa a forma como funciona um capital empregue por um terceiro;
- o quinto capítulo trata dos efeitos dos diferentes empregos do capital sobre o volume de actividade de uma nação e sobre o volume da produção anual da sua terra e do seu trabalho.

Capítulo I. Dos diversos ramos em que se divide o capital

Um homem que não tenha com que subsistir no futuro, raramente pensará em obter daí qualquer rendimento. Ele consome com uma certa prudência. Nesse caso, todo o seu rendimento provém do seu trabalho. É o que acontece com quase todos os operários pobres de cada país.

Já aquele que possui um fundo acumulado que lhe permite viver meses ou anos, procura evidentemente obter rendimento disso. Um tal fundo pode dividir-se em duas partes:

- aquela de que o homem espera obter rendimento: o capital;
- aquela que serve para o seu consumo directo e que se subdivide em:
  - uma parcela originalmente destinada ao seu consumo;
  - uma parcela de rendimento que pode vir de diferentes fontes;
  - bens adquiridos em anos prévios com uma das parcelas anteriores e que ainda não foram inteiramente consumidos (vestuário, utensílios para a casa, etc.)

Adam Smith prossegue afirmando que existem duas formas de empregar um capital de modo a obter rendimento ou lucro:

• empregando-o para aumentar os bens, para os fabricar, para os comprar e para os revender. Neste caso, o capital sai das mãos do seu proprietário sob uma forma para reentrar sob outra. São os chamados **"capitais circulantes"**;
• empregando-o para melhorar as terras, comprar máquinas ou instrumentos. Estas coisas, uma vez adquiridas, não precisam de circular. São os chamados **"capitais fixos".**

Em função da profissão escolhida, as parcelas respectivas do capital circulante e do capital fixo de uma pessoa podem variar bastante. Assim, um comerciante possui um capital que é inteiramente circulante, pois não necessita de máquinas nem de indústria (a menos que consideremos a sua loja ou armazém como tal). Já um mestre-artesão tem sempre uma parcela do seu capital que é fixa (composta pelos seus instrumentos de trabalho). **Outros tipos de trabalho exigem um capital fixo muito superior.** Uma grande siderurgia, por exemplo, precisa de uma fornalha, de uma forja, de laminadoras, etc. Os instrumentos agrícolas de um rendeiro e os animais que ele emprega nos seus trabalhos são um capital fixo. Mas o preço e o custo de manutenção do gado que é comprado e engordado para revenda, bem como a manutenção do rebanho de onde retira lã e borregos para vender, fazem parte do seu capital circulante. Já o valor das sementes é um capital fixo, pois, embora circulem do campo para o celeiro e do celeiro para o campo, elas nunca mudam de dono.

Como um todo, os fundos acumulados de um país subdividem-se de forma idêntica aos fundos de um particular. As parcelas são três:

• a **parcela reservada ao consumo imediato:** tem como característica não proporcionar rendimento ou lucro e consiste nos alimentos, no vestuário, no mobiliário, etc., que foram adquiridos por quem os irá consumir. Inclui também todas as casas de habitação. De facto, uma casa, mesmo alugada a um terceiro, não acrescenta o que quer que seja ao rendimento de uma nação. Ela não produz qualquer riqueza por si, pois o inquilino terá sempre de pagar a renda com o rendimento do seu trabalho, de um capital ou de uma terra. Podemos também alugar móveis, quando eles fazem parte de um imóvel alugado, ou roupas para bailes de máscaras, mas, em última análise, o dinheiro que paga o aluguer vem sempre de uma outra fonte de rendimento.
• o **capital fixo** constitui a segunda parcela. Ele proporciona um rendimento ou lucro sem mudar de dono e é composto por quatro partes:
- **máquinas e instrumentos úteis;**
- todos os **edifícios destinados a uma actividade profissional** (lojas, armazéns, oficinas, estábulos, etc.), pois proporcionam um aluguer ao proprietário e dinheiro a quem os ocupa (dado que a pessoa paga o aluguer por neles exercer actividades que lhe dão rendimento);
- as **beneficiações de terras:** tudo o que as coloca num estado mais adequado à cultura e ao cultivo. Uma quinta melhorada pode proporcionar um rendimento muito superior e é a forma mais lucrativa de o rendeiro aplicar o seu capital. Estas beneficiações são comparáveis às máquinas úteis que facilitam e encurtam o trabalho,

com a vantagem de serem mais duradouras que essas máquinas;
- os talentos úteis adquiridos pelos habitantes ou membros de uma sociedade. Estes talentos, cuja aquisição implica uma despesa, compõem parte da riqueza de uma sociedade:

• o **capital circulante** é a terceira e última parcela. Ele apenas proporciona lucro ao circular e mudar de mãos e é composto por quatro partes:
- o dinheiro através do qual as outras três partes circulam e se distribuem;
- o conjunto das provisões;
- o conjunto das matérias-primas destinadas ao vestuário, ao mobiliário e aos edifícios;
- as obras feitas e acabadas mas que ainda estão nas mãos de comerciantes ou de fabricantes.

As três últimas parcelas são regularmente retiradas do capital circulante para se tornarem bens de consumo imediato ou capital fixo.

> **"Todo o capital fixo deriva originalmente de um capital circulante e tem de ser continuamente mantido por uma parte desse capital circulante** (…) Um capital fixo só é capaz de dar rendimento por intermédio de um capital circulante"[127].

As máquinas e instrumentos da indústria são retirados de um capital circulante que fornece os materiais que os compõem e a subsistência dos trabalhadores que os fabricam. Por outro lado, as máquinas e os instrumentos nada produzem sem um capital circulante que lhes forneça a matéria-prima e a subsistência dos trabalhadores que os utilizam. Os capitais, tanto fixos como circulantes, têm por única finalidade manter e aumentar os bens destinados ao consumo. **Este capital circulante que alimenta as duas outras parcelas é, ele próprio, alimentado por três fontes principais: a produção da terra, a das minas e a dos pesqueiros.** As minas fornecem nomeadamente a prata que, mesmo que seja usada apenas como moeda, acaba por se desgastar e ficou inutilizada. Terras, minas e pesqueiros têm necessidade, para ser explorados, de capitais fixos e circulantes. As suas produções repõem esses mesmos capitais e também todos os outros capitais da sociedade. O agricultor repõe alimentos e materiais de que o industrial precisa, mas este repõe o objecto manufacturado que o agricultor usou. Há trocas entre estas duas classes de produtores. A fertilidade das terras, das minas e dos pesqueiros depende da quantidade de capitais empregues na sua cultura e exploração.

Em todos os países que asseguram a protecção das pessoas e das propriedades, os homens empregam o seu capital acumulado ou para seu consumo imediato ou para obter um lucro futuro, seja guardando-o (capital fixo) **ou desfazendo-se dele** (capital circulante). Nesses países, **um homem não empregar esse capital de uma destas formas seria uma loucura.** Porém, há lugares em que os homens estão muitas vezes à mercê da violência dos seus mestres e têm o hábito de esconder ou enterrar grande parte dos seus fundos acumulados a fim de os terem sempre à mão em caso de fuga. Esta prática, recorrente na Turquia e na Ásia, foi também muito comum entre os nossos antepassados europeus, a ponto de uma parte importante do rendimento dos maiores soberanos da Europa resultar de tesouros encontrados.

---

[127] *Idem,* pp.362-363

Capítulo II. Do dinheiro como um ramo específico do capital geral da sociedade, ou da despesa necessária para manter o capital nacional

Vimos no primeiro livro que o preço da maior parte das mercadorias resulta da combinação de três partes que contribuíram para a sua produção e comercialização:

- os salários do trabalho;
- os lucros do capital;
- as rendas da terra.

Todavia, há determinadas mercadorias cujo preço é apenas composto por duas dessas partes (salários e lucros) e outras, mais raras, em que o preço é composto inteiramente por uma parte (os salários).

O que se aplica a cada bem tomado separadamente também se aplica ao conjunto dos bens que compõem a totalidade do produto da terra e do trabalho de um país. A soma total do preço ou do valor de troca desse produto anual nacional resulta igualmente destas três parcelas. **O valor total desse produto reparte-se entre os diferentes habitantes e constitui um rendimento.** Na realidade, este último é comparável ao de uma propriedade particular e divide-se em duas partes:

• o **"rendimento bruto"**: que, numa propriedade particular, corresponde geralmente a **tudo o que é pago pelo rendeiro;**
• o **"rendimento líquido": aquilo que**, numa propriedade particular, **resta ao proprietário** depois de deduzidas as despesas de administração, reparação e manutenção necessárias. Isto corresponde a **tudo o que ele pode, sem prejuízo da sua fortuna, destinar ao seu consumo imediato** (alimentação, roupa, móveis, prazeres e divertimento). A sua riqueza real não é proporcional ao seu rendimento bruto, mas ao seu rendimento líquido.

A nível nacional:

• o **"rendimento bruto"** de todos os habitantes de um grande país: a **massa total do produto anual da sua terra e do seu trabalho;**
• o **"rendimento líquido"** de todos os habitantes de uma nação: **tudo o que lhes resta** depois de deduzido o que é preciso para manter, em primeiro lugar, o capital fixo e, em segundo lugar, o capital circulante. Isto corresponde **àquilo que podem colocar nos seus fundos de consumo.** Também aqui a sua riqueza real depende do rendimento líquido, não do rendimento bruto.

Em primeiro lugar, retiramos do rendimento bruto tudo o que é necessário para manter o capital fixo. Isto inclui os materiais necessários à manutenção das máquinas úteis, dos instrumentos da indústria e dos edifícios lucrativos, mas também o produto do trabalho necessário para dar uma forma conveniente a esses materiais. Porém, o preço do trabalho pode ser contabilizado no rendimento líquido, pois os trabalhadores empregues nessas tarefas podem colocar todo o valor do seu salário no seu fundo de consumo. Normalmente,

nos outros tipos de trabalho, preço e produto cabem um e outro nesse fundo de consumo (o preço vai para os trabalhadores e o produto vai para aqueles cuja subsistência, conforto e divertimentos são aumentados pelo trabalho dos operários).

A finalidade do capital fixo é aumentar o poder produtivo do trabalho, ou permitir que um mesmo número de trabalhadores realize uma quantidade muito maior de artigos. Tanto nas quintas como nas fábricas, o que se gasta sabiamente em capital fixo é sempre reembolsado com um grande lucro. Este investimento acrescenta ao produto anual um valor bastante superior ao exigido para a manutenção dessas melhorias.

A despesa de manutenção do capital fixo de um grande país é comparável às reparações de uma propriedade particular. Estas são, muitas vezes, necessárias para manter a produção da propriedade e assegurar a perenidade do rendimento bruto e do rendimento líquido do proprietário.

Em segundo lugar, retiramos do rendimento bruto uma parte – e uma parte apenas – da despesa de manutenção do capital circulante. Não é a totalidade da despesa de manutenção desse capital circulante que se subtrai ao rendimento bruto da sociedade. **Porquê?** Porque, como vimos, **há quatro partes que compõem o capital** (dinheiro, alimentos, matérias-primas e produtos acabados) e **os três últimos são regularmente retirados do capital fixo para serem destinados:**

- ao capital fixo da sociedade;
- a fundos de consumo imediato.

Tudo o que é destinado ao consumo torna-se parte do rendimento líquido da sociedade. Ou seja, só é retirada ao rendimento da sociedade a parcela necessária à manutenção do capital fixo. **Deste ponto de vista, há aqui uma diferença entre o capital circulante de uma sociedade e o de um indivíduo.** Um indivíduo que possui mercadorias ainda por vender no stock da sua loja não pode contabilizá-las no seu rendimento líquido, pois este é composto unicamente pelo seu lucro. Porém, **à escala de uma nação, esses stocks fazem claramente parte do rendimento líquido.** Porquê? Porque as mercadorias que não cabem nos fundos de consumo do comerciante podem – se virmos as coisas a nível de património nacional – ser destinadas ao consumo de outras pessoas que, através de rendimentos provenientes de outras fontes, estejam em condições de repor regularmente o valor dessas mercadorias e o seu lucro ao comerciante (sem ocasionarem qualquer diminuição do seu capital ou do capital do comerciante).

O dinheiro é um instrumento monetário que se desgasta com o uso. É a única parte do capital circulante cuja manutenção pode implicar uma diminuição do rendimento líquido da sociedade. **O capital fixo e a parte do capital circulante constituída pelo dinheiro assemelham-se muito** no que respeita à sua influência sobre o rendimento da sociedade.

Por um lado, **tal como as máquinas e instrumentos da indústria** requerem uma despesa com o seu fabrico e manutenção, **o dinheiro também implica despesas com a sua trans-**

formação em instrumento de pagamento e com a sua manutenção.

Por outro lado, **tal como as máquinas e instrumentos da indústria que compõem o capital fixo não fazem parte do rendimento bruto nem do líquido, o dinheiro também não integra esse rendimento. O dinheiro é a grande roda que coloca as mercadorias em circulação.** O rendimento é unicamente composto pelas mercadorias e não pelo que as faz circular. **O dinheiro não faz parte do rendimento: só a ambiguidade da nossa linguagem faz com que esta afirmação pareça duvidosa ou paradoxal.** Assim, quando dizemos que um homem tem 50 ou 100 libras de renda anual, estamos a designar o valor das coisas que ele pode comprar ou consumir anualmente. Mesmo que, ao falarmos dessa soma, designemos as moedas metálicas que a compõem, pensamos nas coisas que podemos obter em troca delas.

Por fim, um último ponto comum entre as máquinas e instrumentos da indústria, por um lado, e o dinheiro, por outro, é o facto de, **tal como todos os gastos com o fabrico e manutenção de máquinas são uma beneficiação do rendimento líquido da sociedade, também os gastos na confecção e manutenção dessa parte do capital circulante que é o dinheiro constituem uma beneficiação social.**

A substituição da moeda de ouro e de prata pelo papel permitiu substituir um instrumento de comércio muito oneroso por um outro que custa muitíssimo menos e que se revela tão ou mais cómodo. Esta nova «roda» que assegura a circulação é mais barata e mais fácil de fabricar e de manter do que a anterior. O seu objectivo é aumentar o rendimento bruto e o rendimento líquido da sociedade. Existem vários tipos de «papel-moeda» mas as notas emitidas pelos bancos são as que melhor cumprem esta finalidade. **Como nasceram estas notas? Nasceram da credibilidade e da confiança atribuída a um banqueiro relativamente à sua capacidade de as trocar, a qualquer momento, por moedas de prata ou ouro**, seja qual for a quantidade que lhe é apresentada.

Imaginemos um banqueiro que empresta aos seus clientes 100.000 libras de notas em papel que servem os mesmos fins que o dinheiro. Os devedores pagam ao banco um juro por essas notas (juro idêntico ao que pagariam se tivessem pedido emprestada moeda metálica). O juro constitui o ganho do banco. **Esta massa monetária continua a circular durante anos, ainda que, constantemente, tais notas sejam apresentadas ao banco.** Basta, garante Adam Smith, que o banco conserve 20.000 libras de ouro e de prata para fazer face às exigências. **Isto significa que 20.000 libras de ouro e de prata preenchem todas as funções de 100.000 libras em papel-moeda.** É uma poupança de quatro quintos sobre a circulação do país. Se todos os banqueiros agissem deste modo, a circulação monetária total poderia fazer-se com um quinto da quantidade de ouro e de prata que seria necessária caso o papel-moeda não existisse.

Suponhamos agora que a massa total de moeda metálica que circula num país é de 1.000.000 de libras, soma que permite movimentar a totalidade do produto anual das terras e do trabalho. Suponhamos também que bancos e banqueiros emitem 1.000.000 de libras em notas pagáveis ao portador e guardam em caixa 200.000 libras de moeda metálica para

responder aos pedidos de conversão. **Isto significa que há 1.800.000 libras em circulação: 1.000.000 em notas e 800.000 em moedas metálicas.** Ora, dissemos que não era necessário mais do que 1.000.000 de libras para fazer circular e distribuir o produto deste país pelos consumidores. **Um milhão basta, pois não é a mera criação de moeda que vai aumentar a quantidade de bens em circulação. Para onde irá o resto? Será forçado a transbordar**, responde Adam Smith. Não se vai deixar ociosa esta preciosa soma de 800.000 libras. **Ela irá então para fora do país, procurar um emprego mais lucrativo do que aquele que encontra dentro dele.** Mas não é o papel-moeda que vai transpor as fronteiras. Porquê? Porque este último não se pode afastar dos bancos que o emitiram, nem sair do país no qual se pode recorrer à lei para se receber o que é devido. **Então, o que vai sair do país? O ouro e a prata, no valor de 800.000 libras.** Isto não significa, evidentemente, que se trate de uma oferta às nações estrangeiras – **se o ouro e a prata saem é em troca de bens estrangeiros de diferentes géneros.**

Esta compra de bens estrangeiros pode efectuar-se por dois motivos:

- **para os destinar aos consumidores de outro país estrangeiro.** É aquilo a que se chama "comércio de transporte" e o lucro que daí se retira é acrescentado ao rendimento líquido do país;
- **para consumo interno.** Este consumo pode, por seu turno, tomar duas formas. **Ou são bens apenas para serem consumidos** (vinhos, sedas, etc.) por pessoas ociosas que nada produzem, favorecendo a prodigalidade sem nada acrescentar à produção e em detrimento da sociedade. **Ou são matérias-primas, provisões ou utensílios destinados a manter e a empregar mão-de-obra activa.** No segundo caso, lucram a indústria e o consumo da sociedade pois, contrariamente à primeira hipótese, estes bens constituirão um fundo adicional para os trabalhadores. Este fundo torna-se permanente, pois estas pessoas reproduzem – com lucro – o valor do seu consumo anual, aumentando assim o rendimento líquido da sociedade.

Segundo Adam Smith, **é quase certo que os metais preciosos "corridos" do território são utilizados, na sua maior parte, para comprar bens do segundo tipo.** O número de particulares que aumenta consideravelmente as suas despesas e cujos rendimentos permanecem inalterados deve ser relativamente restrito.

Para calcular a quantidade de trabalho que um capital circulante pode empregar, só precisamos de considerar as três últimas partes desse capital: as provisões, as matérias-primas e os produtos acabados. O dinheiro só serve para fazer circular estes três. Para criar trabalho, são precisas três coisas: matérias-primas para trabalhar, ferramentas com as quais fazer trabalho e salários para quem trabalha. O dinheiro não é nem uma matéria-prima nem uma ferramenta. Evidentemente, é com dinheiro que se costuma pagar salários, mas o rendimento real do trabalhador, o que ele ganha, não é o dinheiro mas aquilo que vale esse dinheiro: aquilo que se pode comprar com ele.

Através da substituição da moeda de ouro e de prata pelo papel, a quantidade de matérias-primas, ferramentas e provisões que a totalidade do capital circulante pode suprir pode

ser aumentada pelo valor total do ouro e da prata antes utilizados na sua aquisição. **Assim, é o próprio valor da antiga «roda» que se adiciona ao das mercadorias.** Esta operação é comparável à descoberta de um **processo técnico revolucionário** que permite ao empresário de uma grande fábrica substituir as suas máquinas por outras menos dispendiosas e injectar a diferença num fundo através do qual adquire matérias-primas e paga salários aos trabalhadores.

É impossível determinar a proporção da quantidade de dinheiro em circulação face ao valor total do produto anual que ela faz circular. Segundo estimativas, trata-se de 20%, 10%, 5% ou 3% desse valor. Seja como for, representa um acréscimo considerável à quantidade dessa indústria e ao valor do produto anual da terra e do trabalho.

Nas últimas três décadas, novas sociedades bancárias foram criadas em todas as cidades escocesas. Todos os negócios do país passaram a ser feitos com papel que serve para pagamentos de todo o tipo. No geral, **a Escócia retirou grandes vantagens** e progressos evidentes para a sua agricultura, as suas manufacturas e o seu comércio.

É através do desconto de "letras de câmbio", isto é, da antecipação do montante que lhes corresponde relativamente à data em que o seu pagamento seria devido, que a maior parte dos bancos e banqueiros emite as suas notas promissórias. Na maturidade da letra de câmbio, o banco recebe do devedor a soma avançada acrescida do lucro líquido de juros. O banqueiro pode emitir mais notas do que a moeda metálica que possui em cofre. Como tal, pode descontar em letras de câmbio o equivalente ao papel-moeda que ele sabe, por experiência, estar em circulação. Torna-se-lhe, desse modo, possível obter um ganho líquido constituído pelo juro sobre uma soma muito superior.

Os bancos escoceses criaram um outro método de emissão de notas, ao concederem "descobertos em conta"[128], ou seja, dando crédito (2.000 ou 3.000 libras, por exemplo) a qualquer particular que apresentasse dois fiadores solventes e possuidores de bens financeiros que o **avalizassem** (no montante da soma e do seu juro legal). Em si, este mecanismo existe um pouco por todo o lado, mas as facilidades de reembolso concedidas pelos bancos só existem na Escócia e explicam as vantagens que daí retirou o país.

De que tipo são estas vantagens? Para responder à questão, é preciso analisar mais de perto o funcionamento do mecanismo. Quem pede, reembolsa gradualmente a soma solicitada ao banco. Em cada prestação, o banco deduz uma parte proporcional do juro da soma em dívida, até ao reembolso total da mesma. É uma **espécie de crédito contínuo que é reembolsado em permanência.** O comerciante coloca nesta "conta-corrente" as notas com que paga as mercadorias aos fabricantes. Estes pagam com notas aos rendeiros que lhes fornecem matérias-primas e provisões. Por seu turno, os rendeiros utilizarão estas notas para pagar as rendas aos proprietários. Os proprietários vão servir-se das ditas notas para comprar, junto dos comerciantes, bens essenciais e de luxo. O fim do ciclo (e o início de um novo ciclo) acontece quando os comerciantes regressam ao banco para depositar as notas, de modo a reembolsar aquilo que pediram emprestado.

---

[128] *Idem,* p.381

Desta maneira, **um comerciante escocês pode alargar o seu comércio muito mais do que um comerciante londrino.** Porquê? Porque o **comerciante londrino** não beneficia do mesmo mecanismo bancário, que é exclusivo da Escócia. Ele **terá de manter uma soma considerável na sua posse para fazer face aos pagamentos** das mercadorias compradas a crédito (seja nos seus cofres ou nos de um banqueiro que não lhe paga juros). Imaginemos que esta soma vale 500 libras. O valor das mercadorias que terá em armazém será sempre inferior em 500 libras ao do seu colega escocês em condições similares. As suas vendas serão inferiores em 500 libras e os seus lucros anuais serão reduzidos no valor que a venda dessas 500 libras de mercadorias complementares lhe traria. **Pelo contrário, o comerciante escocês não deixa qualquer dinheiro inactivo para fazer face às exigências ocasionais.** Ele satisfá-las com a sua conta no banco e substitui sucessivamente a soma que pediu emprestada com o dinheiro ou o papel que lhe chega graças às vendas. Evidentemente, o comerciante inglês pode descontar as suas letras de câmbio junto do banco para obter liquidez, mas o comerciante escocês também o pode fazer, e tem a vantagem adicional dos descobertos em conta.

O total de papel-moeda de toda a espécie num país nunca pode exceder o valor das moedas de ouro e de prata que esse papel veio substituir ou que circularia se não houvesse papel-moeda. Se o papel exceder esta quantia, não pode transbordar para o exterior pelas razões já descritas. **Apenas poderá regressar aos bancos para ser trocado por ouro ou prata.** Porquê? Porque um excesso de papel face ao que é necessário para tratar de assuntos económicos nacionais é forçosamente inútil. Levaria a levantamentos maciços correspondentes ao valor total desse papel e, caso os bancos demonstrassem dificuldade ou atrasos no pagamento, o alarme suscitado aumentaria a corrida aos bancos.

A banca não tem interesse em emitir papel-moeda em excesso, pois tem de aumentar – proporcionalmente à sua emissão – a quantidade de dinheiro disponível nos cofres para fazer face a eventuais procuras e tem de alimentar constantemente esses cofres que se esvaziam devido à procura. Por outro lado, a emissão de moeda que exceda as necessidades do mercado nacional acaba por encaminhar a moeda metálica para o estrangeiro, complicando ainda mais a tarefa do banco que precisa de alimentar os cofres que se esvaziam.

Infelizmente, nem todos os bancos compreenderam ou atenderam devidamente ao seu próprio interesse. Tal conduziu a um **excesso de circulação** de papel-moeda. Foi por ter emitido uma quantidade excessiva de papel, que lhe era continuamente devolvido e trocado por dinheiro, que o Banco de Inglaterra se viu obrigado a cunhar imensas quantidades de moeda. **Para assegurar essa cunhagem em massa, foi obrigado a comprar ouro a um preço superior ao valor do ouro que colocava em circulação. Esta moeda desvalorizava-se todos os anos**, pois o papel colocado em circulação excedia o que o mercado interno podia conter, e a moeda metálica era expedida para o exterior em espécie, ou fundida e exportada em lingotes, ou fundida e revendida ao Banco de Inglaterra por um preço elevado.

Assim, toda **a escassez que este excesso de papel ocasionou na quantidade de moedas de ouro e de prata face às necessidades do reino tinha de ser suprida pelo Banco de Inglaterra.** Também aos bancos escoceses a imprudência saiu cara. Devido à emissão excessiva de papel, viram-se obrigados a manter em Londres agentes encarregues de procurar

prata cujo preço, já de si elevado, era ainda mais inflacionado pelos custos de transporte. Como esses agentes não encontravam prata suficiente para alimentar os bancos escoceses à velocidade a que estes eram esvaziados, **os bancos eram obrigados a sacar letras de câmbio sobre os seus correspondentes em Londres no valor da soma de que necessitavam.** Mas quando esses correspondentes londrinos exigiam aos bancos, na maturidade, o pagamento da soma, acrescida de comissões e juros, os bancos, com falta de moedas, emitiam novas letras de câmbio sobre os mesmos ou sobre outros correspondentes londrinos. Antes de serem pagas, estas letras de câmbio ruinosas faziam, por vezes, duas ou três viagens. O excesso de papel-moeda explica que o Banco de Inglaterra tenha pago cara a sua imprudência e, também, a imprudência de quase todos os bancos escoceses.

Porque faltou prudência e discernimento a esses bancos? Adam Smith explica que **a causa desta emissão excessiva de papel-moeda foi a presunção de alguns empresários escoceses e ingleses.** Aquilo que um banco pode avançar a um empresário não é todo o capital, nem mesmo uma parte considerável do capital de que este vai precisar para realizar o seu projecto, mas unicamente o capital que ele seria, de outro modo, obrigado a manter inactivo nos seus cofres para fazer face a necessidades inesperadas.

Assim, um banco pode descontar uma letra de câmbio real a um empresário (sacada por um verdadeiro credor sobre um verdadeiro devedor que pagará realmente a sua dívida na maturidade). O banco avança a soma ao empresário (cobrando um juro) e recupera-a junto do devedor aquando do vencimento do prazo.

Não é preciso que o empresário disponha de uma letra de câmbio real para descontar – os bancos escoceses avançam-lhe o dinheiro num descoberto em conta que este repõe ao mesmo ritmo que retira. Isto dispensa o empresário de ter uma quantia de dinheiro inactiva para fazer face a imprevistos. **O melhor critério** bancário para conceder empréstimos **é analisar as reposições que recebe face aos empréstimos que concedeu.** É preciso que, num intervalo que Smith estima entre quatro e oito meses, o montante das reposições seja igual ao montante dos adiantamentos.

Os **bancos escoceses tiveram, durante muito tempo, a política de exigir a todos os seus clientes reposições frequentes e regulares**, qualquer que fosse o crédito ou a fortuna destes. Isto apresentava duas vantagens muito importantes.

Em primeiro lugar, **esta prática permitia que o banco tivesse uma ideia bastante clara da boa ou má situação dos seus devedores**. De facto, geralmente, a regularidade com que um homem paga as suas dívidas é um indicador bastante seguro da prosperidade dos seus negócios. Quando se empresta dinheiro a uma dúzia de pessoas pode-se, de forma directa ou através de intermediários, observar e inquirir, constante e cuidadosamente, a situação desses devedores. Mas quando se empresta a 500 pessoas ou mais, como é frequentemente o caso dos bancos, tal controlo é impossível. Ao exigir reposições frequentes, o banco utiliza uma ferramenta muito eficaz. Assim, se pretender informar-se sobre um devedor, basta-lhe consultar os seus próprios registos.

Em segundo lugar, **através desta prática, os bancos protegem-se contra a possibilidade de emitir mais papel-moeda do que aquele que a circulação no país pode absorver.**

Podemos comparar os cofres de um banco a um lago sempre cheio do qual sai continuamente uma corrente de água mas no qual entra, também continuamente, uma outra corrente, com um débito exactamente igual à primeira. Todavia, **quando o volume de água que sai do lago é superior àquele que o alimenta,** isto significa que os adiantamentos concedidos pelos bancos estão a aumentar, a nível nacional, a quantidade de notas em circulação de uma maneira tal que essa quantidade excede (para um volume de actividade igual) a quantidade de moedas metálicas que teriam circulado naturalmente se nunca tivesse havido papel-moeda. Nesse caso, o **papel-moeda regressa imediatamente aos bancos** para ser trocado por ouro e por prata. Infelizmente, os bancos escoceses não compreenderam tão bem a segunda vantagem quanto compreenderam a primeira.

Concretamente, o banco não pode, como já dissemos, conceder ao empresário mais do que o montante de capital necessário para fazer face a despesas imprevistas. Isto quer dizer também que o **banco não pode,** sem ir contra os seus próprios interesses, **adiantar a este uma parte substancial do seu capital fixo,** ou seja, o dinheiro empregue para construir, por exemplo, uma forja, uma fornalha, um atelier, casas para os trabalhadores, etc. Porquê? Porque as entradas de um capital fixo são quase sempre mais lentas do que as de um capital circulante. Como tal, os bancos violariam a regra de uma reposição frequente e regular. **Como financiar então este capital fixo? O empresário pode recorrer a empréstimos** mas de forma a que o seu próprio capital forneça uma garantia suficiente aos seus credores. Todo o dinheiro que se pede emprestado sem perspectivas de ser recuperado ao fim de poucos anos não deveria, segundo Adam Smith, ser emprestado por um banco mas antes ser disponibilizado, mediante a constituição de uma hipoteca, por pessoas privadas desejosas de emprestar, durante vários anos, o seu dinheiro a pessoas de bom crédito.

O papel-moeda é emitido há 25 anos pelos bancos escoceses e a sua quantidade excedeu o valor que a circulação no país podia absorver, constata Adam Smith. Ao longo do tempo, os empresários, habituados a ver os bancos fornecerem-lhes quantias muito elevadas (superiores por vezes àquilo que poderiam permitir-se emprestar), **perderam toda a prudência** e imaginaram que poderiam pedir emprestadas tantas notas quantas precisassem sem que a despesa fosse superior à de umas resmas de papel. **Queixaram-se da pusilanimidade dos bancos** e tentaram inclusivamente fazer passar a ideia de que a banca tinha a obrigação de lhes fornecer todo o capital de que precisavam para os seus negócios.

Quando os bancos recusaram, alguns especuladores recorreram a um expediente utilizado por alguns negociantes à beira da falência. A prática consistia em **"reformar os saques"**, isto é, em sacar sucessivamente as letras de câmbio. Conhecido em Inglaterra, este expediente desenvolveu-se na Escócia e alcançou proporções desmesuradas face à dimensão do país e ao seu reduzido capital.

Para esclarecer pessoas sem prática no mundo dos negócios, Adam Smith explica como funciona este **mecanismo**. Ele lembra, antes de mais, que uma letra de câmbio exige a in-

tervenção de várias figuras: o sacador, o aceitante e o portador. O **sacador** é um credor que dá ordem ao **aceitante** (o devedor) para enviar, numa data que figura na letra de câmbio, o dinheiro que este lhe deve a uma terceira pessoa, que se chama portador e que é quem tem em sua posse a letra de câmbio. A maturidade é de curto prazo, geralmente dois a três meses, e, quando ela é atingida, o aceitante é obrigado a pagar a dívida imediatamente. Caso não o faça, entra em falência. **O documento pode servir várias vezes como meio de pagamento no intervalo que medeia entre a sua redacção e a data prevista de liquidação da dívida.** Como tal, o portador pode mudar. Se um portador se serve desse documento (uma promessa de pagamento) para pagar algo, ele remete-o à pessoa a quem paga e esta passa a ser a portadora. O portador anterior torna-se, quando se serve da letra de câmbio, garante da liquidação da dívida, ou seja, torna-se **"endossador"** e o seu nome figura «no verso» da letra. Caso a dívida não seja liquidada imediatamente na maturidade, ele também pode ser declarado falido. Esta letra de câmbio proporciona, assim, algumas garantias, pois o aceitante, tal como todos os endossadores (os antigos portadores), é solidariamente responsável pelo pagamento da dívida junto do portador que reclame o pagamento.

Em que consiste, então, o **expediente** denunciado por Adam Smith? Num esquema em que é preciso haver **dois empresários cúmplices** – por exemplo, um empresário A, de Edimburgo, e um empresário B, de Londres –, sendo que:

- A é o sacador e B é o aceitante. A maturidade está fixada em dois meses. B é oficialmente o devedor. Na realidade, esta dívida é fictícia: B nada deve a A, mas aceita a letra de câmbio de A. Em contrapartida, A aceita que B saque sobre si uma nova letra de câmbio antes de findar o prazo de dois meses;
- assim, antes de expirar o prazo de dois meses, B saca uma letra de câmbio sobre A de uma soma equivalente (acrescida de uma comissão e de um juro) e esta tem de ser liquidada também no prazo de dois meses;
- antes de expirar o segundo prazo de dois meses, A saca uma segunda letra de câmbio (acrescida de uma comissão e de um juro) sobre B, novamente a dois meses;
- antes de expirar o terceiro prazo de dois meses, B saca uma nova letra de câmbio pagável a dois meses e acrescida do juro e da comissão de todas as letras anteriores;
- etc.

Este jogo poderia durar vários meses ou anos, sendo o juro de 5% ao ano e a comissão no mínimo de 0,5% por cada saque. A comissão repetia-se a cada dois meses, ou seja, seis vezes ao ano. O dinheiro que se poderia ganhar deste modo equivalia muitas vezes a mais de 8% da soma fictícia. Diz Adam Smith que esta prática se denominava "obter dinheiro por circulação"[129].

Como os lucros normais do capital eram, naquele país e à época, de 6 a 10%, tornava-se quase impossível que o retorno desta especulação fosse suficiente, não só para compensar as despesas deste esquema como para dar lucro aos especuladores. Ao proceder assim, estes empresários vivem na ilusão, pensando que o projecto que perseguem acabará por gerar grandes lucros.

---

[129] *Idem,* p.395

Em que consiste a fraude neste mecanismo? No seguinte: A e B descontam sistematicamente junto de um banqueiro a nova letra de câmbio. O empresário A, de Edimburgo, desconta-a junto de um banqueiro escocês e saca-a sobre B. O empresário B, de Londres, desconta-a junto do Banco de Inglaterra ou de um qualquer banqueiro londrino e saca-a sobre A. O montante aumenta a cada nova letra de câmbio. **A cada etapa, o dinheiro obtido pelo desconto permite pagar a letra de câmbio anterior. Como a primeira dívida é fictícia, a soma inicial nunca existiu** e é sempre preciso descontar uma nova letra de câmbio para pagar ao banco a anterior. O pagamento da primeira letra de câmbio nunca chegava realmente ao banco que o tinha avançado quando a descontara. Para retomar a metáfora do lago, podemos dizer que não entrava uma corrente capaz de substituir o que se tinha escoado através das letras de câmbio circulantes. **Este pagamento era, pois, totalmente ilusório.**

Isto explica porque se tornou o papel-moeda abundante no país. Um grande número de especuladores recorreu a este procedimento e a quantidade de papel em circulação excedia o valor da moeda metálica que teria realmente circulado se não tivesse havido papel-moeda.

Em suma, **estes empresários tinham,** junto do primeiro banco em que foi realizado o desconto, **muito subtilmente retirado um capital sem o acordo do banco e sem que este tivesse disso consciência.** O truque exigia que se procedesse a descontos sucessivos junto de banqueiros diferentes. De outro modo, o banqueiro enganado depressa se daria conta do esquema entre A e B, percebendo que eles negociavam com uma soma que ele lhes tinha avançado e não com um capital que já era seu. Além disso, esta fraude era feita não com dois empresários mas com um número muito maior e em simultâneo. O esquema envolvia um grande número de pessoas interessadas em obter dinheiro desta forma e em tornar credíveis as diversas letras de câmbio.

Por vezes, o banqueiro descobria o esquema, mas quando ele já ia tão avançado e era tão vasto que, ao recusar descontar as letras, a **ruína dos empresários poderia conduzir à sua própria ruína.** Isso constrangia-o a continuar a dar crédito, mas multiplicando progressivamente as dificuldades do desconto de forma a desembaraçar-se dos escroques e a incitá-los a recorrer a outros banqueiros ou a encontrar outros meios de ganhar dinheiro. Quando os bancos começaram a **sair progressivamente deste circuito,** os empresários aventureiros ficaram furiosos. Apelidaram a sua própria crise de «crise nacional» e acusaram os bancos de faltar aos seus deveres e de trair a sua missão, mesmo que, ao fazê-lo, os bancos estivessem, justamente, a tentar proteger o seu próprio crédito.

Foi assim, no meio desta "crise" e destes clamores, que surgiu, na Escócia, um novo banco, acerca do qual os fundadores afirmaram que iria salvar o país dos males que o ameaçavam. Este banco atribuía crédito e descontava letras de câmbio com uma facilidade nunca antes vista em qualquer outro banco. Descontava indistintamente todas as letras de câmbio que lhe eram apresentadas e propunha-se adiantar, contra garantias razoáveis, a totalidade do capital das empresas cujos rendimentos eram mais lentos e mais afastados no tempo (como o capital usado para beneficiar as terras).

Esta prática bancária de desconto massivo levou a uma intensa emissão de notas. Obviamente, estas foram parar à banca para ser convertidas em ouro e em prata tão depres-

sa quanto foram emitidas. Os cofres estavam, de origem, pouco abastecidos, pois apenas 80% dos fundos tinham sido entregues pelos proprietários do banco, que prometeram pagar o capital em várias prestações. **Porém, após a primeira prestação, e achando-se na obrigação de tratar os proprietários como tratava os clientes, o banco abriu-lhes um descoberto em conta e permitiu que muitos deles pedissem emprestado o pagamento das restantes prestações.** Isto só fazia entrar nos cofres o que de lá tinha saído. Para evitar que os cofres ficassem imediatamente desguarnecidos, o banco recorreu ao ruinoso expediente de sacar letras sobre Londres e, no vencimento destas, pagá-las com juros e comissão através de um novo saque sobre a mesma praça. Como os bens fundiários dos proprietários do banco, estimados em vários milhões, estavam hipotecados para servir de garantia à execução de todos os compromissos, o excelente crédito que tal lhe assegurava fez com que a instituição demorasse dois anos até sucumbir.

As operações deste banco produziram efeitos opostos aos pretendidos pelos seus fundadores, que queriam favorecer as empresas dinâmicas e, ao chamar a si toda a actividade bancária, queriam suplantar todos os outros bancos escoceses, em particular o de Edimburgo, muito criticado pelas dificuldades que colocava ao desconto de letras. Efectivamente, este banco atraiu vários especuladores, mas estes apenas conseguiram manter os seus negócios mais dois anos até se arruinarem com o banco e engrossarem ainda mais as suas dívidas. Todavia, **este desastre foi lucrativo para, pelo menos, uma categoria de actores: os outros bancos escoceses,** que se livraram de todos os empresários duvidosos, todas as pessoas com projectos quiméricos, todos os sacadores de letras circulantes e portadores de projectos extravagantes, que se precipitaram para o novo banco. Resumindo, o **banco** obteve o contrário do que pretendia: **agravou os males do país** e livrou de um grande embaraço alguns dos bancos que pretendia suplantar.

O banco em questão arruinou-se verdadeiramente ao sacar sobre Londres. Ele nada podia ganhar sobre os juros do seu papel-moeda, porque este lhe era devolvido de imediato para conversão em espécie. Para encher os seus cofres, ele procurava, através de agentes, ter credores, e pedia emprestado com base nas suas garantias. Todos estes custos apareciam no seu balanço como prejuízo. Esta forma de proceder é comparável à atitude de um homem que tem um lago do qual sai constantemente uma corrente de água e que, na tentativa de manter o lago sempre cheio, emprega gente para o encher continuamente com baldes de água retirada de um poço a várias milhas de distância.

O economista escocês **John Law** (1671-1729) considerava que a indústria definhava na Escócia devido à falta de dinheiro para aí empregar, pelo que propôs a criação de um banco que emitiria papel-moeda no valor total das terras do país. **O parlamento escocês rejeitou o seu projecto, mas ele emigrou para França, ganhou a protecção do duque de Orleães, então regente de França,** e este adoptou o seu sistema quase sem modificações. A ideia de imprimir papel-moeda quase sem limites está na base daquilo a que se chamou o «sistema do Mississípi», ou seja, "o mais espantoso projecto de actividade bancária e de agiotagem que jamais apareceu no mundo"[130]. Sabemos o que aconteceu em França: o país foi inundado por papel-moeda e o sistema de Law ruiu ao mesmo tempo que o Banque Générale, fundado dois anos antes.

---

[130] *Idem,* p.403

Ao tempo de Adam Smith, o maior banco europeu de circulação era o Banco de Inglaterra, fundado no seguimento de um acto do Parlamento, em 1694. Durante anos, o banco adiantou, a uma taxa de juro elevada, grandes quantias de dinheiro ao governo. Em 1722, atribuiu, pela primeira vez, um adiantamento ao Estado (9.375.027 libras) que excedia o seu próprio capital (8.959.995 libras), o que fez com que começasse a ter uma parte de "capital sem dividendos"[131] para além daquela que estava representada por acções. Desde então, não mais deixou de ter um capital sem dividendos.

O Banco de Inglaterra é tão sólido quanto o governo. Isto significa que seria preciso que tudo o que ele adiantou ao Estado se perdesse para que os seus credores pudessem sofrer qualquer prejuízo. **É, ao mesmo tempo, um estabelecimento bancário normal e a grande máquina do governo.** Recebe e paga as anuidades devidas aos credores do Estado, coloca em circulação títulos do Tesouro e adianta ao governo o montante anual da taxa fundiária e da taxa sobre o malte que, muitas vezes, só é liquidada anos depois. Ele apoia o crédito das principais casas (de Inglaterra, mas também de Hamburgo e da Holanda).

As mais sábias operações bancárias podem aumentar a indústria do país. Elas não "criam" capital mas podem tornar activa e produtiva uma maior parte dele ao converterem "capitais mortos", aqueles fundos adormecidos que um comerciante conserva para imprevistos, **em fundos activos e produtivos** (matérias-primas, ferramentas, provisões e bens de subsistência por cuja obtenção trabalhar). O ouro e a prata permitem colocar em circulação o produto da terra e do trabalho em todo o país. A banca sábia substitui por papel-moeda o ouro e a prata que lhe chegam. Esse papel-moeda, firmemente garantido pela moeda metálica, permite realizar beneficiações preciosas que aumentam, de forma verdadeiramente considerável, o produto anual das terras e do trabalho.

Contudo, a abundância de papel-moeda fragiliza um Estado. Suponhamos que, após o país perder uma guerra, o inimigo se tornava dono da capital e se apoderava do tesouro que sustenta o crédito do papel-moeda em todo o reino. Isso mergulharia o reino em graves desacatos, que seriam bem maiores do que os que aconteceriam num país conquistado em que a maior parte da circulação se fizesse com base em ouro e prata. Perdido o valor do habitual instrumento de troca, o comércio teria de recorrer à troca directa ou ao crédito. O novo Estado ficaria consideravelmente enfraquecido, pois os impostos são geralmente pagos em papel-moeda. Por isso, Smith considera que evitar a multiplicação excessiva de papel-moeda é uma atitude responsável.

A circulação num país divide-se em dois ramos que se processam em simultâneo:

- **a circulação que ocorre apenas entre comerciantes –** que é efectuada por grosso e exige o pagamento de quantias avultadas em cada transacção;
- **a circulação que ocorre entre comerciantes e consumidores –** que é efectuada a retalho e exige, normalmente, quantias muito reduzidas.

---

[131] *Idem,* p.405

Nos dois casos podem ser usados o papel-moeda e a moeda metálica, que transitam assim de um ramo para o outro. No entanto, dado que as pequenas quantias circulam muito mais depressa do que as grandes, as trocas entre comerciantes e consumidores podem ocorrer sobre um volume de moeda muito menor, e as mesmas moedas, graças à circulação rápida e abundante, podem servir de instrumento a uma grande quantidade de compras.

É possível limitar a circulação do papel-moeda às trocas entre comerciantes ou alargá-la a uma grande parte das trocas entre comerciantes e consumidores. Em Londres, não existem notas de valor inferior a 10 libras, pelo que as notas, por norma, só circulam entre comerciantes. Se, excepcionalmente, um consumidor tiver uma nota desse valor, ele irá utilizá-la rapidamente para comprar, na primeira loja em que entrar, um bem de preço modesto (5 xelins, por exemplo) e essa nota voltará ao circuito de trocas entre comerciantes. Já na América do Norte há notas de 1 xelim, o que leva o papel-moeda a preencher a quase totalidade da circulação.

O inconveniente de uma circulação de notas de valor tão baixo é que encoraja muitos homens do povo a tornarem-se banqueiros. Mas **quando banqueiros tão miseráveis** – que por vezes emitem notas de 6 dinheiros – **ficam na bancarrota, isto origina grandes problemas entre muitos pobres que utilizavam essa moeda. Talvez fosse melhor, aconselha Adam Smith, nunca emitir notas com um valor inferior a 5 libras.** À escala de um reino, isso teria por efeito limitar o uso das notas aos comerciantes. Isto porque, embora em Londres, cidade de profusão e de despesas, quem só gaste 10 libras seja tido como um pouco circunspecto, fora da capital, 5 libras é uma quantia que muito raramente se gasta de uma vez.

Nos locais onde o papel-moeda se concentra quase exclusivamente na circulação entre comerciantes, há sempre abundância de ouro e prata. É o caso de Londres. Já quando o papel se estende à circulação entre comerciantes e consumidores, quase sempre expulsa o ouro e a prata do país: é o caso da Escócia e, sobretudo, da América do Norte. Quando o papel-moeda está confinado às relações entre comerciantes, os bancos continuam a ter condições para prestar praticamente os mesmos serviços à indústria e ao comércio do que numa economia em que o papel circula por todo o lado. Fazem-no, como vimos, através do desconto de letras de câmbio e do crédito por descobertos em conta.

Poderíamos objectar, prossegue Adam Smith, que impedir os particulares de usar notas como forma de pagamento de somas módicas, ou interditar ao banqueiro a emissão de tais notas quando existe nas redondezas uma procura destas, **é um atentado à liberdade natural e que a lei deve proteger essa liberdade** em vez de a violar. **É, efectivamente, um atentado a essa liberdade, reconhece Smith, mas, como o exercício dessa liberdade por alguns poderá comprometer a segurança da sociedade, é legítimo limitar esse aspecto.** É como a obrigação de construir paredes refractárias para impedir a propagação do fogo em caso de incêndio.

O papel-moeda constituído por notas emitidas por banqueiros que gozem de um crédito sólido, pagáveis à vista e sem condições, pode ser considerado equivalente à moeda de ouro e de prata (dado que se pode converter a qualquer momento em ouro e em

prata). O aumento, descrito anteriormente, da quantidade de papel-moeda diminui, logicamente, o valor do volume total dessa moeda e conduz a um aumento do preço monetário dos bens. **Pela lógica, o preço dos bens devia aumentar. No entanto, não é isso que acontece.** Adam Smith explica que, por exemplo, o preço das provisões na Escócia não aumenta há um século, apesar do aumento do volume de papel-moeda em circulação. Os cereais continuam tão baratos em Inglaterra como em França, apesar desta emissão. Como explicar este fenómeno? Da seguinte forma: **quando aumenta o volume de papel-moeda, uma quantidade equivalente de ouro e de prata é afastada da circulação. Como tal, a quantia da moeda corrente, em si, não aumenta.**

Mas **as coisas seriam diferentes se houvesse papel-moeda cujas notas não fossem pagáveis à vista** (por esse pagamento depender da boa vontade do emissor ou de condições que o detentor das notas nem sempre preenchesse ou por ter um prazo de vários anos). **Um tal papel-moeda assumiria, sem dúvida, um valor inferior ao do ouro e ao da prata.** Esta situação não é meramente teórica. Há alguns anos, os bancos escoceses introduziram nas suas notas de banco uma **cláusula de opção** que permitia que os seus directores diferissem o pagamento em seis meses após a apresentação da nota por parte do portador (com os juros legais correspondentes). Umas vezes, os directores invocavam essa cláusula e, outras, ameaçavam invocá-la para persuadir o portador a contentar-se com a troca de apenas uma parte da soma exigida. Como consequência, o valor dessas notas de banco – que compunham a maior parte da moeda corrente na Escócia – desceu abaixo do valor da moeda de ouro e de prata. **Um acto do parlamento declarou todas essas cláusulas ilegais e suprimiu todas as notas pagáveis abaixo de 20 xelins.**

Na América, o papel que circulava era constituído não por notas de banco pagáveis ao portador, mas por papel do Estado cujo pagamento apenas podia ser exigido vários anos após a emissão. O governo da colónia não pagava juros ao portador desse papel. Era uma "injustiça tão gritante como talvez nunca tenha sido tentado por governos de países com qualquer pretensão de liberdade"[132]. Mesmo com a melhor garantia dada pelo governo, 100 libras pagáveis a 15 anos – num país onde o juro era de 6% – não representavam mais do que 40 libras em dinheiro corrente.

Quando o governo da Pensilvânia procedeu, em 1722, à primeira emissão, ele pretendeu dar ao seu papel um valor igual ao do ouro e da prata. Havia penas para quem exigisse, aquando da venda de um bem, uma soma diferente consoante o pagamento em metal ou em papel. Mas nenhuma lei pode obrigar um particular que vende a sua mercadoria e que pode decidir se a vende ou não, a aceitar, em troca dessa mercadoria, um xelim no equivalente de um guinéu. **Assim, apesar das leis, verificou-se que, em algumas colónias, 100 libras eram consideradas equivalentes a 130 libras, enquanto noutras chegavam a atingir as 1.100 libras.** Estas diferenças entre colónias devia-se à diferença na quantidade de papel emitido pelas várias colónias, bem como à distância a que se situava, no tempo, o momento da respectiva conversão e à probabilidade de ela vir, efectivamente, a verificar-se.

---

[132] *Idem,* p.413

A Pensilvânia foi mais moderada do que outras colónias na emissão de papel-moeda. O valor do seu papel nunca foi inferior ao valor da moeda de ouro e de prata usada nessa colónia antes da primeira emissão de papel-moeda. Os colonos elevaram a denominação da sua moeda para impedir a exportação de ouro e de prata rumo à metrópole, fazendo com que, na circulação da colónia, a mesma quantidade de metal valesse mais do que na pátria-mãe. Em reacção, os comerciantes ingleses que vendiam as suas mercadorias nas colónias aumentaram o preço na mesma proporção, pelo que o ouro e a prata continuaram a ser exportados tal como antes.

O papel-moeda cujo valor se torne inferior ao da moeda de ouro e de prata não leva, por isso, a que o valor desses metais baixe. Ou seja, ele não faz com que quantidades idênticas desses metais sejam trocadas, após essa desvalorização do papel, por uma quantidade inferior de qualquer outra mercadoria que se pudesse obter antes da desvalorização. A proporção entre o valor desses metais e o de qualquer outra mercadoria não depende, de modo algum, da natureza ou da quantidade emitida de papel-moeda. Ela depende, na realidade, do estado de riqueza ou de pobreza das minas que abastecem de ouro e de prata o grande mercado do mundo comercial. Depende da relação entre a quantidade de trabalho necessária para extrair e encaminhar esses metais para o mercado e a necessária para trazer até ele qualquer outro tipo de bens.

Segundo Adam Smith, há **duas coisas que o Estado devia decidir em relação aos banqueiros:**

- **impedi-los de emitir notas para circulação ou notas pagáveis ao portador abaixo de determinada soma;**
- **obrigá-los a pagar imediata e incondicionalmente essas notas.**

Respeitadas estas duas condições, seria dada a maior liberdade possível ao comércio dos banqueiros.

A multiplicação recente de sociedades bancárias por todo o Reino Unido não diminuiu a segurança do público, reforçou-a. Porquê? Porque a concorrência acrescida entre bancos força-os a controlar a sua emissão de papel-moeda e limita a circulação deste. Caso tal não aconteça, eles expõem-se a um refluxo do papel. **Acresce ainda que a livre concorrência obriga os banqueiros a tratar os seus clientes de forma mais liberal e mais simples, se quiserem evitar perdê-los para outros bancos.** Em qualquer ramo de actividade ou qualquer divisão do trabalho, as vantagens para o público serão tanto maiores quanto maior for a concorrência. Por outro lado, a falência de um qualquer banco, acidente que acabará inevitavelmente por acontecer, terá consequências menos gravosas para o público.

Capítulo III. Do trabalho produtivo e do trabalho não produtivo. Da acumulação do capital

O **"trabalho produtivo"** é aquele que acrescenta valor ao objecto sobre o qual se exerce.

O **"trabalho não produtivo"** é aquele que não produz semelhante efeito.

O trabalho de um operário acrescenta à matéria-prima com que ele trabalha o valor da sua subsistência e o do lucro do seu patrão. O trabalho de um criado, pelo contrário, não acrescenta valor a nada. O operário recebe um salário mas não implica qualquer despesa para o seu patrão, porque o valor desse salário é restituído a este último, geralmente com lucro, no valor do que o operário produziu. Já a subsistência do criado nunca é recuperada. O patrão enriquece ao empregar operários. **O proprietário empobrece ao manter uma série de criados.** É evidente que o trabalho do criado tem valor e merece recompensa, mas **esse trabalho não dá forma a nada vendável que dure algum tempo depois de terminado o trabalho.** Uma coisa vendável produzida por um operário é uma "quantidade de trabalho acumulada e armazenada, para ser empregue, se necessário, noutra ocasião"[133]. **É algo que pode colocar em marcha uma quantidade de trabalho igual à que lhe deu origem**, o que não acontece com os serviços do criado, que cessam de existir no instante em que são prestados.

O trabalho de algumas das classes mais respeitáveis da sociedade inclui-se na categoria do trabalho não produtivo. É o caso do **soberano** e de todos os outros magistrados civis e militares, todo o exército, toda a marinha, os **funcionários públicos**, etc. Nas actividades não produtivas incluem-se ainda **os actores, os bobos, os cantores, os escritores, os juristas, os médicos, os eclesiásticos**, etc. Decerto que os seus serviços **são honrados, úteis e necessários, mas não produzem nada com que se possa, mais tarde, obter igual quantidade de serviços.** A protecção, a tranquilidade, a defesa da coisa pública, resultantes do trabalho de um ano, não podem servir para comprar a protecção, a tranquilidade e a defesa necessárias para o ano seguinte.

Os trabalhadores produtivos e não produtivos são todos mantidos pela produção anual da terra e do trabalho. Esta produção é limitada. Quanto maior for a parte empregue para manter pessoas não produtivas, mais pequena será a que resta para as pessoas produtivas e, como tal, mais limitada será a produção do ano seguinte.

A totalidade da produção anual das terras e do trabalho de um país divide-se em duas partes:

- **a parte que permite substituir um capital ou renovar** a porção de provisões, matérias-primas e produtos acabados retirada de um capital;
- **a parte destinada a formar um rendimento** para o dono desse capital (como lucro) ou para outra pessoa (como renda da sua terra).

---

[133] *Idem,* p.417

A primeira parte só permite manter os salários produtivos. A segunda permite manter tanto os salários produtivos como os não produtivos. Quando uma pessoa emprega um fundo como capital, é sempre na esperança de daí retirar lucro. Apenas emprega trabalhadores produtivos. Se empregar uma parte desse fundo para manter assalariados não produtivos, essa parte é retirada do seu capital para ser usada no seu consumo.

De onde vem o rendimento dos trabalhadores não produtivos? Da segunda parte dessa produção anual: **a renda da terra e os lucros dos capitais** são sempre as principais fontes em que os assalariados encontram a sua subsistência. **Todavia, pode acontecer que a parte destinada a substituir** um capital, uma vez chegada às mãos de operários produtivos, **contribua, naquilo que excede a subsistência necessária desses operários, para a manutenção de trabalhadores produtivos ou não produtivos.** Um operário com salário elevado pode manter um criado ou ir a **um espectáculo** (mantendo assim os actores). Pode também pagar um **imposto** (e contribuir para a manutenção de uma classe ilustre e útil). Evidentemente, a sua poupança poderá não ser muito grande, mas essa pequena soma multiplicada por muitos operários pode alimentar de forma não negligenciável os trabalhadores não produtivos.

A renda da terra e os lucros dos capitais permitem fazer viver tanto assalariados produtivos como assalariados não produtivos. Todavia, estes rendimentos são mais facilmente afectos à manutenção dos não produtivos. Geralmente, um grande senhor contribui para alimentar mais gente ociosa do que gente laboriosa. Estas pessoas ociosas são da mesma espécie que o grande senhor.

Num país, **a proporção entre pessoas produtivas e não produtivas corresponde, na realidade, à proporção entre a parte do produto anual destinada a repor um capital e a destinada a formar um rendimento, seja como renda ou como lucro.** Nas nações europeias mais ricas, a primeira parte é predominante. Com ela, o rendeiro rico e independente repõe o seu capital. A segunda parte paga o seu lucro e a renda do proprietário. Mas nem sempre foi assim. **Nos tempos feudais, esta primeira parte era mínima e permitia ao rendeiro repor um reduzido capital**, composto sobretudo por cabeças de gado. **Os cultivadores eram frequentemente servos ou inquilinos "voluntários"**: o "censo" que pagavam correspondia à totalidade da produção da terra, sendo esta detida na totalidade pelo proprietário ou senhor, de quem todos dependiam. Hoje, um proprietário não possui mais do que um terço desta, mas é verdade que esta renda triplicou ou quadruplicou em todas as zonas de campo que foram objecto de beneficiações notáveis.

Agora, são empregues mais capitais no comércio e nas manufacturas do que antes, quando o capital dedicado à manutenção de fábricas simples e rudes era muito pequeno. Apesar de muito reduzidos, esses capitais devem ter rendido lucros consideráveis, pois em lado algum os juros eram inferiores a 10%. Agora que a sociedade enriqueceu, o juro nunca ultrapassa os 6% e, nas regiões mais ricas, pode até ficar abaixo dos 2%. A parte dos rendimentos com origem no lucro é maior entre os habitantes de países ricos do que entre os de países pobres, o que se deve ao facto de o **capital estar muito mais concentrado, ainda que os lucros sejam proporcionalmente inferiores ao capital total.**

A parte do produto alocada à reposição do capital não só é maior nos países ricos do que nos pobres como se encontra numa proporção muito maior relativamente à parte destinada a formar um rendimento. É **esta proporção** que **determina, num país, o carácter geral dos habitantes**, ou seja, a **inclinação para a actividade ou para a ociosidade**. Somos mais trabalhadores do que os nossos antepassados, mas estes eram ociosos por não terem um fundo destinado à manutenção do trabalho tão volumoso quanto o nosso.

Nas cidades mercantis e industriais, a população é por norma laboriosa, frugal e poupada. Já nas cidades que servem de residência permanente ou temporária a uma corte e onde as pessoas vivem das despesas dos funcionários, a população é geralmente ociosa, libertina e pobre, como em Roma, Versalhes, Compiègne e Fontainebleau. Já cidades como Bordéus e Ruão atraem, pela sua indústria, um grande capital que empregam sabiamente. Existem também cidades que empregam apenas o capital necessário para manter o respectivo consumo. É o caso de Paris, Madrid e Viena. Por fim, existe uma última categoria de cidades: **Londres, Lisboa e Copenhaga são, sem dúvida, as três únicas cidades da Europa que, servindo de residência permanente a uma corte, são ao mesmo tempo centros comerciais.** O seu comércio não se destina apenas ao seu próprio consumo, mas também ao de outras cidades e países.

Assim, **a proporção existente entre a soma dos capitais e a dos rendimentos equivale à proporção entre actividade e ociosidade.** Onde há muitos capitais, há muita actividade. Onde há muitos rendimentos, é a ociosidade que prevalece. **Os capitais aumentam pela parcimónia e diminuem pela prodigalidade e a má conduta.** Poupar parte do rendimento permite aumentar o capital próprio. Este último será empregue a recrutar mais gente produtiva ou emprestado, com juros, a outra pessoa que o fará crescer. **A causa imediata do aumento do capital é a poupança e não a actividade.** É verdade que a actividade fornece a matéria para a poupança, mas não basta criar ganhos – é preciso poupá-los e acumulá-los para aumentar o capital.

A parcimónia permite aumentar o número de assalariados produtivos, o valor de troca da produção anual da terra e do trabalho do país, a quantidade de indústria e, como tal, o valor do produto anual. Aquilo que é poupado anualmente é tão regularmente consumido como o que é anualmente despendido, mas é consumido por outro tipo de pessoas. Não por criados e convidados inúteis do homem rico, mas por operários, fabricantes e artesãos que reproduzem com lucro o valor do seu consumo. O consumo é o mesmo, mas os consumidores são diferentes. **Um homem frugal assegura a manutenção de um número adicional de gente produtiva.** Podemos compará-lo ao fundador de um asilo público, pois a sua acção cria um fundo que permitirá a manutenção dessa quantidade de gente produtiva em tempos vindouros. **É evidente que nada o obriga a manter esse fundo, à excepção de um princípio muito forte: o seu interesse pessoal** (ou o da pessoa a quem, no futuro, possa pertencer parte desse fundo). De facto, será contrário ao interesse desse proprietário desviar os seus capitais para outro fim que não seja o de manter trabalhadores produtivos.

É exactamente **o que Adam Smith recrimina ao pródigo: o facto de desperdiçar o seu capital.**

> "Tal como aquele que desvia os rendimentos de uma instituição caritativa para fins profanos, ele paga os salários da ociosidade com os fundos que a frugalidade dos seus antepassados tinha, por assim dizer, consagrado à manutenção de indivíduos activos"[134].

Ele diminui tanto os fundos destinados a um trabalho produtivo quanto a soma desse trabalho e do rendimento real do país. **Felizmente, a prodigalidade de uns é, por norma, anulada pela sobriedade de outros e protege o país do empobrecimento.**

Poderíamos objectar que o pródigo que não compre no estrangeiro os bens que consome faz circular a moeda no país, sem ocasionar qualquer perda, mas Smith responde que é um erro pensar assim. **Ao dispensar os seus bens sem moderação, ele utiliza, em benefício de assalariados não produtivos, parte das provisões e das roupas que poderiam alimentar e vestir assalariados produtivos.** Todos os anos, esta atitude conduz a uma diminuição do valor que teria tido a produção anual da terra e do trabalho do país, caso tal não acontecesse. **A perda situa-se precisamente no facto de que, se essa quantia tivesse sido empregue na manutenção de trabalhadores produtivos, estes últimos teriam reproduzido, com um lucro, o valor total do seu consumo.** Em síntese, mesmo que o pródigo não faça o dinheiro sair do país, o que permanece no país é a mesma quantidade de dinheiro, enquanto no caso em que as provisões e as roupas são consumidas por pessoas produtivas o que permanece no país são dois valores:

- a quantidade de dinheiro;
- a reprodução, e o lucro, de igual valor de bens consumíveis.

Na segunda hipótese permanecem dois valores, enquanto na primeira só fica um. Na primeira hipótese (a do comportamento pródigo da população), o valor do produto anual irá diminuir. **A única utilidade do dinheiro é permitir a circulação de bens consumíveis** (provisões, matérias-primas e produtos acabados) e a quantidade de dinheiro que circula num país é necessariamente determinada pelo valor dos bens consumíveis que nele circulam anualmente. Estes bens são o produto imediato da terra e do trabalho. **A quantidade de dinheiro que excede este valor sairá automaticamente do país, apesar de todas as leis que o tentem manter.** De facto, se ele não encontrar emprego internamente, será enviado para o exterior para comprar bens consumíveis. Se o valor do produto anual diminuir (hipótese do comportamento pródigo da população), a quantidade de dinheiro diminuirá forçosamente e será preciso comprar no exterior aquilo que já não se encontra no país. A exportação de metais preciosos será aqui a consequência e não a causa do empobrecimento do país.

Pelo contrário, à medida que o produto anual de um país cresce, a quantidade de dinheiro também cresce. Porquê? Porque a quantidade de bens consumíveis em circulação é maior e é necessária uma maior quantidade de dinheiro para os fazer circular. O aumento desses metais em circulação será a consequência e não a causa do

---

[134] *Idem,* p.426

enriquecimento, pois o país terá com que pagar a importação desses metais do estrangeiro. O valor destes, o preço que se paga para os obter, representa a alimentação, o vestuário e o alojamento, ou seja, o rendimento e a subsistência de todos aqueles cujo trabalho ou capital seja empregue para os encaminhar da mina para o mercado.

Os mercantilistas contestam que o rendimento real de um país resida no produto anual das terras e do trabalho e consideram que este está na quantidade de metais que aí circulam. Mas mesmo eles têm de admitir que todo o pródigo parece ser um inimigo público, e todo o homem poupado um benfeitor público.

No domínio das actividades económicas (agricultura, minas, pescas, etc.), **Adam Smith condena as condutas imprudentes e malogradas pois**, tal como a acção dos pródigos, elas **acabam por diminuir os fundos destinados à manutenção do trabalho produtivo.** Porém, a prodigalidade e a conduta imprudente raramente diminuem o volume dos fundos produtivos da sociedade, devido à boa conduta de todos os outros actores do jogo económico. De facto, **o princípio que leva um indivíduo a poupar é o desejo de melhorar a sua condição. Este desejo**, calmo e controlado, **opõe-se à paixão de gastar sem medida** que, sendo por vezes irresistível, é geralmente passageira e acidental. A longo prazo, é o princípio da frugalidade que acaba por prevalecer na maior parte dos homens.

No mundo dos negócios, a quantidade de empreendimentos acertados e bem sucedidos é superior ao dos imprudentes e malogrados. Os que ficam na bancarrota representam uma parte muito pequena dos que se dedicaram aos negócios. Sendo a falência a maior calamidade e a maior humilhação que pode atingir um homem, a maior parte deles toma precauções para a evitar.

As grandes nações empobrecem não devido à má conduta ou prodigalidade dos seus cidadãos mas à dos seus governantes. Como é isso possível? **A quase totalidade do rendimento público é empregue na manutenção de pessoas não produtivas, ainda que** cumpram serviços úteis e necessários.

> **"Todas essas pessoas que nada produzem têm de ser mantidas pelo produto do trabalho de outrem.** Assim, **quando se multiplicam para além do necessário, podem, num ano, consumir uma parcela tão elevada do produto que a parte restante não baste para manter os trabalhadores produtivos, necessários à reprodução do ano seguinte.** A produção do ano seguinte será, como tal, inferior à desse ano e, se se mantiver o mesmo desconcerto, a do ano a seguir reduzir-se-á ainda mais. Essas pessoas não produtivas, que deviam ser mantidas apenas por uma parte do rendimento do conjunto das pessoas, podem por vezes consumir uma parte tão grande desse rendimento, e desse modo forçar tanta gente a consumir as suas poupanças e a usar fundos destinados à manutenção do trabalho produtivo, que a frugalidade e a boa conduta dos indivíduos sejam incapazes de compensar as perdas que essa dissipação violenta e forçada de capitais causa no produto anual"[135].

---

[135] *Idem,* p.430

No entanto, o espírito de poupança e a boa conduta privada bastam muitas vezes para compensar a prodigalidade e as imprudências dos particulares e para contrabalançar os gastos excessivos do governo. **É neste esforço constante, uniforme e ininterrupto de todos os indivíduos por melhorar a sua condição que reside a fonte original da riqueza pública e nacional.**

Para fazer crescer o valor do produto anual da terra e do trabalho numa nação **é preciso aumentar o número de operários produtivos e aumentar a produtividade.** Neste último caso, é necessário multiplicar e aperfeiçoar as máquinas, mas também dividir e distribuir melhor o trabalho. Nas duas hipóteses justifica-se, **quase sempre, um aumento do capital.** É a boa conduta de algumas pessoas que permite, ao longo do tempo, aumentar o capital apesar da má conduta de outras e das extravagâncias e erros do governo. Foi esse o caminho de todas as nações que gozaram de alguma paz e tranquilidade: enriqueceram. Quando se compara, à escala de uma nação, a sua situação entre o momento A e o momento B constata-se, por pouco que esses períodos estejam afastados, que as suas terras estão mais bem cultivadas, que as suas manufacturas se multiplicaram e se tornaram mais florescentes e que o seu comércio se estendeu. **Mas estes progressos ocorrem tão lentamente que não nos apercebemos deles** e, muitas vezes, somos levados a pensar que as riquezas e a indústria em geral estão em queda devido ao declínio deste ou daquele ramo de actividade ou desta ou daquela localidade.

Adam Smith cita um exemplo para ilustrar esta lei: **em Inglaterra, a produção da terra e do trabalho é muito superior à que existia há mais de um século.** Ninguém duvida desta verdade. No entanto, durante este século, não passaram cinco anos sem que fosse publicado um livro em que o autor, muitas vezes inteligente e de boa-fé, explica que a riqueza da nação está em declínio, o país despovoado, a agricultura negligenciada, a indústria em decadência e o comércio desprezado. **Na realidade, o país não parou de enriquecer.** Já era bem mais rico no período da Restauração do que um século antes, aquando da subida ao trono de Isabel I, sendo que, mesmo então, era muito mais próspero do que na época das querelas entre as casas de York e de Lencastre. E note-se que, durante o conflito entre estas duas casas, já ele estava em muito melhor situação do que na época da conquista dos normandos que, por seu lado, encontraram um país bem mais avançado do que nos tempos da invasão de Júlio César, época em que os habitantes viviam como os selvagens da América do Norte.

Todavia, em cada um desses períodos, nunca faltaram as prodigalidades particulares e gerais, as guerras inúteis e dispendiosas, as imensas **quantidades de produto anual desviadas para lucro de gente não produtiva, as epidemias, os incêndios, as destruições e as aniquilações quase totais de capitais.** Todas estas perdas e despesas, todos estes desvarios do governo, decerto retardaram o progresso natural de Inglaterra rumo à riqueza, mas não conseguiram parar a sua marcha. Isto deve-se ao esforço universal, contínuo, ininterrupto de cada indivíduo para melhorar a sua condição, protegido pela lei e acompanhado da liberdade.

> **"Malgrado todas as contribuições excessivas exigidas pelo governo, esse capital foi silenciosa e gradualmente acumulado pela frugalidade dos particulares** e pela sua conduta sensata, por esse esforço universal, contínuo e ininterrupto de cada um para melhorar a sua condição. Foi esse esforço, protegido pela lei e acompanhado da liberdade de exercer-se da forma mais proveitosa, que manteve a Inglaterra no caminho da riqueza e do progresso em quase todos os tempos passados, e esperamos bem que o continue a conseguir em todos os tempos vindouros"[136].

Smith critica as leis sumptuárias[137] e as proibições à importação de bens estrangeiros de luxo que atingem os particulares. Tais leis e proibições são presunçosas e impertinentes: príncipes e ministros não têm o direito de fiscalizar a economia dos particulares e limitar as suas despesas. Fariam melhor figura se vigiassem os seus próprios gastos. Se as suas extravagâncias não arruinarem o Estado, não serão as dos seus súbditos a fazê-lo.

No que respeita à despesa dos particulares, é verdade que a prodigalidade diminui a massa geral de capitais e que o gasto da totalidade do rendimento não aumenta nem diminui os capitais. Mas **há duas formas de gastar:**

- gastar o rendimento em **coisas de consumo imediato;**
- gastar o rendimento em **coisas duradouras que se podem acumular.**

A segunda forma de agir parece contribuir para o crescimento da riqueza geral. Porquê?

Imaginemos um **homem rico que tem uma mesa abundante e sumptuosa à qual junta todas as noites muitos convidados, que mantém um grande número de criados**, que possui imensos cães, cavalos, etc. Imaginemos em seguida **um homem que se contente em ter uma mesa frugal e poucos criados** mas que aplica o seu rendimento no **embelezamento das suas casas na cidade e no campo**, na compra de móveis, em decorações, em livros, em estátuas, em quadros e outras coisas mais frívolas como roupas sumptuosas, jóias, bugigangas e quinquilharia de vária ordem.

O primeiro homem, no fim da sua vida, não será nem mais nem menos rico do que antes. O segundo terá, pelo contrário, aumentado a sua magnificência. Ele possuirá um fundo de riqueza de vários tipos que, embora não valha o preço que ele pagou pelos diversos bens, continuará a valer bastante. Por outro lado, as despesas de luxo de indivíduos deste género acabam, a longo prazo, por lucrar ao país como um todo. Quando eles se fartam das casas, dos móveis e das roupas, estes bens acabam por servir às classes médias ou inferiores do povo e melhoram a condição destas.

---

[136] A. Smith, *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations,* Tome II, Flammarion, 1991, (1776), p.433-434

[137] Leis destinadas a regular os hábitos de consumo, procurando restringir o luxo e a extravagância na aquisição de vestuário, bens alimentares, mobiliário, etc.

> "O que em tempos foi o solar da família Seymour é actualmente uma estalagem na estrada de Bath. O leito nupcial de Jaime I, rei de Inglaterra, que a rainha trouxe consigo da Dinamarca como presente digno de um soberano para outro soberano, serve de ornamento, há alguns anos, numa estalagem de Dumferline"[138].

Os gastos em bens duráveis não precisam de ser indefinidamente prolongados. Ao contrário da pessoa que gasta muito com uma mesa abundante, aquele que embeleza o que possui com móveis e outras fantasias, pode rapidamente parar com esses gastos sem que os vizinhos se apercebam. Mesmo que quem o rodeia se aperceba, não deduzirá daí que a pessoa ultrapassou os limites da sua fortuna, mas antes que satisfez plenamente as suas fantasias.

Estas despesas em bens duráveis são favoráveis não só à acumulação das riquezas como a toda a economia. Tais despesas fazem geralmente viver um número muito maior de pessoas do que os festins para os quais é convidada muita gente. Duzentas ou trezentas libras de provisões são por vezes servidas numa festa sumptuosa, e metade acaba por ser jogada fora. Se, com a mesma soma, se fizesse trabalhar pedreiros, carpinteiros, estofadores e artistas, o mesmo valor de provisões seria distribuído a um número bem maior de pessoas que comprariam essa comida libra a libra sem desperdiçar uma onça. **No primeiro caso, estas despesas alimentam gente inútil. No segundo, mantêm pessoas produtivas.** No primeiro caso, o valor de troca do produto natural das terras e do trabalho permanece igual, enquanto no segundo caso aumenta.

O que é paradoxal é que o senhor que alimenta muitos convivas faz prova da sua generosidade, pois partilha a maior parte do seu rendimento com os amigos e as pessoas da sua sociedade. Já quem compra bens duráveis gasta o seu rendimento muitas vezes apenas para si mesmo. Estes bens duráveis são frequentemente frívolos (bugigangas, móveis, quinquilharia, etc.) e revelam por vezes uma certa mesquinhez, quando não mesmo egoísmo. No entanto, é o egoísmo do segundo e não a generosidade do primeiro que se revela favorável à economia privada, que aumenta o capital da sociedade, que mantém pessoas produtivas e que faz crescer a riqueza pública.

Capítulo IV. Do capital emprestado a juros

O **dinheiro emprestado a juros é sempre, aos olhos de quem empresta, considerado capital.**

Porquê? **Porque essa pessoa espera que, num determinado prazo, as quantias lhe sejam devolvidas acompanhadas de uma renda anual paga por quem pediu emprestado.** Aquele que pediu emprestado pode considerar essa quantia como capital ou como fundo destinado a servir para o seu consumo. No primeiro caso, pode reproduzir o valor empregando pessoas produtivas. No segundo, trata-se de um pródigo que não poderá restituir o capital e o juro a não ser que aliene uma propriedade ou recorra a uma outra fonte de rendimento, como uma renda da terra.

---

[138] A. Smith, *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations,* Tome II, Flammarion, 1991, (1776), p.435

Evidentemente, quem pede dinheiro emprestado apenas para o gastar depressa ficará arruinado. Se exceptuarmos o caso muito particular dos usurários, tal prática é contrária aos interesses das duas partes e, por isso, não é frequente, dada a atenção que cada pessoa presta aos seus interesses. **Mesmo entre os que costumam pedir emprestado**, categoria que decerto não inclui as pessoas mais conhecidas pela sua frugalidade, **o número de pessoas poupadas e laboriosas ultrapassa consideravelmente o de pessoas pródigas e ociosas.** As únicas pessoas a quem se concede regularmente empréstimos sem esperar que os usem de forma muito lucrativa são os proprietários rurais que obtêm empréstimos por hipoteca. Estes não pedem dinheiro emprestado para gastar mas, sobretudo, para repor o que já gastaram daquilo que pediram emprestado anteriormente (muitas vezes porque compraram a crédito muitos bens a artesãos e fornecedores).

Quase todos os empréstimos a juros são feitos em dinheiro (seja em papel ou em moedas) mas **aquilo que quem pede emprestado realmente precisa não é do dinheiro, mas do valor do dinheiro, dos bens que pode comprar com ele.**

O que determina o volume de dinheiro que pode ser emprestado a juros num país não é o valor do dinheiro que serve de instrumento aos diferentes empréstimos **mas o valor da parcela do produto anual que, ao sair da terra e das mãos dos trabalhadores, se destina a repor um capital.** Esses capitais, geralmente emprestados e reembolsados em dinheiro, constituem aquilo a que se chama **"juro monetário". No juro monetário, os capitais podem ser muito superiores ao montante de dinheiro que serve de instrumento.** O mesmo dinheiro pode servir sucessivamente para diferentes empréstimos e diferentes compras. O dinheiro emprestado serve a quem o pede emprestado para comprar bens e cai nas mãos do vendedor que o pode emprestar a outra pessoa que, por seu turno, comprará bens a outro vendedor que o poderá emprestar a uma terceira pessoa, etc. **O que é conferido por quem empresta a quem pede emprestado é um poder: o poder de fazer compras.** É nesse poder que consiste o valor do empréstimo e a sua utilidade. O capital emprestado pelos três capitalistas equivale ao valor dos bens que se podem comprar com ele. É três vezes superior ao valor do dinheiro com que se fizeram as aquisições.

O **capital emprestado a juros** pode assim considerar-se, segundo Smith, como uma **"transferência, do credor para o devedor, de uma determinada parcela do produto anual"**[139] sob condição de o devedor transferir anualmente uma parte mais pequena, denominada "juro" e, na maturidade do prazo, uma parte equivalente à que foi emprestada, denominada "reembolso". O dinheiro é um instrumento de transferência e é totalmente distinto daquilo que, por seu intermédio, foi transferido.

Num país, **o juro monetário cresce à medida que aumenta a parcela do produto anual que**, logo que sai da terra ou das mãos de operários produtivos, **se destina a repor um capital.** À medida que a quantidade de capital destinado a emprestar a juros aumenta, o juro (que não é mais do que o preço a pagar pelo uso desse capital) vai diminuindo. Porquê? Por duas razões:

---

[139] *Idem,* p.442

• o **preço de mercado de todos os bens diminui à medida que a quantidade desses bens aumenta;**
• **quando os capitais se multiplicam num país, o lucro que se pode ter diminui necessariamente e isso coloca os diferentes capitais em concorrência.** O capitalista que quer empregar um capital em algo no qual outro capitalista já emprega o seu, será **obrigado a vender mais barato** aquilo que negoceia. Pode mesmo ser constrangido a comprar mais caro: a procura dessa coisa aumenta, os trabalhadores tornam-se mais difíceis de encontrar. A concorrência entre capitalistas **faz aumentar os salários** e baixar os lucros. Quando os lucros baixam desta forma, o preço que se pode pagar por esse uso do capital – ou seja, a taxa de juro – também diminui.

Segundo autores tão respeitáveis como Locke, Hume, Law e Montesquieu, a taxa de juro teria baixado na maior parte da Europa **devido à descoberta das Índias Ocidentais espanholas.** Porquê? **Porque**, segundo estes autores, **o aumento da quantidade de ouro e de prata em circulação na Europa**, após a sua descoberta e a sua importação do Novo Mundo, **teria reduzido o seu valor e feito baixar o montante necessário para emprestar.**

Adam Smith desaprova esta análise. Ele explica que, antes da descoberta da América, a taxa de juro normal na Europa era de 10%, tendo descido para cerca de 5%. Segundo a teoria que Smith aqui contesta, a mesma quantidade de prata permitia apenas comprar metade do que permitia antes. Isto não corresponde à verdade, mas vamos admitir que era verdade. Ainda assim, é impossível que a redução do valor da prata tenha responsabilidade na redução da taxa de juro.

De facto, **as causas que fazem baixar o valor do capital obrigam a que, em simultâneo, baixe o juro na mesma proporção.** A proporção entre o valor do capital e o do juro será sempre a mesma se a taxa de juro não se alterar. Se esta taxa variar, a proporção entre os dois valores também varia. Se a taxa não mudar, 100 libras apenas valem, nesse momento, as 50 que valiam antes da descoberta da América. E o juro de 10 libras não vale mais do que as 5 que valia então. Pelo contrário, se a taxa mudar (passando de 10 para 5%) como afirma a teoria aqui atacada, 100 libras hoje não valem mais do que 50 libras da época. O juro será de 5 e não de 10% mas essas 5 libras hoje não valerão mais do que 2 libras e 10 xelins da época. Assim, ao reduzirmos a taxa de juro de 10 para 5%, pagaremos, por um capital supostamente equivalente a metade do seu valor anterior, um juro igual a apenas um quarto do juro anterior.

Como tal, e supondo que a quantidade de bens em circulação permanece constante, **o aumento da quantidade de prata acaba por diminuir o valor desse metal. É certo que o valor nominal das coisas aumenta, mas o seu valor real permanece igual.** Porquê? Porque o capital do país continua inalterado. **Utilizamos um grande número de moedas de prata mas, ao fazê-lo, não aumentamos a quantidade de coisas.** Os lucros dos capitais são os mesmos, na realidade e nominalmente. Porquê? Porque o salário do trabalho se expressa pela quantidade de prata paga aos trabalhadores. Se aumentarmos a quantidade paga, o salário parece maior, mas na realidade permanece inalterado. Pelo contrário, os lucros não são avaliados em moedas de prata, mas na proporção existente entre as moedas e o capital empregue. Capital e juro manter-se-ão, em geral, um face ao outro, na mesma proporção em que estavam.

O caso seria diferente se a quantidade de bens aumentasse entre um momento A e um momento B, mantendo-se constante a quantidade de dinheiro em circulação no país. Neste caso, o capital do país seria realmente aumentado. Mesmo que a quantidade de dinheiro permanecesse idêntica, esse dinheiro permitiria dispor de uma maior quantidade de trabalho. Aumentaria a procura de trabalho produtivo e os salários subiriam naturalmente, podendo todavia parecer que tinham descido. Mesmo que os trabalhadores recebessem menos dinheiro, **o dinheiro que recebiam permitia-lhes comprar mais bens** do que os que antes obtinham com uma soma mais elevada. Consequentemente, **os lucros baixariam, tanto nominal como realmente, e tudo devido a esse crescimento do volume de capitais no país que aumentaria a concorrência entre os capitalistas.** A parcela dos capitalistas no produto do trabalho diminuiria devido a esta concorrência. O juro, que segue o rumo do lucro dos capitais, reduzir-se-ia, por vezes de forma muito clara. E isto mesmo que o valor do dinheiro (isto é, a quantidade de coisas que uma quantia pode comprar) aumentasse em simultâneo.

Nalguns países, a lei proíbe o juro do dinheiro mas, dado que em toda a parte é possível ganhar alguma coisa pelo uso do dinheiro, esse uso deveria ser sempre pago. **Esse tipo de leis, mais do que prevenir o mal da usura, tem-no aumentado.** Porquê? Porque, nesse caso, quem pede emprestado tem não só de pagar o preço do dinheiro como também uma quantia que cubra os riscos em que o credor incorre por emprestar dinheiro.

Nos países em que o juro é permitido e onde a taxa máxima autorizada é determinada por lei, é preciso que essa taxa máxima esteja situada um pouco acima da taxa mais baixa do mercado. Se assim não for, os efeitos desta fixação de taxas serão idênticos aos de uma proibição do juro. Porquê? Porque o credor não emprestará o seu dinheiro por uma remuneração inferior àquilo que ele vale, e o devedor, se quiser obter o empréstimo, será obrigado, para o indemnizar pelo risco incorrido, a aceitar secretamente o pagamento do preço desse uso em todo o seu valor. **Também não é pertinente fixar a taxa legal pela taxa mais baixa** praticada pelo mercado. Porquê? Porque nesse caso só os devedores que apresentem as maiores garantias poderão obter um empréstimo. Todos os outros terão de recorrer a um usurário. Em Inglaterra, só o governo obtém empréstimos a 3%. Os particulares que apresentam boas garantias obtêm uma taxa entre 4 e 4,5%. Como tal, a melhor taxa legal seria, segundo Adam Smith, de 5%. De qualquer modo, lei alguma pode fazer descer a taxa de juro normal abaixo da taxa mínima do mercado. Luís XVI, rei de França, tentou fazê-lo por edital em 1766, reduzindo a taxa de juro de 5 para 4%. Resultado? Iludiu-se a lei e continuou-se a emprestar a 5% em França.

Também não se pode fixar a taxa acima da taxa corrente do mercado. Porquê? **Porque** se esta fosse fixada em 8 ou 10%, **a maior parte do dinheiro seria emprestado a aventureiros ou a pródigos**, os únicos dispostos a pagar um juro tão elevado. Os empresários sensatos, que apenas estão dispostos a pagar pelo uso do dinheiro uma parte do lucro que poderão ganhar com ele, não se aventurariam a pedir empréstimos nessas condições e, assim, uma grande parte do capital do país seria mantido fora do alcance das pessoas com maiores probabilidades de o usar de forma lucrativa e vantajosa.

Em todo o lado, o preço corrente das terras depende da taxa de juro corrente. Comprar uma terra dá, em renda, um pouco menos do que os juros do capital que se empresta mas, **evidentemente, oferece maior segurança.** Mas a diferença é muito pequena. Se a terra não desse grande coisa, ninguém a compraria e todos prefeririam emprestar o seu capital. Pelo contrário, se ela desse mais do que os juros do capital, todos comprariam terras, o que aumentaria o preço destas até que os empréstimos fossem de novo atractivos.

Capítulo V. Dos diferentes empregos do capital

Todos os capitais são destinados à manutenção do trabalho produtivo, mas a quantidade de trabalho que eles colocam em movimento varia muito em função do emprego que dele se faz. Encontra-se a mesma variação no valor que esse emprego acrescenta ao produto anual das terras e do trabalho do país.

Há quatro formas de empregar um capital:

- fornecer à sociedade os **produtos naturais** de que ela precisa para o seu uso e consumo anual: é o que fazem os que se dedicam ao cultivo e beneficiação das terras, à exploração das minas ou à pesca;
- **transformar os produtos naturais** para que possam ser colocados à disposição da sociedade para seu uso e consumo: é o trabalho de todos os industriais e fabricantes;
- **transportar os produtos naturais ou os produtos manufacturados** dos locais onde abundam para aqueles onde escasseiam: é o comércio de todos os grossistas;
- **dividir as partes destes tipos de produtos em parcelas suficientemente pequenas para ir ao encontro das necessidades diárias dos consumidores**: é o comércio de todos os retalhistas.

Estas quatro formas de empregar um capital são complementares. Cada uma é essencialmente necessária à existência e à extensão das outras três. **Elas são igualmente indispensáveis para o conforto geral da sociedade. Os retalhistas, por exemplo, são muito úteis**: se os talhantes não existissem, seríamos obrigados a comprar um boi ou um borrego inteiros, o que seria particularmente inconveniente para os pobres. Se um pobre operário fosse obrigado a comprar, de uma só vez, as provisões necessárias para um mês ou para seis, seria obrigado a desfazer-se de grande parte dos fundos que utilizaria como capital, sob a forma de ferramentas do seu ofício ou equipamento para a sua oficina, para suprir as suas necessidades de consumo. Recorrendo aos retalhistas, este operário pode comprar a sua subsistência dia a dia e, assim, empregar quase todos os seus fundos como capital. Consegue, pois, produzir trabalho de maior valor. O seu lucro compensa largamente o acréscimo de preço acarretado pela intervenção do retalhista.

Como tal, é ridículo querer travar ou limitar, como alguns recomendam, o comércio dos pequenos lojistas e comerciantes. Eles nunca se podem multiplicar em detrimento do público, embora o possam fazer em detrimento uns dos outros. Mas isso diz-lhes respeito e, por isso, podemos contar com a prudência dessas pessoas. Já para o público, a proliferação

destes negócios é excelente, pois a concorrência contribui para baixar os preços das mercadorias. **O governo não deve intervir aqui.** Não é a profusão de tabernas que predispõe para a embriaguez. É antes a propensão para o consumo de álcool, que tem outras causas, que leva à multiplicação de tabernas.

O trabalho dos operários produtivos dirige-se para um destes quatro sectores, aí se fixa e realiza-se na coisa vendável a que é dedicado. Geralmente, acrescenta ao preço dessa coisa pelo menos o valor da subsistência e do consumo pessoal do operário. Capitais iguais, empregues em cada uma destas quatro formas, colocarão em movimento quantidades muito diferentes de trabalho produtivo e aumentarão, em proporções distintas, o valor do produto anual das terras e do trabalho da sociedade a que pertencem.

O capital do retalhista repõe, com um lucro, o capital do grossista, permitindo que este continue o seu comércio. O valor acrescentado ao produto é equivalente ao seu lucro.

O capital do grossista repõe, com os lucros, os capitais dos agricultores e dos industriais aos quais o grossista compra os produtos naturais e manufacturados que negoceia. Com esse capital, estes podem continuar os seus respectivos trabalhos. O grossista emprega, com o seu capital, os carreteiros e os marinheiros que asseguram o transporte. O preço das mercadorias é aumentado no valor dos salários destes trabalhadores e no valor do lucro do grossista.

Uma grande parte do capital do mestre-artesão distribui-se pelos diferentes operários que ele emprega. Ao valor das matérias-primas, esse capital acrescenta o valor dos salários dos operários e o dos lucros que o mestre obtém do capital empregue em salários, matérias-primas e instrumentos usados na actividade. O valor que ele acrescenta ao produto da terra e do trabalho é muito superior ao acrescentado pelo grossista.

Todavia, **para somas iguais, nenhum capital corresponde a uma maior quantidade de trabalho produtivo do que o do agricultor.** Os trabalhadores e os animais empregues na agricultura são agentes produtivos que trabalham com a própria natureza. O "trabalho" da natureza não custa nada, mas tem tanto valor quanto o dos trabalhadores mais produtivos. Poderíamos mesmo dizer que o valor desta produção natural é de tal modo grande que o essencial dos trabalhos agrícolas consiste em "orientar" esta fertilidade para a produção das plantas mais úteis ao homem. **Não só estes trabalhos reproduzem o valor do consumo dos agentes de produção ou do capital que os emprega, assegurando lucros para os capitalistas, como produzem um valor muito maior e permitem pagar uma renda ao proprietário das terras.** A renda é "o produto destes poderes da natureza"[140], aquilo que resta depois de deduzido o valor de tudo o que procedeu do trabalho humano. Raramente representa menos de 25% e muitas vezes é superior a 33% do produto total.

O capital empregue na agricultura dá origem a uma quantidade de trabalho produtivo maior do que o capital empregue nas manufacturas. Por outro lado, proporcional-

---

[140] *Idem,* p.453

mente à quantidade de trabalho produtivo que mobiliza, acrescenta muito mais valor ao produto anual das terras e do trabalho do país. De todas as áreas em que um capital pode ser empregue, o cultivo da terra é, sem comparação, o mais vantajoso para a sociedade.

Os capitais empregues no cultivo das terras e no comércio a retalho permanecem necessariamente dentro das fronteiras do país. Já os dos grossistas não estão ligados a um lugar preciso, pois a deslocação faz parte do seu ofício. Pouco importa, diz Smith, que o comerciante exportador seja nacional ou estrangeiro. Mesmo que um nacional empregue mais trabalhadores produtivos do país, o estrangeiro mobiliza capitais que vão conferir um valor ao produto excedente da sociedade ao trocá-lo por bens que são procurados no mercado interno.

Já o capital do industrial deve estar situado no país, pois põe em marcha uma grande quantidade de trabalho produtivo e acrescenta valor ao produto das terras. **Todavia, diz Smith, mais vale ter um industrial estrangeiro do que não ter industriais.** Os industriais estrangeiros podem prestar grandes serviços ao país onde vão buscar matérias-primas. Assim acontece com os capitais de industriais ingleses que trabalham o cânhamo e o linho que importam das costas do mar Báltico. Pequenas cidades industriais não possuem capitais para exportar aquilo que produzem. Por isso, deslocam-se até elas comerciantes estrangeiros que compram parte dessa produção para a encaminhar para os grandes centros comerciais.

Por vezes, o capital de um país é insuficiente para atender a estas três finalidades: agricultura, manufactura e comércio. A prioridade deve ser sempre a agricultura. Se sobrar capital, será destinado à manufactura. Em último lugar, ao comércio de exportação, pois o capital empregue nesta actividade é aquele que menor efeito produz. Para um país que não possua capitais próprios suficientes e não tenha ainda atingido um certo grau de riqueza, **seria um erro querer investir simultaneamente nas três.** Porquê? Porque o capital deve ser investido de forma a fornecer o maior rendimento a todos os habitantes do país. Deste modo, eles poderão, neste estado de desenvolvimento económico, concretizar uma poupança muito superior à que obteriam se dispersassem esse capital pelas três finalidades.

Isto explica, prossegue Smith, o desenvolvimento fulgurante da riqueza das colónias americanas. Até ao presente, quase todos os seus capitais foram empregues na agricultura. Elas não possuem manufacturas, à excepção de algumas indústrias artesanais nas quais trabalham apenas mulheres e crianças. Mesmo as lojas e armazéns de retalho que vendem bens pertencem a comerciantes residentes na Grã-Bretanha. **A atitude dos americanos é racional. Se eles cessassem as suas importações de mercadorias oriundas da Europa e as fabricassem eles mesmos, retardariam, com essa conduta**, o acréscimo subsequente do valor do seu produto anual, "entravando a marcha do seu país rumo à riqueza e à grandeza (…)"[141]. Na verdade, nunca nenhum grande país adquiriu o capital suficiente para satisfazer integralmente as três finalidades – agricultura, indústria e comércio.

[141] *Idem,* p.457

A propósito do comércio, Smith destaca que há três tipos de comércio grossista:

- o **comércio interno**: é a compra de bens num local para revenda num outro local do mesmo país;
- o **comércio externo de consumo**: é a compra de bens estrangeiros destinados ao consumo interno;
- o **comércio de transporte**: é um comércio internacional.

No primeiro caso, o capital empregue na aquisição de bens nacionais para os revender no mercado interno repõe dois capitais distintos – os empregues na agricultura e os empregues na manufactura –, e permite-lhes prosseguir a sua actividade.

No segundo caso, o capital empregue na compra de bens estrangeiros repõe também dois capitais distintos mas, aqui, só um é empregue para apoiar a indústria nacional. De facto, o capital empregue para expedir para Portugal mercadorias inglesas e que leva ao país mercadorias portuguesas apenas repõe, nesta dupla operação, um capital inglês, sendo o outro português. **Relativamente à primeira situação, aqui o capital apenas encoraja metade da indústria ou do trabalho nacional.** É raro que os "retornos" do comércio externo de consumo sejam tão imediatos como os do comércio interno. Os retornos do comércio interno geralmente ocorrem antes do fim do ano, às vezes até três ou quatro vezes durante o mesmo ano. Já os do comércio externo de consumo raramente chegam antes de um ano decorrido, e por vezes demoram dois ou três anos. **Matematicamente, um capital empregue no país poderá assim ser gasto e reposto, em três anos, até 12 vezes, tempo durante o qual um capital empregue no comércio externo muitas vezes só foi consumido e reposto uma vez.**

Os bens estrangeiros para consumo interno podem, em certos casos, ser adquiridos não em contrapartida de produtos nacionais mas de outros produtos estrangeiros. Mas estes são sempre, directa ou indirectamente, adquiridos com o produto da indústria nacional. De facto, exceptuando os espólios das guerras e das conquistas, a única maneira de adquirir um bem estrangeiro é trocá-lo por uma mercadoria que tenhamos produzido.

Por vezes, o capital faz um percurso bastante longo (entre vários continentes) até chegar a quem o emprega. Enviamos, por exemplo, mercadorias inglesas para a Jamaica com as quais compramos açúcar e rum, dos quais nos servimos para comprar tabaco na Virgínia. O retorno será, nesta hipótese, ainda mais afastado do que na hipótese de uma mercadoria estrangeira comprada directamente com um produto nacional. Se for preciso passar por três comércios, **será necessário empregar um capital três vezes superior** ao que teria sido se as mercadorias inglesas tivessem sido trocadas directamente pelo produto estrangeiro.

Mesmo que compremos estes bens estrangeiros com outros bens estrangeiros, é sempre necessário que estes sejam, de uma forma ou de outra, produzidos pela indústria nacional. Se olharmos do ponto de vista do interesse do trabalho produtivo da sociedade, o comércio externo de consumo que se faz através do ouro e da prata tem as mesmas vantagens e inconvenientes que o comércio que funciona com qualquer outra mercadoria. Só

tem uma vantagem indirecta: o transporte é menos dispendioso devido à pequenez do volume. A exportação contínua destes metais empobrece o país, como alegam muitos autores? Smith examinará este problema mais adiante.

No terceiro caso, a parte do capital de um país empregue no comércio de transporte não sustenta o trabalho produtivo do país em causa e apoiará o de determinados países estrangeiros. Em cada troca, este capital repõe dois capitais distintos, mas nenhum destes faz parte do capital nacional. A Holanda, por exemplo, transporta para Portugal cereais da Polónia e para a Polónia vinhos de Portugal. Dois capitais são repostos nesta operação, mas nenhum serve para apoiar o trabalho produtivo holandês. Só os lucros do transportador entram na Holanda. **É a única coisa que este comércio acrescenta ao produto nacional.** No entanto, este comércio dá trabalho a construtores navais e marinheiros do país. Neste sentido, os holandeses tornaram-se os "transportadores das outras nações"[142]. Todavia, um comerciante holandês pode muito bem fazer transportar bens supérfluos entre dois países estrangeiros num navio que não é holandês.

Afirma-se, no entanto, que a vantagem do comércio de transporte é que aumenta a dimensão da marinha nacional, fonte de poder. **Na realidade**, diz Smith, **o comércio externo de consumo e mesmo o comércio interno** (por cabotagem) **permitem empregar tantos navios e marinheiros** como o comércio de transporte. A extensão de uma frota nacional depende, acima de tudo, do volume de mercadorias em relação ao seu valor e, em menor grau, da distância entre os dois portos entre os quais são transportadas. Assim, o comércio de carvão entre Newcastle e Londres emprega mais navios e marinheiros do que todo o comércio de transporte inglês. Como tal, não é pertinente encorajar artificialmente os capitais a deslocarem-se para o comércio de transporte.

O capital empregue no comércio interno incentiva geralmente uma muito maior quantidade de trabalho produtivo e aumenta o valor do produto anual. Ora, é desse produto que dependem a riqueza e o poder de um país. **A economia política não deve favorecer um dos tipos de comércio mais do que outro e não pode atrair para um dos canais mais capitais do que aqueles que a ele adeririam naturalmente.** Qualquer destes três ramos é vantajoso, e mesmo necessário e imprescindível, quando o curso natural das coisas, sem constrangimentos ou imposições, leva ao seu surgimento.

Quando um país produz um excedente de bens, é positivo – naturalmente – que ele seja exportado em troca de algo de que o país precisa. Assim, a terra e o trabalho da Grã-Bretanha produzem quantidades de bens (cereais, lãs, ferragens) que excedem a procura do país. Como tal, é necessário exportá-los em troca de algo que falte no país. De outro modo, o valor do produto anual diminui. **Acontece, por vezes, que as mercadorias estrangeiras adquiridas com o produto supérfluo da indústria nacional excedem, também elas, as necessidades do mercado nacional e é preciso reexportá-las em troca de algo que seja mais procurado no país.** Assim, importam-se todos os anos 96.000 almudes[143] de tabaco,

---

[142] *Idem,* p.461

[143] O almude é uma antiga medida de capacidade para sólidos e líquidos que podia ir dos 270 aos 700 litros, variando conforme a região

sendo que bastavam 14.000 para alimentar o mercado interno. Os outros 82.000 são exportados e trocados por outras mercadorias estrangeiras procuradas em Inglaterra. Mas para exportar estes 82.000 almudes todos os anos, é primeiro preciso comprá-los e, como tal, trocá-los por mercadorias produzidas pela terra e pelo trabalho em Inglaterra. Trata-se de um comércio externo de consumo desviado mas que é tão necessário quanto o comércio directo para sustentar o trabalho produtivo de um país.

Chegado a um tal grau de desenvolvimento, o volume de capitais de um país torna-se superior ao que é empregue para abastecer o consumo desse país. Esse excedente dirige-se naturalmente para o **comércio de transporte**. Nesse sentido, o comércio de transporte é "o sintoma natural de uma grande riqueza nacional mas não parece que seja a causa natural"[144]. Os estadistas que se mostraram dispostos a favorecê-lo, concedendo-lhe incentivos especiais, parecem ter confundido o efeito com a causa.

A Holanda é, proporcionalmente à dimensão do seu território, o mais rico país europeu. A Inglaterra ocupa o segundo lugar. O comércio de transporte da Inglaterra é, na realidade, um comércio externo de consumo desviado e indirecto. Alimenta o mercado dos países europeus de mercadorias provenientes das Índias Orientais e Ocidentais, bem como da América. Estas mercadorias são compradas directamente ou não com produtos ingleses e, em geral, os retornos definitivos são destinados ao uso e ao consumo da Grã-Bretanha. O único limite do comércio de transporte é o valor dos produtos supérfluos de todos os países do mundo. Como tal, a extensão deste comércio é, por assim dizer, infinita e capaz de absorver os maiores capitais.

A única motivação que leva um capitalista a empregar o seu capital de determinada maneira é o lucro. Nos países onde a agricultura é mais rentável e onde o caminho mais seguro para a fortuna passa pela beneficiação das terras, os capitais dos particulares orientam-se naturalmente para esse emprego. No entanto, não há parte alguma da Europa em que os lucros da agricultura sejam mais elevados do que os de outros empregos dos capitais. Digam o que disserem determinados especuladores que afirmam que os lucros mais elevados se devem à beneficiação das terras, a cada dia vemos aparecer pessoas que, praticamente vindas do nada, acumulam uma fortuna considerável no comércio ou na indústria. **Na agricultura é impossível enriquecer tão depressa e com um tão fraco ponto de partida.** Todavia, ainda há, em todos os países europeus, grandes quantidades de terra boa inculta e a maior parte da terra já cultivada está longe de ter sido levada até ao seu grau de beneficiação máximo.

Adam Smith interroga-se, assim, sobre a **razão pela qual se empregam tantos capitais no comércio externo. Que circunstâncias deram às indústrias urbanas uma vantagem tal que**, aos olhos de muitos particulares, **o emprego de capitais no comércio de transporte** de países da Ásia e da América **se tornou mais rentável** do que a beneficiação das terras férteis de Inglaterra? É a esta questão que são dedicados os dois livros seguintes.

---

[144] A. Smith, *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations,* Tome II, Flammarion, 1991, (1776), p.464

Livro III

Do diferente progresso da opulência nas diferentes nações

Capítulo I. Do progresso natural da opulência

Em qualquer sociedade civilizada, há uma relação comercial importante entre os habitantes da cidade e os do campo. Ela consiste na troca de produtos naturais por produtos manufacturados. Esta dá-se directamente, por intermédio de dinheiro ou por um papel que represente dinheiro.

Nesta troca não há vencedores nem vencidos: os ganhos são recíprocos. A divisão do trabalho faz-se em benefício de cada uma das pessoas empregues nas diferentes tarefas em que o trabalho se subdivide. Os rurais podem comprar na cidade bens manufacturados de que precisam com o equivalente a uma muito menor quantidade de trabalho face à que teriam de despender para fabricarem eles próprios esses bens (supondo que o conseguiam). Por seu lado, a cidade permite o escoamento dos excedentes do campo. **Quanto maior for o número e o rendimento dos habitantes da cidade, maior será o mercado que ela proporciona aos rurais.**

Devido à concorrência, os cereais produzidos a uma milha[145] da cidade são vendidos ao mesmo preço dos que crescem a 20 milhas. Contudo, os cultivadores e os proprietários que vivem nas proximidades têm de desembolsar menos dinheiro do que os outros para encaminhar o produto para a cidade, poupando no preço do transporte. A diferença, visível a olho nu, entre os campos cultivados perto da cidade e os situados a grande distância atesta todas as vantagens que o campo retira do seu comércio com a cidade.

A actividade da subsistência tem de preceder todas as actividades que satisfazem outras necessidades. Isto explica o porquê de o campo ser historicamente anterior à cidade, a qual apenas fornece objectos de luxo e de conforto. A cidade apenas vive do excedente de produção dos campos. A inclinação natural do homem empurra-o a viver no campo, a gozar da sua beleza, da sua tranquilidade, da independência que ele garante e da segurança que ele confere ao capital investido na terra. **Se a ordem natural das coisas não tivesse sido contrariada pelas instituições humanas, as cidades nunca teriam crescido para lá da população que pode ser sustentada pelo cultivo do campo envolvente.**

Todavia, se quisermos cultivar a terra sem muitos incómodos e interrupções, precisamos do auxílio de alguns artífices: ferreiros, carpinteiros, pedreiros, cantoneiros, construtores de carros, curtidores, sapateiros, etc. O agricultor recorre frequentemente a estes artífices e nenhum deles passa sem os outros. **Como não estão ligados a um pedaço de terra, reagrupam-se com facilidade. Foi esta a origem das cidades e aldeias.** Estes artífices atraem o carniceiro, o padeiro, o cervejeiro, etc., ou seja, toda uma série de gente que lhes vai facilitar a subsistência.

---

[145] A milha é uma unidade de medida anglo-saxónica. Equivale a 1.609 metros.

Os habitantes da cidade e do campo são servidores recíprocos uns dos outros. Os rurais encontram na cidade uma feira, um mercado para escoar os seus produtos naturais em troca de produtos manufacturados; os citadinos podem encontrar as matérias-primas do seu trabalho e os seus meios de subsistência. Normalmente, as cidades teriam crescido, em riqueza e em população, proporcionalmente ao desenvolvimento dos campos envolventes, mas as instituições humanas perturbaram o curso natural dos acontecimentos.

Nas colónias americanas, diz Adam Smith, **o artífice que acumule algum capital** nunca o emprega para criar uma manufactura e alargar a extensão do seu comércio para lá do campo vizinho. Ele **prefere revender sistematicamente o seu artesanato e comprar uma terra inculta para a valorizar.** Passa de artífice a agricultor porque entende que o artífice é o servidor dos patrões que o fazem viver, enquanto o colono que cultiva a sua terra pode satisfazer as suas necessidades vitais e ser independente. Todavia, nos países em que não há mais terras a desbravar, a primeira preocupação do artífice que tem sucesso é estender o seu negócio e, desse modo, alcançar mercados mais longínquos.

Ao empregar um capital, preferimos naturalmente a agricultura às manufacturas e preferimos, pelas mesmas razões, as manufacturas ao comércio externo. Afinal, a manufactura está sempre debaixo do olho e sob as ordens de quem a possui, enquanto o capital do comerciante virado para o exterior está exposto aos ventos, às ondas e até à loucura e à injustiça dos homens. **Contudo, é preciso que o excedente de produtos naturais e manufacturados seja expedido para fora.** Num primeiro momento, são muitas vezes capitais estrangeiros que se encarregam de comercializar e de expedir este excedente para o exterior. Pouco importa que esse capital seja estrangeiro e até é uma vantagem considerável para a sociedade produtora, pois assim ela pode reservar todo o seu capital para finalidades mais úteis. Foi em tempos o caso do Egipto, da China, do Indostão[146]. É actualmente o caso das colónias da América, diz Adam Smith, acrescentando que, sem o capital inglês para exportar as suas produções, o progresso destas teria sido muito mais lento.

O curso natural das coisas dirige o capital de uma sociedade nascente para o trabalho da terra, depois para as manufacturas e, por fim, para o comércio externo. O que veio perturbar este rumo natural? **O que se passou é que, no continente europeu, o processo foi invertido pelo comércio externo de algumas grandes cidades.** Foi ele, e não o campo envolvente, que enriqueceu estas cidades e as fez dotarem-se das suas melhores fábricas. E foram essas indústrias e o comércio que contribuíram, por seu turno, para a introdução de melhoramentos na agricultura.

Capítulo II. Do desencorajamento da agricultura na Europa após a queda do Império Romano

Aquando da queda do Império Romano, a Europa caiu na barbárie e na miséria. Os principais capitães dos povos bárbaros adquiriram ou usurparam para si a maior par-

[146] Palavra usada na época de Adam Smith, agora em desuso, para designar o subcontinente indiano.

te das terras das antigas províncias romanas. Uma grande parte permaneceu inculta mas, cultivada ou não, nenhuma terra permaneceu sem dono. Estes usurpadores esforçaram-se por aumentar as suas posses e **tudo ficou reunido nas mãos de um pequeno número de grandes proprietários. Foi uma calamidade.** Mas esta poderia ter sido apenas passageira. Estas grandes propriedades poderiam ter sido divididas em pequenos lotes ao fim de algumas gerações, mas a lei da primogenitura (ou seja, a regra que diz que o filho varão herda todo o património do pai) impediu que assim fosse.

Como surgiu esta lei da primogenitura? Os cidadãos romanos consideravam as suas terras como um meio de subsistência e de prazer e elas eram partilhadas entre todos os descendentes de uma família. Não havia distinções entre filhos e filhas, nem entre mais velhos e mais novos. Mas, **após as invasões, passou a encarar-se a terra não exclusivamente como meio de subsistência mas também como um meio de poder e de protecção.** A segurança da terra dependia da sua extensão. **Dividi-la teria sido destruí-la e expô-la a ser devastada e absorvida por incursões vizinhas.** Era preciso encontrar uma regra que permitisse conservar este poder nas mãos de um único herdeiro. Para evitar conflitos violentos, também era preciso que essa regra fosse incontestável, baseada num facto natural e não em duvidosas distinções relativas ao mérito pessoal de diferentes herdeiros. Foi essa a razão pela qual a lei da primogenitura ou da "sucessão em linha" se estabeleceu gradualmente em toda a Europa.

Muitas vezes, as leis permanecem muito tempo para lá do desaparecimento das circunstâncias que lhes deram origem. Na Europa, afirma Adam Smith, o direito de primogenitura ainda existe, embora o proprietário de um acre de terra tenha agora assegurada a mesma protecção que um proprietário de 100.000 acres: **já nada justifica uma lei que enriquece um dos filhos, reduzindo os outros à miséria.** Nada excepto o orgulho, como sempre.

Uma consequência natural da lei da primogenitura são os *vínculos.* Trata-se de um **mecanismo que impede a desafectação** (por doação, testamento, alienação ou insensatez), de uma qualquer parcela da propriedade original. Originalmente, este mecanismo justificava-se para evitar que a segurança de vários milhares de pessoas fosse comprometida pelo capricho ou a extravagância de um indivíduo, mas a situação tornou-se absurda quando todas as propriedades da Europa são protegidas pela lei.

Assim, **grandes extensões de terra inculta caíram nas mãos de algumas famílias e não foi possível dividi-las.** O problema é que **um grande proprietário nunca se preocupa em melhorar as suas terras, cultivá-las ou valorizá-las.** Pensa sobretudo em exercer a sua autoridade, defender o seu território ou conquistar o do vizinho. Melhorar um bem exige um capital que ele muitas vezes não tem, pois as despesas consigo mesmo e com a sua casa absorvem ou ultrapassam o seu rendimento. **Exige também a maior atenção aos pequenos ganhos e às mais ínfimas poupanças** e, desde criança, um senhor acostumou-se à elegância do seu vestuário, da sua comitiva, da sua casa, do seu mobiliário, etc. Compreendemos por que motivo estes latifúndios que permaneceram séculos consecutivos como propriedade de uma família estão num estado totalmente diferente do dos terrenos circundantes possuídos por pequenos proprietários.

Também não eram de esperar melhorias efectuadas por aqueles que cultivavam a terra pelos proprietários. Estes servos eram quase todos escravos. A sua servidão era algo adocicada face à escravatura grega ou romana: o mestre não os podia matar ou mutilar. Pertenciam à terra e eram vendidos com ela. Podiam casar. Mas nada lhes pertencia e a única coisa que podiam esperar era ganhar a sua subsistência diária. **O trabalho feito por escravos, embora pareça custar apenas o preço da sua subsistência, é, na realidade, o mais caro de todos.** Porquê? Porque aquele que nada pode adquirir para si, não tem qualquer interesse a não ser comer o mais possível e trabalhar o menos possível. Já Plínio dizia que a cultura de cereais degenerou quando foi deixada apenas ao cuidado de escravos. Mas o orgulho do homem faz com que ele adore dominar e, como tal, sempre que a lei o autoriza e a natureza o permite, ele prefere o serviço dos escravos ao dos homens livres.

Aos servos sucederam os rendeiros, conhecidos em França como "meeiros". O proprietário fornecia-lhes o capital necessário para cultivar (sementes, animais e ferramentas). O produto da terra dividia-se em iguais partes entre o proprietário e o rendeiro, depois de deduzido o necessário para a manutenção do capital que era restituído ao proprietário quando o meeiro se despedia ou era despedido da fazenda. **A grande diferença entre escravos e meeiros é que os segundos podiam adquirir propriedades. Logo,** eles tinham interesse em aumentar a produção para aumentar a parte que lhes cabia. Esta instituição nasceu gradualmente, quando se percebeu que a servidão conduzia a culturas medíocres. Tanto o soberano, com inveja dos grandes senhores, como a Igreja contribuíram para a libertação geral dos escravos. Mas passaram alguns séculos até a servidão ser realmente abolida. **Contudo, estes meeiros não tinham verdadeiro interesse em empregar no melhoramento da terra parte do pequeno capital que aforravam sobre o produto que lhes cabia.** Porquê? Porque o senhor, sem nada investir, ganhava metade desse aumento do produto. Se o dízimo, imposto de 10% sobre o produto, já era um obstáculo à beneficiação das terras, **um imposto de 50% era uma barreira absoluta ao desejo de melhorar um bem.** Isto explica porque é que os meeiros preferiam empregar os animais em transporte, em vez de no cultivo das terras.

A estes inquilinos sucederam os verdadeiros "rendeiros", que melhoravam a terra com o seu próprio capital, pagando ao proprietário uma renda fixa. Que interesse tinham estes rendeiros na melhoria das terras? Quando o contrato de arrendamento dura vários anos, os rendeiros melhoram o bem na esperança de daí retirar um bom lucro antes de expirar o contrato. **Todavia, durante muito tempo, a posse dos rendeiros foi precária** – podiam ser legalmente desvinculados dos contratos por um novo comprador. Quando eram desvinculados ilegal e violentamente pelo proprietário, apenas podiam recorrer a uma justiça muito imperfeita, que não lhes garantia a recuperação do que era seu e lhes assegurava uma indemnização que nunca correspondia à sua perda real. **Foi preciso esperar pelo 14º ano do reinado de Henrique VII[147] para que o rendeiro tivesse direito a uma protecção que lhe permitia receber indemnizações justas e até recuperar o seu bem.** Daí em diante, a segurança do rendeiro foi igual à do proprietário. Além disso, o tomador do contrato recebia o direito de votar para a eleição de um membro do parlamento e todos os camponeses que gozavam deste direito eram tratados com respeito pelos senhorios. **Esta protecção, única na Europa, terá contribuído mais para**

[147] Henrique VII (1457-1509), rei de Inglaterra e senhor da Irlanda, reinou entre 1485 e 1509.

a opulência e grandeza da Inglaterra do que o conjunto das tão elogiadas regras comerciais.

A partir de 1449, a lei assegura os contratos mais longos e mantém-nos contra qualquer sucessor. Contudo, a manutenção dos "vínculos" contraria parcialmente a acção daquela lei, pois os herdeiros dos vínculos são, por norma, incapazes de fazer contratos de longo prazo. Outros países também consideraram necessário estender os contratos, mas o prazo destes permanece insuficiente. Em França, por exemplo, o contrato começou por estar limitado a nove anos, tendo depois sido **estendido para 27 anos, ainda assim um período demasiado curto para encorajar um agricultor a fazer beneficiações de monta.** Isto deve-se ao facto de, em toda a Europa, os proprietários terem sido legisladores que, quando estavam nos cargos, só votaram leis que serviam os seus interesses. Por outro lado, os agricultores europeus foram durante muito tempo submetidos a uma série de serviços que raramente eram especificados no contrato ou determinados por regras precisas. Esses serviços, justificados pelo uso e pelos costumes, eram quase totalmente arbitrários e expunham o camponês a uma série de humilhações. Os serviços públicos impostos aos camponeses eram tão arbitrários quanto os serviços privados. As tarefas de criação ou manutenção de estradas são disso bom exemplo, para não falar nos serviços a prestar às tropas do rei de passagem pelo campo.

A arbitrariedade e a opressão caracterizavam o sistema de obrigações a que os camponeses estavam sujeitos. Os camponeses podiam ser taxados pelo soberano. Em França continua a existir a "taille", um imposto sobre os lucros presumíveis do rendeiro que, é calculado com base no capital que existe na quinta. É inútil dizer que o **interesse do camponês é que pareça haver o menos possível e, como tal, empregar o mínimo possível no cultivo e nada na beneficiação das terras.** Por outro lado, este imposto é tido como desonroso e coloca aqueles que a ele estão sujeitos num patamar social inferior ao do gentil-homem e ao do burguês. Assim, o imposto não só impede que o capital ganho com a terra seja empregue para a beneficiar como dissuade o emprego de qualquer capital na melhoria das terras.

Na Grã-Bretanha este tipo de obstáculo foi, felizmente, abolido. Ainda assim, este emprego, mesmo sendo fonte de um verdadeiro enriquecimento, **precisa, contrariamente a outros, de vários anos para dar frutos.** Na Europa, aquilo que mais contribuiu para desencorajar o cultivo e a beneficiação das terras (quando elas estão na mão de proprietários ou rendeiros) foram duas coisas:

- a **proibição de exportar cereais** sem uma autorização especial;
- os **obstáculos colocados ao comércio interno, não só dos cereais como de quase todos os outros produtos agrícolas,** devido a leis absurdas contra os "açambarcadores, grossistas e retalhistas e com as regalias concedidas a feiras e mercados"[148].

Adam Smith já analisou o modo como a proibição da exportação de cereais e o encorajamento à importação de cereais estrangeiros travou o progresso da agricultura em Itália, um dos países naturalmente mais férteis da Europa. É evidente que tais entraves têm prejudicado ainda mais o cultivo nos países europeus muito menos férteis.

[148] A. Smith, Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations, Tome II, Flammarion, 1991, (1776), p.487

Capítulo III. Como se formaram e desenvolveram as cidades após a queda do Império Romano

Antes da queda do Império Romano, as cidades eram compostas por grandes proprietários de terras, que reuniam as suas casas num mesmo local protegido por muralhas para uma defesa comum. Aquando da queda do Império, estes grandes proprietários **optaram por habitar em fortalezas** situadas nas suas próprias terras, rodeados dos seus inquilinos e de toda a gente que deles dependia.

As cidades eram habitadas por artesãos e gente de condição servil ou quase. O facto de, mais tarde, terem obtido "privilégios" e "concessões" prova que, inicialmente, não eram livres. Deviam ter uma condição comparável à da servidão dos cultivadores nos campos. **Originalmente, os comerciantes** viajavam de terra em terra e de feira em feira, **formando uma categoria de pessoas muito pobres,** comparáveis, diz Smith, aos "mendigos e vagabundos actuais"[149]. Estavam sujeitos a todo o tipo de taxas: de passagem, de atravessamento de pontes, para poder vender numa feira, para poder montar uma tenda, etc. **Por vezes, o rei ou um grande senhor concedia a alguns uma isenção geral destas taxas.** Estes comerciantes, embora de condição servil, eram, devido a esta isenção, apelidados de **"comerciantes livres"** e pagavam ao seu senhor uma "capitação" em troca de protecção. Esta capitação custava muito cara ao seu beneficiário. Podemos entender esse preço como uma contrapartida pela isenção generalizada das múltiplas taxas medievais.

Aqui, este desenvolvimento de Adam Smith é muito importante, pois explica como o homem se tornou livre. Originalmente, a condição dos citadinos era servil, mas eles alcançaram um estado livre e independente muito mais depressa do que os camponeses. Os comerciantes livres, aqueles que beneficiavam da capitação, puderam, com a parte do rendimento que tinham de entregar ao rei, convertê-lo num foro a solver durante um certo número de anos mediante o pagamento de uma renda fixa. Isto tornou-se corrente. **Estes burgueses puderam, em seguida, solver todos os rendimentos deste tipo que eram cobrados na sua cidade** ao tornarem-se responsáveis pela totalidade da renda de forma colectiva e solidária. Podiam mesmo fazer eles próprios a colecta desta renda junto dos camponeses que trabalhavam neste "foro da cidade". Os camponeses tornavam-se, de forma colectiva e separada, responsáveis pela totalidade da renda e os burgueses cobravam-na eles próprios, libertos da insolência dos oficiais do reino (o que não era de subestimar) e entregavam-na ao Tesouro através do seu próprio "beleguim", o bem nomeado (o que é isto?)

De início, estes foros duravam alguns anos, mas acabaram por se tornar um feudo, isto é, eram atribuídos para sempre mediante o pagamento de **uma renda fixa que não podia ser aumentada.** As isenções tornaram-se, também elas, perpétuas e deixaram de ser individuais para ser colectivas. Todos os burgueses de um determinado burgo dispunham agora delas. Um burgo deste tipo denominava-se «burgo livre». Estes burgueses obtiveram outros privilégios importantes (casar as filhas fora do burgo, legar os seus bens aos filhos, redigir testamentos, etc.), **tornando-se verdadeiramente livres, no sentido que se atribui hoje à expressão "homens livres".**

---

[149] A. Smith, *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations,* Tome II, Flammarion, 1991, (1776), p.490

Obtiveram também o privilégio de ter **os seus magistrados, o seu próprio conselho de cidade,** de construir **fortificações** para a sua defesa, de constituírem uma **milícia** com os seus cidadãos, obrigados a vigiar e a guardar as muralhas contra qualquer ataque surpresa, de noite ou de dia. Tornou-se igualmente indispensável confiar às cidades uma jurisdição coerciva para obrigar os cidadãos a pagar uma contribuição.

É absolutamente extraordinário que os soberanos europeus tenham trocado, por uma renda que não era possível aumentar, a fatia dos seus rendimentos que era a mais susceptível de todas a aumentos. Eles favoreceram a emergência, no coração do seu Estado, de uma espécie de repúblicas independentes. Como se explica isto?

Estas concessões explicam-se, afirma Adam Smith, pela oposição entre o soberano e os grandes senhores. Na Europa, o soberano não tinha meio de assegurar a protecção de todos os súbditos contra a opressão desses senhores, que desprezavam mas invejavam os burgueses, cuja riqueza motivava a sua cobiça, levando-os a pilhá-los sem dó nem piedade na primeira oportunidade. **Por seu lado, o rei não gostava dos grandes senhores e não desejava que eles enriquecessem demasiado.** Como os burgueses eram os inimigos dos seus inimigos, o soberano deu-lhes a possibilidade de garantirem a sua independência, graças a magistrados particulares, e a sua segurança, autorizando-os a construir muralhas e a submeter todos os seus concidadãos a uma disciplina militar. **Em troca, os burgueses podiam fornecer ao rei um apoio importante – a milícia das cidades podia ser reunida rapidamente** e muitas vezes era levada para conflitos com senhores vizinhos. É a partir deste período que a Liga Hanseática se torna formidável e que várias cidades em países onde o soberano vinha a perder quase totalmente a sua autoridade, como a Suíça ou a Itália, se tornaram realmente independentes.

Em países como a França e a Inglaterra, o soberano conservou a sua autoridade, mas esta diminuiu substancialmente no que diz respeito às cidades. Ele já não tinha condições para lhes cobrar, pelo menos sem o seu consentimento, a mais pequena taxa para lá do imposto fixo da cidade. A ordem, a boa administração, a segurança e a liberdade estabeleceram-se nas cidades, enquanto os cultivadores dos campos continuaram expostos a todas as formas de violência. **Os homens incapazes de se defenderem nunca são incitados a prosperar além da simples subsistência, pois sabem bem que qualquer riqueza se arrisca a atrair a cobiça alheia.** Quando um cultivador, esmagado pelo jugo da servidão, conseguia, ainda assim, constituir um pequeno capital, escondia-o com cuidado, sem o empregar na melhoria das terras, e aproveitava a primeira ocasião para se mudar para uma cidade. A lei permitia que este tipo de "fugitivo" se tornasse um homem livre se conseguisse esconder-se durante um ano do seu mestre. O seu capital ia, então, enriquecer ainda mais a cidade.

As **cidades** retiram sempre do campo a sua subsistência e as matérias-primas necessárias à sua indústria, mas as **situadas nas proximidades de uma costa marítima ou de um rio navegável não estão, naturalmente, obrigadas a depender dos campos vizinhos** – podem obter aquilo de que precisam de todos os cantos do mundo em troca dos seus produtos manufacturados ou conduzindo mercadorias entre países afastados uns dos outros. Isto explica como algumas cidades alcançaram um grau de riqueza muito elevado enquanto os campos vizinhos permaneceram miseráveis.

As primeiras cidades europeias a enriquecer intensamente por acção do comércio foram as italianas. A Itália estava situada no centro da parte mais rica e mais civilizada do mundo à época. **As Cruzadas foram, para a Europa, um dos frenesis mais ruinosos e retardaram o progresso da maior parte do continente,** mas deram um lucro enorme à marinha de cidades como Veneza, Génova e Pisa, que por vezes asseguraram o transporte de homens mas sobretudo de víveres para abastecer os grandes exércitos que marcharam à conquista da Terra Santa.

Num primeiro momento, a importação, por parte dos habitantes das cidades, de artigos refinados e objectos de luxo provenientes dos países mais ricos alimentou a vaidade dos grandes proprietários, que os trocaram por grandes quantidades de produtos naturais das suas terras. **Em seguida, a procura generalizou-se a ponto de se tornar considerável, e os comerciantes, para evitarem os custos de transporte, criaram manufacturas próprias nos seus países** (sobretudo na Europa Ocidental). Nos países pobres geralmente não se encontram manufacturas, mas estas abundam nos grandes países. Estas manufacturas de produtos destinados a exportação foram criadas na Europa de duas formas.

Em primeiro lugar, determinadas manufacturas foram introduzidas pela acção "violenta" dos capitais de alguns comerciantes e empresários privados. Na Europa ocidental, elas são fruto do comércio externo, como as antigas manufacturas de tecidos, sedas, veludos, brocados que prosperaram em Lucca durante o século XIII. Elas foram banidas desta cidade em 1310 por Castruccio Castracani, um dos heróis de Maquiavel. É esta a origem dos tecidos finos da Flandres e de Inglaterra. Como imitam as manufacturas estrangeiras, as que têm esta origem trabalham em geral matérias-primas provenientes do estrangeiro: as sedas do Oriente, por exemplo.

Em segundo lugar, o aperfeiçoamento gradual de fábricas grosseiras e domésticas esteve na origem da emergência de manufacturas destinadas a mercados longínquos. É o caso de regiões muito férteis, de cultura fácil, no interior e de acesso difícil por via terrestre e por via fluvial. Nestas regiões não é fácil exportar o excesso de víveres. **Como estes são muito baratos, as regiões atraem naturalmente para os seus arredores um grande número de artesãos.** Eles trabalham no local as matérias-primas da região e trocam a sua arte, ou o preço da sua arte, por uma maior quantidade de víveres. Ao poupar os custos de transporte, conferem um valor acrescentado aos produtos naturais da região. Já os cultivadores, apaixonados pelas obras cómodas e bonitas criadas pelos artesãos, desejam enriquecer para as adquirir e, como tal, aumentam gradualmente a sua produção através de beneficiações contínuas das terras.

Estamos perante um **círculo virtuoso:** a fertilidade natural da terra faz nascer manufacturas que, por seu turno, reforçam a fertilidade natural da terra. Ao enriquecer, os comerciantes, abastecem gradualmente mercados cada vez mais afastados. Os artigos manufacturados são muito mais fáceis e baratos de transportar do que as matérias-primas. De facto, contêm, num pequeno volume, o preço de uma grande quantidade de produtos naturais. Assim, um pedaço de tecido fino encerra em si uma quantidade primitivamente volumosa de lã, mas também milhares de libras de cereais empregues para alimentar quem confeccionou

esse tecido. De uma certa maneira, **os cereais, dificilmente exportáveis na sua forma original, são, na realidade, exportados sob a forma de um produto acabado que deles resulta.** Estes cereais, verdadeiro recurso da região em causa, podem ser enviados sob esta forma para os cantos mais remotos do mundo.

Capítulo IV. Como o comércio das cidades contribuiu para o desenvolvimento dos campos

A prosperidade crescente das cidades comerciais contribuiu de três formas distintas para a beneficiação e o cultivo dos campos, aos quais elas pertenciam.

Em primeiro lugar, ao fornecer um mercado vasto e próximo para escoar o produto bruto dos campos, **elas encorajaram o cultivo e incentivaram os cultivadores a fazer novos melhoramentos.** Este encorajamento estendeu-se a todas as regiões com as quais estas cidades negociavam.

Em segundo lugar, os **citadinos que enriqueceram compraram terras no campo, sendo que grande parte deles teria permanecido inculta se tal não tivesse acontecido.** Um comerciante aspira, geralmente, a tornar-se um proprietário de bens de campo e, quando tal acontece, é ele quem se empenha activamente na beneficiação da sua propriedade. O comerciante está habituado a investir e a obter retorno, enquanto um lavrador está mais acostumado a empregar o seu dinheiro como mera despesa. Como é mais astucioso, o comerciante pode investir um maior capital na beneficiação da terra com a perspectiva de ganhar um valor proporcional à despesa. **O seu rendimento beneficia dos hábitos de disciplina, poupança e atenção que adquiriu no seu ofício.**

Em terceiro lugar, o comércio e as manufacturas só podem prosperar com disciplina, segurança, liberdade e confiança individual asseguradas por um governo legal. Gradualmente, estas **garantias estenderam-se aos habitantes do campo** que, até então, tinham vivido num estado de guerra quase permanente com os vizinhos e numa dependência servil dos seus senhores.

Onde não existe comércio externo nem manufacturas, a única forma de gastar o excedente da produção agrícola é, para o senhor que o possui, sustentar as centenas ou milhares de pessoas do seu território. Este senhor está, assim, rodeado de uma série de clientes e de seguidores que, dependendo inteiramente dele para a sua subsistência, estão totalmente ao seu serviço. Esta hospitalidade rústica podia atingir proporções gigantescas. Diz-se que **o grande conde de Warwick alimentava todos os dias 30.000 pessoas nos seus diferentes castelos.** O número pode ter sido exagerado mas ele deve ter sido, na realidade, bastante elevado. Os cultivadores das terras viviam tanto na dependência do grande proprietário quanto os seguidores deste. Eles pagavam uma renda desproporcionada face à subsistência que a terra lhes fornecia e o senhor obtinha deles uma obediência sem reservas.

Esta autoridade foi a base do poder dos antigos barões, que se tornaram juízes em tempo de

paz e chefes em tempo de guerra. Contrariamente ao rei, eles podiam manter a ordem em cada uma das suas terras. O rei foi, assim, obrigado a ceder-lhes a administração da justiça. Mas, **contrariamente ao que se pensa, as jurisdições territoriais não foram consagradas nas leis feudais – elas são bastante anteriores.** A par do direito de mobilizar tropas e de cunhar moeda, elas fazem parte dos **direitos alodiais[150] datados da época dos grandes proprietários,** vários séculos antes do surgimento das leis feudais. Longe de consagrar estes direitos, a introdução das leis feudais foi uma tentativa de reprimir a autoridade dos grandes proprietários alodiais, isto é, dos senhores que o rei não conseguia submeter. As leis feudais consistiam numa longa cadeia de serviços e deveres, do rei ao mais pequeno proprietário. **Estas leis reforçaram um pouco a autoridade do rei e enfraqueceram a dos grandes proprietários,** mas não alteraram praticamente nada na gestão dos campos e nos costumes e tradições que estavam na origem da desordem, tendo-se revelado igualmente ineficazes para reprimir a violência dos grandes senhores.

Mas **a acção silenciosa e imperceptível do comércio externo e das manufacturas alcançou o que as leis feudais nunca alcançaram. Como? Fornecendo aos grandes proprietários um elevado número de objectos de luxo e de comodidade que eles só podiam adquirir pela troca de grandes quantidades da produção supérflua das suas terras,** produção que, até então, servia para garantir o seu domínio sobre um grande número de pessoas. "Tudo para nós, nada para os outros", era esta a "vil máxima dos senhores da Humanidade"[151]. Assim que os senhores encontraram forma de utilizar todos os seus bens excedentários, adquiriram objectos de luxo e outras frivolidades. Por um par de brincos de diamante que só eles usavam, davam o preço da subsistência de cerca de mil pessoas. Por capricho, **"para satisfazer a mais pueril, a mais vil e a mais sórdida das vaidades, perderam gradualmente todo o crédito e autoridade que tinham"[152]**.

No entanto, um homem que assim proceda faz subsistir tantas pessoas ou mais do que com o antigo modo de despesa pois, **mesmo que os objectos preciosos que ele adquire de forma tola não tenham grande volume, o número de trabalhadores empregues na recolha e preparação das matérias-primas terá sido elevado.** Ao pagar estes caprichos, ele paga os salários dos trabalhadores (e contribui indirectamente para a sua subsistência) e os lucros dos patrões. Contudo, esse contributo para a subsistência é muito reduzido: talvez seja um décimo, um centésimo, um milésimo ou a décima milionésima parte do sustento anual de cada um.

> "Assim, embora [o grande senhor] contribua para a sua subsistência, todos são mais ou menos independentes dele, pois, de um modo geral, podem subsistir sem ele"[153].

Colectivamente, **os rendimentos dos senhores gastos** com os comerciantes **permitem fazer viver tantas pessoas quanto antes**, ou até mais, pois não há o desperdício próprio da hospitalidade rústica. A **grande diferença** é que, devido à disseminação destes rendi-

---

[150] Alodial: que pertence a um alódio. Um alódio era, na Idade Média, uma propriedade isenta de encargos senhoriais e da qual se podia dispor livremente.
[151] A. Smith, *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations,* Tome II, Flammarion, 1991, (1776), p.506
[152] *Idem, ibidem*
[153] *Idem*, p.507

mentos por diferentes sectores, o**s trabalhadores e os comerciantes já não vivem na dependência absoluta dos senhores.**

Correlativamente, estes senhores diminuíram substancialmente o número de pessoas que deles dependiam e dispensaram inquilinos. Os cultivadores foram reduzidos ao estritamente necessário para cultivar e melhorar as terras imperfeitas de então. Ao descartar as bocas desnecessárias, os senhores puderam aumentar os seus rendimentos e, assim, o montante das suas despesas. Para obter o máximo das suas terras, a única forma era dar aos rendeiros a garantia de que ali permaneceriam o tempo suficiente para ter retorno das beneficiações que nelas fizessem. A vaidade gastadora dos proprietários está, portanto, na origem dos contratos de longo prazo.

Os rendeiros com contratos de longo prazo tornaram-se efectivamente independentes, pois o proprietário já não lhes podia exigir o mais pequeno serviço que não estivesse expressamente estipulado no contrato. Como tal, os senhores perderam gradualmente as suas prerrogativas judiciais e deixaram de obstruir a normal execução da justiça. O seu apetite desmedido por bugigangas e adornos tornou-os tão pouco importantes como qualquer burguês ou artesão rico de uma cidade. Nas regiões mercantis, é raro encontrar famílias que possuam um domínio considerável há gerações. Todavia, tal é muito frequente nas regiões onde o comércio é quase inexistente, como o País de Gales ou as montanhas da Escócia. Também é algo frequente entre os povos pastoris, como os tártaros e os árabes.

Na maior parte da Europa, o comércio e as manufacturas das cidades, em vez de serem uma consequência do cultivo e da melhoria dos campos, foram a sua causa. Porque foi este desenvolvimento tão lento e incerto? **Porque na Europa ele seguiu um rumo contrário ao do curso natural das coisas.** Como é que se devia ter desenvolvido? Da mesma maneira que as colónias americanas, onde as riquezas se baseiam exclusivamente na agricultura. Este país irá progredir rumo às manufacturas e ao comércio mais tarde. O resultado é que, na Europa, são precisos quase 500 anos para duplicar o número de habitantes. Na América, bastam 20 a 25 anos.

O que prejudicou o desenvolvimento "natural" das coisas na Europa? Adam Smith já respondeu a esta questão. A resposta é **a lei da primogenitura e todas as outras leis que, tendendo a perpetuar os bens nas famílias,** foram impedindo a divisão dos latifúndios e a multiplicação dos pequenos proprietários. De facto, o pequeno proprietário que conhece todos os recantos do seu terreno, que o vigia, cultiva, melhora e embeleza, é aquele que traz a esse espaço maior actividade, inteligência e cuidado.

Além disso, estas mesmas regras colocam grandes quantidades de terra fora do mercado. Isto significa que as poucas terras que podem ser vendidas não satisfazem a procura de capitais que querem ser empregues, sendo vendidas a um preço de monopólio. Este preço é tal que a renda da terra jamais paga o juro do preço de compra e, além do mais, é sobrecarregada com custos de reparações e outros encargos ocasionais. Assim, um jovem ambicioso preferirá aplicar o seu capital noutro lado. Na América, pelo contrário, as terras são baratas e a sua aquisição com vista a fazer uma plantação é o caminho mais seguro para obter fortuna e nome.

Se a Inglaterra renunciasse a estas regras feudais, **todas as terras pudessem ser alienadas e as propriedades divididas em partes iguais por todos os filhos aquando da morte do proprietário, haveria muitas terras à venda e elas deixariam de ser vendidas a um preço de monopólio.** A Inglaterra, com a sua fertilidade natural, as suas costas e as suas vias navegáveis tem todas as condições para ser a sede do comércio externo e das manufacturas destinadas a mercados distantes. Desde o início do reinado de Isabel I, a lei velou pelos interesses do comércio e das manufacturas, tendo estes registado progressos contínuos. A agricultura não deixou de se desenvolver e vários incentivos foram dados a este sector: a exportação de cereais foi incentivada por um subsídio e a importação de gado vivo proibida, à excepção do gado oriundo da Irlanda. Estes incentivos são, evidentemente, ilusórios mas revelam as boas intenções da lei em favorecer a agricultura. Um outro ponto extremamente positivo é a segurança e a independência dada aos camponeses. **Infelizmente, a Inglaterra ainda é um país onde se paga o dízimo** (o que desencoraja a beneficiação das terras) **e onde reina a lei da primogenitura.**

No que se refere a outros países, a **França** desenvolveu um **comércio externo assaz considerável** quase um século antes de a Inglaterra ser considerada um país comerciante, mas **o cultivo e a beneficiação das terras francesas são inferiores aos das terras inglesas.** Já o comércio de Espanha e de Portugal com outras nações europeias é considerável, embora se faça sobretudo em navios estrangeiros, pois estes dois países reservam os seus navios para o comércio com as respectivas colónias, o qual, devido à riqueza destas, é superior ao comércio com as outras nações europeias. Mas este comércio nunca introduziu nestes países manufacturas de produtos destinados à exportação, e a maior parte deles continua inculto. Pelo contrário, a Itália é um país cultivado e beneficiado em todas as regiões, graças ao comércio externo e às manufacturas.

O capital adquirido por um país através do comércio e das manufacturas é um haver muito frágil e muito precário até essa riqueza ser colocada a salvo e aplicada no cultivo e na beneficiação das terras. Porquê? Smith explica-o na seguinte passagem:

> **"Um comerciante** (…) **não é necessariamente cidadão de um determinado país.** Em grande parte, é-lhe indiferente o lugar onde tem o seu comércio, e **basta um revés um pouco mais grave para que ele se decida a levar o seu capital para outro país,** e com ele toda a indústria que esse capital colocava em actividade"[154].

O capital do comerciante não pertence ao país enquanto não estiver disseminado pelo território em edifícios ou em melhoramentos agrícolas duradouros. As cidades hanseáticas possuíram riquezas imensas das quais não resta hoje qualquer vestígio. Mas, não obstante as calamidades que se abateram sobre as manufacturas e o comércio de Itália nos séculos XV e XVI, este país continua a ser um dos mais povoados e um dos mais cultivados da Europa. **Também as guerras civis da Flandres e o governo espanhol que lhes sucedeu afastaram o grande comércio das cidades de Antuérpia, de Gante e de Bruges, mas a Flandres continua a ser uma das regiões mais ricas, mais povoadas e mais cultivadas da Europa.**

---

[154] *Idem,* p.414

As revoluções geralmente causadas pela guerra ou pelas atribulações dos governos secam as fontes de riqueza que se devem unicamente ao comércio. **Para destruir a riqueza gerada pela agricultura é preciso muito mais, é preciso um ou dois séculos de depredações contínuas causadas por invasões bárbaras** como as que afectaram a Europa Ocidental algum tempo antes e depois da queda do Império Romano.

Livro IV

Dos sistemas de economia política

Introdução

A economia política subdivide-se em dois objectivos distintos:

- proporcionar ao **povo** um rendimento ou uma subsistência abundante ou, mais exactamente, **"dar-lhe condições para que ele procure por si esse rendimento e essa subsistência abundante"**[155];
- **fornecer ao Estado** ou à comunidade **um rendimento suficiente** para o serviço público.

Adam Smith propõe-se analisar dois sistemas dominantes à época:

- o sistema mercantil (também apelidado de "mercantilismo");
- o sistema da agricultura (também apelidado de "fisiocracia").

Estes sistemas concorrentes, que se opõe em quase todos os pontos, são a expressão de dois grupos sociais que se desenvolveram em proporções variáveis em diversos países: o **sistema mercantil é apoiado sobretudo por determinados industriais e financeiros.** A **fisiocracia é apoiada pelos proprietários rurais.** Adam Smith vai comparar uma corrente e outra para criar um sistema que promova o interesse colectivo e permita a co-existência de diferentes grupos de interesse.

Capítulo I. Do princípio do sistema mercantil

O dinheiro tem duas funções:

- é um **instrumento** de comércio;
- é uma **medida** dos valores.

Esta dupla natureza deu lugar à **ideia popular de que o dinheiro faz a riqueza ou que a riqueza consiste na abundância de ouro e de prata.** Diz-se que um homem rico tem muito dinheiro e um pobre não o tem. Enriquecer é adquirir dinheiro. Na linguagem corrente,

[155] A. Smith, *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations,* Tome II, Flammarion, 1991, (1776), p.11

riqueza e dinheiro são considerados sinónimos.

Os mercantilistas raciocinam de forma idêntica relativamente à riqueza nacional: um país rico é um país onde o dinheiro abunda. Como tal, importa acumular ouro e prata no país. Isto explica porque é que **a primeira coisa que os conquistadores espanhóis queriam saber quando desembarcavam numa costa desconhecida era a localização do ouro e da prata.** Um pouco como os tártaros de Gengis Khan, que perguntavam se havia abundância de bois e carneiros no reino de França. Para este povo pastoril, que não usava dinheiro, o gado cumpria a mesma função monetária que aquele. **Tal como os espanhóis, eles confundiam instrumento de comércio e riqueza.**

O próprio John Locke distinguia o dinheiro, esse "amigo fiel"[156], dos restantes bens móveis, que eram perecíveis e se arriscavam a ser gastos e consumidos. Também considerava que era preciso evitar a sua saída do país, pois a prata e o ouro eram a parte mais resistente e mais substancial das riquezas móveis que importava acumular.

Outros admitem que, se um Estado pudesse existir isolado do resto do mundo, seria indiferente que aí circulasse muito ou pouco dinheiro. Neste caso, a riqueza dependeria unicamente do número de bens consumíveis. O problema é que uma tal situação não existe: todos os países possuem relações com nações estrangeiras. Além disso, sustentar guerras no exterior, manter frotas e exércitos em locais remotos, etc., custa dinheiro. Fazer sair ouro e prata de um país exige que se tenha um bom stock dos mesmos. Como tal, é preciso acumular o máximo em tempo de paz. **Eis o motivo pelo qual, influenciadas por esta visão, as diversas nações europeias se esforçaram por acumular ouro e prata.** Muitas delas, como Portugal e Espanha, proibiram a exportação de metais preciosos ou sujeitaram-na a enormes impostos.

Uma tal proibição revelou-se incómoda para os comerciantes, que exigiram a sua retirada por a considerarem nociva ao comércio. E apresentaram dois argumentos:

- em primeiro lugar, **a exportação de ouro e de prata em troca de bens estrangeiros não diminui necessariamente a quantidade destes metais no reino.** Tal exportação pode até fazê-la aumentar imenso se as mercadorias importadas por Inglaterra graças a este ouro ou a esta prata forem reexportadas para outros países estrangeiros. Não ter isto em conta equivale a criticar um agricultor por desperdiçar o trigo que lança à terra na altura das sementeiras sem pensar no que ele irá recolher na época das colheitas;
- em segundo lugar, **esta proibição é impotente para impedir o contrabando do ouro e da prata, dada a pequenez destes metais.** A única maneira de impedir esta exportação é estar atento à "balança comercial", definida da seguinte maneira pelos comerciantes: quando um país exporta produtos por um valor maior do que aquele que importa, recebe uma quantidade de ouro e de prata que permanece no seu território. Pelo contrário, se importa mais do que exporta, a quantidade de metais preciosos no país diminui. Como tal, proibir a exportação destes metais não impedirá que saiam do país. **O único efeito de tal proibição é tornar a exportação mais dispendiosa**

---

[156] *Idem,* p.14

e arriscada. Porquê? Porque ela torna o câmbio ainda mais desfavorável para os comerciantes ingleses. De facto, o comerciante inglês que utilize uma letra de câmbio no estrangeiro é obrigado a pagar, além do risco natural, do trabalho e da despesa de transporte do dinheiro, o risco extraordinário resultante da proibição. Ao fazê-lo, o dinheiro inglês perde valor face ao dinheiro holandês, por exemplo, o que torna as mercadorias inglesas mais baratas e as mercadorias holandesas mais caras. Resumindo, **esta proibição teve, a nível da balança comercial, consequências inversas àquelas que visava.**

Para Adam Smith, estes argumentos são parcialmente verdadeiros e parcialmente falsos. Faz sentido sublinhar que a exportação de ouro e de prata pode revelar-se vantajosa para o país e que a proibição é ineficaz para impedir a exportação destes metais. Contudo, é um sofisma afirmar que conservar ou aumentar a quantidade destes metais requer a acção do governo. Porquê? Porque a liberdade do comércio revela-se mais útil do que a acção estatal. **É também um sofisma dizer que o elevado preço do câmbio agrava uma balança comercial desfavorável ou que conduz a uma maior exportação dos metais.** Uma elevada taxa de câmbio é prejudicial para os comerciantes que têm de fazer pagamentos ao estrangeiro, mas o dinheiro que pagam para se protegerem desse risco extraordinário é dinheiro que é enviado ao seu banqueiro e que, como tal, não abandona Inglaterra. Além disso, o elevado preço de câmbio existe para incitar os comerciantes a equilibrarem as importações com as exportações, pagando então o câmbio sobre a mais pequena soma possível. Este preço de câmbio é, na realidade, uma espécie de imposto que tende a diminuir o consumo de bens estrangeiros.

Não obstante, estes argumentos dos comerciantes persuadiram os parlamentos, os conselhos de príncipes, os nobres e os proprietários rurais. Conseguiram convencê-los da necessidade de autorizar a exportação de lingotes e de moedas estrangeiras presentes no país e fizeram com que a proibição de exportar ouro e prata se limitasse à moeda nacional. Na Holanda e noutros países, a liberdade de exportar moedas tornou-se absoluta (tanto para as divisas nacionais como para as estrangeiras). A atenção dos países passou a focar-se na sua balança comercial para aumentar a quantidade dos seus metais. Ou seja, abandonaram uma vigilância inútil para se entregarem a outra mais complexa e igualmente inútil.

Tudo isso não fazia sentido para Adam Smith, segundo quem, se um Estado não produz vinho, basta-lhe comprá-lo ao estrangeiro. Do mesmo modo, se não tem minas de ouro e de prata, basta-lhe comprar esses metais ao estrangeiro, como acontece com qualquer outra mercadoria. Além disso, é a mercadoria mais fácil de obter: dada a sua pequena dimensão, não há bem que se transporte melhor de um lugar para outro. Enquanto produzir riquezas, um Estado não terá falta de nada, pois poderá trocá-las por quaisquer outras, incluindo ouro e prata. Como tal, é preciso confiar inteiramente na sua liberdade comercial, sem que o governo se imiscua.

Se as quantidades de ouro e de prata presentes num país excederem as necessidades, nenhum governo do mundo, por mais vigilante e zeloso que seja, é capaz de **impedir a sua exportação.** Estes metais, trazidos por galeões oriundos do Peru ou do Brasil para

Espanha ou para Portugal, escapam-se continuamente. Mas, se a quantidade estiver abaixo da procura efectiva, o governo nem precisa de se preocupar: eles afluirão automaticamente e o governo será incapaz de travar esse afluxo.

O ouro e a prata são bens cuja falta é menos prejudicial a um país. Se um Estado tiver falta de matérias-primas para as suas indústrias, isso traduz-se numa paragem dessas actividades. **Se lhe faltar comida, há fome. Se faltar dinheiro, haverá sempre expedientes, graças à possibilidade das trocas em géneros.** Podemos também vender e comprar a crédito ou utilizar papel-moeda. **No entanto, aquilo de que as pessoas mais se queixam é da escassez de dinheiro. Isto deve-se ao facto de muitas pessoas quererem pedir emprestado sem possuírem o que quer que seja** para comprar dinheiro ou para oferecer como garantia. Muitos têm projectos que ultrapassam aquilo que o seu capital permite. Se não encontram dinheiro, não é porque este não exista ou porque partiu para o estrangeiro, mas porque os bancos não lhes concedem crédito.

A riqueza não está no dinheiro ou na quantidade de metais preciosos, mas nas coisas que o dinheiro compra e que lhe dão todo o seu valor. Segundo Adam Smith, o dinheiro faz seguramente parte do capital nacional, mas é apenas uma pequena parte e, além disso, é sempre a parte que menos lucra à sociedade.

Muitas vezes deixamo-nos iludir porque é mais fácil transformar dinheiro em bens do que o inverso, mas isso deve-se ao facto de o dinheiro ser o instrumento do comércio. Muitas vezes, raciocina-se a nível nacional como se faz a nível particular. De facto, o comerciante deseja desfazer-se dos seus bens perecíveis antes que eles se tornem obsoletos. A venda é também o momento em que o comerciante recebe o seu lucro, e ele corre o risco de se arruinar se não conseguir desfazer-se a tempo destes bens. Mas estes motivos não existem a nível nacional. Porquê? **Porque só uma parte muito pequena do produto anual das terras e do trabalho de um país serve para comprar ouro e prata. A maior parte destina-se a ser consumida a nível nacional.** Além disso, o que se exporta destina-se muitas vezes a comprar bens consumíveis estrangeiros. Como tal, o produto anual das suas terras e do seu trabalho permaneceria relativamente inalterado de ano para ano, pois os bens podem servir para muito mais do que comprar dinheiro, mas o dinheiro só serve para comprar bens.

Os bens consumíveis são perecíveis, enquanto o ouro e a prata são duradouros. **Os mercantilistas deduziram daqui que era sempre vantajoso para um país trocar bens consumíveis por bens duradouros.** Adam Smith responde que, por exemplo, **trocar vinho francês por artigos de metal não é necessariamente vantajoso para o país que recebe os artigos de metal.** É verdade que estes são mais duradouros, mas a sua acumulação num país só irá aumentar o número de panelas e frigideiras. Como a utilidade de um bem está limitada ao uso que se faz dele, seria absurdo ter mais panelas e frigideiras do que as necessárias para cozinhar os alimentos que se consomem no país.

Do mesmo modo, a utilidade do ouro e da prata é limitada pelo uso que deles se faz, seja enquanto moeda (para a circulação de bens), seja sob a forma de uma baixela. Por todo o país, a quantidade de moeda é regulada pelo valor das mercadorias cuja circulação ela

promove. Quando esse valor sobe, de imediato parte dele vai para onde é preciso, com vista a adquirir a quantidade adicional de moeda necessária à sua circulação. Quanto à quantidade de baixelas em ouro ou em prata, ela aumenta em função do número e da riqueza das grandes famílias que as podem comprar. **Tentar aumentar a riqueza de um país retendo nele uma quantidade inútil de ouro ou de prata é tão absurdo como tentar aumentar o bem-estar de uma família obrigando-a a conservar utensílios inúteis.** Frequentemente, a despesa na compra de utensílios inúteis é feita em detrimento de alimentos, roupas e alojamento. Se a quantidade de bens diminui no interior de um país, uma quantidade de dinheiro equivalente a essa perda irá abandonar o país.

Nem sempre é necessário acumular ouro e prata num país para lhe permitir sustentar guerras no estrangeiro ou manter exércitos. Os exércitos são mantidos com bens consumíveis e não com ouro e prata. Qualquer país que produza riquezas poderá, com estas, comprar bens consumíveis para os seus soldados no estrangeiro.

Existem **três formas de adquirir o salário e as provisões de um exército num país distante:**

- expedindo ao exército ouro e prata acumulados, nos quais se incluem:
  - dinheiro em circulação;
  - baixelas de particulares;
  - o dinheiro acumulado ao longo de décadas de poupança e guardado no tesouro do príncipe;
- exportando parte das manufacturas;
- exportando parte do produto bruto anual

Não podemos retirar muito do dinheiro em circulação pois ele nada tem de supérfluo. Ele é determinado, como vimos, pelo volume de bens em circulação. Todavia, podemos, em caso de guerra, substituir uma parte dele por papel-moeda. Podemos também diminuir uma parte da massa monetária em circulação devido ao grande número de pessoas que se envia para guerrear no estrangeiro e que, por momentos, deixa de consumir dentro de fronteiras. No entanto, este dinheiro é um recurso bastante escasso para financiar uma guerra. Fundir as baixelas dos particulares não proporciona quase nenhum recurso. Não compensa sequer a perda do valor da sua confecção. Um tesouro acumulado vários anos constituiu um recurso mais importante e mais duradouro. O problema é que, à excepção do rei da Prússia, nenhum soberano deste século possui semelhante tesouro.

Adam Smith coloca então maliciosamente a seguinte questão: como é que Inglaterra financiou a última guerra contra a França? O custo da mesma foi estimado em mais de 90 milhões de libras esterlinas. Ora o ouro e a prata em circulação em Inglaterra nunca excederam os 18 milhões de libras esterlinas. E, de acordo com o que se estimou após a última cunhagem, o volume de dinheiro é provavelmente muito inferior a este montante. Imaginemos mesmo que dávamos crédito a uma estimativa desmesurada que avalia esta soma em 30 milhões. Se foi com ouro e prata em circulação que se financiou aquela guerra, era necessário que todo o ouro e prata do reino tivessem sido exportados e reexportados pelo menos duas vezes durante seis ou sete anos. Se assim fosse, tal demonstraria de forma

decisiva a inutilidade da fiscalização do governo à conservação do dinheiro no país, já que este teria feito viagens de ida e volta sem que ninguém desse por isso. Contudo, o canal de circulação nunca pareceu mais desguarnecido do que o habitual. É certo que muita gente se queixou de não ter dinheiro mas, como vimos, aquilo de que se queixavam era, na verdade, de não ter garantias para o pedir emprestado ou mercadorias para comprar dinheiro.

Portanto, as despesas enormes da guerra terão sido custeadas sobretudo pela exportação de mercadorias inglesas. Quando o governo ou os seus agentes faziam um contrato com um comerciante para a remessa de valores para um determinado país, o comerciante pagava a um correspondente estrangeiro – que lhe tinha aceite uma letra de câmbio – com o envio de mercadorias em vez de dinheiro. Quando estes bens são simplesmente enviados para o estrangeiro, não há lucros a reportar.

Há também, além das três espécies de ouro e prata citados (o que existe nas moedas em circulação, nas baixelas e no tesouro do príncipe), uma grande quantidade de ouro e prata em lingotes que é alternadamente importada e exportada para servir os fins do comércio externo. Os lingotes de ouro e de prata que circulam entre diferentes países são "a moeda da grande república mercantil"[157]. É provável que uma parte destes lingotes tenha sido usada para a guerra mas, se assim foi, ela teve de ser comprada ou com mercadorias inglesas ou com qualquer coisa adquirida graças às mercadorias inglesas.

De todas as mercadorias, as mais fáceis de transportar para o estrangeiro, para aí pagarem as provisões e o salário de um exército, são as manufacturas requintadas e elaboradas. Como têm um grande valor e um pequeno volume, elas podem ser transportadas sem grandes despesas, motivo pelo qual a guerra é lucrativa para quem as fabrica. Durante esse período, quem as faz tem de responder a uma dupla procura. Por um lado, tem de fabricar produtos para exportação, que irão pagar as letras sacadas sobre países estrangeiros pelos salários e provisões para o exército. Por outro, deve elaborar os artigos necessários para adquirir as mercadorias que o país costumava consumir. Assim, **estas manufacturas podem prosperar no meio da ruína do seu país e entrar em declínio com o regresso da paz.**

Nenhuma guerra longa e dispendiosa no estrangeiro pode ser sustentada pela exportação de uma parte do produto bruto do solo. O produto bruto é muito volumoso para ser transportado e, além disso, tal exportação privaria os habitantes do reino de uma parte da sua subsistência, pois raros são os estados cujo produto bruto excede a subsistência do seu povo. Só se costuma exportar a superabundância de trabalho. Nos tempos antigos, os reis ingleses não podia sustentar longas guerras no estrangeiro por falta de bens manufacturados deste tipo. Isto explica porque é que os soberanos de países pobres, isto é, países sem comércio nem manufactura, acumulam geralmente grandes tesouros para fazer face às guerras. Já os soberanos de países mercantis e industriais não acumulam tesouros, pois sabem que podem obter dos seus súbditos auxílios extraordinários. Isto torna os soberanos algo frívolos e despesistas.

---

[157] *Idem,* p.29

A importação de ouro e de prata não é nem o único nem o principal benefício que uma nação retira do seu comércio externo. **O comércio entre dois países proporciona a cada um vantagens distintas. Desembaraça cada um do excedente da sua produção e dá-lhe algo que tem procura.** Um novo mercado permite, então, que cada país leve mais longe a divisão do trabalho, aumente o seu poder produtivo, multiplique a riqueza e aumente o rendimento nacional.

A importação de ouro e de prata por parte de países que não possuem minas é uma das actividades menos lucrativas do comércio externo. A abundância das minas americanas produziu ouro e prata baratos. A Europa beneficiou com isso, ainda que superficialmente. Além disso, o baixo preço do ouro e da prata tornou esses metais menos adequados à sua função de moeda. De facto, a sua abundância fez com que, para uma mesma quantidade de bens a comprar, seja necessária uma maior quantidade de moeda. Paga-se agora 1 xelim por aquilo que antes custava 4 dinheiros.

Não foi pela importação de ouro e de prata que a descoberta da América enriqueceu a Europa. Ela enriqueceu a Europa porque lhe facultou um mercado quase inesgotável para o escoamento das suas mercadorias. Esta procura acrescida acelerou a divisão do trabalho, suscitou aperfeiçoamentos na indústria, aperfeiçoou o trabalho, beneficiou as forças produtivas, aumentou a produção em todos os países europeus e multiplicou a riqueza e o rendimento real por habitante. Isso fez afluir novos produtos rumo à América e novos objectos rumo à Europa. **Infelizmente, a barbárie e a injustiça dos europeus fez deste acontecimento, que poderia ter sido benéfico aos dois mundos, uma época de destruição, ruína e exterminação** de muitos povos nos territórios americanos.

A descoberta da passagem para as Índias Orientais por via marítima, contornando o cabo da Boa Esperança, abriu o comércio externo a um campo ainda mais vasto do que a América. No continente americano, só dois povos (aztecas e incas) eram superiores aos selvagens e foram destruídos bastante depressa. Mas nos impérios da China, do Indostão e do Japão, e em alguns outros situados nas Índias Orientais, viviam povos ricos e civilizados. E as nações avançadas podem sempre fazer entre si trocas de maior valor do que aquelas que podem fazer com povos selvagens e bárbaros.

Todavia, até ao presente, a Europa retirou menos benefícios do comércio com esses países do que retirou do comércio com as colónias americanas. Os portugueses, primeiro, e os holandeses, ingleses, dinamarqueses e suecos, em seguida, foram-se apropriando do monopólio do comércio com as Índias Orientais. Mas este comércio nunca foi tão vantajoso como o comércio com a América. Tudo porque nenhuma nação europeia beneficiou de liberdade de comércio com as Índias Orientais. Adam Smith explicará mais tarde em que consiste este comércio exclusivo e em que é que ele é profundamente criticável. Por agora, contenta-se em constatar que este comércio – que, através da exportação de um grande número de mercadorias europeias, se deveria ter revelado extremamente lucrativo para a Europa – apenas provocou um aumento muito ligeiro do seu produto anual. **E isto deve-se aos entraves que foram, por todo o lado, lhe foram impostos.**

Vários autores, mesmos os mais sensatos, tomam por verdade certa e reconhecida o preconceito segundo o qual a riqueza de um país está no ouro e na prata que possui nos seus cofres e concebem a economia política como a arte de acumular esses metais preciosos. Isto implica, segundo eles, diminuir ao máximo a importação de bens externos destinados ao consumo e aumentar, tanto quanto possível, a exportação de produtos da indústria nacional. Assim, as duas grandes medidas postas em prática pela política mercantilista são:

- os **entraves** à importação;
- os **incentivos** à exportação.

Os entraves à importação são de dois tipos:

- em primeiro lugar, os **entraves à importação de bens estrangeiros que podem ser produzidos no país;**
- em segundo lugar, os **entraves à importação de quase toda a espécie de bens oriundos de países com os quais a balança comercial era desfavorável**

Estes entraves consistiam em impostos cobrados e em proibições absolutas.

Já a exportação foi encorajada mediante:

- as **restituições de direitos**, que eram concedidas em duas situações – ou não exigindo a totalidade ou parte da taxa ou imposto sobre um bem quando este era exportado, ou restituindo a totalidade ou parte da taxa ou do imposto cobrados sobre um bem que tinha sido importado e depois exportado;
- os **subsídios** concedidos para incentivar uma indústria nascente ou específica;
- os **tratados comerciais vantajosos**, que privilegiavam um país estrangeiro, os seus comerciantes e bens com condições específicas que não eram concedidas a outros países;
- o estabelecimento de **colónias**, através das quais se concediam privilégios, e muitas vezes até monopólios, aos comerciantes do país que as estabelecia.

Eis os seis meios principais através dos quais o sistema mercantilista se propõe aumentar a quantidade de ouro e de prata num país. Adam Smith vai analisá-los à vez e avaliar o seu impacto no produto anual da indústria nacional.

Capítulo II. Dos entraves à importação de bens estrangeiros que podem ser produzidos no país

Restringindo, parcial ou totalmente, a importação de bens estrangeiros, assegura-se um monopólio no mercado interno à indústria nacional que produz bens similares.

Assim, a proibição de importar gado vivo ou carne salgada do estrangeiro assegura aos criadores de gado o monopólio do mercado interno de carne. Podemos dizer o mesmo

dos cereais, das lãs ou das sedas. Em Inglaterra, muitos fabricantes beneficiam de um monopólio total, ou quase total.

É óbvio que um monopólio no mercado interno incentiva imenso o desenvolvimento das indústrias que gozam do mesmo. Ele desvia para este emprego muitas pessoas e capitais que, sem ele, se empregariam de outro modo. Assim, não é certo que tal contribua realmente para aumentar a actividade geral da sociedade ou até que contribua para lhe dar um rumo mais vantajoso. De facto, nenhuma regulamentação é capaz de aumentar o número de pessoas que podem ser empregues pelos capitais existentes, mas pode orientar os capitais mais numa direcção do que noutra. Só não é certo que essa direcção artificial seja mais benéfica para a sociedade do que aquela que a indústria teria seguido livremente.

De facto, **cada indivíduo** mobiliza todos os seus esforços para procurar o emprego mais vantajoso para o seu capital. Ele visa apenas o seu interesse próprio mas, ao fazê-lo, **emprega o seu capital naquilo que é mais vantajoso para a sociedade. Porquê? Por dois motivos.**

Em primeiro lugar, cada indivíduo tenta empregar o seu capital tão perto de si quanto possível e, consequentemente, fomenta a indústria nacional em detrimento da estrangeira. Assim, o comerciante privilegia – para lucros iguais – o comércio interno ao comércio externo de consumo e o comércio externo de consumo ao comércio de transporte. Porquê? Porque é preferível conhecer o carácter das pessoas com as quais trata, o estado dos seus negócios e as leis a que, por vezes, é necessário recorrer. Salvo se não houver escolha ou se esta for demasiado onerosa, o comerciante prefere empregar o seu capital no comércio interno. Esta preferência põe em marcha uma grande quantidade de actividade nacional.

Em segundo lugar, qualquer indivíduo que empregue o seu capital numa indústria nacional trata de **dirigir essa indústria de forma a que a produção** da mesma **seja tão valiosa quanto possível**, de modo a poder esperar mais dinheiro ou mercadorias em troca dessa produção. É aqui que encontramos a única passagem da obra de Adam Smith onde se aborda a **célebre "mão invisível"**:

> "Mas o rendimento anual de qualquer sociedade é sempre precisamente igual ao valor de troca de toda a produção anual da sua indústria, ou é, mais precisamente, a mesma coisa que esse valor de troca. Portanto, como cada indivíduo tenta, tanto quanto possível, aplicar o seu capital no apoio à indústria interna e, por consequência, dirigir essa indústria de modo a que a sua produção tenha o máximo valor, cada um trabalha, necessariamente, para que o rendimento anual da sociedade seja o maior possível. Na realidade, por norma ele não pretende servir o interesse público, nem sabe até que ponto o está a fazer. Ao preferir apoiar a indústria interna em vez da externa, ele só pensa na sua própria segurança; **e ao dirigir essa indústria de forma a que a sua produção seja o mais valiosa possível, ele só pensa no seu ganho; nesse, como em muitos outros casos, ele é guiado por uma mão invisível a atingir um fim que não fazia parte das suas intenções; e nunca será muito mau para a sociedade que esse fim não fizesse parte das suas intenções. Ao tentar satisfazer o seu interesse pessoal, ele trabalha muitas vezes de forma mais eficaz para o interesse da sociedade**

do que quando realmente o pretende fazer. Nunca vi nada de bom feito por aqueles que aspiravam dedicar-se ao comércio pelo bem público. É verdade que esta dedicação não é muito comum entre os comerciantes, e não é preciso longos discursos para os dissuadir de tal prática"[158].

No que toca à decisão do sector no qual aplicar os seus capitais, cada indivíduo está em muito melhores condições de o avaliar do que qualquer estadista. Se o governante se preocupasse com isso, não só se dedicaria a uma tarefa inútil como se arrogaria uma autoridade que seria muito perigosa.

Dar um monopólio à produção da indústria nacional equivale a orientar os particulares sobre a maneira como devem aplicar os seus capitais, o que **é quase sempre inútil e nocivo.** É inútil se o produto nacional for tão barato quanto o estrangeiro. É nocivo se for mais caro do que o produto estrangeiro. **Qualquer chefe de família prudente evita fazer em casa algo que lhe sai mais barato se comprar fora** e preferirá empregar o seu esforço no trabalho em que é realmente bom. "O que se considera prudente na conduta de uma família, dificilmente poderá ser considerado insensato na conduta de um império"[159].

Ao dirigir capitais para a produção de bens que o país poderia comprar por um preço inferior ao que custa fabricá-los ele mesmo, as leis desviam esses capitais da produção de mercadorias que teria maior valor do que aquelas cuja produção se prescreveu. Ao fazê-lo, diminui-se o valor da produção anual que teria resultado da atitude consistente de deixar os capitais serem empregues de acordo com as suas inclinações naturais. É certo que uma lei, ao orientar os capitais num determinado sentido, acaba por fazer com que um país adquira uma competência específica num dado sector, mas a indústria nacional poderia, de qualquer modo, encontrar por si este ou aquele canal onde apostar. Além disso, é certo que a soma total da indústria ou dos rendimentos da sociedade nunca aumentará devido a este tipo de leis.

As vantagens naturais que um país possui face a outro são, por vezes, tão evidentes que ninguém teria a ousadia de as contrariar. Num país frio, é possível, através de estufas, viveiros e canteiros, fazer bom vinho mas com uma despesa 30 vezes superior àquela que se pagaria para o obter no estrangeiro. **Logo, será inteligente proibir o vinho de Bordéus e da Borgonha para favorecer a indústria de vinho escocesa?**

Pouco importa que as vantagens de um país para produzir este ou aquele bem sejam naturais ou adquiridas. Se ele as possui, será sempre mais vantajoso, para um país vizinho que não as possua, comprar este tipo de bens do que tentar produzi-los por si. A vantagem de um artesão face a um vizinho que exerce outra profissão é uma vantagem adquirida e recíproca. E, enquanto essa vantagem não faltar a cada um deles, é-lhes mais vantajoso pagar ao outro por aquilo que não é do seu ofício.

---

[158] *Idem,* p.42
[159] *Idem,* p.44

As pessoas que retiram maiores vantagens deste monopólio são os comerciantes e os industriais, pois estão mais sujeitos do que um produtor agrícola à concorrência de colegas de profissão estrangeiros no mercado inglês. Se se autorizasse a importação de gado estrangeiro, o impacto na actividade dos criadores de gado seria mínimo, dados os elevados custos do transporte por via marítima. Dada a curta distância entre a Irlanda e a Grã-Bretanha, talvez houvesse mais gado irlandês no mercado, mas esse gado magro não traria prejuízos aos criadores ingleses. O único efeito seria a redução do preço do gado magro em Inglaterra, mas não afectaria o mercado do gado gordo. Como Inglaterra é muito cultivada, teria até interesse em importar gado magro da Irlanda em vez de criar gado. Do mesmo modo, uma maior liberdade na importação de carnes salgadas teria pouco efeito no comércio dos criadores de gado que vendem carne fresca. A carne salgada é mais cara e não é acessível à maioria das pessoas. Mas poderia ser muito útil aos navios que partem em longas viagens.

Contrariamente aos comerciantes e aos industriais, que não querem concorrência nas redondezas e estão prontos a exercer pressões para obter privilégios ou para que seja adoptada uma lei que lhes seja favorável, **os rendeiros e os proprietários rurais não partilham este espírito de monopólio. Eles não podem concertar-se entre si tão facilmente quanto os comerciantes e os industriais** e estão mais dispostos a ajudar-se do que a prejudicar-se mutuamente. Os comerciantes e os industriais parecem ter sido os inventores dos entraves à importação de bens estrangeiros. Terá sido por imitação destas manobras, cujas consequências negativas para consumidores, proprietários e rendeiros foram ignoradas, que proprietários e rendeiros exigiram o monopólio do fornecimento de carne e cereais a todo o país. Adoptá-lo é o mesmo que condenar a população e a actividade de um país a nunca aumentar além daquilo que se pode obter com o produto do solo nacional.

No entanto, Adam Smith considera que há **duas hipóteses em que é vantajoso criar um imposto sobre a indústria estrangeira de modo a encorajar a indústria nacional.** Quais são elas?

- Quando um determinado tipo de **indústria é necessário à defesa do país;**
- Quando a **produção da indústria nacional é alvo de impostos internos.**

Para ilustrar a primeira hipótese, a da indústria necessária à defesa do país, Adam Smith evoca o **caso da marinha inglesa, considerando que** a defesa da Grã-Bretanha depende muito do número de navios e de marinheiros. **Isto explica a razão pela qual ele é, neste ponto, defensor do Acto de Navegação[160], que tende a conferir aos navios britânicos (e aos seus marinheiros) o monopólio da navegação do país,** em alguns casos através de proibições absolutas da navegação estrangeira e, noutros, mediante a aplicação de fortes taxas. As disposições deste Acto de Navegação eram bastante desfavoráveis à marinha holandesa. Quando o Acto foi aprovado, a Inglaterra e a Holanda (que era então a "grande

[160] O Acto de Navegação foi votado pelo parlamento britânico e promulgado, em 1651, por Oliver Cromwell (1599-1658), "Lord Protector" da efémera Commonwealth de Inglaterra entre 1653 e 1658. Tinha por objectivo enfraquecer o quase monopólio marítimo da Holanda, ao impor que o tráfego comercial de produtos das colónias britânicas e de produtos estrangeiros importados para a Grã-Bretanha se fizesse unicamente em navios britânicos. Foi abolido em 1849.

transportadora da Europa"[161]) não estavam em guerra mas tinham uma relação de animosidade recíproca. As disposições visavam, assim, enfraquecer a marinha holandesa, a única potência naval capaz de ameaçar Inglaterra.

Contudo, o Acto de Navegação não favorece o comércio externo e o crescimento da riqueza que esse comércio origina. O próprio S**mith reconhece que este Acto tem inconvenientes.** Se houvesse uma liberdade de comércio absoluta, seria possível comprar bens estrangeiros mais baratos e vender os bens ingleses mais caros no estrangeiro. Porquê? O Acto não interdita que os navios estrangeiros acostem em Inglaterra para comprar bens ingleses; só proíbe que aí vendam mercadorias estrangeiras. Mas sai mais caro aos navios acostar sem carga (pois perdem o frete do seu país até à Grã-Bretanha) do que com carga. Assim, os compradores que se apresentam em Inglaterra são menos. Diminuindo o número de vendedores (que têm de passar pela marinha inglesa), diminui-se o número de compradores. Devido à ausência da liberdade de comércio, a Grã-Bretanha presta-se, assim, a comprar mais caros os bens estrangeiros e a vender os bens ingleses mais baratos. **Todavia, a segurança é mais importante do que a riqueza,** motivo pelo qual "o Acto de Navegação é talvez o mais sensato dos regulamentos comerciais de Inglaterra"[162].

A segunda hipótese refere-se aos produtos da indústria nacional sujeitos a imposto. Neste caso, afirma Smith, é razoável **cobrar um imposto equivalente sobre um bem estrangeiro. Isto não daria o monopólio do mercado inglês aos produtores nacionais,** nem desviaria os capitais ingleses para um emprego que não teriam naturalmente: de facto, se um produtor estrangeiro for favorecido devido a um imposto que atinge o seu concorrente inglês, os investidores poderão passar a evitar este sector de actividade. Adam Smith também não deseja, através deste imposto que defende, favorecer o produtor nacional face ao produtor estrangeiro. Apenas diz que se trata de uma medida equilibrada para contrabalançar o imposto que atinge a indústria nacional. Como tal, é preciso deixar a concorrência entre as indústrias nacionais e estrangeiras ser tão próxima quanto possível do comércio livre.

Alguns afirmam que os impostos sobre os bens essenciais (o malte, a cerveja, o sabão, o sal, o couro, as velas, etc.) **conduzem a um aumento do preço do trabalho e, indirectamente, ao de qualquer mercadoria.** Consequentemente – prosseguem – é preciso taxar todos os bens estrangeiros e não apenas os similares às mercadorias nacionais que são alvo de impostos. Adam Smith responde que esta inflação geral não é idêntica à de uma mercadoria directamente atingida por um imposto. E apresenta dois motivos:

- podemos **quantificar com exactidão o montante da taxa** que atinge este ou aquele bem nacional e aplicar a mesma a um bem estrangeiro. No entanto, é impossível calcular a influência da inflação geral do trabalho sobre o preço de cada mercadoria;
- os **impostos sobre os bens essenciais** têm, para o povo, um efeito equivalente ao de um solo ingrato ou de um mau clima. Só nos países ricos e industriosos encontramos impostos deste género. De facto, do mesmo modo que só os corpos mais vigorosos se conseguem manter vivos num regime doentio, só as nações ricas são capazes de

[161] A. Smith, *Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations,* Tome II, Flammarion, 1991, (1776), p.51
[162] *Idem,* p.52

> suportar uma tão forte imposição fiscal. É, por exemplo, o caso da Holanda. Estes impostos sobre os bens essenciais **são suficientemente calamitosos em si para que se queira criar novos impostos sobre produtos que não são ainda taxados.** Criar um novo imposto sobre o povo, que já está sobrecarregado de impostos e já paga demasiado caro pelos bens essenciais, é um dos meios mais absurdos de resolver a situação.

Após explicar a razão de ser destas duas excepções à liberdade comercial plena, Adam Smith analisa duas questões polémicas:

> **• até que ponto podemos isentar de qualquer taxa as mercadorias importadas do estrangeiro?**
> **• até que ponto e de que forma podemos restabelecer a liberdade de importação** depois de esta ter sido interrompida?

A primeira questão controversa prende-se com a hipótese das **"represálias"** contra uma nação estrangeira que, através de proibições ou taxas elevadas, restringe a exportação dos produtos ingleses para o seu mercado. Em virtude da **política comercial de Colbert,** os franceses foram os primeiros a favorecer as suas manufacturas em detrimento da importação de mercadorias estrangeiras. Isso não lhes trouxe qualquer lucro. A tarifa de 1667 que impunha taxas elevadas sobre as manufacturas estrangeiras desencadeou o encerramento das fronteiras holandesas aos vinhos, aguardentes e produtos manufacturados em França. Seguiu-se mesmo uma **guerra com a Holanda em 1672,** na sequência da qual tiveram de, em 1678, reduzir ligeiramente o montante de taxas que exigiam.

Smith pensa que **as represálias podem ser uma boa política** quando pareça provável que conduzam à revogação de taxas elevadas ou de proibições. Foi isso que ocorreu quando a Holanda proibiu a importação de lãs inglesas em reacção à proibição inglesa de importar as rendas de bilros da Flandres. Esta medida holandesa levou os britânicos a levantar a proibição em 1700. Determinar até que ponto são aplicáveis represálias não deve ficar à avaliação do legislador, mas antes "à habilidade desse animal traiçoeiro e astucioso vulgarmente chamado estadista ou político"[163]. É importante que as probabilidades de sucesso sejam elevadas pois, de outro modo, será uma má decisão.

A segunda questão controversa diz respeito ao **método para restabelecer a liberdade de importação relativa a bens estrangeiros que foram proibidos ou alvo de taxas elevadas.** Se, durante essa limitação da liberdade, as manufacturas se desenvolveram de forma substancial devido a esta interdição, a questão está em saber como restaurar essa liberdade. Adam **Smith recomenda que se proceda gradualmente, com muita circunspecção e reserva,** pois, se a liberdade for restabelecida de um dia para o outro, o mercado interno pode ser inundado por bens estrangeiros, o que custará o emprego a milhares de pessoas.

A desordem que um tal restabelecimento, mesmo progressivo, criaria poderia ser muito grande, mas seria menor do que se imagina. Porquê? Por duas razões:

---

[163] *Idem,* p.56

• todos os objectos que se exportam habitualmente para outros países da Europa sem subsídios (como as lãs, os curtumes e as ferragens) não se ressentiriam muito com o afluxo de mercadorias estrangeiras ao mercado interno;
• as **pessoas que perderiam o emprego e a sua subsistência poderiam, na sua maioria, encontrar um emprego noutro sector.** Foi o que aconteceu no fim da última guerra, quando 100.000 soldados e marinheiros perderam o emprego. Na sua maioria, encontraram ocupação na marinha mercante e noutras profissões.

Ainda assim, se compararmos os hábitos do soldado com os do operário, constatamos que o primeiro é muito menos empregável do que o segundo. Porquê? Porque o segundo sempre teve o hábito de alcançar a sua subsistência através do trabalho, enquanto o primeiro a esperava do salário. O operário é assíduo e empenhado, enquanto o soldado é preguiçoso e desregrado. Um operário pode facilmente reconverter-se e passar de um sector para outro. Mas para tal é preciso que tenha o direito de passar de uma indústria para outra, o que é fortemente limitado pelo sistema de corporações. Por esse motivo, Adam Smith deseja **que os privilégios exclusivos das corporações sejam abolidos e que seja revogado o estatuto dos aprendizes, verdadeiros obstáculos à liberdade natural.** É igualmente necessário suprimir a lei de residência, para que um operário tenha a possibilidade de procurar emprego noutro lugar que não aquele em que trabalhava até perder o seu.

> "Na verdade, esperar que a liberdade de comércio seja alguma vez completamente restabelecida na Grã-Bretanha é tão absurdo como esperar que alguma vez aí se estabeleça a república de Utopia"[164].

Para restabelecer a liberdade de comércio, seria preciso vencer os preconceitos do público e, sobretudo, os interesses privados de muitos indivíduos. Como tal, é perigoso ensaiar o mais ligeiro ataque contra o monopólio dos industriais em Inglaterra. Um deputado que apoie propostas para reforçar esse monopólio obterá muita popularidade e influência junto de uma classe abastada, mas um que se lhes oponha não ficará a salvo de injúrias, calúnias e até dos perigos que a raiva e a frustração de monopolistas insolentes suscitarão contra ele.

É evidente que um industrial que perca bruscamente o seu monopólio e se veja submetido à concorrência estrangeira sofre um prejuízo considerável. Com consequências desastrosas sobretudo para os seus trabalhadores. Convém, por isso, que as mudanças sejam lentas, sucessivas e anunciadas com antecedência. As deliberações da legislatura deveriam ser orientadas por grandes visões do interesse geral e não ser perturbadas pelos clamores inoportunos do interesse privado. Por este motivo, deve-se a todo o custo evitar a criação de um novo monopólio ou o reforço de um monopólio existente.

---

[164] *Idem,* p.60

Capítulo III. Dos entraves extraordinários à importação de bens oriundos de países com os quais se supõe haver uma balança comercial desfavorável. – Cursos dos câmbios. – Banco de depósito

Parte 1. Do absurdo destas restrições segundo os princípios do sistema mercantil

Os **princípios analisados** no capítulo anterior têm origem no interesse privado e no espírito de monopólio. Os analisados no presente capítulo **alimentam-se dos preconceitos e do ódio nacional.**

Vimos que, segundo os mercantilistas, uma primeira forma de acumular ouro e prata num país seria proibir ou limitar a importação de bens que poderiam ser produzidos nesse país. Uma segunda forma seria **limitar a importação de quase todos os bens provenientes de países com os quais se supõe haver uma balança comercial desfavorável.**

Veja-se o caso dos bens provenientes de França, nos quais as diferentes taxas acumuladas são realmente exorbitantes. Estima-se que as taxas representem 75% do valor da maior parte dos bens fabricados em França. As taxas assemelham-se a uma proibição. Os franceses têm a mesma atitude para com os bens ingleses (embora Smith diga não conhecer em detalhe todas as leis francesas neste domínio). **O resultado é a aniquilação de qualquer comércio leal entre os dois países.** A quase totalidade do comércio entre eles faz-se por intermédio de contrabandistas.

Mesmo que a balança comercial entre a Grã-Bretanha e a França seja favorável aos franceses, daí não decorre que um tal comércio seja desvantajoso para os britânicos. Imaginemos que os ingleses se abastecem de vinho francês e de cambraias francesas porque o vinho é mais barato do que o português e as cambraias mais baratas do que as alemãs. O valor das importações anuais de Inglaterra à França seria superior mas, no final, a soma total das importações sairia mais em conta do que ter importado os produtos referidos de Portugal e da Alemanha.

Além disso, muitos dos bens importados de França poderiam ser exportados para outros países e dar um retorno equivalente, ou superior, ao montante da compra inicial. Isso acontece quando a Inglaterra compra bens nas Índias Orientais e as revende, mais caras, nas nações europeias, trazendo ao país mais ouro e prata do que aquele que saiu para comprar os bens nas Índias Orientais. A Holanda obtém grandes receitas com um tal serviço de transporte.

Acresce ainda que não temos índices que nos permitam avaliar ao certo para que lado pende esta balança comercial. Ignoramos qual dos dois envolvidos exporta por um valor mais elevado. Por norma invocam-se dois índices:

- o **registo das alfândegas,** que é um índice muito incerto devido à inexactidão com que os bens são avaliados;
- o **curso dos câmbios,** que se considera uma indicação da situação normal das dívidas e dos créditos respectivos.

Aprofundemos o segundo processo. Quando, por uma quantia de dinheiro paga em Inglaterra, contendo, segundo o curso legal, um certo número de onças de prata pura, se recebe uma letra de câmbio por uma quantia de dinheiro a ser paga em França, dizemos que há uma «paridade» de câmbio. Mas, se temos de pagar um subsídio (ou se podemos exigir um), diz-se que o câmbio é favorável a França ou a Inglaterra.

Esta indicação é, talvez, tão incerta quanto a primeira. Porquê? Por três motivos. Primeiro, não podemos ajuizar o valor da moeda de diferentes países pelo curso legal respectivo. Depois, em determinados países, as despesas de cunhagem são custeadas pelo governo (é o caso de Inglaterra), **enquanto noutros se fazem às custas dos particulares que levam os seus lingotes à Casa da Moeda** (o governo retira mesmo alguma receita da cunhagem), como acontece em França. Isto implica que uma moeda francesa de um qualquer peso em prata pura tem mais valor do que uma moeda inglesa que contenha igual peso de prata pura. Porquê? Porque o pagamento pelo fabrico da moeda em França torna-a mais valiosa, enquanto a gratuitidade da cunhagem inglesa faz com que a moeda tenha somente o valor da quantidade de metal que contém. **Por fim, em alguns locais** (como Amesterdão, Hamburgo, Veneza, etc.), **as letras de câmbio estrangeiras pagam-se em dinheiro em depósito, enquanto noutros** (Londres, Lisboa, Antuérpia, Livorno, etc.), **são pagas na moeda corrente do país** e o "dinheiro em depósito" tem sempre um valor superior à mesma soma nominal em moeda corrente. A diferença entre os dois chama-se "ágio" bancário. Na Holanda, 1.000 florins em dinheiro em depósito valem 5% mais do que 1.000 florins em moeda corrente de Amesterdão. Nesse caso, o câmbio computado é favorável a quem paga a letra de câmbio em dinheiro em depósito mas o câmbio real é favorável a quem paga em moeda corrente.

Digressão sobre os bancos de depósito, especialmente o de Amesterdão

A moeda corrente de um grande Estado, como a França ou a Inglaterra, é, por norma, composta quase totalmente pela sua própria moeda. Se as moedas estiverem gastas e deterioradas, o Estado, através de uma reforma, pode restabelecer a sua moeda corrente. O mesmo não acontece com os pequenos Estados, como Génova ou Hamburgo. Porquê? Porque as moedas em circulação nesses estados são compostas pela sua própria moeda mas também por moedas de estados vizinhos com os quais há uma comunicação contínua. Assim, mesmo que reformem a sua própria moeda, não podem fazê-lo com todas as outras que circulam no seu território. Se as letras de câmbio são pagas em moeda corrente, haverá sempre uma incerteza sobre o valor real da soma que se recebe. Esta incerteza explica que o câmbio computado é sempre desfavorável aos pequenos estados. Este é o motivo pelo qual **os pequenos Estados, a fim de remediar o prejuízo no câmbio, declararam que as letras de câmbio estrangeiras acima de um determinado valor seriam pagas não em moeda corrente mas através de uma livrança de um banco específico.** Foi assim que nasceram os bancos de Veneza, Génova, Amesterdão, Hamburgo e Nuremberga.

Estes bancos, ao emitirem uma moeda melhor do que as moedas correntes, obtêm necessariamente um ágio. Este dinheiro em depósito apresenta igualmente a vantagem de

estar seguro do fogo, dos ladrões e de outros acidentes. Porquê? Porque a cidade em questão – Amesterdão, por exemplo – dá-lhe a sua garantia. Pode ser pago com uma simples transferência, sem se ter o incómodo de o contar ou o risco de o transportar de um lugar para outro. Estas são as diversas vantagens que explicam a produção de um ágio. **O credor do banco prefere não reclamar o montante que tem a receber em moedas.** Porquê? Porque, se o fizer, recebe moeda totalmente nova mas, no mercado, esta moeda nova não valerá mais do que uma moeda deteriorada e permitirá comprar tantas mercadorias quanto esta. Assim, ele perde qualquer benefício e é-lhe preferível deixar a moeda nos cofres do banco e vender o seu crédito com vantagem.

Estes depósitos de moeda constituíam o capital original da banca ou o valor total do que era representado pelo "dinheiro em depósito". Hoje, constituem só uma parte muito pequena. Quando se deposita ouro ou prata em lingotes num banco, recebem-se duas coisas:

- **um crédito sobre os livros do banco** (que geralmente é 5% inferior ao curso legal dos lingotes);
- um recibo ou **"quitação"** que – por si só – permite ao «portador» levantar de uma só vez, após seis meses, os lingotes depositados contra uma quantidade de dinheiro em depósito equivalente ao crédito sobre os livros aquando do depósito (visa-se aqui o cenário em que o portador não disporia do crédito, mas apenas da quitação), aumentado em 0,25% do valor se se tratar de um depósito em dinheiro (0,5% se for um depósito em ouro). Na ausência de pagamento, quando o prazo expirar o depósito pertencerá ao banco. Paga-se uma espécie de renda pelo tempo do depósito. Esse aluguer é mais elevado para o ouro do que para a prata. Porquê? Porque as fraudes são mais fáceis com o ouro. Além disso, como a prata serve de medida ao ouro, o Estado quer encorajar os depósitos em prata.

O depósito de lingotes ocorre quando o preço destes está abaixo do normal, e os lingotes são retirados quando o seu preço aumenta, sendo importante distinguir entre três preços:

- o preço de mercado do lingote, que, na Holanda, é superior ao preço praticado pela Casa da Moeda;
- o preço do lingote no banco, ou seja, o crédito que o banco concede pelos depósitos de prata de qualidade reconhecida e garantida e que é, geralmente, 2 a 3% inferior ao do preço praticado pela Casa da Moeda;
- o preço do lingote na Casa da Moeda, que é o preço mais elevado.

Devido às diferenças de preço, **uma pessoa pode geralmente vender a sua quitação pela diferença entre o preço do lingote no mercado e o seu preço na Casa da Moeda.** Uma quitação vale sempre qualquer coisa. Geralmente, ela é vendida se o preço baixa e conservada se ele aumenta. Por norma, as letras de câmbio são pagas com o crédito bancário quando vencem. O crédito bancário e a quitação raramente se conservam juntos muito tempo. E não há necessidade disso, pois é fácil encontrar qualquer deles no mercado. Assim, há dois tipos de credores do banco: os detentores de créditos bancários e os portadores de quitações.

O portador da quitação não pode retirar o lingote sem pagar ao banco uma quantia igual ao preço ao qual o lingote foi recebido. Mas, para tal, precisa de dinheiro em depósito. Se não o tiver, tem de o adquirir a quem o tenha. Ao comprar esse dinheiro em depósito, compra a faculdade de retirar uma quantidade de lingotes que vale 5% mais do que o preço dado pelo banco. Portanto, o ágio que se paga ao banco não é pago por um valor imaginário mas por um valor real.

Tudo o que se pede ao banco deve ser objecto de um recibo ou de uma quitação. É claro que, em caso de calamidade pública (uma invasão, por exemplo), isso traria problemas, pois os credores quereriam retirar rapidamente os seus lingotes e, como tal, os portadores de quitações poderiam determinar as regras e vendê-las a quem desse mais, cobrando preços extravagantes. O inimigo poderia mesmo comprar todas as quitações, para que os lingotes permanecessem nos cofres do banco. Nesse caso, o banco provavelmente aboliria a regra de exigir uma quitação.

Mesmo em tempos calmos, o interesse dos detentores de quitações é fazer baixar o ágio para adquirirem dinheiro em depósito mais barato. Consequentemente, comprariam mais baratos os lingotes que as suas quitações lhes permitiriam levantar do banco. Ou, então, venderiam mais cara a sua quitação a quem, não tendo quitações, pretendesse levantar lingotes do banco. **Já o interesse dos proprietários de dinheiro em depósito é fazer aumentar o ágio, para poderem vender o seu dinheiro mais caro ou comprar uma quitação muito mais barata.** Para evitar as manobras de agiotagem que podem surgir devido a este conflito de interesses, a banca decidiu vender, a todo o momento, dinheiro em depósito por moeda corrente a um ágio de 5% e recomprá-lo a um ágio de 4%.

O banco de Amesterdão tem por princípio não emprestar nada do que é depositado. Por cada florim de crédito nos seus livros, conserva nos cofres o valor de um florim em moeda ou em lingote. O banco é dirigido por quatro burgomestres em funções que mudam todos os anos. A cada mudança, os novos burgomestres inspeccionam o tesouro, comparam-no com os livros e recebem-no sob juramento. Este procedimento é uma excelente garantia contra manobras menos correctas. Deste modo, o banco nunca falhou com os seus deveres desde que foi criado. Mesmo quando o rei de França estava às portas de Utreque, continuou a satisfazer com fidelidade os seus compromissos.

Uma questão há muito chama a atenção dos curiosos: qual é o montante do tesouro do banco de Amesterdão? Só se pode conjecturar em relação a isso. Por um cálculo aproximado, Adam Smith estima esse montante em 3 milhões de libras esterlinas ou 33 milhões de florins. Esta quantia é elevada mas, ainda assim, é mais realista do que as loucas especulações que alguns já avançaram. Seja como for, a cidade de Amesterdão retira um rendimento considerável da banca. São cobradas despesas de abertura por cada nova conta e também por cada operação, o que impede a multiplicação de pequenas operações. Estão previstas sanções para quem deixe a conta a descoberto duas vezes num ano ou para quem efectue uma transferência que exceda o seu próprio crédito. O banco obtém grandes lucros com a venda, em momento oportuno, de moeda estrangeira ou de lingotes que lhe deixam aquando do vencimento de quitações. Ele ganha ainda com a venda de dinheiro

em depósito a um ágio de 5% e recomprando-o a 4%. Ganha também com o depósito de lingotes contra quitações.

Seja como for, os países que pagam em dinheiro em depósito beneficiam geralmente de uma taxa de câmbio mais favorável face aos que pagam em moeda corrente. Porquê? Porque os primeiros pagam num tipo de moeda cujo valor intrínseco é sempre o mesmo, enquanto os segundos recorrem a uma moeda cujo valor intrínseco varia constantemente e é quase sempre inferior a esse curso legal.

Parte 2. Do absurdo dos regulamentos comerciais segundo outros princípios

Toda a doutrina da balança comercial em que assentam as medidas, mas também quase todos os regulamentos comerciais expostos acima, são "a coisa mais absurda que existe no mundo"[165]. Esta doutrina baseia-se em duas falsas suposições:

- os dois locais que fazem parte de uma troca comercial não perdem nem ganham se a balança estiver equilibrada;
- se a balança pender para um lado, um dos locais perde com a troca, enquanto o outro ganha proporcionalmente a essa perda.

Um comércio assente num monopólio e auxiliado por subsídios pode revelar-se desvantajoso para o país em "favor" do qual foi criado, enquanto um comércio livre, natural e regular entre dois países é sempre vantajoso para os dois, embora nem sempre seja tão bom para um quanto para o outro. A vantagem aqui não é necessariamente um aumento do ouro e da prata, mas um aumento do valor de troca do produto anual das suas terras e do seu trabalho ou um aumento do rendimento dos seus habitantes.

As duas praças ganham (num grau equivalente ou quase) **quanto trocam as suas mercadorias nacionais, pois fornecem mutuamente um mercado para escoar a parte excedentária do outro.** Cada uma delas terá habitantes que retirarão da outra a sua subsistência e o seu rendimento. Como os bens trocados serão de igual valor, os capitais aplicados em ambas as praças para fazer nascer novas mercadorias nacionais também serão equivalentes. Os rendimentos e a subsistência que os capitais proporcionam à população serão iguais nos dois países.

Se um país exportasse para o outro apenas as suas mercadorias e a contrapartida do outro consistisse, inteiramente, em bens estrangeiros, os dois países ganhariam, mas o primeiro obteria maior rendimento. Porquê? Porque a população do primeiro país repartiria anualmente a totalidade do capital empregue por esse comércio, o que aumentaria o seu rendimento global. Já o segundo país teria de utilizar a maior parte desse capital para repor os capitais empregues nos países estrangeiros onde se abasteceu. Estes casos ideais não existem na prática, mas é perceptível que os países cujas exportações possuem muito

[165] *Idem,* p.80

mais bens nacionais do que estrangeiros obtêm sempre um lucro superior.

Assim, **se Inglaterra pagasse as suas importações provenientes de França com ouro ou prata e não com tabaco e mercadorias da Índia, esse comércio seria mais lucrativo.** Porquê? Porque esse ouro e essa prata teriam sido, originalmente, comprados com mercadorias inglesas. A necessidade de obter esse ouro e essa prata para fazer negócio com a França exigiria, assim, a produção dessas mercadorias. Como tal, o capital mobilizado em Inglaterra para produzir essas mercadorias seria reposto e reinvestido na mesma indústria. **O volume total de capital em Inglaterra não diminuiria com esta exportação de ouro e de prata** mais do que com a exportação de um valor idêntico de qualquer outra mercadoria.

Aliás, esse volume seria muitas vezes aumentado por este procedimento, pois as mercadorias que se exportam são aquelas que se considera terem mais procura fora do país do que dentro. Como tal, os retornos teriam maior valor do que as mercadorias exportadas. Imaginemos que o tabaco, que em Inglaterra vale 100.000 libras, podia ser trocado por 110.000 libras de vinho em França. O volume total do capital em Inglaterra aumentaria em 10.000 libras. Se, com 100.000 libras em ouro inglês comprássemos vinhos franceses no valor de 110.000 libras, também aumentaríamos o volume de capital em Inglaterra em 10.000 libras. O país seria 10.000 libras mais rico do que tivesse deixado esse ouro a repousar num cofre. **Poderia empregar mais capital e assim activar mais indústrias e remunerar mais pessoas.**

Na realidade, Inglaterra ganharia mais se comprasse o vinho francês com as suas ferragens ou os seus tecidos do que com o tabaco da Virgínia ou o ouro do Brasil. **Um comércio externo de consumo que é directo é sempre preferível a um indirecto.** E pouco importa o meio de troca usado: **um comércio externo de consumo indirecto que se faça por intermédio de ouro e de prata equivale a um feito com qualquer outra mercadoria.** Um país que pode comprar tabaco, também pode comprar ouro e prata.

Afirma-se, por vezes, que aquilo que um operário gasta na cervejaria é um negócio falhado. Esta ideia é também associada a uma nação industrial que faz negócio com um país de vinhos. Adam Smith opõe-se a esta ideia. Sendo incapaz de produzir o álcool que pretende sem incorrer em grandes despesas, o operário retira uma vantagem ao comprá-lo ao cervejeiro ou a um retalhista de bebidas alcoólicas. É certo que ele pode abusar desta liberdade, tal como o glutão pode abusar da carne, mas estes negócios devem permanecer livres. Mesmo que determinadas pessoas consumam muitas bebidas fortes, este fenómeno não corre o risco de se estender a toda a população.

Na verdade, quando o vinho é barato, favorece-se mais a sobriedade do que a embriaguez. Porquê? Porque **as pessoas raramente incorrem em excessos com algo que consomem diariamente.** A embriaguez é um vício próprio dos países que não produzem vinho. Como tal, se as taxas sobre os vinhos estrangeiros fossem suprimidas, tal como o imposto sobre o malte e a cerveja, a uma primeira tendência geral para a embriaguez nas classes médias e baixas suceder-se-ia uma disposição geral para a sobriedade.

Além disso, a **verdadeira razão para estas restrições** colocadas em Inglaterra ao comércio de vinhos não é tanto lutar contra a embriaguez como impedir as pessoas de consumir bom vinho a preços baixos. Estas regras procuram **favorecer o comércio de vinhos portugueses e dificultar o de vinhos franceses.** Como os portugueses são melhores clientes das nossas manufacturas, foi com base na influência dos artesãos que criámos uma série de princípios políticos para dirigir a economia do país.

Foi com máximas decorrentes desta doutrina da balança de pagamentos que os povos se habituaram a crer que o seu interesse consiste em arruinar todos os seus vizinhos. Cada nação olha para a prosperidade do vizinho com inveja, considerando que tudo o que as outras nações ganham é uma perda para si:

> "O comércio, que devia naturalmente ser, para as nações como para os indivíduos, um laço de concórdia e amizade, tornou-se fonte dos mais profundos ódios e querelas"[166].

Porquê? Devido à ambição caprichosa de reis e ministros, mas também à tonta inveja dos comerciantes e dos industriais cujo interesse é, neste ponto, directamente oposto ao da massa do povo:

> "A violência e a injustiça dos que governam os homens é um mal antigo para o qual, temo, a natureza dos negócios humanos não tem remédio. Embora talvez não haja meio de corrigir **a rapacidade mesquinha e o espírito de monopólio de mercadores e manufacturadores,** os quais não são, nem devem ser, aptos a governar os homens, **pelo menos é fácil impedi-los de perturbar a tranquilidade de outras pessoas** para além deles próprios"[167].

O "espírito de monopólio" está na origem desta doutrina que, apesar de comum entre a população, é contrária aos seus interesses. É dele que vêm as proibições e as taxas extraordinárias criadas na Grã-Bretanha e na maioria das nações europeias. É também dele que vêm os entraves à importação de mercadorias provenientes de países com os quais se supõe haver uma balança comercial desfavorável.

A riqueza de uma nação vizinha é algo perigoso no que diz respeito à guerra e à política. Mas, do ponto de vista comercial, é algo vantajoso. Em tempo de paz, esta riqueza permite negociar com a nação em causa um maior volume de valores, encontrar um mercado mais alargado para a produção nacional ou para tudo o que possa ser comprado com esse produto. Ao lado de casa, é melhor ter um vizinho rico do que um vizinho pobre. O mesmo acontece com os países. É claro que ter um vizinho industrial rico é perigoso se formos industriais do mesmo ramo, pois seremos afectados pela sua concorrência, mas isso não acontecerá com todos os vizinhos. É mais provável um industrial enriquecer na capital ou numa cidade comerciante do que na província, pois no primeiro tipo de região circulam muitas riquezas e podemos esperar captar uma parte. Do mesmo modo, uma nação que quer enriquecer pelo comércio tem muito mais hipóteses de o fazer se os seus vizinhos forem povos ricos, trabalhadores e comerciantes.

---

[166] *Idem,* p.86
[167] *Idem,* pp.86-87

No entanto, as máximas modernas sobre o comércio externo tendem à discriminação e à aniquilação desse comércio. **É por causa dessas máximas que o comércio entre França e Inglaterra está sujeito a tantos entraves e desincentivos, quando um comércio livre seria, para ambas as nações, extremamente vantajoso.** Um tal comércio seria, para Inglaterra, pelo menos três vezes mais vantajoso do que o comércio com as suas colónias na América. E seria igualmente vantajoso para França. Porquê? Devido à proximidade das duas costas, **um tal comércio poderia gerar retornos de quatro a seis vezes no espaço de um ano.** Comparado a outras relações comerciais com o estrangeiro, este comércio poderia manter quatro a seis vezes mais indústrias e empregar quatro a seis vezes mais pessoas do que um capital idêntico investido na maior parte dos sectores do comércio externo. Mesmo entre as regiões mais afastadas de França e de Inglaterra haveria, no mínimo, um retorno anual. Além disso, França, país muito mais rico do que a América, possui 24 milhões de habitantes, enquanto a América totaliza cerca de três milhões.

Este comércio é, contudo, desincentivado. A inveja mercantil é alimentada pela animosidade nacional. Os comerciantes de ambas as partes anunciaram a ruína dos seus países como consequência de uma balança comercial desfavorável. **Todavia, nenhum país alguma vez empobreceu devido a isso.** Aliás, todas as cidades que abriram os seus portos a outras nações enriqueceram consideravelmente. Em lado algum há cidades que mereçam o nome de "portos livres" mas a Holanda, que possui aquilo que mais se aproxima desta noção, retira toda a sua riqueza e também grande parte da sua subsistência do comércio externo.

Existe uma outra balança muito diferente da balança comercial e que causa, consoante seja favorável ou desfavorável, a prosperidade ou a ruína de um país. Trata-se da **balança entre o produto anual e o consumo.** Ou seja, se o valor de troca do produto anual exceder o do consumo anual, este balanço é positivo. Se o consumo exceder a produção, é negativo. No primeiro caso, o país enriquece. No segundo, o capital nacional diminui e o país empobrece. Este equilíbrio entre o produto anual e o consumo pode aplicar-se a um país sem qualquer comércio externo, que está totalmente isolado do resto do mundo, e pode ser constantemente positivo num país cuja balança comercial é geralmente negativa. **Uma nação pode importar, durante meio século, bens de valor superior ao conjunto das suas exportações.** Nesse período, a quantidade de ouro e de prata pode diminuir ou desvalorizar-se e ser substituída por papel-moeda no mercado interno. As dívidas podem até aumentar mas, durante este período, a sua riqueza real, o valor de troca do produto anual das terras, sobe sem parar. **Esta região existe: trata-se da América.**

Capítulo IV. Da restituição de direitos

Os comerciantes e industriais não se contentam com a venda exclusiva no mercado interno, querem também conquistar mercados estrangeiros. Como não lhes é possível obter, por si, um monopólio nesses mercados, procuram obter incentivos à exportação.

Os "drawbacks" ou «restituições de direitos» parecem ser os incentivos mais razoáveis. É uma restituição porque **o procedimento consiste em devolver ao mercador, após a**

exportação, toda a parte das taxas internas ou alfandegárias que teve de pagar relativamente à produção do bem. Isto não favorece a exportação de mais mercadorias do que aquelas que seriam exportadas naturalmente. Estas restituições não tendem a orientar o emprego do capital, mas servem para impedir que este seja desviado para outros empregos por via dos impostos. Eles visam preservar e não perturbar o equilíbrio natural.

As restituições de direitos concedidos à reexportação dos bens importados obedecem à mesma lógica. Uma regulamentação permite que o mercador inglês ou estrangeiro que vê as suas mercadorias estrangeiras sujeitas a imposto quando as importa para Inglaterra recupere 50% do montante do imposto se reexportar essas mercadorias para um país estrangeiro dentro de um determinado prazo (12 meses se for um mercador inglês, nove se for estrangeiro). Os impostos que foram estabelecidos após esta regulamentação são, em si, restituíveis em 100%. **Todavia, este sistema foi rapidamente complexificado.** A amplitude da restituição depende do tipo de mercadoria, da identidade do país de origem, etc. Assim, os mercadores que importam sedas, cambraias e linhos de França não podem, quando as reexportam, solicitar a restituição de qualquer parte do imposto. Estes bens importados também não podem ser vendidos no mercado inglês e só podem ser armazenados com vista à reexportação. Isto deve-se à inveja dos industriais ingleses e permite compreender por que motivo os ingleses não transportam mercadorias francesas, perdendo assim o lucro dessa actividade só para não contribuir, como intermediários, para o lucro de um povo que encaram como inimigo.

Estas restituições foram, provavelmente, concedidas para incentivar o comércio de transporte (que se supunha favorecer a entrada de ouro e prata no país), mas **este tipo de comércio não merece mais incentivo do que qualquer outro.** O motivo é absurdo, mas o mecanismo é, todavia, razoável. Ele não faz com que se coloque nesse comércio uma maior parte do capital do que aquela que, sem ele, teria sido empregue; visa apenas evitar que os impostos desencorajem o emprego desse capital.

As alfândegas também têm a sua influência. Sem essa restituição, a mercadoria estrangeira que chegasse a Inglaterra não seria reexportada e, como tal, não teria sido inicialmente importada devido à falta de procura interna.

As restituições são incentivos de Inglaterra à indústria das suas colónias, mas até que ponto são pertinentes? Até que ponto é vantajoso para Inglaterra isentar as colónias do imposto que pagam todos os outros súbditos do seu império? Adam Smith analisará esta questão no capítulo VII. **Contudo,** ele assinala que **estas restituições são úteis na condição expressa de que a mercadoria exportada siga realmente para um país estrangeiro e não acabe clandestinamente em Inglaterra.**

Capítulo V. Dos subsídios e da legislação dos cereais

O parlamento inglês recebe frequentemente petições para que sejam concedidos subsídios à exportação. Os subsídios são, por vezes, concedidos à produção de alguns sectores de actividade nacionais. O objectivo é permitir que os comerciantes e industriais do

país vendam as suas mercadorias em mercados estrangeiros a um preço tão ou mais barato do que os seus rivais.

A lógica é a seguinte: **como não se pode conceder aos empresários ingleses o monopólio no mercado estrangeiro e não se pode obrigar os estrangeiros a comprarem produtos ingleses, a única solução é pagar-lhes para que os comprem.**

Todavia, só se atribuem estes subsídios aos sectores de actividade que não se podem desenvolver sem este auxílio. O efeito dos subsídios, como acontece com todos os mecanismos do sistema mercantil, consiste em incitar os capitais a desviarem-se para um canal muito menos vantajoso do que aquele em que eles entrariam naturalmente.

Diz-se que o preço dos cereais exportados excede bastante o dos cereais importados e que este sistema é, como tal, vantajoso para a nação. Mas, ao fazer tal cálculo, esquecemos que não basta deduzir a este preço o montante do subsídio mas também o capital empregue pelo rendeiro para fazer crescer os cereais. Este capital não seria perdido se fosse reposto anexando-lhe o lucro, **mas é precisamente porque o preço é incapaz de assegurar esta reposição que se concede o subsídio.**

Consta que o preço médio dos cereais desceu consideravelmente após a adopção do subsídio. Mas, como vimos, foi devido ao aumento do valor real da prata que o preço dos cereais baixou desde final do século XVII. A prova de que não é consequência do subsídio está no facto de também ter baixado em França, país que não dá subsídios à exportação dos cereais e que, até 1764, proibiu totalmente a exportação destes. Em anos de abundância, os subsídios, ao provocarem uma exportação extraordinária, fixam o preço dos cereais no mercado interno acima do normal. Ou seja, **ao favorecerem a exportação, os subsídios impedem que os anos de abundância compensem os de escassez.**

O subsídio aumenta, efectivamente, o preço normal dos cereais. Muita gente pensa que ele encoraja também a cultura de cereais de duas formas: em primeiro lugar, abrindo ao agricultor um mercado mais alargado e, em segundo lugar, garantindo-lhe um melhor preço. Este duplo incentivo deve gerar, afirmam, um crescimento da produção de cereais. **Adam Smith responde que qualquer aumento deste tipo ocorre, necessariamente, em detrimento do mercado interno. Este subsídio estabelece, na realidade, um duplo imposto: primeiro,** aquele para o qual o povo tem de contribuir para **pagar o subsídio** e, **depois,** aquele que resulta do **encarecimento do preço dos cereais no mercado interno,** imposto que afecta o povo que precisa de cereais.

Este segundo imposto é extremamente pesado, pois toca num bem essencial. Como tal, ou diminuirá a subsistência do trabalhador pobre e reduzirá os seus meios de criar e educar os filhos, ou aumentará proporcionalmente o salário em dinheiro desse trabalhador e, nesse caso, diminuirá, entre os empregadores, a sua capacidade de contratar, deixando no desemprego vários trabalhadores que, de outro modo, teriam encontrado trabalho. Portanto, este subsídio (que diminui a indústria do país) reduz o mercado interno e o consumo nacional tanto quanto aumenta o mercado e o consumo externos.

O que responder, então, a quem afirma que o encarecimento do preço dos cereais beneficia o agricultor e aumenta a produção? Para começar, o subsídio aumenta o preço nominal dos cereais e não o seu preço real. Ele não permite empregar mais trabalhadores e produzir mais; apenas conduz à degradação do valor real da prata, porque uma mesma quantia em prata trocar-se-á por uma menor quantidade de cereais, o **mesmo sucedendo com todas as outras mercadorias que o país produz.**

Porquê? Porque o preço monetário dos cereais regula o de todas as outras mercadorias produzidas no país. Ele determina o preço em dinheiro do trabalho que, por sua vez, permitirá que o trabalhador compre uma quantidade suficiente de cereais para o seu sustento ou o da sua família. Ao fazê-lo, determina o preço da mão-de-obra e de todas as aplicações da indústria. E determina o preço em dinheiro de todas as outras partes do produto bruto da terra que são proporcionais ao preço dos cereais. Determina ainda o preço em dinheiro das matérias-primas necessárias às manufacturas. **Consequentemente, tal inflação não melhora em nada o destino do rendeiro ou do proprietário,** mas apenas o do comerciante de cereais.

Em si, a degradação do valor da prata que se deva à fecundidade geral das minas é assunto de muito pouca importância para um país em particular. O aumento nominal dos preços em prata que daí resulta não torna ninguém mais rico nem mais pobre. Um serviço em prata torna-se mais barato mas, à excepção disso, todos os bens conservam o valor real que tinham. **Já uma degradação no valor da prata que seja específica de um país e resulte das suas instituições políticas acarreta consequências mais graves. Não enriquecerá ninguém e empobrecerá todos.** O aumento nominal do preço das mercadorias desencoraja a indústria nacional. Esta é rapidamente suplantada pelas indústrias estrangeiras que fornecem mercadorias a preço mais baixo.

A Espanha e Portugal possuem as minas de ouro e de prata mais fecundas e distribuem este bem por toda a Europa. Dentro das suas fronteiras, estes metais preciosos são mais baratos do que noutros países da Europa. A diferença de valor é bastante elevada, quando devia ser mínima. Não devia representar mais do que o preço do frete e o do seguro, sendo que o preço do frete não representa quase nada, dado o volume muito reduzido destes bens, e o preço do seguro não é mais elevado do que o seria para algo com igual valor.

Como explicar então esta diferença de preço? A Espanha taxa os metais preciosos e Portugal adoptou várias proibições relativas à sua exportação. Tais obstáculos levam a um aumento do contrabando, uma vez que o valor do ouro e da prata é superior nos outros países. Este fenómeno é comparável a uma represa com as comportas totalmente fechadas: quando a barragem se enche, a água atinge o nível superior das comportas e começa a transbordar. **Apesar de todos os entraves, da vigilância da polícia, do rigor absoluto das sanções, Espanha e Portugal são incapazes de impedir o fluxo de metais preciosos que alimenta os países vizinhos em função das suas necessidades.** Ainda assim, devido às limitações impostas, a quantidade de metais preciosos retidos em Espanha e em Portugal é superior às necessidades destes países, sendo desproporcionada face ao produto anual das suas terras e do seu trabalho. Daí haver uma profusão de baixelas de prata nas casas ibéricas, embora muitas delas não tenham mais nada que, noutros países europeus, se considere correspondente a este tipo de luxo.

O excesso de metais preciosos desencoraja a agricultura e a indústria destes países. E incita os países vizinhos a obter matérias-primas e manufacturas em troca de uma quantidade de dinheiro inferior à que gastariam para as cultivar ou fabricar no seu território. **Bastaria, contudo, "abrir as comportas da barragem" para que a quantidade e o valor destes metais se harmonizasse em todos os países europeus.** Se a Espanha e Portugal exportassem o seu ouro e a sua prata, esta perda seria totalmente nominal e puramente imaginária. O valor nominal das suas mercadorias e do produto anual das suas terras baixaria, o que significa que seria expresso por um valor inferior em dinheiro. Mas o seu valor real permaneceria inalterado. Já **o valor real destes metais aumentaria, o que significa que, nesses países, os serviços que até então exigiam uma grande quantidade de metais preciosos precisariam de uma menor quantidade para funcionar.**

Por outro lado, o ouro e a prata exportados não seriam perdidos: trariam igual valor em mercadorias. Estas seriam sobretudo matérias-primas, ferramentas e víveres para assegurar a subsistência dos trabalhadores, e não tanto objectos de luxo. Esta conversão de um capital improdutivo num capital activo colocaria em marcha uma grande quantidade de indústrias e aumentaria o produto anual das terras e do trabalho.

Podemos comparar o subsídio inglês à exportação de cereais a esta absurda política proibicionista de Espanha e de Portugal. Ele torna o cereal inglês mais caro no mercado interno e mais barato nos mercados externos. Como o preço dos cereais regula mais ou menos o de todas as outras mercadorias, ele faz baixar o valor do dinheiro em Inglaterra e aumenta-o noutros países. Ou seja, este subsídio dá uma dupla vantagem aos países estrangeiros face a Inglaterra, onde o subsídio faz subir o preço nominal dos cereais mas não o seu preço real. Por outras palavras, aumenta não a quantidade de trabalho que um volume de cereal pode colocar em actividade, mas a quantidade de dinheiro que se pode obter em troca dessa quantidade de cereal. Em síntese, este subsídio não é útil aos proprietários rurais nem aos agricultores e desencoraja as manufacturas.

Ele beneficia apenas aqueles que exportam e importam cereais. Estas pessoas ganham tanto nos anos de abundância como nos anos de escassez. No primeiro caso, podem, graças ao subsídio, exportar mais. No segundo, podem – devido à ausência de stock acumulado durante os anos de abundância (uma vez que o excedente foi exportado graças ao subsídio) – importar mais e vender mais caro. Entende-se, por isso, a defesa incondicional que estas pessoas fazem do subsídio.

Contudo, os proprietários rurais imitaram a conduta dos industriais e conseguiram, em simultâneo, impor taxas elevadas à importação de cereais estrangeiros, equivalentes a uma proibição, e obter um subsídio à exportação. Por um lado, asseguraram o monopólio do mercado interno e, por outro, tentaram impedir que esse mercado ficasse saturado das mercadorias que vendem, exportando o excedente. Mas não prestaram atenção à diferença de natureza entre os cereais e todas as outras mercadorias. Quando se atribui um subsídio à exportação a um comerciante de linho ou de lã, aumenta-se não só o preço nominal mas o preço real dessas mercadorias. Mas não é esse o caso dos cereais, pois a natureza das coisas faz com que **os cereais tenham um valor real que não pode ser**

alterado por flutuações do seu preço em dinheiro. Nenhum monopólio nem nenhum subsídio podem aumentar o seu valor, assim como a concorrência mais livre não pode baixá-lo. Este valor dos cereais é, em qualquer parte do mundo, igual à quantidade de trabalho que eles podem fazer subsistir. Os cereais são **reguladores:** o valor real de todas as mercadorias é medido e determinado pela proporção que os seus preços médios apresentam face ao preço médio dos cereais. O valor real dos cereais não varia com as alterações do seu preço médio que, às vezes, ocorrem de um século para o outro. É o valor real da prata que varia com essas alterações.

Podemos agora elencar a **lista das objecções a este subsídio à exportação.** Em primeiro lugar, ele **obriga os capitais a serem canalizados de forma menos vantajosa do que aquela que teria ocorrido naturalmente. Smith reforça a ideia, dizendo que esse caminho é claramente desvantajoso,** dado que o comércio em causa não funcionaria sem o subsídio. **Por fim, o subsídio não aumenta em nada a produção de cereais.** Os proprietários rurais demonstram assim menos inteligência do que os industriais e os comerciantes. Eles sobrecarregam o erário público com uma despesa enorme e provocam um encarecimento do preço dos cereais no mercado interno: é uma dupla tributação sobre o povo. Por outro lado, desencorajam as manufacturas e não conseguem aumentar de forma evidente o valor das suas mercadorias e, ao desencorajar a indústria nacional, retardam a beneficiação das suas terras.

Com base nestas objecções, poderíamos dizer que é preciso conceder um subsídio não à exportação mas à produção, pois esta terá um efeito mais directo do que a primeira. Tal não faria subir o preço dos bens no mercado interno. Porém, este tipo de subsídio só muito raramente foi concedido. Os mercantilistas afirmam que ele é mais propício à fraude e que a verdadeira riqueza se cria com a exportação. Além disso, industriais e comerciantes preferem o subsídio à exportação para evitar o excesso de produtos no mercado interno e para não aumentar a concorrência entre si.

Todavia, em determinadas ocasiões, foi concedido algo semelhante a um subsídio à produção. É o caso dos subsídios de tonelagem atribuídos à pesca do arenque e da baleia. Eles tornam a mercadoria mais barata no mercado interno mas, tal como os subsídios à exportação, fazem com que parte do capital nacional se empregue no transporte de bens para o mercado, uma vez que, de outro modo, o preço não cobriria essas despesas. Poderíamos dizer que, ao fazê-lo, reforça os meios de defesa de Inglaterra, pois multiplica o número de navios, mas Smith pensa que se alcançaria esse objectivo com menos custos se, em tempos de paz, se mantivesse uma grande marinha militar sempre operacional. Seja como for, n**o caso do subsídio à pesca do arenque o legislador foi grandemente induzido em erro.** Porquê?

Em primeiro lugar, é um subsídio demasiado elevado. Adam Smith demonstra-o analisando minuciosamente o preço do sal estrangeiro e do sal escocês necessários para acondicionar o arenque pescado e curado no mar, ao qual se dá o nome de "sea sticks".

Em segundo lugar, o subsídio é proporcional à tonelagem do navio e não ao esforço ou ao êxito da pesca. Como tal, é possível que muitas embarcações tenham saído para o mar não atrás do peixe mas atrás do subsídio.

Em terceiro lugar, o método de pesca para o qual o subsídio de tonelagem foi criado não se adapta tão bem à Escócia como se adaptava à Holanda, país ao qual se foi buscar a ideia. A utilização de grandes navios com 20 a 28 toneladas justifica-se na Holanda devido à sua grande distância face aos mares ricos em arenque. No caso da Escócia, **a pesca em botes seria preferível,** pois o arenque pesca-se sobretudo nos braços de mar e pode ser directamente levado para a margem pelos pescadores, para aí ser salgado ou consumido fresco.

Em quarto lugar, o arenque é, durante muitos meses, parte considerável da alimentação do povo. **Um subsídio que permitisse baixar o seu preço no mercado interno aliviaria a situação de muitos cidadãos mais desfavorecidos.** Para abastecer o mercado interno, Smith considera que o mais adequado seria **a pesca em bote,** mas o **subsídio arruína-a para favorecer os grandes navios,** que fazem sair do país mais de dois terços do produto da pesca.

Vários empresários do sector das pescas, apesar dos generosos subsídios, continuaram a vender a sua mercadoria ao mesmo preço que vendiam. O seu lucro deveria, como tal, ser enorme. Mas não foi isso que ocorreu. Porquê? Porque **um dos efeitos perversos destes subsídios é incentivar gente temerária a aventurar-se em negócios dos quais nada percebe.** Estes perdem muito mais pela ignorância e pela negligência do que aquilo que ganham pelos subsídios governamentais. Muitas facilidades foram concedidas para estimular a criação de companhias por acções que se especializaram nesta pesca. Todavia, quase todas as empresas fundadas nessa altura perderam a totalidade ou a maior parte dos seus capitais. Actualmente, a pesca do arenque está quase totalmente entregue a armadores privados.

Há ainda subsídios à exportação dos panos de vela e da pólvora de fabrico inglês. Será que os imperativos da defesa da costa inglesa os justificam? Talvez, pois, se uma determinada fábrica for necessária à defesa nacional, não é prudente depender de países vizinhos para o seu aprovisionamento. Seja como for, por princípio, não é sensato sobrecarregar as finanças para favorecer esta ou aquela classe de produtores. **Numa sociedade em desenvolvimento, estes subsídios, aprovados durante a embriaguez da prosperidade, são iguais a outras despesas inúteis do Estado.** Podem até ser desculpáveis quando o Estado possui grandes riquezas, mas é uma loucura mantê-los quando o Estado está em dificuldades.

Em determinados casos, aquilo a que chamamos subsídio não é mais do que uma restituição de direitos. A diferença entre os dois é que o subsídio pode qualificar uma soma de dinheiro atribuída a alguém que importa uma mercadoria que reexporta mas à qual acrescenta, através da mão-de-obra, uma modificação que muda a sua denominação. Se, todavia, a mercadoria permanecer inalterada, devemos falar de uma restituição.

Digressão sobre o comércio dos cereais e suas leis

Nada é menos merecido do que os elogios endereçados à lei que estabelece o subsídio à exportação dos cereais. Adam Smith procura demonstrá-lo analisando a natureza deste comércio dos cereais e as leis inglesas que o regem.

O comércio tem quatro ramos:

- o comércio dos cereais no mercado interno;
- o comércio dos cereais estrangeiros importados para consumo interno;
- o comércio dos cereais produzidos no país e exportados para o estrangeiro;
- o comércio de transporte dos cereais estrangeiros importados e reexportados.

§1. Comércio interno

Contrariamente ao que por vezes se diz, o comerciante de cereais que actua no mercado interno e a grande massa do povo têm interesses semelhantes, não opostos. O interesse do comerciante é elevar o preço tanto quanto exija a escassez da estação, mas sem o elevar acima do necessário. Ao fazê-lo, desencoraja o consumo excessivo (relativamente aos recursos disponíveis no momento), evitando, no interesse do povo, a escassez de cereais nos últimos meses do ano e, ao mesmo tempo, cioso do seu lucro, assegurando que o stock será bem vendido durante o ano e não terá de desbaratar o restante no ano seguinte. Como tal, não tem interesse em aumentar os preços acima do que a maior parte da população pode pagar. O comerciante é, portanto, comparável ao capitão de um navio que raciona a alimentação dos marinheiros para evitar que os víveres desapareçam antes de alcançar terra.

Poderíamos objectar que o comerciante teria interesse em apenas vender uma parte e destruir o resto da colheita para aumentar o preço de forma desmedida. É, ao que parece, o que fazem os holandeses com as especiarias das Molucas. **A isto, Adam Smith responde que, no caso dos cereais, é quase impossível, mesmo através da força da lei, criar um monopólio,** pois este é um bem de tal modo importante que dá trabalho a vários comerciantes. Além destes, há todos os agricultores que produzem cereais. E esta massa gigantesca está de tal modo dispersa pelo país que nunca se poderia reunir e aliar para fixar um preço comum para os cereais acima daquele que o povo pode pagar.

Quando se analisa a história das carestias e das fomes que se abateram sobre a Europa nos três últimos séculos, constata-se que **a carestia e a raridade dos cereais nunca se deveu a conluios entre os vendedores de cereais de um país.** Referem-se pilhagens e guerras mas, na maioria dos casos, a carestia e a raridade dos cereais são imputáveis aos maus anos de colheita. **A fome, essa, tem sempre uma única causa: as medidas violentas do governo e os meios inadequados que este utiliza para remediar os inconvenientes da carestia.** As más colheitas nunca causam, por si só, uma fome, pois os anos de abundância compensam os anos de escassez. Além disso, num país de alguma dimensão, onde haja comunicação entre as diversas regiões, más colheitas em determinadas regiões são compensadas por boas colheitas noutras. Mesmo nos países com arrozais, culturas que necessitam de muita água, os efeitos de uma seca não causam, por si só, uma fome.

> **"Quando o governo, para remediar os inconvenientes de uma carestia, obriga todos os vendedores de cereais a vender a sua mercadoria a um preço** que ele supõe **razoável,** tal pode impedi-los de levar cereais ao mercado, causando uma fome no

início da estação. Se os levarem, podem dar azo a um consumo tão rápido dos mesmos que isso **acabará por conduzir a uma fome antes do fim da estação"[168].**

O comércio de cereais sem restrições, sem obstáculos, sem limites é a melhor defesa contra a fome ou a escassez. Smith considera que **este comércio deve, entre todos, ser protegido por lei.** Com isso, ele quer dizer que quem se dedica a este comércio deve ter uma protecção especial, pois **os comerciantes de cereais são quem está mais exposto à animosidade popular.** Porquê? Porque as classes baixas imputam as suas dificuldades à avareza do comerciante de cereais "que se torna alvo do seu ódio e da sua fúria"[169]. Podemos comparar os receios populares face ao monopólio dos açambarcadores e dos intermediários aos terrores inspirados no povo pela bruxaria. Nos dois casos, o homem satisfaz a sua malvadez acusando um qualquer pelos males que lhe acontecem. É nos anos de escassez que o comerciante de cereais se arrisca mais a ser alvo da pilhagem dos seus armazéns e da violência contra os seus bens. Acresce que as grandes fortunas não são mais numerosas neste negócio do que noutros.

Apesar disso, diversas regras europeias, em vez de enfraquecerem este ódio popular contra os comerciantes de cereais, parecem tê-lo autorizado e até encorajado. Assim, Eduardo VI[170] estabeleceu que quem comprasse cereais com a intenção de os revender seria considerado "açambarcador fora-da-lei" e, como tal, condenado a uma pena de prisão e a uma multa. **A ideia era fazer com que as pessoas comprassem directamente os cereais aos agricultores, para evitar os intermediários e as suas comissões.** Na lógica de que ninguém se podia intrometer entre o produtor e o consumidor, só havia um número reduzido de pessoas que podiam, mediante licença, exercer a função de "transportadores de cereais".

Seja como for, obrigou-se o agricultor a exercer também o ofício de comerciante ou de retalhista de cereais. Esta regulamentação diferia radicalmente da adoptada para as manufacturas e os comércios nas grandes cidades que, pelo contrário, subdividiam ao máximo as profissões (impedindo os artesãos de venderem os seus produtos em loja). **Obrigou-se, assim, o agricultor a dividir o seu capital por dois empregos distintos: o de cultivar a terra e o de vender a sua produção.** Forçado a exercer as duas profissões, o agricultor não tinha condições para vender os seus cereais mais baratos do que qualquer outro comerciante de cereais. Afinal, vimos que a divisão das tarefas é justamente o que permite aos executantes adquirir, através de operações muito simples, uma destreza e uma rapidez únicas. A divisão do trabalho permite assim baixar os custos de produção. O agricultor que se torna subitamente comerciante não pode alcançar a mesma eficácia que um comerciante que dedica todo o seu tempo a essa actividade. "Aprendiz de tudo, mestre de nada" diz o provérbio. **Tanto a lei que proíbe o artesão de ser vendedor como a que obriga o agricultor a tornar-se comerciante são atentados à liberdade natural e, como tal, injustas.**

---

[168] *Idem,* p.125
[169] *Idem, ibidem*
[170] Eduardo VI (1537-1553), rei de Inglaterra e da Irlanda, reinou entre 1547 e 1553.

Ao fazê-lo, a lei que constrange o agricultor a vender a sua produção provoca um **outro efeito perverso: retarda a beneficiação das terras.** Como tem de armazenar e vender os seus cereais, o agricultor deixa de estar em condições de empregar a totalidade do seu capital na contratação de mais empregados, na compra de animais, num melhor cultivo, etc. Mais do que contribuir para baixar o preço dos cereais, esta lei contribui para os tornar mais escassos. **Na realidade, a profissão de comerciante de cereais sustenta a de agricultor. Esta relação é comparável à que existe entre o grossista** e o manufacturador: ele compra e leva as mercadorias que são produzidas, por vezes adiantando-lhe o preço de fabrico (permitindo que o produtor utilize o capital para desenvolver a sua actividade). Pode mesmo auxiliar o fabricante que, sem ele, poderia ficar arruinado por um acidente, etc. Esta lei priva o agricultor de uma relação deste género.

Ao impedir qualquer intermediário entre o produtor e o consumidor, o estatuto de Eduardo VI contribuiu para a aniquilação de uma profissão cujo livre exercício não só é o melhor instrumento para fazer face aos inconvenientes de uma escassez como a melhor protecção contra essa calamidade. De facto, o comerciante é quem, depois do agricultor, mais contribui para a produção de cereais, motivo pelo qual o comércio de cereais que abastece um país deve ser totalmente livre.

Felizmente, o estatuto do 15º ano do reinado de Carlos II restaurou a liberdade no comércio de cereais e assegurou um grau de protecção inédito até então. Este estatuto contribuiu, mais do que qualquer outra lei, para o abastecimento em abundância do mercado interno e para o aumento da cultura de cereais.

§2. Comércio de importação

O comércio que importa cereais estrangeiros para consumo interno permite abastecer directamente o mercado nacional e, a esse nível, é vantajoso para o povo. Ele faz baixar ligeiramente o preço médio dos cereais em dinheiro mas não diminui o seu valor real. Em Inglaterra, a importação de cereais estrangeiros é proibida a maior parte do tempo. Se a importação fosse sempre livre, os agricultores e os proprietários rurais ganhariam menos dinheiro pelos seus cereais mas esse dinheiro teria mais valor, o que significa que permitiria, por um preço igual, comprar mais mercadorias, mais trabalho, etc. Esta elevação do valor do dinheiro faria baixar o preço de todas as mercadorias e permitiria encorajar a indústria do país. **Como o mercado nacional de cereais é, em todos os países, o mais vasto e mais importante que existe, a subida do valor real do dinheiro permitiria incentivar a produção de cereais.**

§3. Comércio de exportação

O comerciante que exporta cereais, nacionais ou estrangeiros, para o exterior não contribui directamente para a abundância de cereais no mercado nacional, mas acaba por fazê-lo indirectamente. Com efeito, a proibição da exportação limita a cultura e a

melhoria das terras, pois os produtores fazem cálculos de modo a abastecerem o mercado interno e não ficarem com excedentes nos braços. Havendo liberdade de exportação, o país pode alargar a sua área de cultivo para abastecer os mercados externos.

O sistema de exportação colocado em prática na Grã-Bretanha é defeituoso e favorece o comércio de exportação face ao comércio interno, ao autorizar a exportação quando o preço dos cereais atinge determinado limiar. Ora, enquanto o interesse do comerciante que só vende no mercado nacional jamais se opõe ao interesse do povo, o do comerciante exportador pode ser distinto. Imaginemos que os cereais são muito caros no país e que um país vizinho está a braços com uma fome. O seu interesse pode levá-lo a exportar cereais em grande quantidade, agravando a carestia a nível nacional. E é muito melhor para ele que os incentivos à exportação surjam a par de desincentivos à importação, em virtude da doutrina mercantilista. **A melhor prova de que o sistema não funciona, é que o governo muitas vezes foi forçado a interromper temporariamente a exportação de cereais e a suprimir, também temporariamente, os impostos proibitivos que desencorajam a importação de cereais.**

A solução é, obviamente, restabelecer a liberdade de importação e exportação.

> "Se todas as nações seguissem o sistema da exportação e importação livre, os vários estados em que se divide um grande continente assemelhar-se-iam às diferentes províncias de um grande império"[171].

Entre as diferentes províncias de um império, a liberdade de comércio não só é o melhor paliativo para uma carestia, como também o melhor baluarte contra a fome. A escassez de uma região pode ser colmatada pela abundância de outra. Por esse motivo, é preciso adoptar este "sistema generoso" entre os diferentes estados europeus. Em pequenos estados, restrições à liberdade de exportação podem justificar-se devido às circunstâncias mas, nos grandes estados, como a França ou a Inglaterra, a liberdade ilimitada de exportar justificar-se-ia porque a quantidade a exportar raramente colocaria em causa a totalidade das provisões internas. **Interditar ao agricultor que envie a sua mercadoria para o mercado mais vantajoso é um sacrifício das leis da justiça à razão do Estado. Este acto de autoridade só pode ter lugar em casos extremos.**

As leis relativas aos cereais são comparáveis às leis religiosas. Em ambos os casos, é raro encontrar um sistema sensato. Porquê? Porque as pessoas se sentem tão interessadas na sua subsistência nesta vida e na felicidade numa vida futura que o governo se vê obrigado a ceder perante os preconceitos populares.

§4. Comércio de transporte

O "transportador" é aquele que importa cereal estrangeiro para o reexportar. Ele também contribui para a abundância no mercado interno. Porquê? Porque estará dis-

---

[171] A. Smith, *Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations,* Tome II, Flammarion, 1991, (1776), p.139

posto a vender aos habitantes do país algumas das mercadorias importadas e armazenadas com vista à exportação. Estará mesmo disposto a vendê-las a um preço ligeiramente abaixo daquele que espera encontrar no mercado externo porque, ao proceder desta forma, poupa nas despesas do frete, no seguro, na carga e na descarga. Ao fazê-lo, pode reduzir o preço dos cereais em dinheiro no país, mas não baixa o seu valor real.

Este comércio de transporte de cereais foi, de facto, interdito na Grã-Bretanha. Teoricamente permitido, recaíam sobre ele impostos tão exorbitantes que equivalia a uma proibição. Por vezes, estes foram suspensos devido à escassez. Como tal, este sistema de leis não merece qualquer dos elogios que lhe é feito habitualmente. Não é a ele que a Grã-Bretanha deve a sua prosperidade, mas ao esforço dos seus cidadãos.

> **"O esforço natural de cada indivíduo para melhorar a sua própria condição,** quando lhe é permitido exercê-lo com liberdade e confiança, **é um princípio tão poderoso** que, sem qualquer outro contributo, não só é capaz de criar a riqueza e a prosperidade de uma sociedade como ainda de **vencer os mil obstáculos absurdos que a insensatez das leis humanas coloca no seu caminho** e que atentam contra a sua liberdade ou diminuem a sua confiança"[172].

A Espanha e Portugal possuem entraves do mesmo género mas, nesses países, esta má política não é contrabalançada pela liberdade e a segurança geral do povo. A indústria não é livre e os governos de ambos os reinos são de tal ordem que, só por si, seriam suficientes para perpetuarem a miséria, mesmo que as suas regulamentações comerciais fossem menos absurdas e insensatas.

A legislação sobre os cereais foi, felizmente, revista no 13º ano do reinado de Jorge III[173]. Os elevados impostos sobre a importação foram abolidos. Os subsídios, sempre nocivos por princípio, foram reduzidos. **Já livre de impostos, a importação dos cereais destinados a reexportação passou a ser autorizada dentro de alguns limites.** Todavia, esta lei atribuiu um subsídio à exportação de aveia, de ervilhas e de feijão. Acresce que a exportação de cereais passou a ser proibida até que o preço atingisse os 44 xelins o quarto. Nestes dois pontos, a legislação tornou-se pior do que o antigo sistema. Mas, não sendo a melhor possível, foi a melhor que os interesses, os preconceitos e as circunstâncias dos tempos permitiram. Precisamente o que se afirmava das leis de Sólon[174].

Capítulo VI. Dos tratados de comércio – Importação de ouro – Imposto sobre o fabrico de moedas

Há nações que se comprometem, por um tratado, a permitir a entrada de determinadas mercadorias de um país estrangeiro enquanto proíbem as mercadorias provenientes de todos os

---

[172] *Idem,* pp.141-142

[173] Jorge III (1738-1820), rei do Reino Unido e da Irlanda, reinou entre 1760 e 1820.

[174] Sólon (640-558 AC), estadista, legislador e poeta ateniense, ficou conhecido pela dureza das leis que fez adoptar e pela dureza com que as fez aplicar.

outros países. Podem também isentar de imposto as mercadorias desse país, embora não o façam com as dos outros. Os comerciantes e industriais dos países favorecidos tiram disso grande benefício. Gozam de uma espécie de monopólio no país que os trata com tantos favores e que se torna um mercado alargado e vantajoso.

Mas **esses tratados são necessariamente desvantajosos para os habitantes do país que atribui esse favor.** Como não podem beneficiar da oferta alargada resultante da livre concorrência, têm de comprar mais caros os produtos estrangeiros de que precisam. Isto significa que parte do produto com o qual esse país compra mercadorias estrangeiras será vendido mais barato. Tratados desta natureza têm por efeito diminuir o valor de troca do produto nacional.

São, contudo, tratados que se supõem vantajosos se partirmos de princípios muito diferentes daqueles que invocámos. É através deles que um país concede, em seu prejuízo, um monopólio a determinadas mercadorias de uma nação estrangeira. E fá-lo na esperança de, no comércio global entre ambos os países, vir a vender mais do que comprará, inclinando a balança comercial a seu favor. Quanto maior esse desequilíbrio, maior o saldo em ouro e prata.

Foram estas ideias mercantilistas que inspiraram o célebre tratado de comércio entre Inglaterra e Portugal, concluído por Methuen[175] em 1703. Nos termos do tratado, a coroa portuguesa era obrigada a permitir a entrada de lãs das fábricas inglesas, aplicando-lhes taxas idênticas às que existiam antes da adopção de leis que proibiram esta importação. Ou seja, Portugal comprometia-se a restabelecer a importação e a não taxar as lãs acima do que taxava anteriormente. Porém, o país não se obrigava a privilegiá-las face às lãs francesas ou holandesas. Em contrapartida, Inglaterra aceitava deixar entrar vinhos portugueses por um imposto inferior em dois terços ao pago pelos vinhos franceses, os mais concorrenciais do mercado.

Este tratado é claramente desvantajoso para Inglaterra e vantajoso para Portugal. Contudo, foi celebrado como uma obra-prima da política inglesa. Porquê? Porque o que interessava aos criadores deste tratado era o ouro e a prata portugueses. Portugal recebia das suas colónias uma quantidade tal destes metais que tinha de exportar o excedente, em vez de o deixar inactivo nos seus cofres. No entanto, a sua exportação era proibida. Mas, como vimos, nenhuma lei e nenhuma polícia no mundo pode impedir os metais preciosos de irem para onde fazem falta ou onde se paga bem pela sua aquisição.

Os promotores deste tratado exageraram bastante na quantidade de metais preciosos que iriam chegar a Inglaterra graças ao mesmo. Suponhamos, no entanto, diz Adam Smith, que tinham razão. **Esta entrada massiva de metais preciosos não teria grande utilidade para Inglaterra.** Porquê? Porque a parte dos metais preciosos que exceda as necessidades inglesas é obrigatoriamente enviada para fora do país em troca de mercadorias de que os ingleses precisam. Então, qual é a vantagem de obter ouro português assim? Nenhuma. Teria sido bem melhor para Inglaterra empregar menos capital no comércio com Portugal

---

[175] John Methuen (1650-1706), político britânico, foi designado embaixador extraordinário para Portugal, tendo negociado, em 1703, o Tratado de Methuen, também conhecido como o Tratado dos Panos e Vinhos, segundo o qual Portugal se comprometia a consumir têxteis britânicos, fazendo os britânicos o mesmo com os vinhos portugueses.

e empregá-lo na produção de mercadorias destinadas a outros mercados nos quais pudesse obter, em troca, mercadorias de que os ingleses realmente precisam. Inglaterra poderia, pois, dedicar esse capital perdido nos negócios com Portugal a actividades comerciais que lhe permitissem colocar em movimento mais indústria, envolver mais mão-de-obra e, assim, produzir riquezas com as quais poderia obter os metais preciosos de que precisa. **Um comércio externo de consumo por via directa é sempre mais vantajoso do que um feito de forma indirecta.**

De facto, mesmo que Inglaterra excluísse o comércio com Portugal, ela teria relativa facilidade em obter anualmente todo o ouro de que precisa, seja em barra, em moeda ou em comércio externo. O ouro, como qualquer outra mercadoria, pode sempre ser comprado se tivermos com que o adquirir. Diz-se que quase todo o ouro que chega a Inglaterra vem de Portugal. Suponhamos que são nove décimos do seu ouro. Isto significa que o décimo restante vem de outros países com os quais a Inglaterra faz comércio. Isso implica que, mesmo que Inglaterra tenha uma balança comercial favorável com Portugal, tem necessariamente uma balança comercial equilibrada ou desfavorável com todas as outras nações, dado que não precisa (ou precisa pouco) dos seus metais preciosos. **Por isso, a balança comercial é "o objecto mais quimérico da política moderna"[176].**

Contudo, foi esta ideia ridícula de que Inglaterra não poderia subsistir sem o comércio com Portugal que, aquando da última guerra, levou os reis de França e de Espanha a exigirem a Portugal que fechasse os seus portos aos navios britânicos e recebesse, em contrapartida, guarnições francesas e espanholas para velar pelo respeito dessa interdição. O rei de Portugal recusou essas condições infames. Se tal não tivesse acontecido, Inglaterra ter-se-ia podido libertar do apoio a um tão fraco aliado.

A grande importação anual de ouro e prata não se destina à produção de moeda ou de jóias mas **à obtenção de um instrumento de pagamento cómodo para o comércio internacional.** Os metais preciosos constituem, devido à sua pequenez, facilidade de transporte e solidez, a mercadoria mais adequada ao comércio. São aceites em todo o lado. Se o objectivo fossem as obras de joalharia, bastaria uma muito pequena importação de ouro e de prata.

Por outro lado, só uma pequena parte dos metais preciosos importados é necessária à renovação das moedas. Seja qual for o país, o valor de uma moeda não pode jamais exceder fortemente o valor do metal que a compõe. Mas a maior parte da moeda corrente está quase sempre, devido ao uso e à degradação, abaixo do preço original. Esta moeda antiga e degradada tem, evidentemente, o mesmo valor da nova, que sai da Casa da Moeda. A moeda nova não pode comprar mais mercadorias do que a moeda antiga. Uma libra de peso de moedas – novas ou antigas – vale 46 libras, 14 xelins e 6 dinheiros. Já uma libra de peso de ouro em lingote vale 47 libras e 14 xelins. **Assim, há todo o interesse em fundir moedas novas em ouro, convertê-las em lingotes e revendê-las ao preço que se obtém pelo ouro não monetizado.** Assim, a Casa da Moeda passava o tempo a substituir a moeda que, depois de distribuída, era refundida em lingotes. A tarefa assemelhava-se à teia de

[176] A. Smith, *Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations,* Tome II, Flammarion, 1991, (1776), p.153

Penélope: a obra feita durante o dia desfazia-se durante a noite. Este procedimento durou até à última grande cunhagem da Casa da Moeda.

Se os particulares que levam o ouro e a prata à Casa da Moeda fossem obrigados a pagar a cunhagem, acrescentariam valor a esses metais. Assim, o ouro e a prata teriam um valor superior ao ouro e à prata não monetizados. Uma taxa sobre a cunhagem compensaria ainda o trabalho e as despesas necessárias a esta. Não deveria ser exorbitante porque, nesse caso, estimularia a falsificação, tanto no país como no estrangeiro. No entanto, esse direito de senhoriagem existe em França e, mesmo sendo relativamente elevado, não trouxe problemas desse tipo. Seria então oportuno instaurar semelhante sistema em Inglaterra. Ele aniquilaria o lucro de fundir a moeda e isso permitiria evitar a sua exportação após ter sido fundida.

O sistema actual nasceu de uma lei de encorajamento do fabrico da moeda que se inspira directamente na doutrina mercantilista que vê o ouro e a prata como a essência da riqueza de uma nação. Foi esta lei que isentou de impostos a fabricação de moeda. Adam Smith é favorável a uma taxa de senhoriagem moderada. Esta não aumentaria a despesa do banco ou de qualquer particular que levasse um lingote à Casa da Moeda para ser cunhado. Porquê? Porque seria uma espécie de imposto e qualquer imposto sobre um bem é pago pelo comprador. Mais precisamente, pelo último comprador ou consumidor. O grossista, o retalhista, o comerciante, etc. "pagam" efectivamente o imposto mas recuperam o montante quando revendem a mercadoria. Ora, a moeda é um bem muito particular porque jamais tem um "último comprador". De facto, qualquer pessoa que a receba acaba sempre por se desfazer dela.

Ao abolir a despesa da cunhagem, o governo assume essa pequena despesa mas perde um pequeno rendimento que poderia obter com uma taxa de senhoriagem moderada. Como o Banco de Inglaterra é a única companhia que envia lingotes de ouro para a Casa da Moeda por um valor elevado, o custo da cunhagem recai sobre ele. Adam Smith, através de diversos cálculos, conclui que a instauração de um sistema como o que preconiza permitiria que as perdas anuais fossem reduzidas a um décimo.

Capítulo VII. Das Colónias

Parte 1. Dos motivos que levaram ao estabelecimento de novas colónias

Esta colonização difere fortemente da colonização grega e romana. Obedece a uma lógica distinta da que regia as colónias do mundo antigo. De facto, **os Estados da Grécia Antiga só possuíam um pequeno território. Quando a população se tornava demasiado numerosa, enviavam parte do povo em busca de uma nova pátria num território longínquo.** Dórios, jónios, eólios, etc. eram membros destas colónias que as cidades gregas olhavam como **filhos emancipados** que deviam respeito e reconhecimento aos pais mas sobre as quais estes já não tinham qualquer autoridade nem jurisdição directa. A coló-

nia dotava-se de um governo, adoptava leis, designava magistrados, fazia a paz ou a guerra com os vizinhos como um Estado independente.

As colónias romanas possuíam uma perspectiva algo diferente. Com efeito, **Roma foi fundada com base numa lei agrária que repartia as terras entre todos os cidadãos que compunham o Estado.** O curso das coisas humanas (casamento, sucessão, alienações, etc.) fez com que estes grandes domínios, que deviam assegurar a subsistência de várias famílias, se tornassem propriedade de apenas algumas pessoas. A maioria dos cidadãos não tinha terras e dificilmente encontrava trabalho, pois as terras eram cultivadas por escravos. O artesanato, a indústria e o comércio eram igualmente exercidos pelos escravos dos ricos. **Os cidadãos pobres dependiam inteiramente da generosidade dos tribunos. Isto estimulou fortemente o espírito de conquista de Roma.** As novas colónias ofereciam aos conquistadores a possibilidade de se estabelecerem em qualquer lado e permitia que Roma constituísse uma espécie de guarnição que protegia as suas aquisições. Por isso, a palavra latina *colonia* significa "plantação" ou "cultivo da terra". Já a palavra grega "ἀποίκια" significa "separação do lar, emigração do país, abandono da casa". Em qualquer dos casos, as colónias antigas respondiam a uma espécie de necessidade.

Pelo contrário, o estabelecimento de colónias europeias na América e nas Índias Ocidentais não é fruto da necessidade. Elas tornaram-se muito úteis mais tarde, mas não o eram inicialmente. Os venezianos faziam comércio com os mouros, que lhes forneciam especiarias e outros bens das Índias Orientais. Os grandes lucros dos venezianos causaram a cobiça dos portugueses que, em 1497, chegaram à Índia, com Vasco da Gama. Anos antes, **Cristóvão Colombo** convencera Isabel, a Católica, a financiar uma expedição e **acreditou que a terra que tinha descoberto era a mesma que Marco Pólo descrevera.** Daí que o nome "Índias" tenha passado a ser usado para designar os locais florestais, incultos e escassamente povoados, bem diferentes das zonas ricas da China. **Estas regiões eram miseráveis.** É verdade que abrigavam, potencialmente, grandes riquezas como o algodão, mas nenhuma manufactura permitia materializá-las.

Colombo não encontrou nem animais nem plantas que o levassem a acreditar que tinha descoberto uma terra rica. **Notou, contudo, que os habitantes locais andavam com adornos em ouro. Transportou estes para a Europa** e descreveu Santo Domingo como uma região em que o ouro era abundante e, como tal, uma fonte inesgotável de riquezas para a coroa e para o reino de Espanha. **Neste período, a ideologia mercantilista impregnava a maior parte dos espíritos.** Ao regressar da sua primeira viagem, Colombo foi recebido em triunfo e, com base no seu relatório, o Conselho de Castela decidiu tomar posse de uma região cujos habitantes eram incapazes de se defender. **O pio desígnio de converter estas terras ao cristianismo santificou a injustiça deste projecto.**

Colombo propôs que metade de todo o ouro ou prata encontrados pertencesse à Coroa e o Conselho de Castela aceitou a oferta. **A "taxa" de 50% foi fácil de pagar enquanto apenas foi preciso pilhar selvagens indefesos para os despojar dos metais.** Quando foi necessário explorar minas, tornou-se impossível pagá-la e a sua manutenção foi a causa primeira do abandono total das minas de Santo Domingo, que permaneceriam inexplora-

das. A taxa sobre o ouro foi rapidamente reduzida a um terço, depois a um quinto, depois a um décimo e, por fim, a um vigésimo do valor da produção. A taxa sobre a prata foi reduzida a um décimo do valor da produção.

A sede cega pelo ouro motivou todas as acções dos espanhóis no Novo Mundo. **Entre os muitos projectos aventurosos e dispendiosos que conduziram à bancarrota os que a eles se lançaram, não há nenhum tão ruinoso quanto a procura de novas minas de ouro e de prata. É, de facto, a mais desigual das lotarias do mundo.** Mas a confiança tola que quase todos os homens têm na sua boa estrela é tal que haverá sempre capitais que se consomem em empregos perigosos. A mesma paixão que sugeriu a tanta gente a ideia absurda da pedra filosofal, sugeriu a outros a ideia quimérica de imensas minas abundantes em ouro e em prata. **É quimérica porque o que dá valor a estes metais é, precisamente, a sua raridade, o facto de estarem depositados em quantidades extremamente pequenas e quase sempre rodeadas por substâncias duras e intratáveis.** Estas pessoas pensavam descobrir veios destes metais tão grandes e abundantes como os que se descobriram nas minas de chumbo, de cobre, de estanho ou de ferro. Era uma quimera. Todavia, o destino de algumas dessas empresas foi, a longo prazo, muito melhor do que o que seria de esperar.

Parte 2. Causas da prosperidade das novas colónias

Quando uma colónia de homens civilizados se implanta numa região deserta ou pouco povoada, a sua marcha rumo à riqueza é mais rápida do que em qualquer outra sociedade humana. Os primeiros colonos tinham conhecimentos de agricultura e de outras artes úteis que rapidamente se revelaram superiores aos das populações autóctones. Tinham também o hábito de obedecer a leis, a governos estabelecidos e a uma administração fixa e uniforme da justiça. Chegados ao pleno crescimento, os filhos de um proprietário podiam, dada a abundância e o baixo preço das terras, estabelecer-se por sua conta. A generosidade das terras era um encorajamento ao casamento. Nalguns países em que a renda e os lucros aumentavam às custas dos salários, reduzindo-os a quase nada, os proprietários e os agricultores tinham falta de trabalhadores agrícolas. **Nas colónias, cuidavam deles e asseguravam-lhes um salário elevado, contando assim com a sua ajuda para desbravar e cultivar a terra.** O que encoraja a cultura e a população traz verdadeiramente riqueza e prosperidade.

A maior parte das colónias gregas prosperou rapidamente. Foi o caso de Siracusa, Agrigento, Tarento, Locros, Éfeso, Mileto, etc. As artes da civilização desenvolveram-se aí rapidamente. As duas mais antigas escolas de filósofos gregos, a de Tales e a de Pitágoras, foram fundadas nas colónias, não na metrópole. Já as colónias romanas não foram tão brilhantes. Tal estará seguramente relacionado com a sua falta de independência. Nestas cidades foi preciso esperar pela queda da pátria-mãe para formar Estados consideráveis. Foi o caso de Florença. A este respeito, as colónias americanas assemelham-se muito às colónias gregas. Devido ao seu afastamento, o peso da dependência face às metrópoles foi atenuado.

A densidade populacional de um país deve ser proporcional ao seu grau de civilização e de cultura. Apesar da barbárie com que os europeus destruíram os nativos, os an-

tigos impérios do México e do Peru são hoje mais povoados do que nunca. Espanha e Portugal foram as únicas potências europeias a estabelecer-se na América durante o século XV e a maior parte do século XVI. O seu poderio naval inspirava um terror tal que nenhum outro país se aventurava nessas terras recentemente descobertas. Os franceses que tentaram estabelecer-se na Florida foram massacrados pelos espanhóis. Mas, após a derrota da frota espanhola no famoso episódio da «Invencível Armada», a supremacia naval de Espanha acabou e várias nações europeias instalaram-se no continente. E, umas mais devagar do que outras, as colónias prosperaram, sendo as mais lentas as governadas por uma companhia exclusiva de mercadores.

As colónias que tiveram um progresso mais rápido foram as inglesas, devido à abundância de terras férteis e à liberdade que lhes foi concedida para dirigirem os seus assuntos. Na realidade, a primeira causa é muito menos importante do que a segunda, pois as terras coloniais portuguesas e espanholas eram melhores mas tinham instituições políticas inferiores às das colónias inglesas. Porquê?

Em primeiro lugar, **o colono inglês era obrigado a cultivar e valorizar as terras que possuía dentro de um determinado prazo.** Se não o fizesse, as terras negligenciadas podiam ser atribuídas a outro. Assim se evitava o açambarcamento de terras incultas.

Em segundo lugar, **ele nunca poderia reunir uma grande quantidade de terras e, se o fizesse, bastariam duas gerações para que elas fossem novamente divididas.** Porquê? Porque o direito de primogenitura era inexistente na Pensilvânia e, nas colónias inglesas em que existia, as terras eram detidas de forma simples, favorecendo a alienação. Tal não era o caso das colónias espanholas ou portuguesas, onde o "direito de morgadio" implicava a transmissão de terras inteiras a uma única pessoa. E a reunião de terras incultas em grandes propriedades era um entrave à sua beneficiação.

Em terceiro lugar, devido ao trabalho que fazia nas suas terras, o colono inglês retirava delas um produto quantitativa e qualitativamente superior ao dos outros colonos europeus. Ele beneficiava também de impostos mais baixos, o que lhe permitia reinvestir o seu produto e utilizá-lo na mobilização de mais trabalho. Além disso, os colonos ingleses nunca contribuíram para a defesa da pátria-mãe ou para a manutenção do governo civil inglês. **Todos os custos de defesa estavam a cargo da metrópole** e a despesa do seu próprio governo era muito módica. Quanto ao clero, vivia apenas de contributos voluntários da população. Já os colonos espanhóis e portugueses pagavam impostos à metrópole, o governo das suas colónias saía-lhes caro e havia hábitos de vaidade e de gastos excessivos entre os dirigentes coloniais. O governo eclesiástico também era bastante opressivo: frades mendicantes que percorriam o país viviam às custas da população e as maiores propriedades estavam nas mãos do clero.

Em quarto lugar, as colónias inglesas eram mais "favorecidas" do que as outras colónias europeias e dispunham de um mercado mais alargado para escoar os seus produtos. Todas as nações europeias tentaram monopolizar o comércio das suas colónias. Impediram navios estrangeiros de negociar com elas e proibiram a importação de mercadorias

da Europa. Estes monopólios tomaram formas muito distintas:

- **determinadas nações,** como a Holanda, a Dinamarca e, durante pouco tempo, a França, **entregaram todo o comércio das suas colónias a uma "companhia exclusiva",** obrigando os colonos a dirigirem-se unicamente a esta para a aquisição de mercadorias europeias e para a venda da totalidade do seu excedente. O interesse da companhia era vender as mercadorias europeias ao preço mais elevado e comprar a produção colonial ao preço mais baixo possível.
- **outras nações, como a Espanha,** sem criarem companhias exclusivas, **restringiram o comércio a um único porto da pátria-mãe.** Isto abria o comércio a todos os comerciantes da metrópole desde que respeitassem várias exigências. Mas tal promovia uma acção concertada dos comerciantes e tinha os mesmos inconvenientes de uma companhia exclusiva: as colónias eram mal abastecidas e obrigadas a vender muito barato e a comprar muito caro;
- **outras nações ainda,** como a Inglaterra e a França, **deixaram o comércio das suas colónias livre a todos os súbditos.** Podiam negociar nos portos da pátria-mãe sem precisar de nada mais do que cumprir as formalidades normais de uma alfândega. Dispersos pelo país, os comerciantes da pátria-mãe não se uniam para procurar lucros exorbitantes às custas das colónias.

No último caso, e no que se refere à Inglaterra, só algumas mercadorias coloniais viram o seu comércio limitado ao mercado da pátria-mãe. Estas foram indicadas no Acto de Navegação como mercadorias "enumeradas". As **mercadorias "não enumeradas" podiam ser exportadas directamente para outros países** desde que o fossem em navios da Grã-Bretanha ou das colónias e desde que os mestres e três quartos da tripulação fossem súbditos do império britânico. **As mercadorias não enumeradas dispunham assim de um mercado muito alargado. Nelas se incluía** toda a espécie de cereais, bem como madeiras, carne salgada, peixe, açúcar e rum. Todavia, estes produtos não terão sido enumerados pelo receio da sua entrada em concorrência directa com as mercadorias nacionais no mercado inglês, mais do que pela vontade de favorecer o comércio das colónias.

Quanto às **mercadorias enumeradas,** são de dois tipos:

- **as específicas da América ou que não são produzidas na pátria-mãe.** Exemplo: melaços, café, cacau, tabaco, pimentão-doce, gengibre, barbatanas de baleia, seda natural, algodão em rama, pele de castor e outras peles da América, índigo, tatajuba e outras madeiras tintórias;
- **as não específicas da América ou que são (ou podem ser) produzidas na metrópole mas não o suficiente para cobrir a procura.** Exemplo: equipamentos navais, mastros, vergas e gurupés, alcatrão, piche e terebentina, ferro fundido e em barra, minério de cobre, peles e couros, potassa e perlasso.

Estas mercadorias não deveriam prejudicar as mercadorias nacionais. Ao limitá-las ao mercado nacional, o objectivo era torná-las mais baratas para os comerciantes ingleses, que as poderiam revender com maior lucro. Esperava-se também que o sistema permitisse

o desenvolvimento de um comércio de transporte vantajoso para a Grã-Bretanha, dado que era o país europeu para o qual eram originalmente importadas e centralizadas as mercadorias. **Esta política motivou, em reacção, proibições por parte de outros países europeus.**

As colónias anglo-americanas puderam negociar livremente entre si e formaram um vasto mercado interno para os seus vários produtos. Falamos, claro, das matérias-primas, pois a Grã-Bretanha criou impostos elevados e até proibições absolutas para os objectos manufacturados, de modo a impedir o estabelecimento de fábricas nas colónias. Através de impostos exorbitantes, ela dissuadiu, por exemplo, o estabelecimento de fábricas para branquear ou refinar o açúcar destinado ao mercado externo. **E proibiu a construção de fornalhas e moinhos de fundição para fabricar aço,** além de impedir os seus colonos de irem além do fabrico de ferro fundido e em barra.

> "Todavia, **impedir um grande povo de tirar totalmente partido de cada uma das suas produções próprias,** ou de empregar os seus capitais e o seu esforço da forma que crê ser mais vantajosa, **é uma violação manifesta dos direitos mais sagrados do ser humano"[177].**

Não obstante, as interdições não haviam sido, até ao momento em que Adam Smith escreve, muito prejudiciais às colónias, visto que a terra era sempre barata e o trabalho caro. **Os colonos podiam, desde logo, importar da metrópole quase todos os artigos manufacturados mais elaborados e refinados a um preço inferior ao que lhes custaria se eles mesmos os fizessem.** As interdições eram, ainda assim, marcas injustas e odiosas de servidão infligidas pela inveja absurda dos industriais ingleses. **Num estado de desenvolvimento superior da sociedade americana poderiam tornar-se realmente opressivas e insuportáveis.**

Por vezes, a Grã-Bretanha concede vantagens a algumas mercadorias coloniais, atribuindo-lhes subsídios à importação desde as colónias ou taxando-as com impostos inferiores aos das mercadorias provenientes de países estrangeiros. **Seja como for, a Grã-Bretanha age com as suas colónias de forma muito mais generosa do que qualquer outra nação europeia.** Sendo a única a poder abastecer as suas colónias com produtos vindos da Europa, ela podia obrigar estas a pagar os impostos que os comerciantes pagam quando as suas mercadorias chegam à metrópole (aumento de preço que recai necessariamente sobre o consumidor inglês) mas, contrariamente às outras nações que assim procedem com as suas colónias, ela não o faz. **É evidente que, ao analisarmos os regulamentos de comércio, constatamos que, a maior parte do tempo, o interesse das colónias é sacrificado ao interesse dos comerciantes mas,** malgrado o espírito mercantil que impregna estas regulamentações, estas são menos opressivas do que as de outras nações.

À excepção do comércio externo, os colonos ingleses gozam de inteira liberdade em todos os aspectos. Possuem as suas próprias assembleias de representantes, que mantêm uma relação com o governo executivo e não são compostas por uma nobreza hereditária, e

---

[177] *Idem,* p.192

há uma maior igualdade entre os colonos ingleses do que entre os habitantes da metrópole. Já a forma absolutista de governo que existe em países como Espanha, Portugal e França foi, inadvertidamente, exportada para as respectivas colónias. **Os poderes arbitrários dos monarcas desses países foram delegados em agentes subalternos que os exercem com violência.** E ainda que a França governe as suas colónias com maior moderação do que Espanha ou Portugal, o governo francês é violento e arbitrário quando comparado ao governo da Grã-Bretanha.

No entanto, os franceses são superiores aos ingleses na forma como tratam os seus escravos negros. Porquê? Porque a lei que protege os escravos e obriga o seu mestre a tratá-los de forma humana é mais bem executada por um governo que pode impor a sua vontade aos grandes proprietários. Num país livre em que os proprietários são muitas vezes membros, ou eleitores dos membros, da assembleia colonial, isso será mais complicado. Assim, **a condição de um escravo é melhor num governo arbitrário do que num governo livre.** Tratar bem um escravo é torná-lo fiel, mais inteligente e mais útil. É aproximá-lo do estatuto do servo livre. É desenvolver nele uma certa integridade e um certo apego. Isto explica que as plantações francesas de cana-de-açúcar, em especial na grande colónia de Santo Domingo, tenham prosperado com capitais retirados quase exclusivamente dessas mesmas colónias, graças a beneficiações sucessivas. Pelo contrário, as colónias de açúcar inglesas foram financiadas em grande parte pelas imensas riquezas de Inglaterra.

Os governos europeus não se podem orgulhar nem da criação das colónias na América nem da sua prosperidade posterior. A extravagância e a injustiça parecem ter sido os princípios que presidiram e dirigiram o primeiro projecto de estabelecimento nessas colónias. De facto, a corrida ao ouro e à prata é uma pura extravagância e desapossar os nativos da sua terra e confiscar todas as suas riquezas é uma iniquidade. **Existem, no entanto, aventureiros que foram para o Novo Mundo com motivos mais sensatos e mais louváveis.** Mas nem mesmo esses motivos foram suficientes para honrar a política europeia. Puritanos e católicos ingleses, quakers, judeus portugueses e outras minorias perseguidas estabeleceram-se no Novo Mundo não devido à sabedoria do seu país de origem mas à intolerância e injustiça deste. Daqui se conclui que não foi pela sua boa política que os governos europeus estimularam a cultura e a expansão demográfica da América.

Estes aventureiros, quaisquer que tenham sido os seus motivos, **praticamente não receberam apoio dos governos europeus, à excepção da autorização para se estabelecerem.** Quando estes estabelecimentos se tornaram prósperos, as diversas metrópoles apressaram-se a assegurar o monopólio do seu comércio, o fechamento do seu mercado, o seu engrandecimento às custas deles e, consequentemente, desencorajaram e desaceleraram o curso da sua prosperidade. Porém, num ponto os estados europeus contribuíram de forma substancial para a grandeza actual das colónias da América. Qual? *Magna virum mater*[177]. Foi a Europa que criou e formou os homens que fizeram tão grandes coisas. E foi na Europa que nasceram as ideias que animam as instituições internas das colónias americanas.

---

[178] *Idem,* p.200

Parte 3. Das vantagens que a Europa retirou da descoberta da América e da passagem marítima para a Índia através do Cabo da Boa Esperança

Vimos quais as vantagens que as colónias americanas retiraram da política europeia. Adam Smith pergunta-se agora quais as vantagens que a Europa retirou da criação de colónias americanas, e distingue:

- as vantagens que a Europa retirou globalmente dessa criação;
- as vantagens que cada Estado colonial europeu retirou das respectivas colónias.

As **vantagens gerais para a Europa são de dois tipos: um aumento dos bens e um crescimento da indústria.** Uma série de mercadorias diversas chegou à Europa: umas úteis e cómodas, outras pela sua beleza e pelo prazer que proporcionavam, outras para fins de decoração e ornamento. A descoberta da América estimulou ainda a indústria de duas formas: por um lado, aumentou as indústrias de Espanha, Portugal, França e Inglaterra e, por outro, aumentou a indústria de países que, sem aí negociarem directamente, puderam expedir, através de outros países, bens da sua própria produção. É o caso da Flandres austríaca e de algumas regiões da Alemanha. Todos estes países alargaram o seu mercado.

O que é ainda mais notável é que estes acontecimentos contribuíram para encorajar a indústria de países que nunca enviaram para a América um único dos seus produtos, como a Hungria e a Polónia. Nestes dois países consome-se efectivamente uma parte do produto das colónias americanas. Existe agora uma procura de açúcar, de chocolate e de tabaco nesses Estados. Para obter essas mercadorias americanas, eles negoceiam com países europeus que possuem um excedente dessas mercadorias americanas. Trocam-nas pelos seus produtos, que se difundem assim por outros países europeus. **Há até territórios que nunca expediram nada para a América nem receberam a mais pequena mercadoria dessa região mas que, devido aos Descobrimentos, satisfazem melhor as suas necessidades e aumentam a sua indústria.** Porquê? Porque o excedente de mercadorias americanas lançado anualmente na esfera imensa do comércio europeu aumenta a indústria no valor das ditas mercadorias. Este volume de mercadorias troca-se por outras mercadorias e aumenta a produção das indústrias desse mercado.

Contudo, **o comércio exclusivo das metrópoles tende a diminuir a satisfação das necessidades e a indústria destes países em geral e da América em particular.** No mínimo, tende a mantê-las num nível inferior àquele em que estariam sem essa exclusividade. É um verdadeiro peso morto que pesa sobre o comércio internacional. Ao tornar mais caros os produtos coloniais, diminui o consumo, enfraquece a indústria colonial e diminui a satisfação das necessidades dos países europeus. Ao tornar os produtos europeus mais caros nas colónias, provoca consequências idênticas na Europa. Confina também as colónias a um mercado específico. Ora, há uma grande diferença entre ser excluído de um mercado específico quando todos os outros estão abertos e estar confinado a um mercado específico.

As vantagens específicas que cada país colonizador retira das suas colónias são de dois tipos:

- as vantagens gerais que qualquer Estado retira das províncias sujeitas ao seu domínio;
- as vantagens especiais que se supõe resultarem de províncias assaz particulares, como as colónias europeias na América.

As vantagens gerais que qualquer Estado retira das suas colónias são as seguintes: **a força militar** que as províncias fornecem para a defesa e o **rendimento que elas dão para a manutenção do governo civil do Estado.** Assim, as colónias romanas forneciam, em simultâneo, força e rendimento à metrópole. As colónias gregas forneciam, por vezes, uma força militar à metrópole, mas raramente um rendimento. **As colónias europeias na América não fornecem qualquer força militar para defender a metrópole, pois o seu exército nem chega para assegurar a sua própria defesa.** Nas guerras em que a metrópole se envolveu, foi necessário enviar efectivos para defender as colónias. **Quase todas as colónias europeias na América foram, deste ponto de vista, uma fonte de enfraquecimento, mais do que de fortalecimento.** Só as colónias de Portugal e de Espanha contribuíram através de um rendimento para a defesa e para a manutenção do governo civil. Os impostos cobrados nas colónias de outras nações europeias raramente igualaram as despesas e nunca compensaram o custo de as defender em tempo de guerra. Como tal, para as respectivas metrópoles, as colónias foram uma fonte de despesa e não de rendimento.

Passemos às **vantagens especiais** retiradas das colónias americanas. **A origem de todas estas vantagens especiais é aquilo a que se chama "comércio exclusivo".** Em virtude desse direito, todo o excedente das mercadorias ditas "enumeradas" das colónias inglesas só pode ser enviado para Inglaterra. É ela quem pode revender esse excedente a outras nações que o desejem comprar. Como tal, o produto será mais barato em Inglaterra do que noutros países, a sua disponibilidade aumentará e a indústria que o produz será encorajada. **Porém, esta vantagem é mais relativa do que absoluta: ela ajuda mais a reduzir a indústria e o produto que outros países alcançariam naturalmente sem esta restrição do que a aumentar a indústria e o produto do país que impõe a restrição.** Assim, o tabaco de Maryland e da Virgínia tem de transitar por Inglaterra antes de alcançar o mercado europeu, pelo que é mais caro em França do que na Grã-Bretanha. Se todos os países estivessem autorizados a negociar livremente com Maryland e a Virgínia, o tabaco seria mais barato tanto em França como em Inglaterra. Porquê? Porque o mercado das colónias seria tão alargado que atrairia muito mais capitais e faria baixar os lucros de uma plantação de tabaco para o seu nível natural. A Inglaterra seria privada de uma vantagem relativa, mas ganharia, como todos os outros Estados europeus, uma vantagem absoluta.

E eis como **através de um projecto – ditado pela pura inveja e pela pura malícia –** como o de excluir, tanto quanto possível, todas as outras nações da participação neste comércio, **Inglaterra sacrificou parte da vantagem absoluta num comércio particular e se sujeitou, em quase todos os outros ramos do comércio, a uma desvantagem absoluta e a uma desvantagem relativa.** Isto porque, a partir do momento em que, através do Acto de Navegação, Inglaterra se apropriou do monopólio do comércio das colónias,

todos os capitais estrangeiros empregues até então nesse comércio foram retirados, o que levou o capital inglês a ter de sustentá-lo na totalidade. Num primeiro momento, este foi obviamente insuficiente e as mercadorias produzidas pelas colónias tiveram de se comprar a um preço muito baixo, porque já não se podia adquiri-las aos preços antigos, mais elevados. Esta diminuição da concorrência fez aumentar os lucros, o que atraiu capitais ingleses empregues até então noutras actividades, que deixaram de ser apoiadas. O nível foi restabelecido após algum tempo, mas ficou acima do que estava antes. Este monopólio exclusivo teve um duplo efeito: atrair para este sector capitais de todos os outros e aumentar as taxas de lucro acima daquilo que teriam sido sem essa exclusividade.

Em primeiro lugar, o monopólio atraiu continuamente o capital de todos os outros tipos de comércio, direccionando-o para o comércio das colónias. A riqueza de Inglaterra aumentou bastante após a entrada em vigor do Acto de Navegação, mas não na mesma proporção que a das colónias, dado que Inglaterra açambarcou a totalidade do comércio externo destas. O comércio com as colónias foi-se alargando sem parar enquanto vários ramos do comércio externo de Inglaterra, em particular aqueles que se faziam com outras nações europeias, diminuía constantemente. Este fenómeno é imputável ao "crescimento monstruoso do comércio das colónias"[179]. O capital inglês, apesar de bastante considerável, não era infinito, pelo que o comércio colonial acabou por desguarnecer outros sectores.

Antes de o Acto de Navegação ter criado o monopólio do comércio com as colónias e de esse comércio ter adquirido tanta importância, a Inglaterra já era um grande estado mercantil e a superioridade da sua marinha está hoje pouco acima do que estava no tempo de Cromwell. O comércio colonial não foi a causa do poder comercial de Inglaterra nem da força naval sustentada por esse comércio. **O poder marítimo adveio do comércio europeu, sobretudo com os países situados em redor do Mediterrâneo.** Se a liberdade de comércio tivesse sido respeitada, o comércio colonial de Inglaterra teria sido um complemento ao comércio imenso que este país já possuía.

Em segundo lugar, o monopólio contribuiu para manter a taxa de lucro a um nível mais elevado do que aquele que teria se a liberdade de comércio tivesse sido respeitada. O facto de haver um monopólio do comércio das colónias desviou para esse sector uma parte muito maior do capital britânico do que aconteceria naturalmente. Também expulsou todos os capitais estrangeiros, reduzindo assim a quantidade total de capital empregue nesse tipo de comércio. Ao diminuir a concorrência de capitais nesse sector, o monopólio fez aumentar as taxas de lucro nesse mas também em todos os outros sectores, pois diminuiu o capital que neles se empregava até então. É certo que a taxa de lucro normal diminuiu bastante em Inglaterra após a entrada em vigor do Acto de Navegação, mas esta teria sido forçada a diminuir ainda mais se o monopólio criado por esta lei não tivesse contribuído para a manter elevada.

Tudo o que faz aumentar artificialmente a taxa de lucro normal num país sujeita-o a uma desvantagem absoluta num sector e a uma desvantagem relativa em todos os outros sectores nos quais ele não tem monopólio.

---

[179] *Idem,* p.208

A **desvantagem absoluta** a que este sistema conduziu a Grã-Bretanha levou a que, em todos os sectores em que ela não possuía monopólio, **os seus comerciantes tivessem de vender as mercadorias de países estrangeiros que importavam e as mercadorias inglesas que exportavam mais caras do que teriam vendido sem esse monopólio.** A Inglaterra tinha de comprar mais caro e vender mais caro, comprar menos e vender menos, ou seja, satisfazer menos as suas necessidades e produzir menos. A **desvantagem relativa** a que este sistema sujeitou os ingleses é consequência desta desvantagem absoluta. **Os comerciantes de outros países, que não estavam submetidos a esta desvantagem absoluta, podiam vender mais barato do que os ingleses e, assim, suplantá-los e excluí-los de todos os sectores em que eles não possuíam monopólio.** Os comerciantes ingleses queixavam-se frequentemente do aumento dos salários do trabalho indígena, ao qual atribuíam o aumento de preço das suas mercadorias. Segundo eles, era este fenómeno que os impedia de concorrer com mercadores estrangeiros. Mas estes comerciantes ingleses nunca se queixavam dos elevados lucros que obtinham devido à exclusão dos capitais estrangeiros dos sectores em que possuíam monopólio.

Por isso, o capital inglês foi parcialmente retirado e parcialmente desviado da maior parte dos sectores comerciais em que a Inglaterra não tinha monopólio. Foi parcialmente retirado desses sectores porque a superioridade do lucro do comércio colonial era mais atractiva para os investidores ingleses. E foi parcialmente desviado devido à vantagem que os comerciantes estrangeiros obtiveram sobre os comerciantes ingleses, que não podiam vender tão barato quanto eles. Por outro lado, os sectores em que Inglaterra não tinha monopólio receberam os capitais estrangeiros que foram corridos do comércio colonial, baixando assim a taxa de lucro dos comerciantes estrangeiros. Nesses mesmos sectores em que Inglaterra não tinha monopólio, a deserção dos capitais ingleses aumentou bastante a taxa de lucro dos negociantes ingleses aí empregues. Este duplo mecanismo sujeitou a Grã-Bretanha a uma desvantagem relativa em todos os outros ramos do comércio.

Poderíamos objectar, sublinha Adam Smith, que o comércio das colónias é mais vantajoso para a Grã-Bretanha e que, ao concentrar os capitais ingleses, lhes dá um uso mais lucrativo do que aquele que teriam noutro lado. Adam Smith responde que, **para o país ao qual pertence, a forma mais vantajosa de empregar um capital é colocá-lo onde ele mantém a maior quantidade de trabalho produtivo, onde acrescenta mais ao produto anual da terra e do trabalho desse país.** Ora, Smith demonstrou anteriormente que a quantidade de trabalho produtivo que pode manter um capital empregue no comércio externo de consumo é directamente proporcional à frequência dos seus retornos.

Assim, um capital de 1.000 libras, por exemplo, empregue num comércio externo de consumo pode – se os retornos ocorrerem uma vez por ano – manter em actividade, no país ao qual pertence, um trabalho produtivo equivalente àquele que essas 1.000 libras podem fazer subsistir durante um ano. Se os retornos ocorrerem duas ou três vezes por ano, a quantidade de trabalho produtivo que pode subsistir durante o mesmo período vale 2.000 ou 3.000 libras. **Assim, este tipo de comércio é tanto mais vantajoso quanto mais próximo o país com o qual se faz comércio.** É também **mais vantajoso quando se faz por via directa em vez de por via indirecta.** Ora, o comércio colonial é estabelecido com regiões

distantes e, muitas vezes, leva a que o comércio externo de consumo deixe de se fazer por via directa e passe a ser feito por via indirecta.

Em primeiro lugar, o comércio exclusivo orientou uma parte do capital inglês que era empregue num comércio externo de consumo efectuado com um país vizinho para um comércio efectuado com uma região mais distante. As colónias estão sempre descapitalizadas. Não é que sejam pobres, mas o volume dos capitais é sempre inferior àquele que poderiam empregar com grande lucro e vantagem. Elas contraem o máximo de empréstimos junto da metrópole. Geralmente, os colonos contraem dívidas não através de empréstimos sobre obrigações mas adiando o mais possível o pagamento das mercadorias que lhes chegam da Europa. A totalidade do capital avançado nunca entra na Grã-Bretanha em menos de três anos, demorando às vezes quatro ou cinco. Um capital de 1.000 libras restituído ao fim de cinco anos significa que só se pode manter em actividade um quinto da indústria inglesa que as mesmas 1.000 libras teriam mantido durante um ano. Porém, o correspondente inglês acaba geralmente por incluir esta despesa no preço que o colono paga pelas mercadorias inglesas, a que se acrescenta o juro sobre as letras de câmbio, o pagamento de uma comissão, etc. **O correspondente acaba por compensar a sua perda. Mas ninguém indemniza a Grã-Bretanha pelas perdas que sofreu, dado que uma grande quantidade de trabalho produtivo poderia ter sido empregue no âmbito de um comércio com retornos mais frequentes.**

Em segundo lugar, o monopólio exclusivo subtraiu uma parte do capital inglês a um comércio externo de consumo por via directa, obrigando essa parte a entrar num comércio por via indirecta. Retomemos o exemplo do tabaco de Maryland e da Virgínia. Como se trata de uma mercadoria enumerada, tem de ser transferida na totalidade para a Grã-Bretanha antes de seguir para o seu destino final. Anualmente, chegam 96.000 almudes à Grã-Bretanha. O consumo interno é de 14.000 almudes. Como tal, é preciso reexportar a quantidade gigantesca de 82.000 almudes até França, Holanda e outros países. Isto exige um emprego de capital muito elevado para financiar a circulação. Num comércio directo, são necessários três ou quatro anos até que os retornos reconstituam o capital. Num comércio indirecto, são precisos quatro ou cinco, pelo menos.

Sem este sistema de comércio exclusivo, só chegaria a Inglaterra uma quantidade ligeiramente acima da necessária ao consumo interno. A exportação deste enorme excedente de tabaco permite que Inglaterra compre mercadorias estrangeiras provenientes de países aos quais ela vende tabaco. **Sem esse comércio exclusivo, a Grã-Bretanha compraria esses produtos estrangeiros não em troca do seu excedente colonial de tabaco mas com produtos da sua indústria.** Ela exportaria as suas manufacturas, que seriam adaptadas a um grande número de mercados mais pequenos, em vez de levar a cabo um imenso comércio de consumo por via indirecta. Adam Smith calcula que um comércio por via directa poderia, devido à frequência dos retornos, mobilizar apenas um terço ou um quarto do capital actualmente empregue pela Grã-Bretanha. Este capital seria capaz de manter em constante emprego uma igual quantidade de indústria inglesa. E o capital que teria sido poupado poderia então ser aplicado na beneficiação das terras, no crescimento das manufacturas e na extensão desse comércio.

Este monopólio do comércio colonial desguarneceu o capital empregue para apoiar a indústria britânica para o forçar a entrar no comércio de transporte, roubando à indústria inglesa o suporte que ela recebia.

> "(…) o comércio das colónias, ao atrair uma quantidade do capital da Grã-Bretanha maior do que a que naturalmente lhe caberia, parece ter rompido o equilíbrio que, de outro modo, se verificaria entre os diversos ramos da indústria britânica. Em vez de se adaptar a um grande número de pequenos mercados, a indústria da Grã-Bretanha adaptou-se sobretudo às necessidades de um grande mercado. **O seu comércio, em vez de se processar por muitos pequenos canais, orientou-se para um grande canal.** Mas daí resultou que todo o sistema da sua indústria e do seu comércio se tornou menos sólido; que **a saúde do seu corpo político é menos firme e menos robusta.** A **Grã-Bretanha,** no seu estado actual, **assemelha-se a um desses corpos doentios em que um dos órgãos vitais cresceu demais e que, por isso, está mais sujeito a perigosas doenças,** às quais não estão expostos todos os que se possuem a proporção adequada"[180].

Alguns consideram que a ruptura com as colónias e a perda do comércio colonial seria uma catástrofe nacional. Nem a Invencível Armada espanhola suscita tanto terror no povo inglês. **Segundo eles, uma tal exclusão do mercado das colónias representaria uma paragem total do comércio internacional, arruinaria as manufacturas e privaria os operários de trabalho e de recursos.** Já a perspectiva de uma ruptura com alguns vizinhos do continente não desencadeia uma tal apreensão, pois entende-se que o sangue que não consiga correr por um pequeno vaso pode transbordar para uma artéria. O problema, diz Smith, é que o comércio colonial se estendeu desmesuradamente à base de subsídios e monopólios.

A única solução para fazer Inglaterra sair deste estado crítico seria, afirma Adam Smith, um abrandamento gradual e moderado das leis que lhe dão o monopólio exclusivo do comércio colonial até o tornar inteiramente livre. Uma liberalização súbita e brutal poderia causar, em simultâneo, inconvenientes passageiros mas também um dano duradouro e significativo a todos os que nele empregaram a sua indústria e os seus capitais. **As ideias mercantilistas produzem efeitos nefastos na sociedade, chagas muitas vezes difíceis de sarar sem que a sua supressão implique males ainda maiores.** Como efectuar uma abertura gradual do comércio colonial? Que barreiras se devem afastar em primeiro lugar? Quais devem ficar para último? Devemos deixar essas decisões à sabedoria dos futuros estadistas e legisladores, diz Smith.

Em 1774 – pouco antes do surgimento desta obra de Adam Smith – Inglaterra foi objecto da exclusão total de um ramo muito importante do comércio das colónias, o das Doze Províncias Unidas da América do Norte. Adam Smith cita vários acontecimentos imprevistos que atenuaram os efeitos negativos desta exclusão. A maior parte destes acontecimentos (partilha da Polónia, paz entre a Rússia e os turcos, esgotamento do stock de mercadorias alemãs após uma procura extraordinário da frota espanhola, etc.) são acidentais e incapazes de contrabalançar em permanência as consequências nefastas desta exclusão para Inglater-

---

[180] *Idem,* p.217

ra. Contudo, como esta exclusão é limitada, dá tempo a Inglaterra para encontrar um novo emprego para a sua indústria e o seu capital.

No entanto, é preciso distinguir duas coisas:

- os **efeitos do comércio das colónias:** são sempre benéficos;
- os **efeitos do monopólio do comércio das colónias:** são sempre nocivos.

Os efeitos do comércio propriamente dito são tão benéficos que o comércio das colónias, apesar da sua forma monopolística, permanece vantajoso, embora pudesse sê-lo ainda mais sem monopólio. No seu estado livre e natural, este comércio encorajaria o aumento da produção inglesa e a sua troca por produtos equivalentes. Permitiria aumentar a quantidade de trabalho produtivo e impediria que o nível da taxa de lucro subisse acima do nível normal. Em suma, este comércio criaria um novo mercado que, sem nada retirar ao antigo, conceberia uma nova produção para o seu próprio abastecimento. Esta nova produção constituiria um novo capital que geraria novos empregos que se juntariam aos existentes.

O monopólio do comércio das colónias, pelo contrário, exclui a concorrências das outras nações, faz aumentar as taxas de lucro (sobre o novo mercado e nos novos empregos) e, ao fazê-lo, retira produção ao antigo mercado e capital aos antigos empregos.

No entanto, os efeitos positivos que resultam no imediato e naturalmente do comércio colonial são, para a Grã-Bretanha, superiores aos efeitos negativos do monopólio, pois esse comércio abre um mercado gigantesco.

Nas novas colónias, todos se dedicam à agricultura e os colonos preferem importar os produtos manufacturados, o que abre novas perspectivas aos industriais europeus, que empregam mais trabalhadores, os quais, por terem salário, criam uma procura acrescida de produtos da terra. Assim, o comércio com a América permite uma extensão prodigiosa para todos os mercados, incluindo o mercado agrícola interno das metrópoles. Mas o monopólio do comércio com as colónias não basta, por si, para favorecer o estabelecimento de manufacturas numa metrópole, como provam os casos de Espanha e de Portugal. Estes países possuíam manufacturas antes de adquirirem as colónias mais ricas e mais férteis do mundo e uma das consequências da colonização foi que deixaram perder essas manufacturas.

Em Espanha e em Portugal, os maus efeitos do monopólio, agravados por outras causas, acabaram por se sobrepor aos bons efeitos naturais do comércio das colónias. Entre essas causas, podemos mencionar a **depreciação do valor do ouro e da prata** abaixo do nível de outros países, a exclusão de mercados externos devido a **impostos irrazoáveis sobre a exportação,** o estreitamento do mercado interno devido a impostos absurdos e a **parcialidade da justiça,** que protege o devedor rico e poderoso do credor lesado e faz com que a parte industriosa da nação tema preparar bens para o consumo desses grandes e arrogantes senhores a quem não ousam recusar a venda a crédito e de quem não têm qualquer segurança em relação a pagamentos. A Inglaterra, felizmente, evita essas situações, pelo que os bons efeitos do comércio superam os efeitos desastrosos do monopólio.

A liberdade de comércio em Inglaterra, apesar de alguns entraves, é igual ou superior à de outros países. Além disso, os súbditos ingleses beneficiam de uma administração igual e imparcial da justiça.

Assim, podemos dizer que esse comércio é benéfico apesar do monopólio. O monopólio em nada aumentou a quantidade de mercadorias, mas alterou a qualidade e a forma dos artigos manufacturados expedidos para as colónias. Todavia, também é verdade que, sem esse monopólio, a Inglaterra teria podido beneficiar de um mercado cujos retornos teriam sido mais frequentes e mais próximos. O sistema mercantil oprime a indústria de todos os países e principalmente a das colónias, ao mesmo tempo que diminui a indústria do país opressor. Ele trava o aumento das receitas e, desse modo, o aumento da quantidade de trabalho produtivo. Faz aumentar as taxas de lucro e cria um obstáculo à beneficiação das terras, porque subtrai parte dos capitais que lhe seriam naturalmente dedicados. **Ao fazê-lo, desencoraja o crescimento natural da renda da terra.** Além disso, o aumento das taxas de lucro resultantes do monopólio contribui para manter a taxa de juro corrente acima do valor que teria. Ora, o preço da terra face à renda que ela proporciona tem uma relação inversamente proporcional à taxa de juro. Assim, o monopólio prejudica os interesses do proprietário da terra de duas formas: retarda o aumento da sua renda e retarda o aumento da proporção entre o valor da terra e a renda que ela proporciona.

O monopólio aumenta a taxa dos lucros mercantis e aumenta o ganho dos comerciantes, mas prejudica o crescimento natural dos capitais. Tende mais a diminuir do que a aumentar o volume total do rendimento que os habitantes do país retiram dos lucros do capital. As fontes originais de rendimento (salários do trabalho, renda da terra e lucros do capital) tornam-se, devido ao monopólio, muito menos abundantes. **Ao aumentar a taxa normal de lucro, o monopólio provoca uma série de consequências negativas para o país. Entre elas está uma particularmente nefasta, talvez mesmo fatal.** Qual é?

> **"A elevada taxa de lucro parece destruir, em todo o lado, o espírito de poupança que é natural num comerciante** noutras circunstâncias"[181].

Quando os comerciantes e os proprietários de grandes capitais mercantis nadam na abundância, **acabam por abandonar a virtude austera que lhes valeu a fortuna.** O problema é que a sua **atitude esbanjadora é rapidamente imitada pelos seus criados** e alastra-se, gradualmente, a todos os níveis da sociedade. A disposição para a poupança enfraquece e acaba por desaparecer e os fundos destinados a manter o trabalho produtivo deixam de ser alimentados por aqueles que mais o deviam fazer. Foi o que se passou entre os mercadores de Cádis e de Lisboa que se tornaram senhores magníficos. Os seus lucros exorbitantes não atenuaram a pobreza do país e não geraram qualquer indústria.

"Água o deu, água o levou", diz o povo acerca do dinheiro ganho sem esforço. Não se preocupando com os gastos e iludindo-se sobre o futuro, os grandes senhores ficaram extasiados com a facilidade com que o dinheiro lhes chegava. **A vantagem que o monopólio,**

---

[181] *Idem,* p.226

imposto por um governo "sob a influência de lojistas"[182], proporciona a uma única classe é nociva ao interesse geral do país. Prova disso é que os comerciantes obtiveram, através de uma cláusula do Acto de Navegação, a garantia de que os colonos não se poderiam abastecer nem escoar os seus excedentes sem passar por eles.

A manutenção deste monopólio foi o principal, ou o único, objectivo do domínio que a Grã-Bretanha exerce sobre as suas colónias. Este monopólio é o único fruto que ela colheu deste império, um fruto que só lucra aos comerciantes. Todavia, as despesas com as colónias são bem reais. Além dos custos de instalação, é preciso contar com as quantias dispendidas para financiar a última guerra e parte importante da guerra anterior. Só para as guerras, as despesas alcançaram os 90 milhões de libras esterlinas. **Toda esta despesa não é, em última análise, mais do que um subsídio para a manutenção do monopólio que,** como vimos, **submete o comércio inglês a um sistema com retornos mais lentos e mais distantes do que a maior parte dos outros comércios.**

O império britânico não passa de uma fonte de perdas e desvantagens para Inglaterra. Adam Smith propõe, por isso, que o seu país abandone qualquer autoridade sobre as suas colónias, que as deixe eleger os seus magistrados, criar leis e fazer a paz e a guerra, mas sabe que essa medida não foi, nem nunca será, adoptada por qualquer nação do mundo. **Estes sacrifícios seriam necessários mas "ferem demasiado o orgulho de uma nação"[183]** e – sobretudo – são sempre contrários ao interesse particular da parte que governa, a qual se veria privada da capacidade de obter cargos honoríficos e lucrativos nas províncias do império.

No entanto, se tal decisão fosse tomada, a Grã-Bretanha ficaria subitamente liberta de todas as despesas referentes à manutenção das suas colónias e poderia assinar com elas um tratado de comércio que garantisse o livre-câmbio. Este seria menos vantajoso para os comerciantes, mas muito mais favorável à população. À imagem dos habitantes das colónias da Grécia antiga, os habitantes das colónias americanas de Inglaterra deixariam de ser súbditos turbulentos e facciosos e tornar-se-iam aliados fiéis, generosos e dedicados, que exprimiriam a sua gratidão filial à pátria-mãe apoiando-a nas guerras e respeitando o tratado.

Para se tornar vantajosa para o império à qual pertence, uma província deve fornecer-lhe um rendimento em tempos de paz que custeie as despesas do seu estabelecimento e, ao mesmo tempo, contribua para a manutenção do governo geral do império. Em tempo de guerra, a província deve fornecer um rendimento extraordinário, o que está longe de acontecer com as colónias britânicas. **Alguns sugerem que o monopólio aumenta substancialmente o rendimento dos comerciantes e lhes permite pagar impostos mais elevados,** compensando assim o défice das receitas públicas das colónias. **Mas Adam Smith alega que, além das despesas do Estado, este monopólio diminui o rendimento do povo, retirando às pessoas os meios que elas teriam para pagar impostos.** Acresce que os homens ricos que lucram com as colónias constituem uma classe muito particular, à qual é impossível impor um tributo que seja proporcionalmente superior ao das outras classes.

---

[182] *Idem,* p.227
[183] *Idem,* p.230

As colónias podem ser tributadas quer pela sua própria assembleia, quer pelo parlamento inglês, mas parece improvável que se possa, um dia, cobrar um imposto que indemnize o império pelas suas despesas militares e contribua para a manutenção do governo geral. O parlamento local não teria meios para persuadir os colonos a pagar um tal imposto para sustentar o governo geral, pois todos os emolumentos desse governo seriam divididos entre povos que lhes eram estranhos. Além disso, uma assembleia colonial não está em condições de avaliar as exigências de defesa e de manutenção de todo o império. Ela não tem sequer forma de avaliar o seu grau de riqueza relativamente ao império como um todo.

Consequentemente, foi proposto que o parlamento da Grã-Bretanha tributasse as colónias através de requisição. Segundo Smith, tal poderia ser uma solução razoável. Seria algo comparável à forma como França tributa as suas províncias que gozam do privilégio de ter estados próprios. O problema é que a Grã-Bretanha não exerce, nas suas colónias, a mesma autoridade que o rei de França exerce sobre as suas províncias. Se houvesse uma guerra entre a Grã-Bretanha e a França e a primeira precisasse de 10 milhões de libras esterlinas, o parlamento inglês contrairia uma dívida sobre o crédito de um fundo parlamentar que seria recolhido através de um imposto a cobrar na Grã-Bretanha e de uma requisição sobre as colónias. Mas é quase certo que as colónias não iriam contribuir e que a Grã-Bretanha teria de assumir sozinha o peso da dívida contraída.

> "A Grã-Bretanha é talvez, desde o início do mundo, o único Estado que, à medida que estendeu o seu domínio, só aumentou as suas despesas, sem nunca aumentar os seus recursos"[184].

Que meios deveria o parlamento inglês usar para evitar que as assembleias coloniais rejeitassem ou ignorassem as requisições impostas às colónias? Se o parlamento lograsse tributar as colónias, a importância das assembleias aí existentes seria destruída e, com ela, a de todos os homens influentes da América inglesa. Se os homens participam na gestão dos assuntos públicos, isso deve-se à importância que tal lhes confere. Impor a tributação das colónias a partir de Londres degradaria essas assembleias coloniais, pelo que é compreensível que essas pessoas se oponham energicamente a tais intenções.

Aquando do declínio do Império Romano, os povos aliados de Roma que haviam suportado a maior parte do fardo da defesa do Estado e do crescimento do império exigiram a obtenção dos privilégios dos cidadãos. Roma recusou, e essa recusa desencadeou uma guerra civil que conduziu à naturalização progressiva da maior parte desses povos aliados. O parlamento inglês quer tributar as colónias, e elas recusam ser tributadas por um parlamento onde não estão representadas. **Adam Smith considera que seria preciso autorizar as colónias americanas a eleger representantes para o parlamento britânico, atribuindo a cada colónia um número de representantes proporcional à contribuição por ela dada para o rendimento do império.** Evidentemente, esse número aumentaria à medida que esse contributo aumentasse. Isso daria aos homens influentes de cada colónia algo novo por que ambicionar e Inglaterra ganharia o apoio dos líderes da América e evitaria que estes perdessem tempo no jogo mesquinho das facções coloniais.

---

[184] *Idem,* p.235

Mas será verdadeiramente prudente abrir o parlamento às colónias quando se conhecem as consequências funestas que tal iniciativa teve na Roma decadente? Smith explica que a situação é bastante diferente. De facto, **na Antiguidade, a democracia era directa e a representação não existia.** Quando habitantes de um Estado recebiam os privilégios de cidadão de outro Estado, a cidadania conferia-lhes o direito de comparecer num órgão para votar e deliberar com o povo desse outro Estado. O acesso da maior parte dos habitantes de Itália aos privilégios da cidadania romana precipitou a ruína da República, pois c**husmas de gente de todas as tribos entraram nas assembleias nacionais e afastaram os verdadeiros cidadãos,** aos quais confiscaram o exercício do poder.

Não é isto que Adam Smith propõe para o parlamento inglês. As colónias seriam representadas pelos parlamentares que enviariam a Londres para se sentarem na Câmara dos Comuns. Este sistema asseguraria a união da Grã-Bretanha com as suas colónias. Tal não seria fácil, mas as dificuldades seriam ultrapassáveis.

Do lado inglês temia-se que o equilíbrio parlamentar fosse destabilizado pelo peso elevado da representação dos deputados americanos. Todavia, se esta representação fosse proporcional ao produto das contribuições da América, os meios para fazer face a este afluxo de pessoas aumentariam proporcionalmente.

Por sua vez, do lado americano temia-se que a distância face à sede de governo pudesse expor o povo a uma série de opressões. Smith diz que a quantidade de representantes americanos impediria qualquer tentativa do género, pois eles estariam bem conscientes da dependência que têm em relação às pessoas que representam e velariam pelos interesses dos seus constituintes para continuarem sentados na Câmara dos Comuns. **Além disso, não é impossível que, dado o aumento das riquezas produzidas em solo americano** e dada a velocidade do seu crescimento, o **produto das contribuições da América viesse, talvez ao fim de um século, a exceder as da Grã-Bretanha.** Naturalmente, **a sede do império seria transferida para a parte que mais contribuísse** para a defesa e a manutenção financeira do Estado.

Segundo Adam Smith, **a descoberta da América e de uma via de acesso à Ásia através do Cabo da Boa Esperança "são os dois acontecimentos mais notáveis e mais importantes da história da Humanidade"[185].** Dois ou três séculos após esta dupla descoberta, a extensão total das consequências é impossível de apreciar.

A união estabelecida entre as duas extremidades do mundo e a possibilidade que esta deixa aos homens de prover mutuamente as suas necessidades e de estimular a sua indústria deveria equivaler a uma soma de vantagens. **Porém, essas vantagens comerciais «foram perdidas nos terríveis infortúnios que causaram"[186]**. Isto porque, na época dos Descobrimentos, os europeus gozavam de uma tal superioridade de forças que puderam exercer impunemente todo o tipo de injustiças nesses territórios inexplorados. Essas calamidades foram, prossegue Adam Smith com **optimismo**, um "efeito acidental" daqueles grandes

---

[185] *Idem,* p.240
[186] *Idem, ibidem*

acontecimentos e não uma consequência natural, pelo que ele acredita que, **com o tempo, as diferentes partes do mundo alcançarão provavelmente uma igualdade de forças e o temor recíproco que esse equilíbrio inspirará incitará cada um a respeitar os direitos dos outros.** Para estabelecer esta igualdade de forças, importa, acrescenta Smith, partilharmos os nossos conhecimentos e os nossos meios de aperfeiçoamento em todos os domínios.

Uma das principais consequências dos Descobrimentos foi o triunfo das ideias mercantilistas. O objectivo era enriquecer as grandes nações através do comércio e da indústria mais do que pelo cultivo e pela melhoria das terras. A descoberta de novas terras fez com que as grandes nações se tornassem as transportadoras e as manufacturadoras não só da Europa como dos inúmeros e prósperos agricultores da América.

Os países que possuem colónias americanas e estão autorizados a fazer comércio nas Índias Orientais podem gozar plenamente das vantagens deste vasto comércio. Porém, **há alguns países que, apesar das barreiras criadas para os excluir deste comércio colonial, gozam de parte importante das suas vantagens. Por exemplo, as** colónias espanholas e portuguesas consomem imenso linho. Para se abastecerem, fazem trabalhar mais as indústrias de França, da Flandres, da Holanda e da Alemanha – a quem compram a matéria-prima – do que as indústrias portuguesas e espanholas. Assim, são estes países industriais que dividem o capital empregue pelas colónias, enquanto Portugal e Espanha ficam apenas com o lucro.

Medidas e regulamentos mercantilistas são, muitas vezes, mais prejudiciais ao país opressor do que ao país oprimido. De facto, o peso desta opressão injusta recai sobre os opressores e esmaga mais a sua própria indústria do que a de outros países. É verdade que os empregos do capital são assaz lucrativos, mas a lentidão e a irregularidade dos retornos do comércio indirecto constituem uma desvantagem global para a indústria do país a «favor» do qual se estabeleceu o monopólio, como já foi exposto.

Vimos que o capital comercial de um país busca naturalmente o emprego mais vantajoso para esse país. Se fizer comércio de transporte, o país torna-se um entreposto geral de mercadorias de todos os países para os quais transporta produtos. Para diminuir os custos e os riscos de uma exportação, o proprietário de um capital procura desfazer-se da maior parte da mercadoria no sítio onde estiver, vendendo essa mercadoria muito mais barata. Ele tenta converter parcialmente o seu comércio de transporte num comércio externo de consumo. Se, pelo contrário, ele investiu o seu capital num comércio externo de consumo, tentará convertê-lo parcialmente num comércio interno (tentará vender no país uma parte das mercadorias que reuniu para exportar). A verdade é que **preferimos sempre a proximidade. E o capital comercial de cada país procura preferencialmente o emprego mais próximo,** privilegiando os retornos frequentes e regulares e o emprego que lhe permite manter o máximo de trabalho produtivo.

No entanto, pode dar-se o caso de ser mais lucrativo investir o capital num emprego distante. Se o lucro que se pode razoavelmente esperar é bastante mais elevado do que num emprego de proximidade, o investidor vai preferir essa opção. O capital vai, assim,

desertar dos empregos mais próximos e dirigir-se para os mais distantes. **Mas isso será temporário e cessará quando os lucros de todos os empregos alcançarem o mesmo nível.** Se, num dado momento, o lucro é maior no estrangeiro, este é um sinal para os investidores: o mercado externo tem falta de capitais.

A elevada taxa de lucro é a prova de que há algo que se compra mais barato ou que se vende mais caro do que se devia. É a **prova de que uma classe de cidadãos é mais ou menos oprimida:** seja porque paga mais (caso dos consumidores das mercadorias), seja porque ganha menos (caso dos trabalhadores que produzem as mercadorias). Esta elevada taxa de lucro é um apelo aos capitais para reequilibrarem rapidamente esta situação. **Assim, o próprio interesse público exige por vezes que uma parte dos capitais de um país deserte dos empregos nacionais rumo ao estrangeiro.** É verdade que, ao fazê-lo, estes capitais não poderão ser aplicados na indústria nacional e não contribuirão para manter a mão-de-obra no país. Todavia, estes capitais enviados para o estrangeiro vão concorrer com os capitais dos que beneficiaram de uma elevada taxa de lucro, vão contribuir para baixar os lucros até um nível justo e as mercadorias vão voltar a descer para o seu preço natural. Assim, os trabalhadores locais ganharão mais e os consumidores do país para o qual serão exportadas e vendidas essas mercadorias poderão adquiri-las para pôr em marcha os empregos mais próximos. Nestas circunstâncias extraordinárias, o interesse e a tendência natural dos indivíduos está em consonância com o interesse geral.

Naturalmente, os interesses privados e as paixões dos homens levam-nos a orientar os seus capitais para os empregos mais vantajosos para a sociedade. Se esses empregos exigirem demasiado capital, a diminuição dos lucros nesses empregos e o aumento dos lucros noutros empregos levarão os homens a redireccionar os seus capitais para onde são mais necessários. Esta distribuição do capital opera-se harmoniosamente e sem intervenção da lei.

As medidas e regras mercantilistas perturbam esta distribuição natural do capital que é, no entanto, a mais vantajosa. Medidas e regras relativas ao comércio da América e das Índias Orientais perturbam-na ainda mais porque o comércio com esses dois continentes absorve uma parte considerável do capital. O monopólio é o principal recurso destas regras.

Dois tipos de monopólio perturbam a distribuição natural do capital na sociedade:

- **um primeiro monopólio é aquele que uma nação europeia exerce sobre as suas colónias** quando pretende apropriar-se de todo o mercado destas proibindo todas as outras nações de entrarem em comércio directo com elas. Assim, os portugueses tentaram submeter as Índias Orientais a um regime similar, devido ao seu direito exclusivo a navegar nos mares da Índia. Este direito exclusivo deixou de ser exercido na sequência do declínio do poder português, mas os holandeses continuam a excluir todas as outras nações europeias do comércio com as designadas Ilhas das Especiarias. Em casos deste género, todas as outras nações são excluídas de um comércio que lhes poderia ser vantajoso e, por outro lado, são obrigadas a comprar mais caras as mercadorias que, de outro modo, seriam importadas directamente do país produtor;

• **um segundo monopólio é aquele que, no seio do mesmo país, é exercido por uma companhia exclusiva.** Cada país europeu tem a sua companhia exclusiva[187]. Este monopólio nas mãos de uma classe de mercadores exerce-se directamente contra a maior parte da nação que o institui e é ainda mais absurdo do que o primeiro monopólio. Assim, após a criação da Companhia das Índias inglesa, os habitantes de Inglaterra que não fazem parte do capital desta companhia não podem participar no comércio com as colónias (e não podem, assim, investir os seus capitais neste comércio) mas são, por outro lado, obrigados a comprar as mercadorias que este comércio torna mais caras do que seriam caso houvesse um comércio livre e aberto a todos os cidadãos.

Os males causados por estes dois monopólios não são idênticos:

• os **monopólios do primeiro tipo atraem,** para o comércio que fazem, **uma parte do capital da sociedade superior ao que obteriam naturalmente;**
• os **monopólios do segundo tipo podem,** no âmbito do comércio particular para o qual foram criados, **atrair ou afastar o capital.**

Nos países pobres, os monopólios do segundo tipo atraem mais capital do que seria normal. Os comerciantes de países como a Suécia e a Dinamarca não teriam, certamente, investido os seus parcos capitais numa área tão arriscada, incerta e distante como o comércio internacional se esse monopólio não lhes desse a certeza de um enorme lucro sobre uma quantidade considerável de mercadorias. Pelo contrário, num país rico como a Holanda, monopólios do segundo tipo afastam boa parte do capital que lhes seria dirigido naturalmente. Sem monopólios, um maior número de navios viajaria para as Índias Orientais. **O capital da Holanda é de tal modo abundante que transborda constantemente** e vai empregar-se um pouco por todo o lado: nos fundos públicos das nações estrangeiras, em empréstimos a armadores estrangeiros ou no comércio de transporte. **Se o comércio das Índias Orientais fosse totalmente livre, absorveria provavelmente a maior parte desse abundante capital, já que** o mercado das Índias Orientais é mais vasto e mais alargado do que a reunião dos mercados da Europa e da América.

Quer atraia artificialmente o capital, quer o expulse, qualquer perturbação da distribuição natural do capital é prejudicial para a sociedade em que ocorre. A Holanda sofreria uma perda considerável do seu capital se não o pudesse empregar da forma mais conveniente. A Suécia e a Dinamarca teriam mais vantagem em comprar, ainda que mais caras, as mercadorias exóticas das Índias Orientais a outras nações, utilizando o seu magro capital nas indústrias nacionais, em vez de o expedirem para longe num comércio cujos retornos são tardios e no qual esse capital apenas pode manter uma pequena quantidade de trabalho produtivo nos seus países, que tanto precisam.

---

[187] Estas diferentes companhias chamavam-se todas "Companhia das Índias". Era uma companhia das Índias "Orientais" se fizesse comércio com a Ásia e uma Companhia das Índias "Ocidentais" se o fizesse com a América. Cada país europeu tinha uma ou duas "Companhias das Índias". Havia uma companhia das Índias Orientais holandesa, uma companhia das Índias Orientais inglesa, etc

Contrariamente ao que muitas vezes se diz, **estas companhias exclusivas não são indispensáveis para fazer comércio em regiões distantes.** Os portugueses tiveram um quase monopólio nas Índias Orientais durante mais de um século sem possuírem qualquer companhia exclusiva. Alega-se que um comércio desta amplitude precisa de uma protecção deste género. É falso, diz Smith. É verdade que um comerciante não poderia, por si só, lançar-se num negócio tão perigoso mas, quando um país é suficientemente maduro para se lançar numa aventura destas, há sempre comerciantes dispostos a investir os seus capitais nos diversos ramos (no principal e nos acessórios) necessários para levar esse comércio a bom termo. Se isso não acontecer, é preferível que o país se abstenha de fazer tal comércio.

Os europeus possuem uma quantidade considerável de colónias na costa africana e nas Índias Orientais. Todavia, nunca conseguiram fundar nessa parte do mundo colónias tão numerosas e tão prósperas como as americanas. Porquê? A África e as Índias Orientais são habitadas por povos bárbaros, mas estes são mais fortes e têm mais meios de defesa do que os pobres nativos americanos. Além disso, são mais numerosos. São povos pastoris (os hotentotes, por exemplo), enquanto os nativos americanos são, à excepção do México e do Peru, sobretudo caçadores. Ora, quando se trata de fundar e alargar colónias, é muito mais complicado deslocar populações pastoris do que povos caçadores. Por outro lado, o regime e o espírito das companhias exclusivas não são propícios ao estabelecimento e ao desenvolvimento de novas colónias. O mesmo não se pode dizer de portos florescentes frequentados por vários navios estrangeiros, como os do Cabo da Boa Esperança e de Batávia, criados por comerciantes que não pertenciam a qualquer companhia exclusiva.

As companhias exclusivas são, geralmente, detestadas nestas regiões devido ao modo como governam e administram os seus novos súbditos. Os holandeses tinham o costume de queimar todo o excedente de especiarias que excedesse o que eles pensavam poder colocar na Europa com um lucro considerado suficiente. E, nas ilhas em que não possuíam estabelecimentos, davam prémios a quem colhesse os botões e as folhas verdes de cravo-da-índia e de noz-moscada que aí cresciam naturalmente. Através desta política bárbara, reduziram consideravelmente a quantidade de árvores destas espécies. Usando vários processos opressivos, reduziram a população das Molucas, razoavelmente habitadas na época dos portugueses[188], ao mínimo essencial para alimentarem as suas guarnições no local. Em Bengala, a companhia inglesa ainda não teve tempo de estabelecer um sistema tão destrutivo, mas agentes ingleses destruíram campos de papoilas em certos locais para poder escoar a um melhor preço uma grande quantidade de ópio que tinham ao seu dispor. Noutras circunstâncias, os empregados da companhia tentaram estabelecer monopólios próprios em alguns dos ramos mais importantes do comércio externo e do comércio interno. Foram punidos. Se não os tivessem impedido, a sua acção destrutiva seria comparável à dos holandeses.

As companhias exclusivas são soberanas nas regiões conquistadas. Todavia, nada é mais contrário ao seu próprio interesse do que este regime destrutivo. Porquê? Em

[188] Os portugueses foram os primeiros europeus a chegar às Molucas, em 1511-12, mas os holandeses viriam, tal como os espanhóis, a disputar o controlo do comércio de especiarias.

quase todos os países, o rendimento do soberano é obtido junto do povo, pelo que, quanto maior o rendimento do povo, maior o do soberano. Há, por isso, interesse em aumentar esse rendimento, interesse em abrir o mercado tanto quanto possível e permitir que o comércio seja livre. Ao atrair o máximo de compradores potenciais, ele aumenta a concorrência e vê aumentar a quantidade e o valor dessa produção e, consequentemente, a parte que lhe pertence.

Mas a verdade é que os comerciantes não são aptos para exercer as prerrogativas de um soberano. Eles próprios consideram o poder do soberano como acessório ao do comerciante. Os seus hábitos mercantis levam-nos a preferir os pequenos lucros temporários do monopolista ao rendimento substancial e seguro do soberano. Os interesses do soberano e os dos comerciantes privados são opostos e eles privilegiam frequentemente estes últimos. **A administração nas Índias Orientais é composta por um conselho de mercadores, uma profissão respeitável mas que não possui uma autoridade natural.** Estas pessoas não inspiram naturalmente submissão e têm sempre de recorrer à coerção. Além disso são, acima de tudo, mercadores e o que querem é vender – em nome dos seus mestres e tão caras quanto possível – as mercadorias europeias e comprar – o mais barato que puderem – as mercadorias locais para as exportar para a Europa. Isto exige, no espírito mercantilista que possuem, a exclusão de toda a espécie de concorrência no mercado particular em que operam. **O governo, subordinado aos interesses do monopólio, esforça-se por asfixiar a produção do país que exceda a quantidade necessária para exportar.**

Além disso, estes agentes administrativos da companhia exclusiva negoceiam também por conta própria e, ao fazê-lo, tentam obter, para o seu comércio particular, um monopólio idêntico ao do comércio público da companhia. Este comércio público da companhia não se alarga para lá do comércio com a Europa, enquanto o comércio particular que os agentes administrativos têm por sua conta pode alargar-se a todos os ramos, tanto do comércio interno como do externo. Assim, enquanto o monopólio da companhia tende a asfixiar o crescimento natural do produto a exportar, o monopólio dos agentes impede o **aumento natural de todos os produtos** que escolheram negociar – **mesmo quando esses produtos são bens essenciais da dita população** – de forma a limitar a produção à quantidade que o agente pode comercializar e com o lucro que lhe convém.

Este sistema mercantilista tende a degradar a cultura geral do país e a diminuir a sua população. Ao fazê-lo, a acção destes agentes, ditada pelos seus interesses pessoais, opõe-se directamente ao interesse do país e, indirectamente, ao interesse daqueles que deviam representar e aos quais pertence realmente o país. **É um governo muito especial em que cada membro da administração deseja sair do país após fazer fortuna e que sente a mais absoluta indiferença face à terra que "administra".** Mas, mais do que as pessoas, que apenas perseguem os seus interesses, **Smith condena o sistema de governo em si,** pois reconhece que, em matéria de guerra e de negociação, alguns conselhos, como os de Madrasta e de Calcutá, são dirigidos com uma firmeza e uma sabedoria "que teriam feito jus aos melhores dias do senado romano"[189], mas são dirigidos por homens criados para ocupações muito diferentes da guerra e da política. Ele conclui, portanto, que:

---

[189] A. Smith, *Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations,* Tome II, Flammarion, 1991, (1776), p.258

> **"Tais companhias exclusivas são, assim, um mal público sob todos os aspectos:** são sempre um abuso mais ou menos incómodo para o país em que estão estabelecidas e um fluxo destruidor para os países que têm o azar de cair sob o seu governo"[190].

Capítulo VIII. Conclusão do sistema mercantil

As duas medidas defendidas pelo sistema mercantil são o incentivo à exportação e o desincentivo à importação. Mas, na **realidade, quando se aplica este sistema, assistimos às consequências inversas: desencoraja-se a exportação e encoraja-se a importação.** A finalidade do sistema mercantil é a seguinte: enriquecer o país através de uma "balança comercial" vantajosa. Para o fazer:

- **desencoraja a exportação de matérias-primas de manufacturas** e de instrumentos de ofícios (teares, por exemplo) na esperança de **favorecer a exportação de produtos de maior valor;**
- **encoraja a importação de matérias-primas de manufacturas, com vista a que** os trabalhadores nacionais as possam trabalhar a melhores preços, **diminuindo assim a importação de mercadorias manufacturadas** dispendiosas.

Proibir a importação de instrumentos de ofícios foi um erro grave para o desenvolvimento da indústria nacional, que ficou dependente do grau de evolução tecnológica das fábricas inglesas especializadas na produção desses instrumentos.

Já a importação de matérias-primas para as manufacturas foi encorajada tanto por isenções de impostos como por subsídios. A isenção de taxas aplica-se a matérias como a lã de ovelha, o linho não cardado, as peles não curtidas, as peles de foca, o ferro fundido ou em barra, etc. Estas isenções, obtidas junto dos legisladores por pressão de comerciantes e industriais, são perfeitamente justas e razoáveis. O público só teria a ganhar se alargássemos as isenções a todas as outras matérias-primas de manufacturas.

Mas a avidez dos industriais estendeu-se também a produtos que não são verdadeiramente matérias-primas. Foi o que aconteceu com os fios crus ou vermelhos estrangeiros, que foram isentados de impostos. O problema é que esses produtos exigem muito trabalho, o qual é realizado, a maior parte do tempo, por fiandeiras. As fiandeiras inglesas são, por norma, mulheres pobres que vivem dispersas pelo país e que não têm qualquer apoio nem protecção. Os manufacturadores compram estes fios crus a baixo preço e ganham muito dinheiro com artigos completos mal eles saem das mãos dos tecelões. Ao isentar de impostos estes fios crus, os manufacturadores podem obter esses fios crus do estrangeiro a um preço o mais baixo possível, de modo a concorrer com o trabalho das fiandeiras inglesas e a baixar os salários destas.

---

[190] *Idem,* p.258

> "O nosso sistema mercantil encoraja especialmente o trabalho feito em benefício dos ricos e dos poderosos. Aquele que é feito em benefício dos pobres e indigentes é, quase sempre, desprezado ou reprimido"[191].

O encorajamento dado à importação de matérias-primas através de subsídios limita-se às que vêm das colónias. Foram criados sete subsídios à importação: para os equipamentos navais, para o índigo, para o cânhamo ou linho por cardar, para as madeiras da América, para as sedas puras das plantações britânicas, para fundos e varapaus de pipas, barricas e barris e para o cânhamo irlandês. **Estas mesmas mercadorias, quando são provenientes de outros países que não as colónias, estão sujeitas a impostos consideráveis para quem as importa.** Considera-se, neste sistema absurdo, que a riqueza das colónias é, na realidade, parte da de Inglaterra: todas as despesas contraídas em prol delas não empobrecem Inglaterra de forma alguma. Mas se as colónias fizessem realmente parte de Inglaterra, o que não acontece, estes subsídios estariam sujeitos às objecções anteriormente feitas aos incentivos à produção.

A exportação de matérias-primas de manufacturas é desencorajada tanto pelas proibições absolutas como pelos impostos elevados.

Os manufacturadores de lanifícios conseguiram obter do legislador a proibição total de se importar panos de lã de qualquer país estrangeiro, em detrimento do consumidor. Obtiveram também **a interdição absoluta de se exportar gado vivo ou lã, prejudicando os criadores de ovelhas e os produtores de lã.** Em caso de violação destas proibições, as **punições previstas tinham uma severidade desconcertante.** Tal como as de Drácon, estas leis eram "escritas com sangue": quem exportasse carneiros, ovelhas ou borregos teria todos os seus bens confiscados, seria preso por um ano e teria a sua mão esquerda decepada num dia de mercado na praça de uma cidade, onde ela ficaria exposta. A reincidência era passível de condenação à morte. Adam Smith não teve conhecimento de qualquer aplicação desta sanção e, embora ela nunca tenha sido expressamente revogada, foi adoptado um outro estatuto ligeiramente menos rigoroso que prevê uma multa de 20 xelins por cada carneiro exportado. A intenção da lei é arruinar completamente o infractor. Se este não pagar no prazo de três meses, será deportado por sete anos. Quanto ao proprietário do navio em que se deu a exportação, se tiver conhecimento do delito, verá confiscada a embarcação. E os marinheiros poderão passar três meses na prisão e ver confiscados todos os seus bens móveis.

Também o comércio interno de lã está sujeito a pesadíssimas restrições com vista a impedir a exportação. O empacotamento da lã tem regras apertadas, bem como o modo de transporte. Qualquer deslocação deve ser comunicada às autoridades na véspera e receber uma autorização para se poder concretizar. Também aqui as penas para os infractores são incrivelmente severas. O transporte por terra não se pode aproximar demasiado da costa. O comércio de costa a costa é autorizado mediante o cumprimento de uma conjunto impressionante de formalidades administrativas.

---

[191] *Idem,* p.261

Os fabricantes que estiveram na origem destas regras extraordinariamente repressivas justificaram as suas exigências com a alegação de que a lã inglesa tinha uma qualidade a tal ponto superior à do resto do mundo que era a única passível de ser usada na **confecção de tecidos finos** e que, como tal, ao interditar a sua exportação, Inglaterra teria o monopólio mundial do comércio de tecidos, gerando um riqueza considerável. **Esta afirmação, como muitas outras, foi aceite sem provas e revelou-se totalmente falsa.** Não só a lã inglesa não é necessária à confecção de tecidos finos, como é imprópria para este tipo de artigos, que são feitos exclusivamente com lã espanhola.

A consequência desta regulamentação foi a descida do preço da lã inglesa abaixo daquele que tinha antes da adopção da medida. A comprovar essa descida, Smith refere que, após a união dos reinos da Escócia e de Inglaterra, o preço da lã escocesa baixou para metade do seu valor. E acrescenta que o preço da melhor lã inglesa fica geralmente abaixo do preço exigido para uma lã de qualidade muito inferior no mercado de Amesterdão.

Esta redução do preço causada pela aplicação dos regulamentos teve consequências negativas, ainda que bastante limitadas, na produção de lã. No que diz respeito à quantidade, os regulamentos terão tido um impacto limitado, pois as ovelhas criam-se por dois motivos: vender a lã mas também vender a carne do animal. Se o preço da lã desce, o preço da carne vai automaticamente subir. São dois vasos comunicantes. Se assim não for, o agricultor não pode rentabilizar o seu gado e deixará de o alimentar. A redução do preço da lã importa pouco ao agricultor se ele puder ser compensado no preço da carne. Obviamente, ele é afectado enquanto consumidor pelo aumento correlativo do preço dos víveres. Também pode ser afectado indirectamente se o aumento do preço dos víveres diminuir o consumo de carne, o que influi na sua produção. Mas se tal acontecer, este impacto não é aparentemente considerável. No que toca à qualidade da lã, a diminuição do preço não teve consequências visíveis, pois esta depende da saúde do animal e o criador tem interesse em manter os seus animais saudáveis para vender a carne ao melhor preço. Aliás, a lã inglesa ganhou até qualidade ao longo deste século e, se o preço se tivesse mantido, essa qualidade poderia ser ainda melhor do que é.

A proibição absoluta de exportação da lã é totalmente injustificada. Se desejássemos adoptar uma política mercantilista consequente (o que Adam Smith desaconselha), bastaria tributar bastante a exportação. **Adam Smith considera que ferir os interesses de uma classe de cidadãos** (no caso, os produtores de lã) **apenas para favorecer outra** (no caso, os manufacturadores) **contraria a justiça e a igualdade de protecção que o soberano deve garantir a todos os seus súbditos.** Seria muito preferível substituir essa proibição absoluta da exportação de lã por uma taxa elevada. De qualquer modo, essa proibição não impede a exportação de lã. Ela exporta-se em quantidade considerável, sobretudo devido à diferença de preço entre a lã inglesa e a estrangeira, diferença essa causada pela proibição. É inútil dizer que esta exportação, que nada dá ao Estado, beneficia o contrabandista. Uma exportação legal sujeita a imposto seria lucrativa para todos, a começar pelo Estado, que obteria receitas.

A **greda de pisoeiro,** necessária para preparar e limpar os artigos de lã, teve a sua exportação sujeita às mesmas proibições. Até a argila para cachimbos, embora não apresente as mesmas características, foi incluída na proibição devido à sua semelhança com a greda. Passa-se o mesmo com o couro curtido, mas não com as botas fabricadas em couro. **Proíbe-se, pois, a exportação de mercadorias não trabalhadas.** Isto explica-se pela facilidade com que os manufacturadores, reunidos na mesma zona, se aliam e pressionam o parlamento no sentido do que lhes é mais favorável. Já os criadores de gado, dispersos pelo país, não podem defender os seus interesses da mesma forma.

Quando não é proibida, a exportação de matérias-primas está frequentemente sujeita a taxas elevadas. É o caso do alumínio, do chumbo, do estanho, do couro curtido, da calamina, da pele de lebre, da cola, etc.

As substâncias estrangeiras destinadas ao fabrico de tintura, a goma do Senegal (ou goma arábica) e de outros países vizinhos estão isentas de qualquer taxa à importação. A intenção dos manufacturadores ingleses era comprar os produtos desses países ao preço que lhes convinha, garantir que estes seriam importados para Inglaterra e evitar, através de taxas superiores, a sua reexportação. Mas, como muitas vezes sucede, a ganância gorou o objectivo: as taxas criaram um mercado paralelo de contrabando que exportou quantidades gigantescas destes produtos para todos os países europeus, em especial para a Holanda.

O carvão tem a particularidade de ser, ao mesmo tempo, uma matéria-prima e um instrumento industrial. Como tal, a sua exportação foi desincentivada através de taxas muito elevadas. A exportação de instrumentos industriais (por exemplo, armações ou máquinas para coser luvas ou meias) é totalmente proibida. As penas são bastante severas. O instrumento "vivo" - ou seja, o trabalhador – vê, também ele, a sua liberdade de se "exportar" muito limitada.

Qualquer pessoa que contrate um trabalhador inglês para exercer o seu ofício no estrangeiro ou ensinar fora das fronteiras é passível de multa ou pena de prisão. O operário que se deixe corromper poderá ter de pagar uma caução ou ser preso para evitar que vá exercer para o estrangeiro. Se se estabeleceu no estrangeiro, todos os seus bens móveis e imóveis são apreendidos e ele perde a nacionalidade britânica.

> **"Penso que será desnecessário dizer-se quão contrárias são estas leis à liberdade civil,** tão propalada e da qual somos tão ciosos, liberdade que sacrificamos abertamente neste caso ao miserável interesse dos nossos comerciantes e dos nossos manufacturadores"[192].

A finalidade, louvável em si, das regras mercantilistas, é estender o progresso das manufacturas de um país. Mas os meios utilizados não passam por aperfeiçoá-las mas por enfraquecer as dos países vizinhos e aniquilar o mais possível a concorrência estrangeira.

---

[192] *Idem,* p.278

> **"O consumo é o único objectivo, o único fim, de qualquer produção, e o interesse do produtor só deve ser atendido na medida em que possa ser necessário para favorecer o interesse do consumidor.** – Isto é tão evidente que seria absurdo tentar prová-lo. Mas, **no sistema que combato, o interesse do consumidor é quase sempre sacrificado ao do produtor,** e este sistema parece considerar a produção, e não o consumo, como o único fim, como o objectivo último, de toda a indústria e de todo o comércio"[193].

O monopólio resultante dos entraves colocados à importação só lucra ao produtor, pois o consumidor é obrigado a pagar o encarecimento que o produtor causa nas mercadorias. Além disso, **os subsídios à exportação só beneficiam o produtor** e são atribuídos em detrimento do consumidor nacional, que paga, através dos seus impostos, o montante do subsídio e, mais uma vez, é afectado pelo encarecimento desse bem no mercado interno. O tratado de comércio de Methuen, entre Inglaterra e Portugal, desincentiva o consumidor inglês de comprar, nos países vizinhos, bens que o clima inglês não permite produzir. **É constrangido a comprar bens de Portugal, um país distante, quando os bens desse país são de qualidade inferior aos de um país mais próximo.** Em troca, o produtor inglês beneficia de condições vantajosas para escoar as suas mercadorias no mercado português. E esta exportação forçada leva o consumidor inglês a pagar ainda o encarecimento dos produtos ingleses no mercado interno.

Mas é no comércio colonial que o interesse do consumidor é sacrificado de forma mais evidente. O sistema mercantilista do monopólio colonial esmaga o consumidor nacional sob o peso da despesa necessária à manutenção e à defesa do império britânico. Só os juros da dívida contraída nas duas últimas guerras excedem não só todo o lucro extraordinário que podemos supor que venha do comércio colonial como o valor total das mercadorias exportadas para as colónias.

Os arquitectos deste sistema, aqueles em cujo interesse ele se baseou, não são os consumidores, esses grandes perdedores do mercantilismo – são **os produtores e, mais especificamente, os comerciantes e os industriais.**

Capítulo IX. Dos sistemas agrícolas ou dos sistemas de economia política que apresentam o produto da terra como a única ou a principal fonte do rendimento e da riqueza de um país

O capítulo dedicado a esta corrente de pensamento é muito mais curto, pois esta nunca foi adoptada por nenhum país e é inofensiva. **Estes diferentes sistemas baseados na agricultura** têm por denominador comum o facto de **considerarem o produto da terra como a única fonte de rendimento e de riqueza de um país.**

O ministro **francês Colbert** (1619-1683) **era um discípulo do mercantilismo e levou à**

---

[193] *Idem,* p.279

aplicação deste sistema em França com todo o zelo e talento de que foi capaz. Procurou regular a indústria e o comércio de um grande país com base no mesmo modelo que os departamentos de um escritório. Em vez de permitir que cada um trabalhasse nos seus interesses pessoais, concedeu privilégios extraordinários a alguns ramos da indústria e sobrecarregou outros com entraves não menos extraordinários. Foram as indústrias das cidades que ele privilegiou, em detrimento dos campos, cujas indústrias adiou e deixou degradar. Ele proibiu totalmente a exportação de cereais, privando os produtores agrícolas de recorrer ao conjunto dos mercados externos para escoarem a maior parte da sua produção. Conseguiu, assim, degradar a agricultura de um país tão fértil e com um clima tão favorável.

Foi em reacção a esta política destruidora que **filósofos franceses** – favoráveis à agricultura – adoptaram um **sistema que se opunha radicalmente à política mercantilista** de Colbert: a fisiocracia[194]. Para os mercantilistas, a riqueza vem exclusivamente da indústria das cidades, o que é claramente exagerado. Os fisiocratas consideram, pelo contrário, que a riqueza provém exclusivamente do trabalho da terra, o que é outro exagero.

Estes filósofos dividem a população em três grupos distintos:

- os **proprietários** da terra;
- os **cultivadores, agricultores e trabalhadores rurais;**
- os **artesãos, industriais e comerciantes.**

Os dois primeiros grupos constituem a **"classe produtiva"**. As **profissões do terceiro grupo** surgem reunidas sob a denominação humilhante de "classe estéril" ou **"classe não produtiva".**

A **classe dos proprietários** contribui para a formação do produto anual através de um determinado número de despesas – as **despesas fundiárias** – relativas ao melhoramento das terras, à sua manutenção, etc. Isto permite que os cultivadores, agricultores e trabalhadores criem um maior lucro e paguem uma renda maior aos proprietários. A **classe dos cultivadores, agricultores e trabalhadores rurais** contribui ainda para a formação do produto anual através de dois tipos de despesa:

- as **despesas primitivas,** que consistem em instrumentos de trabalho, gado, sementes, subsistência da família do agricultor, dos seus empregados e dos seus animais, etc. desde o início da exploração (até ao momento em que pode receber rendimentos da sua terra).
- as **despesas anuais,** que consistem em sementes, manutenção e reparação de instrumentos de trabalho, subsistência anual dos empregados e dos animais do agricultor, da sua família, etc.

A parte do produto que fica com o agricultor após o pagamento da renda deve ser suficiente para lhe permitir repor, com os lucros normais de um capital e num tempo razoável (pelo menos durante o contrato), todas as despesas primitivas e anuais. Na ausência disso, ele

[194] A fisiocracia é a primeira escola da economia científica. A sua figura principal foi o francês François Quesnay (1694-1774).

deverá abandonar tão depressa quanto possível essa ocupação. Esta parte chama-se **"fundo de cultivo"** e o proprietário não pode meter a mão nela sem condenar o agricultor à incerteza de ter com que pagar a renda nos anos seguintes.

A renda – que pertence ao proprietário – **não é mais do que o "produto líquido" que fica após o pagamento de todas as despesas necessárias para fazer crescer o produto bruto ou o produto total.** É por existir esse produto líquido que a classe agrícola é qualificada de "classe produtiva". Num tal sistema, despesas primitivas e anuais são, como tal, apelidadas de "despesas produtivas". As despesas fundiárias merecem igual designação. Até essas despesas fundiárias serem totalmente reembolsadas ao agricultor com um lucro de capital, tanto o clero como o soberano devem considerar essa renda avançada como sagrada e inviolável, ou seja, não deve ser sujeita a dízimos nem a impostos. Ao desincentivar a beneficiação da terra, a Igreja desencorajaria o aumento futuro do dízimo e o rei faria o mesmo aos impostos que cobra.

Os industriais e os artesãos são vistos como gente inteiramente estéril e não produtiva. Porquê? Porque, segundo esta análise, **o seu trabalho só repõe o capital que os emprega, tal como os lucros normais desse capital.** Esse capital consiste em matérias, ferramentas e salários avançados por aquele que os põe a trabalhar. Estes fundos mantêm-nos ocupados e garantem a sua subsistência. A despesa consentida para empregar e fazer subsistir artesãos e operários da indústria só prolonga a existência do seu próprio valor, sem criar novo valor. Esta despesa é, assim, absolutamente estéril e improdutiva. **Pelo contrário, a despesa consentida para empregar e fazer subsistir rendeiros e trabalhadores agrícolas** faz mais do que continuar a existência do seu próprio valor: ela **produz um novo valor que é a renda do proprietário. Logo, é produtiva.**

O **capital empregue no comércio é tão estéril quanto o empregue nas indústrias.** Os lucros deste sector correspondem à mera reposição da subsistência que é avançada por quem emprega o capital.

O trabalho dos artesãos e dos operários não acrescenta nada ao valor total do produto bruto da terra. A soma total do produto não aumenta, em momento algum, devido a esse trabalho. Tomemos o exemplo do trabalho da rendilheira. Com o seu trabalho, ela por vezes transforma linho no valor de um dinheiro num artigo que vale 30 libras esterlinas. Ao fazê-lo, multiplica o valor dessa matéria-prima que é o linho por 7.200. Mas, na realidade, ela não acrescenta nada à soma total, pois esse trabalho mantém-na por vezes ocupada durante dois anos, tempo ao longo do qual ela consome o valor que depois será reposto. A extrema pobreza da maior parte das rendilheiras prova que o preço do seu trabalho não excede o valor da sua subsistência. Já os rendeiros e os trabalhadores agrícolas asseguram a sua subsistência mas produzem, também, uma renda anual.

Artesãos, manufacturadores e mercadores só aumentam a riqueza ou o rendimento da sociedade através da sua frugalidade ou privando-se de parte dos fundos destinados à sua subsistência. Segundo esta concepção fisiocrata, **nações como a França ou a Inglaterra, compostas sobretudo por proprietários e agricultores, podem enriquecer trabalhan-**

do e colmatando as suas necessidades ao mesmo tempo. Mas nações como Hamburgo ou a Holanda, **compostas sobretudo por comerciantes, industriais e artesãos, só podem enriquecer à força da frugalidade e das privações.** Isto deriva do carácter de cada povo. Assim se explica que, enquanto as nações do primeiro tipo possuem uma população franca e solidária, com gosto pelo prazer e pela sociedade, as do segundo tipo têm formas de ser mesquinhas, interesseiras, egoístas e afastam-se dos divertimentos e prazeres sociais.

Assim, **a classe não produtiva,** a dos comerciantes, artesãos e industriais, **é mantida e empregue inteiramente às custas das duas outras classes, a dos proprietários e a dos cultivadores.** Neste sentido, são comparáveis aos criados de uma casa, que são mantidos às custas dos patrões.

Contudo, segundo os mesmos filósofos, **esta classe não produtiva é bastante útil às duas outras classes.** Porquê? Porque, graças à actividade dos comerciantes e dos artesãos, os proprietários e os agricultores podem comprar produtos de que precisam em troca da produção resultante de uma quantidade de trabalho bastante inferior à que teriam de fazer se fossem obrigados, sem ter a destreza nem a habilidade, a fabricar esses produtos e a exportar o seu excedente. Desembaraçam-se, assim, de uma série de trabalhos e podem dedicar-se plenamente a trabalhar a terra e a produzir. A classe não produtiva contribui assim, indirectamente, para aumentar o produto da terra.

Proprietários e cultivadores não têm qualquer interesse em prejudicar ou desencorajar a actividade da classe não produtiva. Quanto maior for a liberdade dos artesãos, industriais e comerciantes, maior será a concorrência entre os diversos ofícios que compõem esta classe e, como tal, mais as duas outras classes serão fornecidas a baixo preço.

Artesãos, industriais e comerciantes de estados mercantis como Hamburgo e a Holanda são, também eles, mantidos por proprietários e agricultores. A diferença é que estes estão a uma distância muito mais incómoda para lhes fornecer materiais e subsistência. Mas os estados mercantis **são extremamente úteis para os habitantes de outros países.** Porquê? Porque preenchem um vazio, no sentido em que **ocupam o lugar de artesãos, industriais e comerciantes dos países que não os possuem.**

Tal como a classe produtiva não tem qualquer interesse em desencorajar a actividade da classe não produtiva, **as nações ditas "agrícolas"** (compostas sobretudo por proprietários e agricultores) **não têm qualquer interesse em desencorajar ou arruinar a indústria dos estados mercantis impondo taxas elevadas sobre as mercadorias que lhes fornecem.** Aliás, isso desincentivaria o aumento do excedente da produção que eles escoam para esses estados mercantis, limitando a beneficiação e o cultivo das suas terras. **Conclusão: o interesse das nações agrícolas é conceder às nações mercantis a maior liberdade de comércio.**

De outro modo, o aumento contínuo do excedente de produção das terras acabaria, após algum tempo, por criar um capital maior do que aquele que o mundo agrícola necessita para melhorar as suas terras e o seu cultivo. Num estado agrícola, este excedente de capital poderia servir para empregar uma classe não produtiva de artesãos, industriais e

comerciantes. Estes **acabariam por concorrer com os seus congéneres das nações mercantis** e, pouco a pouco, começariam a produzir parte importante dos produtos manufacturados destes. Com o tempo, a sua habilidade aumentaria e poderiam mesmo **expulsá-los do mercado interno.** O aumento contínuo do produto, tanto bruto como manufacturado, das nações "agrícolas" permitiria que estas **se desviassem naturalmente para o comércio externo, para exportarem o excedente da sua produção.** À medida que aumentassem as suas competências comerciais e o seu domínio das técnicas de navegação, **rivalizariam com as nações mercantis no comércio mundial, até as excluírem totalmente deste.**

Assim, segundo este sistema, um estado agrícola tem todo o interesse em dar a mais perfeita liberdade comercial aos artesãos, industriais e comerciantes de outros estados. Se, pelo contrário, esse estado agrícola exigisse taxas enormes ou impusesse proibições ao comércio, isso teria duas consequências negativas:

- **em primeiro lugar, tal provocaria um aumento dos bens estrangeiros e,** ao mesmo tempo, **a diminuição do valor do excedente dos produtos agrícolas;**
- **em segundo lugar,** ao conferir uma espécie de monopólio aos seus comerciantes, artesãos e industriais, **o estado elevaria a taxa de lucro desta classe não produtiva comparativamente aos lucros da agricultura,** o que retiraria à agricultura parte do capital que aí era empregue anteriormente ou desviaria uma parte do capital que para aí se deslocaria naturalmente.

Uma tal política desencorajaria, apesar de tudo, a agricultura. Levaria esta nação a desenvolver classes não produtivas de forma precoce, enfraquecendo o único sector que produz riqueza e impedindo o perfeito desenvolvimento das forças do trabalho produtivo.

François Quesnay, o engenhoso autor de todo este sistema que foi modelado através de fórmulas aritméticas, demonstra, assim, como a soma total do produto anual das terras se distribui entre as três classes e como o trabalho da classe não produtiva se limita a repor o valor do seu consumo sem acrescentar o que quer que seja à soma total. **A primeira destas fórmulas foi baptizada de "Quadro económico" e descreve esta distribuição tal como ela se opera numa situação de perfeita liberdade e, como tal, da maior prosperidade.** Qualquer violação desta distribuição natural, através de regulamentos ou entraves, só irá diminuir a soma total do produto anual e causar uma delapidação gradual da riqueza. Esta delapidação será tanto mais rápida quanto maior for o grau de violação. Quesnay distingue diversos graus de decadência. Médico de formação, ele recorre a metáforas orgânicas e compara a saúde económica de uma nação com a de um corpo humano. **Segundo ele, o corpo político só se pode manter e prosperar seguindo um regime muito específico: o da mais perfeita liberdade e da mais perfeita justiça.**

Quesnay não compreendeu que o principal princípio de conservação de uma sociedade são os indivíduos que a compõem, indivíduos cujos esforços contínuos são capazes de prevenir e corrigir os maus efeitos de uma economia parcial e até opressiva. Se uma nação precisasse, para prosperar, da mais perfeita liberdade e da mais perfeita justiça, nenhuma nação do mundo teria podido prosperar.

Após descrever este sistema, **Adam Smith** passa à análise crítica do mesmo. **O erro capital deste sistema é, segundo ele, considerar que os artesãos, industriais e comerciantes são classes não produtivas.** Adam Smith faz cinco observações.

Em primeiro lugar, **não é pertinente apelidar de estéril ou improdutiva uma classe que, segundo esta teoria, reproduz anualmente o valor do seu próprio consumo anual e preserva o capital que a faz subsistir.** Se assim fosse, chamaríamos «estéril» ao casal que se contenta em gerar um filho e uma filha para substituir o pai e a mãe. Um casal que gere três filhos é mais produtivo do que outro que gere apenas dois, mas isso não torna o segundo casal improdutivo. Na mesma lógica, o trabalho dos agricultores ou trabalhadores do campo é mais produtivo do que o dos artesãos, industriais e comerciantes, mas estes não podem ser rotulados de improdutivos.

Em segundo lugar, é **errado colocar artesãos, industriais e mercadores sob o mesmo chapéu que simples criados.** De facto, a obra do criado é composta por serviços que desaparecem no momento em que são prestados; o seu trabalho não permite preservar o fundo que lhe fornece o seu emprego e a sua subsistência. Já o trabalho dos artesãos, industriais e comerciantes fixa-se e realiza-se numa coisa vendável e cambiável, razão pela qual Adam Smith os classificou entre os trabalhadores produtivos, ao mesmo tempo que colocou os criados entre os trabalhadores estéreis.

Em terceiro lugar, é **falso afirmar que o trabalho dos artesãos, industriais e comerciantes não aumenta o rendimento real da sociedade.** Mesmo supondo que eles consomem, num dado período, tudo o que produzem durante esse período, isso não significa que o seu trabalho nada acrescente ao rendimento real da sociedade nem ao valor real do produto anual das terras e do trabalho do país. Imaginemos que um artesão produz, em seis meses, um artigo que vale 10 libras e consome, durante o mesmo período, 10 libras de cereais e outros bens essenciais. Ele consome 10, mas coloca 10 em circulação. Logo, durante esses seis meses, o somatório do que ele consumiu e vendeu é de 20 libras, e não de 10. É possível que, durante esse intervalo, o valor total nunca tenha, num dado momento, excedido 10. A diferença é que, se os bens consumidos (que valem 10) tivessem sido consumidos por um soldado ou um criado, o valor da porção existente do produto anual teria, ao fim desses seis meses, diminuído em 10. **Devido ao trabalho deste artesão, o valor total das mercadorias existentes no mercado é maior do que teria sido sem ele.** Em vez de dizer que o consumo desta classe é igual ao valor que ela produz, é mais exacto afirmar que o rendimento desta classe equivale ao que ela produz. Como tal, **o que pode ser poupado sobre este rendimento deve, obrigatoriamente, aumentar a riqueza real da sociedade.**

Em quarto lugar, **os agricultores e os trabalhadores rurais não estão em melhor condição do que os artesãos, os industriais e os mercadores para aumentar o rendimento real da sociedade, isto é, o produto anual das terras e do trabalho, sem ser pelas suas economias pessoais.** Só há duas formas de aumentar este rendimento:

- através do aperfeiçoamento dos modos de produção (habilidade do trabalhador e máquinas);
- através de um aumento da quantidade de trabalho.

A **classe dos artesãos, dos comerciantes e dos industriais está, devido à elevada especialização das tarefas na cidade** face ao campo, **em condições de obter este duplo aperfeiçoamento** (das máquinas e da habilidade do trabalhador) de forma muito mais alargada do que os agricultores. Além disso, o aumento da quantidade decorre de um aumento do capital, o qual equivale a um aumento da poupança. E os artesãos, os mercadores e os industriais são naturalmente mais inclinados para a frugalidade e o hábito de poupar do que os proprietários e os agricultores.

Em quinto lugar, **se aceitarmos a ideia, proposta neste sistema, de que o rendimento dos habitantes de um país consiste unicamente na quantidade de subsistência que a sua actividade proporciona, temos também de aceitar que um país industrial e mercantil possui, em condições idênticas, um rendimento superior ao de um país sem indústria e sem comércio.** Porquê? Porque, através do comércio e da indústria, um país pode importar uma quantidade maior de subsistência do que aquela que as suas terras lhe podem fornecer no seu estado de cultivo naquele momento. É o caso da Holanda, que importa gado vivo do Holstein e da Jutlândia. Uma pequena quantidade de produtos manufacturados compra uma grande quantidade de matérias-primas[195]. Um país industrial exporta a manutenção e a subsistência de poucos e importa a subsistência e a manutenção de muitos. Um país agrícola exporta a subsistência e a manutenção de muitos e importa a subsistência e a manutenção de uma pequena minoria.

Apesar das imperfeições apontadas, este sistema económico é, ainda assim, aquele que mais se aproxima da verdade. Há horizontes curtos ao só considerar produtivas as actividades agrícolas, mas é sensato afirmar que **a riqueza das nações não consiste** em riquezas não consumíveis de ouro e prata, como pensam os mercantilistas, mas **em bens consumíveis reproduzidos anualmente pelo trabalho da sociedade.** É igualmente pertinente fazer notar que **esta "reprodução" será tanto mais abundante quanto mais livre for a sociedade.** Os intelectuais que criaram este sistema formavam, em França, "uma seita algo considerável"[196] e auto-intitulavam-se "economistas". Todos eram discípulos de François Quesnay, homem de grande simplicidade e grande modéstia, venerado como um sábio antigo. Segundo eles, a Humanidade conheceu, desde a sua origem, três grandes descobertas: a escrita, a moeda e o Quadro Económico de François Quesnay. **É na sequência dos seus trabalhos que França se livra de várias opressões que a afectaram no passado.** Por exemplo, alargou de nove para 27 anos o prazo que é permitido ter num contrato de arrendamento de terras e a **liberdade de exportar cereais foi restabelecida.** Estes "economistas", que se contentam em reproduzir, sem variações visíveis, a doutrina do seu mestre, chamam "economia política" à sua disciplina.

Contrariamente à Europa moderna, que se mostra mais inclinada para as manufacturas e o comércio do que para o cultivo da terra, **a China é um país que favorece a agricultura acima de tudo.** Neste país, a condição de um lavrador é superior à de um artesão, e todo o

---

[195] Lembramos que, para Smith, as mercadorias possuem um poder de compra. Há uma coincidência entre o bem e o meio de pagamento. Ver introdução da presente síntese.

[196] A. Smith, *Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations,* Tome II, Flammarion, 1991, (1776), p.299

chinês ambiciona ter o seu pedaço de terra, seja como proprietário ou como rendeiro. **Estas pessoas não ligam muito ao comércio externo.** "O vosso miserável comércio!", disseram os mandarins pequineses quando receberam Lorenz Lange, enviado diplomático da Rússia. **Porque há tão pouca atenção ao comércio externo? Normalmente, as manufacturas de um país são sustentadas pelo comércio externo,** pois os objectos manufacturados ocupam pouco espaço e podem ser facilmente transportados entre países. A perfeição das manufacturas depende do grau de desenvolvimento da divisão do trabalho, que será tanto melhor quanto mais alargado o mercado. **Ora, o mercado interno chinês tem um tamanho tal que se basta a si mesmo** – a sua multidão imensa de habitantes, a variedade das suas províncias e a facilidade das comunicações por vias navegáveis bastam para sustentar as grandes manufacturas e favorecer divisões de trabalho consideráveis. Este mercado é quase tão alargado quanto todos os Estados europeus juntos. **Este país poderia, no entanto, desenvolver-se bastante mais se fizesse comércio com o estrangeiro.** Mas não é essa a conduta dos chineses.

O antigo Egipto e a Índia favoreciam a agricultura. Os agricultores tinham um papel inferior ao dos sacerdotes e ao dos soldados, mas superior ao dos comerciantes e dos artesãos. O Nilo e o Ganges estão na origem de colheitas abundantes que permitiam que esses países tivessem grandes quantidades de cereais. Mas, **por superstição, os egípcios evitavam o mar. Por seu lado, a religião dos hindus proibia que se acendesse lume a bordo de uma embarcação, o que tornava impossível qualquer viagem de longo curso** no mar. Estes dois povos tiveram, pois, de recorrer a navegadores estrangeiros para exportar os seus produtos. Esta dependência limitou o seu mercado e desencorajou fortemente o aumento de excedentes de produção agrícola e de produtos manufacturados. Como vimos, a indústria necessita de um mercado alargado para se desenvolver e se o território indiano era suficientemente vasto para sustentar uma manufactura diversificada e permitir o escoamento dos produtos manufacturados no mercado interno, o antigo Egipto não tinha a mesma sorte. Assim, e embora no Egipto se produzissem objectos manufacturados bastante bonitos, a agricultura prevaleceu no território, que ficaria conhecido sobretudo pelas suas exportações cerealíferas. Foi, durante muito tempo, considerado o "celeiro do Império Romano".

A política de Roma e das repúblicas da Grécia antiga favoreceu sempre a agricultura em detrimento das manufacturas e do comércio externo. Em determinados estados gregos, o comércio externo era totalmente proibido. As ocupações de artesão e de industrial prejudicavam o organismo e tornavam-no inapto à prática da arte militar, consideravam. Tais ocupações eram vistas como próprias de escravos. Só os ricos que possuíssem escravos podiam lucrar com estas actividades. Os homens livres mas pobres eram incapazes de suportar a concorrência dos escravos dos cidadãos ricos.

Infelizmente, explica Adam Smith, **os escravos raramente são inventivos.** E, se o fossem, os procedimentos por eles encontrados para facilitar ou abreviar o trabalho seriam, provavelmente, vistos com desconfiança pelos seus mestres, que encarariam essa atitude como uma estratégia para poupar esforços e puniriam os inventores em vez de os recompensar. **Todos os procedimentos com vista a melhorar a produção foram inventados por homens livres.** As manufacturas que empreguem escravos precisarão de muito mais trabalho para executar a mesma quantidade de artigos de uma manufactura que empregue

homens livres. Já Montesquieu dizia que as minas húngaras, sem terem maior riqueza do que as minas turcas, eram muito mais produtivas do que estas porque empregavam homens livres e não escravos e os homens livres tinham, com o tempo, concebido várias máquinas para facilitar e abreviar o seu trabalho. Smith observa que as estátuas antigas testemunham a ausência de variedade nas roupas dos gregos e romanos que pertenciam às classes favorecidas. Esta uniformidade nas roupas, tanto masculinas como femininas, contrasta com a diversidade do vestuário moderno. Para Adam Smith, este fenómeno só se explica pela imperfeição das máquinas que eram usadas nas sociedades esclavagistas.

O ramo mais alargado e mais importante do comércio de um país é o comércio entre os habitantes das cidades e os do campo. É, em definitivo, uma troca de matéria-prima por produto manufacturado. **Quanto mais caro for o produto manufacturado, mais barata será a matéria-prima da terra. Tudo o que tende a elevar o preço do primeiro tende a baixar o preço do segundo e, assim, tende a desencorajar a agricultura.** Porque quanto mais desce o preço do cultivador, menos ele ficará motivado para melhorar as suas terras e a sua cultura. Consequentemente, afirma Adam Smith, os sistemas que favorecem a agricultura em detrimento das manufacturas e do comércio estrangeiro são contraproducentes, pois fazem aumentar o preço dos produtos manufacturados e baixar o preço das matérias-primas. E são inconsequentes no sentido em que desincentivam indirectamente a mesma indústria que pretendem encorajar. **Privilegiar a agricultura é trabalhar contra a agricultura.** O sistema mercantil, esse, trabalha realmente no interesse das manufacturas e do comércio externo que pretende favorecer (ainda que o faça em detrimento do consumidor).

Seja como for, todo o sistema que, por diversos procedimentos, procure atrair para uma determinada indústria uma parte do capital maior do que aquela que nela seria empregue naturalmente ou que, pelo contrário, procure desviar uma parte do capital que lhe seria dedicado naturalmente, é um sistema subversivo. Longe de acelerar, ele retarda o progresso da sociedade rumo à riqueza e diminui o valor anual das terras e do trabalho da sociedade.

O melhor é descartar estes dois sistemas baseados em preferências e em entraves ao lucro privilegiando um sistema mais simples e mais fácil: o da liberdade natural.

> "Qualquer homem, enquanto não fizer frente às leis da justiça, vive na plena liberdade de seguir o caminho que o seu interesse lhe dite, e de levar onde quiser o seu esforço e o seu capital, em concorrência com qualquer outro homem"[197].

Isso liberta o soberano de ter de vigiar a actividade dos particulares. No sistema da liberdade natural, o **soberano só tem três deveres a cumprir:**

- o **dever de defender a sociedade de qualquer acto de violência ou invasão** por parte de outras nações independentes;
- o dever de proteger, tanto quanto possível, cada membro da sociedade contra a injustiça e a opressão de qualquer outro membro; ou seja, estabelecer uma **boa administração da justiça;**

[197] *Idem,* p.308

• o **dever de erguer e manter infra-estruturas públicas e instituições** que o interesse privado de um ou mais particulares seria incapaz de criar.

Estes deveres exigem que o soberano faça **despesas.** Estas despesas exigem um **rendimento** que as suporte. É este o tema do último livro, onde Adam Smith se propõe responder a três questões:

• quais as **despesas necessárias** do soberano e da república?
• quais os **diferentes métodos de pôr toda a sociedade a contribuir** para o financiamento destas despesas e quais as vantagens e inconvenientes desses métodos?
• quais **as causas que levaram quase todos os estados a alienar ou hipotecar parte do seu rendimento ou a contrair dívidas** e quais os efeitos destas dívidas sobre a riqueza real da sociedade e sobre o produto anual das terras e do trabalho?

Livro V

Dos rendimentos do soberano ou da comunidade

Capítulo I. Das despesas a cargo do soberano ou da comunidade

Secção 1. Das despesas com a Defesa

O primeiro dever de um soberano é proteger a sociedade contra os outros Estados. Este dever requer o uso da força militar. Conforme o estádio de desenvolvimento da sociedade, a despesa variará fortemente, seja para preparar esta força em tempos de paz, seja para a utilizar em tempos de guerra.

Assim, **entre os povos caçadores, primeiro estádio de desenvolvimento de uma sociedade, todo o homem era guerreiro e também caçador.** Neste caso, não há **qualquer despesa** para preparar os homens para a guerra e os manter durante o conflito.

Entre os **povos pastoris**, um estádio de desenvolvimento mais avançado, todo o homem é guerreiro. Habituada a uma vida errante, a nação entra facilmente em campanha em tempos de guerra. Também neste caso, **o chefe não despende seja o que for** para treinar o exército, uma vez que estes povos exercem espontaneamente o manejo de armas, sendo a esperança de uma pilhagem a única recompensa para quem combate.

Um exército de caçadores raramente excede duzentos a trezentos homens. Estes, fortemente dependentes do produto da sua caça, não podem permanecer juntos durante um período demasiado longo. Já um exército de pastores conta, por vezes, com dois a três mil homens. Enquanto houver verduras para as tropas, não há limites ao tempo durante o qual estas se podem manter juntas, nem limites ao número de homens que podem marchar em conjunto. Uma nação de caçadores nunca pode ser temida por uma nação civilizada, mas uma nação de pastores pode sê-lo. Uma guerra contra índios da América é facilmente ganha. Já uma

invasão de guerreiros tártaros na Ásia é uma calamidade.

Num estádio de sociedade ainda mais avançado, como o das nações agrícolas, os camponeses são igualmente soldados, pois a sua condição física, os seus tempos de lazer e a sua vida ao ar livre predispõem-nos para a guerra. No entanto, estão menos exercitados do que os povos pastoris nómadas. É **raro que impliquem uma despesa para o soberano**, mas têm de continuar a cuidar da terra na qual estão fixados e a proteger as suas posses. Isto significa que as mulheres, crianças e anciãos permanecem no campo para guardar a casa. Os camponeses podem aproveitar o intervalo entre o tempo das sementeiras e o das colheitas para partir para a guerra. Era o que faziam os gregos. Os romanos também, pelo menos até à batalha de Veios, momento em que o exército se profissionalizou. Foi igualmente desta forma que procederam os monarcas do período feudal: os grandes senhores e todos os que viviam sob a sua dependência tinham o costume de servir a coroa a soldo desta.

Num estádio de sociedade mais evoluído ainda, duas causas contribuíram para tornar totalmente impossível que aqueles que pegavam em armas o fizessem a suas expensas. Por um lado, o progresso das manufacturas fez com que os artesãos e os trabalhadores fossem incapazes de abandonar o seu estabelecimento ou ocupação sem ocasionar uma perda considerável das receitas. Por outro, a arte da guerra foi aperfeiçoada a tal ponto que as campanhas se tornaram muito mais longas e complexas. Era necessário que o Estado treinasse aqueles que armava para a sua defesa. Chegava mesmo a contratar estrangeiros. Nos governos submetidos às leis feudais, o serviço militar foi convertido, um pouco por todo o lado, numa contribuição pecuniária destinada à manutenção daqueles que combatiam. Enquanto nos pequenos Estados agrícolas da Grécia antiga um quarto ou um quinto da população partia em guerra, os povos civilizados da Europa moderna não podem mobilizar mais do que um centésimo dos seus habitantes sem arruinar o país pela despesa que tal serviço implicaria.

A preparação da arte da guerra era, nas repúblicas da Grécia antiga, efectuada num lugar público em que os mestres ensinavam exercícios que faziam parte da educação dos adolescentes. À medida que a sociedade avançou, a arte da guerra complexificou-se e o seu aperfeiçoamento obrigou a uma divisão das tarefas. É à sabedoria do governo que cabe assegurar esta formação, sabedoria que os Estados nem sempre tiveram. Vimos que os cidadãos são, com o avanço da sociedade, cada vez menos capazes de assegurar a condição de soldados, por já não terem nem o tempo nem os meios para tal. Mas é à medida que as sociedades enriquecem por intermédio da agricultura e da indústria que elas atraem a cobiça dos povos vizinhos e ficam sujeitas a invasões. Como tal, é preciso que o Estado tome novas medidas para assegurar a defesa pública.

Só há dois métodos para garantir esta defesa pública:

- **assegurar um serviço militar muito organizado** de maneira a formar todos os cidadãos em idade de utilizar armas e acrescentar ao seu ofício o ofício de soldado. Neste caso, as forças armadas são compostas por milícias;
- **fazer do ofício de soldado um ofício específico** e manter um exército profissionalizado.

Antes da invenção das armas de fogo, a força e a agilidade do corpo eram de grande importância. Adquiria-se destreza através de um treino individual sob a orientação de um mestre que ensinava igualmente a manusear armas. Depois do surgimento das armas de fogo, estas qualidades tornaram-se muito menos importantes. **Doravante, o que conta é a regularidade, a ordem e a pronta obediência às ordens. Tal só é possível de adquirir por meio da formação de grandes corpos de tropas.** Além disso, as milícias serão sempre muito inferiores às tropas regulares e bem disciplinadas: soldados treinados uma vez por semana ou uma vez por mês nunca serão tão disciplinados, hábeis e obedientes como soldados que se exercitam todos os dias ou dia sim, dia não. Observa-se, todavia, que as milícias que servem sob a bandeira durante algumas campanhas rapidamente se tornam verdadeiras tropas regulares.

No entanto, as tropas regulares levam sempre vantagem sobre as milícias. Um dos primeiros exércitos de tropas regulares foi o do Filipe da Macedónia. Durante a vida deste e a vida do seu filho Alexandre, as tropas venceram as milícias das principais repúblicas da Grécia e do vasto império dos persas. A guerra com Cartago mostra como tropas comandadas por grandes generais (Amílcar, Asdrúbal e Aníbal) triunfaram, num primeiro momento, sobre as milícias romanas. Ao longo deste conflito de vários anos, os exércitos romanos ficaram aguerridos e transformaram-se progressivamente em tropas regulares que conduziram Cipião à vitória. **Após esta época e até ao início da república romana, os exércitos de Roma foram, sob todos os aspectos, tropas regulares.** A decadência do império romano coincidiu com a degenerescência progressiva das tropas regulares que guardavam as fronteiras do império. Elas abandonaram os seus penosos exercícios diários e tornaram-se milícias corruptas, negligentes e sem disciplina, tendo sucumbido às milícias citas e germânicas.

O uso de tropas regulares foi reintroduzido no final da Idade Média. A partir do momento em que uma nação civilizada adopta os serviços de um exército de tropas regulares, torna-se imperativo que os seus vizinhos lhe sigam o exemplo. **Se uma nação civilizada pretende assegurar a sua sobrevivência, tem imperativamente de dispor de um exército deste género.** Também é apenas nesta condição que um país bárbaro pode aceder ao estádio de civilização. Só um exército de tropas regulares pode impor com uma força irresistível a lei do soberano nos cantos mais recônditos do império. Sem esse exército, Pedro, o Grande, jamais poderia ter reformado o seu país de forma profunda, transformando-o num império harmonioso e ordenado.

As tropas regulares serão uma instituição perigosa para a liberdade? São-no, seguramente, sempre que os interesses dos generais e dos seus principais oficiais **não respeitarem a Constituição do Estado.** Assim se explica que as tropas regulares de César tenham derrubado a república romana e as de Cromwell tenham expulsado o parlamento. Todavia, se o soberano é, ele próprio, general, um exército de tropas regulares jamais se pode tornar perigoso para a liberdade. Ele é, inclusivamente, favorável a esta. Uma nação deste género, dirigida por um soberano que governa o exército e que beneficia do apoio da aristocracia, pode mesmo dar-se ao luxo de ser desregrada sem perigo de ser ameaçada por problemas internos.

O primeiro dever do soberano – defender a sociedade contra um potencial invasor – torna-se cada vez mais dispendioso à medida que a sociedade se civiliza. Porque o seu exército tem de ser mantido constantemente, tanto em tempo de guerra como em tempo de paz. As armas e as suas munições tornam-se mais caras à medida que se aperfeiçoam. As munições perdem-se na primeira utilização, enquanto, outrora, as flechas e os dardos eram reutilizáveis e pouco dispendiosos. O morteiro e o canhão são armas mais caras, mais pesadas e menos manobráveis do que a balista ou a catapulta. A necessidade de fortificar as cidades de maneira adequada é também muito dispendiosa. Porém, a invenção da pólvora foi uma grande revolução na arte da guerra. Porquê? **A invenção das armas de fogo, fruto do acaso, mudou um dado: antes, as nações opulentas e civilizadas tinham dificuldades em defender-se das nações pobres e bárbaras.** Nos tempos modernos, a relação alterou-se e as nações pobres e bárbaras têm dificuldades em defender-se das nações civilizadas e ricas. Assim, esta invenção, aparentemente nefasta, revelou-se favorável à preservação e à disseminação da civilização.

Secção 2. Das despesas com a Justiça

O segundo dever do soberano consiste em proteger, tanto quanto possível, cada um dos membros da sociedade da injustiça ou da opressão de qualquer outro membro da sociedade. A necessidade de instituir uma administração da justiça exige despesas que evoluem em função do desenvolvimento da sociedade.

Entre os caçadores, quase não há propriedade. Homens que não têm qualquer propriedade só se podem prejudicar mutuamente no que respeita à sua pessoa ou à sua reputação. A inveja, o ressentimento e a maldade são as únicas paixões que podem levar um homem a fazer injúrias a outro. Felizmente, estas paixões estão muito pouco difundidas. Geralmente, aqueles que as têm contêm-nas, pois elas não lhes conferem qualquer vantagem duradoura. A necessidade de arbitrar conflitos é muito menor neste tipo de sociedade do que numa sociedade mais evoluída. Já a avareza, a ambição, a aversão ao trabalho e a tendência para a ociosidade são paixões mais difundidas. Como tal, numa sociedade em que existe propriedade, elas podem representar uma ameaça. Onde quer que haja grandes propriedades, há desigualdade de fortunas. Por cada homem rico há, pelo menos, quinhentos pobres. Só a instituição de um magistrado civil permite ao proprietário de uma fortuna adquirida ao longo de muitos anos, ou até de muitas gerações, dormir tranquilamente à noite. Onde não há propriedade, ou onde não há propriedade que exceda o valor de dois ou três dias de trabalho, não é tão necessário um governo civil.

Antes de aparecer a autoridade do governo civil, quatro causas conduziam à subordinação de determinados homens a outros:

- **a superioridade das qualidades pessoais** (força, beleza, agilidade, sabedoria, virtude, prudência, coragem, moderação, etc.) – estas podiam dar apenas alguma autoridade, apesar de as qualidades da alma conferirem maior autoridade do que as qualidades do corpo;
- a **superioridade etária** – um ancião, desde que ainda na posse de todas as suas faculdades mentais, é sempre mais respeitado do que um jovem de igual classe, fortuna

ou mérito. O mais velho recebe tudo o que não é susceptível de ser partilhado, como um título. Esta qualidade simples não é matéria contestável;

• a **superioridade de fortuna** – a autoridade que decorre da riqueza é considerável, mas é verdadeiramente despótica nos momentos em que a sociedade é pastoril. **Um chefe de tártaros que possui uma manada que lhe permite alimentar mil pessoas exerce um poder considerável, pois essas pessoas dependem literalmente dele.** Ele não tem outra alternativa senão dar-lhes de comer porque, nas sociedades agrestes, não existe praticamente nenhum objecto manufacturado ou bugiganga pelo qual ele pudesse trocar o seu produto bruto. No entanto, isso dá-lhe uma autoridade muito grande. **Numa sociedade rica e civilizada, um homem pode ter uma fortuna bastante maior sem, no entanto, ter condições para comandar mais de uma dúzia de pessoas. Porquê? Porque, mesmo que ele tenha com que alimentar mais de mil pessoas todos os dias, essas pessoas pagam pelo que recebem dele.** Entre os povos caçadores, a pobreza geral não permite assegurar a autoridade por algo mais do que a idade ou as qualidades pessoais;

• a **superioridade de nascimento** – esta superioridade pressupõe uma antiga superioridade de fortuna na família de quem a reivindica. Um nobre não tem mais antepassados do que um mendigo, a única diferença é que os seus antepassados eram mais ricos.

"**A antiguidade de uma família reporta-se sempre a uma antiguidade de riqueza.** Uma grandeza arrivista é, em todo o lado, menos respeitada do que uma grandeza antiga. O ódio aos usurpadores e o amor aos familiares de um antigo monarca são sentimentos baseados, em grande parte, no desprezo que os homens naturalmente têm pelos primeiros e na sua veneração pelos segundos"[198].

O nascimento e a fortuna são as duas circunstâncias que mais contribuem para colocar um homem acima de outro. São estas as duas grandes fontes de distinções pessoais. É sobretudo nas sociedades pastoris que cada uma destas duas causas opera com maior intensidade. **O grande pastor** é reverenciado pela sua riqueza (devido ao grande número de pessoas que faz subsistir) mas também pela nobreza do seu nascimento. Ele exerce uma autoridade natural sobre os outros pastores e, em tempo de guerra, estes unir-se-ão sob a sua bandeira. **Deste modo, ele adquire naturalmente uma espécie de poder executivo.** Pode também coagir mais facilmente alguém que procedeu mal para com outrem a emendar a mão. Ele torna-se um protector e é-lhe muitas vezes pedido que arbitre os conflitos. Aquele que cometeu a ofensa submeter-se-á mais voluntariamente àquele que interpõe a sua autoridade na querela. A linhagem e as riquezas do grande pastor **conferem-lhe então, de forma natural, uma espécie de poder judiciário.**

Vemos, assim, aparecer lentamente o governo civil. Este emerge entre os povos pastoris, ou seja, no momento em que aparece a desigualdade das riquezas. Os ricos precisam de uma ordem das coisas que lhes assegure a posse das suas vantagens. São eles quem vai fortalecer a autoridade e a subordinação. **O objecto do governo civil é a segurança das propriedades. Na realidade, este é instituído para defender os ricos dos pobres**, ou

---

[198] *Idem*, p.335

seja, aqueles que têm alguma propriedade dos que não a têm.

A autoridade judiciária de um soberano não era, anteriormente, motivo de despesa, mas uma fonte de receitas. As pessoas que requeriam a sua arbitragem não se esqueciam de lhe dar um presente. Por outro lado, a pessoa considerada culpada tinha, além de indemnizar a parte lesada, de pagar uma multa ao soberano. Porquê? Por haver perturbado a paz do seu reino, o que exigia uma reparação. **Fazer da administração da justiça um negócio lucrativo para o Estado originava, evidentemente, uma série de abusos: aquele que apresentasse as mãos mais cheias para exigir justiça podia, obviamente, esperar receber um pouco mais de justiça do que aquele que fosse menos generoso.** Contra estes abusos não havia qualquer espécie de recurso, excepto se a decisão judicial tivesse sido tomada por um magistrado designado pelo soberano, o qual tivesse sido o único beneficiário da mesma.

Tal como o soberano de uma sociedade de pastores é o maior proprietário de gado, **nas sociedades de agricultores o soberano é o maior proprietário de terra.** Para o sustentar, **só há a receita que ele retira da administração do seu próprio bem.** É a origem daquilo que chamaremos em seguida de "domínio da coroa". Dos seus súbditos, o soberano só recebia presentes. Quando Agamémnon ofereceu a Aquiles a soberania sobre sete cidades gregas, a única vantagem que lhe anunciou como resultante dessa posse é que as pessoas o iriam honrar com presentes. Eram esses os únicos emolumentos da justiça, aquilo a que poderíamos chamar os honorários do tribunal. Enquanto esse estado de coisas durou, quase não houve como remediar a corrupção da justiça.

A situação só se alterou quando **a propriedade privada do soberano se tornou insuficiente para financiar as despesas com a governação e a defesa da nação**, nomeadamente face a invasões estrangeiras. **Decidiu-se, então, cobrar impostos**, de modo a que o povo contribuísse para a sua própria defesa. Simultaneamente, foi estipulado que o soberano, os oficiais de justiça ou os seus substitutos, os juízes, não podiam, em caso algum, aceitar presentes pela administração da justiça, fixando-se, em contrapartida, salários. **Na realidade, todavia, a justiça nunca foi administrada gratuitamente em nenhum país, já que, no mínimo, era exigido que as partes pagassem aos procuradores e advogados.** Apenas os magistrados estavam impedidos de receber dinheiro das partes. Contudo, apesar de muito menos bem paga do que a profissão de advogado ou de procurador, a de juiz atraía os homens pela sua reputação. E mesmo a função subalterna de juiz de paz, geralmente não remunerada, era ambicionada pela maioria dos proprietários rurais.

Adam Smith considera que se poderia acabar facilmente com todos os custos desta administração de justiça mediante aquilo que as partes pagam como honorários do tribunal e sem expor a justiça ao perigo da corrupção. Para tal, era necessário que as partes pagassem, de uma vez, a um tesoureiro ou a um receptor, honorários suficientes para custear todas as despesas da administração judiciária. Isto permitiria aliviar completamente o erário público deste encargo. **Para evitar o risco de corrupção, seria, contudo, necessário que o pagamento ocorresse após o julgamento e não antes.** Estes honorários seriam distribuídos a cada um dos juízes em função do número de dias e de horas passados a examinar o processo. O público fica mais bem servido quando a recompensa vem após o ser-

viço e é proporcional à diligência empregue para cumprir esse serviço. Os parlamentos[199]de França praticam um sistema deste género. Os honorários do tribunal, chamados **"especiarias e férias"**, constituíam a maior parte dos emolumentos dos juízes e este sistema oferecia plena satisfação, mesmo quando esses parlamentos não eram excelentes tribunais de justiça.

Originalmente, os honorários formavam quase toda a receita dos diferentes tribunais de justiça em Inglaterra. Assim, cada tribunal tentava atrair a si o maior número possível de processos, interpretando as suas competências de forma bastante lata. O *tribunal do banco do rei*, competente em matérias penais, julgava casos civis porque o queixoso acusava o réu de, ao recusar-lhe justiça, ser culpado de um crime ou de um delito. O *tribunal do tesouro*, unicamente competente em matéria fiscal, imiscuía-se em todos os assuntos de dívidas e contratos não cumpridos, sob o pretexto de que o contribuinte não podia pagar os seus impostos por não recuperar esta ou aquela soma que lhe era devida, etc..

Um imposto de selo recebido sobre os actos processuais de cada tribunal poderia constituir receita suficiente para custear as despesas da administração da justiça sem recorrer ao erário público. Havia, porém, o risco de os juízes multiplicarem inutilmente os procedimentos. Tinha-se o costume de definir o pagamento dos procuradores e dos escriturários consoante o número de páginas por eles escritas (com um determinado número de linhas por página e um determinado número de palavras por linha): estes últimos multiplicavam o número de palavras e usavam formulações inúteis para maximizar o seu lucro. Isto corrompeu totalmente o estilo. Também se poderia atribuir aos juízes um salário fixo retirado de alguns fundos, que não tinham, necessariamente, de ser confiados às pessoas do poder executivo. Poderiam ser formados pela receita de algumas propriedades estatais que cada tribunal administraria ou ser oriundos dos juros de uma soma em dinheiro.

A separação do poder judiciário e do poder executivo proveio da multiplicação dos casos judiciários decorrente do progresso da civilização. A administração da justiça tornou-se uma tarefa cada vez mais penosa e complicada. O depositário do poder executivo já não tinha vagar para se ocupar das causas privadas e nomeava **um delegado para decidir por ele**. Isso aconteceu durante o período romano: **o cônsul encarregava o pretor de julgar por si.** Mais tarde, como esta função era tida como demasiado fatigante e não suficientemente nobre, os soberanos e os grandes senhores confiaram-na a um tenente, um juiz ou um oficial de justiça.

Quando a separação entre poder judiciário e poder executivo não é garantida, a justiça é muitas vezes sacrificada a considerações políticas. Mesmo quando a corrupção está ausente, os governos imaginam, por vezes, que os grandes interesses do Estado exigem o sacrifício dos direitos de um indivíduo. Em consequência, conclui Adam Smith, é imperativo existir uma administração imparcial da justiça, pois é sobre ela que repousa a liberdade individual de cada cidadão e o sentimento que ele tem da sua própria segurança. Não só este poder judiciário deve ser separado do poder executivo, como também é preciso que seja o mais independente possível. Nem mesmo o salário do magistrado devia depender da boa vontade ou do orçamento do poder executivo.

---

[199] "Parlamento" era o termo que designava as jurisdições na França do Antigo Regime.

Secção 3. Das despesas com as obras e instituições públicas

O terceiro e último grande dever do soberano ou da comunidade é construir ou manter instituições públicas que tragam grandes vantagens mas que não possam ser criadas ou mantidas por um ou mais particulares dado o lucro obtido com as mesmas não compensar a despesa que exigem. Estas obras e instituições são, sobretudo, aquelas que se destinam a facilitar o comércio da sociedade e a disseminar a instrução entre o povo (educação da juventude e formação de pessoas de todas as idades).

Artigo 1. Das obras e instituições que facilitam o comércio da sociedade

§ 1. Daquelas que são necessárias para facilitar o comércio em geral

O comércio de um país não pode, obviamente, funcionar sem o estabelecimento e a manutenção de um certo número de infra-estruturas: as grandes estradas, as pontes, os canais navegáveis, os portos, etc.. Não é forçoso que a despesa destas obras seja custeada pelo erário público. A maior parte pode ser regida de maneira a fornecer uma receita particular suficiente para cobrir os custos de fabrico e de manutenção. Com efeito, uma grande estrada, uma ponte, um canal navegável podem ser financiados por um ligeiro imposto sobre as viaturas e as embarcações que as utilizam. Um porto pode receber um imposto módico sobre a tonelagem do navio. A moeda – outra instituição destinada a facilitar o comércio – pode implicar um imposto de senhoriagem.

As viaturas que passam sobre uma estrada ou sobre uma ponte, os navios que navegam sobre um canal ou que acostam num porto, pagam pela manutenção dessas obras consoante o desgaste que provocam. Não podemos, considera Adam Smith, imaginar uma forma mais equitativa de cobrar impostos. Esta taxa é, na realidade, suportada pelo destinatário final da mercadoria, ou seja, o consumidor. Isto aumenta muito ligeiramente o preço desta, mas tal é compensado pelo preço acessível do transporte (que beneficia de uma estrada transitável e bem mantida). O consumidor ganha com isso.

A construção de grandes estradas, de pontes, de canais, etc. depende das necessidades do comércio e é proporcional a estas. Tais obras são necessariamente feitas quando é conveniente fazê-las. Não se vai construir uma estrada imensa numa região deserta só porque conduz ao castelo de um grande senhor ou à casa de campo de um intendente.

A taxa ou o direito de passagem sobre um canal é, em vários locais da Europa, propriedade particular de determinadas pessoas que o mantêm. É a maneira mais eficaz de assegurar a sua manutenção. Um comissário designado pela autoridade teria, decerto, menos atenção e zelo por essa manutenção. Pelo contrário, as taxas destinadas à manutenção de uma grande estrada não poderiam ser propriedade particular sem que isso fosse um inconveniente. Porquê? Porque, mesmo negligenciada, uma estrada pode permanecer transitável, algo que não sucede com um canal. Como tal, os proprietários dessas estradas poderiam negligenciar as reparações e continuar a exigir as mesmas taxas. Assim, é necessário que as estradas permaneçam propriedade pública, embora a sua manutenção possa ser confiada a particulares autorizados a criar portagens para se financiarem.

Muitas vezes há queixas justas contra abusos nesta matéria. O dinheiro recebido nas diferentes portagens colocadas nas estradas da Grã-Bretanha excede, segundo alguns, o necessário para a reparação das estradas. Às vezes, exige-se mais do dobro. **Afirmámos que seria preferível que o governo gerisse a manutenção das estradas**, podendo empregar nessa actividade soldados, aos quais seria dado um ligeiro aumento salarial que os deixaria satisfeitos. **Adam Smith não duvida que, desse modo, o Estado poderia ganhar receitas consideráveis. Contudo, levanta três objecções a esta ideia.**

Em primeiro lugar, se as cobranças feitas nas portagens se tornarem recursos do Estado, elas serão decerto aumentadas quando crescerem as necessidades do Estado. Tanto mais que isso não exigiria a contratação de funcionários adicionais. Porém, com esse aumento, em lugar de favorecerem o comércio interno, as portagens tornar-se-iam um encargo muito oneroso para este e inúmeros produtos teriam de se cingir a um mercado local muito fechado, o que conduziria à aniquilação dos ramos mais importantes do comércio nacional.

Em segundo lugar, uma taxa sobre as viaturas, proporcional ao seu peso, é, em si, um imposto equitativo mas que rapidamente se torna desigual se a portagem, além de pagar a manutenção da estrada, contribuir para outras necessidades do Estado. O problema é que isto aumenta o preço dos bens. Sobretudo o dos bens grosseiros e volumosos, mais do que o dos bens preciosos e leves. Os mais afectados por um imposto deste género serão os consumidores menos abastados, exactamente aqueles que estarão em piores condições de contribuir.

Em terceiro lugar, na hipótese de o Estado negligenciar a reparação das grandes estradas, seria muito mais difícil coagi-lo a cumprir essa obrigação do que se essa função estivesse concessionada a terceiros.

Em França, o poder executivo gere os fundos destinados à manutenção das grandes estradas. Estes fundos consistem num determinado número de dias de trabalho que as pessoas do campo são obrigadas a cumprir para reparar os caminhos. Estes trabalhos forçados são executados sob a direcção de um oficial intendente nomeado pelo conselho do rei. Eis o sinal do avanço do despotismo: o executivo alarga constantemente a sua autoridade e encarrega-se da administração de todas as áreas de receita destinadas a um fim público. No entanto, **as grandes estradas de França estão, em geral, bem conservadas. Já as estradas secundárias** (os "atalhos"), que constituem a maior parte dos caminhos do país, estão **inteiramente negligenciadas**. Em certos locais, os caminhos estão mesmo intransitáveis. Nem um cavalo poderia neles passar com segurança. Aí, só se pode mesmo confiar nas mulas. Isto acontece porque, em regra, **o ministro orgulhoso de uma corte faustosa prefere mandar executar obras vistosas e de grande dimensão**, que lhe valham os elogios da nobreza e dos viajantes ilustres, **a ordenar pequenas obras, aquelas relativas aos caminhos utilizados pela maioria da população, consideradas pouco visíveis.**

Na China, o próprio governo se encarrega da reparação das grandes estradas e da manutenção dos canais navegáveis. O governador de cada província assegura que essas obras seguem escrupulosamente as regras. As estradas estão, diz-se, extremamente bem

conservadas. Supondo que é este o caso (o que não é certo porque os relatos que temos de missionários ignorantes e mentirosos tendem muitas vezes a embelezar as coisas), não há certezas de que o mesmo sucede com a rede viária secundária. Seja como for, a dimensão do país obriga o soberano a favorecer ao máximo as comunicações. Porquê? Porque, quanto mais o mercado interno se alargar e permitir a circulação de bens, maior será o imposto recebido. Na Europa, pelo contrário, devido à exiguidade dos territórios, o soberano tem menos interesse em investir na melhoria das comunicações.

Estas obras públicas são mais bem executadas por uma administração local ou regional (com uma receita local ou regional) **do que pelo Estado.** Além disso, é mais equitativo. Porque é que todos os cidadãos britânicos têm de contribuir para a pavimentação e a limpeza das ruas londrinas quando muitos nunca as utilizam? Afinal, ainda que os abusos na administração particular de uma receita local ou regional sejam reais, eles não passam de bagatelas quando comparados com os que geralmente ocorrem na administração das receitas de um grande império e na forma como esse dinheiro é gasto.

§ 2. Das obras e instituições públicas necessárias para facilitar determinados ramos do comércio

Adam Smith falou das políticas a pôr em prática para facilitar o comércio em geral, mas **há também ramos do comércio que necessitam de uma despesa especial e extraordinária. Assim, o comércio que se faz com povos não civilizados exige uma protecção extraordinária.** Não se pode conceber sem o estabelecimento de um ambiente seguro, defendido por fortalezas. Por vezes, é necessário colocar aí um embaixador, um ministro, um cônsul que decida, segundo as leis e usos ingleses, como regular as querelas com os naturais do país. Além disso, foram as necessidades do comércio que levaram ao envio de embaixadores para os lugares mais distantes e à permanência destes nesses territórios, mesmo em tempos de paz. Este costume coincide com o surgimento do grande comércio internacional no fim do século XV, início do século XVI.

Seria razoável que a despesa extraordinária que exige a protecção de um ramo específico do comércio fosse custeada por um imposto moderado que incidisse sobre esse mesmo ramo. A protecção do comércio em geral foi sempre vista como essencialmente decorrente da defesa da coisa pública e, por esse motivo, como uma responsabilidade do poder executivo. Se as nações agissem de forma coerente, confiariam a defesa dos diversos ramos do comércio internacional apenas ao poder executivo. Mas as nações nem sempre agem dessa forma e, **na maior parte dos Estados europeus, companhias particulares de comerciantes conseguiram persuadir a legislatura a confiar-lhes poderes de soberania nestes países** para lhes permitir assegurar a sua própria defesa e gerir os diferendos.

Estas companhias têm, evidentemente, o mérito de ter corrido riscos que o Estado não estava preparado para correr e de ter **criado relações comerciais** que beneficiam um grande número de pessoas. **No entanto, tornaram-se nocivas ou inúteis ao comércio e acabaram por o limitar ou lhe imprimir uma má direcção.**

É preciso distinguir:

- as **companhias privilegiadas,** que não possuem capital social mas têm de admitir qualquer pessoa que apresente as qualidades requeridas e pague uma determinada taxa de entrada, devendo essa pessoa submeter-se às regras da companhia, e desenvolver actividade comercial por sua conta e risco,
- das **companhias por acções**, empresas dotadas de um capital social em que cada membro toma a sua parte dos lucros e das perdas comuns.

Estes dois tipos de companhia podem, por vezes, deter privilégios exclusivos. **As companhias privilegiadas assemelham-se, de todos os pontos de vista, às corporações profissionais.** A entrada numa corporação condiciona a própria possibilidade de exercer a profissão. Do mesmo modo, é preciso ser membro desta ou daquela companhia exclusiva para exercer legalmente actividade neste ou naquele ramo comercial. Os directores da companhia tentam, geralmente, fazer as coisas de maneira a que a maior parte do comércio fique reservada para si e para os seus amigos. Além disso, sempre que a lei não estipula limites, uma companhia tenta sujeitar o comércio a uma série de regras onerosas, de forma a reduzir a concorrência ao menor número possível de pessoas. Quando a lei as impediu de agir desta forma, tornaram-se inúteis. Como em todas as corporações, o objectivo da maioria dos estatutos das companhias privilegiadas não era tanto oprimir quem delas fazia parte como desencorajar outros de se tornarem membros. E faziam-no através de taxas de entrada elevadas ou por outros meios. O **objectivo destas companhias era duplo:**

- **elevar as taxas de lucro tanto quanto possível;**
- **manter o mercado tão desguarnecido quanto possível,** tanto dos bens que exportam como dos bens que importam.

Tal só é possível através da colocação activa de obstáculos à concorrência e do desencorajamento da entrada de novos concorrentes dispostos a correr os riscos do comércio. Uma taxa de entrada de 20 libras não é, em si, excessivamente onerosa, mas basta para desencorajar um especulador de se aventurar pessoalmente num determinado ramo comercial. Para as companhias, a chegada de um especulador ocasional deve ser tão desencorajada quanto possível. Porquê? Porque os membros da companhia aliam-se naturalmente para aumentar os seus lucros. **Um especulador que intervenha subitamente no mercado facilmente pode fazer descer as taxas de lucro para o seu nível natural.**

É frequente que as companhias organizem o ambiente em que operam tendo como único objectivo o seu benefício. A companhia da Turquia contribui para a manutenção de um embaixador e de dois ou três cônsules nomeados pelo Estado. **Todavia, as companhias privilegiadas nunca mantiveram fortes e guarnições nos locais onde fazem negócio, algo que as companhias por acções fazem frequentemente. Porquê? Porque só estas últimas têm um capital comum que implica que o comércio geral dependa do sucesso do comércio particular de cada um dos seus membros.** O seu interesse está dependente da prosperidade deste comércio geral, enquanto os membros das companhias privilegiadas têm maior interesse em que o comércio particular dos outros membros da sua companhia

colapse, para assim diminuírem a quantidade de concorrentes e conseguirem comprar mais barato e vender mais caro. Por outro lado, o grande capital das companhias por acções coloca-as em condições de edificar e conservar fortes e guarnições. Não é esse o caso das companhias privilegiadas.

As **companhias por acções,** criadas por decreto real ou por lei, diferem, como vimos, das companhias privilegiadas. Elas diferem também das sociedades particulares de comércio. Em primeiro lugar, numa sociedade particular de comércio um membro pode sair e exigir o pagamento da sua parte dos fundos comuns da sociedade. Numa companhia por acções, nenhum membro pode exigir à companhia o pagamento da sua parte, mas pode ceder a sua quota a outra pessoa e, assim, introduzir um novo membro sem o consentimento da companhia. Em segundo lugar, todos os membros de uma sociedade particular de comércio são solidários das dívidas da sociedade, enquanto numa companhia por acções cada qual só tem de assumir as dívidas até ao valor da sua quota.

O comércio de uma companhia por acções é gerido por um conselho de administração submetido ao controlo da assembleia-geral dos proprietários. Mas muitos desses proprietários não se interessam realmente pelos negócios da companhia, importando-lhes apenas receber dividendos anuais ou semestrais e não ter qualquer trabalho relativo à gestão. A vantagem de não serem obrigados a ocupar-se da condução dos negócios e o facto de estarem isentos de outros riscos que não o de perder uma quantia limitada atrai um grande número de pessoas que, de outro modo, não arriscaria jamais o seu capital numa sociedade particular. Isto explica por que motivo estas companhias atraem fundos muito mais consideráveis do que os que podem ser obtidos por qualquer sociedade particular de comércio.

A título de exemplo, o capital da Companhia dos Mares do Sul ascendia a quase 33,8 milhões de libras. Para se ter um ponto de comparação, o capital repartido do Banco de Inglaterra era, à época, de 10,78 milhões de libras. Os directores destas companhias geriam dinheiro alheio e não tinham nem o mesmo cuidado nem a mesma vigilância meticulosa que caracterizam a gestão de uma sociedade particular de comércio. A sua gestão era marcada pela negligência e pela abundância. **Além disso, estas companhias só muito raramente tiveram sucesso sem a ajuda de um privilégio exclusivo e, muitas vezes, nem com essa ajuda conseguiram dar lucro. Sem essa ajuda, elas frequentemente geriram mal o comércio em que se envolveram. Com essa ajuda, elas não só o geriram mal como também o limitaram.**

Numerosas companhias por acções beneficiaram, por acto do parlamento inglês, de privilégios exorbitantes. O Estado concedia-lhes avanços, somas anuais, prémios, recapitalizava-as, prolongava os prazos de pagamento de dívidas, etc. mas **o resultado era quase sempre desastroso.** Foi o caso da **Real Companhia Africana,** dissolvida após declarar falência. Já a **Companhia dos Mares do Sul** esteve sempre isenta de grandes despesas, uma vez que não tinha nem fortes nem guarnições a manter. Mas possuía um imenso capital repartido por um número enorme de proprietários. A administração de uma tão vasta companhia caracterizou-se pela imprevidência, a negligência e a ostentação. Por comparação com outros comerciantes ingleses e espanhóis, ela pagava impostos muito reduzidos,

mas o esbanjamento e os desfalques de agentes da companhia constituíram uma taxa muito mais pesada do que esses impostos.

A Companhia Inglesa das Índias Orientais foi criada em 1600 por decreto da rainha Isabel e **gozou, desde o início, de um monopólio exclusivo sobre o comércio no Oceano Índico.** No entanto, a concorrência do contrabando deixou-a em grandes apuros. Em 1689, foi criada uma segunda companhia, a chamada nova Companhia das Índias Orientais, após uma subscrição pública de dois milhões de libras garantida pelo Estado. A concorrência entre as duas companhias e entre estas e os comerciantes particulares quase arruinou ambas. A Companhia das Índias Orientais queixava-se dos inconvenientes da concorrência: o preço das mercadorias indianas tinha descido fortemente no mercado inglês e tinha feito subir em flecha o preço de compra dessas mercadorias na Índia. O primeiro efeito era, no entanto, excelente para os consumidores ingleses. Quanto ao aumento do preço das mercadorias na Índia, era tudo menos provável. É certo que o aumento da procura faz subir um pouco o preço das mercadorias, mas esta procura acaba sempre por os baixar a longo prazo.

Em 1708, as duas companhias foram fundidas na chamada Companhia Unida de Mercadores para o Comércio das Índias Orientais. Um acto do parlamento consolidou-a na perfeição. Ela foi recapitalizada, passando de dois milhões para 3,2 milhões de libras. Em 1711, foi completamente liberta de toda a concorrência e passou a ter o pleno e completo monopólio comercial de Inglaterra nas Índias Orientais. Em 1743, a companhia avançou um milhão ao governo. **A vitória de 1755 de Inglaterra contra a França permitiu-lhe adquirir um rico e vasto território cujas receitas foram então avaliadas em mais de três milhões por ano.** Em 1767, o governo reivindicou as aquisições territoriais e as receitas provenientes desses territórios. À época, a taxa de dividendos era de 12,5%. **As suas dívidas cifravam-se entre os seis e os sete milhões de libras esterlinas. Em 1773, estas dívidas, em vez de terem reduzido, tinham aumentado com a descoberta de falhas nas contas** (taxas aduaneiras não saldadas, empréstimos à banca, um ano de atrasos no pagamento ao Tesouro, cartas de dívidas contraídas na Índia pela companhia – e imprudentemente aceites – no valor de mais de 1,2 milhões de libras, etc.).

Tornava-se necessário reduzir de imediato os dividendos para 6% e ficar à mercê do governo para solicitar um adiantamento do pagamento de quatrocentas mil libras anuais, seguido de um empréstimo de 1,4 milhões de libras para salvar a companhia da bancarrota. **Compreendeu-se, então, que o grande aumento da fortuna da companhia não tinha sido mais do que um pretexto para os seus agentes viverem na maior abundância e encobrirem desfalques imensos.** A conduta dos agentes da companhia e a situação geral dos negócios foram objecto de um inquérito parlamentar que provocou grandes mudanças na administração desta, tanto a nível interno como externo. Os seus principais entrepostos na Índia (Madrasta, Bombaim e Calcutá) ficaram submetidos a um governador-geral assistido por um conselho de quatro assessores.

Apesar de uma série de reformas (modo de eleição do corpo dirigente, limitação do direito de voto dos proprietários, etc.), **os directores e accionistas não tiveram uma conduta mais digna e firme do que a anterior.** A conclusão a retirar daqui é que é impossível

fazer com que assembleias deste género se tornem aptas a governar ou a ter qualquer papel no governo de um grande império. Porquê? Porque a maior parte dos membros que as compõem revelam sempre muito pouco interesse na prosperidade desse império. **A maior parte do tempo, os accionistas só se preocupavam com uma coisa: espoliar a Índia.** As suas acções davam-lhes o direito não de pilhar a Índia mas de nomear aqueles que o iriam fazer. Eles eram indiferentes à questão de saber o que era feito com o capital sobre o qual se baseava o seu direito de voto.

> "**Nenhum soberano alguma vez foi, ou poderá ser, dada a natureza das coisas, tão completamente indiferente à felicidade ou infelicidade dos seus súbditos**, à prosperidade ou ruína dos seus domínios, à glória ou à desonra da sua administração, quanto o foram, ou têm necessariamente de o ser, por irresistíveis causas morais, **a maior parte dos proprietários interessados numa tal companhia mercantil.**"[200]

Foi decidido, por resolução da Câmara dos Comuns que, quando as 1,4 milhões de libras emprestadas fossem restituídas ao governo e quando a dívida total fosse reduzida a 1,5 milhões de libras, 75% dos benefícios futuros seriam automaticamente remetidos ao Tesouro e a quarta parte restante alimentaria um fundo de reserva. **Adam Smith considera que, se os administradores tinham sido incapazes de gerir a companhia num momento em que esta gerava grandes riquezas, não era expectável que se tornassem melhores quando três quartos dos seus lucros e receitas pertencessem a outros.** As medidas tomadas em 1773 não puseram fim à desordem. Diferentes planos, emanados de todos os partidos, foram propostos no parlamento. Todos pareciam concordar num ponto evidente: a companhia era totalmente incapaz de governar as suas posses territoriais. A própria companhia parecia convencida da sua incapacidade a este nível.

O direito de possuir fortes e guarnições em países longínquos e não civilizados confere necessariamente às **companhias por acções** titulares desses direitos **o direito de fazer a paz e a guerra nessas regiões.** Estas companhias exerceram constantemente ambos os direitos, tendo o segundo sido **exercido com ligeireza e crueldade na maior parte dos casos.**

É razoável, considera Smith, conceder um direito de monopólio temporário a uma companhia que estabeleceu um novo sector comercial bem sucedido num lugar distante e não civilizado. É uma recompensa similar ao monopólio atribuído ao inventor de uma nova máquina. **Mas, após o fim desse prazo, o monopólio deve obrigatoriamente ser suprimido.** Os fortes e as guarnições devem ser cedidos ao governo, que reembolsará à companhia o valor destes. Se o monopólio permanecer perpétuo, **os outros cidadãos sofrem duas injustiças: têm de pagar um preço elevado pelas mercadorias** que, num comércio livre, poderiam comprar a um preço muito mais barato **e são excluídos de um sector de negócio** ao qual poderiam dedicar-se com lucro e prazer. Além disso, esta dupla imposição injusta serve unicamente, nesta hipótese, para permitir que a companhia sustente a negligência, a ostentação e os desfalques dos seus agentes.

---

[200] A. Smith, *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations,* Tome II, Flammarion, 1991, (1776), p.378

Sem o recurso ao monopólio, é estruturalmente impossível, para uma sociedade por acções, sustentar durante muito tempo um sector de negócio externo. Ela tem de ser capaz de conduzir de forma flexível operações frequentes e numerosas (comprar num mercado na perspectiva de revender noutro com lucro, observar as variações acidentais da procura, antecipar as variações de aprovisionamento, etc.). Isto exige uma vigilância incansável e uma atenção constante. Tudo coisas impossíveis neste tipo de sociedades. Só os especuladores informados estão em condições de o fazer. Um autor francês, o abade Morellet, demonstrou que **as 55 companhias por acções para o comércio externo fundadas em diversos locais da Europa após 1600 faliram todas devido aos vícios da sua administração.** Ainda que este trabalho notável tenha alguns pequenos erros, a conclusão é evidente.

Há apenas quatro géneros de comércio que parecem passíveis de ser seguidos com sucesso por uma companhia por acções sem privilégio exclusivo. Eles têm em comum o poder de ser gerados através de procedimentos rotineiros que não admitem muitas variações:

- **o comércio da banca** – apesar de os princípios aos quais este comércio obedece serem algo complexos, a prática do mesmo pode ser reduzida a regras constantes, que têm de ser seguidas sob pena de consequências funestas para a empresa bancária que a elas se expõe. A constituição de sociedades por acções presta-se bem a este tipo de adesão a regras. A utilidade deste comércio é considerável. Um banco público capaz de sustentar o crédito do Estado exige necessariamente um capital que nenhuma sociedade particular poderia facilmente reunir;
- **os seguros contra incêndios, contra riscos marítimos e contra a captura em tempo de guerra** – o valor destes riscos é susceptível de uma avaliação global que pode ser sujeita a regras e métodos precisos. Também neste caso é necessário que as seguradoras possuam um capital muito elevado para repartir o risco por um grande número de pessoas;
- **empresas de construção e manutenção de canais navegáveis** – são empresas que obedecem a um método e a regras constantes. Exigem fortes despesas que não podem ser assumidas por sociedades particulares;
- **empresas destinadas a aprovisionar a água de uma grande cidade** – exigem a construção de um canal, de um aqueduto ou de uma grande conduta para encaminhar a água. São, igualmente, empresas que obedecem a um método e a regras constantes. Este tipo de empresas exige, também, um capital muito elevado para financiar obras de grande amplitude e proceder à manutenção das infra-estruturas.

São estes os únicos géneros de comércio para os quais se justifica uma sociedade por acções. Em todas as outras hipóteses, a acção destas sociedades, mesmo animada pelas melhores intenções, só pode ser nefasta. Porquê? Porque elas tendem a quebrar a proporção natural que se estabeleceria entre o lucro e o esforço sensato se elas não existissem.

Artigo 2. Das despesas das instituições com a educação da juventude

Existe uma fonte natural de receitas para financiar as instituições para a educação da juventude: o salário ou os honorários pagos ao mestre pelo próprio aluno. Se esta

quantia não bastar, mesmo assim não é obrigatório que o dinheiro em falta seja oriundo das receitas gerais da sociedade, pelo menos não inteiramente. De facto, na maior parte dos países europeus a dotação dos colégios e escolas não está a cargo do erário público ou, se o está, esse contributo é muito pequeno. Em todo o lado, essa dotação é oriunda sobretudo de uma receita local ou regional, da renda de um bem imobiliário ou de um fundo disponibilizado pelo soberano ou por um doador particular.

As dotações dos colégios e das escolas diminuíram a necessidade de aplicação entre os professores: a sua subsistência está garantida à partida. **Em determinadas universidades, o salário fixo constitui apenas uma pequena parte dos ganhos do mestre.** Estes ganhos são compostos sobretudo por honorários ou retribuições que ele recebe dos seus alunos. Neste caso, a necessidade de aplicação é relativamente preservada: o mestre depende, em parte, da ligação e do reconhecimento daqueles que seguem as suas lições. **Noutras universidades, o mestre está proibido de receber o mais pequeno honorário ou retribuição do aluno.** O seu salário anual constitui a totalidade da sua receita. Neste sistema, o interesse do mestre entra em conflito directo com o seu dever, pois, se tivermos em conta que qualquer homem procura desfrutar da sua vida o melhor que pode, ser pago quer cumpra ou não o seu dever é um convite a negligenciar este último ou a cumpri-lo com o máximo de desatenção e indolência, dentro dos limites que a autoridade da instituição tolerar.

Se a autoridade à qual o mestre está sujeito for a da corporação (o colégio ou universidade do qual ele é membro e cuja maior parte dos membros são professores), **é provável que ele e os seus colegas se avaliem reciprocamente com muita indulgência.** Assim, afirma Smith, há muitos anos que a maior parte dos professores da Universidade de Oxford abandonou totalmente a pretensão de ensinar.

Pelo contrário, se a autoridade à qual o mestre está submetido não residir na corporação de que ele faz parte mas numa pessoa externa, como o bispo de uma diocese, o governador de uma província ou um ministro de Estado, será evidentemente mais difícil negligenciar os seus deveres. **De qualquer modo, como uma jurisdição externa tem muita dificuldade em avaliar objectivamente o ensino dos mestres ela pode pecar por excesso ou por defeito.** E nos casos em que a avaliação for injusta e penalizadora para o mestre, este necessitará de uma protecção poderosa, que não depende da sua competência mas do seu grau de subserviência aos superiores. Basta olhar para a administração de uma universidade francesa para constatar os efeitos perversos de uma jurisdição externa e arbitrária deste género.

Tudo o que força um determinado número de estudantes a permanecer numa instituição independentemente do mérito ou da reputação dos mestres tende a tornar essa reputação ou esse mérito menos necessários. Assim, quando o simples facto de permanecer um determinado número de anos em certas universidades basta para obter os "privilégios dos graduados"[201] nas artes, no direito ou na medicina, este sistema atrai estudantes independentemente da qualidade dos mestres. Quando as instituições de caridade fornecem, todos os anos, um contingente de bolseiros por elas financiados a um colégio,

[201] Referência aos diplomas e títulos universitários necessários ao exercício de uma profissão.

esta prática não promove a competitividade entre colégios. Se as regras de um colégio impõem que um aluno não é livre de escolher o seu mestre e não o pode mudar se não estiver satisfeito, tal levará os professores a negligenciar os seus alunos, tal como acontece quando apenas recebem um salário fixo. **Vemos, por vezes, mestres a debitar disparates frente a estudantes que assistem com desdém e vontade de rir.**

Em geral, a disciplina dos colégios e das universidades não é instituída para bem dos alunos mas para comodidade dos mestres. O que importa, acima de tudo, é manter a autoridade destes em todas as circunstâncias. Pouco importa a forma como o mestre se comporta, pouco importa que cumpra ou negligencie os seus deveres: perante ele, os alunos têm sempre de se comportar como se ele ensinasse com o maior talento e o mais perfeito rigor. É uma coisa desoladora porque, se o mestre é competente, não deve utilizar a coacção para obrigar os alunos a assistir a lições que merecem ser escutadas. Pelo menos no caso de os alunos serem jovens de 12 ou 13 anos.

As partes da instrução que as instituições públicas não asseguram são, geralmente, as mais bem ensinadas, como sucede com a esgrima ou a dança, a cargo de escolas particulares. Já as escolas de equitação, que por serem tão caras são geralmente instituições públicas, não formam necessariamente excelentes cavaleiros. Talvez por isso, as três componentes mais importantes da instrução (ler, escrever e contar) são, por norma, ministradas em escolas particulares e não em escolas públicas.

Originalmente, as universidades europeias eram, na sua maioria, corporações eclesiásticas criadas para instruir as pessoas da Igreja. Fundadas directamente pelo Papa e colocadas sob a sua protecção absoluta, elas gozavam do "benefício do clero", ou seja, os seus membros só podiam ser julgados em tribunais eclesiásticos. A primeira finalidade destas instituições era o estudo da teologia. Aquando da cristianização, um latim deturpado era a língua comum de toda a Europa Ocidental. Após as invasões bárbaras, o latim deixou de ser habitual e de ser entendido pelo povo que, no entanto, ainda o ouvia durante os serviços religiosos. Apenas os letrados exercitavam o latim. Como tal, a situação da Europa tornou-se, neste aspecto, comparável à do antigo Egipto, onde havia duas línguas: a dos sacerdotes e a do povo. Devido à reforma protestante, a aprendizagem do grego generalizou-se nas universidades que, até então, tinham cultivado prioritariamente o estudo do latim. Porquê? Porque a versão grega da Bíblia parecia mais favorável à interpretação que os protestantes tinham da mensagem divina. Em reacção, os católicos viram-se obrigados a aprender grego, para defenderem e explicarem a sua própria interpretação.

A antiga filosofia dos gregos subdividia-se em três ramos principais:

- **a física ou a filosofia natural**, que estudava os grandes fenómenos da Natureza e se esforçava por extrair deles os grandes princípios;
- **a ética ou a filosofia moral**, que sistematizava várias máximas de prudência ou de moralidade das quais extraía, também, os princípios gerais que se poderiam deduzir de todas essas máximas;
- **a lógica** ou ciência dos princípios gerais sobre a forma de bem ou mal raciocinar.

Esta divisão antiga foi substituída, na maior parte das universidades da Europa, por uma nova classificação dividida em cinco partes: a lógica, a ontologia, a metafísica, um sistema adulterado de filosofia moral e um sistema breve e superficial de física. Isto explica-se pela subordinação da filosofia à teologia, da qual ela se tornou uma espécie de acessório. A natureza da alma humana e a da divindade (a metafísica) foram consideradas as duas partes mais relevantes da mais importante ciência. A metafísica foi, desde logo, valorizada e colocada em oposição à física. **Em virtude desta escolha que desvalorizava a física – disciplina realmente adequada à observação e à experiência, que pode conduzir a homem a tantas descobertas úteis –, esta foi quase totalmente negligenciada.** A comparação que se estabeleceu entre estas duas ciências opostas (a metafísica e a física) dará origem a uma terceira: a ontologia, que tratará dos atributos comuns às duas. A totalidade desta ciência consistia numa amálgama de sofismas e de subtilezas frívolas e inextricáveis. A filosofia moral, que entre os gregos pretendia prescrever receitas morais para alcançar a felicidade, foi desvirtuada. A busca da felicidade foi considerada incompatível com a virtude, a qual implicava, ao invés, a penitência, as mortificações e as austeridades.

Estas mudanças na antiga arquitectura da filosofia foram introduzidas nas universidades europeias. Foram todas imaginadas para a educação dos eclesiásticos. As reformas e os progressos que aperfeiçoaram, nos tempos modernos, vários ramos da filosofia, não foram obra das universidades. Estas, inclusivamente, tardaram a adoptar estas reformas. Aquelas que mais demoraram a fazê-lo foram as universidades mais ricas e mais dotadas. De facto, nas mais pobres, os professores, desejosos de ganhar a sua subsistência, eram obrigados a estar receptivos às opiniões que se generalizavam no mundo. Em seguida, **as universidades,** destinadas originalmente à educação dos membros da Igreja, **atraíram até si, pouco a pouco, a educação de quase todas as outras pessoas e, mais especificamente, das pessoas ricas e de origem ilustre. Infelizmente, o que se ensina nas universidades não é o que há de mais pertinente para as preparar para as ocupações que terão quando se aplicarem seriamente nos negócios.**

Existe uma prática cada vez mais comum em Inglaterra que consiste em levar os jovens a viajar até países estrangeiros imediatamente após acabarem a escola e sem os enviar para uma universidade. Deste modo, os jovens contactam com uma ou duas línguas estrangeiras (que raramente falam ou escrevem de forma satisfatória) e ganham uma certa maturidade (a qual é fácil de adquirir no espaço de dois ou três anos). Tornam-se normalmente mais arrogantes, mais desprovidos de modos e menos predispostos para o estudo e para o esforço, **perdendo os anos mais preciosos da sua vida na mais frívola dispersão.** Só o descrédito em que as universidades se deixaram cair permite que uma prática tão absurda esteja em voga. Foram estes os efeitos de algumas das instituições modernas para a educação da juventude.

Noutros tempos e noutras nações, foi possível desenvolver planos e instituições diferentes. **Nas repúblicas da Grécia antiga, todo o cidadão livre era formado nos exercícios de ginástica e na música.** Os primeiros fortaleciam o seu corpo e davam-lhe coragem para enfrentar os perigos da guerra. A música visava, segundo afirmam Platão, Aristóteles, Políbio e Montesquieu, humanizar-lhe a alma, suavizar-lhe o carácter e predispô-lo a cumprir

os deveres cívicos e morais da vida pública e da vida privada. Os romanos retomaram a primeira destas práticas, mas não adoptaram a educação musical. No entanto, a moral dos romanos, tanto na vida pública como na vida privada, parece ter sido bastante superior em todos os aspectos à dos gregos, pelo que a **educação musical não terá contribuído em nada para o suavizar dos costumes** destes. Isto não surpreende, pois a música e a dança contam-se entre os principais divertimentos também nas nações bárbaras, sendo os primeiros talentos a possuir para entreter a sociedade. **Acresce que, tanto em Roma como em Atenas, os professores de música e os professores de ginástica que instruíam os jovens não terão sido pagos pelo Estado nem nomeados por este para desempenhar funções.**

A educação entre os gregos era inteiramente deixada ao cuidado dos pais e dos tutores de cada indivíduo. Aparentemente, o Estado nunca reivindicou o mínimo direito de orientação ou supervisão. Uma lei de Sólon dispensava os filhos do encargo de sustentar os pais caso estes tivessem negligenciado a aprendizagem de um ofício ou de um emprego lucrativo por parte dos filhos. As escolas de filosofia e de retórica não eram sustentadas pelo Estado que, durante muito tempo, apenas as tolerou. **Estas escolas eram, além do mais, itinerantes,** uma vez que não encontravam ocupação constante numa única cidade. Foi assim que viveram Zenão de Eleia, Protágoras, Górgias, Hípias de Elis e muitos outros. O Estado nunca lhes deu outro incentivo que não fosse um lugar para ensinarem, o qual era, por vezes, financiado por dadores privados. Por exemplo: o Estado atribuiu a Academia a Platão, o Liceu a Aristóteles, o Pórtico a Zenão, enquanto Epicuro legou os seus jardins à escola que tinha fundado.

O estudo das leis civis em Roma não fazia parte da educação da maior parte dos cidadãos. Só algumas famílias cultivavam e transmitiam o conhecimento dessas leis, que foram, oportunamente, objecto de uma ciência, ao contrário do que sucedeu na Grécia. Nas antigas repúblicas gregas, os tribunais eram constituídos por uma série de cidadãos e os julgamentos decorriam em assembleias tumultuosas que decidiam ao acaso ou segundo o clamor popular. Em Roma, os tribunais eram constituídos por um juiz ou por um pequeno número de juízes que, preocupados com a preservação da sua honra, adoptavam as decisões mais justas e mais informadas. Baseavam as suas decisões nas dos seus antecessores. Isto explica por que motivo as leis foram ordenadas num sistema regular e metódico.

Os talentos civis e militares dos gregos e dos romanos eram, no mínimo, iguais aos de qualquer nação moderna. Embora, aparentemente, o Estado não tenha tido qualquer papel na formação destes grandes talentos, não faltavam mestres para instruir as pessoas bem nascidas em todas as disciplinas necessárias à sua condição social. **Havia, então, um sistema de concorrência ilimitada que gerou uma oferta de qualidade, motivada pelo brio, e elevou o grau de perfeição da aprendizagem.** Os antigos mestres parecem ter sido extremamente superiores aos professores modernos.

Adam Smith considera, como vimos, que o salário fixo que colmata todas as necessidades do professor leva este a negligenciar os seus deveres. Este sistema cria, por outro lado, uma concorrência desleal entre estes professores públicos e os mestres particulares. Além disso, os "privilégios dos graduados" apenas podem ser obtidos nos cursos dos professores públicos. Todas estas razões explicam por que motivo os mestres particulares são

sempre considerados a última classe de gente letrada e todo o homem que possui algum talento não pode encontrar forma menos honrosa e lucrativa de o empregar.

Sem instituições públicas para a educação, apenas se ensinaria aquilo que tivesse procura. Um mestre particular não teria qualquer interesse em ensinar um sistema antiquado e totalmente desacreditado. Nos tempos modernos, ensinam-se ciências que não passam de uma "pura amálgama de sofismas e disparates sem sentido, tão inútil quanto pedante"[202]. Assim, **o jovem homem de família que tenha passado pelo mais completo curso** e o tenha seguido com dedicação **desembarca no mundo na mais perfeita ignorância de tudo o que é tema normal de conversa entre cavalheiros.** É este o fruto de sociedades corporativas dedicadas à educação, cujas receitas são independentes do grau de satisfação dos seus consumidores.

Não há instituições públicas para a instrução das mulheres. Consequentemente, não há nada de inútil nem de absurdo no curso normal da sua educação, em que cada elemento persegue um fim utilitário. Em todas as épocas da sua vida, a mulher pode utilizar, no dia-a-dia, os conhecimentos que adquiriu. Pelo contrário, é muito raro que um homem, ao longo da sua carreira, retire qualquer utilidade ou prazer das coisas aborrecidas que lhe foram ensinadas.

Não deveria o Estado ocupar-se da educação do povo? Se sim, de que maneira?

Em certos casos, o estado da sociedade é tal que, naturalmente e sem ajuda do governo, os indivíduos desenvolvem todas as virtudes e todos os talentos necessários a essa sociedade. Noutros casos, o estado da sociedade não coloca a maior parte dos indivíduos em semelhantes situações, cabendo ao governo tomar medidas "para impedir a quase total corrupção e degeneração do corpo da nação"[203]. Vimos que a sociedade se caracterizava pelo progresso da divisão do trabalho. Assim, a maior parte do povo deve, no âmbito profissional, cumprir repetidamente um número limitado de operações simples, o que não deixa de ser problemático para o seu desabrochar.

> "**Um homem que passe toda a vida a executar algumas operações simples**, cujos efeitos são sempre os mesmos ou muito próximos, não tem oportunidade de desenvolver a sua inteligência nem de exercitar a sua imaginação na busca de expedientes para ultrapassar obstáculos que nunca encontra. **Como tal, perde naturalmente o hábito de exercitar as suas faculdades e torna-se, em geral, tão estúpido e ignorante quanto é possível** a uma criatura humana. O entorpecimento mental torna-o não só incapaz de apreciar uma conversa racional e de participar nela, como de conceber qualquer sentimento nobre, generoso ou terno e, consequentemente, de formar qualquer julgamento justo sobre grande parte dos deveres normais da vida privada."[204]

Um tal homem é, desde logo, totalmente **incapaz de formar uma opinião sobre os grandes assuntos do seu país** (a menos que se tenha esforçado muito para a preparar). É **inábil**

---

[202] A. Smith, *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations,* Tome II, Flammarion, 1991, (1776), p.404
[203] *Idem,* p.406
[204] *Idem, ibidem*

para defender o seu país na guerra. Assim, a destreza do seu ofício específico é uma qualidade que parece ter adquirido à custa das suas qualidades intelectuais, das suas virtudes sociais e das suas disposições guerreiras. É um **estado no qual cai necessariamente toda a sociedade civilizada e avançada a nível industrial.** Dito isto, este processo não é irreversível: o governo pode tomar precauções para prevenir o mal.

Isto não acontece nas sociedades ditas "bárbaras", ou seja, as dos povos de caçadores, de pastores e até de agricultores, onde as ocupações variadas que cada indivíduo tem de exercer o obrigam a exercitar as suas capacidades através de esforços contínuos e a imaginar sempre novas soluções para remediar as dificuldades que vão surgindo. A inteligência de cada um está sempre vigilante. **Nestas sociedades, todo o homem é guerreiro, todo o homem é capaz de ter uma opinião válida sobre o estado da sociedade e sobre a conduta dos governantes.** Assim, todos os homens possuem algum conhecimento, habilidade e imaginação, ainda que ninguém possua estas qualidades num grau muito elevado.

Pelo contrário, **num Estado civilizado** há pouca variedade nas ocupações da maior parte das pessoas, mas há uma variedade quase infinita de ocupações na sociedade em geral. Como tal, os homens que têm disponibilidade e tendência para observar as ocupações dos outros podem, ao contemplá-las, compará-las e combiná-las, **fazer com que a sua inteligência dê um salto extraordinário em sagacidade e profundidade.** Mas, a menos que ocupem as funções adequadas, estas pessoas talentosas não podem contribuir, ou contribuem muito pouco, para a felicidade e o bom governo da sociedade.

Numa sociedade civilizada e mercantil, a educação das pessoas do povo merece mais atenção do Estado do que a educação das famílias ricas. Geralmente, os filhos destas famílias só entram nos negócios aos 18, 19 anos. Até atingirem essa idade, os seus pais ou tutores costumam estar dispostos a despender o necessário para os fazer adquirir conhecimentos que lhes permitam obter estima. Mais tarde, a complexidade da sua vida profissional irá contribuir continuamente para formar a sua reflexão e desenvolver a sua inteligência. Por outro lado, eles têm tempo livre para se aperfeiçoarem em todos os ramos de conhecimento úteis ou agradáveis. As pessoas do povo, pelo contrário, não têm tempo algum para dedicar à sua educação. Os pais podem, a custo, alimentar os filhos e, quando estes estão em condições de trabalhar, têm de se dedicar a um ofício que lhes permita ganhar a sua própria subsistência.

Mesmo que as pessoas do povo nunca possam, em qualquer sociedade civilizada, ser tão bem formadas quanto as pessoas nascidas em berço de ouro, é possível ensinar-lhes, quando são jovens, os elementos mais essenciais da educação, como ler, escrever e contar. **Com uma despesa pequena, o Estado pode facilitar, encorajar ou mesmo impor** ao povo a aquisição destes elementos essenciais do conhecimento. Como? Em primeiro lugar, **o Estado pode facilitar a aquisição dos conhecimentos criando em cada paróquia ou distrito uma pequena escola onde o ensino seja colocado ao dispor das crianças por um valor tão módico que até o mais simples operário possa pagá-lo.** Isto implica que o professor seja parcialmente pago pelo Estado. Parcialmente e não inteiramente pois, como já se disse, no último caso o professor poderia facilmente desenvolver o hábito de negligenciar o

seu ofício. O Estado pode cuidar que os livros utilizados nas escolas para que as crianças aprendam a ler sejam mais instrutivos e contenham, em vez de frases em latim, os primeiros elementos da geometria, da mecânica e da educação literária. Essa seria uma introdução necessária às ciências mais úteis e mais sublimes. Em segundo lugar, **o Estado pode encorajar** a aquisição desses elementos essenciais da educação **distribuindo prémios e pequenas distinções às crianças com maior mérito.** Em terceiro lugar, o Estado pode impor a quase toda a população a aquisição dos elementos essenciais da educação, obrigando cada homem a passar um exame para ser aceite numa corporação ou para ser autorizado a exercer determinada profissão ou actividade numa aldeia ou cidade com corporação.

Os gregos e os romanos encorajavam a prática de exercícios militares e de exercícios físicos em geral. Os prémios conquistados nos Jogos Olímpicos, Ístmicos e Nemeus eram uma grande honra para o vencedor e para a sua família, próxima ou afastada. Estes jogos mantinham o espírito marcial de toda a população de uma forma mais eficaz do que a criação de milícias na época de Adam Smith. As instituições da Antiguidade eram muito mais simples. Uma vez criadas, funcionavam por si mesmas. Toda a população era completamente formada no uso de armas, enquanto as milícias apenas formam uma pequena parte da nação (com excepção das milícias da Suíça). Um homem cobarde, incapaz de se defender ou de vingar uma afronta, é um homem mutilado e tão disforme na sua alma como alguns o são no corpo. É preciso preservar a nação desta mutilação moral que vem com a cobardia.

A mesma lógica se aplica à estupidez e à ignorância crassa que, muitas vezes, paralisa a inteligência das classes baixas numa sociedade civilizada. Um homem que não tenha tido ocasião de despertar e cultivar todas as suas capacidades intelectuais é ainda mais mutilado e disforme do que o cobarde. **O Estado terá sempre grandes vantagens em educar as classes populares. Quanto mais esclarecidas forem, menos estarão sujeitas aos logros da superstição.** Um povo instruído e inteligente é sempre mais decente na sua conduta e mais disposto à ordem do que um povo ignorante e estúpido.

Artigo 3. Das despesas das instituições com a educação de pessoas de todas as idades

Estas **instituições são, sobretudo, as que têm por fim a instrução religiosa.** O seu objectivo passa mais por preparar os homens para um mundo melhor numa vida futura do que por torná-los bons cidadãos.

Os professores que ensinam a doutrina religiosa estão, em certos aspectos, na mesma situação que todos os professores:

- ou são **totalmente dependentes, para a sua subsistência, dos contributos do seu auditório;**
- **ou são pagos a partir de um fundo** ao qual a lei do seu país lhes dá direito (uma propriedade fundiária, um dízimo, um imposto, salários ou rendimentos fixos, etc.).

Estes professores serão, provavelmente, muito mais zelosos, esforçados e eficientes na primeira hipótese do que na segunda. É isto que explica por que motivo **os professores**

de novas religiões levam sempre vantagem sobre os da religião oficial: o clero da religião oficial, assente nos seus benefícios, **acaba sempre por negligenciar a manutenção da devoção e do fervor entre a massa do povo.** No entanto, foram estas qualidades que, originalmente, asseguraram o seu sucesso. Mas, com o tempo, o clero contentou-se em ganhar a estima das pessoas bem nascidas e em conhecer os povos do mundo. Quando surge uma seita de jovens fanáticos, ardentes, populares, entusiastas – por mais estúpidos e ignorantes que sejam – o clero tradicional é tão indefeso quanto o foram os povos indolentes, prósperos e efeminados da Ásia perante as vagas invasoras de activos, corajosos e esfomeados Tártaros do Norte.

Neste caso, o único recurso do clero oficial era pedir ao poder que perseguisse, destruísse ou expulsasse os seus adversários com a justificação de que eles perturbavam a paz pública. Verificou-se ainda que, quando as condições de vida dos pregadores melhoravam através de ofertas dos seus seguidores, estes se tornavam mais cultos mas menos activos e, como tal, menos populares.

Na Igreja católica romana, **o zelo do clero inferior é muito mais alimentado por esse potente motor que é o interesse pessoal** do que em qualquer Igreja protestante. O clero das paróquias tira a maior parte da sua subsistência das ofertas dos fiéis. As ordens mendicantes tiram toda a sua receita das ofertas que lhes são feitas. São, como tal, comparáveis aos "hussardos e à infantaria ligeira de alguns exércitos: **sem pilhagem não há pagamento**"[205]. Este clero assemelha-se também aos professores cuja recompensa depende em parte do seu salário e em parte dos honorários e retribuições que recebem dos alunos. A devoção e a fé que definhavam na Igreja católica romana foram reactivadas nos séculos XIII e XIV pelas duas grandes ordens mendicantes de São Domingos e de São Francisco.

Como diz Hume, a maior parte das artes e das profissões num Estado são de tal natureza que, enquanto servem o interesse geral da sociedade, são úteis e agradáveis para alguns cidadãos. Neste caso, o Estado deve abster-se de intervir nessa profissão: ela não necessita de ser encorajada pois os particulares exercem-na **espontaneamente**, uma vez que retiram prazer e utilidade da mesma. É a regra geral. **Porém, há profissões úteis, e mesmo necessárias, no seio do Estado que não trazem qualquer vantagem ou prazer aos indivíduos. O Estado deve, então, desviar-se da sua regra geral de conduta e buscar incentivos públicos para essas profissões.** Deve também regulamentar essas profissões. É o caso das pessoas que trabalham nas finanças, na marinha militar e na magistratura.

À primeira vista, poderíamos dizer que os eclesiásticos pertencem à primeira categoria e que, tal como os médicos e os juristas, não devem receber incentivos do Estado, dada a elevada procura que os seus serviços têm por parte dos particulares. Em teoria, encorajar financeiramente os ministros de culto incentivaria ainda mais a sua actividade, o seu zelo e a sua capacidade para orientar o espírito do povo.

Mas, analisando o caso em maior profundidade, damo-nos conta de que **deixar que a actividade lucrativa do clero se desenvolva é extremamente perigoso**, pois ela tende a

---

[205] *Idem,* p.414

corromper a verdadeira religião ao misturá-la com uma forte dose de superstição, loucura e ilusão. Ela leva os pregadores a explorar as paixões e a credulidade do povo. No fim das contas, o Estado percebe que pagou muito caro por querer evitar a despesa de um salário fixo para os padres. **Mais vale comprar a sua indolência e atribuir-lhes salários que os afastem da tentação de corromper a população** através de discursos insensatos.

Foi nesta perspectiva que foram criados os fundos de receitas independentes para o clero. Seja como for, os efeitos positivos destas receitas não foram o motivo que conduziu à sua instituição. Essa remonta à época do violento desencadear das controvérsias religiosas nas quais se envolveram diversas seitas. Os partidos políticos tiveram interesse em aliar-se a uma ou outra destas facções religiosas opostas. Ao fazê-lo, a facção ligada ao partido que ganhasse via a sua doutrina favorecida. Ela beneficiava do facto de poder pedir ao seu aliado que, por um lado, silenciasse até determinado ponto as seitas opostas e, por outro, lhe assegurasse uma receita independente. E foi assim que a magistratura civil se prestou, injustamente, a deitar abaixo ou a silenciar as outras facções.

Se a política não se tivesse aliado à religião, se a facção triunfante não tivesse adoptado a doutrina de uma seita face às restantes, se tivesse tratado todas as seitas com indiferença e imparcialidade, **ela teria deixado qualquer indivíduo livre de escolher o seu padre e a sua religião.** As seitas seriam mais tolerantes umas com as outras se, em vez de duas ou três grandes seitas se oporem à seita oficial, houvesse duzentas ou trezentas. Nesse caso, os professores dessas seitas seriam, no seu próprio interesse, forçados a lidar com os outros e, com o tempo, essas seitas acabariam por se fundir numa religião pura e razoável, purgada de qualquer espécie de absurdos, imposturas e fanatismos.

A chamada seita dos "Independentes", ela própria composta por alguns exaltados, **perseguia**, para o fim das guerras civis, **o projecto de supressão de qualquer governo eclesiástico em Inglaterra.** Se esse projecto tivesse sido concretizado, teria trazido um espírito de moderação e de calma. É o regime que existe na Pensilvânia: os quacres são a seita mais numerosa, mas **a lei não favorece qualquer seita e isso faz nascer a moderação e a calma filosófica.** Evidentemente, mesmo que se trate de forma igual cada seita, não se conseguirá que cada uma delas desenvolva este espírito de tolerância. No entanto, as seitas excessivas, quando no meio de todas as outras, não poderiam exercer efeitos demasiado nocivos. Se o Estado as abandonasse a si mesmas e se limitasse a exigir que se mantivessem tranquilas, é certo que muito rapidamente acabariam por se subdividir.

Em qualquer sociedade civilizada, em qualquer sociedade em que a distinção das classes já tenha sido alguma vez estabelecida, sempre houve diferentes planos ou sistemas de moral concorrentes em simultâneo:

- o **sistema rígido**, um sistema de moral baseado em princípios rigorosos;
- o **sistema flexível**, um sistema de moral assente em princípios liberais.

O primeiro sistema é o mais comum entre as pessoas do povo. O segundo é partilhado sobretudo pelas classes mais abastadas. No sistema liberal ou de moral flexível perdoa-

se mais prontamente a luxúria, a alegria louca e até desregrada, mesmo um certo excesso de amor ao prazer, desde que não acompanhados de grande indecência. No sistema rígido, **tais excessos são vistos como coisas detestáveis das quais é preciso afastarmo-nos com horror.** Isto deve-se ao facto de este vícios serem sempre ruinosos para as pessoas do povo. Uma semana de descontrolo basta para arruinar um trabalhador pobre, apesar de os mesmos excessos e perturbações não implicarem, *per si*, a ruína dos chamados homens "de boas famílias".

Quase todas as seitas religiosas nasceram entre as massas populares e foi desta classe que saíram os primeiros prosélitos e também o maior número destes. Vários destes sequazes tentaram ganhar credibilidade refinando este **sistema de austeridade**, e levaram-no quase à loucura e à extravagância. Esse rigor extremo serviu para conquistar o respeito e a veneração do povo.

Um homem que tenha berço e fortuna tem um nome a proteger, uma reputação a preservar. A sua autoridade e a sua consideração dependem do respeito que a sociedade lhe tem, pelo que está obrigado a observar de forma rigorosa a moral que a sociedade prescreve. Se morar no campo ou numa aldeia, terá os olhos postos na sua conduta, mas, se viver numa grande cidade, está mergulhado no mais profundo anonimato e ninguém repara ou se preocupa com o seu comportamento. Pode então dedicar-se a todo o tipo de vícios. **Porém, se se tornar membro de uma seita religiosa, os outros membros terão interesse em velar pela sua conduta em nome da honra da seita** e, se essa conduta causar qualquer escândalo, será expulso ou excomungado. Assim, nas pequenas seitas, frequentemente ferozes e anti-sociais, os costumes dos fiéis são quase sempre de uma normalidade impressionante.

Adam Smith preconiza dois meios muito fáceis e muito eficazes que, em conjunto, poderiam ser usados pelo Estado para corrigir sem violência o que há de demasiado austero ou de verdadeiramente anti-social nos costumes de todas as pequenas seitas entre as quais o país estaria dividido:

- **o primeiro meio é o estudo das ciências e da filosofia, que o Estado poderia tornar quase universal entre todas as pessoas de classe e fortuna média.** Não nomeando professores que, desde logo, se tornariam preguiçosos e negligentes, mas criando exames que condicionassem a autorização para exercer uma profissão liberal ou para ocupar um lugar honroso ou lucrativo. Ao exigir que essas pessoas se instruíssem, o Estado obrigava-as a recorrer a professores adequados. **A ciência é o primeiro dos antídotos contra o veneno do entusiasmo e da superstição.** Se as classes mais altas estivessem imunes a esta praga, as do povo jamais estariam expostas à mesma;
- **o segundo meio é a multiplicidade e a alegria dos divertimentos públicos.** O Estado devia encorajar – ou seja, deixar que fossem totalmente livres – aqueles que, pelo seu próprio interesse, procurassem divertir o povo sem escândalo e sem indecência. A pintura, a poesia, a música, a dança, etc. são propensas a **dissipar o humor sombrio e a disposição para a melancolia que quase sempre alimentam a superstição do povo.** Foi por esse motivo que todos os fanáticos sempre encararam os divertimentos públicos com medo e fúria. As representações dramáticas que os expõem ao ridículo são, compreende-se, o objecto principal da sua ira e das suas invectivas.

Nos países onde existe uma religião oficial ou dominante, **o soberano nunca estará em segurança se não tiver meios para exercer uma influência considerável sobre aqueles que ensinam esta religião.** O clero de qualquer Igreja oficial constitui uma imensa corporação. Todos os seus membros obedecem a interesses idênticos. O maior interesse desta corporação é manter a sua autoridade sobre o povo, dependendo esta da importância e da suposta infalibilidade da doutrina inculcada pela dita Igreja. Caso o soberano cometa a imprudência de parecer desviar-se do ponto mais trivial da doutrina dessa Igreja, a reacção invejosa e susceptível do clero que não esteja sob a sua alçada será imediata. **O clero pode virar o povo contra o soberano.** Além do crime de rebelião, muitos príncipes que ousaram opor-se à Igreja foram também acusados de heresia. A autoridade concedida pela religião é superior à de qualquer outra autoridade. **Nem mesmo um exército pode dar ao soberano uma segurança duradoura.** Porquê? Porque os soldados não são estrangeiros e, sendo oriundos do povo, serão também, provavelmente, corrompidos por essa doutrina. Será sempre precária a situação do soberano que não tem os meios convenientes para exercer a sua influência sobre o clero da religião oficial e dominante do seu país.

O soberano não pode concorrer com a Igreja oficial no domínio das matérias espirituais que o povo tão avidamente consome. O príncipe não se pode opor às decisões do clero, mas pode tentar influenciá-las. **Como pode o soberano afirmar a sua posição relativamente ao clero? Fazendo reinar entre os seus membros o receio de uma destituição ou outra punição similar e mantendo neles acesa a esperança de uma promoção a um melhor benefício[206].** Se os beneficiários[207] possuírem esses bens a título precário, torna-se fácil dominá-los. Se, pelo contrário, o soberano utilizar a violência para privar as pessoas da Igreja dos seus benefícios, estará, na verdade, a fazer-lhes um grande favor: torna-as dez vezes mais populares aos olhos do povo e, como tal, dez vezes mais perigosas e incómodas. Quase sempre, a violência é um mau recurso do governo. A França raramente conseguiu obrigar, através de meios violentos, os parlamentos e os tribunais de justiça soberanos a publicarem um edital impopular.

As vias da gestão e da persuasão são sempre mais seguras. Infelizmente, o insolente orgulho natural do homem negligencia quase sempre o uso deste recurso. Ora, segundo Adam Smith, não há classe de homens com os quais seja mais perigoso ou funesto empregar a violência do que com o clero de uma Igreja oficial e alvo da consideração pública. Mais vale tentar convencer essas pessoas do que obrigá-las pela força.

Devido à antiga constituição da Igreja católica, **o bispo de cada diocese era eleito por sufrágio** conjunto do clero e da população da cidade episcopal. **O povo foi rapidamente espoliado do seu direito de eleição.** O direito de eleger o abade de um mosteiro passou rapidamente para as mãos dos religiosos do mosteiro em causa. Como os bispos chamaram a si a responsabilidade de atribuir todos os benefícios eclesiásticos inferiores, os homens da Igreja deixaram de procurar os favores dos soberanos e viraram-se unicamente para os seus bispos.

---

[206] Um "benefício" eclesiástico é um título ou um cargo acompanhado de um rendimento.
[207] O "beneficiário" é o titular do benefício.

Em toda a Europa, o Papa chamou a si a colação[208] de quase todos os bispos e abades (os chamados "benefícios consistoriais")[209] e, em seguida, a maior parte dos benefícios inferiores de cada diocese, deixando apenas o indispensável para dar ao bispo uma autoridade razoável sobre o clero local. Após esta ordenação, o soberano encontrou-se numa situação ainda pior do que a anterior. **O clero católico de toda a Europa constituía "uma espécie de exército espiritual"** disperso por diversos locais, mas sob a orientação do Papa. O clero de cada país era comparável a um destacamento desse exército. Cada um desses destacamentos era independente do soberano do país em que se encontrava, e estava sob as ordens de um soberano estrangeiro que podia accioná-lo contra esse soberano com o apoio de todos os outros destacamentos.

O clero dispunha, de facto, de armas formidáveis naquela época. Na Europa que precede o desenvolvimento das artes e da indústria, as **riquezas do clero eram** a tal ponto **consideráveis** que lhe conferiam um poder comparável ao dos barões sobre os seus vassalos, inquilinos e gente similar. A jurisdição do clero nas suas baronias ou mansões particulares era tão independente da autoridade do monarca quanto a dos grandes nobres. Os inquilinos do clero, inteiramente dependentes, eram quase todos facilmente movimentados e mobilizados para combater em todas as querelas em que o clero tinha um interesse. Além do rendimento dos seus latifúndios, **o clero possuía, através do dízimo, uma forte porção dos rendimentos de todos os outros domínios em cada reino da Europa.** A maior parte desses rendimentos eram pagos em géneros ao clero, que só podia tirar partido dessa superabundância utilizando-a para sustentar a massa considerável de pessoas que acolhia. A hospitalidade e a caridade do antigo clero eram imensas. Elas providenciavam subsistência a quase todos os pobres do reino, mas também a muitos cavaleiros e cavalheiros sem dinheiro que lhe prestavam reconhecimento.

Como estavam todos submetidos a uma disciplina regulada pela autoridade do Papa, **reinava entre os senhores eclesiásticos uma muito maior união do que entre os senhores laicos** que, por seu turno, tinham quase tanta inveja uns dos outros como do rei. Isso tornava esta ordem ainda mais formidável. A imensa caridade da Igreja fazia com que, aos olhos do povo, os **privilégios e as posses do clero fossem coisas sagradas.** Qualquer atentado a estes seria considerado um sacrilégio e uma profanação. Por outro lado, o **"benefício do clero"** permitia-lhe ficar totalmente isento da jurisdição secular. Um privilégio de tempos antigos que parece absurdo hoje em dia, escreve Smith, assinalando que tal impedia o soberano de punir um homem da Igreja. E os tribunais eclesiásticos, pela honra da sua ordem, tendiam a ser muito complacentes.

Na Europa dos séculos X, XI, XII e XIII, a Igreja de Roma aparece como a mais formidável combinação contra a autoridade e a segurança do governo civil, mas também contra a liberdade, a razão e a felicidade da espécie humana. Ela fez reinar o medo e a superstição entre o povo para favorecer o interesse de uma série de gente que vivia à custa deste sistema. Mas este **imenso edifício** não foi capaz de evitar o curso natural das coisas,

---

[208] A "colação" é o direito de conferir a alguém um benefício eclesiástico.

[209] Os "benefícios consistoriais" são aqueles em que a nomeação é proposta ao rei pelo consistório dos cardeais.

tendo enfraquecido e, mais tarde, sido **parcialmente demolido.** Talvez demore apenas mais alguns séculos, especula Adam Smith, até que seja completamente destruído.

O que é isso do "curso natural das coisas"? **Os progressos sucessivos das artes, da indústria e do comércio destruíram o poder dos senhores.** Na maior parte da Europa, essas **mesmas causas arruinaram o poder temporal do clero.** O surgimento de produtos de luxo (jóias, objectos exóticos, moedas raras, equipamento faustoso e outras frivolidades) levou os príncipes a trocar por esses bens o produto bruto da sua terra, com o qual antes sustentavam uma série de servidores e contratados que asseguravam o seu poder. A sua caridade tornou-se menos alargada e a sua hospitalidade menos generosa. O mesmo fenómeno ocorreu, mas a um ritmo ainda mais rápido, com o clero. O clero desejava retirar fortes rendimentos dos seus domínios para os gastar em prazeres pessoais, em ostentações tolas e pueris. Isto levou-o a conceder alugueres mais longos aos inquilinos, tornando-os em grande parte independentes. **Eis porque se flexibilizaram e caíram, progressivamente, os laços de interesse que ligavam o clero às classes inferiores do povo.** O clero tornou-se menos caridoso, menos hospitaleiro e o seu modo de vida tornou-se mais ostensivo, o que escandalizou as classes populares e fez o poder da Igreja descer a pique nos séculos XIV e XV. Enquanto isso, o poder dos senhores mantinha o vigor.

Neste novo estado de coisas, **os soberanos europeus encarregaram-se de recuperar a influência que em tempos tinham tido na atribuição dos grandes benefícios da Igreja.** Restituíram ao deão e aos capítulos o direito de eleger o seu bispo e aos monges o direito de eleger o seu abade. Mas, para que as eleições fossem válidas, tornou-se necessário que o soberano autorizasse previamente a sua realização. Através de diversos regulamentos na Europa, principalmente em Inglaterra e em França, **o poder do Papa sobre a colação dos grandes benefícios da Igreja foi fortemente restringido.** Mais tarde, no século XVI, surgiu a concordata[210] que conferiu ao rei de França o direito absoluto de concessão de todos os grandes benefícios e benefícios consistoriais da Igreja galicana. Embora fosse devoto ao Papa nos primeiros tempos da monarquia, o clero francês, após o estabelecimento da Pragmática Sanção[211] e da concordata, revelou, por norma, menos respeito pelos decretos da corte papal do que o clero de todos os outros países católicos.

O direito de colação dos grandes benefícios da Igreja colapsou nesta época. Foi neste contexto de decadência da autoridade da Igreja de Roma que surgiram na Alemanha as disputas que iriam dar origem à Reforma e propagar-se a toda a Europa. A nova doutrina obteve um grande apoio popular por todo o lado. A atracção da novidade, as motivações racionais, a eloquência ardente e apaixonada dos seus propagadores e o ódio pelo clero dominante foram, além disso, factores explicativos do **sucesso da Reforma**. Esta nova doutrina teve um tal sucesso que forneceu aos príncipes que tinham más relações com Roma a oportunidade de destruir a Igreja dominante nos seus Estados. Roma considerara alguns

---

[210] A Concordata de Bolonha, de 1516, permitiu ao rei de França escolher os abades e bispos que eram então investidos espiritualmente pelo Papa antes de jurarem fidelidade ao rei de França, que lhes concedia o seu cargo temporal.

[211] A Pragmática Sanção de Bourges foi uma disposição promulgada em 1438 por Carlos VII, rei de França. Através dela, o rei assumiu-se como guardião dos direitos da Igreja em França e limitou as prerrogativas do Papa ao restabelecer a livre eleição dos bispos e dos abades pelos capítulos e pelos mosteiros. Ela viria a ser moderada pela Concordata de Bolonha.

pequenos principados como demasiado insignificantes para valerem o esforço de serem geridos e esses príncipes aproveitaram a oportunidade para se vingarem, estabelecendo a religião da Reforma nos seus Estados.

Os defensores da reforma ganharam a disputa em Inglaterra. Primeiro no reinado de Henrique VIII (que suprimiu todos os mosteiros nos seus Estados e aboliu a autoridade da Igreja romana) e, posteriormente, no de Eduardo VI, seu filho e sucessor. As duas principais seitas da Reforma foram a de Lutero e a de Calvino. **Os seguidores de Lutero em Inglaterra** e os membros da Igreja anglicana conservaram o governo episcopal e mantiveram a hierarquia eclesiástica. **Tornaram o soberano chefe da Igreja.** Favoreceram o direito de concessão, tanto do soberano como de outros patronos laicos. **Este sistema de governo revelou-se favorável à harmonia e à paz.** Numa tal estrutura, o governo eclesiástico submetia-se à autoridade civil. Os membros do clero visavam, assim, ganhar a estima do soberano, da corte, da nobreza e de todos os homens que contavam, pois era deles que dependiam para ter melhores condições. São elogiosos, complacentes, aduladores mas também eruditos, sociáveis, simpáticos, distintos. Desprezam os fanáticos que pregam a austeridade com o objectivo de atrair a simpatia do povo. No entanto, ao desprezar estes pregadores, o clero oficial negligencia os meios de conservar influência e credibilidade junto das classes populares.

Pelo contrário, os seguidores de Zuínglio e de Calvino davam ao povo de cada paróquia o direito de eleger o seu próprio pastor. Estabeleceram assim a mais perfeita igualdade no clero. O povo dava quase sempre a sua preferência aos candidatos mais fanáticos. O mais pequeno caso, como a nomeação de um simples padre de paróquia, bastava para ocasionar contestações violentas.

A Escócia adoptou o culto presbiteriano. **A Reforma introduziu na Igreja presbiteriana a igualdade da autoridade ou da jurisdição eclesiástica e a igualdade do benefício.** Ainda que esta igualdade de benefício não fosse perfeita, era suficiente para evitar que o possuidor de um pequeno benefício bajulasse os patronos a fim de obter um melhor benefício. Era pelo seu conhecimento, pelo seu saber, pela sua conduta irrepreensível que estes pastores recebiam os favores dos superiores. Em nenhum local da Europa se podia encontrar um conjunto de homens mais instruídos, mais decentes, mais independentes e mais respeitáveis do que os eclesiásticos presbiterianos da Holanda, de Genebra, da Suíça e da Escócia. Pela sua modéstia, pelos seus modos simples e exemplares e pela sua benevolência, estas pessoas conquistaram o afecto e a estima do povo.

Nos países onde os benefícios da Igreja são muito módicos, um púlpito numa universidade é geralmente bem melhor do que um benefício eclesiástico. Como tal, as universidades não se privam de ir buscar os seus efectivos às gentes da Igreja. Nos países em que os benefícios da Igreja são grandes, assiste-se ao fenómeno inverso: **a Igreja desguarnece as universidades dos seus melhores elementos.** No primeiro caso, a Igreja apenas produz uma quantidade muito pequena de gente de mérito. No segundo caso, será raro encontrar elementos brilhantes na universidade. Voltaire afirma, por exemplo, que o padre Charles Porée, jesuíta, era o único professor em França cujas obras valia a pena ler. Já Pierre

Gassendi era professor na universidade de Aix mas, quando revelou as suas primeiras faíscas de génio, propuseram-lhe um emprego particularmente bem remunerado na Igreja que ele se apressou a aceitar. Isto é válido para a França, mas também para todos os países católicos romanos. É raro encontrar, nesses países, um intelectual de primeiro plano nas universidades, com excepção, talvez, das cadeiras de direito e de medicina, profissões nas quais a Igreja não tem o mesmo poder de penetração. Esta constatação vale igualmente para Inglaterra. **Mas em Genebra, nas regiões protestantes da Alemanha, na Holanda, na Escócia, na Suécia e na Dinamarca, os homens de letras mais distintos são quase sempre professores na universidade.**

Em Roma ou na Grécia, quase todos os homens de letras de primeiro plano parecem ter sido professores e, geralmente, professores de filosofia ou de retórica. Como explicar isto? O método mais eficaz para fazer um homem dominar na perfeição uma determina ciência consiste em impor-lhe o ensino regular dessa ciência. Como tem de percorrer esse terreno todos os anos, se tiver realmente propensão para o tema, tornar-se-á um mestre nessa matéria em pouco tempo. Se tiver formado, sobre determinados pontos, ideias pouco ponderadas, provavelmente reformulará o seu juízo quando voltar a abordar a matéria no ano seguinte. O ensino é o emprego mais natural para os homens de letras e **é ensinando que o homem se pode tornar verdadeiramente profundo em saber e conhecimento.** A mediocridade dos benefícios eclesiásticos leva a que a maior parte das pessoas de letras opte por esse emprego útil que é ser professor, permitindo assim que se continuem a instruir.

O rendimento da Igreja oficial é um ramo da receita geral da sociedade que se encontra desviado de um emprego realmente lucrativo para o colectivo. O dízimo, por exemplo, é um imposto territorial que impede os proprietários das terras de contribuírem mais para a defesa pública. Como a renda da terra é a principal, ou a única, fonte das receitas do Estado, quanto mais dinheiro for destinado à Igreja, menos será destinado ao Estado. Em suma, quanto mais rica for a Igreja, mais o soberano ou o povo serão pobres. Nos dois casos, o Estado será menos capaz de se defender. Em certos países protestantes, os dízimos e as terras fundiárias eclesiásticas que antes pertenciam à Igreja católica romana deram origem a fundos consideráveis. Assim, o clero de Berna acumulou milhões de libras que, na sua maior parte, foram colocadas em fundos públicos de diversas nações da Europa. A título de comparação, a totalidade de receitas da Igreja da Escócia ascendia, em 1755, a apenas 68.514 libras, uma soma modesta que permitia pagar a 944 ministros do culto. No entanto, a Igreja mais rica do mundo cristão não se mostrou melhor a manter a fé, o fervor e a devoção dos seus fiéis do que a Igreja da Escócia, que produzia, tão bem quanto qualquer outra, os bons efeitos civis e religiosos que se esperam de uma Igreja oficial.

Para que um serviço qualquer seja concretizado de forma conveniente, é preciso que o salário seja o mais proporcional possível à natureza desse serviço. Se for muito mal pago, sofrerá sem dúvida com a incapacidade ou a mediocridade de quem o presta. Se for demasiado bem pago, sofrerá provavelmente ainda mais com a preguiça e a indiferença de quem o assegura.

Secção 4. Das despesas para suportar a dignidade do soberano

Os diferentes deveres do soberano obrigam a despesas. Além destas, o soberano deve ver custeadas as despesas que a manutenção da sua dignidade exige. Em sociedades ricas e avançadas, todos os homens estão acostumados a gastar muito em alojamento, mobiliário, comida, roupa e equipamentos. Estas despesas serão, obviamente, muito mais elevadas para o soberano: espera-se encontrar maior esplendor na corte de um rei do que na casa de um duque ou governador provincial.

Conclusão do primeiro capítulo

As **despesas exigidas pela defesa pública e pela manutenção da dignidade do soberano** são feitas para bem de toda a sociedade. Isto implica que sejam custeadas por uma **contribuição geral** da comunidade, na qual cada membro participa de forma equitativa e proporcional aos seus rendimentos.

As despesas da administração da justiça são efectuadas para benefício de toda a sociedade. À primeira vista, poderíamos considerar razoável que estas despesas fossem custeadas por uma contribuição geral. Quando olhamos mais de perto, constatamos que **aqueles que originam estas despesas são ou aqueles que mobilizam os tribunais com pretensões injustas ou aqueles que querem, muito justamente, defender-se de ataques ou violações aos seus direitos.** É normal que uma ou outra destas categorias de pessoas, ou até as duas, contribua para a administração da justiça. A contribuição deve, assim, ser particular, excepto num caso: quando se trata de julgar criminosos que não tenham como custear a justiça.

As **despesas locais ou regionais** que apenas beneficiem a respectiva região, não devem estar a cargo do rendimento geral da sociedade mas ser custeadas por um rendimento **local ou regional.**

A **despesa necessária para a manutenção de estradas seguras e cómodas** e para a facilitação das comunicações é, seguramente, útil a toda a sociedade. Pode-se então, sem qualquer injustiça, fazê-la depender de uma **contribuição geral.** No entanto, esse investimento beneficia muito mais os viajantes e as pessoas que asseguram o transporte de mercadorias. Como tal, os **impostos de barreira ou portagens** permitem aliviar o rendimento geral da sociedade de um fardo considerável.

A despesa das instituições para **a educação pública e para a instrução religiosa** beneficia toda a sociedade e pode, sem injustiça, ser custeada por uma **contribuição geral.** Seria talvez conveniente, no entanto, que fosse **paga por aqueles que tiram partido dessa educação e dessa instrução** ou por uma contribuição voluntária por parte daqueles que acreditam ter necessidade de uma ou da outra.

Quando as **instituições ou obras públicas são lucrativas para toda a sociedade**, elas não podem ser totalmente sustentadas (ou não o são de facto) pela contribuição dos particulares que lucram mais directamente com elas, pelo que é preciso que o **défice** seja **colmatado**

pela contribuição geral de toda a sociedade.

Quais são as origens desta receita geral ou receita do Estado?

Capítulo II. Das origens da receita geral da sociedade ou da receita do Estado

O dinheiro para cobrir as despesas necessárias do governo pode ser proveniente de fundos que pertençam ao soberano ou à república, ou pode ser produto de impostos sobre os rendimentos do povo.

Secção 1. Dos fundos ou fontes de receita que podem pertencer ao soberano ou à comunidade

Estes fundos são, necessariamente, compostos por capitais ou por terras fundiárias.

O capital do soberano produz lucros, se for usado pelo próprio soberano, ou juros, se ele o emprestar a outros.

Assim, o rendimento de um chefe árabe ou tártaro é composto por lucros. Estes provêm sobretudo da criação de vastas manadas. **Pequenas repúblicas** como Hamburgo **obtiveram, por vezes, lucros colossais provenientes de negócios comerciais** (no caso, uma loja de vinho e uma farmácia). Repúblicas maiores, como a própria Hamburgo num período posterior, mas também Veneza e Amesterdão, obtiveram rendimentos com origem num banco público. **Por vezes, houve quem avançasse a ideia de que a Grã-Bretanha poderia assegurar, ela mesma, a condução do Banco de Inglaterra e obter lucros importantes.** Tal não é boa ideia, diz Adam Smith, para quem uma empresa desse género pode ser gerida por uma administração organizada, vigilante e parcimoniosa de uma aristocracia como as de Veneza ou Amesterdão, mas não pelo governo inglês, que nunca foi conhecido pela sua parcimónia económica. Em tempos de paz, mostrou-se pródigo e inconsequente e, em tempos de guerra, deixou-se cair nos excessos e na instabilidade próprios das democracias. Os correios, pelo contrário, são empresas que geralmente são conduzidas com sucesso por toda a espécie de governos.

Há príncipes que se dedicam a especulações comerciais, mas nunca com sucesso, sublinha Smith. É praticamente impossível que tal se deva unicamente à quantidade de assuntos que têm de gerir. Acontece também que os agentes de um príncipe vivem geralmente na abundância e consideram as riquezas do seu senhor inesgotáveis. Nunca se inquietam com o preço ao qual vendem, nem com o preço ao qual compram. Após várias aventuras deste género, os príncipes de Médicis abandonaram o ofício de mercadores, apesar de este ter estado na origem da ascensão da família. **Na verdade, não há dois feitios mais incompatíveis do que o de príncipe e o de mercador.** O espírito mercantil dos directores da companhia das Índias inglesas resultaram em soberanos muito maus e o seu espírito de soberania, por outro lado, fez deles muito maus mercadores.

Por vezes, o Estado tem como receitas os juros de uma quantia em dinheiro. É um **tesouro** acumulado ao longo do tempo e **que ele pode emprestar** – mediante juros – **aos seus súbditos ou a Estados estrangeiros.** É o caso do cantão de Berna, que obtém um rendimento considerável pelo empréstimo de parte do seu tesouro a Estados estrangeiros. No entanto, é um emprego arriscado, pois a segurança dos fundos nos quais esse dinheiro é colocado depende da boa fé do governo que tem esses fundos a seu cargo. Além disso, a decisão depende da certeza ou da probabilidade de o país se manter em paz com a nação devedora. O governo da Pensilvânia obtém rendimentos dos empréstimos concedidos aos seus súbditos. Não empréstimos em dinheiro, mas em notas de crédito reembolsáveis no prazo de 15 anos (garantidas por terras fundiárias de valor superior). No entanto, a natureza móvel e perecível do crédito e dos capitais não dá ao governo a segurança e a dignidade próprias dos grandes Estados. Nenhum governo de uma nação civilizada conseguiu retirar de tais fontes parte significativa da receita pública.

O arrendamento de terras foi, durante muito tempo, a principal fonte de receitas públicas. Os povos pastoris, as repúblicas gregas, as monarquias europeias obtiveram a maior parte das suas receitas por este meio. A guerra e os seus preparativos são as duas circunstâncias que ocasionam a maior parte da despesa nos grandes Estados modernos. Isso não aconteceu na Idade Média, porque o feudalismo obrigava os vassalos a sustentarem pelos seus próprios meios os soldados necessários à campanha do soberano sem que isso trouxesse novos encargos a este. **A principal despesa do soberano era a manutenção da sua casa e dos seus familiares.** Os guardiães das suas casas, construídas sempre em forma de castelo, eram os governadores militares. Esses eram os únicos oficiais militares a sustentar em tempo de paz. A renda de um vasto domínio podia facilmente custear as despesas básicas do governo.

A renda das terras da maior parte das monarquias europeias ascenderia, se elas pertencessem a um único proprietário, **apenas à receita normal que se cobra ao povo em tempo de paz.** A receita normal da Grã-Bretanha (para as suas despesas correntes, mas também para o juro da dívida e para amortizar parte do capital desta) ascende a mais de dez milhões de libras por ano. Os impostos sobre a terra rondam os dois milhões de libras anuais, ou seja, representam um quinto da receita total.

Esta avaliação da renda na Grã-Bretanha (que serve de base ao imposto) está, na realidade, bem abaixo da verdade. A renda da terra por si só tem sido por muita gente estimada em cerca de 20 milhões de libras. Mas as terras da Grã-Bretanha não dariam metade, nem mesmo um quarto desse rendimento, se fossem todas pertença de um único proprietário e geridas por representantes deste. Adam Smith prova-o com o facto de **as terras da coroa não darem nem um quarto do rendimento que dariam se pertencessem a particulares.** E se as terras reais fossem maiores do que já são, seriam ainda mais mal administradas.

O rendimento que a população de um país retira da terra depende não da terra mas do seu produto. A totalidade do produto anual da terra (com excepção do que se guarda como sementes) ou é consumido pelas pessoas ou trocado por outra coisa que se consuma. Tudo o que permite que o produto anual da terra fique a um nível inferior àquele que teria naturalmente, diminui a receita do povo. **A renda da terra equivale aproximadamente**

a um terço do produto da terra. Se uma terra dá dez milhões de libras em renda, isso significa que produziu 30 milhões de libras em produtos. Se essa terra, com outro tipo de cultura, desse 20 milhões de libras em renda, tal significaria que tinha produzido 60 e não 30 milhões de libras de produtos. No primeiro caso, o proprietário fica com menos dez milhões de renda, mas o grande perdedor é o produto nacional, que receberá 30 e não 60 milhões. A população é mais pobre em seres humanos, na medida em que esse suplemento anual de 30 milhões de libras de produtos (sempre feita a dedução das sementes guardadas) poderia fazer subsistir mais homens, mulheres e crianças.

Em todas as monarquias europeias, a realeza dispõe de três grandes domínios constituídos principalmente por florestas ou vastas extensões desérticas que se revelam um desperdício às custas do produto nacional e da população. Smith sugere a **venda dessas terras em leilão a particulares** que as valorizassem ou cultivassem e a aplicação do montante obtido com a venda no pagamento da dívida pública. A coroa ficaria apenas com as terras destinadas à magnificência e ao prazer, como parques, jardins e passeios públicos. **Por outro lado, através desta operação, a realeza disporia, em alguns anos, de outro rendimento.** Qual? Aquele que poderia receber sobre o produto dessas terras bem cultivadas e cujo crescimento permitiria aumentar a população do país.

Mas tanto os capitais como as rendas da terra do soberano ou da república são impróprios e insuficientes para cobrir as despesas normais de um grande Estado civilizado. Como tal, estas despesas são, na sua maioria, custeadas obrigatoriamente pelos rendimentos particulares através de diversos impostos, de modo a constituir aquilo a que chamamos erário público.

Secção 2. Dos impostos

Adam Smith analisa os efeitos de quatro diferentes tipos de imposto que recaem sobre os três tipos de receita estudados no Livro I:

- os impostos que incidem sobre as **rendas;**
- os impostos que incidem sobre os **lucros;**
- os impostos que incidem sobre os **salários;**
- os impostos que incidem, **simultânea e indistintamente, sobre estas três fontes distintas de receita particular.**

Adiante, veremos que vários destes impostos não são, em última análise, suportados pelo fundo ou pela fonte de receitas sobre a qual havia a intenção de os fazer incidir.

Segundo Adam Smith, há quatro máximas que deviam reger obrigatoriamente o sistema fiscal:

Primeira máxima: "os súbditos de um Estado devem contribuir para sustentar o governo, cada um o mais possível na medida das suas capacidades, ou seja, na proporção do rendimento de que goza sob a protecção do Estado"[212]. Porquê? Porque a despesa do

[212] A. Smith, *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations,* Tome II, Flammarion, 1991, (1776), p.456

governo é comparável aos custos de administração de um grande domínio para os quais os co-proprietários devem contribuir na proporção da parte desse domínio que lhes pertence. É isso que permite avaliar a equidade na repartição do imposto.

Segunda máxima: "a taxa ou parte do imposto que cada indivíduo é obrigado a pagar deve ser certa e não arbitrária"[213]. O momento do pagamento, o modo de pagamento e a quantia a pagar devem ser claros e precisos, para que o contribuinte não fique dependente dos humores do receptor. A incerteza autoriza a insolência e favorece a corrupção dos receptores que, já de si, são "uma classe de gente naturalmente impopular junto do povo, mesmo quando não é nem insolente, nem corrupta"[214].

Terceira máxima: "qualquer imposto deve ser recebido na época e segundo o modo que se presumam menos prejudiciais para o contribuinte"[215]. Para os impostos sobre a renda das terras ou o aluguer das casas, escolhe-se o momento presumivelmente mais cómodo para o contribuinte. Os impostos sobre os artigos consumíveis são pagos pouco a pouco, à medida que o contribuinte os compra.

Quarta máxima: "qualquer imposto deve ser concebido de forma a fazer sair das mãos das pessoas o mínimo dinheiro possível além daquele que entra no erário público, e **esse dinheiro deve ficar o mínimo tempo possível fora das mãos do povo** antes de entrar nos cofres do Estado"[216].

Adam Smith analisa quatro formas de excesso:

- quando os **salários dos oficiais encarregues da recepção absorve a maior parte do produto** do imposto;
- **quando o imposto bloqueia a indústria e dissuade** o povo **de se dedicar a determinados ramos do comércio e do trabalho** que forneceriam ocupação e meios de subsistência a muita gente;
- **quando as confiscações, multas e outras penas** que atingem aqueles que tentaram escapar aos impostos os **arruínam e anulam o benefício** que a sociedade obteve do emprego dos seus capitais;
- quando a recepção se faz acompanhar de **penas inúteis, humilhação e opressão.**

Estas **máximas são, ao mesmo tempo, justas e úteis.** Todas as nações as respeitam mais ou menos e se esforçam por: repartir o melhor possível os impostos; torná-los proporcionais às receitas; e torná-los tão cómodos quanto possível para o contribuinte.

---

[213] *Idem,* p.457
[214] *Idem, ibidem*
[215] *Idem, ibidem*
[216] *Idem,* p.458.

Artigo 1. Impostos sobre a renda da terra e o aluguer das casas

§ 1. Impostos sobre a renda da terra

Estes impostos podem ser **criados a partir de um censo fixo,** cuja avaliação não deve mudar em seguida, **ou de maneira a flutuar em função de todas as variações que podem surgir no rendimento real da terra** (em função de melhoramentos ou da delapidação da cultura).

Em Inglaterra, foi criado um imposto territorial seguindo um modelo fixo e invariável. Era "igual" (no sentido indicado na primeira máxima) aquando da sua instituição, mas mais tarde tornou-se necessariamente desigual. Porquê? Porque **determinadas terras foram melhoradas e outras foram negligenciadas.** A primeira máxima (que determina a extensão da contribuição em função do rendimento, neste caso, a renda) é assim violada, mas as três outras máximas são respeitadas.

Devido, entre outras coisas, à grande prosperidade do país, as rendas da quase totalidade dos bens fundiários da Grã-Bretanha aumentaram quase continuamente após a primeira avaliação. Ora, como esta taxa fundiária foi estabelecida com base num censo fixo e invariável, a avaliação das terras realizada à época determinou um valor inferior ao que estas tiveram posteriormente. As rendas aumentaram continuamente mas, como os proprietários pagaram sempre em função da antiga avaliação, por norma saíram beneficiados face ao Tesouro. Se, pelo contrário, as rendas tivessem baixado devido a uma delapidação das terras, teria sucedido o fenómeno inverso: a constância da avaliação teria jogado contra os interesses dos proprietários e a favor do Tesouro.

Como a taxa era pagável em dinheiro, a avaliação da terra também era expressa em dinheiro. Depois de ter tido lugar a avaliação, o valor da prata permaneceu constante e não houve alteração da moeda tanto a nível de peso como de qualidade. Se as circunstâncias tivessem mudado, esta constância de avaliação poderia ter implicado incómodos muito grandes para os contribuintes ou para o erário público. **Chegará, obviamente, um momento em que estas circunstâncias mudarão. Que fazer então?**

Intelectuais franceses que se auto-intitulam "economistas" (a palavra, que mais tarde designaria todos os membros da profissão, foi inventada pelos franceses) **afirmam que o mais equitativo de todos os impostos seria um imposto sobre o rendimento das terras que aumentasse ou baixasse consoante a melhoria ou a delapidação das culturas.** Porquê? Porque todo o imposto, dizem os economistas, recai, em última análise, sobre os rendimentos da terra. Logo, deve ser estabelecido equitativamente sobre o fundo que o deve, ao fim e ao cabo, pagar.

Contudo, prossegue Smith, seria bom distinguir entre os impostos que incidem sobre os rendimentos da terra e os que incidem sobre outras formas de rendimento.

No território de Veneza, todas as terras aráveis alugadas aos rendeiros são taxadas em um décimo do rendimento. Os alugueres são registados publicamente. Se o proprietário melhorou o seu bem, é feita uma estimativa justa e é-lhe concedida a dedução de uma

quinta parte do imposto, que assim passa de 10 para 8%. Este imposto satisfaz muito mais o critério de igualdade visado pela primeira máxima do que o imposto fundiário inglês. Mas não será tão correcto e a sua cobrança pode revelar-se mais dispendiosa. No entanto, poder-se-ia imaginar um sistema de supervisão que permitisse reduzir esta incerteza e facilitar a recepção. Poder-se-ia obrigar o proprietário e o locatário a registar o aluguer num registo público e punir qualquer artifício ou falsa declaração relativa a uma cláusula do aluguer.

Determinados proprietários, em vez de aumentarem a renda, exigem uma caução aquando da renovação do aluguer. Este **método** revela o carácter perdulário do proprietário, que, em troca de uma soma de dinheiro imediata, aliena um rendimento futuro de valor muito superior. Assim, tal é **frequentemente nocivo para o proprietário, mas também o é para o rendeiro.** E é nocivo para o rendeiro porque, ao aceitá-lo, ele priva-se de uma parte do capital que poderia utilizar para cultivar e melhorar a terra. Determinados alugueres prescrevem um modo de cultura ao rendeiro. Estas cláusulas são tolas (o proprietário considera, muitas vezes mal, que está em melhores condições de saber o que fazer do que o rendeiro) e devem ser consideradas uma renda adicional, uma renda em serviços. Elas devem ser desencorajadas através de uma tributação superior à que incide sobre as rendas normais.

Alguns proprietários exigem, em lugar de uma renda em dinheiro, uma renda em géneros (grão, gado, aves, óleo, vinho, etc.) **ou em serviços. Tais rendas** prejudicam o rendeiro sem beneficiar de forma significativa o proprietário, pois **tiram mais dinheiro do bolso do rendeiro do que aquele que colocam no do proprietário.** Em todo o lado onde este sistema vigora, os rendeiros são pobres e miseráveis. Seria aí necessário colocar estas rendas acima das rendas normais, para as desencorajar.

Se o proprietário prefere cultivar ele mesmo as suas terras, é preciso, diz Adam Smith, encorajá-lo a seguir esta via através de uma redução razoável do imposto. Porquê? Porque o proprietário tem, geralmente, mais capital para melhorar o seu terreno do que o rendeiro e, além disso, pode dedicar-se a várias experimentações sem temer pela sua subsistência no imediato. **Porém, não é preciso encorajá-lo a explorar por si mais do que uma extensão limitada do seu terreno,** pois, dessa forma, o país encher-se-ia de gerentes e administradores preguiçosos e corruptos que nunca explorariam a terra tão bem quanto os sábios e laboriosos rendeiros, cuja subsistência depende inteiramente dos seus esforços. A produção nacional sofreria bastante.

Este sistema de administração preconizado pelos economistas pode, efectivamente, tornar o imposto mais certo e concorrer para o melhoramento das terras. Mas os custos de recepção de um imposto territorial que varie em função do estado da terra seriam, provavelmente, mais elevados do que os de um imposto assente numa avaliação fixa. Seria necessário colocar em acção gabinetes de registo e proceder a avaliações regulares. **No entanto, este acréscimo de despesa poderia ser bastante módico se comparado com os custos necessários à recepção de outros impostos** relativos a rendimentos bem menores do que aqueles que são expectáveis de um imposto sobre a terra.

A principal objecção à existência de um imposto territorial variável é que este se arrisca

a dissuadir o proprietário de melhorar as suas terras, por saber que o soberano tomará para si parte dos lucros da melhoria. É preciso encontrar um sistema que não seja desincentivador. Adam Smith propõe que o proprietário possa, antes de iniciar os melhoramentos na terra, chamar oficiais do fisco para apurar o valor da mesma. Ele seria, então, taxado com base nessa avaliação durante um certo número de anos, de forma a indemnizar a sua despesa. **O que deve dominar aqui é o encorajamento máximo do proprietário para tirar partido do mais pequeno pedaço de terreno, para gozar da plenitude do fruto do seu esforço.** O soberano deve proporcionar-lhe um mercado o mais alargado possível para escoar a sua produção (melhorando as vias de comunicação terrestres) em toda a extensão do seu Estado e garantir-lhe a liberdade de exportação o mais ilimitada possível para Estados estrangeiros.

Este imposto ajustar-se-ia imediatamente por si às variações no estado da agricultura. Preservaria constantemente os princípios de justiça e de igualdade. Deveria, por esse motivo, ser estabelecido como regulamento perpétuo e inalterável e substituir o imposto cuja recepção é baseada numa avaliação fixa. Deveria tornar-se a "lei fundamental do Estado"[217].

Por vezes, em vez de se servir do método simples e natural de registo dos alugueres, o Estado recorre ao método penoso e dispendioso do levantamento e a uma avaliação de todas as terras do país. Trata-se aqui de evitar entendimentos entre os contratantes para esconder as cláusulas reais do aluguer, com vista a enganar o fisco. O grande cadastro de Inglaterra foi o resultado de um tal levantamento. Este foi efectuado com grande exactidão. Foi também o caso dos antigos Estados do rei da Prússia, da Boémia, de Sabóia, de Piemonte, etc.. Este sistema gera desigualdades. Nos Estados do rei da Prússia, os rendimentos eclesiásticos são taxados de forma mais gravosa do que os dos proprietários laicos. Porquê? Porque os terrenos da Igreja não são bem explorados e não contribuem para o crescimento da receita. Na Silésia, as terras dos nobres são taxadas 3% acima das terras pertencentes a não nobres para compensar as honras e os privilégios da nobreza. Em França é o contrário: a *taille* real[218] ou fundiária atinge unicamente as pessoas comuns, enquanto as terras da nobreza são isentas de impostos.

Um imposto territorial assente num levantamento e numa avaliação geral acaba necessariamente por, ao fim de pouco tempo, se tornar desigual. Isto obriga o governo a uma atenção penosa e contínua a todas as variações que possam interferir com o valor e o produto de cada uma das diferentes quintas do país. Esta vigilância constante é pouco conforme à natureza de um governo e é provável que, devido aos embaraços e humilhações que causa aos contribuintes, ela acabe por desaparecer a longo prazo.

§ 2. Dos impostos que são proporcionais ao produto da terra e não ao rendimento do proprietário

Os impostos que incidem sobre o produto da terra são, na realidade, impostos sobre a renda e o aluguer que, mesmo sendo avançados pelo rendeiro, são sempre suportados, em última

---

[217] *Idem,* p.466

[218] A taille real era um imposto sobre as terras dos camponeses e dos não-nobres de França. [N.T.]

análise, pelo proprietário. De facto, quando uma parte do produto tem de ser consagrada ao imposto, o rendeiro calcula sempre – com o máximo rigor – o valor do imposto e subtrai-o ao montante que tem de pagar ao proprietário.

O dízimo e qualquer outro imposto do mesmo tipo é, contrariamente às aparências, extremamente desigual, pois exige a mesma percentagem de cobrança sobre as terras excelentes e sobre as terras medíocres. Para entender bem este ponto, é preciso distinguir duas partes do produto anual da terra:

- **uma parte serve para substituir o capital do rendeiro e assegurar-lhe os lucros** normais que um capital assim investido rende no cantão;
- **outra parte (a porção restante)** consiste naquilo que o rendeiro pode pagar ao proprietário como **renda ou aluguer.**

Suponhamos que a terra é muito fértil e imaginemos que 50% do produto basta para cobrir o capital do rendeiro e assegurar os seus lucros. Se não houvesse dízimo, o proprietário obteria os outros 50%. Se o dízimo é de 10%, o proprietário só receberá 40% (uma vez que o dízimo não pode incidir sobre a parte do rendeiro que, de outro modo, não teria qualquer interesse em trabalhar). Suponhamos agora que a terra é pobre e que a parte do produto necessária para cobrir o capital do rendeiro e o seu lucro normal se cifra em 80%. Após a dedução do dízimo de 10%, o proprietário apenas receberá 10% do produto. **O dízimo é, assim, um imposto desigual porque, no primeiro caso, equivale a cerca de um quinto da parte do proprietário** (10% que se retiram a 50%) e, no segundo caso, a metade da sua parte (10% retirados a 20%).

Por outro lado, o dízimo é sempre um **factor de desmotivação do proprietário para fazer melhoramentos e do rendeiro para cultivar.** Ele desencoraja, e por vezes dissuade totalmente, melhoramentos importantes (que são os mais dispendiosos) ou um aumento das colheitas, porque a Igreja, receptora do dízimo, chama a si uma grande parte do lucro sem contribuir em nada para a despesa.

Na China, a principal receita do soberano ascende a 10% do produto das terras do império. No entanto, como esta décima parte está assente numa avaliação muito moderada, afirma-se que não excede 1/30 do produto normal. **Esta espécie de imposto territorial incita, diz-se, o soberano a interessar-se pelo cultivo e pelo melhoramento das terras.** Isto explica por que motivo tanto na China como em Bengala, antes da chegada dos ingleses, e no antigo Egipto (país onde este imposto existia), os soberanos construíram e mantiveram com dedicação boas estradas e canais navegáveis: isso dava às mercadorias um mercado o mais alargado possível. O dízimo da Igreja, pelo contrário, é redistribuído de tal modo que nenhum dos "dizimadores" pode ter interesse em desenvolver as vias de comunicação. Um padre de uma paróquia nunca vai construir uma estrada ou abrir um canal.

Estes impostos sobre o produto das terras podem ser recebidos em géneros ou em dinheiro (em função de uma avaliação). Isto depende um pouco da dimensão do terreno. Um proprietário que alcance com os seus olhos o terreno vizinho pode ter vantagem em receber em géneros. Para um proprietário rico, mais vale ser pago em dinheiro, pois o risco

de sofrer com a negligência ou os desfalques dos seus agentes e afins é elevado quando as quintas arrendadas se situam em domínios afastados.

Um imposto sobre o produto da terra – que seja pago em dinheiro – **pode ser recebido quer com base numa avaliação que varia consoante as variações dos preços de mercado, quer com base numa avaliação fixa** (um alqueire de trigo, por exemplo, que será sempre avaliado pelo mesmo preço em dinheiro, qualquer que seja o preço de mercado). No primeiro caso, o produto do imposto dependerá das variações do produto real da terra e das variações resultantes do progresso ou do retrocesso da cultura. No segundo caso, o produto do imposto dependerá, para a sua determinação, das variações do estado da terra mas também das variações que afectam o valor e a quantidade dos metais e das moedas. No primeiro caso, o produto será sempre proporcional ao valor da terra. No segundo, poderá tomar proporções muito diferentes face a esse valor.

Quando, em vez de uma parte do produto da terra ou do preço de uma parte desse produto, se paga uma soma fixa em dinheiro, trata-se de um imposto da mesma natureza que a taxa fundiária de Inglaterra que já analisámos. É indiferente ao estado da cultura (quer melhore ou regrida). Na Índia, houve agentes da Companhia das Índias que, nas suas províncias, converteram um imposto deste tipo num pagamento em géneros. Ao fazê-lo, desencorajaram a cultura e abriram novas oportunidades para abusos. A receita caiu para um nível inferior, em detrimento do interesse dos patrões, mas também em detrimento do interesse do país.

§ 3. Impostos sobre os alugueres das casas

O aluguer das casas divide-se em duas partes:

- o **aluguer do prédio** ou renda de superfície;
- o **aluguer do solo** ou renda fundiária.

O **aluguer do prédio é o juro ou o lucro do capital despendido na construção da casa.** Deve ser suficiente para dar ao construtor do edifício o mesmo juro que ele receberia se emprestasse o seu capital em troca de boas garantias. Deve também ser suficiente para lhe permitir fazer a manutenção da casa ou – o que vai dar ao mesmo – substituir o capital que utilizou para construir a casa. O aluguer regula-se pela taxa de juro normal do dinheiro. Se essa taxa for de 4%, um aluguer de 6 a 6,5%, uma vez paga a renda do solo, será um aluguer suficiente para permitir que o empresário cubra o capital investido. Se a taxa for de 5%, será necessário que o aluguer se situe entre os 7 e os 7,5%, etc.. Se o lucro for desproporcionado face à taxa de juro, uma massa de capitais virá de outras áreas para ser aplicada na construção e o lucro será devolvido à sua justa medida. Se o lucro descer demasiado, produzir-se-á o fenómeno inverso até que se volte a alcançar o equilíbrio.

Aquilo que no aluguer total de uma casa excede o que é suficiente para dar um lucro razoável vai, naturalmente, para o aluguer do solo. Se o proprietário do solo for diferente do proprietário da superfície, é o primeiro que recebe o excedente. O aluguer do solo não vale quase nada no campo e pode atingir um preço elevado na capital, sobretudo em bairros concorridos.

Um imposto sobre os alugueres pagável pelo locatário não influencia de forma duradoura as receitas dadas pelas superfícies ou pelas construções. Porquê? Porque, se o empresário não for compensado (se o seu lucro se revelar insuficiente), ele e muitos outros empresários abandonarão o sector. Isso fará aumentar a procura de prédios e colocará o lucro no seu nível justo. Este imposto recairá em parte sobre o locatário e em parte sobre o proprietário do solo.

Adam Smith avança o seguinte exemplo: imaginemos uma pessoa que não pode dar mais de 60 libras anuais por um aluguer. Um imposto de 20% faz com que uma habitação de 60 libras lhe custe 72 (20% de 60 são 12). Como ela não pode desembolsar mais de 60 libras por ano, vê-se obrigada a encontrar um aluguer de 50 libras (pelo qual pagará dez de imposto), renunciando a algumas comodidades do bem que queria alugar inicialmente. Porém, essa renúncia será apenas parcial, pois no dia em que tal imposto for criado, ele incidirá sobre todas as habitações e forçará cada potencial locatário a procurar um bem de menor valor. Isto significa que a procura de habitações decairá, excepto a daquelas com aluguer mais baixo. Assim, os proprietários serão forçados a reduzir os preços para reavivar a procura. A redução deve, a longo prazo, recair sobre os alugueres do solo. E a pessoa poderá ter a sua casa de 60 libras que, doravante, se alugará por 50. O pagamento deste imposto será partilhado entre o locatário e o proprietário do solo. Como se faz a partilha? Depende das circunstâncias. É um imposto desigual. Quanto mais pobre o locatário, mais o imposto recairá sobre o proprietário do solo, o que, porém, não tem nada de irrazoável.

O aluguer das casas é similar ao arrendamento das terras, mas difere num ponto essencial. Qual? **A renda da terra serve para pagar a utilização de uma coisa produtiva** (a terra). **Já o aluguer das casas serve para pagar o uso de uma coisa não produtiva** (nem a casa nem o terreno sobre o qual ela assenta produzem o que quer que seja). A pessoa que paga o aluguer tem de encontrar uma fonte distinta e independente de rendimento para suportar esta utilização. Um imposto sobre o aluguer recai sobre o locatário. Um tal imposto faz parte dos impostos que não incidem apenas sobre uma única fonte de receitas mas sobre as três fontes indistintamente. Tem a mesma natureza que os impostos que incidem sobre os bens consumíveis. O aluguer é, sem dúvida, o artigo de consumo mais revelador do orçamento de uma pessoa. Como tal, Adam Smith considera que seria necessário haver um imposto proporcional sobre o aluguer. Este não deveria ser muito elevado, pois tal incitaria as pessoas a satisfazerem-se com habitações medíocres e a gastar de outro modo a maior parte do seu orçamento.

Poderíamos determinar a proporção do aluguer do mesmo modo que se determina a proporção de um rendimento fundiário. **As casas desabitadas não deveriam pagar imposto** porque o seu proprietário seria taxado por uma coisa que não lhe dá qualquer rendimento. **As casas habitadas pelo proprietário deveriam ser taxadas consoante a renda que teriam se fossem alugadas.** Se as casas fossem taxadas em função da despesa inerente à sua construção, esse imposto arruinaria quase todas as famílias grandes e ricas do país e, provavelmente, de todos os países civilizados. De facto, as amplas moradias são fruto da despesa de várias gerações em objectos magníficos mas têm um valor de troca bastante reduzido face ao investimento nelas feito.

A renda dos terrenos para construção presta-se melhor a um imposto do que o aluguer das casas. Esse imposto, que não faz aumentar o aluguer da casa, recai sempre sobre o proprietário do solo que, tal como um monopolista, exige o valor mais elevado possível pelo uso do seu terreno. Um imposto sobre a renda dos terrenos para construção atinge todos os proprietários de solos que estão em concorrência numa dada zona (existem, evidentemente, zonas nas quais os alugueres são mais elevados, como a capital) mas não se repercute no locatário. De facto, quanto mais o locatário tiver de pagar pelo imposto, menos estará disposto a pagar pelo terreno. Como tal, o pagamento do imposto recai totalmente sobre o proprietário.

A renda dos terrenos para construção e a renda comum das terras são recebidas pelo proprietário sem que, em muitos casos, seja necessário qualquer cuidado da sua parte. Tirar-lhe parte dessa receita não desencoraja qualquer esforço. Como tal, após a cobrança do imposto, o produto anual das terras e do trabalho permanece inalterado a nível nacional. Estas rendas são, assim, as que melhor suportam ser tributadas. Porém, as rendas comuns das terras são menos adequadas a uma tributação especial do que as rendas dos terrenos para construção. Porquê? Porque a renda comum das terras exige, por vezes, algum esforço do proprietário, o qual seria desencorajado pela existência de um pesado imposto. Pelo contrário, as rendas dos terrenos para construção devem-se à atenção do soberano, à boa conduta do governo. Como tal, é legítimo tributar de forma especial um fundo que deve a sua existência à boa administração do Estado.

Na Grã-Bretanha, o aluguer das casas é tributado na mesma proporção que os rendimentos fundiários mediante um imposto que se chama "taxa fundiária anual". A avaliação através da qual é feito o assento de cada paróquia é muito pouco equitativa: na maior parte do reino, este imposto recai mais levemente sobre os alugueres das casas do que sobre os rendimentos puramente fundiários.

Aqueles que inventaram os impostos sobre as casas em Inglaterra procuraram critérios para determinar o seu valor real. Antes de mais, colocaram em prática um **"imposto de lareira"**, ou seja, uma taxa baseada no número de lareiras activas numa casa. Como isso obrigaria o cobrador de impostos a entrar na casa e a sua visita seria, obviamente, considerada desagradável ou até odiosa, criou-se em seguida um **imposto sobre as janelas.** A taxa aumenta com o número de janelas da habitação. O número de janelas podia ser determinado frequentemente a partir de fora sem que fosse necessário entrar em todos os quartos. **A principal objecção que se pode formular contra um imposto deste género é a sua desigualdade e o facto de atingir por vezes mais duramente os pobres do que os ricos.** De facto, uma casa com uma renda de dez libras numa cidade de província possui, por vezes, mais janelas do que uma casa com renda de quinhentas libras em Londres. O primeiro locatário, provavelmente muito menos abastado do que o segundo, contribuirá mais do que este. Este imposto contraria assim a primeira das quatro máximas, mas respeita as outras três. **Por outro lado, este imposto sobre as janelas tem tendência a fazer baixar o montante das rendas: com efeito, quanto mais uma pessoa paga imposto, menos está em condições de pagar a renda.** No entanto, as rendas aumentaram em Inglaterra devido à prosperidade e ao aumento da receita dos habitantes. Sem a taxa, estas rendas teriam subido ainda mais.

Artigo 2. Impostos sobre o lucro ou sobre o rendimento resultante do capital

O rendimento ou lucro resultante do capital divide-se em duas partes:

- **aquela que paga o juro** e que pertence ao proprietário do capital;
- **aquela que excede o que é necessário ao pagamento do juro.**

Esta última parte do lucro não pode, diz Smith, ser tributada directamente. Porquê? Porque se trata da compensação, muitas vezes mínima, dos riscos incorridos e do esforço dispensado para utilizar o capital. Proceder de outro modo é desencorajar a pessoa de continuar a investir o seu dinheiro. Se for tributada directamente consoante o seu lucro, ela será obrigada a:

- **aumentar a sua taxa de lucro proporcionalmente ao imposto** – se a pessoa em causa for um rendeiro, isso só se pode fazer reduzindo a renda da terra do proprietário; se for um comerciante ou industrial, aumentando o preço que os consumidores pagam pelos seus produtos. Assim, o imposto sobre o capital recai ora sobre o proprietário, ora sobre o consumidor;
- **pagar menos juro sobre o capital que pede emprestado** – a pessoa faz recair todo o imposto sobre a parte do lucro que estava destinada ao pagamento do juro do dinheiro.

À primeira vista, o juro do dinheiro é algo passível de ser tributado directamente, como acontece com o rendimento fundiário. De facto, vimos que o rendimento fundiário ou a renda da terra é o que resta após termos reposto o capital e pago os lucros normais do rendeiro. Vimos que um imposto sobre a renda da terra não terá como efeito fazê-la aumentar muito. Como se trata de soldo, a renda comum das terras não pode aumentar mais, com imposto ou sem ele. **Pelas mesmas razões, um imposto sobre o juro do dinheiro não vai fazer aumentar a taxa de juro. Porquê? Porque a quantidade de capital permanece a mesma após o imposto quando comparada com a que havia antes.** Vimos que a taxa normal do lucro é resultante da divisão da quantidade de capital a usar pela quantidade de utilizações ou de negócios que exigem esse capital. Nenhuma destas duas quantidades pode ser aumentada ou diminuída através de um imposto sobre os juros do dinheiro. Como tal, a taxa de lucro permanece igual. Assim, uma vez que, de modo a remunerar o risco e o esforço, se deduz o lucro – inalterado – do produto, obtém-se o mesmo capital. O remanescente mantém-se inalterado. Poderíamos, pois, concluir que o juro do dinheiro pode ser taxado directamente da mesma maneira que o rendimento da terra.

No entanto, duas circunstâncias tornam esta tributação do juro do dinheiro muito menos pertinente que a tributação do rendimento fundiário.

Em primeiro lugar, **a quantidade de terra que um homem possui e o seu valor podem ser determinados com precisão,** enquanto a soma total daquilo que ele possui em capital é quase sempre um segredo. Um inquérito à situação dos negócios privados de cada contribuinte submeteria este último a humilhações contínuas e intermináveis.

Em segundo lugar, a **terra é uma coisa que não se pode transportar, enquanto o capital é**

muito fácil de levar de um lado para o outro: se o imposto se tornar demasiado oneroso, o proprietário do capital fá-lo-á passar para um lugar onde possa conduzir os seus negócios e gozar como bem entende da sua fortuna. Mas, ao agir assim, ele fará cessar toda a indústria que esse capital mantinha no país que vai abandonar. É com o capital que cultivamos a terra e colocamos o trabalho em actividade. Um imposto que persiga os capitais de um país tem por efeito secar todas as fontes de rendimento, tanto do Estado como da sociedade. Isso afectaria tanto os lucros dos capitais como a renda da terra e os salários do trabalho.

Os países que taxaram os rendimentos provenientes de capitais preferiram, ao invés de se mostrar inquisidores, contentar-se com aproximações. Como tal, revelaram-se arbitrários. De facto, devido ao carácter muito incerto e bastante desigual deste imposto, é preciso, em compensação, que ele seja extremamente moderado: concretamente, o contribuinte é tributado muito abaixo do seu verdadeiro rendimento. Em Inglaterra, taxam-se os capitais na mesma proporção que as terras: isto equivale a 20% do rendimento estimado das terras e a 20% do juro estimado do capital. Entretanto, o país prosperou fortemente, pelo que a maior parte das terras de Inglaterra são taxadas em menos de metade do seu valor e a maior parte do capital de Inglaterra é tributado em cerca de 1/50 do seu valor.

Além disso, **em todos os países se evitaram os excessos de inquirir sobre a situação dos negócios privados dos indivíduos.** Em Hamburgo, cada habitante é obrigado a pagar ao Estado 0,25% de tudo o que possui. Como a riqueza do povo de Hamburgo consiste sobretudo em capital, podemos considerar que este é um imposto sobre o capital. Cada um determina por si o montante da sua fortuna e envia essa soma para a caixa pública sob juramento perante um magistrado. Esta soma é geralmente paga com grande honestidade nesta pequena república. No cantão de Unterwald, na Suíça, em caso de despesas extraordinárias na sequência de uma tempestade ou de uma inundação, os cidadãos reúnem-se e declaram publicamente, sob juramento, o montante da sua fortuna. E contribuem proporcionalmente. Em Zurique, cada um é taxado em função do seu rendimento, que é obrigado a declarar sob juramento. A lei que obriga a declarar publicamente o montante da fortuna seria considerada inaceitável em Hamburgo, onde estas coisas devem permanecer secretas para não prejudicar o crédito dos comerciantes.

Na Holanda, a chamada lei do "quinquagésimo penny" incidia sobre 2% da totalidade da fortuna. Era um imposto que só se pagava uma vez para ajudar o Estado em dificuldade. Cada cidadão taxava-se a si mesmo e enviava o montante da sua contribuição. Este imposto patriótico não se pode repetir muitas vezes sob pena de prejudicar os capitais dos cidadãos e arruiná-los, tornando-os incapazes de continuar a sustentar o Estado. É também neste espírito que, em Inglaterra, a lei do imposto fundiário prevê que este só incida sobre os próprios juros e de forma proporcional.

Seguimento do artigo 2. – Impostos que incidem especialmente sobre os lucros de determinados empregos

Em alguns países foram criados **impostos extraordinários sobre os lucros dos capitais de determinados ramos do comércio e até, por vezes, da agricultura.** Em Inglaterra, taxa-se

o vendedor ambulante, o dono da loja de bebidas alcoólicas, o condutor de carruagens, etc.. Na hipótese de um imposto ser lançado sobre os lucros dos capitais empregues num ramo de comércio, **o imposto em questão nunca atinge, em última análise, o comerciante tanto quanto atinge o consumidor,** que é obrigado a pagar uma sobretaxa correspondente ao montante pago pelo comerciante. É preciso que o comerciante tenha um lucro razoável no seu negócio e que, quando a concorrência é livre, ele não possa obter mais do que isso.

Quando o imposto é proporcional, é pago pelo consumidor e não pesa de modo algum sobre o comerciante. Quando não é, também é pago pelo consumidor, mas favorecerá os grandes comerciantes face aos pequenos. É o caso, por exemplo, do imposto sobre a venda de cerveja maltada, que pode ser adquirida mais facilmente por um grossista do que por um retalhista. Contudo, o carácter módico deste imposto torna esta desigualdade mais suportável. Não seria possível harmonizar com exactidão uma taxa sobre as lojas em função da extensão do comércio destas. Isso obrigaria a procedimentos inquisitoriais demasiado pesados para um país livre e teria eliminado os pequenos comerciantes em favor dos grandes. Por estes motivos, o projecto de imposto sobre as lojas foi rejeitado.

A *taille* pessoal cobrada em França é, sem dúvida, o imposto mais importante da Europa sobre os lucros dos capitais empregues na agricultura. Como nasceu este imposto? No estado de desordem em que se encontrava a Europa na época feudal, o soberano contentava-se em tributar aqueles que eram demasiado fracos para se recusarem a pagar impostos. Os grandes senhores, mesmo que o assistissem militarmente, recusavam-se a entregar-lhe um imposto constante. Ao longo do tempo, uma série de pessoas livres emanciparam-se da sua condição de servidão. Alguns adquiriram a propriedade das terras que detinham a título não nobre, por vezes sob a alçada de um grande senhor ou do próprio soberano. Devido à sua emancipação e, por vezes, à sua prosperidade, atraíram a inveja dos nobres que passaram a consentir voluntariamente que o soberano os tributasse. É preciso distinguir:

- a ***taille* real,** um imposto sobre os lucros das terras detidas a título não nobre,
- da ***taille* pessoal,** um imposto sobre os presumíveis lucros de todos os que arrendassem ou alugassem terras – nobres ou não – pertencentes a outras pessoas.

A primeira, ao incidir apenas sobre uma parte das terras do país, é, necessariamente, um imposto desigual, mas nem sempre arbitrário. A segunda é um imposto desigual e arbitrário, pois apenas se pode conjecturar sobre os lucros destas pessoas. O montante da *taille* pessoal imposta em França varia de ano para ano em função dos relatos que são feitos ao Conselho do rei sobre o bom ou mau estado das colheitas e sobre outros elementos capazes de servir de critério a semelhante avaliação. O território de terras taxáveis está dividido em generalidades[219], em eleições e em paróquias. Os repartidores do imposto fazem erros frequentes, seja por ignorância ou falta de boas informações, seja por animosidade ou outros motivos privados. Nenhum contribuinte sabe ao certo quanto irá pagar. Se for taxado em excesso ou se for taxado quando estava isento, o contribuinte pode reclamar. Se ganhar a causa, toda a paróquia é tributada de novo no ano seguinte para o reembolsar.

---

[219] As generalidades eram circunscrições administrativas na França do Antigo Regime.

Quando um imposto é lançado sobre os lucros dos capitais empregues num dado ramo do comércio, os comerciantes nunca colocam no mercado mais bens do que aqueles que podem vender a preço suficiente para recuperar o adiantamento do imposto. Alguns retiram parte do seu capital do comércio. **Isto desguarnece o mercado** e faz subir o preço dos bens, recaindo o ónus sobre o consumidor. Mas quando o imposto é lançado sobre os lucros dos capitais empregues na agricultura, não sucede o mesmo, pois os rendeiros não têm interesse em retirar capital da sua actividade. O capital de cada rendeiro serve para pagar a renda da terra e cultivá-la convenientemente. Se ainda tiver de pagar um imposto, um dos dois empregos anteriores do seu capital será afectado. Ora, como ele nunca irá, de forma voluntária, reduzir a produção nem desguarnecer o mercado, o ónus do imposto não poderá recair sobre o consumidor. Por isso, **em última análise, o adiantamento do imposto será pago pelo proprietário,** que se verá obrigado a baixar a renda da terra, de modo a permitir que o rendeiro obtenha um lucro que lhe permita prosseguir com a sua actividade.

Os camponeses atingidos pela *taille* pessoal são, geralmente, tributados em proporção do capital que utilizam para a sua cultura. Como tal, **preferem utilizar as alfaias mais rudimentares e miseráveis que podem,** para parecerem pobres aos olhos dos cobradores. **Ao usar expedientes tão miseráveis, eles trabalham, sem o saber, contra o seu próprio interesse.** Porquê? Porque a sua produção diminui consideravelmente e a perda que daí deriva é superior ao que teriam de pagar em imposto se a sua produção tivesse sido mais abundante devido ao uso de bons instrumentos. Mesmo que este "cultivo miserável" desguarneça o mercado e aumente o preço dos bens, para o camponês este aumento não compensa a diminuição do produto. A renda da terra do proprietário será também reduzida. Como tal, o público, o rendeiro e o proprietário sofrem com esta cultura degradada. A taille pessoal desencoraja a cultura e seca a principal fonte de riqueza de um país.

No Sul da América do Norte, a **"capitação"** é um imposto anual sobre os lucros de um determinado tipo de capital empregue na agricultura. **Calcula-se em função do número de "cabeças" de escravos negros empregues por este ou aquele plantador.** Como este último é, na maior parte do tempo, rendeiro e proprietário, o pagamento definitivo do imposto recai sobre ele. Este tipo de imposto foi corrente na Europa na época em que os servos eram utilizados para cultivar. **Deste ponto de vista, na Europa a capitação é vista como um sinal de servidão, embora seja, para a pessoa que a paga, uma prova da sua liberdade.** De facto, o imposto significa que a pessoa está submetida a um governo mas, como possui uma propriedade, não pode pertencer a um senhor. E, nesse sentido, a capitação sobre os homens livres é totalmente diferente da capitação sobre os escravos.

Contrariamente aos impostos que incidem sobre os lucros do capital em determinados empregos, que, em si, nunca influenciam o juro do dinheiro, os impostos (cobrados com um certo grau de exactidão) que incidem geralmente sobre os rendimentos provenientes do capital, em todos os empregos recaem, por norma, sobre o juro do dinheiro.

Apêndice aos Artigos 1 e 2. – Impostos sobre o valor capital das terras, casas e fundos mobiliários

Quando a propriedade permanece nas mãos da mesma pessoa, os impostos a ela aplicados não tocam no capital da propriedade. São apenas uma cobrança sobre o rendimento da propriedade. Mas quando a propriedade muda de mãos (seja entre vivos ou de um morto para um vivo), os impostos que são lançados sobre ela retiram, muitas vezes, uma parte do seu valor capital.

As transmissões de propriedades são actos públicos e notórios. Não podem permanecer secretas. Pelo contrário, as transferências de capitais ou bens móveis ocorrem muitas vezes em segredo. Como tal não é possível tributá-las directamente. **Por isso, têm sido tributadas indirectamente através da obrigação de cumprir duas formalidades:**

- o acto que contém a obrigação de pagar deve, sob pena de nulidade, ser escrito sobre papel ou pergaminho que tenha sido objecto de um determinado **imposto de selo;**
- o dito acto deve ser inscrito num registo público, o que exige o pagamento de um **imposto de registo.**

Estes impostos de selo e de registo foram, muitas vezes, criados também para os actos de transmissão de propriedades imobiliárias. Esses impostos são uma invenção bastante moderna. Tornaram-se uma fonte, mais ou menos considerável, de rendimento do soberano e, em pouco mais de um século, generalizaram-se na Europa.

O imperador romano Augusto criou um imposto que incidia sobre a transmissão de propriedade de um morto a um vivo, aplicável a todas as sucessões e doações, à excepção das feitas aos parentes próximos ou aos pobres. Do mesmo modo, o imposto criado na Holanda sobre as sucessões (que são taxadas entre 5 e 30% do valor total da sucessão) não se aplica às crianças que viviam ainda sob o mesmo tecto que o defunto.

As leis feudais criaram direitos cruéis que se aplicavam à transmissão das terras, tanto do morto para o vivo como entre vivos. O herdeiro de qualquer vassalo da coroa pagava um direito de investidura, em geral um ano de renda do domínio. Se o herdeiro fosse menor, todas as rendas do domínio eram, durante a sua menoridade, entregues ao senhor. Aquando da sua maioridade, ele tinha ainda de pagar uma "compensação", que costumava corresponder a um ano de renda. Houve vezes em que isto provocou a ruína de uma grande terra. Em caso de alienação do bem, era obrigatório o consentimento do senhor, que por norma exigia um pagamento.

Os impostos sobre as transmissões de propriedade do morto para um vivo recaem sobre a pessoa à qual a propriedade é transmitida. Os impostos sobre a venda de terras recaem na totalidade sobre o vendedor. Dá-se o caso de o vendedor ter quase sempre a necessidade de vender, enquanto o comprador raramente tem necessidade de comprar. Como tal, estes impostos recaem quase sempre sobre as pessoas em estado de necessidade e são, consequentemente, duros e opressivos.

Todos os impostos sobre as transmissões de qualquer tipo de propriedade diminuem o valor capital desta e tendem, como tal, a diminuir o valor dos fundos destinados à manutenção do trabalho produtivo. São **"impostos dissipadores"**, pois retiram capital a pessoas que mantêm trabalhadores produtivos para o entregar ao soberano, que só mantém a classe não produtiva. Mesmo quando são proporcionais ao valor do bem, são sempre desiguais, porque a frequência das transmissões nem sempre é a mesma nas propriedades. Quando não são proporcionais ao valor do bem, são ainda mais desiguais. Porém, nunca são arbitrários: em todos os casos são perfeitamente claros e certos. São bastante cómodos, mesmo para a pessoa pobre, pois são cobrados num momento em que a pessoa deve ter dinheiro.

Já os impostos de selo sobre as cartas, dados, jornais, etc. são impostos sobre o consumo. Tal como o são os impostos de selo sobre as licenças para vender cerveja, vinho ou bebidas espirituosas a retalho.

Artigo 3. – Impostos sobre os salários do trabalho

O **salário** dos trabalhadores é regulado com base em duas coisas:

- **a procura de trabalho** – a subsistência do trabalhador será abundante se a procura for crescente, medíocre se for estacionária e escassa se diminuir;
- **o preço "médio" ou "normal" dos bens** – determina o preço a pagar ao trabalhador para lhe permitir, de um ano para o outro, comprar essa subsistência abundante, medíocre ou escassa.

Quando a procura do trabalho e o preço dos bens permanecem iguais, um imposto directo sobre os salários do trabalho tem obrigatoriamente como consequência aumentar os salários numa proporção um pouco mais elevada do que o imposto. Com efeito, é necessário que os trabalhadores possam continuar a subsistir. Se tiverem necessidade de dez xelins por semana e os seus salários forem atingidos por um imposto de 20% (um quinto do salário), é preciso que, uma vez pago o imposto, o trabalhador tenha dez xelins. Mas, para deixar esta proporção de salário após impostos, é preciso aumentar o salário não em um quinto (20%) mas em um quarto (25%). Como tal, é preciso que os salários cresçam numa proporção um pouco superior. Se o imposto for, por exemplo, de 10%, o salário tem de aumentar em 12,5%.

Não é o trabalhador que adianta o imposto, mas o patrão da fábrica ou o rendeiro da quinta. O pagamento definitivo do imposto sobre os salários dos trabalhadores de manufacturas será feito pelo consumidor e o do imposto sobre os salários do trabalho no campo incidirá sobre o proprietário da terra, que verá a sua renda diminuída. **A longo prazo, um imposto directo sobre os salários do trabalho implica necessariamente uma diminuição da renda da terra e uma subida do preço dos objectos manufacturados** mais acentuadas do que as que teriam lugar se a tributação tivesse incidido em parte sobre a renda da terra e em parte sobre os objectos manufacturados. Por vezes, tais impostos não provocam um aumento proporcional dos salários, o que se explica pelo facto de eles gerarem uma **baixa considerável na procura do trabalho.** Os efeitos de tais impostos são, geralmente,

o declínio da indústria, a diminuição dos meios de ocupação para os pobres e a diminuição do produto anual das terras e do trabalho nacional.

Apesar do carácter absurdo e destruidor destes impostos, eles são aplicados em vários países. Em França, a parte da *taille* que incide sobre os artesãos e sobre os assalariados nas aldeias é, na realidade, um imposto sobre o salário. Na Boémia, há um imposto extremamente pesado sobre os artífices.

Se um imposto atingisse a remuneração dos artistas e das pessoas que exercem uma profissão liberal, o único efeito possível seria aumentar essa remuneração numa proporção um pouco mais elevada do que o imposto. Se isso não acontecesse, um tal imposto levaria um grande número de pessoas a abandonar essa profissão, por ela já não se encontrar ao nível das outras. Esse abandono faria com que as remunerações subissem e os profissionais recuperassem o estatuto inicial.

Por norma, nunca falta dinheiro para as despesas, os gabinetes e os cargos de nomeação pública. Como não são regulados através da livre concorrência do mercado, estes nem sempre observam uma justa proporção com aquilo que a natureza do emprego requer. São, frequentemente, mais elevados do que esta proporção exige, pois **não é segredo para ninguém que, na maior parte dos países, os governantes estão geralmente dispostos a remunerarem-se e a remunerar quem está mais próximo deles de forma bastante generosa.** Estes pagamentos são, assim, susceptíveis de suportar um imposto especial. Como as pessoas que ocupam esses cargos lucrativos são objecto de uma inveja geral, **um imposto sobre os seus ganhos é geralmente um imposto bastante apreciado pelo povo.** É o caso de Inglaterra: um imposto atinge os salários que excedem as cem libras por ano. Este é o único imposto sobre os salários do trabalho que existe em Inglaterra.

Artigo 4. Impostos que têm a intenção de recair indistintamente sobre todas as diferentes espécies de rendimento

São impostos pagos indistintamente pelos rendimentos que os contribuintes possam possuir (a renda das suas terras, os lucros do seu capital ou o salário do seu trabalho) e podem ser de dois tipos:

- impostos de capitação;
- impostos sobre os objectos de consumo.

§ 1. Impostos de capitação

Trata-se de um imposto sobre a pessoa, um imposto cuja base é a existência da pessoa[220].

Estes impostos são inteiramente arbitrários quando se tenta torná-los proporcionais

[220] No Antigo Regime, o imposto de capitação compreendia todos os franceses, incluindo os privilegiados (embora o clero estivesse isento). A população estava subdividida em 22 classes e cada uma dessas classes era tributada de acordo com a sua posição na sociedade. No seio de uma classe, cada pessoa tinha de pagar um montante idêntico.

à fortuna ou ao rendimento de cada contribuinte. Porquê? Porque o estado de fortuna individual varia de dia para dia e, a não ser que se usem meios inquisitoriais insuportáveis, não é possível fazer outra coisa senão avaliar por estimativa, o que torna o imposto totalmente incerto e arbitrário.

Se nos baseássemos na categoria social e não na presumível fortuna, o imposto seria totalmente desigual, uma vez que os graus de riqueza variam fortemente no seio de uma mesma classe.

Em síntese, quando se quer tornar este imposto equitativo (em função da fortuna), ele torna-se incerto e arbitrário e, quando se quer torná-lo certo e não arbitrário (em função da classe), ele torna-se desigual.

Em Inglaterra, cobravam-se diversos impostos por cabeça no reinado de Guilherme III. Os contribuintes foram taxados, na sua maior parte, em virtude da posição social. Várias categorias de pessoas (advogados, procuradores, mandatários judiciais) que tinham já visto a sua fortuna taxada no âmbito de um primeiro imposto deste género, foram taxados segunda vez devido à sua posição social. Estes diferentes impostos nunca produziram a soma esperada. O governo "bondoso" de Inglaterra não exigiu compensação aos contribuintes que não puderam ou não quiseram pagar.

Por seu turno, o governo francês mostrou-se mais severo. Impôs a cada generalidade uma determinada soma que o intendente tinha de obter fosse como fosse. Nesse país, os impostos por capitação que se cobram às classes inferiores são impostos directos sobre os salários. São cobrados com poucos custos e dão ao Estado um rendimento bastante seguro. Este tipo de imposto é muito frequente "nos países em que se faz pouco caso do bem-estar, da tranquilidade e da segurança das classes mais baixas da população"[221].

§ 2. Impostos sobre os bens de consumo

Dada a impossibilidade de tributar o povo através de uma capitação proporcional ao rendimento de cada contribuinte, inventaram-se os impostos sobre os bens de consumo. Porquê? Porque supomos que as despesas de cada cidadão serão, em muitos casos, proporcionais ao seu rendimento. Os bens de consumo são:

- os **bens de primeira necessidade,** ou seja, todos os bens indispensáveis à vida mas também todas as coisas que os costumes do país consideram indigno as pessoas não possuírem, qualquer que seja a sua fortuna (uma camisa, por exemplo). Isto é obviamente relativo: os gregos e os romanos não tinham camisas, mas, por toda a Europa, um assalariado teria vergonha de sair à rua sem camisa. Um inglês ou um escocês nunca ousaria sair sem sapatos mas, em França, as pessoas das classes populares caminham com os pés descalços ou em tamancos;
- os **bens de luxo,** ou seja, todos os outros objectos (Adam Smith sublinha que esta

[221] A. Smith, Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations, Tome II, Flammarion, 1991, (1776), p.507

distinção não comporta qualquer juízo moral). Um exemplo? A cerveja, o vinho, etc.. Um homem, qualquer que seja o seu nível social, pode, sem qualquer vergonha, passar sem bebidas alcoólicas.

Vimos que os salários são regulados em toda a parte pela procura de trabalho e pelo preço médio dos objectos essenciais à subsistência. Um imposto sobre as coisas necessárias à vida eleva automaticamente o preço destas um pouco acima do montante do imposto. Porquê? Porque o comerciante que adianta o imposto tem geralmente de o reaver com lucro. O preço do objecto aumenta, mas também o preço do salário do trabalhador de forma proporcional (porque o seu salário depende, como vimos, do preço dos bens de primeira necessidade). **Este imposto funciona exactamente da mesma maneira que um imposto directo sobre os salários do trabalho: recai sobre o consumidor ou sobre o proprietário (se o patrão do trabalhador for um rendeiro).**

O mesmo não acontece com o imposto sobre os bens de luxo, mesmo aqueles que o pobre pode consumir com bastante frequência. Assim, um imposto sobre o tabaco não faria aumentar os salários. Em Inglaterra, o tabaco é taxado a três vezes o seu preço, e em França é taxado a 15 vezes o seu preço, mas isso não altera em nada os salários do trabalho. Idem para o chá, o açúcar e o chocolate. **O aumento do preço destes bens de luxo não significa, necessariamente, que as classes mais baixas tenham menos meios do que antes para criar uma família.** Leva-as apenas a evitar consumir coisas supérfluas. É verdade que determinados pobres não são laboriosos e poupados. Mas aqueles que levam uma vida desregrada geralmente não têm uma família numerosa a seu cargo, pois os filhos morrem frequentemente de falta de cuidados ou de comida. **Pelo contrário, a elevação do preço médio das coisas necessárias à vida é algo que, entre os pobres, diminui os meios para criar uma família numerosa.** Excepto se for compensada por um aumento proporcional nos salários.

Estes impostos sobre os bens de luxo não farão aumentar os preços de outras mercadorias que não aquelas que são alvo do imposto. Já os impostos sobre os bens de primeira necessidade, ao fazerem subir o preço do trabalho, aumentam necessariamente o preço de todos os objectos manufacturados. Como tal, diminuem a venda e o consumo. Os impostos sobre os artigos de luxo são pagos pelos consumidores desses bens e apenas por eles. **Os impostos sobre os bens de primeira necessidade são, em última análise, suportados pelas classes médias e altas.** Porquê? Porque eles são, em primeiro lugar, suportados pelo proprietário, que vê a sua renda diminuir devido ao aumento dos salários dos trabalhadores agrícolas. **Em seguida, são suportados pelos consumidores ricos (proprietários e outros), que, não sendo assalariados, não vêem os seus rendimentos aumentar, mas têm, sem qualquer compensação, de suportar o aumento do preço dos objectos manufacturados que consomem habitualmente.** Se estas classes altas compreendessem bem o seu próprio interesse, diz Smith, deviam opor-se a qualquer imposto sobre os bens de primeira necessidade e a qualquer imposto sobre os salários do trabalho.

Na Grã-Bretanha, os principais impostos sobre os bens de primeira necessidade incidem sobre o sal, o couro, o sabão e as velas. O sal é taxado a três vezes o preço original

do bem. O sal e os outros três bens são verdadeiramente bens de primeira necessidade e **impostos tão pesados sobre tais artigos aumentam necessariamente a despesa do pobre equilibrado e laborioso ao mesmo tempo que aumentam o salário do seu trabalho.**

O carvão é um bem de primeiríssima necessidade num país com Invernos tão rigorosos como a Inglaterra. É o instrumento de aquecimento mais económico. O preço do combustível tem uma tal influência sobre o preço do trabalho que não é de espantar que as fábricas se concentrem nas regiões com carvão. É também um combustível indispensável para muitas manufacturas (vidreiras, de ferro, de outros metais, etc.). Se um subsídio pudesse, em qualquer caso, ser aceitável, talvez devesse ser aplicado ao transporte de carvão dos locais onde ele abunda para as partes onde faz falta. Em vez de um subsídio, os legisladores criaram um imposto que aumenta fortemente o preço desta mercadoria.

Tais impostos fazem escalar o preço da subsistência e os salários do trabalho, mas proporcionam um rendimento considerável ao governo. Por conseguinte, talvez haja razões fortes para os manter, quando comparados com outras práticas que criam uma série de efeitos negativos sem produzir o mínimo rendimento para o Estado: o subsídio para a exportação de trigo, a proibição absoluta de importar gado vivo ou carnes salgadas, etc.. Todas estas práticas são nocivas e deviam ser abolidas.

Os impostos sobre os bens de primeira necessidade são muito mais elevados em alguns países do que na Grã-Bretanha. Vários países impõem taxas sobre a farinha e a sêmea. Na Holanda, o preço do pão na cidade duplica devido a impostos deste género. As pessoas que vivem no campo pagam uma determinada soma por cabeça em função do tipo de pão que é suposto consumirem. Ao fazerem subir o preço do trabalho, estes impostos e outros do mesmo tipo arruinaram, ao que parece, a maior parte das manufacturas na Holanda. Os impostos sobre a carne dos açougues são ainda mais frequentes do que sobre o pão mas, verdade seja dita, considera Smith, a carne pode não ser essencial à vida. É possível ter uma alimentação suficientemente equilibrada, sã e substancial sem carne. Não é preciso comer carne para se ser respeitável.

Os bens de primeira necessidade e os bens de luxo podem ser **tributados de duas maneiras:**

- **fazendo o consumidor pagar uma quantia anual para poder consumir ou usar mercadorias de determinado tipo;**
- **taxando as mercadorias quando elas estão na mão do comerciante e antes de chegarem às mãos do consumidor.**

É preferível usar a primeira maneira para os bens de consumo que duram um tempo considerável, enquanto os bens de consumo imediato serão taxados da segunda maneira. Os impostos sobre as carruagens e as baixelas eram exemplos do primeiro método de tributação. A maior parte dos outros direitos de impostos indirectos e alfandegários eram sujeitos ao segundo método de tributação.

Uma carruagem bem estimada pode servir durante 10 a 12 anos. É mais cómodo para o

consumidor pagar um montante fixo todos os anos do que ser taxado de uma só vez pelo tempo de vida previsível da carruagem. Uma baixela pode durar mais de um século. É evidentemente mais cómodo pagar uma taxa todos os anos do que uma soma astronómica de uma só vez. Podemos dizer o mesmo das casas. Sir Matthew Decker[222] propôs que se tributasse deste modo todo o tipo de mercadorias, mesmo as que se consumiam imediatamente. O objectivo era suprimir todos os direitos sobre a importação e sobre a exportação e assim permitir ao comerciante utilizar o seu capital para alargar e fazer prosperar o seu comércio. No entanto, há quatro objecções a esta forma de tributar bens de consumo imediato.

Em primeiro lugar, tal imposto seria desigual e bem menos proporcional à despesa e ao consumo dos contribuintes do que a forma habitual de tributar. De facto, as taxas sobre a cerveja, o vinho e os licores que são avançadas pelo comerciante são, em última análise, suportadas pelos diferentes consumidores, mas na proporção do respectivo consumo. Como estes consumidores têm perfis muito diferentes, a adopção de um imposto que consiste em pagar para ter a permissão de beber bebidas alcoólicas durante um determinado tempo faria com que um consumidor sóbrio pagasse exactamente a mesma taxa que um alcoólatra.

Em segundo lugar, um imposto que consiste em pagar em intervalos regulares (por ano, por semestre, etc.) **pela permissão de consumir determinadas mercadorias diminui extremamente uma das principais vantagens dos impostos, ou seja, a possibilidade de pagar pouco a pouco,** consoante se está em condições de o fazer. Esclarecendo: um trabalhador que bebe pode ter os meios para pagar uma caneca de cerveja de tempos a tempos, mas pode não ter o suficiente para pagar um direito de consumo durante um longo período.

Em terceiro lugar, tal imposto teria menos efeitos dissuasivos do que as leis sumptuárias. Uma vez comprada a permissão, nenhum argumento económico pode incitar o trabalhador à temperança durante este período. Bem pelo contrário.

Em quarto lugar, um trabalhador até pode ter como pagar um imposto anual igual à soma daquele que já paga aos poucos, de cada vez que consome uma caneca de cerveja, mas saldar a dívida de uma assentada colocá-lo-ia em apuros. **Tal modo de tributação nunca poderia produzir, sem um incómodo profundo para os contribuintes, um rendimento equivalente ao que se gera** sem oprimir ninguém.

No entanto, vários países tributam desta forma determinados bens. Por exemplo, na Holanda paga-se um tanto por cabeça para ter a permissão de beber chá ou, como já vimos, de comer pão.

Os impostos indirectos são tributados principalmente sobre os bens de produção nacional destinados ao consumo no país. Eles incidem quase totalmente sobre bens de luxo e sobre quatro bens de consumo corrente já mencionados (sal, sabão, couro e velas).

As taxas aduaneiras são muito mais antigas do que os impostos indirectos. Originalmente, eram taxas sobre os lucros dos mercadores. Do mesmo modo que a alta nobreza

---

[222] Sir Matthew Decker (1679-1749) foi um político e mercador inglês, director da Companhia das Índias Orientais. [N.T.]

tinha consentido voluntariamente que o soberano impusesse uma taille pessoal sobre os seus próprios inquilinos, ela aceitou, sem dificuldade, que o rei taxasse os mercadores que ela desprezava e, ao mesmo tempo, invejava. **Nestes tempos de ignorância, ainda não se tinha percebido que era preciso evitar tributar os lucros dos comerciantes uma vez que o pagamento definitivo do imposto recaía sempre, com a consequente sobretaxa, sobre os consumidores.** Por isso, os ganhos dos mercadores estrangeiros foram considerados ainda mais ilegítimos do que os dos mercadores ingleses. Foram por isso mais tributados do que os segundos. Estas taxas aduaneiras, limitadas inicialmente a determinadas mercadorias, alargaram-se a todas as mercadorias, de primeira necessidade ou de luxo, que fossem importadas ou exportadas.

As **antigas taxas aduaneiras** estavam divididas em três ramos:

- uma **taxa sobre a lã e o couro,** que era principalmente, ou mesmo totalmente, uma taxa sobre a exportação;
- uma taxa sobre o vinho, estabelecida a um tanto por tonelada e chamada **"tonelagem";**
- uma taxa sobre todas as outras mercadorias, estabelecida a um tanto por libra de peso do seu presumível valor e chamada **"libragem"**.

O sistema evoluiu de forma a aplicar-se a um número cada vez maior de mercadorias, antes de mais para suprimir as necessidades do Estado e depois para regular o comércio em função dos princípios do sistema mercantilista. Este sistema foi implementado de forma gradual. Originalmente, tributava-se indistintamente a importação e a exportação. Depois, tributou-se quase exclusivamente a importação de mercadorias. As antigas taxas sobre a exportação de mercadorias nacionais foram, na sua maioria, aligeiradas ou anuladas. Chegou-se mesmo a dar subsídios à exportação. Agora, as mercadorias estrangeiras importadas e posteriormente exportadas têm direito a uma restituição total ou parcial das taxas. Excepcionalmente, dispensam-se de taxas algumas matérias-primas importadas do estrangeiro e que são necessárias aos comerciantes e aos industriais ingleses. A exportação das matérias-primas nacionais é, por seu turno, proibida ou sujeita a taxas muito elevadas.

O sistema mercantilista não favorece nem o rendimento da maioria do povo, nem o produto anual das terras e do trabalho do país. E não é mais favorável ao rendimento do soberano. O mercantilismo está também na origem da proibição total da importação de várias mercadorias. Em alguns casos, isso levou os mercadores importadores a adoptar práticas de contrabando, o que significa que **esta política aniquilou totalmente o rendimento que as alfândegas teriam podido ganhar com estas importações.** Os subsídios à exportação de produtos manufacturados ou de mercadorias estrangeiras inicialmente importadas deu origem a fraudes e a uma espécie de contrabando mais destrutivo do erário público do que qualquer outro. As mercadorias eram pretensamente exportadas e carregadas em navios que, uma vez recebido o subsídio, as desembarcavam clandestinamente em qualquer outro ponto do país.

Os mercadores importadores fazem contrabando o mais que podem e registam em alfândega o mínimo possível de entradas. Os mercadores exportadores, pelo contrário,

aquando dos registos, exageram sempre na quantidade que exportam. Seja por vaidade (para se fazerem passar por pessoas que têm grandes negócios), seja para ganhar um subsídio ou um reembolso. É assim sem espanto que, nos registos das alfândegas inglesas, as exportações são muito superiores às importações, para grande felicidade e triunfo dos políticos, que não deixam de se **vangloriar com a "balança comercial".**

Os **bens importados são alvo de uma taxa aduaneira.** O livro das tarifas é extremamente extenso e contém uma lista interminável de artigos que causa muito embaraço aos oficiais de alfândega e despesas e vergonhas aos mercadores importadores. No entanto, para que a maior parte dos membros de qualquer sociedade possa contribuir para o erário público proporcionalmente à sua despesa, não é necessário que cada artigo seja passível de imposto. Todos os contribuintes participam de forma equitativa quando os impostos indirectos se aplicam apenas a um pequeno número de artigos, àqueles de uso e consumo mais frequente. **Seria talvez mais proveitoso adoptar um regime aduaneiro limitado a alguns artigos, sem qualquer perda para o erário público e com grande vantagem para o comércio estrangeiro.**

E que artigos seriam então alvo dos impostos aduaneiros? Os artigos de consumo corrente provenientes do estrangeiro, como os vinhos e as aguardentes, o açúcar, o rum, o tabaco, a noz de cacau, o chá, o café, a porcelana, as especiarias, etc.. Tal já sucede em Inglaterra, onde estes artigos são responsáveis pela maior parte do rendimento obtido através dos impostos aduaneiros. Os impostos que incidem sobre artigos de manufactura estrangeira têm mais por objectivo assegurar um monopólio e dar aos mercadores nacionais uma vantagem no mercado interno do que aumentar o erário público. Adam Smith acredita que, **se fossem suprimidas todas as proibições e se se tributassem de forma moderada os artigos manufacturados estrangeiros, as empresas nacionais continuariam a ter grandes vantagens e os cofres públicos encaixariam bastante dinheiro.**

Taxas elevadas diminuem o consumo ou encorajam o contrabando. Fornecem muitas vezes ao governo um rendimento mais fraco do que aquele que ele obteria com taxas mais módicas. Para o remediar, seria preciso ou diminuir a tentação de fazer contrabando, através da redução das taxas, ou aumentar as dificuldades do contrabando, estabelecendo um sistema de administração mais adequado para o impedir. Para o fazer, constatamos que as leis do imposto indirecto são mais eficazes do que as aduaneiras. **Como tal, seria interessante aplicar o sistema de administração do imposto indirecto às alfândegas.**

Por exemplo, seria preciso que as mercadorias do mercador importador fossem guardadas em armazéns sob a custódia de um oficial aduaneiro. Se o mercador as quisesse guardar num armazém particular, deveria pagar o imposto sem esperar um posterior reembolso. Outra opção seria colocá-las num armazém público sem que fosse necessário pagar uma taxa e permitir a sua exportação livre de impostos. Estes mercadores poderiam, a qualquer momento, ser submetidos ao controlo de um oficial da alfândega. Evidentemente, os impostos deviam limitar-se a um número muito reduzido de mercadorias pois, de outro modo, seria impossível encontrar armazéns públicos suficientes. Daqui não resultaria qualquer perda para o erário público e os impostos aduaneiros poderiam adquirir o grau de simplicidade, de certeza e de precisão dos impostos indirectos.

Um tal sistema permitiria poupar ao Estado tudo o que ele perde devido aos reembolsos sobre a exportação das mercadorias estrangeiras. Se fossem ainda suprimidos do erário público todos os subsídios à exportação das mercadorias (com excepção dos casos em que se trate de impostos indirectos adiantados pelos comerciantes), o rendimento líquido das alfândegas alcançaria montantes jamais igualados no passado. O comércio sobre as mercadorias não tributadas – isto é, sobre a maioria das mercadorias – seria perfeitamente livre e poderia alargar-se a todo o mundo.

Entre as mercadorias não tributadas encontraríamos todos os bens de primeira necessidade e as matérias-primas. A livre importação destas mercadorias diminuiria o seu preço no mercado nacional. **Como tal, o preço em dinheiro do trabalho também diminuiria** (vimos que este preço em dinheiro dependia, nomeadamente, do preço dos bens de primeira necessidade) mas o seu valor real não (os trabalhadores teriam, como antes, condições de comprar bens de primeira necessidade, dada a redução no preço destes). A diminuição do preço do trabalho conduziria a uma diminuição proporcional nos artigos manufacturados. O preço de alguns deles diminuiria ainda mais devido à livre importação de matérias-primas necessárias à sua confecção. **Os objectos manufacturados nacionais ganhariam assim uma vantagem no mercado interno mas também no mercado internacional.**

Se, por exemplo, importássemos – livres de impostos – sedas não trabalhadas da China e do Indostão, os fabricantes de sedas ingleses poderiam suplantar os fabricantes franceses e italianos e deixaria de ser necessário proibir a importação de sedas estrangeiras. O comércio de mercadorias tributadas funcionaria melhor e, num ambiente de comércio perfeitamente livre, o comércio de transporte gozaria de todas as vantagens possíveis.

O projecto de impostos indirectos de Sir Robert Walpole[223] propunha, para o vinho e para o tabaco, um sistema muito semelhante ao que aqui se tem exposto. Infelizmente, "o espírito de facção"[224], ou seja, o espírito de certos grupos de interesse e as pressões de mercadores contrabandistas foram suficientemente fortes para impor a retirada de tal projecto.

Os bens de luxo importados são alvo de impostos de tal modo elevados que o custo do imposto recai sobretudo na classe média e superior. E os objectos de luxo nacionais? Desta categoria fazem parte todos os bens considerados não essenciais. Todavia, se tivermos em conta que alguns deles – como a cerveja – são largamente consumidos por trabalhadores, concluímos que nem todos **os artigos de luxo são inacessíveis às classes pobres.** Assim, os impostos que incidem sobre os artigos de luxo mais baratos produzidos no país e destinados ao consumo atingem pessoas de todas as classes, na proporção das respectivas despesas.

A soma total do consumo das classes inferiores do povo é, em todo o lado, mais elevada em quantidade e em valor do que a das classes superiores. Isto deve-se a quatro razões. Em primeiro lugar, porque a quase totalidade do capital de cada país se distribui, anualmente,

---

[223] Robert Walpole (1676-1745) foi um político britânico que, devido à sua influência, foi o primeiro a desempenhar as funções de primeiro-ministro da Grã-Bretanha, apesar de tal cargo não existir formalmente à época. [N.T.]

[224] A. Smith, *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations,* Tome II, Flammarion, 1991, (1776), p.526

pelas classes inferiores sob a forma de salário. Em segundo lugar, os rendimentos da terra são, em grande parte, distribuídos a cada ano como salário aos trabalhadores rurais. Em terceiro lugar, determinadas partes dos lucros do capital pertencem às classes que empregam pequenos capitais (pequenos merceeiros, artesãos, retalhistas, etc.). Em quarto lugar, uma pequena parte das rendas pertence a estas classes. Como tal, é a massa total das despesas das classes baixas que, apesar de pouco relevante por cada indivíduo, forma sempre a maior parte da despesa total da sociedade. **Os impostos sobre as despesas das classes superiores não costumam contribuir grandemente para o erário público.** De todos os diferentes impostos sobre a despesa, os mais produtivos são, sem comparação, os impostos indirectos sobre os materiais e o fabrico de bebidas fermentadas e espirituosas nacionais.

Adam Smith recorda, a este propósito, **uma coisa a nunca perder de vista quando se adopta um imposto sobre as despesas das classes mais baixas: deve-se taxar unicamente as despesas de luxo e não as despesas com bens de primeira necessidade.** Vimos que qualquer imposto sobre as despesas necessárias recai, em última análise, sobre as classes superiores, o que tem por efeito aumentar os salários ou diminuir a procura de trabalho. Diminuir a procura de trabalho acaba por enfraquecer o produto anual das terras.

Na Grã-Bretanha, as bebidas alcoólicas fabricadas para consumo pessoal nunca são submetidas a qualquer imposto indirecto. Isso faz com que o imposto sobre o álcool seja mais fácil de suportar pelas classes favorecidas pois, na província, a maior parte das pessoas da classe média e quase todas as casas ricas fabricam a sua própria cerveja. Mediante o pagamento de uma quota, fabricar malte[225] em casa para consumo pessoal é autorizado.

Se, em vez de um conjunto de impostos sobre o malte e a cerveja, houvesse um único imposto sobre o malte, poderíamos ter maiores receitas para o erário público. Adam Smith dedica-se a estimativas e a cálculos sobre o montante total dos impostos sobre o malte e a cerveja e conclui que, suprimindo todos os impostos sobre a cerveja e triplicando o imposto sobre o malte, poderíamos, com uma única taxa, mais leve do que o conjunto dos impostos em vigor, obter receitas superiores.

Adam Smith lembra que a legislatura tenta, há já algum tempo, desencorajar o consumo **das bebidas espirituosas, por alegadamente arruinarem a saúde do povo e degradarem os seus costumes.** De acordo com esta política, a descida dos impostos sobre as destilarias não deveria ser tal que permitisse a redução do preço daquelas bebidas. Ora, com a proposta de Smith, **as bebidas espirituosas permaneceriam tão caras quanto antes, enquanto bebidas sãs e fortificantes como a cerveja baixariam consideravelmente de preço, para grande satisfação do povo.** E, através desta operação, o erário público aumentaria consideravelmente.

O doutor Davenant[226] fez, contra este projecto, objecções às quais Smith dá resposta. **Que objecções são essas? Uma é que, ao acabar com a repartição equitativa do imposto sobre o lucro do preparador de malte, sobre o lucro do cervejeiro e sobre o do retalhista,**

---

[225] O malte é o resíduo da cevada germinada e esmagada que serve para fabricar cerveja e bebidas espirituosas.
[226] Charles Davenant (1656-1714), economista e político inglês, foi um forte apoiante da teoria mercantilista. [N.T.]

este projecto faria recair todo o peso do imposto sobre o preparador de malte, que teria muito mais dificuldade do que antes em adiantar o preço deste imposto. Outra é que um imposto tão elevado diminuiria o rendimento e o lucro das terras cultivadas com cevada.

À primeira objecção, Adam **Smith responde que o preparador de malte não seria afectado pelo triplicar do imposto sobre a sua mercadoria, uma vez que ele apenas adianta o montante deste.** Os outros fabricantes de álcool têm necessidade do malte para fabricar as suas bebidas espirituosas. Na hipótese avançada por Smith, o preparador de malte veria, é certo, o seu imposto aumentado de 6 para 18 xelins, mas os outros fabricantes, que pagavam um imposto de 24 ou 25 xelins, deixariam de pagar esse imposto de um dia para o outro. Não teriam assim qualquer dificuldade em comprar malte cujo montante de imposto tinha triplicado. Supondo que o preparador de malte tinha dificuldade em efectuar esse adiantamento, poder-se-ia dar-lhe alguns meses para regularizar a situação.

À segunda objecção, ele responde que a cevada, ao contrário das vinhas preciosas e do açúcar, nunca teve um "preço de monopólio"[227], e que **o rendimento e o lucro das terras de cevada nunca foram desproporcionados face aos de outras terras igualmente férteis e bem cultivadas.** Além disso, os diferentes impostos sobre o malte ou a cerveja nunca reduziram o preço da cevada, nem fizeram baixar o lucro e o rendimento das terras onde ela era cultivada.

Os únicos afectados pela alteração dos impostos sobre o malte seriam aqueles que fazem cerveja para uso particular. Estes, pertencendo sobretudo às classes favorecidas, gozam presentemente de uma isenção que tem por contrapartida impostos mais pesados que são suportados pelo povo. **Uma tal alteração só restabeleceria, portanto, a justiça**, mas ainda não foi avante, provavelmente devido ao interesse das classes altas.

Além dos impostos indirectos e aduaneiros, **há outras taxas que influenciam o preço das mercadorias, mas de forma mais desigual e mais indirecta.** Trata-se daquilo que, em França, toma o nome de **"portagens"** ou, como eram denominados antes, **"direitos de passagem"** sobre as estradas, as pontes, os canais, os rios navegáveis, etc.. A maneira mais conveniente de os impor é taxar as mercadorias consoante o volume e o peso. Originalmente, eram taxas locais e regionais destinadas a financiar as despesas locais ou regionais. Em diversos países, o soberano chamou a si a administração destas taxas e aumentou-as bastante. Se, em Inglaterra, o governo se apropriasse destes direitos cobrados em barreiras nas grandes estradas, transformá-los-ia provavelmente em impostos indirectos ou em impostos aduaneiros internos. **A diferença é a seguinte: não seriam taxadas as mercadorias em função do seu peso ou do seu volume, mas em função do seu valor.** Todas essas taxas seriam, em última análise, suportadas pelo consumidor mas, no primeiro caso, este não seria tributado proporcionalmente à despesa que faz mas ao peso ou ao volume da coisa que consome.

Este imposto aduaneiro interno dificulta o mais importante de todos os ramos do comércio: o comércio interno do país. Em alguns pequenos territórios (como os pequenos

[227] Segundo Smith, quando o preço normal de qualquer produto da terra atinge o chamado preço de monopólio, qualquer imposto sobre esse produto reduz, obrigatoriamente, o rendimento e o lucro da terra que o produz. [N.T.]

Estados de Itália que estão situados nas margens do Pó), estes impostos são cobrados sobre as mercadorias que cruzam o país. Têm o nome de "direitos de trânsito", são suportados integralmente pelos estrangeiros e são, sem dúvida, os únicos que não colocam qualquer tipo de obstáculo ao comércio e à indústria do país.

Estes impostos sobre os bens de luxo incidem indistintamente sobre todos os rendimentos e são pagos, em última análise, pelo consumidor das mercadorias sobre as quais incidem. No entanto, estes impostos não incidem de forma igual ou proporcional sobre o rendimento de cada indivíduo. Porquê? Porque é sempre voluntariamente que um indivíduo, qualquer que seja o seu rendimento, escolhe o que consome e que quantidade consome. **É em função das suas inclinações e não em função do seu rendimento que um indivíduo consome e, desse modo, contribui.** Um esbanjador contribui mais do que a justa proporção. Um homem parcimonioso contribui menos. Durante a sua menoridade, um homem muito rico consome e contribui muito pouco para a manutenção do Estado. O consumo daqueles que residem noutro país não contribui em nada para a manutenção do governo do país no qual está situada a fonte do seu rendimento (excepto através do imposto territorial e dos impostos de alteração das propriedades mobiliárias e imobiliárias). É o caso dos irlandeses que, possuindo imensas propriedades na Irlanda (das quais retiram lucro), preferem residir em Inglaterra. Compreende-se por que motivo a proposta de tributar os ausentes é, nesse país, tão bem acolhida pela opinião pública.

Relativamente ao momento e ao modo de pagamento, **os impostos sobre os objectos de luxo são os mais cómodos de todos os impostos:** podem sempre ser pagos pouco a pouco ou à medida que o consumidor tenha necessidade de comprar os objectos sobre os quais esses impostos incidem. O seu preço confunde-se de tal modo com o preço da mercadoria que o consumidor nem sempre se apercebe de que os paga. Estes impostos estão conforme as três primeiras máximas de fiscalidade de Adam Smith, **mas violam em todos os aspectos a quarta dessas regras.** De facto, para quantias cobradas iguais, eles fazem entrar menos dinheiro nos cofres públicos do que outros impostos. **Eles retiram mais dinheiro às pessoas porque este "fica mais tempo fora das suas mãos"**[228] do que o dinheiro de praticamente todos os outros impostos. Há quatro formas de determinar se um imposto viola a quarta máxima fiscal de Adam Smith.

Em primeiro lugar, quando, tendo esses impostos sido criados de forma sensata, a sua cobrança exige um **grande número de oficiais aduaneiros e de oficiais de impostos indirectos** cujos salários e retribuições constituem um verdadeiro encargo que nada traz ao Estado. Todavia, esta despesa é mais moderada em Inglaterra do que noutros países.

Em segundo lugar, se estes impostos originam forçosamente dificuldades ou desincentivos em certos ramos da indústria. Fazem sempre aumentar o preço das mercadorias tributadas e desencorajam o seu consumo e, como tal, a sua produção. Se for uma mercadoria nacional, tais impostos diminuem a quantidade de trabalho empregue. Se for uma mercadoria estrangeira, o seu preço aumenta com o imposto e permite que algumas mercadorias nacionais concorrentes se possam vender de forma mais vantajosa. Mas tam-

[228] A. Smith, *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations,* Tome II, Flammarion, 1991, (1776), p.538

bém pode dar-se o caso de o capital nacional se virar para essa indústria específica em detrimento de outros sectores. **Assim, qualquer imposto sobre os bens de consumo tende a reduzir a quantidade de trabalho dedicada à produção de mercadorias nacionais alvo de tributação ou à produção de mercadorias nacionais que não concorram com mercadorias estrangeiras tributadas.**

Em terceiro lugar, quando as **sanções** (confiscos, multas e outras penas) que atingem o contraventor (cuja atitude é obviamente censurável) **são passíveis de o arruinar totalmente.** Evidentemente, o contraventor portou-se mal mas, na maior parte do tempo, é um indivíduo incapaz de violar as regras da justiça natural. Foi incitado a violar as leis devido ao carácter absurdo destas, na medida em que elas deixam suspeitar que há muita despesa desnecessária e enormes abusos por parte do governo.

Em quarto lugar, se a **cobrança destes impostos expõe esporadicamente os cidadãos a humilhações, embaraços e perturbações.** Não são, propriamente falando, despesas, mas são equivalentes à soma que os contribuintes doariam voluntariamente para não serem submetidos a tais práticas. As leis de imposto indirecto são mais eficazes do que as aduaneiras, mas são também mais vexatórias.

No entanto, Adam Smith pensa que, relativamente aos inconvenientes próprios dos impostos sobre o consumo, **o regime fiscal inglês, sem ser perfeito, é bom e até superior ao da maior parte dos vizinhos de Inglaterra.**

E dá o exemplo de uma **prática que em Espanha se chama "alcavala"**. Partindo da ideia de que os impostos sobre as mercadorias eram impostos sobre os lucros dos mercadores, repete-se o pagamento em cada venda sucessiva da mercadoria. Todos os actores da cadeia (fabricante, intermediário, retalhista, etc.) são atingidos e a cobrança necessita da intervenção de uma série de agentes. Em quase lado algum se pode produzir ou fazer algo para ser vendido mais longe. O produto local deve adaptar-se às necessidades de consumo do local. Citando o economista espanhol Jerónimo de Uztáriz, que imputa a ruína das manufacturas do seu país à "alcavala", Adam Smith acrescenta que esta prática também terá sido responsável pelo declínio da agricultura em Espanha. **No reino de Nápoles, todas as convenções e, como tal, todas as vendas são alvo de um imposto de 3%** do seu valor. Este sistema é todavia menos ruinoso do que o de Espanha, porque se pode pagar uma quota no lugar do imposto.

O sistema de tributação é uniforme nas diferentes partes do Reino Unido. Isto deixa uma liberdade quase total ao comércio interno do país, seja pelo interior, seja por cabotagem. A maior parte das mercadorias pode ser transportada livremente de um lugar para o outro do reino. Há, evidentemente, excepções (transporte de carvão, exigência de certificados ou fiscalização para bens transportados ao longo da costa, etc.). **Esta uniformidade do sistema de tributação é talvez uma das principais causas da prosperidade da Grã-Bretanha,** pois permite que os produtos da indústria nacional sejam escoados num mercado extremamente vasto. **Se fosse dada a mesma liberdade de comércio à Irlanda e às colónias, é provável que a grandeza do império aumentasse, bem como a prosperidade de cada uma das suas partes.**

Em França, reina uma tal diversidade de leis fiscais que é preciso mobilizar uma multidão de funcionários para vigiar não apenas as fronteiras do reino mas também as de quase todas as províncias, seja para interditar a importação de determinadas mercadorias, seja para as submeter a impostos. São, por isso, obstáculos ao comércio interno do país. Por outro lado, **o país está dividido em três zonas que têm, cada qual, uma regulamentação diferente em matéria de direito aduaneiro:** as províncias dos cinco grandes foros (sujeitas à tarifa de 1664), as províncias consideradas estrangeiras (sujeitas à tarifa de 1667) e as províncias tratadas como estrangeiras. Todas as mercadorias provenientes destas últimas províncias são tributadas do mesmo modo que as oriundas de países estrangeiros. Um exército de funcionários guarda as fronteiras destas diferentes províncias e distritos. Na segunda zona de províncias há uma série de impostos locais que não vão além de uma cidade ou de um distrito específico. Além das dificuldades gerais resultantes de uma tal complexidade nas leis fiscais, o comércio de vinhos, que é talvez a produção mais importante de França depois do trigo, está sujeita a uma série de entraves específicos. O pequeno ducado de Milão apresenta idêntica bizarria nas leis relativas a impostos. E o mesmo sucede no território ainda mais pequeno do ducado de Parma, dividido em três ou quatro partes. **Com um sistema fiscal tão absurdo, só a grande vantagem do clima e a fertilidade do solo podem impedir estes países de cair na miséria e na barbárie.**

Os impostos sobre o consumo podem ser lançados por uma **administração** cujos oficiais são nomeados pelo governo e imediatamente responsáveis perante este. Neste caso, **o rendimento varia de um ano para o outro** devido a variações do produto do imposto, **mas também é possível que os impostos sejam arrematados por um preço fixo anual.** Neste último caso, o rendeiro tem a possibilidade de nomear funcionários que serão imediatamente responsáveis perante ele.

A forma mais vantajosa e mais económica de cobrar um imposto nunca passará pela arrematação. Porquê? Porque é preciso pagar o preço do aluguer, os salários dos funcionários, as despesas administrativas, o lucro do rendeiro (que depende do seu esforço, dos fundos avançados e dos riscos que ele corre, etc.). **Se, em vez de arrematar o imposto, o governo colocasse em prática, e sob a sua própria inspecção, uma administração do mesmo tipo da do rendeiro, ele poderia então poupar ao Estado esse lucro exorbitante.** Para arrematar uma parte considerável do erário público, é preciso possuir um capital imenso, grande credibilidade, grandes conhecimentos e uma enorme experiência: não são muitas as pessoas que podem almejar tornar-se "arrematadores gerais". Como este círculo de pessoas é muito pequeno, mais do que rivalizarem umas com as outras, elas podem estabelecer acordos e, quando uma herdade é colocada em hasta pública, fazer apenas ofertas abaixo do seu valor real. Nos países onde os rendimentos públicos são arrematados, **os arrematadores são geralmente os homens mais ricos** e a sua riqueza ostensiva indigna, por si só, o público.

O arrematador do rendimento público aplica geralmente da forma mais severa as leis destinadas a punir eventuais evasões ao pagamento de impostos. "Não há compaixão pelos contribuintes"[229]. Não são seus súbditos e não lhe importa se eles vão falir no dia seguinte à arrematação. Quando o Estado passa por grandes necessidades, o rendeiro

[229] A. Smith, *Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations,* Tome II, Flammarion, 1991, (1767), p.546

queixa-se que é preciso adoptar leis ainda mais rigorosas do que aquelas que já estão em vigor. Isto explica por que motivo as **leis do imposto se tornaram tão cruéis em França.**

> "As leis fiscais mais duras e mais sanguinárias encontram-se sempre nos países em que a maior parte do erário público está arrematado. As mais suaves encontram-se sempre em países onde a maior parte do rendimento do Estado está sob a vigilância imediata do soberano. **Mesmo um mau príncipe sente mais compaixão pelo seu povo do que aquela que se pode esperar dos arrematadores do seu rendimento.** Ele sabe que a grandeza permanente da sua família depende da prosperidade do seu povo e nunca irá intencionalmente, em virtude de um interesse momentâneo, **aniquilar as fontes dessa prosperidade.** Passa-se o contrário com os arrematadores da sua receita; é sobre a ruína do povo, e não sobre a sua prosperidade, que eles encontrarão com maior frequência as bases da sua fortuna"[230].

Acontece por vezes que não só o imposto é arrematado por um preço fixo anual, como o arrematador goza do monopólio da mercadoria tributada. **Em França, o arrematador geral tem o monopólio do sal e o do tabaco.** O arrematador pode, como tal, obter às custas do povo dois lucros enormes em vez de um:

- o lucro do arrematador;
- o lucro do monopolista.

Sendo o tabaco um produto de luxo, cada um é livre de o comprar ou não, mas o sal é um bem de primeira necessidade e todos estão obrigados a comprar uma determinada quantidade ao arrematador. Quem não o fizer, presume-se que estará a comprá-lo a um contrabandista. Os impostos sobre ambas as mercadorias são excessivos e empurram irresistivelmente para actividades ilícitas. E as sanções são implacáveis: todos os anos, muitas pessoas são conduzidas à forca e centenas de outras são condenadas às galés.

O rendimento anual da coroa francesa provém sobretudo de oito fontes distintas: a taille, a capitação, os dois vigésimos, a gabela, os subsídios, os direitos alfandegários, a posse da terra e a arrematação do imposto do tabaco. Os cinco últimos estão, na maior parte das províncias, sob concessão. Os três primeiros são cobrados directamente pelo governo e fazem, ao que parece, entrar nas caixas do Estado mais do que os outros cinco, cuja administração é cara e ruinosa.

Adam Smith propõe três soluções simples e evidentes para reformar o sistema fiscal francês:

Em primeiro lugar, **ao suprimir a *taille* e a capitação e ao aumentar o número de vigésimos para que estes produzissem um rendimento adicional igual ao montante destes impostos,** seria possível preservar todo o rendimento da coroa. Isso permitiria diminuir os custos de cobrança e poupar ao povo todas as vexações que lhe são causadas pela *taille* e pela capitação. O fardo da *taille* recai sempre sobre o proprietário da terra. A maior parte da capitação recai, também ela, em última análise, sobre o proprietário. Ao substituir estes

---

[230] *Idem, ibidem*

dois impostos por um aumento dos vigésimos (imposto que equivale em certa medida à taxa fundiária inglesa), evitar-se-ia que os proprietários fossem tão sobrecarregados quanto o são presentemente. Isto contaria, obviamente, com a forte oposição dos que são privilegiados por este sistema de tributação desigual.

Em segundo lugar, **ao submeter todas as partes do reino a um regime uniforme no que diz respeito à gabela, aos subsídios, aos impostos sobre o tabaco, a todos os diferentes impostos aduaneiros e indirectos, estes impostos poderiam ser cobrados com muito menos custos.** O comércio interno do reino poderia, assim, tornar-se tão livre quanto o mercado interno inglês.

Em terceiro lugar, **ao colocar todos os impostos sob uma administração submetida às ordens e à inspecção imediata do governo, os lucros enormes dos arrematadores gerais poderiam ser acrescentados ao rendimento do Estado.**

Infelizmente, suspira Adam Smith, é quase certo que o interesse individual de alguns privados bastará para conduzir à derrota das três reformas aqui propostas.

A todos os níveis, o sistema francês de tributação é inferior ao sistema de tributação da Grã-Bretanha. A Grã-Bretanha recebe anualmente dez milhões de libras esterlinas de uma população de oito milhões de pessoas, sem recorrer a qualquer meio repressivo. A França tem cerca de 23 ou 24 milhões de habitantes, o seu solo e o seu clima são mais favoráveis do que os da Grã-Bretanha, o progresso da cultura e da indústria começaram mais cedo e possui grandes cidades, com casas bem construídas. Poder-se-ia, então, esperar que o tesouro francês obtivesse facilmente 30 milhões de libras esterlinas. **Todavia, entre 1765 e 1766, a totalidade da receita pública francesa não ultrapassou os 15 milhões de libras esterlinas, nem metade do que se poderia esperar.** Contudo, afirma-se frequentemente que o povo francês é mais vítima de opressão fiscal do que o britânico. Ainda assim, com excepção da Grã-Bretanha, a França é, de todos os países europeus, aquele que tem um governo mais suave e mais moderado.

Na Holanda, os impostos muito elevados sobre bens de primeira necessidade arruinaram, diz-se, as principais manufacturas e ameaçam as peixarias, bem como o sector da construção de navios. Vimos que os impostos sobre os bens de primeira necessidade são bastante limitados na Grã-Bretanha e não causaram qualquer destruição nas manufacturas. O que provoca danos são alguns impostos sobre a importação de matérias-primas.

Depois de terem sido esgotados todos os recursos passíveis de tributação, se as necessidades do Estado continuarem a exigir novas taxas, estas têm de ser impostas sobre recursos impróprios. **A Holanda, malgrado a sua sabedoria e o seu espírito de economia, viu-se obrigada a tributar bens de primeira necessidade para financiar guerras dispendiosas e obras de grande envergadura destinadas a evitar que fosse engolida pelo mar. A principal base da grandeza da Holanda é a sua forma republicana.** Os proprietários de grandes capitais, as grandes famílias mercantis, desempenham um papel importante na administração do governo. O respeito e a autoridade que advêm desta situação motiva-os

a viver num país que apresenta diversas desvantagens. Qualquer calamidade pública que destruísse a forma republicana do governo, faria a administração cair nas mãos da nobreza e dos militares. Estes arruinariam, de um só golpe, a importância desses prósperos mercadores, que não tardariam a emigrar com os seus capitais para outro país, sendo rapidamente seguidos nesse movimento pela indústria e pelo comércio holandeses.

Capítulo III. Das dívidas públicas

No estado social que antecedeu o progresso da indústria e a expansão do comércio, o titular de um grande rendimento não tinha outra forma de o gastar e usufruir que não fosse utilizando-o para sustentar tantas pessoas à sua volta quanto possível. Despesas desse género não arruínam facilmente aqueles que as fazem. Os senhores do regime feudal conservavam as suas terras na família. O dinheiro que ganhavam vendendo peles e lãs e que não era gasto nos raros objectos de luxo que então existiam era, geralmente, acumulado. Para um nobre, teria sido desonroso utilizar esse dinheiro para fazer comércio, e ainda mais desonroso emprestá-lo para obter juros. Tal era, então, considerado usura e legalmente proibido. Nesses tempos de insegurança e violência, era corrente acumular tesouros que, em caso de necessidade, permitissem à pessoa fugir para um lugar seguro com eles.

Nas nações sem comércio nem manufacturas, o soberano era naturalmente poupado e acumulava as suas riquezas. Ainda não era necessário criar e manter um exército regular. Além disso, os antigos soberanos da Europa tinham tesouros. Já **num Estado mercantil em que abundem todo o tipo de objectos de luxo dispendiosos, o soberano inclina-se naturalmente para gastar grande parte do seu rendimento nessas fantasias.** O mesmo acontece com todos os grandes proprietários desses Estados. As mesmas paixões frívolas levam os nobres a imitar o soberano. Para tal, despedem os seus servos, dão independência aos rendeiros e acabam por se tornar comparáveis aos burgueses. O volume de despesas do soberano está relacionado com os seus rendimentos (na melhor das hipóteses). **Quando necessidades extraordinárias exijam despesas imprevistas, ele terá de recorrer aos seus súbditos** para obter uma ajuda extraordinária.

A guerra obriga os Estados a contrair dívidas, porque, quando esta rebenta, é indispensável ter o triplo ou o quádruplo do dinheiro necessário em tempo de paz, para providenciar a defesa do Estado. Nessas circunstâncias, não há outra opção senão pedir emprestado. Mesmo que haja a possibilidade de aumentar o rendimento através de novos impostos, demorará um ano até que essas novas receitas fiscais entrem nos cofres do Estado. Portanto, se houver necessidade de aumentar um exército, uma frota, fortificar cidades, comprar munições, víveres e armas, há que pedir emprestado.

Felizmente, este estado social que torna necessário recorrer a empréstimos aumenta também a facilidade de conceder tais empréstimos. Um país em que abundem mercadores e industriais dispõe assim de uma classe em cujas mãos circulam constantemente capitais elevados. **Estas pessoas têm sempre a capacidade de adiantar, se lhes for conveniente fazê-lo, grandes quantias de dinheiro ao governo.** Estão, inclusivamente,

bastante dispostas a fazê-lo pois, se residem nesse Estado, é porque o soberano e o seu governo lhes inspiram confiança. De facto, estes comércios e indústrias só podem prosperar num Estado que possua uma administração bem regulada a nível da justiça, na qual a posse das propriedades esteja perfeitamente garantida e na qual os contratos sejam sempre executados, se necessário for com recurso à lei e à força pública. **Em tempo de paz, os comerciantes apoiam-se no poder público para proteger os seus negócios. Em tempo de guerra, concordam em ajudar o governo que os protege.** Ao fazê-lo, não fazem necessariamente maus negócios. Pelo contrário, geralmente concedem empréstimos ao Estado em condições muito vantajosas para si próprios. **Longe de diminuir os capitais do seu comércio, a guerra é, muitas vezes, uma oportunidade para o comerciante os aumentar.**

O governo, ao depender dos meios e da boa vontade dos seus súbditos comerciantes, abstém-se do dever de poupar. Já numa sociedade pouco civilizada, os particulares não possuem grandes capitais e ninguém está disposto a prescindir do pouco que tem para ajudar o soberano. Razão pela qual este, conhecendo a impossibilidade absoluta de pedir empréstimos, acumula em tempo de paz o dinheiro para fazer face a essas eventualidades.

Actualmente, **o aumento das enormes dívidas que esmagam todas as grandes nações da Europa (e que acabarão, provavelmente, por as arruinar a longo prazo) tem sido bastante uniforme.** A este nível, as nações são comparáveis aos particulares. Quando um particular pede emprestado, fá-lo, de um modo geral, sobre o seu crédito pessoal, sem recorrer a hipotecas. São dívidas que não são alvo de juros. São contraídas sobre uma conta corrente. Quando o empréstimo lhe é concedido com juros, ele contrata letras ou promissórias. Se essas dívidas forem consequentes, ele deverá transferir ou hipotecar fundos específicos com vista a assegurar o pagamento da dívida.

O Estado faz o mesmo. Para uma dívida do primeiro género, o Estado não dá garantias. É aquilo a que, na Grã-Bretanha, se chama a dívida sem cobertura. Trata-se, por exemplo, de dívidas decorrentes de serviços extraordinários, de serviços para os quais não há dinheiro ou que não são pagos no momento em que são prestados, etc.. Já os títulos da Marinha ou os títulos do Tesouro que são alvo de juros a partir do dia da sua emissão são dívidas do segundo género. O Banco de Inglaterra mantém o valor destes e facilita a sua circulação.

Quando este recurso se esgota, o governo tem de fazer dinheiro através de transferências ou hipotecas sobre um determinado ramo do erário público com vista ao pagamento da dívida. Nestes casos, o governo tem procedido de duas formas:

- no primeiro caso, o **fundo transferido é suficiente para pagar,** num tempo limitado, **o juro e a dívida** contraída – é um **levantamento por antecipação;**
- no segundo, **o fundo transferido serve apenas para pagar o juro,** ou uma anuidade equivalente ao juro, que pode ser objecto de liquidação a qualquer momento mediante o pagamento da dívida – **é um investimento em "fundos perpétuos" (ou, mais simplesmente, em "fundos").**

No início, a maior parte dos novos impostos era lançado durante um prazo curto (apenas

quatro, cinco, seis ou sete anos). Eram empréstimos por antecipação. Mas o produto era muitas vezes insuficiente para reembolsar a dívida e o juro, dando origem a défices. Para os cobrir, tornava-se necessário prorrogar o prazo. De 1697 a 1717, esses impostos foram renovados por uma dezena de estatutos adoptados por diversos soberanos ingleses.

A consequência destas diferentes leis é que a maior parte dos impostos que, anteriormente, só tinham sido antecipados por um pequeno número de anos, **tornaram-se perpétuos para constituir um fundo destinado ao pagamento não do capital, mas apenas do juro do dinheiro** que se pediu emprestado através de diversas e sucessivas antecipações de impostos. Se o dinheiro tivesse permanecido do primeiro tipo (empréstimo por antecipação), em poucos anos o erário público teria sido mobilizado. Bastaria apenas não sobrecarregar essas reservas com uma dívida superior à que se podia pagar no prazo indicado e não lançar uma segunda antecipação antes de expirar o prazo da primeira. Mas isso foi coisa impossível para diversos governos da Europa. **Uma vez criados os fundos, eles não têm parado de os sobrecarregar. Como tal, os fundos tornaram-se insuficientes para pagar a dívida e o juro do dinheiro emprestado.** Passou a ser apenas possível reembolsar o juro. E isto indefinidamente. Assim **nasceram os fundos perpétuos.**

Com esta medida, podia-se obter mais dinheiro do que pelo antigo sistema das antecipações. Por isso, todos os governos passaram a preferir o novo modelo. Satisfazer as necessidades do momento é a preocupação exclusiva dos governantes. **Saldar a dívida pública é uma preocupação que deixam para as gerações vindouras.** No reinado da rainha Ana[231], o valor do juro desceu de 6 para 5% e declarou-se que 5% era o juro mais elevado que se autorizava para empréstimos entre particulares. Isso deu lugar a uma poupança de 1% sobre o capital da maior parte das dívidas que tinham sido consolidadas perpetuamente ou de um sexto das anuidades. Assim, no produto dos diferentes impostos reunidos nessa reserva havia um excedente considerável – superior ao que era necessário para pagar as anuidades –, excedente esse que foi a base de um fundo de amortização que pôde aumentar de ano para ano.

Um fundo de amortização é normalmente criado para pagar dívidas antigas, mas facilita extremamente a contracção de novas dívidas. Caso a necessidade o exija, não se hesita em hipotecá-lo para ir em socorro de um qualquer fundo incerto.

Além dos empréstimos por antecipação e dos empréstimos por consolidação perpétua, há dois outros métodos intermédios:

- os **empréstimos sobre anuidades a termo;**
- os **empréstimos sobre anuidades vitalícias.**

No século XVII, era frequente pedirem-se emprestadas quantias elevadas sobre as anuidades a termo. Durante a primeira metade do século XVIII, eram poucos os empréstimos sobre as anuidades a termo ou sobre as anuidades vitalícias. A preferência ia para os empréstimos sobre anuidades perpétuas. **No entanto, uma anuidade vitalícia com uma duração**

[231] Ana Stuart (1655-1714) foi rainha de Inglaterra, da Escócia e da Irlanda entre 1702 e 1707 e rainha da Grã-Bretanha de 1707 a 1714.

de 98 ou 99 anos deveria valer tanto quanto uma anuidade perpétua. Na realidade, os subscritores de um novo empréstimo ao governo preocupam-se, por norma, com a facilidade de revender essa subscrição. Preferem, por isso, uma anuidade perpétua, uma vez que a anuidade vitalícia não é reembolsável. Por outro lado, o valor da anuidade vitalícia vai sempre diminuindo. A anuidade perpétua é um efectivo comercial e transmissível e, como tal, muito mais cómodo do que a outra. Seja como for, durante as duas últimas guerras, as anuidades a termo e as anuidades vitalícias foram consideradas prémios de encorajamento em favor daqueles que subscreviam um novo empréstimo.

As **anuidades vitalícias** tinham duas modalidades:

- **individual;**
- **colectiva** (a tontina[232]).

No primeiro caso, a morte de cada subscritor aliviava o erário público da obrigação de lhe pagar a respectiva renda. No segundo caso, a desobrigação do tesouro público só ocorria aquando da morte da totalidade dos subscritores do mesmo lote (ou classe), que chegava por vezes a 20 ou 30 pessoas. Os sobreviventes partilhavam entre si as rendas de todos os que tinham morrido antes de si, até à morte do último subscritor. Percebe-se assim que, pela mesma quantia, **é possível ganhar mais dinheiro através de empréstimos por tontina do que por empréstimos de anuidades individuais.** Uma anuidade com um direito de sobrevivência vale, de facto, mais do que uma anuidade vitalícia sobre uma única pessoa.

Em França, a porção da dívida pública composta por anuidades vitalícias é muito superior à de Inglaterra. Em 1764, estimava-se que a dívida pública francesa rondava os 2.400 milhões de libras turonenses[233]. **Esta diferença no modo de emprestar entre a França e a Inglaterra não se explica pelo facto de uma sociedade se preocupar mais com a desobrigação do erário público do que a outra.** Advém sobretudo de uma diferença nos objectivos e nos interesses de quem empresta. Qual?

Em Inglaterra, onde a sede do governo está na maior cidade mercantil do mundo, **são geralmente os comerciantes quem avança dinheiro ao governo.** Quando o fazem, eles não têm por intenção diminuir o seu capital, mas sim aumentá-lo. Eles não subscreveriam empréstimos se não tivessem a intenção de revender a sua parte com lucro. Como tal, preferem comprar anuidades perpétuas em vez de anuidades vitalícias. **Mesmo que uma anuidade vitalícia sobre um terceiro tenha o mesmo valor do que uma anuidade perpétua, ela não é um efectivo comercial tão cómodo.**

Em França, a sede do governo não está numa grande cidade mercantil e os comerciantes não são os seus principais subscritores. **A quem é que o governo francês pede dinheiro emprestado? Aos grandes latifundiários, aos receptores de impostos não ligados à**

---

[232] Inventado pelo banqueiro napolitano Lorenzo de Tonti, este sistema faz com que, numa associação, o capital dos sócios falecidos passe para os sócios sobreviventes. [N.T.]

[233] As libras turonenses (*livres tournois*) foram uma unidade monetária usada em França durante a Idade Média e o início da Idade Moderna. [N.T]

agricultura, aos banqueiros da corte, etc.. Estes homens têm, por norma, origens humildes. Demasiado ricos e orgulhosos para casar com mulheres da sua condição de origem, não podem, por outro lado, esperar contrair matrimónio com mulheres de classes superiores, que os desprezam. Isto explica **por que motivo permanecem solteiros.** O seu único desejo é viver a vida com pompa ou opulência, sem se inquietarem com o facto de a sua fortuna acabar com eles. O seu desinteresse pela posteridade explica por que motivo estas pessoas preferem trocar um capital por um rendimento que irá durar tanto tempo quanto eles próprios, mas não mais. Donde a sua preferência pelo sistema das anuidades vitalícias.

Em tempo de paz, os governos gastam pouco a pouco tudo o que ganham: quando estala a guerra, não têm nem vontade nem meios para aumentar a receita proporcionalmente ao aumento da despesa. Não têm vontade porque sabem que tais medidas podem desagradar ao povo. Não têm meios porque não podem cobrar um imposto suficientemente alto para fazer face aos custos consideráveis de uma guerra. Felizmente, podem pedir emprestado. **A prática dos fundos perpétuos permite, graças a um ligeiro aumento de impostos, cobrar grandes quantias de dinheiro.** Em vastos impérios, as pessoas que vivem na capital não sentem, por norma, qualquer inconveniente relativo à guerra senão o aumento dos impostos. **Este aumento é compensado pelo prazer e pela diversão que tiram de ler nos jornais os relatos das façanhas das suas armadas ou exércitos.** Além disso, é muitas vezes com um certo desagrado que encaram o regresso à paz, que põe fim aos seus prazeres e às ambições de vastas conquistas territoriais. No entanto, é raro que o regresso à paz alivie as pessoas da maior parte dos impostos adoptados durante a guerra, pois estes estão afectos ao pagamento de juros da dívida contraída por causa da guerra.

Uma vez regressada a paz, pode dar-se o caso de o antigo rendimento, acrescentado aos novos impostos, produzir um pequeno excedente. Este pode ser convertido num fundo de amortização dedicado ao pagamento da dívida. Mas aqui, adverte Adam Smith, **não se deve ter quaisquer ilusões: por um lado, o fundo é, por norma, absolutamente desproporcionado para pagar toda a dívida decorrente da guerra** antes de vir a guerra seguinte; por outro, o fundo está quase sempre aplicado num qualquer novo objecto. De facto, durante a paz, um determinado número de eventos exige uma despesa extraordinária e, mais do que cobrar um novo imposto e suscitar o descontentamento do povo, o governo prefere sempre desviar dinheiro de um fundo de amortização. Ao proceder desta forma, vai diminuindo a possibilidade de reduzir, pouco que seja, a dívida pública.

Na Grã-Bretanha, devido à solução ruinosa que consistia em recorrer a fundos perpétuos, a redução da dívida pública em tempo de paz nunca foi proporcional ao seu crescimento em tempo de guerra. Adam Smith enumera uma dezena de guerras inglesas ocorridas entre 1688 e 1775 e dá conta do crescimento imparável da dívida pública naquele período. Em 1688, ela ascendia a 21 milhões de libras, soma que foi reduzida para 5 milhões em 1701. Em 1714, era de 53 milhões. Em 1722, de 55 milhões. Em 1739, de 78 milhões. Em 1755, baixou para 72 milhões mas, em 1763, subiu para 122 milhões. Em 1764, ela estava nos 129 milhões. Em 1764, em 139 milhões. Em 1775, caiu para 124 milhões. Nas últimas estimativas, seria de 104 milhões.

Infelizmente, diz Adam Smith, a nova dívida que será contraída antes do fim da próxima campanha igualará tudo o que foi reembolsado da antiga. **Seria pura quimera acreditar que a dívida pública poderia ser paga unicamente através de poupanças sobre os rendimentos correntes.**

Os fundos públicos das diferentes nações endividadas na Europa, em particular a Inglaterra, podem ser vistos como uma acumulação de um grande capital, acrescentado a outros capitais do país, através do qual o seu comércio pode alargar-se, as suas fábricas multiplicarem-se e as suas terras serem cultivadas e melhoradas numa proporção muito maior do que aquela que seria possível só com os capitais nacionais.

Adam Smith contesta esta visão, por ela negligenciar o facto de o capital adiantado ao governo pelos primeiros credores ser uma **porção do produto nacional anual que foi desviada dos negócios em que deveria ter sido investida.** De capital tornou-se em rendimento. Foi retirada a trabalhadores produtivos para manter assalariados não produtivos e ser rapidamente esbanjada, sem esperança de recuperação futura. Aqueles que emprestaram obtiveram uma anuidade dos fundos públicos de um valor que, geralmente, é pelo menos equivalente àquele que emprestaram. **O seu capital foi substituído com vantagem por esta anuidade e permitiu-lhes continuar os seus negócios e fazer comércio de forma tão extensa quanto antes, ou talvez mais.** Mas se eles puderam alargar os seus negócios foi porque, com base nas suas anuidades, puderam atrair a si novo capital que tinham desviado para outro fim. Mas esse capital só é novo para eles: não é um novo capital para o país. Foi retirado a um outro fim. Se quem empresta não tivesse emprestado o seu capital ao Estado, teria havido no país dois capitais empregues em vez de um, ou seja, duas partes do produto anual empregues para manter trabalho produtivo.

Quando, para cobrir a despesa do governo, se cobra um imposto, este vai atingir uma parte do rendimento dos particulares. Esta parte teria podido servir para manter trabalho produtivo. Este imposto **impede, evidentemente, a acumulação de novo capital, embora não implique necessariamente a destruição de um capital existente. Pelo contrário,** quando a despesa do governo é custeada através da **criação de fundos,** ela é **financiada pela destruição anual de um capital preexistente** que foi desviado do seu fim para manter um trabalho não produtivo. No entanto, como os impostos cobrados para financiar este fundo são mais leves do que seriam se tivessem sido cobrados para colmatar a despesa do governo, o rendimento dos cidadãos é menos sobrecarregado. Como tal, a prática dos fundos destrói capitais mas permite também que os capitais se acumulem mais facilmente.

Todavia, só durante a guerra é que o sistema de criação de fundos perpétuos tem esta vantagem sobre o outro sistema. **Se se financiasse a guerra apenas com grandes impostos, esses impostos seriam suprimidos uma vez terminada a guerra.** Como tal, uma vez restabelecida a paz, os cidadãos, impossibilitados de poupar durante a guerra, poderiam plenamente acumular novos capitais. Com um tal sistema, as guerras seriam menos frequentes e durariam menos, porque o povo, sabendo plenamente qual o seu preço, teria muitas reticências em travá-las, excepto se houvesse um interesse real ou sólido que compensasse o esforço. Ora, a evolução dos fundos perpétuos trouxe consigo a criação de impostos

permanentes em tempo de paz, o que enfraqueceu a capacidade de poupança das pessoas e teve o mesmo efeito que o outro sistema tinha em tempo de guerra. **Se este funesto sistema de fundos perpétuos não tivesse sido adoptado, o erário público da Grã-Bretanha**, dez milhões de libras esterlinas, **seria suficiente,** com uma boa administração, **para sustentar a guerra** mais vigorosa sem contrair quaisquer novas dívidas.

Diz-se por vezes que, no pagamento dos juros da dívida, é a mão direita que paga à mão esquerda, porque o dinheiro não sai do país: o que sucede é que o rendimento de um grupo de habitantes é transferido para outro e a nação não empobrece absolutamente nada. Smith considera que **este raciocínio faz parte de sofismas próprios da escola mercantil.** Sobre este ponto concreto, ele diz que **é preciso acreditar que a totalidade da dívida pública seria financiada por ingleses.** Os holandeses e outras nações estrangeiras possuem uma parte considerável dos fundos públicos ingleses. Em seguida, supondo que a totalidade da dívida pública pertence a nacionais, seria preciso concluir que essa dívida não era um mal extremamente pernicioso.

Porquê? A terra e os capitais são as duas fontes primitivas de todos os rendimentos, tanto públicos como privados. A administração dessas duas fontes de receita pertence aos proprietários e aos capitalistas.

O proprietário da terra, para conservar o seu rendimento, é encorajado a manter o seu bem num estado tão bom quanto possível. Ele constrói, mantém e repara as habitações dos rendeiros, os diques, etc.. Faz todos os melhoramentos dispendiosos necessários à manutenção ou à valorização do fundo. Mas **se o tributarmos de forma excessiva,** se os diversos impostos sobre os bens de primeira necessidade diminuem o valor real do seu rendimento, **então o proprietário deixa de ter meios para fazer essas reparações, o que impossibilita o trabalho do rendeiro.** Como tal, a agricultura do país fica a perder.

Na mesma lógica, se houver uma série de impostos e os capitalistas perceberem que o seu rendimento não lhes permite comprar a mesma quantidade de coisas que poderiam obter em qualquer outro país com o mesmo rendimento, estes serão tentados a procurar outra residência nesses territórios. Se, por outro lado, mercadores e industriais forem submetidos a controlos incessantes e vexatórios de cobradores de impostos, esta disposição para mudar de residência será materializada rapidamente em emigração. A indústria do país será forçosamente afectada quando lhe forem retirados os capitais que a sustentam. **A ruína do comércio e da indústria segue o declínio da agricultura.**

Uma operação que rouba aos proprietários de terras e de capitais a maior parte do seu rendimento, transferindo-o para os credores do Estado, vai fazer com que, a longo prazo, as terras sejam negligenciadas e os capitais saiam do país. A grande maioria desses rendimentos é confiscada a pessoas directamente interessadas na prosperidade da sua terra, da sua indústria e do seu comércio para ser colocada nas mãos dos credores do Estado. Um credor do Estado tem, evidentemente, um interesse geral na prosperidade da agricultura, da indústria e do comércio desse Estado. Porque, se esses sectores entrarem em declínio, isso repercutir-se-á no montante, ou até na existência, da sua anuidade. Mas,

enquanto tal, ele não tem qualquer meio de controlar que esta porção de terra seja bem valorizada, que aquela porção de capital seja bem empregue, etc..

A prática de criar fundos perpétuos empobreceu sucessivamente todos os Estados que a adoptaram: Génova, Veneza, Espanha, etc.. A França, apesar de rica em recursos naturais, definha sob um fardo esmagador. **Escapará a Inglaterra a esta regra?** Como vimos, é verdade que o sistema de tributação destes diversos países é inferior ao sistema inglês. O problema é que um Estado que esgote todos os rendimentos passíveis de tributação se vê constrangido a tributar outros que não deviam ser tributados. Foi assim que a prudente Holanda se viu obrigada a adoptar impostos extremamente nocivos para ela mesma. A glória do sistema inglês é que, até ao presente, causou pouco mal à indústria. No final da última guerra (a mais dispendiosa que a Inglaterra já teve de sustentar), a agricultura inglesa era florescente, as suas fábricas numerosas e funcionavam em pleno e o seu comércio tão extenso quanto antes. **A Grã-Bretanha parecia carregar com facilidade o seu fardo.** O que não quer dizer que seja capaz de suportar bem outros fardos ou que possa, sem grande mal, suportar um peso um pouquinho mais elevado.

Quando uma dívida nacional ultrapassa determinado nível, não há qualquer exemplo que demonstre que ela possa um dia ser paga de forma completa e leal. Só uma bancarrota liberta totalmente o erário público. Essa bancarrota pode ser aberta e declarada, mas é por vezes disfarçada, geralmente sob a forma falaciosa de um pagamento. **O expediente mais comum para disfarçar uma verdadeira bancarrota nacional é proceder ao pagamento, mas aumentando a denominação da moeda.** Se, através de uma lei parlamentar ou de uma proclamação real, se considerasse que uma moeda de seis pence valia doravante um xelim e que 20 moedas de seis pence valiam doravante uma libra esterlina, a dívida nacional, avaliada em cerca de 128 milhões, poderia pagar-se com 64 milhões da moeda inglesa. Sabemos que **tal seria apenas uma aparência de pagamento que privaria os credores do Estado de metade daquilo que lhes é devido.** Se estes tivessem, eles próprios, credores, poderiam livrar-se das suas dívidas com a mesma moeda revalorizada, o que lhes permitiria compensar a perda. Sucede que, na prática, os credores do Estado raramente são pessoas endividadas, pelo que teriam de suportar a perda sozinhas.

> "**Um pagamento falso deste género** (…) causa uma subversão geral e perniciosa das fortunas privadas, pois, **a maioria das vezes, enriquece o devedor preguiçoso e perdulário à custa do credor activo e poupado,** e transfere grande parte do capital nacional das mãos daqueles que teriam condições para o aumentar e fazer prosperar para as mãos daqueles que, decerto, o irão gastar e destruir."[234]

Este **esquema** nunca permite que um Estado evite a vergonha e a desonra de uma verdadeira bancarrota porque **não engana ninguém e dá origem às consequências mais perniciosas.** No entanto, todos os Estados, tanto antigos como modernos, que se encontraram nesta situação, preferiram usar este truque. No final da Primeira Guerra Púnica, os romanos usaram este expediente e reduziram o asse (moeda que servia de medida a todas as outras)

[234] A. Smith, Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations, Tome II, Flammarion, 1991, (1776), p.578

de uma dúzia de onças de cobre para apenas duas onças, e assim puderam pagar dívidas enormes com apenas um sexto daquilo que deviam. Esta lei não causa clamores populares. Porquê? Porque o povo romano estava largamente endividado para com os ricos. Estes emprestavam dinheiro aos pobres com juros enormes. Os pobres estavam subjugados aos ricos devido a essas dívidas e concediam-lhes os seus votos. Para se libertar desta sujeição, o povo exigia muitas vezes ou uma abolição total das dívidas ou "Novas Tábuas", ou seja, uma lei que os autorizasse a livrarem-se totalmente das suas dívidas pagando, na realidade, apenas uma parte das mesmas. A mais vantajosa dessas tábuas podia reduzir qualquer moeda a um sexto do seu antigo valor.

Pelos mesmos motivos, as nações alteraram a qualidade das suas moedas, ou seja, introduziram uma maior quantidade de liga no seu fabrico. Esta operação não deve ser confundida com aquilo a que os franceses chamam um "aumento das moedas". **Tal aumento é uma subida directa da sua denominação.** Trata-se de dar a moedas de um dado peso e volume o nome que se dava antes a moedas mais pesadas e mais volumosas. O aumento das moedas é uma operação aberta e declarada, enquanto a alteração da qualidade da moeda é uma operação às escondidas. **As duas operações são injustas, mas enquanto a subida é uma injustiça aberta e violenta, a alteração da qualidade é uma fraude e uma traição.** Por este motivo, a alteração suscita muito mais a cólera e a indignação do povo quando é descoberta (e isso não demora muito a acontecer). Uma moeda aumentada raramente recupera o seu antigo peso, enquanto uma moeda alterada acaba sempre por ser restabelecida na sua pureza porque é a única forma de apaziguar a fúria do povo.

Em alternativa a estas práticas, Adam Smith recomenda a criação de um imposto fundiário e de um imposto sobre o aluguer das casas mais equilibrados, bem como a realização de uma reforma do sistema de alfândegas e impostos indirectos. Poder-se-ia, assim, **fazer subir consideravelmente a receita pública sem sobrecarregar a maior parte da população.** Não obstante, só um insensato poderia pensar que um aumento deste género bastaria para libertar totalmente o erário público.

Poderíamos, obviamente, aumentar a receita se alargássemos o sistema de tributação a todas as províncias do império em que os habitantes são de origem britânica ou europeia. Mas esse alargamento da tributação só seria **constitucional** se se admitisse no parlamento ou, dito de outro modo, nos estados gerais do império britânico, uma **representação plena e igual dessas diferentes províncias.** O número de representantes expedidos das colónias seria determinado com base na proporção dos impostos por elas pagos. O interesse dos **inúmeros e poderosos americanos que desembarcariam subitamente no parlamento britânico criaria, seguramente, grandes dificuldades,** talvez mesmo dificuldades intransponíveis. Todavia, Smith considera que, numa obra de "pura teoria", não é inútil dedicarmo-nos a tal especulação, por mais utópica que seja.

De que forma se poderiam tributar as diversas províncias? Vimos **que os quatro ramos principais das contribuições** no sistema fiscal inglês são, respectivamente:

- a taxa fundiária;
- os impostos de selo;

• os impostos aduaneiros;
• os impostos indirectos.

A taxa fundiária também poderia ser cobrada na Irlanda e, ainda mais, nas colónias da América e das Índias Ocidentais. Estas regiões estão, além do mais, em muito melhores condições de suportar tal taxa do que a Grã-Bretanha. Porquê? Porque, contrariamente à Grã-Bretanha, as colónias não estão sujeitas nem ao dízimo nem à taxa dos pobres. **O dízimo eclesiástico na Grã-Bretanha e na Irlanda pode ser avaliado em, pelo menos, seis a sete milhões por ano.** Sem este, os proprietários teriam condições de pagar igual valor como taxa adicional à taxa fundiária. **Como na América não se paga o dízimo, os seus habitantes poderiam, desde logo, suportar uma taxa fundiária.** Porém, como, de um modo geral, o proprietário e o rendeiro são uma e a mesma pessoa na América, a tributação não poderia basear-se num qualquer registo das rendas, dado este não existir. Contudo, poder-se-ia recorrer a uma estimativa aproximada do valor das terras ou a uma justa avaliação, através de um levantamento exacto.

Os impostos de selo poderiam muito bem ser criados nas colónias sem a mínima diferença face à Grã-Bretanha, dada a uniformidade das formalidades do procedimento judicial e dos actos de transacção de propriedade, seja real seja pessoal, que reina nas ditas colónias.

As **leis aduaneiras** da Grã-Bretanha deveriam ser alargadas à Irlanda e às colónias. Este alargamento deveria, obviamente, ser acompanhado de um aumento da liberdade de comércio, que a todos beneficiaria. **Todas as restrições que esmagam o comércio da Irlanda e a fastidiosa distinção entre mercadorias enumeradas e não enumeradas da América acabariam definitivamente.** E o império poderia beneficiar de um imenso mercado interno que compensaria muito rapidamente a Irlanda e as colónias por tudo o que o aumento dos impostos aduaneiros lhes pudesse custar.

Os impostos indirectos deveriam, por seu turno, ser modificados para se poderem aplicar judiciosamente nas diferentes províncias do império. Na Irlanda, poderia adoptar-se o sistema inglês sem a mínima alteração, dada a similitude da produção e do consumo deste país face a Inglaterra. Relativamente às colónias, as diferenças existentes entre a Grã-Bretanha a nível da produção e do consumo exigiriam algumas alterações ao sistema. Há quem chame "cerveja" a uma bebida fermentada que se faz com melaço e só dura alguns dias. Esta bebida é bastante comum na América. Dada a sua fraca qualidade de conservação, ela é feita em casa. Seria impossível e altamente desagradável enviar constantemente cobradores de impostos para sujeitar cada fabrico, como se faz em Inglaterra com os fabricantes e os vendedores de cerveja. **O melhor seria tributar o próprio melaço no local onde este se fabrica.** Se esta tributação fosse difícil, podia-se sempre fazer com que cada lar pagasse uma taxa, como se exige às casas inglesas que elaboram malte. No entanto, era preciso instaurar, nos armazéns públicos, um sistema de armazenamento do melaço destinado a exportação, o qual não seria sujeito a impostos.

Qual poderia ser o montante de receita produzido por este sistema de tributação alargado a todas as províncias do Império? É impossível determinar com rigor, mas Adam

Smith dedica-se a um cálculo estimativo com base nos dez milhões de libras esterlinas cobrados aos oito milhões de habitantes da Grã-Bretanha. Há dois milhões de habitantes na Irlanda e três milhões nas colónias britânicas da América setentrional. Estes números estão, sem dúvida, sobreavaliados, mas **suponhamos que há 13 milhões de habitantes na totalidade do império britânico, entre a Europa e a América.** Sobre esta base, deveria esperar-se uma receita total de 16,25 milhões de libras esterlinas. Se lhe deduzíssemos a despesa necessária para sustentar um governo civil na Irlanda e nas colónias, ficaríamos com 15,25 milhões de libras esterlinas, o que representaria um aumento de 5,25 milhões em relação à receita fiscal da Grã-Bretanha. Como, em tempo de paz, a Grã-Bretanha é capaz de economizar um milhão, se juntássemos esse milhão aos 5,25 milhões, **obteríamos 6,25 milhões de libras esterlinas que poderiam ser dedicadas ao pagamento da dívida.**

Esse grande fundo de amortização da dívida nacional poderia aumentar anualmente através do juro da dívida paga no ano anterior. **Como tal, em poucos anos seria possível pagar a totalidade da dívida.** Ao mesmo tempo, seria possível aliviar o povo de determinados impostos mais pesados, como os que incidem sobre bens de primeira necessidade e sobre as matérias-primas das manufacturas. Isso conduziria a uma redução, em dinheiro, dos salários, o que tornaria as mercadorias mais baratas, fazendo aumentar a procura de bens e a procura de trabalho. Como a condição do trabalhador pobre seria melhorada, o seu consumo aumentaria e, com ele, todos os artigos de consumo sobre os quais se tinham mantido os impostos.

No entanto, este aumento das receitas fiscais não seria arrecadado de uma só vez. Seria preciso tratar com grande indulgência as províncias do império que se veriam subitamente sujeitas a este novo sistema de tributação. De facto, mesmo que o sistema fosse idêntico em todo o lado, ele não produziria em todo o lado uma receita proporcional à população. Porquê? **Num país pobre, o consumo é menor.** É o que se constata, por exemplo, na Escócia. **Além disso, num país pouco povoado a facilidade de fraudes é muito maior.**

Na América e nas Índias Ocidentais, os brancos da mais baixa classe social vivem mais confortavelmente do que os membros da classe homóloga em Inglaterra. Os escravos negros têm obviamente uma condição bem pior do que os mais pobres escoceses ou irlandeses, mas é do interesse dos seus mestres alimentá-los bem. **O consumo das colónias americanas é assim muito importante e um imposto moderado sobre determinados bens proporcionaria uma receita provavelmente mais elevada do que a que se poderia recolher em qualquer outra parte do império.** Evidentemente, devido à extensão do território, a facilidade de cometer fraudes seria muito superior na América, mas, se fossem adoptadas as duas reformas preconizadas por Smith (tributação segundo leis de impostos indirectos e substituição das taxas sobre licores e bebidas por um imposto único sobre o malte), acabar-se-ia, de uma vez por todas, com o contrabando no mais importante ramo de impostos indirectos.

Face a estes projectos de alargamento da tributação e apoiando-se no facto de os americanos não possuírem moedas de ouro ou de prata e de o comércio interno do país se efectuar com dinheiro em papel, **alguns objectaram que, sem ouro ou prata, eles não têm possibilidade de pagar impostos.** Como já retirámos aos americanos todo o ouro e prata que

eles tinham, **como poderíamos tirar-lhes algo que eles não têm?**

Adam Smith responde que **a ausência de ouro e prata na América não resulta da, e não atesta a, pobreza do país ou a sua incapacidade de obter esses metais.** Revela apenas desinteresse por eles. Na realidade, **os salários americanos são mais elevados do que os salários ingleses e os preços dos víveres bem inferiores aos dos víveres ingleses.** Em período de tranquilidade, os negócios internos de um país podem ser efectuados com recurso a dinheiro em papel, e isso traz mais vantagens do que as que se obtêm com o uso de ouro e de prata. Os americanos preferem evitar a utilização de um instrumento de comércio tão dispendioso como o ouro e a prata e dedicar a sua receita a comprar os instrumentos do ofício, as matérias para as roupas, os utensílios para a casa, as obras em ferro e tudo o que permite alargar a sua exploração daquele continente.

Assim, **qualquer governo colonial fornece ao povo papel-moeda em quantidade suficiente, ou mais do que suficiente.** Alguns, como o do Massachusetts, financiam assim uma parte das finanças públicas e reembolsam o papel emitido em excesso pagando-o, como aconteceu em 1747, por um décimo do valor pelo qual as notas tinham sido emitidas. A extrema abundância do papel-moeda afasta o ouro e a prata para fora das fronteiras, como aconteceu na Escócia. Não devido à pobreza do país, mas graças ao espírito activo e empreendedor do povo.

No comércio externo da Grã-Bretanha com as diferentes colónias, o ouro e a prata só são utilizados quando é necessário (assim, alguns colonos preferem pagar em tabaco), mas quando são necessários não faltam. Ser pago em bens é muitas vezes vantajoso para o comerciante, pois assim não tem necessidade de ficar com parte do seu capital armazenado, sem utilização. Deste modo, conserva em stock uma quantidade maior de mercadorias e dá uma maior extensão ao seu comércio. Porém, é raro que todos os correspondentes de um comerciante considerem cómodo o pagamento em géneros. Como tal, a moeda metálica permanece indispensável.

O valor das exportações das colónias do Norte, Pensilvânia, Nova Iorque, Nova Jérsia, Nova Inglaterra, **não equivale a tudo o que elas importam em obras de manufacturas a partir da pátria-mãe.** Elas têm, necessariamente, de pagar em ouro e sabem bem onde o encontrar. Relativamente ao comércio de Inglaterra com as colónias que têm açúcar, assiste-se ao fenómeno inverso: o valor do que essas colónias produzem e exportam é superior ao valor daquilo que importam de Inglaterra. **Dum ponto de vista mercantilista, este seria um comércio extremamente desvantajoso para Inglaterra.** Mas como muitos dos principais proprietários das colónias produtoras de açúcar residem na Grã-Bretanha, é aí que eles são pagos pelas cargas enviadas para a pátria, pelo que o dinheiro não sai das fronteiras do país.

A dificuldade e a irregularidade dos pagamentos das colónias face à Grã-Bretanha não dependem da sua balança comercial. Os pagamentos são feitos com maior regularidade pelas colónias do Norte do que pelas colónias do Sul embora, como acabámos de ver, a balança comercial destas últimas colónias seja extremamente favorável. Como explicar isto? As colónias do Sul possuem muitas terras incultas e os colonos são tentados a investir

muito capital para as converter em terras cultiváveis. Ao fazê-lo, negligenciam ou atrasam os pagamentos que devem à metrópole. Como tal, os retornos são mais lentos. É também este o caso, mas em menor grau, das colónias do Norte. Não é a pobreza da colónia que provoca a escassez de moedas de ouro e de prata.

Se os pagamentos das colónias são incertos e irregulares, não é devido à sua pretensa pobreza, mas ao desejo de enriquecerem rapidamente, o que as leva a reinvestir directamente a sua riqueza na exploração das suas terras, mais do que convertê-la em moedas de ouro ou de prata para pagar impostos a Inglaterra. As colónias têm bastante com que comprar a quantidade de ouro e de prata que seria necessária. Mas elas não querem dotar-se desse instrumento de comércio dispendioso porque não precisam dele. Ele arriscar-se-ia a travar os seus vastos empreendimentos de desbravamento e melhoramento do território. Na verdade, escreve Adam Smith, não é preciso que elas paguem a Inglaterra com metais preciosos. Elas poderiam pagar em géneros com o seu excedente de produção, graças a um mecanismo que faria intervir os comerciantes ingleses ou as companhias de comércio.

Além disso, seria justo que a Irlanda contribuísse para a liquidação da dívida pública inglesa, já que essa dívida foi contraída para apoiar a revolução que conduziu os protestantes ao poder no país. O mesmo se aplica às colónias da América, que devem ao governo inglês a liberdade, a segurança e a propriedade de que usufruem. Através de uma união com a Grã-Bretanha, **a Irlanda poderia beneficiar da liberdade de comércio.** Mas ganharia também a outro nível. Qual? **Ela poderia libertar-se do jugo de uma aristocracia local opressiva,** tal como a união da Escócia com a Inglaterra libertou os escoceses de uma aristocracia que os oprimia. Nas colónias, ainda não surgiu qualquer aristocracia opressiva. No entanto, há poderosas facções rancorosas e virulentas. O normal em todas as pequenas democracias. **Em caso de uma separação total da Grã-Bretanha – acontecimento que Adam Smith considera "bastante provável"[235] – estas facções podem tornar-se dez vezes mais violentas.**

O poder coercivo da metrópole teria podido, antes de se desencadearem os problemas actuais, conter essas facções dentro de determinados limites, afirma Smith. Sem ele, essas lutas poderiam intensificar-se e degenerar em cenários sangrentos. Quando o poder está localizado no centro do império, as facções permanecem mais moderadas, pois não dominam as coisas. Igualmente, o espírito de partido é menos fértil na Escócia do que em Inglaterra e, em caso de união, seria ainda menos fértil na Irlanda do que na Escócia. Evidentemente, a Irlanda e as colónias teriam de pagar impostos mais pesados do que hoje. No entanto, o pagamento da dívida nacional permitiria que a maior parte desses impostos fosse de curta duração. Consequentemente, a Grã-Bretanha poderia reduzi-los para a quantia estritamente necessária para a manutenção da paz.

Uma outra fonte de receita, mais abundante ainda que as anteriores, seria a racionalização do sistema de tributação das aquisições territoriais da companhia das Índias. O melhor seria, não criar novos impostos mas, pelo contrário, aligeirar os impostos existentes lutando, em simultâneo, contra as desordens e as delapidações que absorvem a maior parte da receita fiscal já cobrada.

---

[235] *Idem,* p.596

Se todos os meios sugeridos por Smith para aumentar a receita da Grã-Bretanha fossem rejeitados por serem impraticáveis, **restaria uma última solução: reduzir a despesa.** A defesa das colónias em tempo de paz é extremamente cara ao império e o seu custo aumenta em tempo de guerra. É uma despesa que pode ser economizada e que o deveria ser na totalidade.

A Inglaterra contraiu despesas gigantescas para defender as províncias do império. A última guerra custou mais de 90 milhões de libras esterlinas e a guerra com Espanha, em 1739, travada sobretudo por causa das colónias, custou mais de 40 milhões de libras esterlinas. As colónias custaram à Grã-Bretanha bastante mais do que o dobro do montante da dívida nacional antes da primeira guerra. Sem essas guerras, a dívida nacional teria provavelmente sido paga e, sem as colónias, a primeira dessas guerras talvez não tivesse tido lugar e a segunda não teria ocorrido de certeza. **Será que estas regiões que não contribuem para a manutenção do império, nem pelo pagamento de impostos nem pela disponibilização de forças militares, merecem ser chamadas de "províncias"?** Não. São, no melhor dos casos, "dependências", afirma Adam Smith. São "uma espécie de cortejo que o império mantém para a sua magnificência"[236]. Se o império não é capaz de aumentar a sua receita proporcionalmente à despesa, no mínimo podia acomodar a sua despesa à sua receita. É preciso retirar consequências disto: no futuro, a defesa destas províncias poderá causar à Grã-Bretanha uma despesa mais elevada do que aquela que ela já pagou no passado.

Contrariamente ao que fizeram crer, durante mais de um século, aqueles que governam Inglaterra, o império inglês não é uno.

> "**Até agora, este império apenas tem existido em imaginação.** Tem-se revelado não um império, mas o projecto de um império; não uma mina de ouro, mas o projecto de uma mina de ouro; um projecto que tem representado e, se as coisas não mudarem, continuará a representar uma enorme despesa sem que haja qualquer compensação, pois, como já se observou, **os efeitos do comércio com as colónias traduzem-se, para a maior parte das pessoas, em meros prejuízos, em lugar de vantagens.** Já é tempo de os nossos governantes concretizarem esse sonho dourado a que eles próprios se entregaram, bem como o resto do povo, ou então que despertem desse sonho e consigam acordar também o povo. Se o projecto não puder ser concretizado, terão de o abandonar. Se algumas províncias do império britânico não contribuírem no sentido de apoiar todo o império, é tempo de a Grã-Bretanha se libertar da despesa que faz ao defender essas províncias em tempo de guerra e ao manter as forças civis e militares em tempo de paz. **É tempo também de o país se esforçar por adaptar os seus pontos de vista e os seus projectos à real mediocridade das suas circunstâncias.**"[237]

---

[236] *Idem,* p.598
[237] *Idem, ibidem*

Wilhelm von Humboldt (1767-1835)

Os Limites da Acção do Estado[238] (1791-1792)

Apresentação da obra

Escrita em três meses por um jovem de 25 anos, esta obra – como o seu título indica – é uma **apologia do Estado mínimo. Mas este texto profundamente original não se contenta em fazer o julgamento da interferência abusiva do Estado na sociedade.** Esta apologia, na sua vertente positiva, é, **acima de tudo e antes de mais, um apelo ao perfeito desenvolvimento das potencialidades do ser humano, ao seu aperfeiçoamento interior em todos os domínios.** Com efeito, ao contrário da acção uniformizadora, niveladora e enfraquecedora do Estado, o liberalismo pode, por si, garantir a implantação individual original de cada ser humano, assegurando assim a força e a diversidade da sociedade civil.

É a expressão política do **ideal educativo da tradição alemã do *Aufklärung* de finais do século XVIII.** Este ideal tem por nome ***Bildung***, sem correspondente na nossa língua pois as palavras portuguesas mais próximas – "educação" e "formação" – não fazem jus a este modelo educativo dinâmico que poderíamos traduzir por **"livre desenvolvimento de si"**. Anos mais tarde, este jovem tornou-se o verdadeiro arquitecto do sistema educativo da Prússia e, em seguida, de toda a Alemanha. Foi ele quem fundou, em 1810, a Universidade de Berlim – ainda hoje com o seu nome – que constitui uma concretização magistral e em larga escala desta teoria da *Bildung*.

Humboldt desola-se com a diminuição da diversidade que caracteriza as nossas sociedades modernas. A variedade do homem destruiu-se com o progresso da comunicação e a homogeneização crescente das obras humanas[239]. **Esta variedade era incomparavelmente maior nas sociedades da Antiguidade grega e romana** porque a obsessão dos governantes era assegurar o pleno florescimento do homem na sua singularidade. **Dito isto, esta nostalgia não significa que a Antiguidade deva ser considerada uma idade de ouro inacessível.** Ela não se baseia na ideia de que este processo de uniformização seja irreversível. Pelo contrário, Humboldt pensa que o período moderno consagra a liberdade privada em proporções nunca igualadas, e que isso possibilita um florescimento das faculdades humanas em proporções jamais alcançadas até então.

Então, por que motivo são as sociedades modernas tão uniformizadoras? O empobrecimento da diversidade no século XVIII, de que Humboldt fala, **resulta não da imposição de um modelo cultural dominante** (o modelo ocidental), **como muitas vezes se pensa hoje em dia, mas da acção uniformizadora e enfraquecedora do Estado.** Os governantes da Antiguidade preocupavam-se, acima de tudo, com a formação do ser humano

---

[238] O título original é *Ideen zu einem Versuch, die Grenzen der Wirksamkeit des Staates zu begrenge*n e o autor recorreu à versão publicada em 2004 pela *Les Belles Letters: Essai sur les Limites de l'Action de l'Etat.* Existe uma versão portuguesa, intitulada *Os Limites da Acção do Estado*, editada pela Rés em 1990. [N.T.]

[239] W. von Humboldt, *Essai sur les Limites de l'Action de l'Etat,* Les Belles Lettres, 2004 (1791-1792), p.31

(a *República,* de Platão, era, antes de mais, um tratado de educação). O Estado moderno preocupa-se não com a formação do homem mas com o seu bem-estar e com as condições necessárias para assegurar a calma e a estabilidade da sociedade. É por este motivo que o Estado aspira a uniformizar o ser humano.

O que aconteceria se o Estado não interviesse como intervém? Se cada um pudesse ser livre de progredir na sua originalidade, surgiria no mundo um número muito elevado de nuances variadas e delicadas. A diversidade, a originalidade e o vigor da nossa sociedade conduziriam esta última a uma forma simultaneamente maior e mais admirável do que a da tão soberba Antiguidade. Porquê? Porque os povos da Antiguidade eram mais pobres e mais frustrados do que os povos dos Estados modernos. Certamente, o modelo educativo favorecia o surgimento de personalidades fortes e originais, mas só uma minoria da população beneficiava dessa educação. **Potencialmente, os homens que povoam os Estados modernos poderiam, se o Estado os deixasse livres de se desenvolverem e de florescerem de forma original, criar uma civilização inigualável, na qual a diversidade seria reforçada devido à extensão das comunicações entre as diversas partes do mundo.**

A questão de saber se o Estado deve intervir ou não na economia não é verdadeiramente tratada nesta obra. **O que mais importa para Humboldt é saber se o Estado deve influenciar – através da religião ou de outra maneira – os costumes dos cidadãos.** O capítulo sobre a religião é o mais volumoso deste ensaio. Após uma longa demonstração, Humboldt conclui que as questões religiosas estão para lá dos limites da acção do Estado. Por isso, posiciona-se claramente a favor da laicidade do Estado e estima que o único papel deste na matéria é o de favorecer o auto-exame de consciência. Para Humboldt, a obediência às leis pressupõe uma adesão esclarecida à pertinência das mesmas. **A ordem política não pode ser assegurada pela imposição de dogmas religiosos por parte do Estado. É necessário elevar o grau de inteligência e de cultura do povo.**

Este tratado considera que o pleno florescimento do homem é a finalidade do político. No entanto, o homem não é um indivíduo isolado. **A sua força, o seu carácter, a sua originalidade são tudo elementos que enriquecem a sociedade civil. Esta não é uma apologia do egoísmo e do fechamento em si mesmo. Na realidade, este desenvolvimento do ser humano deve permitir a livre associação, a cooperação voluntária e a beneficência recíproca que constituem e edificam a sociedade.** É preciso não confundir o Estado com esta "união nacional"[240]: relativamente à sociedade, o Estado não constitui mais do que um instrumento necessário e é até, como escreve Humboldt, um mal necessário. É um "mal" porque o Estado, mesmo que reduzido, existe sempre à custa de restrições da liberdade. É um mal "necessário" porque ele é a única forma de garantir a segurança.

---

[240] *Idem,* p.187

Síntese da Obra

Capítulo I: Introdução

Wilhelm von Humboldt abre o seu tratado com uma questão aparentemente simples mas que nunca antes fora estudada com rigor: **"Qual é a finalidade da instituição estatal?"** Colocada de outro modo, esta questão significa: **"Quais os limites que a instituição estatal deve colocar à sua acção?"**. É necessário, diz ele, definir o perímetro do Estado, distinguir os diferentes ramos da administração e ter a certeza de que determinados membros de uma parte não se apropriam dos direitos da outra parte.

No passado, os criadores de constituições foram, por norma, limitados pelas questões que os precederam. No entanto, num tal projecto de constituição, teriam obrigatoriamente de ser levadas em conta duas coisas. Quais são elas?

- **Definir as duas partes:** a parte governante e a parte governada;
- **Definir os objectos sobre os quais o governo poderá estender a sua acção.**

Este segundo ponto é o mais importante, pois é relativo à vida privada dos cidadãos e delimita a liberdade e a independência das suas acções. O primeiro ponto não é mais do que um meio para chegar ao segundo.

As naturezas fortes e vigorosas tendem sempre à acção. Para essas pessoas, o repouso e o gozo dos prazeres só existem no estado de ideias. Essas pessoas não conhecem a saciedade. Para o conquistador, a vitória é mais doce do que a terra conquistada. O reformador prefere a inquietação de pôr em prática a sua reforma ao aprazível gozo dos frutos que ela lhe traz uma vez adoptada. Para o homem, o cuidado de conservar a liberdade é mais agradável do que o usufruto dessa liberdade. O desejo de liberdade provém, a maior parte do tempo, do sentimento de que ela nos falta.

> **"A liberdade não é, por assim dizer, mais do que a possibilidade de uma actividade variada por força de ser indeterminada."**[241]

A análise do objectivo e dos limites da acção do Estado é, sem dúvida, o mais importante estudo das ciências políticas. É o objecto último de toda a política, pois permite apreciar a sua pertinência e julgar os seus meios.

As revoluções de Estado, as alterações de regime, dependem de um grande conjunto de circunstâncias, frequentemente fortuitas, e possuem **sempre consequências perniciosas. Em compensação, qualquer governo pode estender ou restringir os limites da sua acção sem causar problemas.** Ao evitar as inovações ostensivas, ele alcançará o seu objectivo mais depressa e de forma mais eficaz. **Os melhores trabalhos do homem são aqueles que imitam a Natureza.** A pequena semente que germina na terra é mais benéfica do que

[241] *Idem,* p.21

a erupção do vulcão, sempre acompanhada de devastação. A nossa época precisa de reformas do primeiro género. Os limites da acção do Estado devem ser colocados de maneira a conduzir à mais plena liberdade das capacidades e à maior variedade de situações.

Quanto mais a liberdade cresce, mais necessita de uma civilização desenvolvida. Para Humboldt, a sua época possui as luzes e a força, mas também requer a liberdade à qual legitimamente aspira. Os meios para levar a cabo essa reforma são próprios de uma cultura progressista. Espectáculo esplêndido aquele de um povo que rompe as suas correntes. Mas é ainda mais esplêndido ver um príncipe garantir-lhe a liberdade não por bondade mas por considerar que se trata do primeiro e mais absoluto dos seus deveres.

Quando olhamos para a história das constituições, é difícil ver claramente quais os limites que estas impõem à acção do Estado. Nenhuma segue um plano meditado e assente em princípios simples. Por norma, a liberdade dos cidadãos foi limitada para criar ou assegurar a constituição ou para velar pela condição física e moral da nação. **Nos Estados antigos, todas as disposições relativas à vida privada dos cidadãos eram políticas no verdadeiro sentido da palavra.** Isso advinha do facto de a constituição ser, à data, relativamente frágil, precária e dependente da vontade da nação. Desde então, preferimos harmonizar o carácter do cidadão com a vontade da nação. Isto explica a importância que tinha, à época, a liberdade pública dos cidadãos. **A liberdade da vida privada aumenta na medida em que a liberdade pública e a segurança diminuem.** Na Antiguidade, os legisladores preocupavam-se sobretudo com a educação. Porquê? Porque os filósofos se ocupavam do homem no sentido estrito. **A dignidade moral era a coisa mais importante no homem.** A este respeito, a *República*, de Platão, é um tratado de educação antes de ser um tratado político.

Os legisladores modernos são, antes de mais, animados pela vontade de agir em prol dos cidadãos e do seu bem-estar. As constituições modernas são mais sólidas, mais independentes da mentalidade das nações, mais sofisticadas. Elas incluem noções religiosas que constrangem o soberano a assegurar a moralidade e o bem-estar do povo. Decerto, muitas leis são votadas devido à necessidade, umas vezes real, outras falsa, de cobrar impostos e assegurar o cumprimento da constituição. Neste último ponto, os Estados modernos são parecidos com os antigos.

Contudo, existe uma **profunda diferença entre os Estados antigos e os novos. Os Estados antigos preocupavam-se em fazer crescer a força do homem e assegurar o seu pleno desenvolvimento enquanto homem.** Os novos preocupam-se com a sua prosperidade, a sua fortuna, a sua capacidade de ganhar a vida. Os Estados antigos procuravam a virtude. Os Estados novos procuram a felicidade. **As restrições à liberdade próprias dos Estados antigos eram mais pesadas e mais perigosas.** Eles interessavam-se pelo elemento verdadeiramente constitutivo do homem, pela sua existência interior. Por um lado, os povos da Antiguidade viviam num universo estreito, a sua civilização era rudimentar e as comunicações praticamente inexistentes. Por outro, as instituições do Estado mantinham, entre os Antigos, a força activa do homem. É isto que explica o carácter enérgico e a força espiritual dos Antigos.

O homem moderno vive num universo rico em coisas mas, simultaneamente, muito uniforme. **Os novos Estados preferem ocupar-se daquilo que os homens possuem a ocupar-se dos homens em si. Eles já não desejam formar as forças físicas, intelectuais e morais dos homens; preferem impor-lhes leis e ideias.** Ao fazê-lo, a natureza muito diferente destas restrições à liberdade tem como efeito a supressão da energia dos cidadãos, fonte de toda a virtude activa. Entre os Antigos, o aumento da força contrabalançava a uniformidade. Entre os Modernos, os males causados pela diminuição da força são agravados pela uniformidade.

O que impressiona entre os Modernos é a rapidez do progresso, a inventividade e a industrialização. O que nos maravilha nos Antigos é a grandeza que está ligada a todas as acções de vida de determinados homens. O homem, a sua força e a sua cultura animavam qualquer actividade. Os Modernos pensam antes de mais na prosperidade, na tranquilidade, na felicidade dos homens, olvidando o seu eu interior. **Os Antigos procuravam a felicidade na virtude. Já os Modernos procuraram durante muito tempo desenvolver a virtude através da felicidade.** Kant, que expôs a moral em toda a sua pureza, considera que a felicidade surge não como algo que se conquista pela virtude mas como uma espécie de recompensa distinta da actividade moral[242].

A questão que anima os autores de direito público é saber se o Estado deve contentar-se em garantir a segurança ou se ele deve, pelo contrário, velar pelo bem geral, material e moral, da nação. O Estado imprime a sua direcção nos principais sistemas de direito público e nos códigos modernos. Estes princípios mudaram a face dos estudos políticos e fizeram nascer ramos de administração totalmente novos. Estes princípios devem ser examinados com rigor e, ao fazê-lo, tomamos como ponto de partida fundamental o indivíduo e a finalidade da sua existência.

Capítulo II: Do indivíduo e dos fins supremos da sua existência

Neste capítulo muito conceptual, Humboldt desenvolve o seu conceito da finalidade do ser humano.

> "O fim último e supremo de cada homem é **o desenvolvimento, o mais elevado e equilibrado possível, das suas forças na individualidade destas**"[243].

Ele esclarece igualmente que o verdadeiro objectivo do homem "é **o desenvolvimento, o mais lato e equilibrado possível, das suas forças como um todo**"[244]. Esta extensão das forças humanas necessita de duas coisas:

- **liberdade;**
- **diversidade de situações.**

---

[242] Na sua famosa *Crítica da Razão Prática,* Immanuel Kant considera que a felicidade, ou melhor, um "sucedâneo da felicidade", surge como um "complemento", como uma espécie de contentamento resultante da acção moral cumprida. É uma espécie de cereja em cima do bolo.
[243] W. von Humboldt, *Essai sur les Limites de l'Action de l'Etat,* Les Belles Lettres, 2004 (1791-1792), p.27
[244] *Idem, ibidem*

É a liberdade que permite a diversidade, mas **até o mais livre e o mais independente dos homens progride menos quando se encontra num meio uniforme.** Afinal, o homem só é capaz de agir sobre uma coisa de cada vez, e parece destinado a um fim específico, dado que enfraquece a sua energia sempre que tenta abarcar várias coisas em simultâneo. Mais do que dispersar as suas forças, ele deve reuni-las e concentrá-las num pequeno número de coisas.

Tal torna indispensável a colaboração entre os homens. De facto, durante todos os períodos da vida, cada homem apenas pode alcançar uma das perfeições que formam o carácter de todo o género humano. **Ao constituir laços, cada um fica em condições de se apropriar mutuamente das riquezas dos outros.** Exemplo de um tal laço favorável ao progresso do carácter é a união dos dois sexos. Não é mais do que um caso particular do fenómeno das ligações entre seres humanos. Em que consiste este fenómeno? Os Gregos tentaram discerni-lo. Estas ligações não são – estritamente falando – nem de amor nem de amizade. Elas são mais nobres do que o amor normal e de uma natureza diferente da da amizade. **Estes laços permitem ao homem progredir mas apenas serão úteis na exacta medida em que são capazes de manter a independência das partes na intimidade da sua união.** Sem intimidade não podemos compreender o outro. Sem independência não podemos integrar no nosso ser aquilo que compreendemos. É necessário que a diferença de força entre os indivíduos não seja demasiado grande para que possamos entender o outro, nem demasiado pequena para que possamos admirar e desejar aquilo que o outro possui.

No final, toda a grandeza do homem depende das características da força e da educação. É, ao mesmo tempo, causa e consequência da liberdade e da diversidade. Uma pessoa que tenha sido formada de modo particular e que actue sobre o seu ambiente será mais sensível à diversidade e à originalidade da Natureza inanimada, projectando-se nela e apercebendo-se da abundância e da beleza.

Humboldt expõe então uma teoria filosófica na qual articula conceitos de inspiração aristotélica. **Tudo aqui se reduz, diz ele, à Forma e à Matéria.** À mais pura das formas, Humboldt dá o nome de "ideia". À matéria mais desprovida de forma, dá o nome de "percepção sensível". A forma brota da combinação das matérias. Quanto mais estas matérias forem abundantes e variadas, mais a forma será sublime. Assim, uma criança divina só pode nascer de pais imortais. **A forma resultante da combinação de matérias torna-se, ela própria, a matéria que engendra uma forma ainda mais bela.** É assim, por exemplo, que a flor se transforma em fruto. Este fruto fornece a semente de uma nova haste que se cobre de flor. Quanto mais a variedade aumenta com a delicadeza da matéria, mais aumenta a força, pois mais íntima é a ligação entre a forma e a matéria: a forma parece fundir-se na matéria e a matéria na forma.

Da mesma maneira, **quanto mais os sentimentos do homem contêm ideias, mais as suas ideias contêm sentimentos e mais a sua superioridade aumenta.** Deste acoplamento eterno da forma e da matéria, da diversidade e da unidade, depende a fusão das duas naturezas que coexistem no homem. O mais belo momento na vida do homem é o momento da flor, ou seja, o momento da maturidade. A comparação difere, contudo, num ponto: o que o homem recebe do exterior é apenas a semente. Só a sua energia e a sua actividade podem

torná-la fecunda. O ideal mais elevado na coexistência entre seres humanos é aquele em que cada um se desenvolve por si e para si. Então, das lutas entre esses homens surgiria a suprema energia.

É isso que explica o **carácter vivificante das grandes acções da Antiguidade grega e romana.** Nessa época, os homens travavam rudes combates contra o destino e contra os seus semelhantes. **É nessa época que encontramos a maior força e a maior originalidade.** Foi nessa época que se criaram formas admiráveis. Essa época passou. Todas as eras que se seguiram foram cada vez menos variadas. Segundo Humboldt, este declínio da diversidade é hoje cada vez mais rápido. A Natureza, por exemplo, perde a sua variedade: as imensas florestas são cortadas e os pântanos são secos. A diversidade do homem destruiu-se através do progresso da comunicação e da união entre as obras humanas. O insólito, o novo e o surpreendente tornam-se raros.

Torna-se menos necessário descobrir novos recursos, bem como tomar decisões súbitas, improvisadas e adoptadas na urgência, uma vez que a pressão dos factores externos sobre o homem é menor e ele está mais bem equipado para os enfrentar. O homem deixou de conseguir resistir aos factores externos apenas com as suas forças naturais. Além disso, **o aperfeiçoamento da ciência tornou a imaginação menos necessária e o ensino enfraqueceu a vontade de descoberta. Dito isto, constatamos que a variedade física diminuiu, mas o seu lugar foi tomado por uma maior variedade moral e intelectual.** O nosso carácter tornou-se menos vincado mas mais refinado, mais cultivado, mais matizado. Se na Antiguidade tivessem existido nuances, os pensadores desses tempos teriam falado delas. O género humano seguiu, assim, o mesmo destino que o indivíduo: o grosseiro desapareceu, o delicado permaneceu. **A força não se transmitiu intacta de geração em geração, mas o refinamento actual também tem o seu tipo de força e esta é, provavelmente, superior à da Antiguidade.**

O que importa reter das considerações precedentes, diz Humboldt, **é que temos de velar pela nossa originalidade e pela nossa força. Também é preciso preservar os nossos meios de as manter.** A verdadeira razão leva-nos a desejar exclusivamente a situação em que cada indivíduo goza da mais inteira liberdade de se desenvolver e florescer. Cabe ao homem dar a si próprio uma forma que se coadune com a sua vontade, na medida das suas necessidades e das suas tendências e nos limites da sua força e do seu direito. **Só a conservação dos valores de originalidade e de força consagrados neste princípio justificam que dele nos afastemos.** Este princípio deverá servir de **base a toda e qualquer política.**

Capítulo III: Passagem à investigação propriamente dita. Sua divisão. Da atenção do Estado ao bem-estar positivo dos cidadãos, especialmente o físico

Qual é o perímetro desejável para a acção do Estado? Tudo o que ele possa fazer para o bem do Estado sem atentar contra o princípio exposto mais acima, princípio **que visa a conservação dos valores de originalidade, de força e de livre desenvolvimento do ser humano.** Desde logo, a acção do Estado nos assuntos privados dos cidadãos é imoral sempre que estes não violem os direitos de outrem. Para tratar inteiramente esta questão, é preciso passar em revista os diversos aspectos da influência normal ou possível do Estado.

O objectivo do Estado pode ser duplo:

- procurar **promover a felicidade;**
- limitar-se a **querer impedir o mal**
  – seja o mal proveniente da **Natureza;**
  – seja o mal causado pelo **ser humano.**

Se o Estado se limitar apenas a tratar do segundo dos males, procura unicamente a segurança. Esta segurança tem de ser distinguida de todos os outros objectivos possíveis que podemos chamar de "bem-estar positivo".

Podemos igualmente examinar a acção do Estado do ponto de vista dos meios que mobiliza:

- procura **realizar directamente o seu objectivo**
  – **seja pela coacção,** através de leis imperativas e proibitivas e através de penas;
  – **seja através de encorajamentos** e da virtude do **exemplo;**
- **oferece aos cidadãos um quadro favorável** à realização dos seus projectos e impede-os de agir no outro sentido;
- harmoniza as **inclinações dos cidadãos** com a sua vontade, **agindo sobre a cabeça e o coração destes.**

No primeiro caso, o Estado apenas determina actos isolados. A eficácia da restrição é fraca. No segundo caso, ele determina, antes de mais, a forma de agir dos cidadãos. A sua eficácia é maior. **No terceiro caso, ele determina o carácter e a forma de pensar dos cidadãos. A sua eficácia é enorme.** Porquê? Porque age sobre as fontes de onde brotam as acções e porque este tipo de política requer mais disposições.

Em teoria, estes três ramos são fáceis de distinguir. **Na prática, é impossível encontrar uma política de Estado que não recorra simultaneamente a vários destes ramos.** Para o justificar, diremos, por exemplo, que a felicidade e a segurança dependem estreitamente uma da outra. Por outro lado, as acções isoladas do primeiro ramo agem sobre o carácter se forem repetidas frequentemente. Como tal, é mais fácil analisar se o Estado visa o bem-estar da população ou somente a sua segurança.

Neste capítulo, Humboldt vai examinar **todas as medidas que visam aumentar o bem-estar positivo da nação.** Ele visa aqui as medidas que têm por intenção manter ou promover o bem material da nação, ou seja, medidas:

- para a manutenção dos **habitantes do país**
  – directamente (casas de caridade);
  – indirectamente (encorajamento da agricultura, da indústria e do comércio);
- relativas às operações financeiras e monetárias;
- de proibição de importar e de exportar.

O bem moral não é procurado por si mesmo mas pela manutenção da segurança. Como tal, será examinado ulteriormente. Segundo Humboldt, **todas as disposições enumeradas aqui têm consequências negativas.** Ele explica as razões.

1. "O espírito do governo (…) impõe à nação a uniformidade, bem como uma forma de agir estranha a ela mesma"[245].

Os homens obtêm os bens em prejuízo das suas faculdades. É no entanto a diversidade derivada da união de pessoas diferentes que constitui o maior bem da sociedade. **Quanto mais o Estado interfere, mais a diversidade decresce. Neste caso, a sociedade é apenas constituída por indivíduos isolados em relação ao Estado**, ou seja, em relação ao espírito que domina o seu governo. O poder superior do Estado dificulta o livre jogo das forças. Os indivíduos tornam-se, então, cada vez mais parecidos e acabam por fazer todos quase a mesma coisa. É precisamente o que desejam os Estados: a prosperidade e a tranquilidade. Estes dois objectivos alcançam-se mais facilmente quando os interesses individuais já não se combatem de forma tão intensa. O homem deve, acima de tudo, aspirar à variedade e cumprir-se na acção. Só assim se formam as personalidades ricas e poderosas. De outro modo, desconhecemos a natureza humana e transformamos os homens em máquinas.

2. Estas **disposições do Estado diminuem a força da nação.**

A forma criada por uma matéria dotada de uma actividade consciente de si poderá, ela própria, dar à matéria maior plenitude e beleza[246]. O Estado aniquila a beleza. Isto acontece porque o belo não é mais do que a aliança de elementos que, antes de mais, se combatem. Esta aliança só é possível por intermédio de um grande número de novas descobertas. Pelo contrário, a matéria é aniquilada pela forma que lhe queremos dar a partir do exterior. Porque o Nada suprime o Ser. Dito de outra maneira, **o homem não deve receber uma educação uniforme do Estado. Tudo aquilo em que ele acredita deve ser semeado nele e desenvolver-se graças a ele.** Para criar coisas belas, é preciso entusiasmo, e aquilo que inspira maior entusiasmo é a perspectiva de se tornar proprietário daquilo que se vai criar. De resto, o homem tem tendência a considerar que lhe pertence tudo o que cria. Ele sente-se proprietário não daquilo que possui mas daquilo que faz. O trabalhador que cultiva um jardim sente-se mais proprietário desse jardim do que o homem ocioso que dele desfruta.

Podemos defender que o Estado, por estar em condições de fazer experiências em grande escala, permite, quando empreende projectos, que todos beneficiem da sua experiência, aumentando assim os conhecimentos à disposição de todos. Humboldt responde que só aqueles que participam no governo tirarão proveito destas experiências. Porquê? Porque **a inteligência do homem apenas progride devido à sua própria acti-**

---

[245] *Idem,* p.36

[246] Esta passagem é assaz complexa. O que significa? Vimos que Humboldt considera que o homem deve adquirir a sua "forma" específica, original, graças a uma educação particular. Ele é um ser material que dá a si mesmo uma forma (é uma matéria colocada num molde). Tem de ser ele mesmo a dar-se essa forma (razão pela qual a educação deve ser livre). Ele é comparável a uma flor porque, tal como a flor produz um fruto, o homem formado produz, pelo seu trabalho, pelas suas actividades, etc., um certo número de coisas. Ele modela a matéria e dá-lhe uma forma. Quanto mais ele for bem formado, mais belas serão as coisas materiais que ele produz.

vidade, pela sua própria criatividade ou pela utilização que ele faz, por si mesmo, das descobertas de outrem. O problema é que, na maior parte do tempo, o Estado coage os homens a proceder da maneira que considera mais razoável. Nos casos em que o Estado não coage os homens a aplicar o fruto das suas descobertas, ele habitua-os a contar com um ensinamento exterior, uma ajuda externa, mais do que a deixá-los procurar por si mesmos a solução para os seus problemas.

Por vezes, o Estado contenta-se em encorajar, nomeadamente através de recompensas, os cidadãos a seguirem os seus conselhos. **Essa não é a melhor forma de ensinar. Como é que tal deve ser feito? É preciso apresentar todas as soluções possíveis e preparar o homem para escolher por si mesmo a mais conveniente ou, melhor, prepará-lo para descobrir ele próprio essa solução.** É um método negativo de ensinar que se revela bem mais eficaz do que o método positivo, que passa por uma verdadeira educação nacional.

As preocupações demasiado alargadas do Estado prejudicam a energia da acção e o carácter moral. A pessoa que é dirigida com demasiada força ou demasiada frequência acaba por sacrificar toda a iniciativa e toda a decisão pessoal no cumprimento das suas actividades. Ela acredita que está a fazer bem ao esperar as ordens e ao segui-las. **As noções de mérito e de falha acabam por se desvanecer.** O mérito já não a estimula e ela também não se sente responsável pelas suas derrotas, que atribui às pessoas cujos conselhos seguiu. Esta situação afecta o seu sentido moral de forma ainda mais alargada. De facto, **semelhante indivíduo sente-se livre de qualquer dever que não lhe seja expressamente imposto pelo Estado.** Além disso, não só não faz qualquer esforço para melhorar a sua situação como também teme qualquer melhoria, pois receia que o Estado encontre um pretexto para lucrar com isso.

O cidadão procura contornar as leis e considera qualquer violação da lei como um ganho. Desde logo, para uma grande parte da população, a moral é delimitada pelas leis e normas do Estado. **Cada um conta com a diligência do Estado e o encarrega de se ocupar dos outros, por já não desejar assumir essa tarefa.** A assistência do Estado enfraquece o interesse das pessoas umas pelas outras e mata o espírito de entreajuda. Abandonado a si mesmo em todas as actividades, privado de todo o socorro alheio, o homem é, frequentemente, alvo de embaraço e infelicidade. **Mas a felicidade conquista-se. A felicidade procura-se pela força e pelo engenho. Quando a infelicidade surge, a inteligência aguça-se e o carácter reforça-se. Infelizmente, esta reacção salutar não se produz quando o Estado, através de uma intervenção demasiado pronunciada, mata todo o espírito de iniciativa e acostuma o homem a apoiar-se numa força estranha a si.** Os Estados são como os médicos que, é certo, afastam a morte, mas mantêm e alimentam a doença em lugar de a curarem.

3. **Tudo o que ocupa o homem está intimamente ligado aos seus sentimentos.** Mesmo um objectivo exterior é, ocasionalmente, acompanhado de um outro interior que, frequentemente, é o verdadeiro objectivo. O objectivo exterior é assim ligado ao objectivo interior por necessidade ou por acaso. Quanto maior a unidade do homem, mais os objectivos exteriores emanam livremente do seu ser interior. Assim deveriam ser formados os operá-

rios e os camponeses. Então, eles tornar-se-iam artistas, ou seja, pessoas que amam o que fazem e que, ao cultivarem as suas forças intelectuais, enobrecem o seu carácter. O homem colhe grandeza e beleza quando reserva sempre, não sem esforço, o primeiro lugar ao seu eu interior. Uma tal pessoa considera o seu eu interior como a fonte primeira e o objectivo final de todo o seu labor.

Num povo deixado em liberdade, a agricultura oferece um belo exemplo deste enobrecimento pelo trabalho. O labor e a colheita aproximam ternamente o homem do seu campo e do seu lar. Ele semeia a cada ano e sabe que a colheita só raramente trai a sua esperança. É paciente, trabalhador, poupado e confiante. Recebe o fruto das mãos da Natureza e isso leva-o à gratidão. **A agricultura é uma actividade pacífica: consiste sempre em produzir, jamais em destruir.** O agricultor está, no entanto, consciente de que qualquer agressão não provocada é injusta e anima-se de uma coragem intrépida contra quem quer que perturbe a paz.

No entanto, este quadro idílico não poderia existir sem liberdade. A liberdade é, para qualquer actividade, uma condição absolutamente necessária, sem a qual nenhuma das consequências salutares do trabalho pode surgir. De facto, **o homem jamais poderá identificar-se no seu ser com aquilo que não escolhe por si, aquilo em que se sente desconfortável, aquilo para que é orientado.** Porquê? Porque ele não emprega verdadeiramente as suas forças de homem; contenta-se em colocar em marcha uma habilidade mecânica. **Os gregos consideravam que uma actividade que não favorecesse o desenvolvimento do eu era nociva e desonrosa. Por isso tinham escravos.** Os filósofos gregos mais filantropos reconheciam que se tratava de um meio injusto e bárbaro mas consideravam-no um mal necessário, que permitia assegurar o desenvolvimento último da força e da beleza de uma parte da sociedade em sacrifício da outra parte.

Este raciocínio é, evidentemente, errado. Na realidade, **qualquer actividade é capaz de enobrecer o homem se concretizada livremente.** Uma actividade produz efeitos apenas e somente se a energia que lhe dedicarmos preencher sobretudo a nossa alma. Se o homem considerar essa actividade somente como um meio, ela produz menos efeitos salutares, se é que produz alguns. Porquê? Porque tudo o que é atraente em si mesmo suscita a estima e o amor. Pelo contrário, o que é puramente utilitário apenas desperta os interesses. O homem pode ser engolido pelos interesses da mesma forma que é enobrecido pela estima e pelo amor.

Quando o Estado intervém positivamente no processo, ele só se foca no resultado do trabalho e não no trabalho em si. Ele só se preocupa em que as regras sejam, segundo ele, as mais eficientes. Este é um ponto de vista estreito e pernicioso.

A vida conjugal fornece um bom exemplo desta forma de equilíbrio – que logramos ou não estabelecer – entre o eu interior e o objectivo exterior, entre o sentimento e a inteligência. No seio da união mais íntima, é necessário conservar uma actividade pessoal e espontânea. O sucesso do casal depende do triunfo ou do fracasso das personalidades das duas pessoas que o compõem. O esforço consentido para concretizar o seu ideal exerce uma influência determinante sobre:

> "**A parte mais interessante da Humanidade,** aquela que forma as suas percepções de modo mais fácil e delicado e as conserva mais profundamente dentro de si. **Nesta categoria há mais mulheres do que homens;** por esse motivo, o carácter delas está mais dependente da natureza das relações familiares numa nação"[247].

O seu "eu interior" está mais preservado do que o dos homens, que se empregam numa série de ocupações exteriores[248]. Através da preocupação da preservação e do desenvolvimento do eu individual, as mulheres aproximam-se mais do que os homens do ideal da Humanidade. O carácter da mulher leva-a a salvaguardar o tesouro dos bons costumes. Aqui, Humboldt cita Goethe: "O homem aspira à liberdade. A mulher à pureza"[249].

> "E se, seguindo as palavras profundas e verdadeiras do poeta, **o homem se esforça por derrubar as barreiras exteriores que impedem o seu crescimento, a mão cuidadosa da mulher prescreve os benéficos limites interiores** sem os quais a plenitude da força não se saberia transformar em flor"[250].

Por outro lado, a moralidade das nações está estreitamente ligada à consideração pelas mulheres. Esse é um critério determinante.

Os efeitos do casamento são tão diversos quanto as personalidades dos indivíduos. O Estado, por consequência, não deve intervir no casamento, tal como não deve interferir no bem-estar dos indivíduos. De facto, a lei comanda que tais relações só possam nascer da inclinação e nunca de prescrições exteriores. O Estado deve não só tornar os laços mais livres e mais amplos como abster-se de qualquer acção sobre o casamento, confiando-o ao livre-arbítrio dos indivíduos e aos diversos contratos matrimoniais que estes celebrem. Por outro lado, a experiência demonstra que as consequências das instituições coercivas não correspondem nunca às intenções iniciais.

4. **A preocupação do Estado com o bem material dos cidadãos é nociva por uma outra razão: exerce-se necessariamente sobre uma multidão heterogénea e prejudica os indivíduos ao definir regras gerais.** A aplicação destas regras gera erros consideráveis, pois elas são apropriadas para determinados cidadãos mas não para todos.

5. **A acção do Estado impede o desenvolvimento da individualidade e da originalidade pessoal do homem, tanto na sua vida moral como na sua vida prática.** Humboldt não quer com isto dizer que o homem apenas se pode realizar plenamente se viver isolado. Pelo contrário, ele pensa que os homens devem unir-se, mas sem com isso aniquilarem a sua personalidade original:

---

[247] W. von Humboldt, *Essai sur les Limites de l'Action de l'Etat,* Les Belles Lettres, 2004 (1791-1792), p.43

[248] Recorde-se que este texto data do século XVIII, época em que, na Alemanha, as mulheres casadas se ocupavam sobretudo de tarefas domésticas. A análise da mulher feita por Humboldt não é radicalmente essencialista; baseia-se na condição feminina da altura.

[249] Goethe, *Torquato Tasso,* acto II, cena 1, citado em W. von Humboldt, *Essai sur les Limites de l'Action de l'Etat,* Les Belles Lettres, 2004 (1791-1792), p.44

[250] W. von Humboldt, *Essai sur les Limites de l'Action de l'Etat,* Les Belles Lettres, 2004 (1791-1792), pp.44-45

"A união não deve fundir um ser no outro, mas abrir as vias de um para o outro"[251].

Cada um pode modificar-se em função daquilo que o outro lhe traz, mas não se deve deixar sufocar pelo outro. As sinergias são evidentemente possíveis entre pessoas de carácter original pois, no domínio da verdade e no domínio da moral, as coisas verdadeiramente dignas do homem nunca estão em conflito. Tudo o que, nos seus caracteres, não puder subsistir no quadro das relações, deve ser aniquilado e substituído por outros traços de personalidade forjados no contacto com o carácter profundamente pessoal de outrem. As interacções devem decorrer no maior respeito, pois o carácter é a propriedade de um ser livre. Esta arte das relações está muito negligenciada. Por um lado, porque é considerada uma distracção e não um trabalho. Por outro, porque poucas pessoas, infelizmente, têm em si um lado interessante e original do qual se possa tirar partido. No entanto, ninguém pode ser considerado inteiramente incapaz de ser útil ou não susceptível de ser modificado por influência de um outro.

O Estado, quando visa assegurar um bem positivo, ainda que seja apenas um bem exterior e físico que está sempre ligado ao ser interior, não consegue evitar tornar-se um obstáculo ao desenvolvimento da personalidade individual. Assim, tais preocupações devem ser excluídas, salvo no caso de necessidade absoluta.

6. **É muito difícil comparar as vantagens e os inconvenientes resultantes do estabelecimento das instituições do Estado.** É difícil porque nunca sabemos que outros inconvenientes são formados pelos inconvenientes que conseguimos identificar. Todos os políticos reconhecem, por experiência, que poucas medidas são verdadeiramente uma necessidade imediata e absoluta. A maioria delas tem uma necessidade meramente relativa, indirecta e dependente das medidas precedentes.

Para ser posta em pratica, toda a intervenção apela a outras intervenções imprevistas. Torna-se necessária uma quantidade bem mais considerável de meios que nos afastam do verdadeiro objectivo a alcançar. Um tal Estado tem necessidade de muitas mais receitas e necessita também de uma organização mais complicada para a manutenção da segurança política propriamente dita. **Os partidos do Estado perdem a sua coesão, o que obriga o Estado a redobrar a actividade.** A administração pública torna-se de tal modo confusa que exige a adopção de uma série de disposições de pormenor.

Assim, para preencher papéis, ela emprega uma quantidade cada vez maior de pessoas. Um grande número de excelentes espíritos e muitas mãos são assim desviados do trabalho honesto. As forças intelectuais destas pessoas deterioram-se ao serem empregues nestas vãs actividades. Nasce assim uma nova classe de pessoas: os servidores do Estado, que dependem mais da parte governante que lhes paga do que da nação propriamente dita. Daqui decorrem muitos outros males: a falta de independência, a preguiça, a insuficiência, a arrogância, etc.. **Os servidores do Estado tendem cada vez mais a negligenciar a substância por apenas considerarem a forma.** O contributo que dão às coisas que têm em mãos revela-se funesto a essas coisas, uma vez que não dedicam atenção suficiente à

[251] *Idem,* p.47

coisa principal. Daqui resultam outras complicações, novas necessidades e, portanto, a proliferação de funcionários. Os seus efectivos crescem na maior parte dos Estados. A burocracia aumenta ao mesmo ritmo que a liberdade dos sujeitos diminui. Todos os dossiers administrativos passam pelo maior número possível de mãos. Os assuntos tratam-se de maneira totalmente mecânica e os homens tornam-se máquinas. A capacidade, a integridade e a confiança desaparecem.

É claro que estas instituições também apresentam vantagens, mas Humboldt não as vai enumerar aqui. Irá, doravante, tratar do último ponto, que resulta das considerações precedentes.

7. **O Estado negligencia os homens e as suas capacidades em prol das coisas e dos resultados.** Segundo Humboldt, o Estado é comparável a "uma amálgama de instrumentos, mortos ou vivos, de influência e de prazer, mais do que a uma reunião de forças capazes de agir e de desfrutar"[252].

Ao atentar contra a independência dos seres afectivos, o Estado ambiciona, em contrapartida, garantir-lhes felicidade e diversão. Este sistema apenas visa a calma e a tranquilidade. **Não é uma concepção demasiado elevada da dignidade humana, mas admitamos que este objectivo é legítimo. Constatamos que, mesmo aqui, o Estado falha.** De facto, não é a tranquilidade e a comodidade material que trazem o verdadeiro prazer. **O homem retira mais prazer quando se sente na plena posse da sua força e da sua unidade,** ainda que, nesse instante, se encontre mais próximo da sua infelicidade, pois a ascensão pode ser seguida de uma queda. O eu interior do homem torna-se o assento da felicidade e da infelicidade. Para a alma exaltada em plena posse da sua força, a sua própria destruição é um momento de deleite.

Humboldt reconhece que pode vir a ser acusado de exagerar nos inconvenientes da intervenção estatal examinados anteriormente, mas alega que tinha de ser exaustivo na descrição dos efeitos nefastos da interferência do Estado. Evidentemente, esses efeitos são proporcionais ao grau de ingerência. É raro encontrarmos no mundo real casos tão completos e tão puros como os aqui descritos.

O que aconteceria se o Estado não interviesse como intervém? Se cada um pudesse ser livre de progredir na sua originalidade própria, surgiria no mundo um número muito elevado de nuances variadas e delicadas. A diversidade, a originalidade e o vigor da nossa sociedade conduzi-la-iam a uma forma simultaneamente maior e mais admirável do que a da tão soberba Antiguidade. Porquê? Porque o carácter de um povo menos cultivado é sempre mais rude e mais grosseiro do que o de uma civilização mais rica e mais delicada devido à extensão das comunicações entre as diversas partes do mundo. Cada um, rodeado de forças excelentes, poderia assimilá-las com uma energia excitada pela liberdade. Ninguém seria sacrificado a outrem e cada um poderia ampliar a sua força. Num tal povo, todas as faculdades e todas as mãos trabalhariam para o bem da vida humana.

---

[252] *Idem,* p.51

Humboldt sintetiza, então, o primeiro princípio fundamental desta parte da obra:

> "**Que o Estado se abstenha de qualquer preocupação com o bem-estar positivo dos cidadãos; que nunca avance mais do que o necessário para garantir a segurança** entre eles e os proteja de inimigos externos; **que não limite jamais a sua liberdade em favor de um outro objectivo**"[253].

Os meios através dos quais limitamos a liberdade podem ser directos (as leis, os incentivos, os prémios) ou indirectos (concessões de privilégios e de monopólios a determinados cidadãos isolados, etc.). Cada um destes meios implica males específicos.

Poderíamos achar estranho querer interditar o Estado de fazer aquilo que um cidadão pode fazer sozinho, ou seja, dar recompensas, ajudar os outros, ser proprietário, etc.. **Porque é que o que é permitido a cada um deve ser interdito ao Estado?** A razão está em que a acção de um particular pode ser travada pela concorrência de outros particulares, pela sua ruína ou pela sua morte. Mas não há o risco de isso acontecer à acção do Estado. Por outro lado, o Estado age em virtude de móbiles distintos daqueles que animam os cidadãos. Quando um particular distribui recompensas é na perspectiva de uma futura relação comercial. Um Estado, em si, não assume directamente o prejuízo de um incentivo inútil. Ele nunca mede, aliás, o impacto real.

O ponto de vista de Humboldt valoriza a força do homem e o seu aperfeiçoamento interior. Não será exclusivismo? Humboldt responde que esta acusação teria fundamento se se considerasse apenas a própria força e se negligenciassem os resultados da sua aplicação. Clarificando, **a questão é saber se todas as coisas de que o Estado não se deve ocupar podem prosperar sozinhas.** Para responder a esta questão, seria necessário examinar separadamente os sectores da indústria, da agricultura, do comércio, etc. e identificar, para cada um deles, as vantagens e os inconvenientes de um regime de liberdade. Humboldt não possui as competências técnicas necessárias a um tal exame, que seria muito útil levar a cabo. Como tal, contenta-se em fazer algumas observações. A primeira é a seguinte:

> "Qualquer coisa, seja ela qual for, é mais bem feita quando se actua mais por ela mesma do que por amor àquilo que dela pode resultar"[254].

Porquê? Porque **o homem prefere a acção à posse.** Evidentemente, a partir do momento em que essa acção seja livre. De outro modo, o homem mais vigoroso preferirá sempre a ociosidade aos trabalhos forçados. Por outro lado, **a ideia de propriedade apenas desperta com a ideia de liberdade.** Ora, é a propriedade que mais estimula a energia das nossas actividades.

Humboldt insiste muito na unidade para a qual é preciso fazer convergir as diferentes forças que nos compõem. Semelhante unidade permite a realização de grandes resultados. **À escala colectiva, podemos muito bem alcançar essa unidade por meio de disposições tomadas**

---

[253] *Idem,* p.54
[254] *Idem,* p.56

pela nação e não apenas por meio de disposições promulgadas pelo Estado. Como? Pela liberdade de associação. É preciso dar às diversas partes da nação a liberdade de se unirem através de contratos. Estas associações são mais indirectas do que as prescrições do Estado, mas elas têm a vantagem de dar a liberdade para formar, dissolver e modificar o laço.

Originalmente, o Estado só se ocupava de garantir a segurança, fruto de um pacto fundamental entre os diversos cidadãos para que assim fosse. Em seguida, o Estado decidiu ocupar-se do bem-estar dos cidadãos e afastou-se da sua origem. **A memória desse pacto original foi apagada.** Se respeitássemos a natureza desse contrato nacional, tal implicaria que cada cidadão desse o seu acordo a qualquer decisão governamental. **Seria necessária a unanimidade dos accionistas e não a maioria das vozes destes. No entanto, é a lei da maioria que prevalece** na tomada de decisões. Os cidadãos em desacordo não têm outra opção que não seja entrar em dissidência, isto é, abandonar a sociedade, protegendo-se assim da lei da maioria. O problema é que abandonar a sociedade só é possível na condição de se abandonarem as fronteiras do Estado.

Recorrer a associações tem esta outra vantagem sobre o Estado: estabelecemos um acordo pontual e provisório sobre um certo número de coisas mais do que concluímos contratos gerais relativos a necessidades indeterminadas do futuro. As associações de homens livres formam-se com dificuldade, mas aquilo que se forma com dificuldade, que é mais posto à prova, dura mais e assegura uma coesão mais enérgica. **De maneira geral, quanto mais vasta é uma associação, menos salutar é. Porquê? Porque quanto mais o homem age por si mesmo, mais se cultiva. No seio de uma associação mais vasta, ele torna-se facilmente numa ferramenta.** Assim, nada mata mais a compaixão autêntica, a esperança e a confiança do homem no homem do que as casas de caridade. Quem não despreza o mendigo que se resigna a passar o resto dos seus dias alimentado e alojado num asilo em vez de procurar alguém que o ame?

Evidentemente, diz Humboldt, nós vivemos sempre em vastas associações e, sem elas, não teríamos feito progressos tão rápidos. Mas, acrescenta, teríamos, ainda assim, feito progressos, só que mais lentos. Os frutos teriam amadurecido mais devagar. Como tal, não seriam eles mais doces?

Dito isto, resta ainda analisar duas objecções:

- **a indiferença do Estado não o torna incapaz de se ocupar da segurança?**;
- **não será indispensável,** para reunir os meios necessários para a máquina do Estado, **esmagar de forma múltipla as condições de vida dos cidadãos?**

Capítulo IV: Da atenção do Estado ao bem-estar negativo dos cidadãos, pela sua segurança

Se o mal que o homem inflige aos seus semelhantes fosse comparável aos males naturais ou aos males morais que, por intemperança ou por privação, conduzem à destruição de si mesmo, seria inútil criar um Estado. Porquê? Porque bastaria ter a coragem, a bravura

e a prudência suficientes para lutar contra os males naturais e bastaria ter a sabedoria e a experiência para lutar contra os males morais. Nos dois casos, a luta terminaria uma vez exterminado o mal, sendo absolutamente desnecessário um poder permanente.

Mas o Estado é essencial para regular os diferendos entre os homens. Porque as lutas dão origem a novas lutas. A ofensa chama a vingança e a vingança é uma nova ofensa. Como tal, é necessário que um terceiro ponha fim a esta espiral destrutiva.

> "Sem a segurança, o homem não poderia nem desenvolver as suas faculdades, nem apreciar os frutos destas; pois, sem segurança, não há qualquer liberdade."[255]

A segurança é um bem que o homem não pode obter sozinho. Os Estados estão interligados por diversos tratados que tendem a dissuadi-los de recorrer à violência entre si, mas, no entanto, não gozam da segurança de que beneficiam os simples cidadãos. Invertendo o raciocínio que teve até agora, Humboldt, que estabeleceu negativamente os domínios a que o Estado não deve alargar a sua influência, enuncia aqui o primeiro princípio positivo:

> "A conservação da segurança, seja contra os inimigos externos, seja contra os problemas internos, é o objectivo a que o Estado se deve propor, e o objecto sobre o qual a sua acção se deve exercer"[256].

Originalmente, os reis eram chefes em tempos de guerra e juízes em tempos de paz. Paradoxalmente, diz-nos Humboldt, a História mostra-nos que os reis apareceram precisamente numa época em que o sentimento de liberdade era mais caro ao homem. Nessa época, o homem não tinha ainda muita propriedade e só lhe interessava a sua força pessoal. Cada homem desejava apreciá-la sem entraves. Mas **cada um se apercebia de que, para fazer coexistir todas estas forças individuais, era necessária a existência de um chefe ou de um árbitro.** Podemos então dizer que a escolha de uma monarquia é a prova do grau de liberdade daqueles que optam por semelhante governo. Um só chefe é o que há de mais útil. Evidentemente, os homens que escolhem um rei pressentem que essa escolha pode ser perigosa, embora não meçam até que ponto o é. Porquê? Porque o homem não sente a necessidade de subjugar a liberdade alheia. O déspota, sim. O déspota não é sensível à beleza da liberdade. Ele ama a escravatura sem desejar, ele próprio, ser escravo.

Capítulo V: Da atenção do Estado à segurança face a inimigos externos

O Estado deve, evidentemente, garantir a segurança contra os inimigos externos. Qual é a influência da guerra sobre o carácter da nação? **Humboldt considera que a guerra é um dos fenómenos mais salutares do progresso humano.** É mesmo com pena que ele a vê desaparecer cada vez mais de cena[257]. É um fim terrível, mas que retempera as almas e lhes dá força e variedade.

---

[255] *Idem,* p.60
[256] *Idem,* p.61
[257] Esta opinião chocante era, infelizmente, partilhada pela quase totalidade dos intelectuais da época, à excepção de pessoas como Immanuel Kant, Adam Smith e Benjamin Constant.

Poder-se-ia objectar, prossegue Humboldt, que, a par da guerra, existem outros meios análogos de desenvolvimento. Várias profissões apresentam riscos físicos. Existem mesmo perigos de ordem moral, como aqueles que podem atingir o homem de Estado. **Mas os ofícios, mesmo os mais perigosos,** como a navegação, a exploração mineira, etc., **não apresentam a mesma ideia de grandeza e de glória que se atribui à guerra.** Nos conflitos guerreiros, os riscos são assumidos para limpar a honra da nação, não para ganhar a vida.

Ninguém pode negar que a morte do guerreiro que tomba em combate é incomparavelmente mais bela do que a morte heróica de um Plínio[258] audacioso. Porque admiramos tanto os espartanos em Termópilas? Devido ao exemplo de coração e abnegação que eles deram a qualquer nação. Certamente, a coragem e a abnegação manifestam-se muitas vezes em ocasiões mais corriqueiras. Mas não será normal que qualquer homem sensível se emocione diante de uma manifestação tão viva e grandiosa destes sentimentos?

A guerra é necessária e salutar. Não obstante, Humboldt é desfavorável à instituição de exércitos permanentes. Porquê? Porque, apesar de reconhecer a sua grande e incontestável utilidade, considera **inútil que o homem sacrifique a sua liberdade durante longos anos, às vezes toda uma vida. Nos exércitos permanentes, o homem torna-se uma máquina.** É nocivo que partes consideráveis da nação sejam retidas nessa vida mecânica durante a paz. Ele deixa aos historiadores do futuro a tarefa de determinar se as vantagens de um exército permanente são superiores às suas desvantagens.

A arte da guerra fez imensos progressos, mas a nobreza de carácter dos guerreiros tornou-se mais rara. Já não se encontra a sublime beleza que se manifestava na Antiguidade. Os exércitos permanentes trazem a guerra mesmo na paz. A coragem e a disciplina militares apenas são honrosas quando se aliam, em primeiro lugar, à paz, e em segundo, à liberdade. Se se separam, a disciplina degenera facilmente em escravatura. É o que sucede frequentemente em tempos de paz.

Humboldt esclarece que, de forma alguma, o que foi dito anteriormente significa que o Estado deveria, de tempos a tempos, provocar uma guerra. Em todas as épocas, os homens são homens e não perdem as suas paixões originais. A guerra nascerá de si mesma. Se não for esse o caso, veremos então que a paz não é nem imposta pela força nem produzida por uma paralisia artificial. No entanto, dados os progressos realizados pela Humanidade, é certo que as épocas futuras se tornarão cada vez mais pacíficas. Que forma tomará o combate? Será a guerra ou a concorrência? Tudo dependerá do refinamento das faculdades humanas.

Seja como for, **o Estado não deve de modo algum promover a guerra. No entanto, também não deve esquivar-se à mesma se ela se justificar.** Os exercícios militares ministrados aos cidadãos não se devem limitar a produzir a bravura, a habilidade e a subordinação do soldado. Eles devem inspirar o espírito verdadeiro do guerreiro ou o do nobre cidadão sempre pronto a lutar pelo seu país.

---

[258] Plínio, o Velho (23-79), foi um célebre escritor e naturalista romano, autor de uma monumental enciclopédia intitulada *História Natural.* Morreu a 24 de Agosto de 79, no dia da erupção do Vesúvio, provavelmente de asfixia, quando se aproximou perigosamente de Pompeia para observar o fenómeno.

Capítulo VI: Da atenção do Estado à segurança dos cidadãos entre si. Os meios para alcançar esse fim. Disposições que visam o aperfeiçoamento do espírito e do carácter dos cidadãos. Educação pública

Que cuidado pode o Estado garantir relativamente à segurança dos indivíduos uns face aos outros? É absolutamente necessário estabelecer as fronteiras que o Estado não pode ultrapassar. O Estado pode proceder de várias maneiras: reparar as desordens cometidas e punir, prevenir os males ou ainda imprimir nos cidadãos, no seu carácter e no seu espírito, uma direcção que conduza a esse objectivo. Poderíamos ampliar ainda mais os poderes do Estado e entender, por exemplo, que, ao não desenvolver plenamente as suas faculdades ou ao utilizá-las parcialmente, o cidadão estaria, por assim dizer, a "roubar" um bem ao Estado. Como se vê, ao não impormos fronteiras à acção do Estado, não há, potencialmente, limites às suas pretensões.

Para responder a esta questão, **Humboldt permanecerá fiel ao método seguido até aqui. Ele atribui de início as maiores competências ao Estado para, progressivamente, lhe retirar todas as que pudessem ser retiradas.** Ele já demonstrou que a acção do Estado se devia confinar a garantir a segurança e a calma. Seguindo a mesma lógica, ele vai agora averiguar se o Estado deve intervir na educação. **Dito de outra forma, será necessário que o Estado aja em matéria de educação para garantir a segurança?** Sendo este o único domínio legítimo do Estado, a sua intervenção nesta matéria apenas se poderá justificar se resultar desta missão. Mas o que quer dizer segurança? Humboldt, seguindo o seu método, começa por definir a segurança no seu sentido mais lato para chegar, através de uma série de restrições, aos princípios que lhe parecem mais verdadeiros.

Por vezes, preconizamos o impedimento preventivo de actos ilegais e de comportamentos imorais no Estado. Felizmente, diz Humboldt, estas restrições, que já existem, têm tendência a diminuir. Cita-se frequentemente o exemplo da Grécia e de Roma. Mas esses Estados eram repúblicas. As instituições escolares serviam de apoio à sua constituição liberal, que preenchia os cidadãos de entusiasmo e canalizava a forte energia do carácter. Eles gozavam de uma maior liberdade do que os Modernos. O que eles sacrificavam, sacrificavam em prol da acção, da participação no governo. Nos Estados monárquicos actuais, as coisas são muito diferentes. O Estado já não é capaz de mobilizar com o mesmo sucesso meios como a educação, a religião e os preceitos morais. E fazê-lo seria hoje mais nocivo do que à época, quando as instituições se moldavam perfeitamente ao modo de vida.

Além disso, o género humano alcançou um tal grau de cultura que a única coisa que lhe permite progredir ainda mais é o aperfeiçoamento dos indivíduos. Todas as instituições que impedem esse aperfeiçoamento e que reúnem os homens em vastos grupos são mais perniciosas do que nunca.

A educação pública, ou seja, aquela que é imposta ou dirigida pelo Estado, é nefasta de vários pontos de vista. Vimos que **o progresso humano na maior variedade possível condiciona tudo o resto. Ora, a educação pública favorece sempre um determinado modelo.** Mesmo que o Estado esteja o mais disposto possível a evitar essa uniformização e se limite a contratar

professores sem lhes fornecer directrizes, a uniformização acontecerá sempre. Já vimos todas as consequências nefastas da intromissão do Estado. Elas também se manifestam aqui.

Se há coisa sobre a qual a acção se deve exercer de forma particular é sobre a educação, pois o seu objectivo é precisamente formar o indivíduo. Se o indivíduo fosse educado de forma separada, tal seria sempre muito salutar. Cada homem seria, assim, formado em função da sua situação e das circunstâncias e poderia desempenhar um papel activo no Estado. O conflito entre a situação que o Estado impõe ao homem e aquela que ele escolhe por si mesmo tem por consequência que cada homem se forma de modo diferente e que o Estado sofre mudanças imperceptíveis mas reais. Estas tornam-se visíveis quando conduzem a modificações do carácter nacional.

Tal seria muito diferente se, desde a infância, o indivíduo recebesse uma educação cívica. É bom, decerto, que a situação do homem e do cidadão seja o mais coerente possível. Sempre na condição de que o título de cidadão exija apenas as qualidades especiais bastantes para que a forma natural do homem se possa conservar sem sacrificar nada de si mesma. Todas estas consequências salutares desaparecem quando o homem é sacrificado ao cidadão. Evidentemente, a sociedade torna-se mais harmoniosa, mas ao mesmo tempo o Estado perde todas as vantagens de uma educação livre. Toda a educação pública, na qual domina sempre o espírito do governo, dá ao homem uma força cívica determinada.

Segundo Humboldt, **seria preciso que a educação fosse o mais livre e o menos orientada possível face às relações cívicas.** Só quando a sua educação estivesse terminada, o homem poderia, por assim dizer, entrar no Estado. E a organização do Estado deveria pô-lo à prova. Esta "luta" é necessária para um verdadeiro aperfeiçoamento da constituição pela nação. Neste caso, a organização civil não poderia apagar o homem pois, correctamente formado, o homem disporia de muita força e poderia resistir adequadamente a essa pressão. Para tal, seria evidentemente necessário que essa força se desenvolvesse anteriormente em toda a sua liberdade.

Na Antiguidade, o modelo educativo estava claramente identificado. A "forma" a dar ao homem estava determinada. Já não é esse o caso nas monarquias modernas e isso é bom, afirma Humboldt. **A vantagem deste regime é que as forças individuais já não são tão mobilizadas quanto antes para benefício do Estado.** A partir do momento em que o cidadão obedece às leis e se mantém próspero numa actividade que não prejudica ninguém, o Estado não se interessa muito pelo seu modo de existência. **Como tal, o Estado não se vai preocupar em formar "o homem" (que é a finalidade da educação privada), contentando-se em formar "o cidadão" ou "o súbdito". O que o Estado visa é a calma entre a população.** O problema é que tal ambição **gera a indolência, a falta de energia e não tende a fazer progredir a sociedade.** Uma educação privada, pelo contrário, não sacrifica qualquer energia, alimenta a confrontação das forças e produz um equilíbrio entre os diversos laços e relações.

Poder-se-ia dizer que bastava proibir a educação pública de promover esta ou aquela formação e limitá-la a assegurar o desenvolvimento das forças na sua originalidade. Mas tal não é possível, afirma Humboldt: onde exista uma unidade de organização, ocorre sempre uma uniformidade nos efeitos. Se queremos a todo o custo evitar que as crianças perma-

neçam sem educação, a melhor solução será impor tutores aos pais negligentes e ajudar os pais pobres. Acresce que o Estado não consegue sequer concretizar o seu principal objectivo: modificar os costumes segundo um modelo que lhe seja mais conveniente. Porquê? Porque, por maior que seja a influência da educação sobre o homem, será muito superior a influência das circunstâncias que o acompanham ao longo da vida.

A educação deve apenas formar homens sem se preocupar em dar-lhes determinadas formas sociais, pelo que o Estado não é de todo necessário para assegurar esta tarefa. **Entre homens livres tudo progride melhor: os negócios, as artes, as ciências.** Os laços familiares são mais sólidos. Os pais cuidam melhor dos filhos. Como possuem maior conforto material, podem satisfazer os desejos deles. **Entre homens livres, o brio leva cada um a superar-se** e os educadores são melhores porque a sua sorte depende do sucesso dos seus esforços e não de promoções que possam esperar do Estado. Não faltará, portanto, uma cuidadosa educação familiar.

Numa sociedade livre, não mais faltarão estabelecimentos para a educação em comum se tal for útil e necessário. Não é por a educação pública veicular um determinado modelo que se consolidará necessariamente a segurança. A virtude e o vício não dependem deste ou daquele modelo de comportamento geral. Dependem da harmonia ou da discordância dos diferentes tipos de carácter, da relação da força com a soma das inclinações, etc.. Cada forma de educação para o carácter é susceptível de desvios que lhe são próprios e nos quais ela degenera. Quando um Estado só propõe um modelo de educação, faltam-lhe elementos que ajudem a contrabalançar os inconvenientes desse modelo. Falta-lhe equilíbrio. **Como todos os homens são talhados no mesmo molde promovido pelo sistema educativo do Estado, não encontraremos homens dotados de caracteres diferentes cujas qualidades sejam passíveis de neutralizar os defeitos dos primeiros.** Sem esta salutar diversidade, o sistema afundará. É assim que Humboldt explica a modificação frequente da constituição dos antigos Estados da Antiguidade. Segundo ele, cada constituição antiga debruçava-se de tal modo sobre o carácter nacional que o modelaria de uma maneira uniforme. Em consequência, este carácter degeneraria e obrigaria a produzir uma nova constituição.

Não é necessário modificar os costumes para garantir a segurança de um Estado. A educação pública está situada para lá dos limites dentro dos quais o Estado deve conter a sua actuação.

Capítulo VII: Da religião

Uma outra forma de o Estado educar, por assim dizer, os adultos, é a religião, através da qual pode acompanhá-los a vida inteira.

Decerto, as ideias religiosas contribuem para a perfeição moral, mas é errado pensar que elas estão necessariamente ligadas àquela. Para os Antigos, a religião estava intimamente ligada à constituição do Estado. Quando a religião cristã substituiu as religiões e outras divindades locais, assistiu-se ao colapso de uma das mais funestas muralhas que separavam as diversas raças humanas umas das outras. Ela constituiu a base da virtude, do progresso e da união entre os homens. Sem ela, a civilização, a luz, o saber, a ciência teriam

permanecido como propriedade exclusiva de um pequeno número de homens.

Se pretendemos actuar sobre a moralidade do povo por meio de ideias religiosas, é necessário distinguir entre:

- a **protecção dada pelo Estado a uma determinada religião,**
- e a **protecção dada pelo Estado aos sentimentos religiosos em geral.**

A primeira protecção é mais opressiva e perniciosa do que a segunda. Mas a segunda protecção não é fácil de concretizar sem a primeira. Porquê? Porque o Estado considera inseparáveis a moralidade e a religiosidade e, como tal, está quase sempre inclinado a colocar uma religião debaixo da sua asa. Supondo que não o faz e que defende todas as partes religiosas, ele favorecerá as opiniões dessas partes religiosas relativamente a eventuais opiniões dissidentes dos indivíduos.

Qualquer interferência do Estado nas matérias religiosas favorece necessariamente um certo número de opiniões determinadas e, do mesmo modo, inibe a liberdade dos indivíduos. Mesmo que o Estado não use coação neste caso e se contente em exortar, existe sempre uma certa preponderância do Estado que diminui a liberdade.

A religião repousa numa necessidade da alma. Temos esperança porque desejamos. Esta necessidade vem do instinto. A religião provém do receio e da esperança. Ao longo do tempo, ela torna-se cada vez mais sofisticada, abstracta e intelectual, mas é inteiramente subjectiva e repousa exclusivamente sobre a capacidade de imaginação pessoal de cada homem.

Não só a moralidade não depende da religião como não está necessariamente ligada a ela. Quando estudamos mais de perto a moral, constatamos que nem o que a moral prescreve como dever nem aquilo que corrobora as suas leis depende das crenças religiosas. Sem chegar ao ponto de sustentar que uma tal dependência mancharia a pureza da vontade moral, Humboldt considera que a acção moral se situa na alma humana. É verdade que os homens imbuídos na fé religiosa experimentam este sentimento de dever mais vivamente que quaisquer outros, mas esta não é a única via para aceder à moral. Podemos, com efeito, aceder à moralidade apenas pela razão e mostrarmo-nos virtuosos sem ter necessidade de qualquer princípio religioso.

A influência da religião repousa sobre a essência individual do homem. Ela é subjectiva no sentido mais estrito da palavra. O verdadeiro sentimento religioso decorre da sensibilidade do homem. Existem, é verdade, conceitos religiosos (a intencionalidade, a ordem, a justeza, a perfeição, etc.) que, enquanto tais, são independentes da sensibilidade. Mas são conceitos que actuam sobre a sensibilidade dos crentes. Além disso, estas ideias não são propriedade exclusiva da religião. A noção de perfeição, por exemplo, inspira-nos antes de mais através do espectáculo da Natureza animada[259]. A seguir, podemos aplicá-la à Natureza inanimada até ascender ao Ser infinitamente perfeito. Desde logo, o sentimento religioso não influencia o conteúdo, a própria substância dos princípios morais, mas somente a sua forma.

---

[259] Humboldt pretende com isto dizer que podemos admirar, por exemplo, a perfeição de um fenómeno natural, o qual não é religioso enquanto tal.

Humboldt volta, então, à questão de saber se o Estado deve ou não agir por intermédio da religião sobre os costumes dos cidadãos. Os meios utilizados pelo legislador para favorecer o progresso moral visam incentivar **o desenvolvimento interior das faculdades e das inclinações da alma.** Porquê? Porque todo o progresso só encontra a sua origem no fundo da alma. **É uma zona em que o Estado não tem o direito de entrar.** Fomentando o espírito de auto-análise, ele pode remover os obstáculos que impedem a confiança nas ideias religiosas. **Mas, se for mais longe, se tentar promover directamente o sentimento religioso e dirigi-lo, ele parará o florescimento do espírito e o desenvolvimento das faculdades da alma.** Através desse meio nunca se pode criar a verdadeira virtude, pois esta é independente de qualquer religião e incompatível com uma religião imposta e baseada na autoridade. Além disso, alcançar este grau de virtude só está ao alcance de um pequeno número de pessoas. A grande massa é incapaz de se elevar a este alto nível de moralidade. Porquê? Porque esta actividade introspectiva só está ao alcance das pessoas que têm a possibilidade de lhe consagrar uma grande parte do seu tempo e das suas faculdades. A acção do Estado iria, pois, exercer-se em vão sobre a maioria. O seu objectivo é, antes, promulgar leis sábias e assegurar que os cidadãos lhes obedecem.

As proposições desenvolvidas anteriormente afirmam que a organização do Estado não é um fim em si, mas um meio para o progresso do homem. **As leis devem ser simples, gerais e pouco numerosas. Mas as leis só por si não bastam. É preciso que se adira a elas,** e isso não compete maioritariamente ao Estado, **estando sobretudo confiado aos esforços voluntários e unânimes dos cidadãos.** O que cabe ao legislador é elevar esse desenvolvimento intelectual e cultural dos cidadãos de maneira a que estes compreendam que obedecer ao Estado os fará beneficiar de um quadro que garante a realização dos seus projectos individuais.

Mas, para alcançar esse fim de desenvolvimento intelectual e cultural, o Estado deve deixar aos cidadãos a maior liberdade possível. Aliás, este elevado grau de cultura e de inteligência é incapaz de emergir onde a liberdade e o espírito de análise sejam travados pelas leis. Infelizmente, muitas vezes continuamos convencidos de que apenas os dogmas religiosos impostos pelo Estado permitem estabelecer a moralidade e assegurar a obediência às leis por parte dos cidadãos. No entanto, **entre a população inculta, as verdades religiosas são entendidas como ideias de punições e recompensas futuras. Estas ideias actuam unicamente sobre a imaginação.** Elas influenciam decerto o comportamento, mas são ideias frágeis e sempre diminuídas por aquilo que enfraquece a vivacidade da imaginação. A vida no Além continua a ser bastante abstracta para muita gente que considera um arrependimento e uma emenda no futuro como suficientes para apagar as transgressões. **Assim, estas ideias religiosas perdem toda a eficácia.** Elas não têm tanta influência como a ideia das punições legais associadas a boas instituições de polícia que, pela sua acção, permitem assegurar a regulação dos comportamentos neste mundo e agora, não no futuro.

É verdade que as ideias religiosas exercem uma influência sobre grande parte do povo. A ideia de que um ser infinitamente sábio e perfeito cuida de nós permite que muitos percebam a beleza da virtude, mas, para exercer uma tal influência, a religião deve poder harmonizar-se com ideias e pensamentos preexistentes na população. Ora, estes últimos não podem emergir facilmente se a liberdade e o espírito questionador forem travados.

Importa saber duas coisas:

- **se a influência da religião sobre a moralidade depende de determinados dogmas** religiosos;
- **se essa dependência é a tal ponto incontestável que a moralidade e a religião sejam indissociáveis.**

Segundo o autor, **a resposta a estas duas questões é negativa.** A virtude combina perfeitamente com as inclinações originais do homem. A virtude está no fundo da alma de cada um. Como tal, é inútil fornecer às pessoas novos impulsos para agir de maneira virtuosa. Só é preciso assegurar-lhes uma acção livre e sem entraves. O homem habituado a julgar a verdade e o erro, o homem habituado a reflectir, encontra em si mesmo princípios de acção obtidos de uma fonte superior à do homem que constrói os seus princípios consoante as necessidades. Ele está em busca, e o carácter espontâneo e desinteressado dessa busca vai aumentar a sua força. A fé, pelo contrário, é a confiança numa força externa, numa perfeição, intelectual ou moral, estrangeira. **O crente é mais fraco e mais passivo do que o homem em busca.** Sucede, é verdade, que a fé, quando domina sem partilha, afasta inteiramente a dúvida e dá origem a uma coragem ainda mais invencível. Mas esta força só funciona quando se trata de alcançar um resultado exterior determinado, um objectivo que apenas requer uma obediência mecânica. Esta força já não funciona em situações em que se esperam resoluções originais e actos reflectidos. **A fé entusiasta aniquila absolutamente as faculdades racionais. Como tal, as dúvidas apenas são dolorosas para quem crê.** Porquê? Porque a fé só se interessa pelos resultados. **Aquele que busca,** pelo contrário, toma consciência da força da sua alma e sente que a sua felicidade repousa sobre esta força e não sobre aquilo que pensava ser verdadeiro. **As dúvidas não o afligem mas fazem-no compreender a extensão do caminho percorrido.** No entanto, a dúvida desconcerta o crente fanático pois, como ele nunca reflecte, não a compreende como um novo meio de alcançar a verdade.

A própria liberdade de pensar dos cidadãos é a forma mais eficaz de promover a segurança numa sociedade. Porquê? Os outros meios podem impedir os problemas e as explosões sociais. **A liberdade de pensar actua sobre as inclinações e as opiniões.** Ela produz a harmonia interior, ao passo que os actos de polícia só podem agir sobre o que é exterior.

Esta liberdade de pensamento não está reservada a uma minoria. Ela não é nem inacessível, nem inútil, nem nociva à maioria das pessoas, cujas preocupações se esgotam na satisfação de necessidades materiais. Suponhamos – mesmo que não seja o caso – que as ideias filosóficas e religiosas mais elevadas não podiam ser transmitidas à maioria dos cidadãos. Suponhamos que era preciso falar-lhes mais ao coração e à imaginação do que à razão. Se assim fosse, a difusão do conhecimento iluminaria também essa classe de homens, e as vantagens da liberdade de pensar sem entraves alcançariam inclusivamente os indivíduos mais humildes.

O Estado não pode servir-se arbitrariamente do homem para alcançar os seus fins sem ter em conta os fins individuais deste. Humboldt demonstrou que a moralidade e

a religião são independentes. No capítulo seguinte, demonstrará que a manutenção da segurança não exige de modo algum que se imponha uma determinada orientação aos costumes. Mas, se quisermos preparar o terreno para a religião, se desejarmos que a religião exerça uma influência salutar sobre a moralidade, é necessário promover a liberdade.

Quanto mais livre é o homem, mais ele se torna independente e mais a sua benevolência face aos outros aumenta. O seu sentimento de força eleva-se e auto-limita-se. Quer creia ou não na divindade, ele encontra um fio interior que o guia e o dirige. Por este motivo, ele respeitará a moral e as leis. Deixado livre em matéria religiosa, o homem tornar-se-á crente ou não, mas o que é certo é que o seu sistema de ideias se tornará mais lógico, a sua sensibilidade mais profunda e o seu ser mais coeso. **Será mais virtuoso e mais obediente às leis.** Pelo contrário, se se limitar o desenvolvimento individual através de prescrições religiosas de todo o tipo, ele pode tornar-se crente (ou não), mas terá certamente menos lógica nas ideias, menos profundidade de sentimento e menos coesão no seu ser. Respeitará menos a moral e quererá, com maior frequência, esquivar-se à lei.

Baseado em todas estas razões, Humboldt retira o seguinte princípio:

> "**Tudo o que diz respeito à religião está para lá dos limites da acção do Estado;** (…) a pregação e o culto em geral devem escapar aos pontos de vista específicos do Estado e ser inteiramente abandonados à administração dos comuns"[260].

Capítulo VIII: Do aperfeiçoamento dos costumes

O último meio de que os Estados se servem para tentar reformar os costumes e alcançar o seu objectivo final, que é promover a segurança, são **as leis e as prescrições isoladas que visam as acções imorais em si mesmas (mas que não atentam contra os direitos de outrem) ou que conduzem muito facilmente à imoralidade.**

É nesta categoria que encontramos as leis que limitam o luxo. **Os excessos de sensualidade da alma ou a desproporção existente entre os desejos e os meios mobilizados para os satisfazer constituem, com efeito, uma fonte abundante de actos contrários à moral e à lei**. Nesta óptica, parece ser conforme ao objectivo do Estado manter esta sensualidade dentro de limites convenientes. Porquê? Porque é dos excessos de sensualidade que nascem realmente todos os confrontos entre os homens. Em contrapartida, a harmonia reina nas sociedades em que dominam os sentimentos intelectuais.

Antes de saber se o Estado deve intervir aqui ou não, é preciso aplicar o mesmo método que anteriormente e analisar os meios a que o Estado pode recorrer tendo em vista os interesses dos homens. Antes disso, é necessário analisar a influência da sensualidade sobre a vida, a educação, a actividade e a felicidade do homem.

---

[260] W. von Humboldt, *Essai sur les Limites de l'Action de l'Etat,* Les Belles Lettres, 2004 (1791-1792), p.97

O que se exprime com maior vivacidade no homem são as impressões sensitivas, as inclinações e as paixões. Quando estas não são satisfeitas, tornam os homens activos e engenhosos para as concretizar. Quando são satisfeitas, tornam a troca de ideias mais fácil e mais livre. Se se calam, é toda uma força que se extingue. Sem elas, nada de bom ou grandioso se pode desenvolver. De maneira geral, as paixões abrem novos horizontes e obrigam a tomar em consideração aspectos desconhecidos ou negligenciados.

A influência das paixões é sempre variável na sua intensidade e no seu modo de acção. Tal é, por um lado, explicado pela sua força e pela sua fraqueza e, por outro, pela sua relação com o mundo não sensual. O olho apercebe-se de objectos materiais que nos transportam para o reino das formas, enquanto o ouvido nos permite aceder ao universo harmónico da música. As paixões alimentam, então, directamente a alma.

Mas não é isso o essencial. **Segundo Humboldt, a energia é a primeira e única virtude do homem. O que contribui para aumentar a sua energia é mais precioso do que aquilo que apenas fornece matéria para a despender.** É o caso da música. É também o caso da combinação das cores. A este respeito, as belas artes excitam a sensibilidade e fazem nascer as ideias. Elevam a força da alma. Estas sensações actuam intensamente sobre a alma. Não é esse o caso das impressões que não procedem de obras da Natureza ou de produções artísticas. De facto, um laço misterioso une o sensual ao não sensual. O que preenche a alma de energia é a influência do não sensual (o belo, o simples e o sublime) no sensual. Dito isto, para percepcionar este não sensual é preciso ter desenvolvido o gosto. Este último aperfeiçoa-se pelo estudo do belo. Onde não existe gosto, os apetites sensuais são selvagens e frenéticos. Sem o gosto, a profundidade, a nobreza, a força e a vontade moral são impossíveis.

Investigar e criar: eis aquilo a que tendem todas as ocupações humanas. A investigação necessita de pesquisadores com determinadas qualidades, como a profundidade, um espírito rico e diversificado e um calor de espírito interior. Decerto, para formular proposições puramente analíticas, basta uma razão calma e fria. Mas, para descobrir o laço que une proposições sintéticas[261], é necessária uma verdadeira profundidade. Este tipo de filosofia necessita de mobilizar diversas faculdades. Immanuel Kant é, sem dúvida, o filósofo cuja profundidade nunca foi excedida, sendo, por vezes, acusada de extravagante, nomeadamente na sua moral e na sua estética. Como tal, **para formar até os mais calmos pensadores, é necessário que os prazeres dos sentidos e a imaginação acariciem frequentemente a sua alma.**

Após este longo mas necessário desvio no domínio da estética, Humboldt passa à **dimensão mais psicológica** da sua teoria. Segundo ele, a criação intelectual é uma "fina-flor da produção corporal"[262].

---

[261] "Analítico: diz-se de um julgamento (isto é, de uma afirmação) que apenas repete, sob uma forma mais aprofundada, uma informação que já está contida no conceito da coisa tratada. Assim, o julgamento "todos os corpos têm uma extensão" (ou seja, uma superfície) é um julgamento analítico. O facto de haver uma superfície está subentendido no conceito de "corpo" pois, por definição, qualquer corpo se estende no espaço. Analítico opõe-se a sintético: um julgamento sintético carrega uma informação complementar, uma informação que não está contida no conceito da coisa a que se aplica o julgamento. Por exemplo: "todos os corpos são pesados". A gravidade é uma característica que não está contida no conceito de corpo". *in* C. de Salle, *La Philosophie,* Luc Pire (J'assure), 2009, pp.20-21

[262] W. von Humboldt, *Essai sur les Limites de l'Action de l'Etat,* Les Belles Lettres, 2004 (1791-1792), p.108

Segundo Kant, a lei moral é inacessível devido à sua elevação. É precisamente o carácter exigente desta lei que suscita o sentimento de respeito por ela. Neste sentido, a lei moral une-se ao sentimento do belo. Este sentimento do belo não prejudica a pureza da vontade moral, o que aconteceria se o sentimento do belo fosse o verdadeiro móbil do homem face à virtude. Não é interdito ao homem retirar prazer do cumprimento da lei moral. Mas ele nunca actuará moralmente se esse prazer for o verdadeiro objectivo da sua acção. **Simplificando, a sua acção é motivada pelo sentimento de grandeza que lhe inspira a lei moral.** Ele não se deve preocupar com o prazer quando leva a cabo o seu acto moral. Este último poderá ser efeito da acção moral, mas em caso algum a sua causa, sob pena de a desvirtuar. Mas, acrescenta Humboldt, **a alma apenas pode alcançar esta força através de um potente impulso interior. Toda a força vem dos sentidos** e nunca deixa de se apoiar neles. Quem desejar aumentar as suas forças, deve rejuvenescê-las através de um uso frequente. É preciso fazer entrar em si as impressões exteriores e fundir toda a beleza na sua individualidade.

Porquê este longo desvio pela estética e pela psicologia no âmbito de um estudo político sobre os limites do Estado? Humboldt quis demonstrar que a **sensualidade penetra com a sua influência salutar em toda a vida e em todas as ocupações do homem.** Por ela, é preciso adquirir liberdade e respeito. Evidentemente, importa não esquecer que a sensualidade desregrada pode ser fonte de uma série de excessos e de males, tanto físicos como morais. Porém, se entrar numa relação equilibrada com o exercício das faculdades intelectuais, ela será salutar. De outro modo, transforma a alegria humana em prazer bestial. A força moral da alma deve contrariar tal inclinação. De facto, o objectivo geral que a Natureza atribui ao homem é fazer o ser humano avançar sem cessar rumo a uma perfeição mais elevada e, sobretudo, unir e equilibrar as suas faculdades sensíveis e pensantes.

Como se viu, **o Estado não deve intervir para impedir ou reparar eventuais desequilíbrios e desarranjos desta natureza.** No entanto, é constantemente tentado a fazê-lo. Ele deseja combater a corrupção dos costumes através de leis e de instituições políticas. Um Estado em que essas leis e instituições fossem verdadeiramente eficazes e os cidadãos fossem levados a respeitá-las, poderia ser um Estado pacífico e próspero. No entanto, tais homens não passariam de uma trupe de escravos bem tratados. Portanto, ainda que essas leis fossem eficazes, nunca conduziriam à verdadeira perfeição moral. Porquê? Porque o impulso produz o hábito. O hábito não aumenta em nada a força da alma. Porquê? Porque o hábito destrói o vício[263]. Ora, o vício é útil porque a alma se fortalece na vontade de o vencer. Sem vício a combater, a alma não se fortalece. Não há virtude possível onde houver coacção. A coacção diminui sempre a força da alma. E o que são os costumes sem força moral e sem virtude? Para que exista um caminho intermédio da sabedoria e da virtude, é necessário existirem extremos.

O perigo da corrupção moral está sobrestimado, uma vez que, na realidade:

1. **O homem tende naturalmente para a generosidade mais do que para o egoísmo.** Mesmo um homem primitivo será sensível às virtudes privadas e sentirá atracção pela grandeza das virtudes públicas.

---

[263] Por "vício", Humboldt entende uma propensão para a sensualidade desregrada que transforma a alegria humana em prazer bestial.

2. **A liberdade aumenta a força.** Já a coacção diminui a força e estimula o egoísmo e todos os vis artifícios da fraqueza. A coacção sequestra a beleza das nobres acções.

3. **Deixado a si mesmo, o homem descobre com maior dificuldade os princípios correctos, mas estes irão imprimir-se nele de forma indelével.** Se o orientarmos, ele assimilará mais facilmente estes princípios, mas eles acabarão por ceder perante a sua energia, por mais enfraquecida que esta esteja.

4. **São as prescrições do Estado que, ao tentar unir interesses diversos e contraditórios, causam colisões,** as quais perturbam a harmonia e geram delitos. Se o Estado se mostrar ocioso, o número de delitos será menor, pois são mais os males que as normas policiais causam do que aqueles que impedem.

5. **Se se tirasse partido do enorme poder da perseguição severa de todas as infracções realmente cometidas, da boa aplicação da justiça e da não remissibilidade da pena, a impunidade seria rara.**

Humboldt pensa ter demonstrado aqui o quão perigoso é todo o esforço do Estado que procura combater, ou até prevenir, a corrupção dos costumes que não lesam directamente direitos alheios. Se a isto acrescentarmos os princípios anteriormente expostos, que condenavam qualquer acção do Estado direccionada para fins positivos, e relembrarmos que não há nada que mais deva a sua beleza à liberdade do que a formação da moralidade e do carácter, então teremos de aceitar que é preciso banir toda a intervenção, directa ou indirecta, do Estado sobre os costumes e o carácter da nação. Qualquer supervisão especial da educação, da organização religiosa, das leis relativas ao luxo, etc. está, portanto, fora do raio de acção do Estado.

Capítulo IX: Determinação positiva, mais pormenorizada, da atenção do Estado à segurança. Desenvolvimento do conceito de segurança

Humboldt recapitula os principais pontos da sua análise. Ele afasta das preocupações do Estado todos os objectos que não digam respeito à segurança, tanto exterior como interior, dos cidadãos. Esta segurança foi identificada como o objecto real da acção do Estado. Para a obter e conservar, vimos que não é preciso tentar agir sobre os costumes e o carácter da nação, nem procurar imprimir-lhes um rumo específico. E também não se deve procurar impedi-los de seguir um determinado sentido.

Respondemos então à questão de quais os limites à acção do Estado? Dissemos que tal acção se limitava à **manutenção da segurança. Determinámos que meios pode o Estado mobilizar para cumprir essa missão? Os meios que não tendam a moldar a nação segundo os objectivos do Estado nem conduzam directamente a esses objectivos.** Estamos, assim, perante uma definição inteiramente negativa. Apresentado de maneira positiva, o poder do Estado consiste então em **impedir os actos que afectem imediata e directamente os direitos de outrem, arbitrar os casos litigiosos, restabelecer o direito violado e punir quem o violou.**

Damo-nos conta de que a ideia de segurança é de tal modo vasta e complexa que não prescinde de uma definição mais detalhada. De facto, existem vários graus de ilegitimidade e de injustiça. É de suma importância que o âmbito da acção não seja nem demasiado extenso nem demasiado restritivo. A questão dos meios também não é suficientemente clara. Há, necessariamente, que delimitá-los.

Os cidadãos usufruem da segurança no Estado quando não são perturbados por usurpações alheias no exercício dos seus direitos sobre si ou sobre os seus bens. A segurança é, como tal, a garantia da liberdade legítima. Esta segurança não protege o homem contra todas as acções que perturbam a gestão dos seus bens e o uso das suas faculdades. Ela protege o homem contra as acções que perturbam de forma ilegítima esta gestão e este uso. Só as verdadeiras violações de direito exigem a intervenção de um poder que não aquele de que o indivíduo dispõe.

O que é preciso é garantir a segurança aos cidadãos (com uma perfeita igualdade) e ao próprio Estado. **Esta segurança a garantir pelo Estado deve estar claramente delimitada.** Esta delimitação depende, por sua vez, do objectivo atribuído à segurança. Aplicamos aqui um princípio que é válido para cada indivíduo: **o que é preciso proteger é o poder atribuído ao Estado e os bens que lhe foram concedidos. Mas, no interesse da segurança do Estado, não é possível impedir as acções que o indivíduo exerce legalmente sobre a sua pessoa e os seus bens** (excepto em situações como a de guerra). Porquê? Porque o Estado é apenas um meio que se subordina ao fim verdadeiro que é o homem. Como tal, não podemos sacrificar o fim ao meio. Caso contrário, a multidão teria o direito de sacrificar o indivíduo mesmo que este não se oferecesse em sacrifício.

O Estado deve impedir os actos que prejudiquem os direitos de outrem mas também aqueles cujas consequências só por si são inquietantes. Se estes actos forem cometidos, ele deve tentar torná-los não prejudiciais e deve esforçar-se por puni-los para os tornar mais raros no futuro. Tal é a origem das leis de polícia, das leis civis e das leis criminais.

Existe uma **classe de cidadãos algo particular à qual estes princípios só se aplicam com diversas modificações: aqueles que não gozam da plenitude das faculdades comuns.** É o caso dos menores, dos fracos de espírito e dos alienados. O Estado deve ocupar-se da sua segurança mas deve, por outro lado, conceder uma atenção especial à sua situação.

Humboldt vai dedicar-se doravante ao desenvolvimento dos grandes princípios que permitem precisar os limites da acção e dos meios do Estado e o seu papel nas matérias vastas e complexas que acabam de ser citadas.

Capítulo X: Da atenção do Estado à segurança relativamente às acções que se referem directamente ao próprio actor (leis de polícia)

Humboldt começa por analisar o caso do **homem que actua num domínio que, directa e imediatamente, não diz respeito a outro que não a si.** Neste caso, **o Estado só pode**

impedir os actos que atentem contra os direitos de outrem ou do próprio actor. O facto de este acto apresentar o risco de prejudicar outrem não é, em si, argumento suficiente para interditar o mesmo. Porém, é preciso que **este acto apresente o risco de restringir o direito de outrem.** Restringir o direito de outrem é roubar-lhe parte da sua propriedade ou entravar a sua liberdade pessoal. No entanto, se não infringir os direitos de outrem, não se pode considerar que se restrinjam os seus direitos, ainda que o acto cause inconvenientes a outrem.

Assim, actos que escandalizem alguém do ponto de vista da religião e dos costumes não ferem, em si mesmos, qualquer direito. É certo que ofendem a consciência e a moralidade de outrem, mas os que se sentem ofendidos apenas têm de se afastar da pessoa que os escandalizou. Se as circunstâncias impedirem que tal aconteça, eles terão de suportar este inevitável incómodo resultante da coexistência de diferentes caracteres. Por maior que seja o mal que resulte de semelhantes incidentes, ele produz, no entanto, um efeito feliz: a força de carácter, a tolerância e a inteligência são colocadas à prova e aumentam.

Há muitas coisas que, para serem apreciadas, necessitam de conhecimentos técnicos que não estão ao alcance da maioria. A segurança poderia ser perturbada se um homem, voluntariamente ou não, explorasse a ignorância de outro. Pessoas como os médicos ou os juristas podem, assim, abusar da credulidade dos seus semelhantes. **O Estado tem, por isso, o direito de organizar um exame para atestar a competência dessas pessoas. Todavia, o Estado não pode jamais interditar o exercício dessas profissões a pessoas que tenham reprovado ou não se tenham apresentado a esse exame.**

Se o Estado actuar contra estes princípios, arrisca-se a tornar a população indolente, preguiçosa e sempre pronta a confiar na ciência e na vontade alheias. É a ausência de socorro garantido que nos impulsiona a melhorar e a desenvolver a nossa experiência. **Por exemplo, não devemos jamais fixar critérios para determinar a qualidade dos teólogos.** Como poderia o Estado julgar devidamente a sua competência? Com base em que dogmas? Deveria ele testar as suas capacidades intelectuais? Tal apreciação é impossível em matérias como esta. A sua integridade? O seu carácter? Isso levá-lo-ia a investigar o passado da pessoa e o Estado está assaz desarmado para efectuar semelhante pesquisa.

O Estado apenas se deve ocupar da segurança. Será ela atingida quando alguns enganam outros? O Estado deve impedir o embuste de explorar a ignorância? Qual é o nível admissível de embuste? É quase impossível formular aqui uma regra geral. Quando a fraude se pode mostrar livremente sem ser penalizada, ela inspira no homem a prudência e o discernimento. A melhor solução seria, então, proibir apenas os casos em que os homens agissem sem o consentimento ou contra a vontade de outrem.

Devemos interditar unicamente os actos cujas consequências danosas exijam necessariamente a acção do Estado ou também aqueles que provavelmente vão ter esse efeito? No primeiro caso, é a segurança que está ameaçada. No segundo, a liberdade. **Há que encontrar um meio-termo. Infelizmente, é impossível definir esse meio-termo de forma precisa e geral.** Todo o cálculo de probabilidades é enganador. A teoria permite determinar critérios, mas a prática obriga a tratar as questões **caso a caso**. O direito natural reprova

qualquer acção passível de causar prejuízo. Considera-se, neste caso, que a pessoa agiu por negligência e que o dano lhe é imputável. Se o dano surge de forma imprevisível, estamos na presença de um caso fortuito e, sendo assim, o actor não é obrigatoriamente responsável. Mas poderia sê-lo, se se tivesse, *a priori,* comprometido contratualmente a reparar qualquer dano.

O Estado, esse, não pode ficar inactivo, pois tal pode ser perigoso. A importância do mal que poderá surgir pode ser desproporcionada face ao mal, muito limitado, que pode representar um ligeiro atentado à liberdade dos cidadãos. O Estado não pode esperar para saber se os cidadãos se vão revelar negligentes. Quando as circunstâncias tornam a sua intervenção urgente, ele deve agir e impedir determinadas acções, mesmo que estas pareçam inocentes.

Apesar da complexidade destas questões, Humboldt elabora um **princípio. A única limitação admissível à liberdade privada é aquela que proíbe ou restringe actos que atentem contra os direitos de outros homens, ou seja, que diminuam a sua liberdade ou a sua propriedade sem o seu consentimento ou contra a sua vontade.** O Estado pode, também, defender ou limitar todos os actos que sejam passíveis de conduzir a esse resultado. Como se viu, a salvaguarda do direito de outrem é a única razão que pode justificar restrições. Mal esta base desapareça, também as restrições devem desaparecer. Imaginemos, diz Humboldt, uma lei de polícia restritiva. Há casos em que o perigo apenas diz respeito a uma comuna, a uma aldeia ou a uma cidade. Se uma comuna, uma aldeia ou uma cidade exigem expressamente a revogação desta lei restritiva, o Estado deve revogá-la e eliminá-la de forma a apenas reprimir as violações dolosas e intencionais dos direitos de outrem. Neste caso, ele tem competência para tal: impedir a discordância entre os cidadãos é, com efeito, o verdadeiro interesse do Estado. Nenhuma vontade individual pode contrariar esta missão, nem mesmo a das vítimas.

Pode suceder que homens esclarecidos e instruídos se agrupem e formem entre si convenções que tenham por objectivo a sua segurança. Estas convenções podem, por exemplo, proscrever determinadas profissões perigosas ou impor que elas se exerçam apenas em determinados locais e em determinados momentos. Tais convenções são preferíveis a qualquer prescrição do Estado. Porquê? Porque são espontâneas, esclarecidas e livremente efectuadas, não obstante limitem a liberdade. **O Estado deve esforçar-se por, sem utilizar a coacção, encorajar os cidadãos a criar facilmente associações cuja acção possa substituir-se à do Estado.**

Há muitas leis que impõem ao cidadão o sacrifício disto ou daquilo, que o obrigam a fazer isto ou aquilo, seja pelo Estado, seja pelos concidadãos. Humboldt considera que é mau que o Estado coaja um cidadão a fazer seja o que for contra a sua vontade para o bem de outrem (à excepção, no entanto, do emprego das forças que cada cidadão deve ao Estado em determinadas circunstâncias). A justificação para tal é que é difícil determinar com rigor o que é uma acção útil. É de uma dificuldade terrível ajuizar a questão de quando o bem de um deve ser sacrificado ao bem do outro. Quando se priva alguém de algo a que a pessoa dá valor, a indemnização é muitas vezes impossível. Leis que autorizem semelhantes sacrifícios podem, mesmo que bem concebidas, ser objecto de abuso. **Além disso, os homens são mais generosos uns para com os outros e estão mais dispostos**

a entreajudar-se quando o seu amor-próprio e o seu sentimento não são feridos pelo direito de coerção de outrem. Mesmo que um homem se oponha a uma boa iniciativa por mero capricho ou teimosia, não cabe ao Estado coagi-lo. Afinal, os obstáculos despertam a energia e aguçam o engenho. Só aqueles que são fruto da injustiça dos homens causam entraves sem qualquer benefício, mas entre estes não podemos incluir os caprichos e as teimosias, que, não podendo ser eliminados por uma lei, podem ser superados pela liberdade.

Muitas leis de polícia nascem de acções empreendidas nos limites do direito público. Estas restrições à liberdade são, neste domínio, menos perigosas. Porquê? Porque dizem respeito a propriedades comuns, como as estradas, os rios (que passam por várias propriedades), as praças e as ruas das cidades. Ora, na propriedade comum, cada co-proprietário tem um direito de veto.

Capítulo XI: Da atenção do Estado à segurança através da determinação das acções dos cidadãos que afectam directa e imediatamente os demais (leis civis)

Os actos que dizem respeito a outrem de forma imediata e directa são mais complexos, mas o seu estudo é mais fácil do que o daqueles que respeitam apenas ao actor. **O Estado deve impedir que tais actos violem direitos e forçar os actores a reparar eventuais danos.** A violação de um direito consiste, como vimos, no facto de roubar a outrem a sua liberdade ou o seu bem. Tal homem tem direito a uma indemnização, mas não tem o direito de fazer justiça pelas próprias mãos. A pessoa que prejudica outra deve utilizar todos os seus bens e a sua força para reparar o dano. Não podemos privar de liberdade um devedor insolvente, salvo se tal permitir, em última análise, o reembolso daquilo que é devido.

Entre as acções levadas a cabo em virtude de uma vontade recíproca, há um tipo de acções que requer princípios inteiramente específicos. Trata-se das **declarações de intenções que fazem nascer deveres a cargo daqueles que as formulam.** Elas transferem uma parte da propriedade de uma pessoa para a mente de outra pessoa. Consequentemente, aquele que doou não pode exigir a restituição do que foi doado. **O Estado deve velar pelo cumprimento destas declarações, desde que o dever resultante se aplique apenas a quem exprimiu a declaração e essa pessoa tenha agido livremente.** Por outro lado, o Estado não pode, obviamente, apoiar declarações de vontade ilegais. Podem ser três os casos:

- o promitente envolve-se em **qualquer coisa que o transforma numa espécie de escravo** de outrem;
- a **coisa prometida escapa,** por natureza, **à força do promitente;**
- a **promessa é, em si, ou pelas suas consequências, contrária a, ou perigosa para, os direitos de outrem.**

Nos dois primeiros casos, o Estado deve impedir a execução forçada destas obrigações. No terceiro caso, deve proibir, pura e simplesmente, uma tal declaração de intenções.

Imaginemos agora a hipótese em que a legitimidade de um contrato ou de uma declaração de intenções é incontestável. **Humboldt é favorável a um afrouxamento do princípio que interdita a dissolução de um laço sem consentimento de todas as partes**[264]. É preciso, diz ele, evitar que a livre vontade fique acorrentada durante demasiado tempo. **Evidentemente, se se tratar apenas de uma convenção relativa a uma transacção de coisas, tal afrouxamento não é pertinente,** pois atentaria gravemente contra a segurança dos negócios. Além do mais, de um ponto de vista moral é positivo que a palavra dada comprometa irrevogavelmente, porque isso diminui a leviandade na tomada de decisões. Se o Estado facilitar o afrouxamento deste laço, que o faça por uma necessidade absoluta, necessidade que nunca se verifica numa transacção de coisas.

Pelo contrário, os laços que implicam prestações pessoais ou que produzem relações pessoais podem, por vezes, prejudicar as mais nobres faculdades do homem. Como tal, deveríamos poder dissolver a qualquer momento, sem que fosse necessário avançar motivos, um acto que atenta contra a pessoa e durante toda a sua vida. **É o caso do casamento.**

Quando a relação é menos estreita, o Estado deveria fixar um período cuja duração se determinaria tanto em função da importância da restrição como da natureza do caso. **Durante esse período, o laço permaneceria indissolúvel. Aquando da sua expiração, a não renovação do contrato não poderia envolver qualquer sanção.** Ao fazê-lo, não se rouba a ninguém a faculdade de se envolver em relações que perduram toda a vida, mas permite-se que cada um se retire passado um determinado prazo, se julgar que essa imposição será um entrave à sua auto-realização. A par do casamento, existem outras relações contratuais que ligam as pessoas entre si. É preciso evitar situações em que um homem se torna um meio nas mãos de outro.

Ninguém pode estabelecer um contrato válido com algo que pertence a outro. O homem apenas pode declarar a sua vontade sobre aquilo que é seu: os seus actos, os seus bens. O direito vela, geralmente, para que este princípio seja respeitado. Existem, no entanto, vários tipos de actos aos quais este princípio não é aplicado. É o caso de todas as disposições por causa de morte, produzam-se elas como se produzirem, seja directa ou indirectamente, por ocasião de um contrato, num testamento ou num outro acto, qualquer que seja a sua natureza.

Humboldt considera que este tipo de direito se deve extinguir a partir do momento em que o seu titular falece. Durante a sua existência, esta pessoa pode, evidentemente, fazer o que desejar dos seus bens. **Mas ela não tem qualquer direito de decidir, de forma obrigatória, por outrem sobre a forma como essa pessoa deve dispor do seu bem após a sua morte.** As disposições feudais aumentaram a extensão dos direitos através dos quais o futuro defunto decidia a maneira como os seus bens seriam usados após a sua morte. É uma **prática destrutiva da sociedade. Estas disposições de última vontade travam a liberdade necessária ao desenvolvimento do homem.** Do mesmo modo, os homens são, de geração em geração, "submetidos ao jugo das coisas"[265]. Elas desviam a atenção do homem da sua verdadeira energia e do seu progresso, orientando-a para a posse de objectos exteriores.

---

[264] Humboldt fala aqui do princípio da intangibilidade dos contratos.
[265] W. von Humboldt, *Essai sur les Limites de l'Action de l'Etat,* Les Belles Lettres, 2004 (1791-1792), p.137

A liberdade das disposições de última vontade serve, a maior parte das vezes, as paixões baixas do homem: o orgulho, a ambição, a vaidade, etc.. Frequentemente, são os homens menos sábios e menos justos aqueles que a ela recorrem. O sábio não decide nada relativamente às coisas futuras que é incapaz de prever e o justo não encontra satisfação em dificultar a acção de outrem no futuro. Humboldt desaconselha o recurso a testamentos. Que fazer então? Deixar as sucessões *ab intestato*[266]. Mas, ao fazê-lo, é preciso salvaguardar que o Estado não tira partido disso para aprovar uma política que sirva os seus interesses. Nota-se, de facto, que existe uma ligação estreita entre as leis sucessórias e a organização política dos Estados. Tudo bem ponderado, a vontade diversa e variável dos indivíduos é sempre preferível a uma vontade uniforme e imutável do Estado. **Da vontade de dispor dos respectivos bens como entendam, nasce entre os homens um laço q**ue, apesar de por vezes ser alvo de abusos, **frequentemente gera consequências salutares.**

O denominador comum às diversas ideias aqui expostas é a quebra de todos os entraves que afectam a sociedade e, simultaneamente, a união dos homens entre si através de laços o mais numerosos possível. O homem isolado está tão refreado no seu progresso como o homem acorrentado.

Um acto de última vontade pode conter **duas disposições distintas:**

- uma **disposição que determina o primeiro e imediato possuidor do bem deixado;**
- uma **disposição que determina como este deverá, por seu turno, dispor do bem** deixado, a quem deverá legá-lo posteriormente, etc..

Se as leis determinam uma reserva[267], elas permitem evitar que o testador se envolva em iniquidades. A elevada frequência de testamentos é o sinal mais certo de que a lei é inadequada. Talvez fosse necessário obrigar cada homem a designar a pessoa que poderá herdar os seus bens (pelo menos a parte que exceda a reserva) e **recusar-lhe o direito de decidir, seja como for, como esse herdeiro deve dispor do bem e administrá-lo.** Evitar-se-iam assim diversas cláusulas restritivas da liberdade dos vivos em prol da de um morto. Resumindo, o autor do testamento só deveria ter a possibilidade de nomear soberanamente o seu ou os seus herdeiros.

Na ausência de herdeiros, o Estado deveria organizar uma sucessão *ab intestato.* Na determinação deste regime, o Estado não deve visar qualquer objectivo positivo como, por exemplo, a conservação das riquezas ou do esplendor das grandes famílias. **Nunca deve também – no extremo oposto – tentar dispersar os bens pelo maior número possível de pessoas.** Deve apenas organizar uma ordem de sucessão: família próxima, família afastada, comuna, etc..

---

[266] Uma sucessão é dita ab intestato quando o defunto não exprimiu a sua vontade por testamento ou doação. A transmissão faz-se por via da lei.

[267] A reserva ou parte reservatária é uma parte da sucessão, fixada pela lei (por exemplo, 50% da massa sucessória), que é atribuída automaticamente aos herdeiros directos do defunto. A outra parte, apelidada de "quota disponível", pode ser legada pelo futuro defunto a pessoas à sua escolha.

Como devem as convenções entre vivos ser transmitidas aos herdeiros? A ideia de base é **impedir que alguém, depois de morto, limite as acções de quem fica na posse do bem.** Podem, então, transitar para o herdeiro todas as obrigações inerentes à transferência de uma parte da propriedade. Pelo contrário, as obrigações exclusivamente relacionadas com a pessoa do *de cujus*[268] não devem ser impostas aos herdeiros. Pode acontecer que o *de cujus* aprisione os seus sucessores em relações obrigatórias, como posses partilhadas com terceiros, alienações parciais de direito, etc.. É preciso que o Estado interdite a formação de contratos que perdurem para além da morte do *de cujus.* Deve, no mínimo, facilitar a divisão da propriedade quando uma tal relação for estabelecida.

Quanto menos se incitar um homem a fazer algo que não quer, mais favorável será a sua situação dentro do Estado. A este respeito, Humboldt considera que **essa forma de associação que é a pessoa moral apresenta mais inconvenientes do que vantagens.** Ele critica essa forma jurídica, seja por obrigar todos os membros a actuar de determinado modo, mesmo contra a sua vontade, seja por permitir que uma minoria impeça que uma decisão seja tomada por exigir unanimidade. Humboldt recomenda a supressão das pessoas morais e a sua substituição por associações sem personalidade jurídica pois, segundo ele, estas últimas são um dos meios mais seguros de fomentar o progresso humano.

Quando o homem leva a cabo actos jurídicos directamente ligados a outrem, é necessário que o Estado faça respeitar os seguintes princípios:

1. **Nas acções empreendidas sem o consentimento ou contra a vontade de outros, o Estado deve impedir que estes sejam perturbados no usufruto das suas faculdades e na posse da sua propriedade.** Em caso de usurpação, o Estado deve obrigar o usurpador a reparar o dano e impedir que a pessoa lesada faça justiça pelas próprias mãos.

2. **Se outrem der consentimento, o Estado não deve impor restrições mais alargadas do que as analisadas anteriormente.**

3. **O Estado deve garantir a boa execução de todos os direitos e obrigações decorrentes de convenções validamente consentidas.** Pelo contrário, ele não pode assegurar essa execução se não houver consentimento ou se um terceiro for atingido contra a sua vontade ou sem ela.

4. **O Estado deve facilitar a dissolução de qualquer contrato, mesmo que validamente consentido, que, ao dar origem a obrigações pessoais ou a relações pessoais, tenha por efeito restringir a liberdade.** O Estado pode dissolver, ele mesmo, esse contrato contra a vontade de uma das partes. Porquê? Devido ao prejuízo que tal pode causar ao progresso interior do homem.

5. Existe o direito de designar um herdeiro, mas **em caso algum se tem o direito de restringir, seja de que maneira for, o direito desse herdeiro a dispor livremente do bem legado.**

---

[268] O de cujus é, em direito sucessório, o futuro defunto.

6. É necessário interditar qualquer disposição desta natureza e **estabelecer uma hereditariedade *ab intestato*, bem como uma parte reservatária.**

7. O Estado não deve favorecer a extensão de contratos estabelecidos entre vivos que transitem para os herdeiros ou lhes possam ser exigidos. **Seria até salutar que o Estado não permitisse a celebração de contratos que produzissem uma relação estreita entre as partes para lá do seu tempo de vida.** Ou então deveria facilitar a rescisão desses contratos por parte dos herdeiros de qualquer das partes. Porquê? Porque as motivações do acordo original podem diferir das dos herdeiros, condicionando a liberdade destes.

Estes princípios deveriam servir de **bússola** em todos os casos em que, relativamente a estas matérias, o Estado tem de garantir a segurança. Contudo, Humboldt está consciente de que, por desconhecer a abundância de casos contidos na jurisprudência, estes princípios não são exaustivos.

Capítulo XII: Da atenção do Estado à segurança mediante a resolução jurídica dos litígios entre os cidadãos

Garantir a segurança dos cidadãos implica que o Estado faça justiça. De facto, em caso de contestação entre particulares, ele deve decidir de que lado está a razão e proteger aquele que tem o direito do seu lado. Os cidadãos são incapazes de alcançar por si uma decisão deste género. Ao fazer justiça, o Estado não deve, todavia, ir além do que lhe solicitam as partes.

Que procedimento adoptar? Humboldt preconiza duas regras simples.

Uma primeira regra processual é nunca procurar a verdade de maneira absoluta mas sempre no quadro dos limites exigidos pela parte que tem direito a essa descoberta. Trata-se de esclarecer um ou mais pontos do litígio. Nada mais. Num quadro de procedimento civil, o meio supremo mobilizado na busca da verdade é o juramento. No quadro de um procedimento penal, o Estado pode usar diversos meios. **Se negligenciarmos esta regra, o procedimento tornar-se-á inquisitorial.** O juiz imiscui-se, então, nos assuntos secretos dos cidadãos.

A segunda regra processual é vigiar atentamente as estratégias das partes durante o litígio e impedi-las de se afastarem do objectivo comum. Se negligenciarmos esta regra, caímos num espírito de chicana e os processos tornam-se complexos, intermináveis, dispendiosos e contrários ao interesse das partes.

Para alcançar a verdade, o juiz precisa de meios de prova. O legislador deve estabelecer as **formalidades necessárias ao cumprimento dos actos jurídicos,** de maneira a permitir, em caso de litígio posterior, a aferição da validade e do valor probatório. **Quanto mais a organização judiciária se aperfeiçoa, mais a necessidade destas leis diminui.** No início da história do direito romano, a reivindicação de um campo exigia a presença das partes no próprio campo. Mais tarde, bastava levar um torrão de terra perante o juiz. Depois, passou a exigir-se somente algumas palavras solenes. Em seguida, estas últimas também foram suprimidas.

As formalidades têm de positivo o facto de permitirem dificultar o espírito briguento e trapaceiro que tem sempre consequências negativas. **O inconveniente das formalidades é tornar os assuntos difíceis e restringir perigosamente a liberdade.** Desde logo, as formalidades só devem ser exigidas legalmente nos casos estritamente necessários, com vista a evitar fraudes e para facilitar a prova.

Capítulo XIII: Da atenção do Estado pela segurança através da punição das transgressões às leis estatais (leis penais)

O último meio, provavelmente o mais importante, de garantir a segurança dos cidadãos, é punir a infracção das leis do Estado. **Quais são os actos puníveis? Todos aqueles que atentem contra a segurança.** Eles merecem penas proporcionais à respectiva gravidade. Pelo contrário, não é aceitável punir actos que apenas digam respeito ao autor ou que se produzam com o consentimento daqueles que são atingidos. Assim, com excepção da violação, não se deve punir qualquer acto carnal alegando que é um atentado aos costumes.

Quanto à pena, Humboldt considera de todo impossível prescrever a medida. Porquê? Porque tal depende fundamentalmente das condições locais. De facto, a sensibilidade física e moral varia até ao infinito no espaço e no tempo. **Seja como for, uma sentença será tanto mais perfeita quanto mais moderada for face às condições particulares ou locais permitidas pela sociedade em causa.** Porquê? Porque quanto mais ela é fisicamente dolorosa, menos o é moralmente. Uma grande dor física diminui o sentimento de vergonha da pessoa punida e de reprovação do espectador face ao culpado. As penas moderadas, pelo contrário, são dotadas de um contrapeso moral reparador. Ora, a eficácia de uma pena depende inteiramente da impressão que ela produz na alma do infractor.

Um tipo de pena deveria ser inteiramente descartado: a perda de honra ou a infâmia. O Estado pode, porém, retirar ao infractor os sinais característicos da sua auto-estima e confiança e permitir aos outros homens que o façam impunemente. Esta pena é muito dura **pois, ao retirar a alguém a confiança dos seus semelhantes, a própria vida deixa de ser desejável.** Esta pena coloca também diversos problemas na sua aplicação, nomeadamente a questão da duração. Mesmo que seja prevista para um determinado tempo, **ela pode estigmatizar a pessoa até ao fim da sua vida.** Qualquer pena que atinja os familiares do infractor é intolerável e injusta.

Se não for possível fixar uma medida geral para as infracções, é pelo menos necessário fixar uma medida relativa. Para tal, é preciso **classificar as infracções em função da sua gravidade.** As penas mais duras devem sancionar os actos que contêm uma verdadeira usurpação do domínio de outrem. Entre estes, é sobretudo necessário **punir severamente aqueles que atentam imediata e directamente contra os direitos do Estado.** Porquê? Porque quem quer que despreze os direitos do Estado, do qual depende a segurança individual, não será capaz de respeitar os direitos dos seus concidadãos. **Todas as leis penais devem ser inteiramente divulgadas a todos os cidadãos.**

Na aplicação da pena, é preciso assegurar que ela atinge o autor apenas na exacta medida da sua intenção dolosa. Assim, é imprescindível apurar, na medida do possível, a verdadeira intenção do infractor. O procedimento implica que nunca se considere um suspeito como um culpado condenado e que se respeitem os seus direitos humanos e de cidadão. É preciso banir a tortura e todos os outros meios indignos do Estado que o juiz representa.

Uma questão importante, e que deve ser tratada com cuidado, é a legitimidade das medidas preventivas das infracções. Humboldt já explicou que o Estado devia prevenir as acções dos indivíduos passíveis de lesar os direitos de outrem. **Poder-se-ia pensar que ia defender o mesmo princípio aqui, mas ele não o faz. Com efeito, ele opõe-se a tais medidas preventivas. Poder-se-ia objectar que isso contradiz o que ele preconiza para os actos que apenas atingem os seus autores mas cujas consequências são potencialmente perigosas, ao que ele responde que, relativamente aos actos individuais, as suas consequências podem lesar o direito de outrem, ao passo que, neste caso, estamos perante um acto inocente, ainda que este torne provável ou plausível a concretização de um segundo acto que constitui a infracção propriamente dita.** Por exemplo, esconder uma gravidez não é uma infracção. É possível que tal dissimulação desemboque num infanticídio, mas isso não é razão para a proibir. No entanto, poderíamos eventualmente encarar essa dissimulação como uma infracção em si, na medida em que pode ser perigosa para a vida e a saúde da criança (mas sem relação com um hipotético acto posterior).

Quanto às medidas preventivas do Estado contra os vícios que colocam os homens em risco de cometer infracções, **Humboldt já explicou por que motivo elas não são nem necessárias nem salutares.** Todo o cidadão deve poder agir livremente desde que não transgrida a lei. Reprimir o homem nessa liberdade é prejudicar o progresso das suas faculdades, o desenvolvimento da sua individualidade.

Humboldt avança alguns **grandes princípios** nos quais todo o direito penal deveria assentar:

1. O primeiro meio para garantir a segurança é **punir quem viola as leis do Estado.** Há o direito de infligir uma pena ao autor de qualquer acto que atente contra os direitos dos cidadãos ou viole uma lei que vise garantir a segurança.

2. **A pena mais elevada deve ser sempre tão suave quanto o permitam as circunstâncias particulares de tempo e de lugar.** É a **partir desta pena que as penas de todas as outras infracções vão ser calibradas.** A pena mais grave atinge quem violar o direito mais fundamental. Uma pena dura atinge quem lesar um direito importante mas de um cidadão isolado. Uma pena menos grave sanciona quem simplesmente transgrediu uma lei que visa garantir a segurança.

3. **Qualquer pena só pode ser aplicada a quem violou a lei com intenção dolosa** e somente se o infractor tiver revelado desprezo pelos direitos de outrem.

4. **O Estado, quando busca o autor de um crime, deve empregar todos os meios convenientes para alcançar o seu objectivo, mas não pode, jamais, tratar um cidadão suspeito como um criminoso.** Deve respeitar os direitos humanos e do cidadão e nunca agir de forma imoral.

5. **Das medidas destinadas a evitar a prática de crimes, o Estado só pode utilizar aquelas que directamente os impeçam.** Não pode opor-se à causa determinante dos crimes nem impedir actos inocentes em si mas que podem facilmente dar origem a infracções.

Capítulo XIV: Da atenção do Estado ao bem-estar de menores e dementes

Os princípios anteriormente desenvolvidos aplicam-se a pessoas na plena posse das suas faculdades intelectuais devidamente amadurecidas. Estes princípios não podem aplicar-se aos alienados, aos loucos ou aos menores. Todas estas pessoas precisam que se tenha uma preocupação positiva com o seu bem-estar físico e moral. Para elas, a manutenção puramente negativa da segurança pode não bastar.

Humboldt divide as suas observações em seis princípios gerais.

1. **As pessoas que não estão na posse das suas faculdades intelectuais ou não atingiram a idade adulta necessitam de um cuidado particular com o seu bem-estar físico, moral e intelectual.**

2. **O Estado deve fixar a duração da menoridade.** Esta não deve ser demasiado curta nem demasiado longa. Deve estar dividida em diferentes períodos, de modo a permitir, gradualmente, um aumento da liberdade dos menores e uma diminuição da vigilância sobre os mesmos.

3. **O Estado deve vigiar o bom cumprimento dos deveres parentais face às crianças.** Tal consiste em colocá-las em condições de escolher um modo de vida individual quando atingirem a maioridade. As crianças conservam os seus direitos originais sobre a sua vida, a sua saúde e a sua fortuna, caso possuam uma. Não se deve deixar que lhes sejam impostos pela força actos cujas consequências se estendam para lá da maioridade, como um casamento. O Estado deve impedir que o poder paternal ultrapasse os limites. Todavia, não deve exigir um relato detalhado e perpétuo aos pais, pois, por norma, não há razão para crer que os pais negligenciarão um dever tão próximo do seu coração. O Estado deve também velar para que as crianças ajudem os seus pais a cumprir os deveres parentais. **O Estado deve limitar-se a esta vigilância e não pode visar um objectivo positivo,** como o favorecimento deste ou daquele modo de desenvolvimento das faculdades da criança.

4. São necessários **tutores** em caso de morte dos pais. O Estado deve determinar cuidadosamente o seu modo de designação e supervisionar activamente o seu desempenho. Geralmente, é boa ideia confiar os pormenores da vigilância aos municípios.

5. **O Estado deve declarar nulos os actos efectuados por menores cujas consequências lhes possam ser nocivas.** Deve punir aqueles que tentem abusar dos menores com vista a favorecer os seus interesses. No entanto, é preciso ter em conta que a inteligência e a maturidade surgem pouco a pouco e é sensato determinar, para a validade de diferentes actos, diferentes épocas e diferentes graus dentro da menoridade.

6. **Tudo o que foi dito anteriormente é aplicável às pessoas privadas da sua inteligência,** com excepção das diferenças relacionadas com a natureza das coisas. A este título, elas não precisam de educação nem de cultura (a menos que se qualifique desta forma os esforços feitos para tentar curá-las), mas apenas de cuidados e vigilância. Nomeadamente, é necessário evitar os danos que estas pessoas possam causar a outrem. Ninguém deve ser considerado insano sem um **exame médico prévio realizado sob a supervisão de um juiz** e é preciso ter sempre presente que este estado pode ser **provisório**. Tal implicará não a retirada dos direitos, mas a sua supressão temporária.

Humboldt passará agora em revista todos os objectos sobre os quais o Estado pode alargar a sua acção. Para cada um deles, ele extrai princípios supremos. Ele esclarece que esta obra não pretende expor uma teoria da legislação mas determinar a medida segundo a qual a legislação deve estipular os limites da acção do Estado. Há três motivos para a criação de legislação:

- definir os **actos dos cidadãos, a sua natureza e as respectivas consequências** decorrentes unicamente dos princípios do direito;
- definir as **margens** da acção do Estado;
- determinar os **meios** necessários para assegurar a manutenção do edifício estatal.

Toda a lei imaginável decorre sempre, forçosamente, de um destes três motivos, mas nenhuma deve ser adoptada sem que os três estejam reunidos. Tal exige que toda a legislação possua três requisitos essenciais:

- uma **teoria do direito completa e geral;**
- uma **determinação exacta dos objectivos do Estado e dos limites da sua acção;**
- uma **teoria dos meios necessários à existência do Estado e, como tal, uma teoria da ciência política e financeira.**

Só o primeiro ponto de vista é eterno e imutável como a natureza do homem. Os restantes estão sujeitos a modificações em função das circunstâncias. Humboldt expõe, ainda que de forma incompleta, estes princípios de legislação.

> "Para fixar os princípios mais elevados, e sobretudo para esse fim, é necessário proceder com a maior minúcia possível."[269]

A ideia que domina este trabalho é a de que o fim mais importante do Estado é sempre garantir o livre desenvolvimento das capacidades dos cidadãos, e a sua acção consiste em preservar a liberdade dos cidadãos ao garantir-lhes a única coisa que eles não podem obter sozinhos: segurança.

---

[269] W. von Humboldt, *Essai sur les Limites de l'Action de l'Etat, Les Belles Lettres,* 2004 (1791-1792), p.182

Capítulo XV: Da relação entre os meios necessários para a manutenção do edifício estatal e a teoria previamente exposta. Conclusão do desenvolvimento teórico

Humboldt debruça-se agora sobre a questão dos meios que não só tornam a acção do Estado possível como devem garantir-lhe a própria existência. O objectivo do Estado não se mede pela quantidade de meios de acção. São os meios de acção que se medem pelo objectivo a alcançar. Vimos que o que mais importa é a determinação da finalidade do homem e, como consequência, a limitação do papel do Estado.

Humboldt diz não dominar estas matérias e contenta-se em afirmar que há, para o Estado, três tipos de receita, as quais são provenientes:

- das propriedades que lhe pertencem originalmente;
- dos impostos directos;
- dos impostos indirectos.

Todos têm problemas a nível dos seus efeitos e os dois últimos apresentam ainda inconvenientes relativos à sua cobrança. É preciso não esquecer que **o Estado cuja acção possua limites estreitos não tem qualquer necessidade de uma grande receita.** Além disso, há maiores garantias de segurança quando o povo é livre e próspero.

Fora a questão da organização das finanças, é necessário abordar o tema da organização política interna, ou seja, **a articulação entre as partes governantes e governadas da nação.** Diferentes métodos foram adoptados pelos Estados. Pode-se aumentar a força do governo, mas tal torna-se perigoso para a liberdade. Pode-se justapor vários poderes entre si ou difundir entre a população um espírito favorável à constituição. Vimos que este meio uniformizava a população das sociedades modernas e se revelava nocivo ao progresso da originalidade de cada cidadão.

O melhor é adoptar uma **organização política que exerça tão pouca influência positiva quanto possível sobre o carácter dos cidadãos, ao mesmo tempo que produza neles um** maior respeito pelos direitos dos outros e um amor entusiasta à liberdade. Este sistema permitiria a articulação entre o interesse dos cidadãos e o interesse público, pois todos os cidadãos quereriam possuir em simultâneo liberdade e segurança.

O exercício ao qual Humboldt se dedica é puramente teórico mesmo que, para o levar a cabo, ele tenha tido de abordar uma série de problemas concretos de cuja análise logrou extrair princípios. Seria obviamente necessário aplicar esta teoria, mas Humboldt não examinou aqui todos os obstáculos que não deixarão de surgir no momento em que se proceda a esta aplicação.

> "A nação terá direito a exigir a aplicação desta teoria até onde esses obstáculos não o impeçam, mas nunca para além disso."[270]

[270] *Idem,* p.186

Este passo, muito liberal pela sua modéstia e pelo seu respeito pela realidade, visa sobretudo afirmar o ideal do legislador. Humboldt considera que um instrumento que deveria ser imperativamente desenvolvido é a estatística. Esta disciplina deveria ser mais qualitativa, de modo a fornecer aos governantes mais informações sobre a sociedade.

Quando queremos reformar um Estado, é preciso considerar, em primeiro lugar, as forças que os cidadãos mobilizam nas suas respectivas relações e as associações que daqui resultam. De facto, é preciso **não confundir a constituição do Estado e a união nacional.** As diversas associações que os homens criam entre si constituem, realmente, a sociedade civil. Neste sentido, a organização do Estado está subordinada à livre acção do povo sobre ele mesmo. O Estado é, assim, um meio e não um fim. A finalidade é o livre desenvolvimento do homem. **Neste sentido, o Estado é um meio necessário, é mesmo, diz Humboldt, um "mal necessário"**[271]. É um mal porque o Estado, por existir, implica sempre restrições à liberdade individual.

Capítulo XVI: Aplicação prática da teoria exposta

Quando se desenvolvem verdades relativas ao homem, aspira-se, evidentemente, a aplicar à realidade o que a teoria demonstra como verdadeiro. Mas se este desejo é natural, também é certo que, se realizado, ele pode conduzir a consequências desagradáveis. **A verdade tem necessidade, em primeiro lugar, de entender profundamente as suas origens,** nem que seja num único homem. **Esta operação ocorre lentamente e sem barulho. Se transportarmos bruscamente a verdade para o domínio da realidade, ela desvirtua-se pela própria transição.** Em momento algum está a realidade pronta a acolher as criações do espírito. Decorre daqui que é indispensável fazer prova de **prudência** na matéria.

Em qualquer transformação do presente, a nova ordem das coisas deve estar ligada à precedente. Cada situação produz uma forma determinada e fixa no ser interior do homem. Falhará sempre o seu objectivo e destruirá sempre a sua força se impuser ao homem uma forma não conveniente. **A maioria das grandes revoluções da História nasceu de revoluções periódicas do espírito humano. Mudar as coisas implica mudar previamente as mentalidades.**

O estado anterior de uma situação determina sempre o que se vai seguir. Tudo o que acontece sobre a terra é fruto da força interior do homem. **Podemos, inclusivamente, apresentar a história da espécie humana como a série lógica e natural das revoluções da força humana.** Um reformador desejoso de entrelaçar sabiamente um estado de coisas num outro que o precedeu, nunca deve perder essa força de vista. É, **antes de mais, preciso agir sobre o espírito e o carácter dos homens** e comunicar-lhes uma disposição que deixa de estar em harmonia com a situação actual.

As regras gerais da teoria de qualquer reforma são as seguintes:

---

[271] *Idem,* p.187

1. É preciso **transpor para a realidade as regras da teoria pura uma vez levantados os principais obstáculos** que a impedirão de produzir todos os seus efeitos.

2. É preciso **garantir, tanto quanto possível, que qualquer reforma decorre das ideias e dos espíritos dos homens.**

Fazer evoluir os espíritos respeitando totalmente a sua singularidade não é coisa fácil. Mais ainda porque os homens sofrem geralmente de falta de liberdade. **Ora, o homem tem maior tendência para a dominação do que para a liberdade. Os súbditos são o melhor suporte do soberano.** Eles ficam satisfeitos com a ideia de que formam parte de um todo que se eleva acima das forças e se estende para lá da sua geração. **Em casos deste género, a energia desvanece-se e é difícil fazer o homem sair da sua apatia e da sua sonolência.** Um homem só age em si e por si no campo abrangido pelas suas forças e apenas durante o tempo que lhe é dado viver. A liberdade aumenta como uma semente que germina sozinha. A liberdade é uma questão de cultura.

Como deve proceder o estadista que pretenda empreender tal mudança? Deve, **antes de mais, seguir estritamente a via da teoria pura, mas assegurar-se de que não existe, no presente, uma circunstância que contrarie** ou aniquile, nos seus princípios ou nos seus efeitos, a aplicação dessa teoria. **Em segundo lugar,** deve deixar subsistir todas as restrições à liberdade da situação presente até que os próprios homens as considerem laços opressivos dos quais se querem desembaraçar. Tal significa que elas são muros para a liberdade. **Nesse preciso momento, é necessário fazer desaparecer sem mais delongas as restrições à liberdade. Por fim,** o estadista **deve promover por todos os meios a maturidade do povo para a liberdade.** Alguns, em lugar de promover essa maturidade, aproveitam a ausência desta para prolongar a opressão. No entanto, a maturidade decorre da natureza humana. A sua ausência revela falta de forças intelectuais e morais. Para o remediar, é preciso aumentar essas forças. Para as aumentar, é preciso que elas se exerçam. Para que elas se exerçam, é preciso consagrar a liberdade que faz nascer o espírito de iniciativa.

A dificuldade é dar liberdade a alguém que não sofre com a sua ausência. Mas não há no mundo homem algum que se sinta satisfeito com todos os laços que o prendem. Basta eliminar aquele ou aqueles que o incomodam para que, progressivamente, ele deseje descartar-se dos outros. O progresso continuará à medida que o sentimento de liberdade desperte.

Para o fazer, o legislador deve ter duas coisas em atenção:

1. A teoria pura desenvolvida até ao mais ínfimo pormenor.
2. O estado dos factos particulares que ele pretenda mudar.

Ele deve assim dominar perfeitamente a teoria e conhecer a realidade de maneira igualmente aprofundada. A segunda coisa é, porém, infinitamente mais difícil do que a primeira. O legislador deve então comparar as duas tabelas: a dos princípios e a dos factos. **A teoria reclama sempre a liberdade, enquanto os factos, na medida em que se desviam dela, apresentam sempre o constrangimento.** Se nunca chegarmos a substituir

a coação pela liberdade, é porque o homem ou os factos ainda não estão maduros para a liberdade ou porque a liberdade da situação a modificar ainda é muito artificial para permitir que estas reformas produzam os seus efeitos salutares.

Na realidade, o Estado nunca tem o poder de operar uma reforma antes de haver, entre os cidadãos, sinais de reclamação. É um espectador que, na ocasião, destrói uma disposição restritiva da liberdade. O Estado adopta o direito positivo mas é preciso nunca esquecer que o direito natural e universal é a única base de todo o direito positivo e que é sempre preciso regressar às origens. Segundo estas, ninguém pode, jamais, de maneira alguma, ter a faculdade de dispor das forças ou do bem de outro homem sem o seu consentimento ou contra a sua vontade.

Humboldt extrai destas diversas considerações o seguinte princípio:

> "No que se refere aos limites da sua acção, o Estado deve aproximar a realidade das coisas da teoria justa e verdadeira, tanto quanto lhe seja possível e tanto quanto razões de verdadeira necessidade não o impeçam"[272].

Só a necessidade do momento deve permitir ao Estado determinar a esfera da sua actividade. A única preocupação que ele deve ter é a de garantir a segurança. É o único objectivo que o homem não é capaz de alcançar por si próprio. É o único que é necessário. **O princípio da necessidade é o objectivo supremo de todas as ideias desenvolvidas neste trabalho.** Ele opõe-se ao princípio da utilidade, que exige cálculos de probabilidade susceptíveis de erro. Somente a necessidade se impõe à alma de forma forte. Ela comanda não apenas o que é útil mas, acima de tudo, o que é indispensável. A preocupação do útil conduz sobretudo a disposições positivas, enquanto a do necessário conduz a disposições negativas. Ao limitar-se a enunciar o que não se pode fazer por via de disposições negativas, mais do que a afirmar o que é preciso fazer por meio de disposições positivas, um Estado pode, através do princípio da necessidade, libertar o homem dos laços que o oprimem. O único meio de dar poder e autoridade às leis é fazê-las nascer exclusivamente deste princípio. De facto, o carácter útil ou não de uma coisa é matéria de debate, mas todos aceitam facilmente obedecer àquilo que é indispensável.

> "Percorri a estrada que tracei no início deste estudo. **Estive sempre animado pelo mais profundo respeito pela dignidade interior do homem e pela liberdade,** que é a única adequada a esta dignidade. Possam as ideias que expus e a formulação que lhes dei não ser indignas deste sentimento!"[273].

---

[272] *Idem,* p.197
[273] *Idem,* p.199

Benjamin Constant (1767-1830)

Da Liberdade dos Antigos Comparada à dos Modernos[274] (1819)

Apresentação da obra

Embora nascido na Suíça, Benjamin Constant é muitas vezes considerado um dos maiores filósofos liberais franceses. É, **sem dúvida, o grande liberal da época revolucionária e napoleónica.** A França nunca foi muito liberal, mas os tempos difíceis em que Constant viveu foram particularmente hostis às ideias de liberdade. Antes de mais, na primeira parte da sua vida, ele assistiu ao aumento do poder e ao triunfo do jacobinismo para, num segundo momento, sofrer o despotismo belicista do bonapartismo.

Em 1818, foi eleito deputado e tornou-se chefe da bancada da oposição liberal, os "Independentes". Escritor e filósofo, contribuiu, através de uma **obra doutrinal gigantesca,** para a formação das elites francesas nas ideias liberais. É um liberal integral, um liberal da mais pura espécie, que contribuiu, coisa muito rara, para fazer avançar a doutrina liberal em todas as suas diferentes componentes. Assim, ele é simultaneamente um teórico do liberalismo político e do liberalismo económico. Grande figura do **pacifismo,** orador muito escutado da Câmara dos deputados e **feroz defensor do regime parlamentar,** Constant contribuiu, através do seu trabalho intelectual e político, para **fundar o Estado liberal em França.**

O célebre discurso sobre a *Liberdade dos Antigos comparada à dos Modernos* é um dos textos canónicos da tradição liberal.

Síntese da Obra

Liberdade dos Antigos *versus* Liberdade dos Modernos

Benjamin Constant propõe-se **comparar dois géneros de liberdade** que nunca ninguém se deu ao trabalho de distinguir, pelo menos não suficientemente. Esta distinção é importante por duas razões. Em primeiro lugar, porque **a confusão entre os dois casos causou graves danos** durante a Revolução Francesa. Em segundo lugar, porque o precioso regime representativo que saiu desta Revolução era quase inteiramente desconhecido das nações livres da Antiguidade e seria bom e útil questionar porquê.

Por vezes, afirmamos que os povos antigos já conheciam, de forma embrionária, o governo representativo no sentido em que o entendemos hoje. É um erro. O governo de

[274] O título original é *De la Liberté des Anciens Comparée à celle des Modernes* e o autor recorreu à versão publicada em 1997 pela Gallimard. Existe uma versão portuguesa, intitulada *A Liberdade dos Antigos Comparada à dos Modernos*, editada pela Tenacitas em 2001. [N.T.]

Lacedemónia era uma aristocracia monacal. O rei tinha o seu poder limitado pelos éforos[275], mas estes últimos não eram directamente nomeados pelo povo; tinham sido originalmente instituídos pelo rei. Estes eram apenas cinco e as suas prerrogativas na administração do governo, longe de serem uma barreira contra a tirania, eram elas próprias tirânicas. O regime dos gauleses, ao mesmo tempo teocrático e guerreiro, deixava o povo sem garantias. Os tribunos romanos, órgãos da plebe, exerciam, é verdade, uma missão representativa, mas os plebeus estavam submetidos pela oligarquia a um estatuto quase esclavagista.

O sistema actual é específico dos Modernos. Os Antigos eram incapazes de estabelecer um sistema similar e não podiam sequer apreciar a necessidade ou as vantagens do moderno. O que significa hoje a palavra "liberdade" para um inglês, um francês ou um americano? Constant definiu a **liberdade dos Modernos** da seguinte maneira:

> "**É o direito de cada um estar submetido apenas às leis,** de não poder ser preso, detido, condenado à morte ou maltratado de qualquer maneira, devido à vontade arbitrária de um ou de vários indivíduos. **É o direito de cada um expressar a sua opinião, de escolher a sua actividade e de a exercer, de dispor da sua propriedade,** até abusar dela; **de ir e vir sem obter permissões,** e sem dar conta dos seus motivos ou das suas acções. É, para cada um, o **direito de se reunir** com outros indivíduos, seja para debater os seus interesses, seja para professar o **culto** que cada qual e os seus associados prefere, seja simplesmente para preencher os seus dias e horas de uma forma mais conforme às suas inclinações, às suas fantasias. Por fim, é o **direito, de cada um, influenciar a administração do Governo,** seja pela nomeação de todos ou de alguns funcionários, seja através de representações, de petições, de exigências que a autoridade seja mais ou menos obrigada a levar em consideração"[276].

Em que consistia, a título comparativo, a **liberdade dos Antigos**?

> "Essa consistia em **exercer colectivamente, mas directamente, várias partes de toda a soberania, em deliberar, na praça pública,** sobre a guerra e a paz, em fazer alianças com os estrangeiros, em **votar as leis,** em **pronunciar julgamentos**, em examinar as contas, os actos, a gestão dos magistrados, em fazê-los comparecer perante todo o povo, em acusá-los, em condená-los ou absolvê-los; mas ao mesmo tempo que isto era aquilo a que os antigos chamavam liberdade, eles admitiam como compatível com esta liberdade colectiva **a sujeição total do indivíduo à autoridade do conjunto.** Não encontrareis neles quase nenhum dos prazeres que hoje incluímos na liberdade dos Modernos. **Todas as acções privadas são submetidas a uma vigilância severa. Ninguém tem direito à independência individual,** seja no que diz respeito às opiniões, seja no que diz respeito ao trabalho, seja no que diz respeito à religião. **A possibilidade de escolher o seu culto,** que encaramos como um dos nossos mais preciosos direitos, **teria parecido aos antigos um crime e um sacrilégio.** A autori-

---

[275] Os éforos eram um grupo de cinco magistrados que, anualmente, assumia as funções do governo em Esparta. Perduraram, com interrupções, do século VI antes de Cristo até ao século II depois de Cristo.
[276] B. Constant, *De la Liberté des Anciens Comparée à celle des Modernes,* 1849, in Ecrits Politiques, Gallimard, 1997, p.593

> dade do corpo social interfere naquilo que hoje consideramos mais útil, perturbando a vontade dos indivíduos; Terpandro não podia tocar uma corda da sua lira em Esparta sem que os éforos se ofendessem. **Nas relações mais domésticas, a autoridade voltava a intervir.** O jovem lacedemónio não podia visitar livremente a sua nova esposa. Em Roma, os censores possuíam um olho escrutinador no seio das famílias. As leis regiam os costumes e, como os costumes eram deveres de todos, não havia nada que as leis não regulassem.
>
> Como tal, **entre os antigos, o indivíduo, quase sempre soberano nos assuntos públicos, era escravo em todos os aspectos privados."**[277]

O cidadão da Antiguidade é considerado como uma "parte do corpo colectivo". Ele pode, enquanto tal, observar, julgar, condenar, destituir dos seus bens, banir, exilar e condenar à morte os outros cidadãos e pode, também, ser observado, julgado, condenado, destituído dos seus bens, banido, exilado e condenado à morte pelos outros cidadãos. Já entre os Modernos, o cidadão é independente na sua vida privada mas apenas é soberano em aparência. Poderíamos objectar que, entre todos os Estados antigos, a cidade de Atenas não reduzia os seus cidadãos a um grau de escravidão quase total. Constant volta a esse assunto mais tarde. Ele faz notar que, em todos os outros casos, a jurisdição social era ilimitada. Os Antigos ignoravam até a própria noção de "direitos individuais". O indivíduo estava, por assim dizer, diluído na nação.

O comércio substituiu a guerra

Qual é a origem desta diferença essencial? **Em primeiro lugar, as repúblicas da Antiguidade estavam contidas dentro de limites estreitos.** As mais populosas não tinham a extensão dos mais pequenos Estados modernos. **O espírito dessas pequenas repúblicas era belicista.** Elas ameaçavam-se e combatiam-se sem cessar. Não conquistar era expor-se à conquista alheia. Como a guerra era a ocupação habitual destes **Estados**, estes **eram todos esclavagistas**: as profissões industriais e mecânicas eram asseguradas por escravos. O mundo moderno oferece um espectáculo oposto. Os Estados são incomparavelmente mais vastos e mais povoados. Contrariamente aos povos da Antiguidade, que eram como famílias isoladas, os homens da época moderna, embora pertençam a nações distintas, formam, graças ao progresso do Iluminismo, um todo homogéneo. A uniformização do mundo moderno leva este a tender para a paz.

Em segundo lugar, o comércio substituiu a guerra. A guerra é anterior ao comércio, possuindo ambas as actividades uma finalidade comum: obter o que se deseja. O comércio é uma tentativa de obter de comum acordo o que já não se espera conquistar pela violência. Um homem que, a qualquer momento, fosse mais forte do que todos os outros não teria jamais a ideia de fazer comércio com estes: despojá-los-ia. A experiência mostra-lhe que o emprego da força o expõe a certas resistências e, por vezes, a derrotas. O comércio é um meio mais suave.

---

[277] *Idem,* p.594

> "A guerra é o impulso, o comércio é o cálculo. Mas, ao mesmo tempo, tem de haver uma época em que o comércio substitui a guerra. Chegámos a essa época."[278]

Havia, obviamente, povos comerciantes entre os Antigos. Mas eram as excepções que confirmavam a regra. A ignorância da bússola tornava a navegação em alto mar muito difícil e forçava os comerciantes à cabotagem, isto é, à navegação que não perdia de vista a costa. Em Atenas, o juro marítimo era de 60% enquanto o juro normal não passava dos 12%. **Além disso, os costumes, os hábitos, a maneira de comerciar dos povos da Antiguidade estavam impregnados da mentalidade belicista da época.** O comércio era um "acidente feliz".[279]

Actualmente, o comércio é o estado normal, o único objectivo e a verdadeira vida das nações. Elas aspiram ao **repouso, ao conforto, à facilidade** e, para tal, recorrem à indústria. **Para os Antigos, a guerra podia ser fonte de lucros** (dos escravos, dos tributos, das terras partilhadas). **Para os Modernos, ela é sempre um fardo**: ela tira a ambas as partes muitíssimo mais do que aquilo que dá. Por fim, o comércio, a religião e o progresso intelectual e moral conduziram à abolição da escravatura na Europa.

Quais são os resultados destas diferenças?

Em primeiro lugar, a importância política do cidadão é inversamente proporcional à extensão do país. Um cidadão romano era uma potência. A influência pessoal de um inglês ou de um americano é imperceptível.

Em segundo lugar, a abolição da escravatura tornou a democracia directa impraticável. Sem escravos, 20 mil atenienses não poderiam, jamais, ter tempo para debater todos os dias na praça pública.

Em terceiro lugar, o comércio não deixa, como a guerra, muito tempo disponível na vida de um homem. O exercício diário e perpétuo dos direitos políticos que existia na Antiguidade é incompatível com as empresas, os trabalhos, as especulações e os prazeres do mundo moderno.

Em quarto lugar, o comércio inspira no homem um "vivo amor pela independência individual"[280]. O comércio apoia as suas necessidades. Quando o governo intervém no comércio, fá-lo sempre mal.

Constant regressa agora a **Atenas.** Certamente, **esta cidade-Estado era mais "livre"** (no sentido moderno do termo) **do que as suas congéneres antigas porque se tratava de uma** cidade comercial. Os atenienses eram mais pacíficos, tratavam as suas mulheres com maior humanidade e os estrangeiros com maior respeito. Amavam a independência individual. Os espartanos corriam quando um magistrado os chamava. Um ateniense ficaria desesperado se se pensasse que estaria dependente de um magistrado. Mas a liberdade que Atenas con-

---

[278] *Idem,* p.597
[279] *Idem,* p.598
[280] *Idem,* p.600

sagrava era, ainda assim, uma liberdade no sentido que os Antigos davam a esta palavra.

Na verdade, Atenas permanecia uma cidade esclavagista encerrada num território com limites estreitos. O povo exercia os direitos políticos de forma colectiva e a prática do **ostracismo,** arbitrariedade legal de uma revoltante iniquidade aos olhos dos Modernos, era corrente.

Disse-se que a influência política do cidadão da Antiguidade, que participava activa e constantemente no poder colectivo, era superior à dos Modernos que, perdidos na multidão, não se apercebem quase nunca da influência que exercem. **Não espanta nem um pouco que os Antigos consentissem muitos sacrifícios à coisa pública enquanto, preocupados com a sua independência individual, os cidadãos modernos não estão dispostos a sacrificar esta última aos direitos políticos.** Os Antigos sacrificavam menos para obter mais enquanto os Modernos, ao fazerem o mesmo sacrifício, dariam mais para obter menos.

> **"O objectivo dos Antigos era partilhar o poder social entre todos os cidadãos de uma mesma pátria: era a isso que eles davam o nome de liberdade. O objectivo dos Modernos é a segurança no usufruto dos prazeres privados; eles chamam liberdade às garantias concedidas pelas instituições a esses prazeres."**[281]

A perigosa nostalgia da Grécia na época revolucionária

Quando falamos da Antiguidade, é impossível não sentir nostalgia dessa época rica em grandes homens e actos gloriosos. O problema é que, **por não ter percebido a diferença entre estas duas liberdades, homens bem intencionados causaram males infinitos durante a Revolução Francesa.** O objectivo destes reformadores era nobre e generoso relativamente ao governo arbitrário que precedeu a Revolução e que diminuiu a espécie humana. Não se trata de manchar a memória destes guias, mas de apontar os seus erros.

Estes homens inspiraram-se em dois filósofos. O primeiro é Jean-Jacques Rousseau. Apesar de todos os seus méritos, ele não mediu a diferença radical, aqui exposta, entre as duas concepções de liberdade. Desde logo, **foi a vontade de transpor para o mundo moderno este modelo de soberania colectiva que levou Jean-Jacques Rousseau, que Constant também admira, a propor uma teoria que justifica a tirania.** Este erro trágico encontra-se igualmente, de forma mais pronunciada, nos escritos do abade de Mably, para quem, de certa maneira, a soberania da Nação implica a sujeição dos cidadãos e para quem o indivíduo deveria ser escravo para que o povo fosse livre.

O abade de Mably, tal como muitos outros, odiava a liberdade individual como se odeia um inimigo pessoal. Nas suas obras, ele frequentemente lamenta que a lei apenas possa alcançar as acções, pois ele adoraria que ela atingisse também os pensamentos e as impressões passageiras. Ele admirava os povos antigos que privavam os seus cidadãos de toda a liberdade. Como os egípcios, cuja legislação regulava, nos mais pequenos detalhes, to-

---

[281] *Idem,* p.603

das as horas do dia às quais correspondia um dever. Ele adorava Esparta e desprezava Atenas.

Montesquieu, mais observador e mais sereno, não caiu no mesmo erro. Ele destacou a distinção existente entre estes dois tipos de liberdade, mas não descobriu a sua origem. Explicou-a pela diferença que existe entre a república e a monarquia quando, na verdade, esta diferença é a que existe entre o espírito dos Antigos e o dos Modernos. Nas repúblicas, afirma Montesquieu, as pessoas apenas reconheciam as forças da virtude. Nas monarquias, só se interessavam pelas manufacturas, pelo comércio, pelas finanças e pela riqueza. Agora, diz Constant, os cidadãos, quer vivam numa república ou numa monarquia, desejam gozar os prazeres da vida. Na sociedade actual, ninguém pode não o desejar.

Os revolucionários, acalentados por uma vitória recente e imbuídos de opiniões antigas, ficaram **felicíssimos por encontrar em Rousseau e em Mably duas autoridades desinteressadas que se pronunciavam vivamente contra as riquezas e até contra a propriedade.** Mably, em particular, pela sua intolerância e pelo seu ódio à liberdade, inspirou-os de tal maneira que eles acreditavam que tudo devia ceder perante a vontade colectiva e que todas as limitações às liberdades individuais seriam compensadas por uma participação no poder social.

O que daqui resultou – Constant parece referir-se aqui à experiência napoleónica – foi desastroso. Ainda que a nostalgia pelas instituições antigas não se tenha extinto, as paixões estão hoje mais calmas. A experiência acabou por demonstrar que a arbitrariedade dos homens ainda era pior do que as piores leis. **Na realidade, afirma Constant, a independência individual é a primeira necessidade dos Modernos. Desde logo, nunca se deve exigir o seu sacrifício para estabelecer a liberdade política.**

Em 1802, num projecto de lei sobre os tribunais especiais, propunha-se a instituição das antigas práticas de ostracismo grego. Defendia-se, com vista à sua adopção, que tal era um mal necessário que os povos antigos tinham aceite **para conservar a sua liberdade.** Felizmente, o artigo foi retirado. Este uso antigo é absurdo num mundo como o nosso. O ostracismo antigo repousava na ideia de que a sociedade exerce uma autoridade plena sobre os seus membros. Agora, os cidadãos têm direitos individuais que a sociedade deve respeitar.

> "Ninguém tem o direito de retirar ao cidadão a sua pátria, ao proprietário os seus bens, ao negociante o seu comércio, ao marido a sua mulher, ao pai os seus filhos, ao escritor as suas meditações estudiosas, ao ancião os seus hábitos. Todo o exílio político é um atentado político."[282]

Recentemente, diz Constant, um jornal sugeria, no mesmo espírito, o reavivar da censura romana para assim afastar os candidatos perigosos das eleições. Tal como o ostracismo, a censura romana prevê um poder discricionário. Na República romana, os cidadãos viviam numa pobreza e numa simplicidade extremas. Eles não exerciam qualquer profissão que lhes desviasse a atenção que davam ao Estado. Os censores não podiam abusar dos

---

[282] *Idem,* p.610

seus direitos e revelar-se exageradamente arbitrários pois estavam sob vigilância. Depois, a sociedade complexificou-se e refinou-se e a censura degenerou, mesmo em Roma. Não foi a censura que criou os bons costumes. Era a simplicidade dos costumes que dava poder e eficácia à censura. Uma tal instituição seria, ao mesmo tempo, intolerável e arbitrária na nossa sociedade, afirma Constant, pois os costumes tornaram-se diversificados, complexos, volúveis e repletos de nuances. Só a opinião os pode julgar. Não o governo.

Esta nostalgia dos tempos antigos existe igualmente no domínio da educação. Desejaríamos transplantar as concepções antigas para a época actual e permitir que o governo se apoderasse das gerações nascentes da forma que lhe conviesse. Constant afirma que somos Modernos e não persas submetidos a um déspota, nem egípcios subjugados a sacerdotes, nem gauleses que se podem sacrificar a druidas. Os Modernos querem gozar os seus direitos e desenvolver as suas faculdades como bem lhes apetecer sem prejudicar outrem.

A liberdade individual é a verdadeira liberdade moderna. Ela é garantida pela liberdade política que é, consequentemente, indispensável. Porém, sacrificar a primeira à segunda é o meio mais certo de perder as duas. **Assim, sem querer renunciar à liberdade política, Constant reclama a liberdade civil a par de outras formas de liberdade política.** Os cidadãos conservam sempre os seus "direitos eternos"[283] a adoptar leis, a deliberar sobre os seus interesses, mas o governo tem novos deveres. Ele deve revelar mais respeito pelos hábitos, os afectos e a independência dos indivíduos.

O comércio é o travão mais potente contra o poder

O despotismo que convinha aos Antigos já não convém aos Modernos. Agora, o homem dispõe de mais meios para defender a sua liberdade individual. A diversificação do comércio tornou a acção do poder sobre este último mais vexatória que anteriormente. Porquê? Porque, devido à diversificação do comércio, o poder elaborou toda uma série de regulamentações para o atingir. **No entanto, o comércio também permite lutar mais facilmente do que antes contra a arbitrariedade do poder.** Porquê? Porque confere à propriedade uma nova qualidade: a circulação. **Sem circulação, a propriedade não passa de um usufruto.** Com efeito, o poder pode, neste caso, suprimir esse usufruto. Contudo, a circulação coloca obstáculos à acção do poder. Melhor: ao criar o crédito, **o comércio tornou a autoridade dependente, pois o dinheiro pode esconder-se ou fugir e, neste caso, todas as operações do Estado são suspensas.**

Anteriormente, os governos eram mais fortes do que os particulares. Doravante, os particulares são mais fortes do que o governo. Esta é a mensagem dirigida aos governantes:

> **"O poder ameaça, a riqueza recompensa:** escapa-se ao poder enganando-o; **para obter os favores da riqueza, é preciso servi-la: como tal, ela irá prevalecer"**[284].

---

[201] *Idem,* p.613
[202] *Idem,* p.615

Portanto, os **indivíduos tornam-se mais móveis.** Eles podem partir para longe e levar consigo as suas riquezas (e todos os seus prazeres) porque **o comércio aproximou as nações ao homogeneizar os costumes e os hábitos.** Mesmos que os governantes se oponham, os povos tornaram-se compatriotas.

Os mandatários políticos são os "intendentes" das nações ricas

Para assegurar esta nova liberdade, é necessária uma nova organização. Anteriormente, quanto mais o homem dedicava tempo ao exercício das liberdades políticas, mais se julgava livre. Doravante, quanto mais o exercício dos seus direitos políticos deixa tempo para os interesses privados, mais a liberdade será preciosa. **Necessitamos forçosamente de um sistema representativo.** Este permite que os indivíduos deleguem em algumas pessoas aquilo que eles não podem, ou não querem, fazer. Os pobres encarregam-se de todas as preocupações relativas aos seus assuntos. Os ricos contratam intendentes. As nações modernas são, além disso, mais prósperas do que as antigas: **os mandatários políticos são, de certa maneira, comparáveis aos "intendentes" aos quais se confia a gestão de um domínio.** Mas, como o sabem as pessoas acomodadas, é preciso exercer sobre esses representantes uma vigilância activa e constante. O que implica, em intervalos regulares, o direito de os demitir, se necessário, e escolher outros.

O perigo da liberdade moderna é de que, absorvido pelo usufruto dos seus interesses privados e cioso da sua independência, **o homem acabe por relaxar a sua vigilância** e por renunciar com demasiada facilidade a uma participação cidadã no exercício do poder. Daí a seguinte passagem célebre:

> "Os detentores da autoridade encorajam-nos ansiosamente a fazê-lo. Estão extremamente dispostos a poupar-nos a qualquer espécie de problema, excepto ao de obedecer e de pagar! **Eles dir-nos-ão: "Qual é, no fundo, o objectivo dos vossos esforços, o motivo dos vossos trabalhos, o objecto de todas as vossas esperanças? Não é a felicidade? Então, deixem connosco essa felicidade e nós dá-la-emos a vós". Não, Senhores, não devemos deixá-la com eles; por mais tocante que seja tão terno interesse, digamos à autoridade para permanecer nos seus limites; que se limite a ser justa. Nós encarregar-nos-emos de ser felizes"**[285].

A felicidade é o objectivo único da espécie humana?

Renunciar à liberdade política é renunciar às garantias que asseguram o gozo dos nossos bens. Constant coloca então a questão de **saber se a felicidade é o único objectivo da espécie humana. Não. Não é esse o caso. Tal seria um destino bem pouco elevado.** O homem não pode diminuir-se e resignar-se a **"embrutecer e ser feliz**"[286]. Aquilo para que o

---

[285] *Idem,* pp.616 - 617
[286] *Idem,* p.617

homem tende, aquilo que lhe dita constantemente a sua "nobre inquietude", é o **aperfeiçoamento** do seu destino e, para tal, ele necessita obrigatoriamente da sua liberdade política.

Não é preciso renunciar a qualquer espécie destas duas liberdades, mas aprender a combiná-las. As instituições devem conduzir o maior número de cidadãos à mais elevada dignidade moral. Para tal, é necessário que a autoridade assegure eficazmente a educação moral dos cidadãos de modo a torná-los independentes e a encorajá-los a participar activamente, de forma cidadã, no exercício do poder.

Índice

Prefácio 5

Preâmbulo 9

Etienne de la Boétie, Discurso sobre a Servidão Voluntária (1549) 19

Adam Smith, Riqueza das Nações (1776) 31

Adam Smith, Riqueza das Nações, Livro I (1776) 49

Adam Smith, Riqueza das Nações, Livro II (1776) 121

Adam Smith, Riqueza das Nações, Livro III (1776) 157

Adam Smith, Riqueza das Nações, Livro IV (1776) 169

Adam Smith, Riqueza das Nações, Livro V (1776) 240

Wilhelm von Humboldt, Os Limites da Acção do Estado (1791-1792) 317

Benjamin Constant, Da Liberdade dos Antigos Comparada à dos Modernos (1819) 361

Corentin de Salle

A Tradição da Liberdade

TOMO II

Grandes Obras
do Pensamento Liberal

MLS Movimento Liberal Social
galidem Asociación Galega para a Liberdade e a Democracia
CENTRE JEAN GOL
elf European Liberal Forum